

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**UMA NOVA HISTÓRIA PARA O VELHO OESTE;  
O “RESGATE” DA MEMÓRIA E A REESCRITA DA HISTÓRIA  
DO OESTE CATARINENSE NO PROJETO DO CEOM.  
[1986-2006]**

FERNANDO ANTONIO VITORIA

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2017



**FERNANDO ANTONIO VITORIA**

**UMA NOVA HISTÓRIA PARA O VELHO OESTE;  
O “RESGATE” DA MEMÓRIA E A REESCRITA DA HISTÓRIA  
DO OESTE CATARINENSE NO PROJETO DO CEOM.  
[1986-2006]**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob orientação da Profa. Dra. Leticia Borges Nedel.

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vitoria, Fernando Antonio

Uma nova história para o Velho Oeste : O "resgate"  
da memória e a reescrita da história do Oeste  
Catarinense no projeto do CEOM. [1986-2006] /  
Fernando Antonio Vitoria ; orientadora, Profa.  
Dra. Letícia Borges Nedel, 2017.

596 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

1. História. 2. Santa Catarina. 3. História. 4.  
Memória. 5. Regionalismo, Patrimônio. I. Nedel,  
Profa. Dra. Letícia Borges . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação  
em História. III. Título.

**Uma nova História para o Velho Oeste. O “Resgate”  
da Memória e a Reescrita da História do Oeste  
Catarinense no Projeto do CEOM. [1986-2006]**

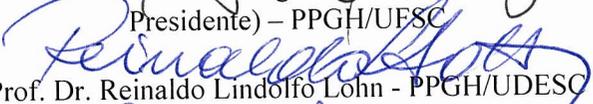
**Fernando Antônio Vitória**

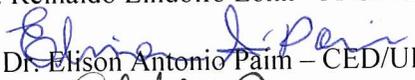
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

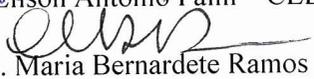
**DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL**

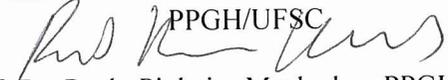
**Banca Examinadora**

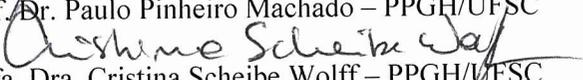
  
Prof. Dra. Leticia Borges Nedel (Orientadora e  
Presidente) – PPGH/UFSC

  
Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn - PPGH/UEDESC

  
Prof. Dr. Elison Antonio Paim – CED/UFSC

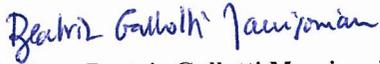
  
Prof. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores –  
PPGH/UFSC

  
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – PPGH/UFSC

  
Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff – PPGH/UFSC

Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari (Suplente interno) -  
PPGH/UFSC

Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto (Suplente externo)  
– PPGH/UFFS

  
Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 24 de abril de 2017



Para minha mãe e para Valentina, meu maior apoio e minha maior inspiração.



## AGRADECIMENTOS

O escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850) dizia que *“a gratidão é uma dívida que os filhos nem sempre aceitam no inventário”*.

Da França da primeira metade do século XIX aos dias atuais, a dificuldade em nos colocarmos em dívida para com aqueles que nos auxiliaram parece mantida. Por certo que a expressão não se limita ao reconhecimento apenas, ainda que este seja o mais comum, da importância e da participação dos pais nos objetivos alcançados. Em percursos em busca de realizações, quando a atenção não falta e a observação é bem feita, muitas pessoas devem ser lembradas. Todavia, algum critério precisa pautar essa escolha. Ainda que sob pena de não ser o mais justo, citarei aqueles que naturalmente se fizeram parte deste trabalho ou que, de algum modo, incentivaram esta jornada.

À professora Juçara Nair Wolff que, ainda em tempos de Graduação, vislumbrava esta possibilidade e foi a maior incentivadora para o início dessa caminhada.

À minha orientadora, Letícia Borges Nedel que, não sem muito esforço, mostrou-me a melhor opção para que este estudo se fizesse sustentável.

À minha esposa Samyra pela compreensão e apoio nessa reta final de trabalho que tanto nos distancia do resto.

Aos amigos/irmãos Cesar e Perla que fizeram de suas casas extensões da minha nestes anos de constantes pesquisas e deslocamentos.

Ao meu tio Egídio Damo que, do alto do conhecimento de quem pouco estudou, sempre teve a melhor palavra de incentivo e a mais convincente demonstração de confiança de que este dia chegaria.

Ao André Luiz Onghero, funcionário do CEOM, pela prestatividade e auxílio quando da realização das pesquisas no Acervo Fundos do CEOM.

À minha família, em especial à minha irmã Rosilene e à minha mãe Nair, que acompanharam toda esta trajetória nos seus mais prazerosos e também nos seus mais difíceis momentos.

Hoje somos todos um pouco doutores.



“Tão certo é que as coisas valem pelas ideias que nos sugerem”. [Trio em Lá Menor, Machado de Assis, 1896].



## RESUMO

O trabalho propõe uma análise do processo de implantação e consolidação do CEOM (Centro de Memória Sócio-cultural do Oeste) enquanto programa de ação responsável pela mediação da memória e pela reescrita da história do Oeste de Santa Catarina. Reescrita e mediação que se dão concomitantemente à participação do CEOM na passagem de uma memória culta para a uma memória cidadã, ou seja, de uma memória que se desloca do campo da celebração de uma identidade coesiva para o da defesa dos direitos civis. Entre tais direitos se inclui o direito à preservação, conhecimento e reconhecimento da memória portada por grupos invisibilizados pela história nomeada “tradicional”. A tese levantada é de que esse processo se dá com base na atualização de formas consolidadas de representação discursiva e material do oeste catarinense, que desde a primeira república vinha sendo retratado por autoridades e intelectuais mediadores como um espaço de alteridade em relação ao estado de Santa Catarina, tão distante do centro das decisões políticas quando dos modelos consagrados de representação da identidade catarinense. A exemplo das manifestações que operavam no sentido de opor centro e periferia no discurso de constituição regional, operaria dentro do discurso do CEOM a polarização entre excluídos e privilegiados em/por uma historiografia regional reputada como “tradicional”, positivista e conservadora. É, segundo essa hipótese, a condição de porta-voz de grupos excluídos e a reivindicação do seu direito de existirem e serem representados, que garante legitimidade o CEOM enquanto espaço de produção cultural articulado aos novos parâmetros da pesquisa histórica desenvolvida no ambiente dos Programas de Pós-graduação. Com base nesses pressupostos, a proposta de estudo é desenvolver uma análise acerca do projeto do CEOM, das novas práticas (patrimoniais, pedagógicas e historiográficas) que esse projeto comporta, bem como das alianças, compromissos e estratégias firmadas para viabilizar seu protagonismo nos diversos domínios (museográfico, arquivístico, historiográfico e patrimonial) em que o CEOM passou a atuar.

**Palavras-chave:** Santa Catarina, História, memória, regionalismo, patrimônio.



## ABSTRACT

The work proposes an analysis of the implementation and consolidation process of the CEOM (Center for Socio-Cultural Memory of the West) as an action program responsible for the memory media and for the restructuring of the history of the West of Santa Catarina. Rewriting and mediation that occur concurrently with the participation of the CEOM in the passage from a text memory to a citizen's memory, that is, a memory that moves from the field of the celebration of a cohesive identity for the defense of civil rights. Among these rights and conditions of conservation, knowledge and recognition of the memory carried by groups which became invisible by the history named "traditional". The present thesis process, is based on the updating of consolidated forms of discursive and material representation of the west of Santa Catarina, since a first republic was portrayed by authorities and mediators intellectuals as a space of alterity in relation to the state of Santa Catarina, so far from the center of the political decisions when of the consecrated models of representation of the identity of Santa Catarina. An example of the manifestations that operated to oppose center and periphery without discourse of regional constitution, would operate within the discourse of CEOM a polarization between excluded and privileges in / by a regional historiography reputed as traditional, positivist and conservative. It is, according to this hypothesis, a condition of spokesperson for excluded groups and claiming the right to exist and be represented, which guarantees legitimacy or CEOM, a space of cultural production articulated to new parameters of historical research developed at Post-graduation programs. Based on these assumptions, a proposal to study and elaborate on the CEOM project, the new practices (patrimonial, pedagogical and historiographic) that this project entails, as well as the alliances, commitments and strategies established to enable its protagonism in the various domains (Museographic, Archival, historiographic and patrimonial) in which the CEOM began to act.

**Key words:** Santa Catarina, History, memory, regionalism, patrimony.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AMAI	Associação dos Municípios do Alto Irani
AMEOSC	Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense
AMOSC	Associação dos Municípios do Oeste De Santa Catarina
API	Associação de Professores de Itapiranga
CAC	Centro de Atendimento à Comunidade
CEOM	Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COREM	Conselho Regional de Museologia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPCs	Centros de Cultura Popular
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
EC	Estudos de Comunidade
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDESTE	Fundação para o Desenvolvimento do Oeste
HUS	Departamento de Ciências Humanas e Sociais
IATTERMUND	Instituto de Apoio Técnico a Países do Terceiro Mundo
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IES	Instituições de Ensino Superior
IHGS	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
INFoto	Instituto Nacional da Fotografia

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAG	Comitê de Solidariedade com a América Latina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASC	Museu Antônio Selistre de Campos
MHN	Museu Histórico Nacional
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAAB	Núcleo dos Arquivistas Brasileiros
NEMU	Núcleo de Estudos Museológicos
NEEA	Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
NDA	Núcleo de Documentação Audiovisual
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PEC	Programa Patrimônio Escola Comunidade
PROPEP	Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEM	Sistema Estadual de Museus
SESC	Serviço Social do Comércio
SESU-MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SNM	Sistema Nacional de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUBEN	Subunidade de Ensino
UCRES	Unidade de Coordenação Regional de Educação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional (da Região) de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa das associações de municípios de Santa Catarina ....	81
Imagem 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do município de Nonoai .....	105
Imagem 3 - Exposição fotográfica organizada pelo CEOM na Escola Básica Municipal Profa. Zélia Roque de Lima, Bairro Bela Vista – Chapecó, 1993.....	325



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
NOVAS E VELHAS HISTÓRIAS; AS TENSÕES NO CAMPO DA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE.....	31
PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS .....	34
ESTRUTURA DO TRABALHO .....	44
METODOLOGIA .....	49
<b>CAPÍTULO I - O CEOM E O “RESGATE” HISTÓRICO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA; CRIANDO UM PROJETO</b> .....	<b>59</b>
1.1 UNICIDADE E DIFERENÇA NO REGIONALISMO CATARINENSE.....	59
1.2 CATARINENSISMO E O HOMEM DE FRONTEIRAS .....	68
1.3 A REIVINDICAÇÃO REGIONAL .....	74
1.4 A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE .....	76
1.5 FUNDESTE E CEOM; DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ENSINO SUPERIOR E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	85
1.6 DO “RESGATE” À (RE) ESCRITA; AS PRIMEIRAS NOVAS PUBLICAÇÕES .....	101
1.7 ENGAJAMENTO E FILANTROPIA; A FASE HEROICA DO CEOM.....	107
1.8 “RESGATE” DOS ACERVOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS X “RESGATE” DOS EXCLUÍDOS; A ADEQUAÇÃO DISCURSIVA.....	113
1.9 - CRIANDO MUSEUS E CAPACITANDO AGENTES; AS PARCERIAS INTERNAS E EXTERNAS.....	122
1.10 FUNDESTE E CEOM; A MOBILIZAÇÃO INTERNA .....	133
<b>CAPÍTULO II - UM PROJETO, VÁRIOS ENTENDIMENTOS; TENSÕES POLÍTICAS E HISTORIOGRÁFICAS</b> .....	<b>137</b>
2.1 OS FRONTEIS DE MOBILIZAÇÃO.....	138
2.2 UM PROJETO PARA SER COPIADO; O CEOM COMO REFERÊNCIA .....	145
2.3 O CEOM COMO MEDIADOR DO “RESGATE” E DA PRESERVAÇÃO; MUSEUS E CENTROS DE MEMÓRIA.....	153
2.4 AVANÇOS E RUPTURAS; AS TENSÕES INTERNAS .....	157

2.5 A PRÁXIS DA DISTRIBUIÇÃO DOS CADERNOS DO CEOM; RITMOS E INSTITUIÇÕES DIFERENTES POLÍTICAS DIFERENTES.....	166
2.6 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1989).....	169
2.7 INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO; UMA DIFÍCIL DISSOCIAÇÃO .....	171
2.8 O TRATO DOS ACERVOS E A QUESTÃO DAS COMPETÊNCIAS.....	181
2.9 “SOB NOVA DIREÇÃO”; O CEOM E A TOMADA DE PARTIDO .....	187
<b>CAPITULO III - O CEOM COMO MEDIADOR DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA; FUNDAMENTOS DE UM PROJETO .....</b>	<b>199</b>
3.1 O PROJETO DO CEOM (1985); TEORIA E FUNDAMENTOS	199
3.2 CONHECER-SE PARA SER AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO; A FUNÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA.....	210
3.3 UMA REALIDADE EM DISPUTA.....	212
3.4 CEOM; SUBPROJETOS E SUBSÍDIOS TEÓRICOS .....	219
3.5 O CEOM E O CONCEITO DE PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL .....	222
3.6 O CEOM E A PROPOSTA DE “RESGATE” DA HISTÓRIA E DA CULTURA DO “HOMEM DE FRONTEIRAS” .....	228
3.7 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO TEMÁTICO; A QUESTÃO DA ETNICIDADE .....	236
3.8 DESCRIÇÃO DO UNIVERSO SOCIOECONÔMICO; UMA TENTATIVA DE SÍNTESE.....	243
3.9 OS “HOMENS DE FRONTEIRAS” E OS ESTÁGIOS EVOLUTIVOS DE UMA CULTURA CONTRA A DOMINAÇÃO	255
<b>CAPÍTULO IV - O CEOM E O OESTE CATARINENSE; PARA UMA NOVA HISTÓRIA, NOVAS VELHAS MEMÓRIAS .....</b>	<b>261</b>
4.1 ARQUIVAMENTO DA MEMÓRIA E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS .....	261
4.2 “RESGATE” DOS AGENTES; A DEFINIÇÃO DAS MEMÓRIAS IMPORTANTES.....	270
4.3 A HISTÓRIA ORAL E O “PODER” DOS TESTEMUNHOS ....	273

4.4 TESTEMUNHO VERSUS DOCUMENTO; ALTERNATIVOS OU COMPLEMENTARES? .....	285
4.5 MEMÓRIA PROVÍNCIA OU MATRIZ DA HISTÓRIA? .....	290
4.6 DO PROJETO À AÇÃO; PRIMEIROS FEITOS .....	298
4.7 ATUAÇÃO TRANSFORMADORA; O CEOM E AS FORMAS DE RECRUTAMENTO .....	304
4.8 SOMANDO ESFORÇOS; O CEOM E POLÍTICA DAS PARCERIAS .....	311
<b>CAPÍTULO V - UM CENTRO DE MEMÓRIA E UM CURSO DE HISTÓRIA; DA FUNDESTE À UNOESC-CHAPECÓ .....</b>	<b>315</b>
5.1 O CEOM ENTRE 1989 E 1992; A INSISTENTE SOBREVIVÊNCIA .....	315
5.2 A SEGUNDA FASE DO CEOM (1992-1997); RETOMANDO ATIVIDADES E REESTABELECENDO CONTATOS .....	320
5.3 O CEOM E A QUESTÃO INDÍGENA .....	326
5.4 O CEOM COMO REFERÊNCIA REGIONAL; RECUPERANDO ESPAÇO .....	331
5.5 PLANEJAMENTO INTERNO E PARTICIPAÇÃO; O PENSAR COLETIVO DO CEOM .....	339
5.6 ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXPOSIÇÕES REGIONAIS; DUAS FRENTES DE ATUAÇÃO .....	342
5.7 CONVÊNIOS, EXPOSIÇÕES E CAPACITAÇÃO; UMA POLÍTICA CONTINUADA .....	351
5.8 O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS – NEMU/UFSC E O NOVO CENÁRIO ESTADUAL .....	355
5.9 A PARCERIA CEOM/NEMU E AS AÇÕES REGIONAIS .....	361
5.10 O NEMU NO CEOM; AS DISCUSSÕES DO V ENCONTRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS .....	366
<b>CAPÍTULO VI - A HISTÓRIA DO FAZER HISTÓRIA; AS AÇÕES DE “RESGATE”, EXPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO MEMORIAL DESENVOLVIDAS PELO CEOM. ....</b>	<b>379</b>
6.1 NOVAS DEMANDAS, VELHOS OBJETIVOS; UMA IDENTIDADE PARA O CEOM .....	379
6.2 REARRANJO E CLASSIFICAÇÃO; LIDANDO COM AS DEFICIÊNCIAS TÉCNICAS DO ACERVO .....	391

6.3 O CEOM COMO EXTENSÃO DA UNOESC-CHAPECÓ; A NECESSIDADE DE UM PROJETO ÚNICO .....	397
6.4 MUSEU, ARQUIVO E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO; NOVAS FUNÇÕES NOVOS PROCEDIMENTOS .....	403
6.5 O CEOM NOS 500 ANOS DO “DESCOBRIMENTO” .....	417
6.6 O CEOM E OS COORDENADORES DA CASA .....	427
6.7 A DEFINIÇÃO DO PROJETO AGREGADOR DO CEOM; O PEC COMO “PROJETÃO” .....	435
6.8 REFLEXOS DE UM NOVO QUADRO; INFORMATIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISPUTAS POR ACERVOS NA NOVA SEDE DO CEOM .....	440
6.9 O CEOM EM 2006; 20 ANOS DE ATIVIDADES NO “ANO NACIONAL DOS MUSEUS” .....	452
<b>CAPITULO VII - MEMÓRIAS “RESGATADAS”, HISTÓRIAS PUBLICADAS; O ESPAÇO EDITORIAL DO CEOM.....</b>	<b>459</b>
7.1 AS VERSÕES DE PASSADO NOS CADERNOS DO CEOM; CONSTITUINDO CAMPOS DE DISPUTA .....	459
7.2 O CEOM NA IMPRENSA .....	468
7.3 “PRÁXIS” CIENTÍFICA E ATUAÇÃO ENGAJADA; UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO .....	474
7.4 O PAPEL DA HISTÓRIA E O TRATO DAS FONTES .....	479
7.5 PARA UMA HISTÓRIA DO OESTE CATARINENSE .....	485
7.6 A HISTÓRIA “TRADICIONAL” E AS “FRONTEIRAS” “GEO-SÓCIO-CULTURAIS” .....	488
7.7 ADEQUAÇÕES E RECORRÊNCIAS; AS PUBLICAÇÕES DO CEOM NA SEGUNDA FASE (1992-1997).....	492
7.8 A APRESENTAÇÃO DOS AGENTES E AS REDES DE APOIO; CONFIGURANDO UM CAMPO DE DISPUTAS.....	500
7.9 ADEQUAÇÕES E RECORRÊNCIAS; AS PUBLICAÇÕES DO CEOM NA TERCEIRA FASE (1998-2006) .....	507
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>527</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>535</b>
FONTES BIBLIOGRÁFICAS .....	544
<b>ANEXOS.....</b>	<b>547</b>

ANEXO 1 – RELATÓRIO COMENTADO DO ACERVO DO CEOM NO ANO DE 2005 .....	547
ANEXO 2 – CATÁLOGO CADERNOS DO CEOM .....	553
ANEXO 3 – TABELA ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM CHAPECÓ (1988-2012).....	582
ANEXO 4 – FOTOGRAFIAS DAS CAPAS DO PERIÓDICO CADERNOS DO CEOM (1986-1992) .....	588



## INTRODUÇÃO

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto do mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

(BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p 14-15).

Nas últimas décadas assistimos a um crescimento significativo nas discussões que tomam como espaço de análise a *região* Oeste do Estado de Santa Catarina. Importante palco de disputas e com histórico vasto de movimentos sociais<sup>1</sup> tornou-se objeto de estudo de profissionais de várias áreas. As peculiaridades que envolvem sua tardia incorporação ao restante do Estado e seu rápido crescimento também podem ser vistas como fatores que impulsionaram sua tomada como local privilegiado para o desenvolvimento de estudos acadêmicos. Uma rápida leitura nestes estudos surgidos a partir da década 1980 demonstra que uma mudança de

---

<sup>1</sup> Neste contexto podemos citar desde o movimento do Contestado do início do século XX até os recentes movimentos em torno das questões da terra como o MST (Movimento dos Sem Terra), o MAB (Movimento dos atingidos por barragens) e o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras). Caberiam ainda outros tantos.

foco no que concerne aos objetos privilegiados para a análise. Trabalhos que tomam, exatamente estes movimentos sociais para análise, tornam-se frequentes. Mas não se trata apenas de grupos organizados. Indígenas, caboclos, mulheres, por exemplo, passam a ocupar lugar de destaque, especialmente em trabalhos acadêmicos. Essa mudança de foco estava ligada a uma nova forma de compreensão e de leitura da sociedade que se vinha gestando nos espaços acadêmicos havia algum tempo. Como demonstra Daniel Pecaú<sup>2</sup>, o período de Governo Militar não significou uma retração do Ensino Superior no Brasil, pelo contrário, o crescimento nesse setor superou em muito o crescimento das áreas fundamental e básica, por exemplo. Esse movimento que se deu muito em função da interiorização de instituições de ensino tem, em se tratando do Oeste catarinense, seu melhor exemplo, na instalação, no ano de 1970, da FUNDESTE (Fundação para o Desenvolvimento do Oeste).

Constituída como símbolo de desenvolvimento para a *região* a instituição enquadrava-se no rol do processo desenvolvimentista da época. Desenvolvimento, nesse período, não diferente de agora, era um conceito de grande maleabilidade e, nesse caso, cumpria, dentro do discurso governamental, o papel de difusão da ideia de expansão da educação. A análise dos discursos do Governo Estadual à época, que circundaram a criação da FUNDESTE, demonstram uma tendência em se apresentar as obras instaladas no Oeste catarinense como em uma espécie de ato compensatório, quase sempre em referência à sua distância em relação à Capital. Este tipo de posicionamento que mistura preocupação e reconhecimento da situação “*desfavorável*” da *região* e, por isso, merecedora de atos compensatórios, é verdade, antecedia os próprios governos militares e parecem acompanhar toda a trajetória do Oeste catarinense. No tocante aos discursos do governo estadual, reverberações nesse sentido, remontam ao início do século XX, antepondo-se, inclusive, à própria incorporação da *região* ao restante do Estado. Em termos de ações efetivas, exemplos podem ser visto em passagens como a Viagem do Governador Adolfo Konder em 1929<sup>3</sup>, e a instalação em Chapecó, no

---

<sup>2</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** Entre o povo e a nação. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>3</sup> A ida do Governador Adolfo Konder até os limites da fronteira de Santa Catarina com a Argentina na *região* extremo-oeste do Estado fez parte do trajeto da longa viagem organizada no ano de 1929 que percorreu várias porções do território catarinense. A esse respeito ver: **A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina:** documentos e leituras / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005. 207 p.

ano de 1963, da Secretaria dos Negócios do Oeste. Primeira experiência de descentralização governamental do Estado de Santa Catarina.

Diante do quadro, a mobilização deste tipo de “*estigmas*”<sup>4</sup>, reservadas a características e os objetivos de cada momento e de cada grupo, parece um caminho usual no tocante a *região* Oeste de Santa Catarina e às disputas simbólicas nele engendradas. É nesse contexto que nos parece ter sido gestado o projeto de constituição do CEOM (Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste de Santa Catarina). Sua organização está ligada a atuação regional da FUNDESTE e dá-se em um momento em que a abertura política começava a ser sentida de modo mais efetivo nas instituições de Ensino Superior. Pensado originalmente como projeto de sistematização dos arquivos da Instituição as primeiras menções àquilo que seria o CEOM de que se tem registro remontam ao primeiro quinquênio da década de 1980. Em 1983, já se falava da preocupação com a situação dos arquivos da FUNDESTE e se cogitava a criação de um projeto visando atender a essa demanda. Dois anos mais tarde, esse pensamento embrionário, adquirirá contornos definitivos e uma proposta bem mais ousada, lançando o desafio de promover um “*resgate da memória sócio-cultural*” de toda a *região* Oeste de Santa Catarina que estava sob área de abrangência da FUNDESTE.

Tendo na figura de Santo Rosseto<sup>5</sup> seu mentor, implantador e

---

<sup>4</sup> A esse respeito ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. SP: Perspectiva, 2003. O conceito de “*estigmas*”, na obra de Bourdieu é atrelado ao discurso da mobilização da diferença, ato que permitem àqueles que a invocam, reivindicarem no campo das lutas simbólicas [lutas de representações] tanto o reconhecimento à existência [em razão da diferença que as caracteriza], quanto a proposição de diferentes leituras para uma realidade que também é objeto de disputa de distintas versões do presente e do passado. Nesse sentido, os “*estigmas*” operariam em uma função binária [diferença/igualdade, exclusão/inclusão, privilegiados/preteridos] e sua mobilização, reservadas as características de cada momento e situação, seria estendida a embates envolvendo questões como *região* e identidade, por exemplo. Nesse caso, por via de uma história/memória.

<sup>5</sup> Santo Rossetto nasceu no interior de Concórdia, Linha Cruz e Souza, em 27 de novembro de 1930, filho de Ângelo Rossetto e Genoepha Rossetto. Casou-se com a fonoaudióloga Léa Rossetto. De 1945 a 1953, cursou o nível médio no Seminário Nossa Senhora da Salette, em Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul e, de 1953 a 1956, a faculdade de Filosofia Aristotélico-tomista, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália). Continuou sua formação em nível superior cursando Teologia Dogmática na mesma instituição italiana, de 1956 a 1960, e

principal articulador nos primeiros anos de atuação a história do CEOM é marcada por um discurso fortemente alicerçado na ideia de participação comunitária e de preservação cultural. O objetivo que se apresentava, no projeto, era o de promover um “*resgate*” da memória de grupos definidos em termos étnicos e de classe que, segundo entendimento, teriam sido excluídos da história local tida como “tradicional” e elitista. “*Resgatar*” a memória destes indivíduos significava, segundo este postulado, devolver-lhes o direito do espaço de visibilidade que lhes havia sido “*expropriado*”. Implantar esse projeto significava, entretanto, negociar com vários segmentos da sociedade especialmente com ocupantes de

---

depois o doutorado em Ciências Pedagógicas, pelo Instituto de Ciências Pedagógicas de Cuba. Santo Rossetto foi ordenado Padre Católico em Roma, no ano de 1960, exercendo, ao retornar ao Brasil, atividades pastorais de cunho social no Rio de Janeiro, até 1964, especialmente na Favela do Morro São Carlos, que se tornou, como diz, sua segunda escola de filosofia. Diretor do Instituto Salette, de Curitiba (PR), de 1964 a 1968, promoveu profunda reforma da formação seminária para permitir aos jovens estudantes de Filosofia e Teologia engajarem-se às lutas sociais que antecederam e sucederam ao golpe militar de 1964, o que lhe valeu o exílio na Europa, de 1968 a 1970. De volta ao Brasil, em 1970, viveu semiclandestinamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, participando de várias frentes de resistência ao regime ditatorial, até 1975, quando fugiu da prisão e tortura em que havia caído a maioria de seus companheiros, sendo abrigado em Chapecó pelo Bispo Dom José Gomes. Em Chapecó, assumiu a cadeira de filosofia e sociologia na então FUNDESTE (Fundação de Ensino e do Desenvolvimento do Oeste) e trabalhou intensamente para a democratização do ensino superior na *região*, estendendo-o às cidades de São Miguel do Oeste, Maravilha e Xanxerê. Exerceu o cargo de Diretor Geral da Fundação de 1985 a 1991. Lutou pelo projeto de criação da UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina), então constituída de cinco Campi, relativamente autônomos, em São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Videira. Santo Rossetto também é responsável pela criação do CEOM (Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina). Eleito reitor da UNOESC no ano de 2000, exerceu o mandato de quatro anos, tendo promovido uma ampla reforma estatutária e regimental na Universidade, que defendeu como pública não-estatal, comunitária e regional. Em 2004, foi agraciado com a medalha do mérito conferida pela Assembleia Legislativa do Governo do Estado de Santa Catarina. Em 10 de novembro de 2007 faleceu. Em 2008, o Projeto de Lei 153/2008 de autoria do vereador Paulinho da Silva do Pc do B, foi aprovado na câmara e pela LEI Nº 5411, DE 13 DE JUNHO DE 2008, Prof. Santo Rossetto tornou-se nome de rua em Chapecó. Descrição do autor constante da obra: ROSSETO, Santo. **Deus e o Diabo na vida de um Santo**. Editada por Nelson Rolim de Moura. Florianópolis: Insular, 2008.

cargos públicos nos municípios, muitos dos quais - talvez a maioria – não compartilhavam das mesmas prerrogativas que os membros do CEOM, tampouco se alinhavam a esse modo de compreensão de história e de integração de outros sujeitos. Há que se ter em mente que este momento de redemocratização é marcado pela redefinição dos quadros políticos em todo o país e, no caso do Oeste catarinense, ainda que anos subsequentes tivéssemos um crescimento significativo e gradativo dos partidos e ideologias de esquerda, o cenário, em meados da década de 1980, ainda era predominantemente conservador. Nesse sentido, para além de um movimento de caráter acadêmico de viés mediador, o CEOM precisa ser analisado também como um movimento político. Como um espaço de disputa e de atuação política seja em termos de mobilização e transformação social, seja no tocante ao posicionamento partidário propriamente dito.

Tudo isso incluso, ao que parece, em um cenário em que a oposição: *excluído x privilegiado* parece ser transportada do campo das disputas em torno da definição regional - Oeste enquanto *região* distante, diferente e desassistida - e direcionada para as disputas em torno do direito a visibilidade e ao reconhecimento de determinados grupos sociais - constituído por etnias e classes consideradas desfavorecidas econômica e culturalmente; caboclos, indígenas, pobres -, uma história instruída pelo “*resgate*” dessas memórias e centrada em um discurso de reparação, parecia ser o instrumento pelo qual se disputariam versões de um passado comum.

## NOVAS E VELHAS HISTÓRIAS; AS TENSÕES NO CAMPO DA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE

No ano de 2006 eram lançados pela Revista Cadernos do CEOM três obras, obedecendo a seguinte ordem e titulação: (v. 19, n. 23) CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina<sup>66</sup>, (v. 19, n.

---

<sup>66</sup> A relação dos textos permanecia a mesma da primeira compilação elaborada em 1995, apenas com a apresentação alterada. Cadernos do CEOM n° 23 – **CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. Apresentação - Telmo Marcon; · **Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória** – Elison Antonio Paim; · **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros** – Arlene Renk; · **Balsas e balseiros no Rio Uruguai** – Eli Maria Bellani; · **Ocupação pré-colonial do oeste catarinense** – Hilda Beatriz Dmitruk; · **Caboclo: pioneirismo e marginalização** – Jaci Poli; · **Revisão bibli-**

24) Cultura Material e (v. 19, n. 25) Narrativas. A primeira delas não trazia textos originais, era uma reedição de artigos publicados ainda nos primeiros anos de existência da Instituição (1986-1987) e que já haviam, inclusive, sido reeditados em uma publicação do ano de 1995, configurando algo como uma espécie de (re) reedição decenal. A última, por sua vez, tinha como base textos oriundos de comunicações feitas durante a “*Semana CEOM: Vinte anos de Memórias e Histórias*”. A essa altura, o CEOM contava com 20 anos de atuação, e o evento que se deu entre 23 e 27 de outubro era uma das formas de marcar a passagem. Na apresentação do texto, Telmo Marcon<sup>7</sup>, ao passo que apontava a importância e o caráter referencial que tomaram as obras ora reeditadas: “*a obra em questão que inclui textos de autores reconhecidamente fundamentais para estudos sobre a região (...) e que foram se tornando referência para o estudo e debate acadêmico. São, portanto, textos clássicos sobre a região oeste de Santa Catarina*”<sup>8</sup>, apontava as razões, que seriam responsáveis pela parca existência de estudos sobre a região<sup>9</sup>.

A questão relativa aos estudos sobre a região oeste de Santa Catarina apresentava, segundo a leitura, uma dupla carência. Por um lado, a carência quantitativa caracterizada pela falta de estudos e, por outro, a carência qualitativa, assinalada pela tendência a exaltação dos grupos colonizadores e da própria região mais do que a análise dos mesmos. A concentração de acervos documentais na mão de particulares era ainda

---

**ográfica crítica sobre organização social Kaingang** – Juracilda Veiga; · **Síntese histórica da região Oeste** – Santo Rosseto; · **Para uma história dos índios do Oeste catarinense** – Wilmar da Rocha D’Angelis.

<sup>7</sup> Doutor em História social pela Puc/SP; pós-doutorado pela UFSC. Professor e pesquisador junto ao programa de pós-graduação em educação pela Universidade de Passo Fundo.

<sup>8</sup> MARCON, Telmo. **Cultura, memória, história e identidade:** desafios das pesquisas regionais. CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. v. 19, n. 23.p. 01.

<sup>9</sup> “*A região em questão permaneceu praticamente no anonimato em relação ao país e também ao estado (província) de Santa Catarina até há poucas décadas. Até poucas décadas poucas pesquisas foram levadas à cabo sobre a região e, na maioria das vezes, por iniciativa individual e não coletiva ou institucional. Algumas dessas pesquisas têm em vista muito mais exaltar a região do que investigar as relações construídas e transformadas historicamente. As pesquisas que foram se multiplicando nos últimos anos, no entanto, ajudam a compreender a região oeste enquanto um espaço construído por diversos grupos étnico-culturais e não apenas pelos colonizadores, especialmente as pesquisas em relação aos índios, aos brasileiros (caboclos) e aos movimentos sociais*”. Idem. p. 08.

apontada como razão para a tessitura deste quadro. *“Muitas vezes, ”a documentação local, necessária às pesquisas geralmente está em mãos de pessoas que se consideram donas e não querem cedê-la”*<sup>10</sup>. Notadamente, em ambos os casos, ressalvas eram feitas a atuação do CEOM. No caso dos estudos, isto se dava mediante a reiterada execução e publicação de obras com temáticas e concepções inovadoras. No tocante aos documentos de consulta, pela postura do órgão de reunir e disponibilizar os acervos à consulta pública: *“Tornar as fontes existentes de domínio público é um passo importante para o desenvolvimento das pesquisas de um modo mais independente”*<sup>11</sup>. *Um trabalho importante nessa direção e que merece o reconhecimento de todos está sendo desenvolvido pelo Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM”*<sup>12</sup>.

O papel do órgão vinha, deste modo, exercendo um contraponto aos estudos e ao modo como se havia condicionado pensar a região e seus habitantes. Assim, ao que parece, mais do que um problema de escassez de pesquisas, tratava-se da perspectiva analítica das mesmas. *“A concepção de tempo instaurada pela colonização no oeste catarinense privilegiou as categorias de progresso, modernização e desenvolvimento e desconsiderou quase por completo os sujeitos que até então ocupavam a referida região”*<sup>13</sup>. Havia, então, por parte do CEOM, desde a sua fundação, uma espécie de compromisso funcional em atuar de modo a dar visibilidade a esses grupos silenciados. *“Conseguir arrancar do silêncio as experiências de luta e resistência dos grupos que não se tornaram hegemônicos é difícil, mas é condição para ressignificar o tempo presente. Esses processos se evidenciam, especialmente quando se trata da história e da cultura indígena e cabocla. O que parecia silêncio renasce com muita vitalidade no tempo presente”*<sup>14</sup>. Tarefa que se mostrava, segundo apontado, bastante exitosa. “Resignificar” o tempo presente, passava, nesses termos, pela escolha de novos protagonistas das narrativas históricas, os quais estavam devidamente identificados e vinham se tornando personagens prioritários havia alguns anos. Com essa postura estabelecia-se uma convergência entre pesquisa histórica e ação política capaz, segundo o autor, de superar os problemas há muito estabelecidos. *“O retorno sistemático ao passado para resgatar as*

---

<sup>10</sup> Idem, p. 01.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem. A ressalva em questão vinha em forma de nota no texto.

<sup>13</sup> Idem, p. 09.

<sup>14</sup> Idem, p. 09-10.

*experiências vividas pelos diferentes sujeitos se coloca como condição para superar os problemas históricos tanto em termos de pesquisa quanto de intervenção política*<sup>15</sup>.

Uma rápida leitura da relação de artigos e outros tipos de publicação presentes nas obras regulares dos Cadernos, n.º 24 – Cultura Material<sup>16</sup> e n.º 25 – Narrativas<sup>17</sup> revelam, não só a pungência do periódico, como a grande quantidade de estudos que tomam ou o Oeste como espaço para análise, ou pelo menos, temas que em nada se aproximam daquilo que se convencionou chamar de uma história “tradicional” ou “elitista”. Se estendermos esta verificação a todo o recorte temporal do nosso trabalho<sup>18</sup>, retrocedendo até a publicação do primeiro exemplar de 1986 “*Síntese histórica da região oeste de Santa Catarina*” de Santo Rosseto, não chegaremos à conclusão diferente. Isto posto, cumpre responder a duas questões que parecem originar-se em igual importância e interligadas. Uma dá-se no sentido de entender como foram formulados o projeto e as posteriores ações práticas do CEOM que levaram a essa mudança dos personagens e das abordagens históricas no e sobre o Oeste catarinense. Ou em uma versão mais sintética, como se pensou fazer, dentro do projeto do CEOM, essa guinada? A outra questão, busca entender, ou pelo menos problematizar, como, sendo essa primeira questão incontroversa, ainda se mantém um discurso que faz uso dos mesmos “*estigmas*” que eram mobilizados vinte anos atrás? Qual a razão dessa manutenção, pelo menos dentro dos discursos ligados ao CEOM, desse reiterado apelo a uma história não “*elitista*”. Este compromisso para com os desfavorecidos. Esta busca por dar vez e voz aos excluídos da história.

## PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

A discussão que colocava em cena uma nova forma de se fazer história em detrimento de um modelo “tradicional” aqui introduzida e que será evidenciada no projeto do CEOM, encontrava naquele momento, reverberações em outros espaços seja em âmbito Estadual, seja em esfera

---

<sup>15</sup> Idem, p. 13.

<sup>16</sup> Ver anexo 2.

<sup>17</sup> Ver anexo 2.

<sup>18</sup> O Exercício também poderia se estender aos dias atuais, uma vez que o periódico continua ativo. Uma verificação neste sentido pode ser feita por meio do link: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2138.pdf>. Ou do anexo 2.

nacional. Esta corrente de questionamento, como veremos, possuía argumentação e perspectivas semelhantes. Para melhor posicionar-mos esta discussão, cumpre problematizar algumas questões ligadas à constituição do pensamento social brasileiro no que tange a aspectos como, *região*, cultura e identidade. Ainda que não pudéssemos falar em um movimento declaradamente regionalista assumido pelos intelectuais a frente do projeto do CEOM, sua ligação com este movimento em esfera estadual, ainda que em posicionamento, mais das vezes discordante, pode ser atestada. A argumentação central da implantação do projeto do CEOM, gira em torno da proposta de se fazer um tipo de estudo diferente daquele vigente, tido como “tradicional” e “elitista”. Deste modo, mesmo que o direcionamento não fosse feito de modo específico, a crítica incluía os intelectuais ligados ao próprio IHGS de onde provinham boa parte dos estudos ou a quem estavam ligados a maior parte dos pesquisadores daquela época. Assim, mais do que duas propostas de entendimento e de objetivos<sup>19</sup> quanto à identidade, tínhamos em curso uma ideia de reescrita da história regional. Importa atentar que, ainda que a noção de valorização da cultura regional possa ser retroagida, pelo menos, até o movimento Folclorista - “*O movimento folclórico irá convocar os intelectuais dos institutos e academias locais para construir uma imagem da nação unificada, mas que, por outro lado, confira ao regional um lugar de destaque*”<sup>20</sup> - e que, como nos mostra Vilhena<sup>21</sup>, tanto a cooptação dos

---

<sup>19</sup> No IHGS, falava-se em catarinidade, na busca por uma identidade unificadora, capaz de representar o catarinense. No projeto do CEOM, a ideia era a da valorização das múltiplas manifestações culturais e identitárias, e falava-se em “homem de fronteiras”.

<sup>20</sup> VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. **Entre o regional e o nacional**; folcloristas na década de 50. p. 31. Artigo apresentado ao XIX Encontro Anual da ANPOCS, realizado de 17 a 21 de outubro de 1995 em Caxambu (MG), Grupo de Trabalho sobre Pensamento social no Brasil. Disponível on-line: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7632&Itemid=362](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7632&Itemid=362).

<sup>21</sup> Sobre a obra de Vilhena a resenha de Elizabeth Travassos Professora de Etnomusicologia e Folclore, UNIRIO, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100015), diz: O “movimento folclórico” de que trata o livro em questão abrange uma série de empreendimentos de um grupo de intelectuais que almejava, entre outras coisas, o reconhecimento do folclore como saber científico. Organizados em 1947 na Comissão Nacional de Folclore (CNFL), eles ramificaram o movimento em comissões estaduais, promoveram congressos e viabilizaram a criação, em 1958, da Campanha

IHGs Brasil a fora, como um dos meios pelo qual se pretendia atingir tal propósito - “*Eis o grande projeto a que o movimento folclórico convoca os intelectuais de província: abandonem a história das elites que vinham praticando e dediquem-se à descrição da cultura de sua região...*”<sup>22</sup> -, quanto a preocupação para com uma abordagem que abarcasse uma gama maior de personagens, estarem contempladas no rol de suas preocupações - “*A adesão dos historiadores dos estados, que até então tinham como objetivo, a nível regional, compor a “história das elites” construída até então pelos institutos, ganham um novo papel em sua contribuição ao estudo da formação nacional, agora a ser reconstituída a partir do “povo”.*”<sup>23</sup> -, a visão destes institutos como sendo ligados a uma história “tradicional”, pelo menos em se tratando do caso catarinense<sup>24</sup>, permaneceu forte. O que fez com que o diálogo entre os IHGS, e os profissionais da área de História ligados ao programa de pós-graduação, quando de sua criação em 1975, adquirisse ares antagônicos. Sobre isso, a tese de Janice Gonçalves<sup>25</sup> ao tratar da constituição dos campos historiográfico e arquivístico catarinense, nos fornece importante leitura. Ao apontar como objetivos do trabalho a problematização das “*tensões entre a “nova geração” (muito identificada ao meio universitário) e os representantes da “história tradicional” (em geral, associados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC)*”<sup>26</sup>”.

Partindo da matéria veiculada no jornal *A Notícia*, em 3 de maio

---

de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão executivo ligado ao Ministério da Educação. O livro de Luis Rodolfo Vilhena propõe uma abordagem etnográfica da rede de folcloristas conectados à CNFL durante o período de sua mais intensa atividade. Apresentado originalmente como tese de doutorado em Antropologia (PPGAS/ UFRJ) e laureado com o 1º prêmio no concurso Sílvia Romero (Funarte) de 1995, o trabalho traz à tona personagens pouco conhecidos dos cientistas sociais contemporâneos e dialoga com as pesquisas que examinam a história das ciências sociais e o “pensamento social” no Brasil.

<sup>22</sup> VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. Op. Cit. p. 31.

<sup>23</sup> Idem, p. 34-35.

<sup>24</sup> Essa situação talvez encontre respaldo na própria afirmação do autor de que, ainda que houvesse uma estrutura relativamente abrangente de Institutos em vários estados brasileiros, não existia uma prática ou um polo centralizador capaz de manter uma unidade efetiva de práticas e posturas.

<sup>25</sup> GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. [Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], 2006.

<sup>26</sup> Idem, p. 01.

de 1999, acerca do lançamento do livro *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*, a autora elabora uma análise da obra que era apresentada como reunindo “*ensaios escritos por uma nova geração de historiadores, todos formados pela UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina]*”, com os quais se pretendia “*contribuir para renovar, no conteúdo e na forma, a abordagem da história catarinense, uma vez que ‘quase sempre ela foi contada pelos vencedores’, deixando a desejar também quanto ao tratamento dado à ‘diversidade cultural do Estado’*”<sup>27</sup>. A questão da diversidade cultural contraposta a uma ideia de identidade única constituiu-se em uma das principais problemáticas ligadas à historiografia catarinense, sendo válida para seu estudo a introdução da discussão relativa ao regionalismo. As diretrizes que seriam assumidas pelo movimento regionalista a partir de 1980, vinham se desenvolvendo havia mais de uma década. Eram fruto do movimento que pregava a valorização da cultura popular brasileira<sup>28</sup>.

Esta postura de valorização cultural, característico do movimento folclorista, que partia do plano nacional e passava pelas políticas locais de preservação com o objetivo de integração deste arcabouço simbólico regional ao repertório nacional, nos fornece subsídio para a análise do processo de constituição do CEOM. Os estudos da cultura brasileira nos seus traços locais, naquilo que era o espaço social vivenciado, marca um modo de compreensão que, mesmo anos depois de sua tessitura, mantém traços possíveis de identificação em projetos de valorização da cultura local, dos quais o CEOM pode ser tomado como exemplo.

O movimento regionalista catarinense em seu processo de desenvolvimento, constituiu um espaço de debate que elevou a

---

<sup>27</sup> Idem, p. 18.

<sup>28</sup> As campanhas em defesa do Folclore Nacional são assim descritas na obra de Letícia Nedel: “*Neste cenário decisivo para o desenvolvimento e consolidação da pesquisa e do ensino superior, a Comissão – e, a partir de 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB)144 – manteve um programa de estudos visando atender a três objetivos. O primeiro era a execução de um ‘inquérito folclórico brasileiro’. O segundo, a luta pela preservação das heranças folclóricas regionais e sua integração ao calendário cívico nacional. Por último, a introdução do tema no ensino formal em níveis fundamental e superior. (Vilhena, 1997:173-175). Tais medidas eram entendidas pelos comandantes do folclorismo como uma pré-condição para “a compreensão científica da cultura popular. (Almeida, 1957: 9)”*. NEDEL, Leticia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. [Tese]. Universidade de Brasília. Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em História, 2005. p. 145.

problemática da reivindicação regional, da valorização da cultura local, a patamares cada vez mais alargados. Esta distensão num sentido horizontal que passa a se efetivar quando do desenvolvimento dos projetos de valorização da cultura local é marcada pela tensão que vai sendo estabelecida, em se tratando do campo historiográfico, entre os espaços de enunciação representados de um lado pelo IHGSC, que teria herdado a missão do movimento folclorista e, de outro, por um grupo de historiadores identificados pelo termo “*de nova geração*”. Este movimento de contestação estava ligado ao programa de Pós-graduação em História da UFSC, fundado em 1975, e propunha aquilo que definiam como um tipo de estudo não “tradicional”. Aquilo que DALLABRIDA<sup>29</sup> apontava como sendo, em fins da década de 1980, “*a emergência de uma nova conjuntura historiográfica catarinense - ‘pós-moderna’? -, marcada pela exploração de novos objetos históricos, que demandam novas abordagens. A partir de novos olhares, a História catarinense passa a se sintonizar cada vez mais com o mundo, principalmente por influência das universidades paulistas*”<sup>30</sup>.

É verdade que tanto a classificação destes trabalhos anteriores como sendo “tradicional”, quanto a definição dos novos como praticantes de uma história definida sob novos parâmetros, segundo novas abordagens, era feita pelos próprios integrantes do grupo. Assim como também o era a cunhagem do termo “*nova geração*”. Coisas que, segundo Janice Gonçalves<sup>31</sup>, não eram feitas com o cuidado e a preocupação que deveriam. Do modo como eram operadas essas classificações nativas provém a observação da autora, de que esses críticos da dita história “tradicional” não definiam, para além das rotulações simplificadoras, nem o que era essa história “tradicional”, nem de que males epistemológicos ela padeceria<sup>32</sup>. A crítica de Gonçalves aos textos em que se estruturaram polarizações entre novos e velhos, acadêmicos e eruditos, historiadores e diletantes, apontava tanto a dificuldade em se construir uma definição objetiva para o que seria essa história “tradicional”, quanto a falta de um consenso entre estes historiadores em indicar temporalmente, quando a pesquisa histórica teria de fato começado a ser praticada em Santa Catarina. “*Não há unanimidade quanto à sua trajetória, e as cesuras feitas por uns e*

---

<sup>29</sup> DALLABRIDA, Norberto in Gonçalves, Janice. Op. Cit. p. 31.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> GONÇALVES, Janice. Op. Cit. p. 31.

<sup>32</sup> Idem, p. 28.

*outros*<sup>33</sup> – 1948<sup>34</sup>, 1960<sup>35</sup>, 1975<sup>36</sup>, 1989<sup>37</sup> – são indícios disso<sup>38</sup>”. Assim, enquanto para alguns “as pesquisas geradas pelo Mestrado em História da UFSC, a partir de 1975, rompiam com um fazer historiográfico

---

<sup>33</sup> Para exemplificar estas diferentes definições temporais, Janice Gonçalves traz exemplos relativos a cada uma delas. Como podemos verificar nas citações retiradas de seu texto nas notas de número 11,12,13 e 14.

<sup>34</sup> “Para Élio Cantalício Serpa, Valter Gomes procurou detectar tal “pensamento historiográfico” em função do pressuposto de uma identidade catarinense a partir da qual demandas e anseios da população de Santa Catarina poderiam ser interpretados e defendidos. Neste sentido, Serpa vislumbrou no trabalho de Valter Gomes a postura predominante entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no que se refere a uma preocupação marcante com a questão identitária, em termos regionais (Gomes é, aliás, sócio do IHGSC, assim como seu orientador). Valter Gomes associa os diferentes momentos da historiografia catarinense à “evolução litero-científica de Santa Catarina”, sua proposta de periodização seguindo de perto as fases da literatura catarinense, conforme estudiosos como Osvaldo F. Melo e Celestino Sachet. A fase mais recente, ou “quinto período”, estaria marcada pelo dinamismo cultural, a partir de 1948 (criação da revista modernista “Sul”, realização do 1º. Congresso de História Catarinense, expansão de meios de comunicação - rádios, jornais -, criação da Universidade”. In GONÇALVES, Janice, op cit. p. 32.

<sup>35</sup> Esse momento corresponderia, em Piazza, à vertente historiográfica situada na segunda metade do século XX, que assinalaria “uma sistemática historiográfica com bases científicas”, nitidamente influenciada pelo espírito universitário, já existente no país e, a partir de 1960, apesar de tímida, já se tem uma nova dimensão da Historiografia Catarinense, afirmada de maneira mais corajosa, a partir de 1975. In GONÇALVES, Janice, op cit. p. 30.

<sup>36</sup> Dallabrida entende ainda que, a partir da década de 1970, o cenário hegemônico do paradigma tradicional teria começado a ser alterado “por várias obras de autores provenientes de diferentes espaços intelectuais” - caso, por exemplo, da visão antropológica de Sílvio Coelho dos Santos, com sua *Nova História de Santa Catarina* (1974). Também a criação do Programa de Pós-Graduação em História na UFSC, em 1975, colaboraria para uma maior diversificação de perspectivas quanto à história catarinense, inclusive dando origem a uma “letra de obras de História demográfica e econômica baseadas no método quantitativo”. In GONÇALVES, Janice, op cit. p. 30.

<sup>37</sup> “Nesse caso Janice Gonçalves cita: Os anos 80 do século XX marcariam, justamente, a emergência da novidade historiográfica em solo catarinense: para Ana Brancher e Henrique Pereira Oliveira, “os primeiros trabalhos desta nova geração começaram a aparecer no final dos anos 80, tendo em comum, primeiramente, a preocupação de definir o tema da investigação vinculado à formulação de um problema”. In GONÇALVES, Janice, op cit. p. 24.

<sup>38</sup> GONÇALVES, Janice, op cit. p. 33.

*anteriormente consolidado – “romântico”, “tradicional”, “diletante”. Para outros, a ruptura viria quase quinze anos depois”<sup>39</sup>.*

Se havia por parte destes autointitulados historiadores da “nova geração” uma crítica direcionada à historiografia precedente, não era incomum a réplica proveniente daqueles que, em defesa do IHGS, direcionavam igualmente críticas aos primeiros. É verdade que essas críticas, diferentemente das de caráter técnico e metodológico que encontramos na obra de Gonçalves<sup>40</sup>, estavam muito mais ligadas a uma condição de reivindicação e de reconhecimento. Nesse sentido Janice Gonçalves<sup>41</sup> destaca o desabafo de Carlos Humberto Corrêa<sup>42</sup> que, na

---

<sup>39</sup> *Ibidem.*

<sup>40</sup> *Ibidem.*

<sup>41</sup> *Ibidem.*

<sup>42</sup> Acerca da atuação de Carlos Corrêa, Ricardo Santiago escreveu: “*O historiador e professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa foi uma das trinta pessoas regularmente matriculadas no notório curso de história oral acontecido na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, entre 7 de julho e 1º de agosto de 1975 – curso este que apresentou a historiadores brasileiros a vertente de trabalho decalcada dos arquivos de fontes orais estadunidenses. Carlos Humberto foi um dos intelectuais que, efetivamente empolgados com a possibilidade de incluir os testemunhos entre as fontes passíveis de utilização na construção do conhecimento histórico, trabalharam naquilo que ele entendia como uma “adaptação” do método para a realidade brasileira, realizando, colateralmente, um trabalho de divulgação expressivo. O historiador havia sido enviado em missão ao Rio de Janeiro pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde era um jovem professor. Um evento pouco conhecido na cronologia da história oral brasileira o explica: em 1974, a UFSC havia realizado seu primeiro Curso de Especialização em História e, dentro do módulo de disciplinas de metodologia de pesquisa, George P. Browne (que viria a articular iniciativas institucionais posteriores) ministrou aulas sobre a “técnica de história oral”. Em decorrência disso, o Departamento de História da universidade decidiu pela implementação de um Programa de Documentação em História Oral já em novembro daquele ano. De fato, datam de novembro de 1974 as entrevistas inauguradoras do programa (feitas pelos estudantes de pós-graduação da universidade, considerados melhor preparados para a tarefa), que em quatro anos de atividade chegaram a quase uma centena. Em 1975, devidamente formalizado nas instâncias universitárias, o programa transformou-se no Laboratório de História Oral da UFSC, ligado ao seu Curso de Pós-Graduação em História. De volta a Florianópolis após o curso de 1975, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa continuou trabalhando para estabelecer programaticamente um acervo de entrevistas com líderes políticos da região. Articulando-se aos temas normalmente estudados na universidade, a história oral não causou maior estranheza: era um método e uma fonte, não mais nem menos importante do que outras. Junto com a atividade prática,*

condição de ex-professor do Departamento de História da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em História e então presidente do IHGSC, identificava uma perda, por parte da Universidade, ao se distanciar paulatinamente do IHGSC. Uma vez que, quando esta, “[...] ignorou a contribuição dos membros do Instituto para a pesquisa documental da História catarinense e, conseqüentemente, para a formação da cultura regional, ignorou também as suas próprias origens”<sup>43</sup>. Ao que a própria autora acrescentava a necessidade de se considerar o papel do IHGSC “como entidade pioneira a abrigar estudos de caráter histórico”, e

---

*caminhava o esforço pessoal de Carlos Humberto: ele havia se incumbido da missão de “adaptar” as metodologias estadunidense e mexicana apresentadas no curso à realidade brasileira, empreendendo o estudo que deu origem à sua dissertação de mestrado, história oral como fonte histórica: uma experiência brasileira, defendida em 1977 sob a orientação de Walter Fernando Piazza, a primeira dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Nesse meio tempo, seu orientador – que, ao fim e ao cabo, era um colega – partilhava seu pioneirismo: em 1976 publicou o trabalho Documentação em história oral, com George Browne. No mesmo ano, o Catálogo de depoimentos do programa foi lançado – mais uma vez, o primeiro a ser editado no país. Além dos dados das entrevistas realizadas até então, a publicação continha um texto introdutório no qual Pederneiras Corrêa elucidava que sua preocupação com a história oral era técnica. Sua meta era a de sistematizar um conjunto de procedimentos capaz de gerar materiais com validade “científica”, adequados para utilização no futuro. Ele tratava de estágios como os da transcrição, da elaboração de índices onomásticos, da conservação das fitas – mas arranhava pontos mais astuciosos, como a necessidade de empregar técnicas distintas para extrair informações dos dois diferentes perfis de entrevistados encontrados quando da implementação do programa: o camponês pouco ilustrado, mais fechado, e o político experiente e expansivo. No ano seguinte, o estudo transformou-se em livro e ganhou novo título: História oral: teoria e técnica, pioneiro também por ser o primeiro manual de história brasileiro. Como contribuição oferecida em nível nacional, o livro priorizava a apresentação de aspectos técnicos atinentes ao trabalho com entrevistas – que incluíam o tipo de equipamento utilizado, o manuseio do gravador, as características da fita magnética de gravação. Tudo isso era fortemente calcado nos modelos dos manuais estadunidenses aos quais Corrêa havia tido acesso e às boas práticas da associação de história oral estadunidense, a que ele várias vezes se remetia. Isso se somava a exemplos da sua própria prática em campo, à preocupação com a legislação brasileira de direitos autorais e mesmo a referências a perspectivas sociológicas sobre a entrevista, como as sugestões oferecidas pelo sociólogo Oracy Nogueira”. SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil. História Oral, v. 18, n. 1, p. 221-239, jan./jun. 2015.*

<sup>43</sup> GONÇALVES, Janice, op cit. p. 59.

também “a relevância da atuação dos membros do IHGSC na constituição do primeiro curso de graduação em História, em Santa Catarina, da primeira universidade e da primeira pós-graduação em História”<sup>44</sup>.

Como se pode notar, com base neste apanhado de informações, as discussões acerca dos modos de leitura do passado, em se tratando da Santa Catarina da década de 1990, eram frequentes. Enquanto ainda em fins da década de 1980, no IHGS, lançavam-se trabalhos tentando definir uma identidade catarinense, na Universidade Federal de Santa Catarina, ao que parece, os entendimentos eram outros. A necessidade de substituição de uma história vista como “tradicional” instituiu-se como principal objetivo desse movimento de uma “nova geração” e o tensionamento do campo da historiografia catarinense era evidente. Ainda que, nessa época, o direcionamento e a quantidade de defensores de ambas as posições já não estivesse mais dividida.

Este processo de constituição do campo historiográfico catarinense, mais do que demonstrar as disputas, permite identificar instituições que, de um modo ou de outro, estiveram ligadas ao projeto do CEOM. A menção às universidades paulistas, por exemplo, interessa-nos na medida em que é também lá que muitos dos intelectuais ligados ao projeto do CEOM, farão seus estudos e de onde virão, mediante firmamento de parcerias, muitos pesquisadores para ministrarem cursos e realizarem atividades junto ao CEOM. Há que se observar que, nesse sentido, a proposta do CEOM pode ser vista como uma resposta ao projeto *Identidade Catarinense* do governador Esperidião Amin, lançado em 1980. A proposta presente na *Carta aos Catarinenses* era a de buscar no *resgate* da memória dos *pequenos* as manifestações culturais e identitárias que se havia perdido ou que havia sido suplantada por outras manifestações não verdadeiramente representantes da identidade catarinense. Do ponto de vista geográfico o Oeste ocupava, dentro deste projeto, lugar estratégico uma vez que o movimento do contestado, lá acontecido, era apresentado como manifestação típica dos *pequenos* a quem se queria restituir espaço de visibilidade e reconhecimento histórico<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> A esse respeito ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. **A hermenêutica do vazio:** fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: **A viagem de 1929:** Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina –

Diante do exposto, a tese levantada é de que essa longa permanência de um discurso pautado em noções periféricas (exclusão, esquecimento, desassistência) oposto a condições centrais (privilegio, evidência, assistência) está intimamente ligada ao próprio ato de constituição e de legitimação do CEOM enquanto espaço de representação dos sujeitos abarcados por essa definição. Assim, a exemplo das manifestações que operam no sentido de opor centro e periferia no discurso de constituição regional, operaria dentro do discurso do CEOM, a relação que opõe excluídos e privilegiados em/por uma historiografia regional. Deste modo, os mesmos atos que expõe a condição periférica desses sujeitos, constitui o CEOM enquanto seu legítimo representante em uma relação de auto dependência e de retroalimentação. É, segundo essa hipótese, a condição de exclusão<sup>46</sup> dos

---

Chapecó: Argos, 2005. LAZARIN, Katuscia Maria. *Fanáticos, rebeldes e caboclos*: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003). 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

<sup>46</sup> Nesse sentido ver Tzvetan Todorov. **O Homem Desenraizado**. Nesta obra o filósofo e linguista búlgaro, elabora uma longa discussão acerca da perda da autonomia nas sociedades modernas que, segundo ele, teria entre outras razões a abdicação da individualidade em favor da representação coletiva. Essa perda de autonomia, por sua vez, estaria ligada ao ato de se constituírem grupos sob a perspectiva da vitimização, em função, do poder agregado a essa condição e a sua desvinculação da responsabilidade direta pelos atos. *“Ninguém quer ser vítima, isso não tem nada de agradável; em contrapartida, todos querem ter sido; eles aspiram ao estatuto de vítima Gáfalei a respeito das sequelas do totalitarismo). A vida privada conhece este cenário já há muito tempo: um membro da família se ocupa do papel de vítima porque, a partir deste fato, ele pode atribuir aos que o cercam um papel bem menos vantajoso, o de culpado. Ter sido vítima lhe dá o direito de se lamentar, de protestar e de reclamar o dia inteiro; se não romperem toda a ligação com a pessoa, os outros são obrigados a atender a seus pedidos. É mais vantajoso permanecer no papel de vítima do que receber uma reparação por ter sido submetido a uma ofensa (supondo-se que esta ofensa seja real): em lugar de uma satisfação regular de seus desejos, você guarda um privilégio permanente; a atenção e o reconhecimento dos outros lhe estão assegurados. O que há de novo em nossos dias é que o papel de vítima individual é reivindicado em praça pública” (...)* *“Nas relações com nossos familiares, nenhum de nós é apenas vítima: a vida afetiva não é unidimensional; aceitamos ser vítimas aqui porque isso nos oferece compensações lá fora. Aquele que foi submetido a um preconceito tem o direito a compensações. No entanto, a compaixão se coloca clandestinamente no lugar da justiça, sugerindo, ao contrário, erroneamente que é*

agentes dos quais se torna porta voz e a reivindicação do seu direito de existirem e serem representados, que garante a existência do CEOM enquanto espaço privilegiado e legítimo para esse exercício.

Com base nesses pressupostos, a proposta de estudo é desenvolver uma análise acerca do projeto do CEOM englobando suas manifestações teórico-metodológicas e atividades práticas sobre as várias frentes em que se propôs a atuar. A primeira dessas frentes seria representada pelas ações de “resgate”, classificação e acondicionamento de objetos e manifestações culturais - depoimentos, por exemplo -, a segunda estaria ligada a exposição destes objetos e dos conhecimentos que deles se poderia obter e a terceira daria conta da publicização - publicação dos Cadernos do CEOM - dos estudos que, com base nestes materiais e conhecimentos seriam elaborados. Assim, estas três etapas, estariam interrelacionadas e constituiriam o pano de fundo sobre o qual se desenrolariam as disputas por versões de história regional, bem como os meios pelos quais eram estabelecidas conexões de aproximação e de distanciamento segundo os objetivos e entendimentos que mobilizavam os apoiadores do projeto.

## ESTRUTURA DO TRABALHO

Para a elaboração desta análise, estabeleceu-se primeiramente um recorte temporal que cobre vinte anos de atuação do CEOM. Este recorte que vai de 1986 a 2006, tem por base as próprias narrativas produzidas pela instituição acerca de seu início, uma vez que, dependendo do tipo de marco que se estabelecesse a data de início poderia variar consideravelmente. Isto porque, ainda que oficialmente o ano de 1986 seja reconhecido como de início de suas atividades, manifestações acerca de um projeto nestes moldes já vinham sendo feitas, nos interstícios da FUNDESTE, desde pelo menos 1983. Se tomássemos como base a concepção do projeto, a datação seria essa de 1983; tomando por base a

---

*suficiente ser fraco para ter razão. Em um segundo momento, o direito de vir a ser como todos transforma-se em reivindicação de privilégio, presume reequilibrar a ofensa imposta. Não é necessário que esta recompensa se traduza em termos legais ou tome a forma de uma indenização material: as vantagens simbólicas são as mais cobiçadas, porque são as mais poderosas. Enfim, o ex-perseguido, uma vez no poder, torna-se perseguidor; o desejo mimético, parafraseando René Girard, é tão mais inevitável que é ignorado por aquele que ele atinge”.* TODOROV, Tzvetan. **O Homem Desenraizado**. Tradução De Christina Cabo. Editora Record, Rio De Janeiro-São Paulo, 1999. p 225-227.

implantação desse projeto em moldes institucionais, dá-se em 1985, o que também antecederia a data oficial. Se a referência, por sua vez, fosse a portaria oficial de sua criação, o registro nesse sentido, só acontece no ano de 1987. Desta feita, conforme dito, convencionou-se respeitar a definição temporal como marco temporal da Tese, ainda que no que concerne à análise, faça-se um recuo até a data de 1983.

Essa cronologia, por sua vez, foi dividida em três momentos. Com base nas características que nos parecem marcantes e tomando-se acontecimentos que nos pareceram seccionar<sup>47</sup> esta linha de ações do CEOM. Definimos a primeira fase como contemplando do ano de 1986<sup>48</sup> até o ano de 1990. Período que caracterizamos como fase heroica do CEOM, e que tem como marco final a paralização temporária das atividades do Órgão. A segunda fase, compreende o período que vai da retomada das atividades do CEOM ocorridas em 1992 até o ano de 1998. Fase que definimos como de início de uma postura mais técnica com relação às atividades desenvolvidas. A terceira fase, por sua vez, teria como marco inicial o ano de 1998 quando um repensar do CEOM que ia desde o que era, para que servia e o que realizava, marca o início da transformação da instituição segundo os moldes atuais de atuação. Esta última fase vai até o ano de 2006, e encerra com as comemorações relativas aos 20 anos do CEOM, o período definido para análise.

Do ponto de vista da estrutura da Tese, o trabalho divide-se em 7 capítulos. O primeiro capítulo tem basicamente os objetivos de traçar um quadro das discussões que envolviam no cenário historiográfico catarinense aqueles que defendiam e se autointitulavam promotores de uma “*nova história*” em substituição a um modelo considerado “tradicional”, problematizar os embates que se davam em torno de movimentos de constituição identitária - “*catarinencismo*”, por exemplo -, e elaborar uma retrospectiva acerca dos processos discursivos com base nos quais se constituíram repertórios simbólicos catarinense e oestinos, compreendidos aí os *estigmas* que a proposta de uma “*nova história*” contrária a uma ordem pré-acadêmica “tradicional”, subverte em seu

---

<sup>47</sup> É preciso deixar claro que quando falamos em acontecimentos que representam uma cisão, não quer dizer que isso represente o fim de uma condição ou de determinadas práticas. Estes recortes têm base em uma série de questões e cumprem a função, no nosso entendimento, de melhor demonstrar características de um momento em comparação ao outro. Muitas práticas, porém, se mantêm ao longo de toda a nossa análise.

<sup>48</sup> Como já exposto, este é o recorte oficial que escolhemos para fins de datação. A análise desta primeira fase, retrocederá em alguns anos este recorte.

código de reeleitura histórica. Pretende-se também tratar dos processos de reivindicação da diferença que parecem estar associados tanto a constituição do Oeste enquanto *região*, quanto ao próprio projeto do CEOM. Para tanto propõe-se uma análise que vai da implantação da Secretaria dos Negócio do Oeste, até a criação do CEOM, passando pela instauração da FUNDESTE, e pela política de criação das Associações de Municípios. Por fim, tem-se o intuito de dar início a análise das primeiras correspondências e documentações enviadas e recebidas pelos membros do grupo que estava à frente da criação, divulgação e expansão do CEOM. O objetivo é identificar quem ocupava determinados cargos, com quem e em que tom dialogava, e quais os resultados aparentes dessa rede de contatos. Também entram nessa etapa, as estratégias mediante as quais se pretendia garantir o avanço das atividades e os recursos mobilizados para tal.

No segundo capítulo continuaremos a análise das correspondências enviadas e recebidas pelo CEOM como forma de mapear as redes de sustentação de suas atividades. Neste momento focaremos as relações estabelecidas entre os membros do CEOM, especialmente, Santo Rosseto e a Coordenadora, Ilda Ana Brisot, com os prefeitos municipais e responsáveis por museus, centros de memória e/ou casas da cultura de diferentes municípios da *região*. A intenção é traçar um panorama do modo como as ações de “*resgate*”, capacitação de agentes e organização de experiências locais de preservação foram pensadas e executadas. Pretende-se também, identificar instituições em escala local, estadual e nacional com que o CEOM estabeleceu parcerias ou buscou suporte para viabilização do seu projeto. Por último, intenta-se uma investida no que concerne a organização interna do Órgão; as convergências e os conflitos de pensamento e de entendimento e de que modo isso marcava um maior ou menor distanciamento em relação a proposta original de atuação engajada da instituição. Esta questão, acreditamos, encontrará bons exemplos quando tratarmos da mudança de Coordenadores do CEOM (Ilda Ana Brisot por Pedro Francisco Uczai) e dos embates e polêmicas que envolvem tais passagens.

No terceiro capítulo pretendemos adentrar na discussão dos pressupostos teóricos com base nos quais se pensou a implantação do projeto do CEOM. Tomando-se como objeto o texto do projeto de 1985 e os artigos que compunham sua fundamentação teórica, propomos analisar tanto as características discursivas, quanto as atividades propriamente ditas mediante as quais se pretendia viabilizar o projeto. É o momento em que esperamos poder cotejar o modo de posicionamento presente no projeto de implantação com aquele constante das mensagens trocadas

com os interlocutores - prefeitos e responsáveis por museus regionais, por exemplo - dos capítulos anteriores na tentativa de compreender o discurso em função das relações objetivas estabelecidas no espaço concorrencial dos atores. Do ponto de vista da fundamentação teórica, apresentaremos os quatro textos presentes no referido projeto de implantação do CEOM. Estes escritos de Santo Rosseto, Arlene Renk e Hilda Beatriz Dmitruk, que versam acerca de conceitos centrais ao projeto que se estava implantando, serão averiguados levando-se em conta suas possíveis influências teóricas e ideológicas visando identificar e melhor compreender os posicionamentos e o local de onde falavam esses intelectuais que estavam à frente do CEOM.

Para o quarto capítulo reservamos a análise das bases de relacionamento do CEOM com atores locais, mapeando as redes. Ainda com base no projeto de sua implantação e em subprojetos dele derivados durante a primeira fase (1986-1990), propomos averiguar como se buscou fundamentar as atividades, bem como os meios pelos quais se dariam a mobilização dos agentes e a sua respectiva capacitação. Também entram nessa etapa as abordagens relativas aos tipos de objetos e manifestações culturais que se havia definido para o processo de “*resgate*”. Espera-se poder realizar uma investida nas questões relativas à memória e as suas relações com o projeto de reescrita da história regional. O mesmo vale para a história oral que figurou como um dos mais importantes recursos por meios dos quais se pretendia realizar esse “*resgate*” e reescrita. Por último pretendemos problematizar algumas das ações que eram apresentadas como os primeiros feitos do projeto do CEOM.

No quinto capítulo, tem-se a intenção de adentar na análise da segunda fase de atuação do CEOM. (1992-1997). Novamente com base, prioritariamente, nas correspondências e circulares internas do Órgão, propomos uma averiguação do processo de reestabelecimento das atividades após a interrupção ocorrida entre o final de 1990 e meados de 1992. Partindo do cenário do final da primeira fase, perpassaremos o período de paralisação e adentraremos na segunda fase buscando retratar as políticas pelas quais se pretendia reatar o contato com os municípios da *região* e com as instituições que servia de suporte financeiro e teórico ao projeto do CEOM. Tentaremos estabelecer uma leitura das ações de aproximação com grupos sociais e com a causa indígena que parece se estabelecer de modo mais conciso neste período. Também atentaremos para àquilo que parece ser o início de uma preocupação maior com as questões técnicas reativas ao acervo e ao seu trato. Analisaremos ainda o processo de constituição da FUNDESTE em UNOESC-Chapecó e de como isso implicou as ações do CEOM. Por último, nesta mesma linha

de aferições, trataremos da criação, em 1997, do NEMU/UFSC (Núcleo de Estudos Museológicos) e das relações que o CEOM passa a estabelecer com o novo Órgão.

No sexto capítulo entraremos na terceira e, dentro de nosso recorte, última fase de atuação do CEOM (1998-2006). Partindo do repensar das atividades que ocupou os intelectuais à frente ou ligados ao Órgão, propomos, com base nas correspondências, matérias de circulação interna e Atas que registraram as deliberações daquele período, traçar um panorama das principais questões que envolviam a definição de uma identidade para o CEOM, suas características e objetivos. Em um momento de já reconhecido fortalecimento do NEMU/UFSC, pretendemos dar continuidade nas averiguações acerca da atuação do CEOM e do seu possível alinhamento aos preceitos advogados pelo NEMU. Analisaremos, ainda as demandas instauradas neste período e os projetos apresentados como alternativas pelos integrantes do grupo ligado ao CEOM e ao Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e posteriormente UNOCHAPECÓ. Atividades de exposição e os novos procedimentos técnicos ligados à constituição do CEOM enquanto museu formalmente reconhecido, também entrarão nesta fase da análise. Trataremos ainda das questões ligadas a criação do programa PEC (Patrimônio Escola Comunidade) e das suas ramificações enquanto principal projeto deste período. Por último propomos uma investida nos anos finais do nosso recorte temporal, tratando do processo de informatização do acervo do CEOM, da sua ligação com a atuação de Josiane Roza de Oliveira à frente da Coordenação e dos desdobramentos do programa do CEOM no ano de 2006 já sob a Coordenação de Elison Paim. Momento em que teremos a comemoração dos 20 anos de atuação do CEOM durante aquele que fora instituído, pelo Governo Federal, como o *“Ano Nacional dos Museus”*.

Para o capítulo de fechamento, o de número de sete, reservamos a análise do espaço editorial do CEOM. Com base nos Cadernos do CEOM publicados ao longo dos 20 anos de atuação do Órgão, pretendemos examinar os modos de apresentação do projeto e as posições defendidas por aqueles que faziam uso destes espaços de divulgação. Atentando para permanências e possíveis ajustes conceituais e discursivos, pretendemos cotejar os textos presentes nesses Cadernos do CEOM com outras manifestações práticas e discursivas -aquelas presentes nas correspondência e documentações de outra natureza apresentadas nos capítulos precedentes - que esperamos, a essa altura, tenham sido expostas de modo conciso. Propõe-se também uma análise da atuação e da circulação dos membros ligados ao projeto do CEOM por outros espaços

institucionais e políticos. Esperamos com isso, lançar luz sobre possíveis relações entre posições defendidas e locais ocupados na ordem do poder político ou científico. Apoiados nessas informações, pretendemos identificar como e com base em que negociações e ajustamentos se constituiu a figura do CEOM enquanto espaço de promoção do “*resgate da memória Sócio-cultural do Oeste Catarinense*”.

## METODOLOGIA

Desenvolver uma análise do processo de constituição e de consolidação do Projeto do CEOM como atividade vinculada a um Programa de Pós-Graduação em História Cultural, pressupõe algumas reflexões acerca das interações socioculturais e das propostas metodológicas destinadas ao seu estudo. Sendo a proposta desta Tese a de tratar das lutas travadas em torno de versões do passado e, deste modo, de construções e reconstruções de leituras - representações/versões de passado - para o Oeste a partir da atuação de um grupo a frente de um projeto com pressupostos e objetivos definidos, e sendo verdadeira suposição de Roger Chartier de que “*identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*”<sup>49</sup>, configura-se como o objetivo de uma história cultural, nosso estudo pressupõem-se cultural. Neste processo as representações construídas obedecem sempre ao jogo de interesses que posiciona e relaciona os indivíduos que as constituem. Seu posicionamento no campo de disputa social, faz com que as representações obedeam às lógicas do poder que tencionam este espaço. Deste modo, as “*lutas de representações*”<sup>50</sup> dizem tanto quanto as de outras naturezas, e se dedicar a elas não seria, como diz Chartier, “*afastar-se do social*”<sup>51</sup>. Pelo contrário, entrar no campo das representações do social, buscar as motivações destes agentes, desenhar o jogo que os entrelaça e que se traduz na forma como retratam a sociedade é, por assim dizer, praticar uma “*história cultural do social*”<sup>52</sup>.

Os marcos memoriais com base nos quais se busca constituir uma nova representação do Oeste catarinense em contraponto a uma versão

---

<sup>49</sup> CHARTIER, Roger. **Introdução**. In. \_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. p. 17.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Idem, p. 19.

“tradicional”, são fruto do embate que posiciona diferentes projetos em disputa por espaço e reconhecimento no campo social. As formas como se procura representar identidade, memória e história regional, não fogem à lógica que posiciona, nessa arena simbólica que é a sociedade, indivíduos, grupos e interesses. A maior aceitação de uma perspectiva está condicionada ao grau de legitimidade que aqueles que a postulam conseguem angariar mediante os artifícios de que conseguem lançar mão. Neste caso, o local de onde e com respaldo em que essa definição é apresentada, detém grande importância e confere significativo grau de distinção àquilo que se propõe. Segundo essa lógica, o espaço acadêmico configura-se em lugar privilegiado para este tipo de constituição (disputa por afirmação, evidência e credibilidade). Sendo verdadeira a assertiva de Silvia Sigal<sup>53</sup> de que *“a política ou a ideologia serão fatores ‘externos e perturbadores’ quando o foco estiver localizado no campo cultural, e serão fatores ‘internos e essenciais’ quando se tratar de examinar a ação do intelectual”*<sup>54</sup>, situar os indivíduos que estiveram ligados de modo direto, ou indireto, ao projeto do CEOM, em meio ao discurso acadêmico e a atuação política, torna-se, deste modo, imprescindível para um bom entendimento do posicionamento local.

No plano acadêmico, em se tratando do projeto do CEOM e de sua fundamentação, o discurso ao que parece, tende a se pautar - o que é uma prática comum aos movimentos regionalistas - pela denúncia ou, da pouca coisa escrita sobre o espaço objeto de sua proposta - Oeste catarinense -, ou do fato de que o que fora feito - estudos - obedecia a lógica de um discurso vindo de fora, “tradicional” e elitista. Do ponto de vista da inscrição na memória, as descrições do Oeste eram apresentadas pelo projeto como estando muito arraigadas na tradição oral e jornalística e denunciada como sendo refém de um discurso dos “vencedores”. O projeto articulado a partir da criação de um espaço de “resgate” da memória viria, deste modo, nos discursos que os norteavam, reaver o papel de outros atores e, conseqüentemente, revisitar velhos e construir novos “lugares de memória”<sup>55</sup>. Nesse sentido uma questão importante a que cumpre atentar, ainda que não se pretenda um aprofundamento maior

---

<sup>53</sup> SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 64

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Fazemos uso aqui do conhecido conceito da obra de Pierre Nora. NORA, Pierre. **“Entre Mémoire et Histoire”**. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. I. La République. Paris: Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII.

que a temática demandaria, são as ligações feitas por Pierre Nora<sup>56</sup>, entre a constituição de locais de culto à memória e a sua constituição em símbolos, exatamente, da fraqueza ou do deslocamento do local que deveria ser próprio da memória. Afinal, fossem esses fenômenos de memória, ou de ordem cultural, presentes no dia a dia dos grupos e/ou indivíduos, haveria razão para a invocação de um projeto de “resgate”? Um questionamento dessa ordem nos impele a refletir sobre algumas das assertivas máximas de Pierre Nora<sup>57</sup>: “*Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais*”<sup>58</sup>. Ou ainda: “*Arquivai, arquivai, sempre restará algo*”<sup>59</sup>!”.

Note-se que organizar um projeto que se pretende ao “resgate” e à preservação daquilo que se convencionou chamar de “*memória sócio-cultural do Oeste catarinense*”, pressupõe, não só ações de cunho teórico como atividades práticas de seleção de objetos, conteúdos e personagens. Isso implica dizer que são elaboradas diretrizes que definem graus de importância dos registros dignos ou não de fazerem parte do acervo. Essas escolhas não são aleatórias, seguem a dinâmica que envolve o posicionamento e a articulação intelectual, política e social dos agentes envolvidos nesta tarefa. Assim se estabelece a prerrogativa de mediação da memória, da identidade e das representações de um povo e de um espaço. Traçar esse posicionamento e o norte que ele estabelece no processo de seleção dos materiais, de direcionamento de leituras - formas de entendimento - e difusão de uma posição específica constituem, deste modo, etapas de pesquisa. Ao passo que se acumulava uma base material, seja de artefatos, seja de documentos - textuais, orais ou imagéticos -, também se constituiria uma forma de ler e de representar a sociedade segundo esses novos parâmetros. As exposições organizadas e os projetos de intercâmbio para difusão com outras entidades - organizações, rádios, poder público - tornam-se também objeto de análise importante nesta pesquisa.

Aqui, no que concerne à teoria da História, um suporte da obra de Paul Ricoeur<sup>60</sup> nos parece válido. Dentre as várias questões abordadas pelo autor, está a problemática da escolha do tipo de escala a partir da qual se pretende atuar e dos tipos de informação a que teremos acesso

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem. p. 07.

<sup>59</sup> Idem. p. 28 (XXVIII).

<sup>60</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** / tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 220.

com base nessa seleção. A questão apontada é, que ao contrário da cartografia de onde o termo escala é proveniente, no campo dos estudos sociais, quando aumentamos ou diminuímos a escala, não vemos apenas coisas maiores ou menores, “*vemos coisas diferentes*”<sup>61</sup>. Esta seria, segundo Paul Ricoeur<sup>62</sup>, uma das principais críticas direcionadas aos trabalhos de cunho “*macro-históricos*”, a saber, a não observância das possibilidades de visão distinta de acordo com a variação da distância do olhar. Esta postura metodológica teria feito a “*história das mentalidades*” impor a camadas sociais distintas, fenômenos de supostas difusões sem levar em conta as condições específicas de cada uma dessas passagens. Assim, as mudanças existentes em cada um desses patamares teriam sido negligenciadas e suplantadas por conceitos como pressão social e dominação.

Mas se a proposta da análise pautada na longa duração, na concepção macro, na ideia de “*mentalidade*” peca quando se trata de explicar os fenômenos de transposição, qual seria a resposta da metodologia pautada na análise inversa? A “*micro-história*” que fez a fama da historiografia italiana da última metade do século XX, padeceria, aos olhos dos críticos, ainda nas palavras de Paul Ricoeur, de mau parecido<sup>63</sup>. A primeira das limitações estaria ligada à dificuldade de acesso a essa outra esfera cultural, a dita cultura popular. A segunda, por sua vez, dar-se-ia em razão de que, embora se diminuindo a escala e apontando-a para o indivíduo, a análise tende a não mostrar nada diferente do que as interações vigentes em um espaço reduzido. Continuaría, segundo esse pressuposto, se tratando do sujeito em suas relações locais e, deste local, com o campo maior que o circunda. Se é possível perceber as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos grupos, essas dar-se-iam sempre em relação à estrutura englobante. Assim, “*numa escala*

---

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Cabe mencionar acerca da condição da micro-história e dos jogos de escala que o próprio Jacques Revel de quem Ricoeur recolheu o conceito, já menciona a não existência de um modelo consensual do método micro-histórico, ou nas palavras de Revel: “*um texto fundador, um mapa teórico da micro-história*”. “*É que ela [a micro-história] não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. Ela é inseparável de uma prática de historiadores, dos obstáculos e das incertezas enfrentados ao longo de caminhos aliás muito diversos, em suma, de uma experiência de pesquisa*”. REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In. \_\_\_\_\_. (Org). **Jogos de Escalas**. A experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 16.

*menor, ínfima, vemos coisas que não vemos numa escala superior. Mas é preciso dizer que aquilo que não vemos e não devemos esperar ver, é a vivência dos protagonistas. O que vemos continua sendo o social em interação: em interação fina, mas já micro-estruturada*<sup>64</sup>. Deste modo, o projeto de uma história total continua um desafio metodológico. Uma alternativa mais promissora seria, segundo Ricoeur, trabalhar com as “*variações de escalas*”.

Esta proposta está diretamente ligada à escolha e ao porquê do melhor exercício da concepção de “*representação*” em detrimento da de “*mentalidade*”. A capacidade de mais bem lidar com o fenômeno das práticas sociais e com a dialética que envolve vínculo social e identidade, permitiria se falar com mais propriedade em “*representação*” do que em “*mentalidade*”. Ao propor uma análise racional da ação é preciso, segundo Ricoeur<sup>65</sup>, levar em conta fatores ligados à fenomenologia, à semiótica e ao campo da linguagem. Instituído como objeto alvo a questão das identidades e dos laços sociais, legitima-se o caráter histórico desta proposta metodológica baseada na crítica da razão prática. Três escalas são então propostas para essa espécie de exegese da vivência em sociedade. A primeira estaria ligada aos mecanismos de coerção e sua eficácia, a segunda diria respeito aos meios de legitimação e de alinhamento a estas normas, e a terceira, abarcaria os aspectos dos conceitos temporais como ruptura, continuidade, mudança ou manutenção. Notadamente os fatores de coerção seriam da ordem fundacional do pacto travado entre indivíduo e Estado que permite a organização e a vigência da própria sociedade. Os segundos fatores de legitimação, fariam parte da negociação constante que envolve as normas e os artificios e adequações que vão sendo moldados no jogo que opõe e aproxima indivíduos e instituições. Assim, no primeiro momento, o da sociedade nascente, estes mecanismos operariam segundo a ordem de criação de sentido e, posteriormente, segundo a ordem de adequação das práticas a estes sentidos originais, mas não imutáveis. Estabelecendo, deste modo, uma espécie de anfibiologia destas práticas representativas ligadas à criação de identidade, num primeiro momento, e à coerção no segundo. Por isso, melhor seria falar em institucionalização do que em instituição, uma vez que estas - as instituições -, segundo este entendimento, seriam um elemento imanente da organização social.

Isto posto e lembrando que nossa proposta de estudo tem como pano de fundo a questão regional, cabe uma investida na relação que

---

<sup>64</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 225.

<sup>65</sup> Idem. p. 227.

problematiza prática social, *tempo* e *espaço*. A importância dada no campo das ciências sociais aos estudos que comportam a ligação entre homem e espaço possui como é sabido, ao longo do tempo, oscilações ligeiramente visíveis. Não sendo demasiado dizer que o *tempo*, na concepção moderna, obteve maior atenção. Sobre o tema João Marcelo Ehlert Maia pronuncia: “*Em boa parte das reflexões oriundas do campo das ciências sociais o tempo sempre pareceu ser a categoria determinante. Na imaginação moderna, o espaço parecia antes uma resistência, uma trincheira da tradição destinada a ser varrida pelos personagens e forças próprias de novas experiências sociais: o capital, a luta de classes, o capitalismo, o socialismo*”<sup>66</sup>. Essa observação do autor demarca um período em que as áreas do conhecimento social pareciam buscar se afirmar pregando sua autonomia e delimitando fortemente seus limites, métodos e objetos de verificação. Deste modo, a Sociologia se incumbia da teoria, dos estudos globalizantes, dos processos estruturais, enquanto os historiadores, por sua vez, ficavam com as análises mais específicas, com a atenção voltada para os detalhes para as particularidades. Com espaço reservado, cumpre lembrar, para as constantes críticas ao modelo de trabalho uns dos outros. Assim, em vez de trabalharem em conjunto, o que poderia ser bastante produtivo, estabeleciam aquilo que Peter Burke<sup>67</sup> definiu como um “*diálogo de surdos*”. Nesta esteira divisionista o estudo do *espaço* acabava por ficar relegado aos geógrafos e uma perspectiva de trabalho englobante, distante.

Nesse sentido, tratando das relações entre memória, história e esquecimento, ao abordar o par *espaço/tempo*, o filósofo Paul Ricoeur<sup>68</sup>, aponta para a correspondência direta entre estes dois fatores - espaço e tempo - quando tomados sob o espectro da perspectiva historiográfica. É na passagem da fase oral da memória para a fase documental, segundo ele, que se estabelece o deslocamento de atores e espaços capaz de unificar/reunificar os referentes espacial e temporal. Quando a testemunha relata um fato vivenciado ela fala com autoridade de quem presenciou a cena e ao proferir a assertiva: “*Eu estava lá*” que Ricoeur usa como exemplo, instituiu a demarcação *tempo* e *espaço*. O “*estava*” liga-se ao passado, e assim delimita o *tempo*, enquanto o “*lá*” fixa o lugar - o referente espacial -, o onde da lembrança.

---

<sup>66</sup> EHLERT MAIA, João Marcelo. **A terra como invenção**: O espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 21.

<sup>67</sup> BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

<sup>68</sup> RICOEUR Paul. Op. cit. 227.

É em conjunto que o aqui e o lá do espaço vivido da percepção e da ação e o antes do tempo vivido da memória se reencontram enquadrados em um sistema de lugares e datas do qual é eliminada a referência ao aqui e ao agora absoluto da experiência viva. Seriam, segundo esta proposição, geografia e historiografia campos complementares no processo que envolve o fenômeno mnemônico. A memória e seu caráter mundano seria indissociável de um referencial espacial. A lembrança sempre está associada a um local e, conseqüentemente, tende a caminhar de um plano íntimo para um plano compartilhado. Aqui nos aproximamos de Maurice Halbwachs<sup>69</sup> e seu revigorado trabalho sobre a memória coletiva e de Pierre Nora<sup>70</sup> e seu consagrado estudo a respeito dos lugares de memória. O que nos importa para o momento é a discussão do vínculo entre memória e espaço, ou melhor, entre memória e espaço habitado. Esse espaço é sempre pensado a partir do referente corporal. É, nesse sentido - ligados ao espaço que os circunda - que os indivíduos, como o são aqueles da *região* que tomamos para nossa análise (Oeste de Santa Catarina), transitam e constroem suas relações sociais. Sobre isso Bérson<sup>71</sup> já havia desenvolvido importantes trabalhos. É sempre nosso corpo - e nesse caso, poderíamos aproximar a noção de corpo à noção de indivíduo, de sujeito - o centro das interações que podemos estabelecer e dele que provém<sup>72</sup> este crivo que faz com que percebamos certas coisas e outras não. As relações de habitar, de construir ligadas ao corpo e ao espaço vivido, embora também ligadas ao espaço geométrico, configurariam este quadro amplo da ação humana que não seria apreensível apenas pelos métodos da geometria, por exemplo. Do mesmo modo que o tempo narrado, não se reduziria ao tempo universal. Construir e narrar são, nesta ótica, coisas intimamente ligadas. Resultando, daí a importância aparente em se observar ao máximo as contribuições entre História e Geografia. Ainda que a importância

---

<sup>69</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

<sup>70</sup> NORA, Pierre. “**Entre Mémoire et Histoire**”. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. I. La République. Paris: Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII.

<sup>71</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito** / tradução Paulo Neves. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>72</sup> Esta condição poderia, ainda, ser relacionada ao trato da questão da memória numa perspectiva que aborde memória individual e memória coletiva sob a égide dos processos de enquadramento da memória segundo a acepção de Michel Pollak. Ver: POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

delegada ao lugar como parte explicativa das atividades sociais tenha conhecido, ao longo da história, momentos de maior e menor credibilidade.

Neste sentido, o período dos *Annales*, por exemplo, com seus clássicos, “O Reno” de Lucien Febvre<sup>73</sup> e, “O Mediterrâneo” de Fernand Braudel<sup>74</sup>, são marcos de um momento em que a Geografia esteve intimamente ligada à historiografia. Nos últimos anos temos presenciado um aumento considerável da tomada de noções do campo da geografia em análises de profissionais de outras áreas. A própria história ambiental, em franco crescimento, é testemunha disso. Nossa intenção não é elaborar uma ontologia do lugar, mas sim traçarmos alguns pontos referências para nossa proposta de estudo. Tratar da constituição de um habitante e de uma *região* é, de certo modo, deparar-se com essas questões levantadas. A constituição fronteira, as dinâmicas que envolvem as disputas territoriais, a posição geográfica, o modelo de ocupação e exploração do espaço, o povo integrado a este movimento, todos elementos que constituindo e sendo constituídos material e discursivamente teceram aquilo que hoje se conhece por um povo e por um lugar. Corroborando com a máxima de que: “*uma civilização é em sua base um espaço trabalhado pelo homem e pela história*”<sup>75</sup>. Desta feita, estudar o projeto do CEOM que se constituiu como uma proposta de reescrita da história de uma *região* com base no “*resgate*”, na divulgação e na publicização da memória de agentes definidos em termos éticos e de classe, pressupõe abordar o processo prático e discursivo com base nos quais se efetivaram e se justificaram as ações ao logo desses 20 anos compreendidos pelo nosso recorte temporal. Duas questões principais devem ser sustentadas durante esse trabalho e esperamos fiquem, ao final do estudo, sustentadas a contento. A primeira diz respeito a constituição do espaço de visibilidade dos determinados grupos de quem o CEOM se torna portavoz. Situação que pretendemos trabalhar como um processo de alimentação cruzada, uma vez que ao mesmo tempo em que o direito a visibilidade destes grupos é reivindicado, a razão de existência do próprio CEOM é justificada na medida em que se posta como legítimo representante destes segmentos. A segunda questão, por sua vez,

---

<sup>73</sup> FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades** / tradução de Eliana Aguiar; apresentação de Peter Schöttler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>74</sup> BRAUDEL, Fernand, 1902-1985. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II**. [Lisboa]: Martins Fontes, c1966- v.

<sup>75</sup> BRAUDEL, Fernand. Citado por RICOEUR, Paul. op. cit. p. 161.

relaciona-se com o papel exercido pelo CEOM durante a passagem da memória culto para a memória cidadã, ou seja, de uma memória do campo da celebração de origem para uma memória compreendida em termos de direito difuso.



## CAPÍTULO I - O CEOM E O “RESGATE” HISTÓRICO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA; CRIANDO UM PROJETO

“O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação”

(MACIEL, Laura Antunes. **Imprensa, história e memória:** da unicidade do passado às outras histórias. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 58-81 - dez. 2009. p. 59).

### 1.1 UNICIDADE E DIFERENÇA NO REGIONALISMO CATARINENSE

Em fins da década de 1970 e início da década de 1980 ganha corpo no IHGSC uma discussão acerca da identidade catarinense e termos como catarinensismo e catarinização passam a fazer parte não só do repertório de historiadores e geógrafos como de literatos, políticos e intelectuais das mais diversas naturezas<sup>76</sup>. Em 1984, Victor Antônio Peluso Júnior, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, publicava na revista do próprio órgão, artigo intitulado: “*A Identidade Catarinense*”. No texto alegava-se uma preocupação crescente com a

---

<sup>76</sup> É verdade que no campo da literatura a preocupação com questões como o fato de haver ou não uma literatura catarinense ou o que tornaria um ator catarinense ou não – sua obra, ou o fato de aqui ter nascido – já ocupava intelectuais catarinenses como Oswaldo Ferreira de Melo Filho, em meados do século XX. A própria ideia de que a inexistência, tanto de uma literatura como de uma identidade catarinense, estaria ligada a fatores como a tardia chegada dos ideais modernistas ao Estado e à existência de regionalismos que dividiriam o Estado em pelo menos três regiões de extrema diferença cultural não permitindo assim uma definição neste sentido, já era por ele apontada em sua obra *Introdução à História da Literatura Catarinense* publicada em 1956. Nesse sentido ver, SILVA, Héverton Malagoli da. **Modernismo e história da literatura na década de 1950 em Santa Catarina.** Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.1, n.2, 2007. Disponível em: <http://seer.cfih.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/49/110>. Acessado em 12/06/2016.

questão que envolvia os traços políticos e culturais do povo catarinense, tanto em suas relações internas, quanto no que concernia aquilo que definia como a tomada dos traços nacionais como referência. Reconhecendo a condição federativa, mas, ao mesmo tempo, defendendo a necessidade de se registrar os traços distintivos do indivíduo catarinense enquanto expoente regional, a escrita de Peluso parecia prenunciar que defender este “catarinensismo”, mostrar-se-ia bem mais fácil do que defini-lo.

Preocupação constante de largo segmento da população catarinense, notadamente, nos últimos anos, é a existência de hábitos culturais e políticos que caracterizam a comunidade que vive dentro dos limites do Estado de Santa Catarina. Como Estado federado, seu povo faz parte da nação brasileira, mas no âmbito regional, deve ele diferenciar-se por seus traços culturais próprios, dos habitantes das demais unidades da Federação. É a isto que chamamos IDENTIDADE CATARINENSE, dando o nome CATARINENSISMO à aceitação desses vínculos comunitários, e de CATARINIZAÇÃO aos processos de atração para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontra dela afastado<sup>77</sup>.

Já nesse parágrafo inicial Victor Peluso, indicava boa parte das questões que envolviam este projeto identitário. Construir uma identidade catarinense implicava lidar com a diferença, fosse de cunho cultural ou territorial. Quais seriam os “*traços culturais próprios*”<sup>78</sup> capazes de ligar os catarinenses uns aos outros e de diferenciá-los dos indivíduos de outros Estados? Estes traços recebem um nome – catarinensismo –, sem, no entanto, terem uma definição clara do que seria isto. Pregar a “*aceitação desses vínculos*”<sup>79</sup> sem dizer de que natureza são, não parecia cumprir a função de constituir uma identidade catarinense. Bem como “*tratar os processos de atração para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontra dele afastado*”<sup>80</sup> como catarinização, não parecia significar

---

<sup>77</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense**. Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984. p. 259.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

um avanço muito além do que reconhecer esta situação e essa, segundo o intento do projeto, necessidade. Vê-se, então, conforme proposto, um desvio do caráter explicativo da identidade para o campo da defesa da identidade, mesmo que indefinida. Nesta abordagem introdutória, identidade e catarinensismo são postos como sinônimos, coisa que mais adiante perceberemos não se sustentar.

A preocupação com a necessidade dessa definição, sugeria Peluso, era oriunda das dúvidas que pairavam sobre a unidade catarinense. Situação resultante do modo como se deu o processo de povoamento do Estado, feito por “*numerosas correntes migratórias que ocuparam pontos isolados do seu território*”. Sobre isso, o literato catarinense Celestino Sacht, em obra<sup>81</sup> publicada anos antes, já havia se pronunciado. Ao procurar o espírito literário catarinense, o autor se pergunta sobre a existência de um espaço catarinense e de um homem catarinense e chega a conclusão da inexistência de ambos. Segundo Sacht, o que existia em Santa Catarina - possivelmente fazendo referência à Ilha física representada pela Capital Florianópolis -, era uma série de ilhas.

Temos, primeiro, a ilha da planície litorânea. Ao seu lado a ilha das serras. Logo depois, a ilha dos campos gerais cortados por um vale. O vale do rio do Peixe. Depois novamente a ilha das serras. E novamente a ilha do Vale do Itajaí. No extremo sudoeste, a ilha da Serra Geral”<sup>82</sup>.

Aqui é feita uma divisão entre ilhas representadas por limites físicos. É o relevo que define estes espaços e os constitui enquanto *região*. Aparentemente a utilização do termo ilha tem a intenção de ressaltar a situação de isolamento visualizada pelo autor. Posteriormente, ao tratar do homem catarinense e de seu possível espírito, o autor estende essa condição ao habitante e elege a etnia como possível responsável por essa situação. Assim, os laços e as diferenças étnicas contribuíam tanto para o insucesso do projeto de unidade catarinense como o isolamento representado pelas matas, pela serra ou pelas distâncias.

Porque na metade do século passado eram ilhas como Laguna, Imaruí, Tubarão, Araranguá, São

---

<sup>81</sup> Trata-se da obra: Fundamentos da Literatura Catarinense, publicada em 1970 e ampliada posteriormente.

<sup>82</sup> SACHET, Celestino in PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense**. Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984. p. 259.

José, Porto Belo, Itajaí, São Francisco, Lages, e depois a colonização com alemães no Vale do Itajaí, italianos no Sul e no Vale, e no extremo oeste gaúchos. Então – conclui – Sachet – de onde querer a alma catarinense? Se Santa Catarina, até hoje, não passa de ilhas perdidas no espaço: De ilhas perdidas do tempo! De ilhas perdidas na etnia<sup>83</sup>.

A conclusão que integrava espaço, tempo e etnia como ausências responsáveis pela impossibilidade de uma identidade catarinense, reforça a tendência do projeto que propõe a defesa de uma identidade que não se faz definir. No seguimento de seu texto, catarinensismo e identidade passam a ser tratados, ora como sinônimos, ora como coisas distintas. Sobre a identidade catarinense Peluso diz ser de difícil identificação, fazendo menção justamente aos exemplos supracitados. Entretanto, as manifestações do catarinensismo seriam de fácil percepção por se tratarem de um sentimento. Neste momento o autor passa a tratar esse ato como qualquer atitude daqueles que manifestem simpatia, conhecimento ou práticas de defesa do Estado. Em situação inversa estariam todos os que se mantivessem alheios a essas manifestações. Fazendo uso de uma citação de Walter Piazza, ele tentava demonstrar alguns exemplos nos dois sentidos.

Ser catarinense não é, somente, nascer em Santa Catarina, é, entregar-se totalmente, é enaltecer, pela inteligência a Terra Catarinense e isto o fez Lucas Alexandre Boiteux, nascido em Nova Trento, a 23 de outubro de 1880, durante sua existência. Para Lucas Boiteux o amor à Terra Catarinense sobreleva em vários tipos de manifestações<sup>84</sup>.

Como exemplo contrário, questionava o próprio Sachet, que negava a existência de uma identidade catarinense, mas ao se descrever como atuante professor universitário trabalhando em favor do Estado, automaticamente transformava-se em um expoente do catarinensismo. Assim, segundo Peluso, era contraditória a postura de Sachet, uma vez que sua dedicação ao ensino e ao desenvolvimento educacional de Santa Catarina o colocavam como indivíduo engajado com a proposta do catarinensismo, não condizendo com sua negação da existência de um

---

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> PIAZZA, Walter in PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense**. Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984. p. 261.

homem e de um espaço catarinenses, visto, que ele mesmo, representava esta figura. O que se extrai destas colocações é que a concepção de identidade de Peluso não aparece no texto e, em seu lugar, o autor tenta introduzir a ideia de catarinensismo que algumas vezes é identidade, outras vezes é proselitismo ou, até mesmo, sentimento de patriotismo local. Os termos tornam-se confusos e o catarinensismo tem sua definição ligada ora à defesa e trabalho em favor do Estado, ora ao reconhecimento político e ligação com o poder central representado pela capital.

No meio deste debate, um ano após a publicação deste artigo e de algumas outras obras, Sachet lançava a *Literatura Catarinense*, cujo discurso mostrava-se menos cético em relação à identidade catarinense:

Talvez não exista, hoje ainda, entre nós, terras e gentes de Santa Catarina, uma literatura com “acentos particulares nítidos”, com aquele “sentido vivo e orgânico que caracteriza a literatura de outros Estados, como a do Rio Grande do Sul, da Bahia e dos núcleos do Nordeste e da Amazônia<sup>85</sup>”. Com certeza, não se pode negar, de nós, gentes e terras de Santa Catarina, a existência contínua, através da História e dentro do Desejo, de um grupo de intelectuais, de escritores e de ensaístas, em condições de proclamarem fundo e forma de uma cultura que já vem construindo sua própria identidade<sup>86</sup>.

Se inexistia ainda uma manifestação literária tipicamente catarinense capaz de fazer frente as de outros Estados mais “tradicionais”, esta por obra e esforço dos seus portadores a cada dia se desenhava mais forte. As obras destes escritores retratavam as manifestações culturais, e estas, paulatinamente definiam uma identidade ao Estado e ao povo catarinense. A concepção de cultura e de identidade, neste caso, está muito atrelada àquilo que a literatura definia como tal. Santa Catarina, era o que se escrevia dela. Ou o que se reconhecia como manifestação característica desta condição. A possibilidade de escrever a seu modo sobre a cultura de um povo mostrava-se, então, como sendo apenas uma das condições de poder inerentes a essa prática. A outra estava reservada ao ato de reconhecimento destes escritos e sua seleção como representantes fiéis

---

<sup>85</sup> CORRÊA, Nereu in SACHET, Celestino. **A literatura catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. [Prefácio].

<sup>86</sup> SACHET, Celestino. **A literatura catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985. [Prefácio].

desta “realidade”. A circularidade das discussões marca, independentemente da posição de concordância ou questionamento, uma condição necessária à validação das proposições no âmbito intelectual. O nítido diálogo entre os autores, demonstra esse caráter performático do discurso.

Nas páginas que seguem, não se pretende jurar a “catarinidade” ou o “catarinensismo” de escritores-pensadores aqui nascidos e que se foram, ao lado de outros que para cá vieram, mas, apenas, dizer aos quatro cantos de Santa Catarina e às quatro pontas do Brasil que o livro dos catarinenses está em condições de ser submetido a filtro de uma crítica nem sempre atenta e quase sempre pouco atenciosa quando esbarra com nomes desconhecidos ou que se escondem fora do Grande Eixo Cultural definidor das virtudes que devam integrar a liturgia da análise estética sofisticada<sup>87</sup>.

Enquanto falam, cada um a seu modo, de catarinidade e catarinensismo os discursos dessas áreas constroem o próprio campo e os conceitos que propõem. Ao mesmo tempo em que se quer regional no sentido de posicionar o Estado frente ao restante do país, a crítica de Sachet posiciona este regional em relação às várias regiões do Estado. Questionar a condição de centralidade e de pouca visibilidade dada ao que não circulava no “*Grande Eixo Cultural*”<sup>88</sup>, cumpre a função reivindicatória de busca de visibilidade de Santa Catarina na conhecida relação de poder que envolve e situa centro e periferia. “*Dizer aos quatro cantos*”<sup>89</sup> do Estado que há aqui uma literatura capaz de retratar a cultura dos catarinenses e não só de conferir a eles uma identificação enquanto todo, mas representá-los aos olhos do todo maior que é a Nação, demonstrava a intenção classificatória do discurso literário. Tratando do regionalismo gaúcho Letícia Nedel faz menção ao posicionamento dos intelectuais desse Estado frente ao restante do país.

Ao tomar-se a região como elo primário de identificação subjetiva com o território, o hábito, arraigado desde os tempos do Partenon Literário, de contrapô-lo ao centro ou ao restante do país como um todo não deixou de alimentar entre os

---

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem.

intelectuais gaúchos a impressão da pouca representatividade nacional das letras sul-riograndenses – já que, na opinião de críticos de outros estados, ele sofria dos “excessos de regionalismo”<sup>90</sup>.

A sensação de pouca representatividade era comum também aos intelectuais responsáveis pela literatura catarinense. À essa pouca visibilidade dispensada àquilo que existia fora dos grandes centros, apontada por Sachet anteriormente, podia se somar a apontada falta de produção ou de tradição escrita em muitas porções do Estado catarinense. Essa condição, independentemente do quão verdadeira fosse, constitui atitude permeada de representação simbólica, uma vez que a mobilização da inexistência pode ser usada como justificativa e legitimação do ato em si. Se não há manifestações literárias a contento sobre e a partir da *região*, mais necessário se faz e mais importante se torna o trabalho de desenvolvê-las.

Esse entendimento de que cultura é obra de intelectuais, que sua construção depende da atuação destes, não é estranho ao pensamento social brasileiro. Para Oliven<sup>91</sup>, “*Se o tema Cultura Brasileira e Identidade Nacional é uma constante no Brasil, ele necessita de intelectuais que o formulem*”<sup>92</sup>. O problema no caso catarinense, segundo extrai-se de Sachet, dava-se em razão da incapacidade desses intelectuais em captá-la, ou melhor, em captar a essência dessa cultura.

O papel dos intelectuais também é fundamental nesse processo de apropriação de manifestações que têm origem nas classes populares e sua subsequente transformação em símbolos de identidade nacional. O importante a ressaltar é a interação entre cultura erudita e cultura popular e a circulação de idéias<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma História em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul. (1948-1965).** [Tese]. UNB, 2005. p. 68-69.

<sup>91</sup> OLIVEN, Ruben, George. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional o Eterno Retorno.** s/d. disponível online: <http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-2002/volume-iv/654-cultura-brasileira-e-identidade-nacional-o-eterno-retorno/file>. Acessado em 10/04/2015.

<sup>92</sup> Idem, p 16.

<sup>93</sup> Ibidem.

Deste modo era o sentimento de “*comunidade de interesses*”<sup>94</sup> que marcava a identidade catarinense e esse enfraquecia à medida que se afastava da capital, diminuindo, conseqüentemente, a identificação dessas populações com o ato de ser e sentir-se catarinense. O Oeste representava o ponto onde mais fraco este sentimento se fazia, reconhecidamente, em razão da influência dos Estados vizinho do Paraná e do Rio Grande do Sul. “*A forma comum e mais evidente da intensidade dos laços que unem a comunidade catarinense é a reação manifesta ante a função de capital exercida por Florianópolis, podendo, assim esta função de Florianópolis servir de indicador de catarinensismo*”<sup>95</sup>.

A ideia de catarinensismo assim proposta, passa a orbitar entorno da cidade de Florianópolis. Trata-se não apenas do reconhecimento da capital, mas da aceitação de Florianópolis como local para sediá-la. Sendo as manifestações contrárias, identificadas como falta deste sentimento. As razões para este tipo de questionamento eram de muitas ordens. Nas cidades distantes reclamava-se da falta de cuidados por parte do poder central, ou mesmo da distância para se chegar a ele. As de maior desenvolvimento econômicos - polos industriais - postulavam-se como melhores e mais condizentes locais para responder como capital, e mesmo as que apenas se situavam em posição mais centralizada, no tocante à distribuição territorial do Estado, reivindicavam sua possível eleição como sede do poder. Tanto do ponto de vista da localização - uma ilha - como do ponto de vista econômico, representado por sua insignificante posição industrial, Florianópolis teve constantemente questionado o privilégio de ocupar o lugar e a função que detinha. Esta discussão ao passo que acompanhou a história do Estado Catarinense, também serviu, em última instância, para formar um modelo de representação. Uma vez escolhida como capital nas condições elencadas, Florianópolis e, conseqüentemente, o Estado, seja enquanto *totalidade*, seja enquanto *regiões*, fundamentaram suas relações de disputa de poder a partir desta situação.

Victor Peluso era geógrafo e sua leitura está alinhada com a proposta que ele mesmo assumia da geografia humanística<sup>96</sup>. Segundo

---

<sup>94</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Op. Cit. p. 261.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Pode ser considerada uma corrente ou uma escola que criticava a Geografia praticada em seu período: a clássica (“tradicional”); as análises quantitativas e espaciais (a “New Geography”); as estruturais e radical-marxistas. No entender dos seus principais próceres, essas correntes minoravam o papel do ser humano,

esta, a análise deveria centrar-se no indivíduo, ou em melhor definição no modo como este percebe e manifesta a percepção do espaço e do tempo.

Espaço, tempo e homem manifestam-se, apenas, através do último, pois o que nos interessa não é o espaço absoluto, mas o espaço como é visto pelo indivíduo. O território do Estado de Santa Catarina é uma região – e para Frémont “a região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelo homem<sup>97</sup>”.

Com esse argumento, Peluso questionava a visão segregadora de Sachet, que dividia estes aspectos e apontava ser a sua forma de ver, justamente, um reflexo desta condição. Sachet, via o Estado como ilhas porque sua visão era condicionada por sua posição. O problema da identidade catarinense, segundo esta perspectiva, era de ordem geográfica e, estava ligado ao modo como esta definia o olhar sobre o espaço. Mas, embora Sachet assim não o percebesse, o espaço catarinense existia, afirmava Peluso. Essa nova colocação sobre o caráter espacial da identidade regional não contribui muito para a definição da identidade que o autor propõe e que buscamos perceber neste seu trabalho. Após páginas de descrição do relevo, da paisagem e dos aspectos climáticos,

---

pois não levariam, suficientemente em conta, a ação de cada indivíduo, a subjetividade, a criatividade, e por isso incorreriam em erros epistemológicos e de percepção. Segundo os adeptos da Geografia da percepção o sujeito possui um papel ativo na construção das realidades e na relação com os objetos do conhecimento, construindo representações das realidades estudadas. Essa postura transforma a Geografia humanística progressivamente numa corrente construtiva. Assim ela vai abrir caminho para uma nova abordagem da Geografia. A disciplina não mais será aquela que diz como é a superfície terrestre e como essa funciona (Geografia clássica); e nem será apenas aquela que diz como os espaços humanos devem ser usados ou são produzidos (Quantitativa e Crítica/marxista); mas será aquela que examina como o “espaço produz” o indivíduo (Geografia Humanística) e a vida social (Geografia contemporânea e renovada). OLIVA, Jaime. **Geografia Humanística e/ou Geografia da percepção**. Artigo online, disponível em: <http://jaimeoliva.blogspot.com.br/2008/11/geografia-humanistica-eou-geografia-da.html>. Capturado em 11/07/2014.

<sup>97</sup> FRÉMONT in PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense**. Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984. p. 262.

seu texto passa a tratar do processo de colonização. Os pontos iniciais que ligavam o problema da identidade catarinense ao relevo e ao fator étnico são aproximados na análise. A descrição de Peluso segue a lógica comum do modelo de trato do processo de ocupação do Estado. Primeiro São Francisco, Desterro e Laguna e a atuação dos açorianos no litoral, depois alemães, italianos e poloneses nas regiões de encosta e no planalto do Iguaçu e, por último, os agricultores das antigas colônias de imigrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul, povoando de forma efetiva, o Oeste que havia sido apenas esparsamente ocupado pelos paulistas.

Este modo de descrever o Estado, não apenas se alinha com as leituras tradicionais, ele as reforça e em o fazendo toma parte do fenômeno criador. Do mesmo modo que fala de *região* enquanto espaço sentido pelo homem e tenta, por meio de explicações, seja do ponto de vista do relevo, do clima, da etnia ou da política definir estas - regiões -, este discurso acaba por constituir-las. Se a *região* só existe do modo como é vista e sentida pelo homem, é porque reiteradamente ela foi construída, negociada e postulada. O que se entende como *região* em um determinado momento, e assim é reconhecido por um grupo de indivíduos, nada mais é do que, na melhor definição de Bourdieu<sup>98</sup>, o resultado dos jogos discursivos e de poder que a antecedem e que a fazem ser representada deste modo e não de outro.

## 1.2 CATARINENSISMO E O HOMEM DE FRONTEIRAS

Dos registros políticos do período colonial às menções de viajantes e literatas do início do século XX, a discussão sobre a constituição do Oeste Catarinense enquanto *região* e, conseqüentemente, de uma identidade para este homem e este espaço, atingem o campo de debate de instituições acadêmicas e do IHGSC, de forma destacada em fins da década de 1970. Na década seguinte estabelecem-se e ganham corpo as discussões regionalistas. Em artigos como o supracitado, definir uma identidade catarinense parece de suma importância. Estabelecer e diferenciar os catarinenses dos demais habitantes nacionais implicava identificar uma forma de representá-los. Se por um lado a discussão seguia esse rumo, por outro começavam a se estabelecer projetos tentando a constituição regional dentro do próprio Estado. Assim, enquanto no IHGSC se falava em catarinensismo, no Oeste falava-se em “*homem de fronteiras*”. A questão da “*fronteira*” é então reposta no

---

<sup>98</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. SP: Perspectiva, 2003.

debate sobre a constituição do Oeste enquanto *região*. É válido a esse respeito retomar a reflexão de Bourdieu<sup>99</sup>, para quem a *fronteira*:

[...] nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menos fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxionomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as “regiões” delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a “realidade”, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que e produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito<sup>100</sup>.

Fronteira é, talvez mais do que qualquer outro, um exemplo de categoria nativa que está presente nas apreciações ordinárias do território. Em se tratando do Oeste, as utilizações para demarcar diferenças culturais, socioeconômicas e indentitárias são recorrentes, tanto no que concerne aos trabalhos ditos tradicionais e que serão fruto de crítica e alvo do projeto de revisão, quanto pelo próprio CEOM no desenrolar de suas ações. Ao longo do tempo, a importância dada a este termo e sua reiterada aparição nos trabalhos que versavam sobre o tema, tornaram-no elemento central da discussão e, possivelmente, do imaginário social, como o é do político e do intelectual. Sua manutenção enquanto espaço de estudo na atualidade comprova essa assertiva. Em obra de 2010, intitulada: A

---

<sup>99</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>100</sup> *Ibidem*. p. 114.

Fragilidade das Fronteiras nas Terras Contestadas, Nilson Thomé<sup>101</sup>, estudioso das questões da *região*, propõe sobre a temática da fronteira:

Em História Regional, nos estudos sobre a temática “Contestado”, pela qual somos apaixonados há quarenta anos, os assuntos referentes a “Fronteiras” ou “Limites” tem chamado nossa atenção, principalmente pela variedade de situações que encontramos, envolvendo questões de limites internacionais e interestaduais, ideias separatistas, movimentos emancipacionistas, intrigas e situações curiosas, a ponto de induzirmos a hipótese de que os limites do “Contestado” enquanto território geográfico sob a manta antropológica, ainda não está com sua situação definida<sup>102</sup>.

Este exórdio do trabalho de Thomé apresenta alguns dos principais pontos que no processo de análise, em uma reverberação constante, acabaram por matizar esse estudo e esse entendimento. Ideias como desassistência governamental e indefinição territorial, comumente ligadas e tomadas como fator explicativo dos movimentos de rebeldia e das propostas de separatismo e emancipacionismo acabaram por se misturar com a própria ideia de *região*. Assim, ao passo que se propõe a analisar, estes trabalhos acabam por criar e reforçar modos de representação. Sob o pretexto de explicar a realidade são forjadas versões de entendimento dessa. O que alimenta nossa teoria da manutenção do uso de determinados conceitos dentro do projeto de reescrita do CEOM, segundo a lógica da mobilização da diferença e da condição periférica. Definir o que é periférico, demanda definir também o que é central. Talvez o que explique

---

<sup>101</sup> Foi professor universitário, jornalista, historiador e antropólogo. Publicou 33 livros e inúmeros artigos científicos sobre a Questão do Contestado, seu principal tema de estudo. Foi também idealizador, fundador e organizador do Museu Histórico e Antropológico da *Região* do Contestado. Foi professor da Universidade do Contestado de 1971 a 2010. Também trabalhou como editor de vários jornais da *região* do Meio Oeste, além de vereador em Caçador e membro do Rotary Club. Recebeu vários títulos, homenagens e medalhas de mérito. Era sócio de diversas entidades, como da Associação Catarinense de Imprensa, de onde foi também fundador, desde 1969, e membro do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. Obteve o título de Doutor em Educação-História, Filosofia e Educação, em 2006, pela Universidade de Campinas (Unicamp).

<sup>102</sup> THOMÉ, Nilson. **A fragilidade das fronteiras nas terras contestadas**. Caçador (SC), 2010. p. 06.

a ideia de “*homens de fronteiras*” usado como título e tema do primeiro projeto a ser desenvolvido pelo CEOM, como veremos adiante. Por hora, resta observar a constante presença das questões relativas à fronteira no tocante a definição da *região* Oeste do Estado de Santa Catarina. Ainda a esse respeito, Nilson Thomé, afirma:

No início da década de 1970, ao iniciarmos os trabalhos de pesquisas científicas, para resgatar a memória histórica do Contestado, dedicamos considerável tempo à tentativa de explicação da complexidade que envolvia essa parte da História do Contestado, para separar e entender cada um dos movimentos separatistas e emancipacionistas, paralelamente aos movimentos de integridade e de união, pacíficos e revolucionários. Objetivamos expor à atual geração as diferentes posições do homem do Contestado antes aos acontecimentos que envolveram suas fronteiras, não através de simples narrativa histórica, mas de exposição abrangente de fatos, para servirem como objetos de reflexão, para a compreensão da realidade e, até, para imaginação do futuro<sup>103</sup>.

A fronteira, tão presente nos estudos sobre o Oeste, é, na obra de Thomé, tomada como matriz explicativa para a análise que propõe um sinóptico da realidade. Já influenciada pelo novo posicionamento teórico as menções são a temas como “*resgate*”, justificado como meio capaz de possibilitar ao homem do presente um melhor entendimento da realidade a partir de uma diferente abordagem do passado. Prega-se uma releitura capaz de interferir na compreensão que no presente se faz do passado e, conseqüentemente, que se reverberará no futuro. A tríade passado/presente/futuro é incorporada assim à proposta de estudo com toda a problemática que a acompanha, embora não se atente para essa discussão. Não obstante essa posição assumida pelo discurso que se pretende científico tende a acicatar a própria constituição desses conceitos quando se propõe a realizar sua análise. O regionalismo catarinense reivindicado por esse grupo de escritores enquanto se organiza como espaço de debate e disputa de poder carrega todas as tensões e características comuns aos processos de divisão e classificação descritos

---

<sup>103</sup> Ibidem.

por Bourdieu<sup>104</sup>.

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora<sup>105</sup>.

A *região* fruto do debate do regionalismo é apenas uma das resultantes dos atos de divisão e classificação que permeiam e de onde emana o poder deste campo. O discurso que a constituiu está sempre relacionado com a disputa de posicionamento e de reconhecimento que tensionam a parte e o todo. Constituir-se enquanto *região* significa diferenciar-se e se fazer reconhecer como existente e legítima perante a concepção maior que tenta incorporá-la pela sua negação. Sob esta ótica, a *região* só faz sentido quando confrontada com o discurso dominante que tenta absorvê-la. Integrar ou dividir são assim, tarefas contundentes dos atos classificatórios que caracterizam sua própria existência enquanto movimento.

O ato de divisão carrega grande poder que emana, de um lado do próprio ato de dividir e, de outro, da autoridade para direcionar formas de visualizar estes atos. A autoridade responsável pela divisão também detém, e isso se constitui em espaço de lutas constantes, o poder de formatar a visão. Esta disputa científica pelo monopólio de classificar seria, segundo Bourdieu, menos consciente do que se pode acreditar. Com isso o autor pretende atentar para o ato da classificação que permeia a prática científica, muitas vezes sem que os agentes destas áreas se deem conta, ou mais ainda, levem em conta este fato no processo de desenvolvimento da atividade. Bourdieu não questiona com isso a ação de classificação comum na prática científica. Seu ato é condição necessária à execução destas tarefas. O que o autor diz é que este ato nem sempre é consciente, na verdade, na maioria das vezes não o é. Seria possível, e talvez preciso, instituir entre as práticas reflexivas sobre a atividade da pesquisa e da busca pela (re) construção de uma realidade, a própria atividade de classificação dos objetos. Este ato, embora nato da prática científica, implica questões diretas no campo prático. A tomada de

---

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. SP: Perspectiva, 2003. p. 116.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

noções que circulam no campo prático como objeto de análise científica acarreta possíveis alterações diretas no seu entendimento no campo social. A forma de se representar a *região*, a identidade ou fenômenos dessa ordem no campo científico, provoca uma alteração do modo e da eficácia destes termos no que concerne ao seu entendimento no mundo prático. Ao passo que se reporta a essas questões o discurso científico acaba por alterá-las em essência, em simbologia ou mesmo por criá-las. Sob o pretexto de analisá-las, de demonstrar suas características desviantes, suas especificidades, esse discurso acaba por instituí-las. Ou pelo menos instituí-las de determinado modo.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios “objectivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.<sup>106</sup>

O ato de classificação é, assim, prática representativa e criativa e seria preciso inserir, quando da busca da “realidade” no projeto científico, as representações dessa realidade: “ *incluir no real a representação do real, ou mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais)*<sup>107</sup>”. Os atos classificatórios – ou as lutas de classificação - que dão conta de questões como *região* ou identidade, constituem-se em práticas que absorvem o poder do próprio ato divisório da classificação. A primazia sobre a autoridade para estudar e definir a *região* é apontada por Pierre Bourdieu como espaço privilegiado das disputas no campo das ciências sociais que opõe profissionais de várias áreas.

---

<sup>106</sup> Idem, p. 112.

<sup>107</sup> Ibidem.

No campo de disputa em que se constituía o regionalismo catarinense na década de 1980, identidade e *região*, estabeleciam uma relação ora concorrencial, ora sintagmática. Se, por um lado, a busca por um modelo capaz de representar Santa Catarina como um todo ainda estava em voga, por outro lado, o discurso que afirmava as regiões enquanto espaços distintos em relação ao Estado se tornava mais forte. Dentro deste panorama, o Oeste era espaço privilegiado para este posicionamento. Não porque gozasse de características tão distintas das demais regiões quando contrapostas ao modelo central, representado aqui pela capital, mas porque sua tomada e retrato ao longo dos anos deu-se e, nesse processo o constituiu, como primeiro lugar da diferença. Mesmo antes de ser Oeste de Santa Catarina, a forma de se representar a *região* dava-se por meio de um discurso de oposição ao comum, ao civil, à normalidade. Não causa estranhamento que no momento em que o local, ou a sua definição enquanto *região*, se torna objeto central das discussões políticas e institucionais representado pelo movimento de valorização do regional, o Oeste se poste como primeiro<sup>108</sup> expoente dessa condição e reivindique sua posição de diferente.

### 1.3 A REIVINDICAÇÃO REGIONAL

A concepção integracionista e as discussões a respeito da identidade catarinense podem ser mapeadas nos três espaços que conferem ao regionalismo uma tríade habitual: literário, histórico/geográfico e político. No campo literário o que buscam os intelectuais que se lançam/dedicam à discussão de temas como identidade e cultura popular, por exemplo, é, via de regra, atingir um grau de reconhecimento no espaço constituído do regionalismo nacional. Aquilo que Leticia Nedel, ao se reportar ao “*ciclo regionalista da literatura sul-rio-grandense*”, identifica como objetivo que permeava a criação, já no ano de 1868, da Sociedade Partenon Literário, cujos escritores “*tinham uma intenção deliberada de aderir, mesmo que tardiamente, ao projeto romântico brasileiro de afirmação e busca das raízes étnicas e culturais*

---

<sup>108</sup> A esse respeito ver Obras como: PAIM, Elison Antonio. **Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina**. SAECULUM. Revista de História [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006; e SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. **Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região**. Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011).

*da nação*”<sup>109</sup>. Este modelo, ainda segundo a autora, seria reapropriado a partir da década de 1920 conferindo, ao modo de representação do “estilo” gaúcho e do regionalismo sul-rio-grandense, uma condição irreduzível a qualquer outro movimento de caráter similar. Esta reapropriação, é verdade, só era possível em razão da consolidação de um modo de representação da *região* há tempo estabelecido<sup>110</sup>. Assim, a busca por reconhecimento no espaço nacional que pode ser identificada na obra de Sachet, anteriormente citada, marca tanto essa condição típica dos movimentos literários de viés regionalista, como evidencia a constituição, manutenção e reapropriação de modelos de representação de indivíduos e de espaços de acordo com as condições e demandas do momento. Tudo isso, segundo os graus de maior ou menor consolidação destes modelos simbólicos de representação.

Por sua vez, no campo histórico/geográfico, como identificamos a posição de Peluso, a tentativa é de opor ao idealismo atribuído aos intelectuais, uma proposta com apelo à empiria. Assim, na obra de Peluso, verifica-se a tentativa de estabelecer uma relação entre o espaço e o modo como este é percebido por seus habitantes. Tomando-se este espaço como objeto de estudo. À política, estaria reservada tarefa da administração, ainda que, em se tratando de Santa Catarina, por exemplo, nos projetos de desenvolvimento que remontam às décadas de 1960 e 1970, fosse lugar comum a busca pela constituição de uma identidade estadual baseada no ato de governar a diferença. Reverberação clara das políticas nacionais de mesmo intento, naquilo que identificamos em nossa Dissertação de Mestrado<sup>111</sup>, como alinhamento de propostas nas três esferas; Federal, Estadual e Municipal. Nesta perspectiva, uma das principais medidas da década de 1970 foi a criação das Microrregiões. Uma divisão do território catarinense sob a alegação de assim melhor compreender e tratar das disparidades regionais. Tínhamos, então, naquele momento, um projeto de igualdade pensado a partir de uma política de valorização da diferença. À essa problemática, outras foram anexadas e, neste trabalho, propomos a discussão de seus desdobramentos até o ponto que definimos como o de seu desfecho no campo das identidades e reivindicações locais; a criação do CEOM. A busca pela identificação é fenômeno constante nas práticas

---

<sup>109</sup> NEDEL, Leticia Borges. Op. Cit. p. 61.

<sup>110</sup> Idem, p. 133.

<sup>111</sup> VITORIA, Fernando Antonio. **De Velho Xapecó a Polo formador de polos**: a construção discursiva da capital do Oeste [1970 - 1980]. 155 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

sociais, seja em manifestações ligadas à procura do reconhecimento - e como sequência à reivindicação de pertencimento -, seja mediante a mobilização da igualdade ou da diferença. Umbilicalmente ligados, estes pontos de inflexão constituíram e constituíram-se enquanto espaço privilegiado de análise da ação humana. Nessa proposta de trabalho, em caráter introdutório, tentamos identificar algumas das formas como foram elaboradas as representações da *região* Oeste do Estado de Santa Catarina e como se constituíram “*estigmas*” ligados à sua condição de espaço distante, desassistido e excluído, por exemplo.

O registro desses modos de retratar espaço e homem nos foi importante no sentido de permitir, ao mesmo tempo, definir visões que ao longo do tempo foram atribuídas a uma concepção “tradicional” - das descrições do Oeste como espaço selvagem; da colonização como sinônimo de progresso; do elemento europeu como sinônimo de civilidade e desenvolvimento - e compará-las às práticas constantes no projeto do CEOM, que se propunham a um “*resgate*” de personagens e a uma reescrita da história regional. A formulação da identidade do homem e do espaço está intimamente ligada ao modo como estes se veem e são vistos pelos demais. Ao longo da história dessa *região*, muitas foram as efígies do homem e do espaço. O advento do CEOM e sua proposta nos parecem exemplares pela razão de serem constituídos como projeto visando a readequação de todo esse arcabouço que envolve, memória, história e representação. Apontadas questões ligadas ao regionalismo em esfera estadual no capítulo anterior, partimos doravante, sem perder de vista o aporte garantido por esses aspectos, a uma investida no fenômeno da reivindicação em aspecto local.

#### 1.4 A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE

A criação, pelo então governador Celso Ramos, da Secretaria dos negócios do Oeste, pode ser tomada como um bom exemplo na compreensão daquilo que definimos como políticas de compensação ao Oeste catarinense. Instalada como autarquia em 1963, foi a primeira experiência de descentralização governamental no Estado. Essa prática inovadora para a época e endêmica dessa *região* naquele período, só seria difundida pelo restante do território catarinense quarenta anos mais tarde, quando se tornou uma das principais bandeiras do projeto de governo de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006/2007-2010). Em relação a este acontecimento, importam-nos sobretudo a discussão que cerca o processo de criação e de implantação do referido órgão. O conhecido discurso de caracterização do Oeste catarinense enquanto *região* distante

da capital – geograficamente - e desassistida politicamente - distante do poder - encontra nesta passagem um de seus melhores retratos. Esta forma de apresentar o Oeste frente às demais regiões e, principalmente, frente à Capital, segundo a lógica da “*valorização da diferença que constitui o direito a existência*”<sup>112</sup>, encontrava respaldo na conceituação governamental. Por si só, a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, já nos permitiria aventar acerca da sensibilização do poder central com a demanda da *região*, coisa que se torna de mais fácil visualização quando da leitura do texto da lei<sup>113</sup> de sua criação.

A Secretaria possuía os mesmos atributos do que qualquer outra existente na sede do Governo Estadual; era subordinada diretamente ao Governador e sua incumbência estaria a cargo de um Secretário de Estado sendo, Plínio Arlindo De Nes<sup>114</sup>, o primeiro deles. Nos treze artigos de

---

<sup>112</sup> Essa é a uma das ideias centrais da obra de Pierre Bourdieu: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. SP: Perspectiva, 2003.

<sup>113</sup> LEI Nº 3.283, de 08 de agosto de 1963. Procedência: Governamental. Natureza: PL 208/63. DO: 7.360 de 22/08/63. Alterada parcialmente pelas Leis 3.426/64; 4.297/69; 4.790/72. Ver Lei 3.698/65. Fonte – ALESC/Div. Documentação.

<sup>114</sup> Plínio Arlindo de Nês, nasceu em Encantado RS, no dia 08 de março de 1921, mudou-se para Santa Catarina aos 21 anos de idade. Desenvolveu atividades ligadas ao ramo empresarial, especialmente madeireiro e frigorífico, foi líder político e comunitário. Como empresário, foi gerente-proprietário da Rádio Garantia, em Encantado, de 1940 a 1941; chefe da empresa Migliorini e Cilier, em Faxinal dos Guedes, entre 1942 e 1944; gerente-proprietário da Madeireira Itaoeste, de 1943 a 1951; fundador da S.A. Indústria e Comércio Chapecó; em 1952, e presidente até 1988; fundador e primeiro presidente da Cooperativa de Consumo Chapecó Ltda, em 1960, membro do conselho fiscal da Sadia Avícola S.A., de 1976 a 1977; presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina BADESC, de 1976 a 1979; sócio-gerente da Cachoeirinha Agropecuária Ltda, de 1979 a 1990; presidente do conselho de Administração da Chapecó Alimentos, de 1988 a 1991; e presidente do Conselho de Administração da Chapecó Avícola S.A. de 1976 a 1991. Como político, foi vereador em Chapecó entre 1946 a 1955; prefeito de Chapecó entre 1956 a 1960; deputado estadual de 1962 a 1966; Secretário de Estado da Secretaria de Negócios do Oeste, entre 1969 a 1975; presidente da Fundação Hospitalar e Assistencial Santo Antonio, de 1960 a 1962; fundador e presidente da Sociedade Ginásio de Chapecó; coordenador da Comissão de Fundação da Fundeste Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, e presidente em 1970; presidente do Conselho Deliberativo da Fundeste de 1972 a 1982; e presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Santa Catarina SINDICARNE, de 1981 a 1982. Referências Bibliográficas: Associação

fundamentação da lei de criação, embora não esteja explícito, o entendimento do governo é de que o Oeste necessitava de atenção especial e a Secretaria dos Negócios viria a desempenhar esse papel. As menções constantes no corpo da lei giram, quase sempre, em torno da valorização e do desenvolvimento regional. Das várias passagens que evidenciam a preocupação por parte do governo com a situação do Oeste, a implantação da Secretaria, assume posição de maior destaque. O caráter conciliador da medida abunda nas reiteradas citações às peculiaridades, potencialidades e interesses que se tinha para com o Oeste. Era como se o governo, confesso das faltas para com esta porção do Estado, quisesse demonstrar a importância desta *região* e a sua preocupação com este que, à época, já se conferia em importante centro econômico do agronegócio. Como era de se esperar de um projeto cunhado em um período em que a ideia de planejamento<sup>115</sup> e escalonamento das esferas superiores para as inferiores parecia dominar o cenário político nacional, as menções ao econômico ao desenvolvimento e à política pensada em termos de cascata são facilmente identificadas. Ainda que, mesmo atrelada aos poderes estadual e federal, a autonomia da Secretaria seja inquestionável. Por certo que reivindicações e anseios regionais não eram exclusividade do Oeste Catarinense, mas dentro do cenário da época, seu histórico e particularidades pareciam “mais específicos” que os de outras regiões. Não ocupasse o Oeste papel distinto no tocante ao ordenamento regional, por que teria ele uma extensão governamental única em todo o território? Valemo-nos, nesse sentido, de apontamos que outrora postulamos acerca do Órgão.

Importante perceber como a preocupação com a região oeste no que diz respeito à sua ocupação e,

---

comercial e industrial de Chapecó ACIC e Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC Campus Chapecó (Orgs.). História Empresarial Vivida. Chapecó: Grifos, 1997. Disponível online em: [http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?ficha=505&codseq\\_imagem=1412](http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/index.php?ficha=505&codseq_imagem=1412). Acessado em 17/05/2017.

<sup>115</sup> Nesse sentido fazemos menção à “cultura desenvolvimentista” que se consolidou nas décadas de 1950 e 1960. Essa aposta no desenvolvimento que se consolidaria mediante o planejamento efetivado pelo Estado, tem no Plano de Metas (1956-1960) elaborado no governo Juscelino Kubitschek seu principal marco. Em se tratando de Santa Catarina, a primeira experiência nesse sentido é representada pelo Plano de Obras e Equipamentos – POE, encaminhado à Assembleia Legislativa em março de 1955 e posteriormente pelo Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG - 1961/1965. Ver: VITÓRIA, Fernando Antonio. Op. Cit. p. 27-44.

efetiva incorporação ao território catarinense, mostra-se de forma constante ao longo de vários anos. Ora, não bastava ter procedido a ocupação das terras devolutas mediante a concessão às empresas colonizadoras, tampouco, parece ter sido de grande êxito, neste quesito, a viagem de 1929 que, embora tenha significado a tomada de posse simbólica das terras incorporadas legalmente, não representou, do ponto de vista prático, nenhuma alteração. Era preciso garantir que essa população fosse assistida. A implantação da Secretaria do Oeste, mais do que qualquer coisa, pode ser vista como fruto de uma ameaça representada pelo “abandono” a que a região estava exposta. Região essa com histórico de movimentos de resistência - como o conflito do Contestado -, com forte influência do Estado vizinho - Rio Grande do Sul - e com limites chegando à Argentina. Possivelmente, questões como essas devam ter pesado quando da decisão de se criar, em Chapecó, uma modalidade de governo inovadora para a época<sup>116</sup>.

O papel da Secretaria dos Negócios do Oeste no cenário local já nos ocupou anteriormente. Em trabalho precedente, estudamos este ponto dentro da dinâmica da criação das cidades-polo e tecemos apontamentos preliminares acerca da sua importância enquanto fator de constituição da identidade regional. A proposta de estudo baseada em projetos e discursos governamentais e jornalísticos buscou mapear algumas das formas de se retratar esta política, seja por parte do governo, seja pela reverberação destes nos jornais de circulação local. Restou claro daquele trabalho que, tanto o governo quanto as matérias veiculadas nos jornais da época, tratavam a implantação da Secretaria como uma demonstração inequívoca da preocupação do Estado com a situação ímpar que ocupava o Oeste dentro do cenário catarinense<sup>117</sup>.

Alimentada ao longo do tempo, a crônica da distância e do alheamento da especificidade tornou-se quase que intrínseca à apresentação do Oeste. Na via que posiciona a *região* e a faz surgir e ser reconhecida mediante o discurso da diferença, o Oeste, dentre as regiões catarinenses, fez-se notar de modo mais significativo. Falar acerca de

---

<sup>116</sup> Idem. p. 45-55.

<sup>117</sup> Ibidem.

regiões no Estado, passa pela necessidade de se falar do Oeste como primeiro e maior expoente/reivindicador desta condição<sup>118</sup>. Uma consciência regional no que concernia à organização local pode ser notada na década de 1960 também em episódios como a criação da AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste De Santa Catarina). Fundada em 1968, esta instituição pode ser vista como exemplo de que a ideia de reivindicação regional passava pelas dinâmicas de singularização e reconhecimento. Os municípios que a integram eram parte do “Velho Chapecó<sup>119</sup>”, desmembrados ao longo do tempo, reorganizam-se em torno da referida entidade na tentativa de fortalecerem seu poder de reivindicação. O primeiro objetivo que se pretendia atingir com esta mobilização era a construção da BR 282 que, aos olhos da época, viria solucionar ou, em parte, amenizar o problema do isolamento.

Notabilizada nacionalmente pela sigla AMOSC, a Associação foi constituída em 11 de fevereiro de 1968 para representar os 34 Municípios que, então, compunham a microrregião. A AMOSC foi a terceira instituição municipalista criada em território catarinense para congregar os entes públicos municipais através de seus Prefeitos. Múltiplas foram as frentes de atuação desde sua origem: reivindicar obras e programas de amplitude regional, defender os interesses comuns da microrregião, qualificar os servidores públicos municipais nas áreas estratégicas, prestar serviços técnicos de média e alta complexidade<sup>120</sup>.

Duas razões principais tornam a AMOSC importante para o nosso estudo e a faz aqui ser citada mesmo que de modo não aprofundado. A primeira está ligada ao fato de sua criação estar ligada com as políticas de

---

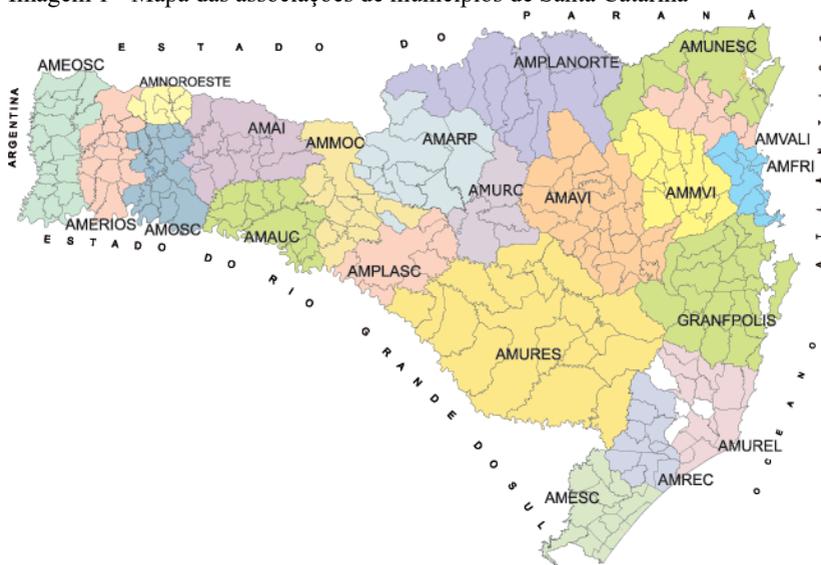
<sup>118</sup> Ver: RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. p. 38-66.

<sup>119</sup> Quando da criação do Município de Chapecó em 1917, após findadas as questões ligadas ao litígio com o vizinho Paraná, este possuía uma extensão de 14.071 km<sup>2</sup>, compreendendo o que hoje corresponde a todo o grande Oeste e seus mais de 70 municípios desmembrados. Referência: Comissão Especial da Divisão Territorial do Estado, parecer do relator Deputado Cid Loures Ribas, 28 de novembro de 1948. Acervo Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

<sup>120</sup> Texto do histórico de fundação da AMOSC. Disponível no site do referido órgão, endereço: <http://www.amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/47458>. Capturado em 30/06/15.

reivindicação local, dentro da tendência que vimos destacando. A segunda, dá-se pela referência de abrangência que ela representará nos anos seguintes. Comumente, ao se reportar ao espaço de atuação do CEOM, será feita menção aos municípios a ela pertencentes.

Imagem 1 - Mapa das associações de municípios de Santa Catarina<sup>121</sup>



Para essa referência, junto da AMOSC, figura original no tocante às associações de municípios, são comumente citadas<sup>122</sup> a AMAI

<sup>121</sup> Associações de Municípios – Mesorregiões. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divide Santa Catarina em seis mesorregiões: Norte, Oeste, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul. As regiões, por sua vez, são compostas politicamente por Associações de Municípios, que atuam em parceria com a FECAM no desenvolvimento dos municípios catarinenses. Texto e imagem disponíveis em: <http://guia.fecam.org.br/associacoes/index.php>. Acessado em 17/05/2017.

<sup>122</sup> Lançado DOCUMENTO BÁSICO com orientações para a pesquisa, coleta e registro da Memória Sócio-Cultural da Região Oeste de Santa Catarina. Constitui-se no primeiro passo para a consecução dos diferentes projetos do CEOM/FUNDESTE. Objetiva, fundamentalmente, fornecer subsídios técnico-práticos para a operacionalização do processo de recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural, que o CEOM agencia junto aos municípios pertencentes à região da AMAI, AMOSC e AMEOSC Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina, 1988. p. 71.

(Associação dos Municípios do Alto Irani) e a AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense). Assim, a proposta não era direcionada apenas aos municípios circundantes de Chapecó, aqueles que estavam dentro da mesma agremiação definida pelas políticas de divisão dessa ordem que remetem à década de 1960<sup>123</sup>, mas cobria grande parte da área anexada ao território catarinense pós litígio com o vizinho Paraná. O fenômeno das associações de municípios<sup>124</sup> é importante para a compreensão do processo de reivindicação local e da própria organização do Oeste Catarinense. Notadamente ele nos fornece uma ideia de como os desdobramentos dessa política se estabelecem segundo noções de pertencimento e de diferenciação. A criação dessas associações, dá-se, quase sempre, segundo a mobilização de características ditas específicas e que tornariam essas porções do território, seja por questões geográficas – distância -, ou de ordem econômica - atividades desenvolvidas pelos municípios -, ou outras ainda que possam surgir e serem apresentadas, distintas das demais, o que justificaria a necessidade de se estabelecerem enquanto organização. O tipo de processo envolvido não é diferente daquele que acontece quando da construção das nações<sup>125</sup> ou das regiões. A mesma lógica que opera dentro destas esferas maiores, também atua nestes espaços diminutos, obviamente com as especificidades que lhe são pertinentes. Também é nítido o corolário que apontamos ao longo deste

---

<sup>123</sup> “As associações de municípios (AM) são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em Assembléia Geral. Em Santa Catarina, os presidentes das AM são os prefeitos, considerados pelos entrevistados como os principais participantes do processo de criação e desenvolvimento do associativismo municipal no Estado”. MARQUES, Valesca Menezes; DIAS, Leila Christina. **Associações de municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 29-53, jul./dez. 2003. p. 31. Disponível em: [http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4103\\_MARQUES\\_V\\_e\\_DIAS\\_L\\_Associa-coes\\_de\\_Municípios\\_de\\_Santa\\_Catarina\\_da\\_gênese\\_a\\_consolidacao.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4103_MARQUES_V_e_DIAS_L_Associa-coes_de_Municípios_de_Santa_Catarina_da_gênese_a_consolidacao.pdf).

<sup>124</sup> Prosseguindo a política de planejamento iniciada nos anos 1960 com o SERFHAU e a SUDESUL, os governos federal e estadual mantiveram recursos consignados em seus orçamentos, destinados ao financiamento de despesas operacionais das associações de municípios (AM), em Santa Catarina, durante os anos 70. Outra fonte de recursos foi aquela recebida para elaborar os “Termos de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional Integrado” (IBAM, 1978), financiada a princípio pelo SERFHAU e, depois de sua extinção, pela SUDESUL. Idem. p. 41.

<sup>125</sup> THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. CNRS/Paris. Tradução de Eliane Cezar. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

trabalho acerca da questão da identidade. Argumentamos no sentido de que, ao que parece, a resultante inerente da distensão de movimentos de caráter reivindicatório com base na diferença é a perpetuação do movimento.

Em julho de 1971 acontece o segundo desmembramento com a criação da AMEOSC, com pólo em São Miguel do Oeste, agrupando municípios desligados da AMOSC (pólo em Chapecó), situados perto ou contíguos à divisa com a Argentina. A criação da AMEOSC revela três motivações principais: a primeira refere-se à distância e à dificuldade de deslocamento entre os municípios do extremo Oeste e Chapecó, sede da AMOSC. A segunda tinha como finalidade “acelerar o desenvolvimento microrregional, com a instalação de órgãos regionais do Governo do Estado e do Governo Federal para atendimento dos diversos serviços públicos à população” (AMOSC, 1998, s/p). E a terceira deve-se à política de regionalização do Governo Colombo Salles, que participou da assembléia de criação da AMEOSC, em São Miguel d’Oeste<sup>126</sup>.

Os motivos alegados para a defesa da criação de uma nova associação de municípios desmembrados da associação original, passavam por argumentação semelhante àquela que, corriqueiramente, foi mobilizada nos discursos que falavam acerca do Oeste no sentido de afirmá-lo enquanto *região*, bem como as que levaram à criação do próprio conceito com base no qual se deu origem às Associações de Municípios. As reivindicações de cunho local, como temos apontado, apresentam características muito similares no que diz respeito aos motivos alegados para a sua manifestação. Fenômenos como distância, identificação e presença de poder, estão comumente presentes na base discursiva que as constitui. Sobre essa questão, Marques e Dias<sup>127</sup>, em mesmo trabalho escrevem.

Por outro lado, analisando-se resposta dada pela AMPLA ao questionário desta pesquisa, a motivação para a criação da AMVAC foi “de cunho estritamente político” donde se conclui que a

---

<sup>126</sup> MARQUES, Valesca Menezes; DIAS, Leila Christina. Op. Cit. p 38-39.

<sup>127</sup> Idem. p. 43.

região desejava, com esse processo, obter visibilidade política, principalmente perante o governo estadual. Essa visibilidade política pode significar também o desejo de afirmação de um novo poder político em surgimento<sup>128</sup>.

Nesta análise que toma “atos de classificação<sup>129</sup>” como fenômeno originário das divisões nos moldes que vimos apontando, há que se observar que a natureza desses atos é, via de regra, política. Tanto os conceitos quanto as práticas de divisão tendem a orbitar sempre as esferas do poder e os espaços de legitimação segundo as demandas e os projetos de interesse dos grupos que deles lançam mão. Não causa estranheza, por esta razão, o posicionamento do CEOM no sentido de mobilizar grupos dentro de um quadro local marcado por distintas posições políticas. Propor uma releitura histórica é dentro do panorama local um dos meios de enfrentamento entre os diferentes modos de leitura de sociedade e os meios pelos quais se pretendia atuar na sua transformação. Condição que também lança luz sobre as razões que levam a uma adequação constante do discurso aplicado pelo CEOM dependendo, do período, ou dos tipos e posições dos interlocutores. Esta atuação, como veremos, assume caráter de transformação social e pode ser vista como manifestação necessária dentro do jogo de estratégias mediante as quais as lutas de representação são travadas. Essa simbiose que alimenta os movimentos de reivindicação regional, manifesta-se de várias formas e, em última instância, aproxima os fenômenos com base em um elemento comum: a exposição da diferença e a disputa por espaço. Este entendido como espaço de visibilidade.

A diferença da atividade econômica praticada nos municípios que formaram a AMERIOS em comparação com a praticada nos da AMOSC e a distância dos municípios ao pólo da associação progressista foram as duas principais motivações apresentadas para a criação da AMERIOS. Duas outras motivações foram declaradas: primeira, os desmembramentos municipais ocorridos na região da AMOSC aumentariam demasiadamente o número de municípios filiados, causando possível deficiência no atendimento da associação. Segunda, os criadores da AMERIOS – os prefeitos

---

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p. 176.

da região, liderados pelo principal articulador do processo, Celso Maldaner, prefeito de Maravilha – desejavam visibilidade política à região, para receber mais investimentos dos governos estadual e federal, impulsionando seu fortalecimento político<sup>130</sup>.

Assim, de certo modo, a associação vinha reestabelecer uma ligação que os desmembramentos haviam fendido. Sabemos que essas divisões, amiúde, são mais efetivas do ponto de vista territorial e político do que práticas, naquilo que concerne às ligações dos indivíduos no dia a dia. Possivelmente os mesmos interesses que trabalharam em prol dos desmembramentos, também o fizeram em relação à criação dos novos órgãos associativos. Se no campo do reconhecimento à existência, ser diferente pode representar fator de unificação de interesses, no campo político, tamanho, quando bem manejado, é sinônimo de poder. O modelo associativo restituía praticamente o “*Velho Oeste*” sob a sigla da AMOSC.

Neste sentido, a atuação do CEOM, pode ser analisada com fundamento na necessidade de adequar sua proposta que visava abarcar o máximo de municípios que faziam parte do Oeste, quando estes estão se manifestando enquanto diferentes, sem, no entanto, abrir mão do princípio norteador de sua própria constituição, que era a valorização do local e a reivindicação do direito à existência. Existência no sentido de terem garantido seu espaço de visibilidade. Direito de serem incluídos em uma história que lhes havia relegado ao esquecimento e ao silenciamento. Restituição de suas memórias, de suas terras de sua parcela de contribuição para aquele presente e acima de tudo, “*resgate*” de sua dignidade. Era esse, afinal, o discurso com base qual o CEOM se referia aos grupos considerados subjugados, inferiorizados e expropriados pela historiografia que definiam como “tradicional” e que pretendiam editar.

## 1.5 FUNDESTE E CEOM; DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ENSINO SUPERIOR E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Dentro desta onda de criação de instituições e associações de caráter político sob o discurso do desenvolvimento regional herdado pelos militares, uma segunda esfera parece ter gozado de igual atenção durante a vigência desses governos, a saber, a educação. A criação da UDESC como Universidade Estadual em 1965, enquanto a UFSC, criada cinco

---

<sup>130</sup> MARQUES, Valesca Menezes; DIAS, Leila Christina. Op. Cit. p. 43.

anos antes, com sede também na capital, ainda dava seus primeiros passos, dão mostra desta realidade. No caso catarinense, se no início do período militar as instituições de ensino ficaram restritas à Capital, os anos seguintes seriam marcados, a exemplo das experiências políticas, pela expansão pelas regiões do Estado de Fundações Educacionais. Fosse mediante a municipalização de instituições já existentes ou criação de toda a estrutura, uma série de Fundações públicas de ensino foram sendo organizadas nas várias regiões do Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1964 e 1970<sup>131</sup>. Não obstante, ainda que se descentralizassem os centros de ensino, sob uma justificativa não muito diferente daquela que pautava a criação de associações de municípios, também essas fundações apresentaram uma tendência a se aproximarem formando associações de cunho regional. O ápice da organização de associações representativas foi a criação, em 1974, da ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais).

O Oeste Catarinense e, mais especificamente Chapecó, passam a figurar neste cenário com a instalação da FUNDESTE no ano de 1970. Apresentada com a nomenclatura de Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste nos materiais de criação do CEOM, e como Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste no texto original, independentemente da fonte, o imperativo “*desenvolvimento*” se mantém. Fazemos questão de salientar este ponto, porque a ideia de desenvolvimento era simbólica nos projetos de governo desde a década de 1950 e também terá espaço de destaque nos projetos do período militar.

---

<sup>131</sup> A organização destas Fundações mais a UDESC, daria origem, em 1974, à ACAFE. Associação Catarinense das Fundações Educacionais. as seguintes associadas fundadoras: a) Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI; b) Fundação Educacional de Brusque – FEBE; c) Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ; d) Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; e) Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC; f) Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI; g) Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ; h) Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; i) Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; j) Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC; l) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE; m) Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe – FEMARP; n) Fundação Universidade do Contestado - Campus de Caçador; o) Fundação Universidade do Contestado - Campus de Canoinhas; p) Fundação Universidade do Contestado - Campus de Concórdia; q) Fundação Universidade do Contestado - Campus de Curitibanos; r) Fundação Universidade do Contestado - Campus de Mafra; s) Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Sua inserção em quase todas as ações, tornou-se quase que um imperativo a remeter diretamente a essa época. Nesse sentido o projeto do CEOM que apresenta um posicionamento claramente contrário ao tipo de política e de história que se fez neste período, faz coro às preocupações daqueles intelectuais que estavam à frente do projeto de redemocratização no sentido de problematizar e de retirar a palavra “*desenvolvimento*” dos nomes de instituições e de projetos de cunho governamental<sup>132</sup>.

Esta inclinação ao uso reiterado do termo “*desenvolvimento*”, independentemente das conotações futuras, foi um marco dos projetos nas décadas de 1960 e 1970 e não deixou de se fazer inscrever no processo de constituição e na terminologia da própria FUNDESTE.

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste é resultado de um forte movimento comunitário que surgiu no início da década de 1970 objetivando a implantação do ensino superior em Chapecó e em outras cidades da região. Foi constituída com a finalidade de criar, estimular e difundir valores culturais e conhecimentos científicos voltados à formação cidadã e à integração comunitária. Para consecução de seus objetivos, desenvolve atividades de prestação de serviços e ensino em igualdade de condições para acesso e permanência do estudante, garantindo a liberdade de aprendizado, pesquisa e divulgação do pensamento e o pluralismo de idéias, através de gestão democrática como garantia de qualidade e valorização humana. O primeiro passo que marca a história da Fundeste e a data de sua fundação é uma assembléia geral que ocorreu em 4 de julho de 1970 que reuniu autoridades e lideranças de 37

---

<sup>132</sup> Nesse sentido, temos correspondência datada de 11 de abril de 1989, enviada por parte da direção da ACAFE ao Sr. Aloísio Piazza então Presidente da Assembléia Estadual constituinte. Nesta, replicada aos responsáveis pelas instituições filiadas, entre outras questões, se sugeria a retirada do termo “Desenvolvimento” da nomenclatura oficial da UDESC. Sob a alegação de que este remetia à política desenvolvimentista do período militar e, por uma questão filosófica, não representaria da melhor forma a ideia que se tinha para a instituição. *“Por outro lado, a questão do nome é de menor importância, embora a eliminação da palavra “Desenvolvimento”, do seu nome, seja também consequência de uma filosofia, que abandona a visão desenvolvimentista dos anos 60, para ver a Universidade como instrumento mais amplo na promoção dos interesses do Estado”*. Mensagem constante do Acervo Fundos do CEOM. p. 02.

municípios. Em agosto daquele ano foi assinado convênio com a Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina para a realização de estudo de viabilidade técnica e financeira, visando a instalação do primeiro curso superior na cidade. A iniciativa de criar a fundação, com a participação de lideranças e autoridades de toda a região, teve a coordenação do então secretário dos Negócios do Oeste, Plínio Arlindo De Nes, e do bispo diocesano da época, dom José Gomes, que foram os primeiros presidente e vice da Fundeste, respectivamente. Instituição pública de direito privado e com gestão comunitária, a Fundeste foi instituída em 6 de dezembro de 1971 pela lei municipal 141, assinada pelo então prefeito João Destri, com efeitos retroativos a julho de 70. Sua instalação solene ocorreu em 21 de fevereiro de 1972. Nesse mesmo ano iniciou o funcionamento do primeiro curso superior implantado em Chapecó, Pedagogia, que formou a turma pioneira em 1974<sup>133</sup>.

Sua criação atrelada à ideia de desenvolvimento regional e contando com atuação direta do então dirigente à frente da Secretaria dos Negócios do Oeste, enquadram-se no conjunto de anseios da época. A ampla participação dos municípios e o modelo de entidade “*pública de direito privado e com gestão comunitária*”<sup>134</sup>, engajavam a sociedade em seus mais diversos segmentos e coadunam-se com o modelo analítico que apontamos. O secretário Plínio Arlindo De Nes, não só conduziu o projeto

---

<sup>133</sup> Texto disponível no site da UNOCHAPECÓ no endereço: <https://www.unochapeco.edu.br/info>. Até 1990 a Fundeste atuou nas atividades do ensino superior, tendo então unido-se às fundações universitárias de Joaçaba e de Videira para constituir a Universidade do Oeste, que assumiu a condução das ações em Chapecó através de um campus. Mesmo com suas atividades acadêmicas desativadas, a fundação permaneceu com personalidade jurídica, o patrimônio do campus e os cursos, e foi co-mantenedora da Fundação Unoesc até 2001. Diante da aspiração de constituição de uma universidade em Chapecó, no segundo semestre de 2000 começaram os encaminhamentos para sua reativação, em março de 2001 a Fundeste foi reativada operacionalmente e em 27 de agosto de 2002 assumiu integralmente as atividades do Campus Chapecó, que transformou-se na Unochapecó, em um processo que contou com a participação de diferentes segmentos da sociedade regional, integrantes de comissões de trabalho, da Assembléia Geral e do Conselho Curador da fundação.

<sup>134</sup> Idem.

de implantação da FUNDESTE, como a presidiu, junto do bispo Dom José Gomes<sup>135</sup>, em seu primeiro ano de funcionamento. Como vemos, uma associação nos vários segmentos sociais era instaurada para esse processo. Políticos, comerciantes e até mesmo a Igreja Católica davam sua parcela de contribuição para a efetivação do projeto. Essa postura de colaboração efetiva da Igreja com movimentos de cunho social pode ser atrelada aos ordenamentos deliberados no Concílio Vaticano II<sup>136</sup>. Sabe-se que Dom José Gomes fora figura destacada no que concerne à atuação em projetos desta natureza. Sua participação direta e posicionamentos acerca de questões conflituosas o tornaram conhecido no círculo social cumprindo, neste sentido, o primado de aproximar a Igreja da sociedade

---

<sup>135</sup> José Gomes (Erechim, 25 de março de 1921 - Chapecó, 19 de setembro de 2002) foi um bispo católico da Diocese de Chapecó. D. José dirigiu a Diocese desde Medellín (1968) e, na esteira das iniciativas de muitos bispos latino-americanos (D. Larrain, D. Helder Câmara, D. Paulo E. Arns, entre outros). Fez acontecer na Diocese a renovação introduzida pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Foi uma época marcadamente de renovação, principalmente para o clero. Com coragem e profecia, D. José fez a Diocese caminhar pelas trilhas da libertação, com sobressaltos, muitos conflitos e também muitas alegrias. Com ele a Diocese experimentou a primavera da renovação conciliar, a força das Comunidades de Base e da organização das lideranças (os grupos de reflexão, a organização dos movimentos populares, a luta pela libertação, a organização do povo). Seu envolvimento principal foi em favor dos índios kaingang de Sede Trentin, a quem defendeu e manteve em sua terra. Foram anos de luta, inclusive de perseguição, em que D. José nunca esmoreceu, mas se manteve firme na defesa dos pequenos. Outra luta importante de D. José foi a favor dos sem-terra, com quem sempre esteve presente, defendendo-os e ajudando-os em suas lutas contra o latifúndio. Por sua luta, D. José ultrapassou os limites da Diocese e se tornou também conhecido e admirado em nível nacional. Foi presidente nacional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) de 1979 a 1983; e depois da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de 1983 a 1987. Disponível em: [http://www.diocesechapeco.org.br/2011/index.php?link=vernoticia&id\\_noticia=317](http://www.diocesechapeco.org.br/2011/index.php?link=vernoticia&id_noticia=317).

<sup>136</sup> A esse respeito ver publicações como: SOUZA, Suely Pereira de; PEREIRA, João Bosco. **A Igreja Católica e as Organizações e Movimentos Sociais na Diocese de Ipameri (GO): Partilhando Utopias**. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 - ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto10.pdf>. MENEZES NETO, Antonio Julio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Cad. CRH vol.20 no.50 Salvador May/Aug. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792007000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000200010).

e dos necessitados. Essa postura nos interessa na medida em que reverbera uma ambiência social em busca de ações de melhoramento local. Esse caráter de reivindicação que traçamos e que, com base nas instituições identificadas, foram pavimentando o caminho que levou à criação do CEOM e de seu projeto de reescrita da história regional.

No momento em que a adoção de políticas favorece a interação entre educação e seu contexto sócio-cultural específico, polarizando o interesse governamental, estadual e regional, a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, na sua pretensão de atuar como instrumento de interferência no processo de desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina, não poderia, sem pecar por omissão, deixar de lançar-se sistematicamente neste importante empreendimento. A maneira acertada de interferir sobre o rumo de determinado momento de um processo social em desenvolvimento dependem, em larga escala, do conhecimento de tudo aquilo que o antecedeu. Para concretizar a integração entre educação e valores sócio-culturais na região oestina tem-se que levar em consideração o desafio de uma contribuição efetiva no levantamento e documentação das raízes históricas da realidade social do Oeste de Santa Catarina, uma vez que se trata de um campo praticamente virgem, como subsídio indispensável à reestruturação do ensino fundamenta do no repertório local. A preocupação com as lacunas existentes na história sócio-econômica da região, deficiências verificáveis inclusive a nível da historiografia estadual, não é nova na FUNDESTE. Um dos objetivos gerais expressos no seu PLANO QUADRIENAL 1981/84 (1980,P. 15) para o Setor de Pesquisa, era a montagem de um "Banco de Dados" acerca da região, objetivando servir de Central de Pesquisa. Com o despertar de uma consciência regional de preservação e promoção cultural, fruto, em grande parte, do esforço de interiorização da Fundação Catarinense de Cultura, a preocupação original desta IES, estendeu-se também ao compromisso de agenciar o processo de salvaguarda do patrimônio cultural em que vários municípios estão empenhados, e outros virão a se empenhar.

Procurando integrar, tanto quanto possível, estes fatores conjunturais com características regionais bem peculiares, a FUNDESTE propõe-se implantar um CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA<sup>137</sup>.

Uma década e meia após a sua criação, em meados de 1985, a FUNDESTE apresentava o projeto que constituía o CEOM no que concernia a objetivos, metodologia e fundamentação teórica. A bem da verdade, como pode ser visto na citação, a ideia de se criar um “*Banco de Dados*”<sup>138</sup> sobre a *região* já era gestada desde o início da década de 1980, constando, inclusive, dos planos quinquenais da instituição. Em sua obra sobre a constituição do campo arquivístico em Santa Catarina, Janice Gonçalves<sup>139</sup> aponta que a década de 1980 marcou a entrada do Estado no mapa da arquivística brasileira. Nesse momento a preocupação por parte do governo para com a importância dos arquivos teria deixado de se dar tanto em razão da segurança institucional - nesse caso o exemplo é dado recorrendo-se às disputas territoriais com os Estados vizinhos do Paraná e, em especial, com Rio Grande do Sul, que demandou por parte do Governo Catarinense, a busca nos arquivos da documentação que comprovassem a posse -, passando a serem tomados - os arquivos - por sua importância histórica e o consequente papel da História para a formação cívica<sup>140</sup>. Nesse sentido há que se fazer menção à criação, em 1978, do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR<sup>141</sup> que, como reverberação estadual, tem a criação, ainda que 10 anos mais tarde, do

---

<sup>137</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. P. 01. Acervo CEOM.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Ver, GONÇALVES, Janice. Op. Cit. p. 55.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> À época de sua criação o SINAR era assim descrito: “*o Governo Brasileiro , pelo Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR -, com a finalidade de assegurar, com vistas ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do Poder Público” e fixando como órgão central do Sistema O Arquivo Nacional, assessorado pela Comissão Nacional de Arquivos. Por esta razão, articulando-se com os organismos regionais, principalmente através de reuniões anuais nos Encontros de Arquivos Estaduais, tem o Arquivo Nacional bem cumprido as suas tarefas normativas*”.

Sistema Estadual de Arquivos<sup>142</sup>. Este quadro nos permite compreender em meio a qual momento histórico foi gestado o projeto do CEOM, que como visto, remonta ao início da década de 1980 e seu advento e consolidação podem ser analisados como oriundos do processo de polarização entre esquerda e direita que começava a se desenhar durante o processo de redemocratização do país. Como veremos no andamento deste trabalho, boa parte dos embates travados, bem como a estratégias

---

<sup>142</sup> A implantação do Sistema Estadual de Arquivos, foi descrita assim por Walter Piazza. *"Pela primeira vez tem início, na Historia Política Administrativa do nosso Estado, uma política de preservação documental. Até agora, os arquivos setoriais da Administração Estadual, quer direta, quer indireta, também vulgarmente chamados de arquivos mortos" eram amontoados em vãos escuros, olhados como trambolhos, nada significando para os administradores senão meros trastes. Não se lhes dava maior atenção. Não eram conhecidos os seus conteúdos. Não eram tratados como o devem ser os indicadores de uma identidade da cidadania. Assim, em muitos momentos da vida político-administrativa de Santa Catarina, inúmeros e importantes núcleos documentais foram jogados ao lixo, foram vendidos como papéis velhos e inservíveis, foram, enfim, tratados desprezivelmente. Desta forma, a Historia Político-Administrativa de Santa Catarina ficou desfalcada! Muitos e muitos capítulos da nossa História, não só nos aspectos político-administrativos, mas, também, social, econômica e cultural, ficarão como espaços vazios, sem resposta ao nosso pesquisador de hoje e de amanhã! Sentiu-se, pois, a necessidade de normatizar todo o nosso Sistema de Arquivos. Cumprindo-se o compromisso do Governo Estadual, estampado em o "Rumo a nova sociedade catarinense no tocante ao "patrimônio que convém preservar, desenvolver e difundir" estabeleceu-se uma programação que tem sido amparada num corpo técnico de alto nível, qual seja o da Coordenadoria de Documentação e Publicações da Secretaria de Estado da Administração, nela se incluindo, como base operacional o do Arquivo Público do Estado. Fixou-se uma política de preservação documental que tem sido dinamizada dia-a-dia! Para implantar o Subsistema Estadual de Arquivos e normatizá-lo foi elaborado o Decreto nº 1.444, de 23 de março p.p., publicado no Diário Oficial do Estado de 24 de março, dispondo sobre a política estadual de arquivos públicos e privados. Tal decreto é de suma importância na vida político-administrativa e cultural do nosso Estado. Define-se, naquele texto legal, os arquivos públicos quanto aos seus aspectos técnico-científicos e quanto as situações dentro do quadro de valores da cidadania, e, como não podia deixar de ser, trata dos arquivos privados de interesse público, dispõe, ainda, sobre a organização sistêmica na administração de arquivos, e, trata também, da formação da Comissão Estadual de Arquivos e do Registro Geral de Arquivos Privados. PIAZZA, Walter. O SUBSISTEMA ESTADUAL DE ARQUIVOS. A necessidade de preservação documental. s.d. p. 11-12. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2526-1450391661.pdf>. Acessado em 08/04/2015.*

mobilizadas nesses enfrentamentos eram demandas desse cenário em que atingir os objetivos do projeto do CEOM implicava tanto criar e difundir novos entendimentos quanto romper com velhas e arraigadas resistências políticas e intelectuais.

Sob este aspecto a criação do CEOM é fenômeno indissociável da constituição da FUNDESTE e deve sua implantação à atuação de um grupo de intelectuais a ela ligados, que tem na figura de Santo Rosseto seu mentor e principal articulador. O cargo de liderança frente à FUNDESTE, na função de Diretor Geral da instituição, possibilitou-lhe não só estabelecer contatos com demais instituições e pesquisadores da área de modo a elaborar o projeto, como garantiu o suporte técnico, material e humano necessário para a realização das atividades propostas. Dois anos antes do lançamento do projeto propriamente dito com toda a base teórica e justificativas que lhe seriam peculiares, ainda em 1983, já podemos encontrar registros das movimentações internas envolvendo o projeto do CEOM nas correspondências internas da FUNDESTE.

Santo,

A importância desse projeto está, na medida em que procura, através de sua ação comprometer mais a comunidade acadêmica da FUNDESTE com o resgate histórico dessa região. Ações que poderão surgir do projeto: a) Preservar e reavivar a cultura popular; b) Educação popular – Comprometimento de docentes/pesquisadores com a organização da população; c) Valorização da cultura popular: - exposições; - formas de comercialização do artesanato local (tem?), qual é?; - artes/músicas/grupos folclóricos; d) Apoio pedagógico à rede de ensino; substituir a cultura livresca da “Abril Cultural” e de outros editores pela cultura local num processo dialético de troca de experiências: da FUNDESTE para as camadas populares e desses para a FUNDESTE. e) Processo de pesquisa – ação: onde a comunidade passa a ser sujeito e não objeto da ação de pesquisa; - a pesquisa se dá no processo e não no resultado (produto), característica da pesquisa tradicional. Conversamos mais sobre isto na semana que vem. Darei para vocês um exemplar do nosso projeto. Um abraço e p. t. Saudações

Graça<sup>143</sup>.

O texto em questão, manuscrito, consta dos arquivos do Fundos do CEOM do ano de 1983. Trata-se aparentemente de uma correspondência não oficial, uma espécie de anotação feita em algum encontro de estudos. A leitura nos revela como se estava pensando a cultura e seu modo de ensino no Estado de Santa Catarina em espaços como o Programa de Pós-Graduação em Educação da principal Universidade Catarinense no início da década de 1980, e como a constituição do projeto do CEOM se dá em meio a um processo de troca de informações com outros espaços acadêmicos. Convém atentar à semelhança entre os pontos destacados na mensagem e as propostas que se farão constar no projeto apresentado por Rosseto para a constituição do CEOM; seja no tocante às ações e ao entendimento do fenômeno “*cultura*” e do melhor modo para se trabalhá-lo, seja no que diz respeito à preocupação com o estudo e a valorização do conhecimento popular, seja em conceitos como pesquisa-ação ou ainda na defesa do afastamento de uma história “tradicional”.

A menção à existência de um projeto em moldes similares que seria enviado a Santo Rosseto, ou ao grupo articulado em torno da constituição de um espaço de preservação/“*resgate*” junto à FUNDESTE, uma vez que se fala em “*vocês*” é coerente com as correspondências que demonstram, no mesmo ano de 1983, o envio a órgãos nacionais ligados a gestão da memória, da cultura e do patrimônio histórico, do projeto primário daquilo que viria a ser o CEOM. Em 04 de Outubro de 1983, Ana Regina Machado Carneiro, chefe de gabinete do então Deputado Federal João Paganella<sup>144</sup>, encaminhava ao Sr. Irapoã Cavalcanti de

---

<sup>143</sup> Maria da Graça de oliveira Nóbrega. Coordenadoria de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação – UFSC – Trindade – Fpólis – 88.000 – SC.

<sup>144</sup> João Valvite Paganella nasceu em Esmeralda (RS) no dia 10 de maio de 1932, filho de Vitório Paganella e de Leontina Borges da Cunha Paganella. Estudou no Grupo Escolar de Esmeralda de 1938 a 1944, e no Ginásio São Francisco, de 1946 a 1950, ambos em Vacaria (RS). Em 1951, matriculou-se no colégio Nossa Senhora do Carmo, em Caxias do Sul (RS), por onde graduou-se técnico em contabilidade em 1954. Bancário entre 1952 e 1955 e contador de 1955 a 1956, começou na política elegendo-se, em outubro de 1956, vereador em Chapecó (SC), exercendo o mandato, de 1957 a 1961. Voltou à Câmara Municipal em 1965, novamente eleito na legenda da UDN e, em 1966, assumiu a presidência da casa. Nessa condição, foi por alguns dias prefeito em exercício do município. Nesse mesmo ano, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Passo Fundo (RS). Ainda em 1966, em decorrência da extinção do pluripartidarismo e da instauração do bipartidarismo, determinadas pelo AI-2

Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN, ofício<sup>145</sup> contendo, em anexo, carta do referido Deputado datada de 14 de setembro de 1983, acompanhada de projeto para criação do Centro de Memória Cultural do Oeste de Santa Catarina, por achar, segundo subscrevia, “*tratar-se de assunto da alçada da Fundação Nacional Pró-Memória*”<sup>146</sup>”.

Estes documentos de 1983 nos permitem compreender o processo de criação do CEOM em estágio embrionário, em um momento em que sua existência ainda se mistura com a FUNDESTE. Antes mesmo de ser aprovado pelos órgãos financiadores, já se desenvolvia dentro da FUNDESTE uma série de atividades com o objetivo de viabilizar o processo de “*resgate*” que se tinha em mente. Em correspondência com

---

(27/10/65), inscreveu-se na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instalado no país em abril de 1964. Encerrou seu mandato de vereador em janeiro de 1969. Entre 1968 e 1973, lecionou no Colégio São Francisco e na Fundação de Desenvolvimento do Ensino do Oeste Catarinense, ambos em Chapecó. Em 1972, elegeu-se vice-prefeito de Chapecó, na legenda da Arena, em chapa encabeçada por Altair Wagner, tomando posse em janeiro de 1973. Paralelamente, dedicou-se a atividades empresariais, tendo sido fundador e um dos diretores da Extrafino, empresa do setor agroindustrial, entre 1971 e 1975. No início do governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), foi nomeado secretário dos Negócios do Oeste. Exerceu o cargo durante toda a administração Konder Reis e ao longo do governo de Jorge Bornhausen (1979-1982). Por ocasião da reformulação do quadro partidário que se seguiu à extinção do bipartidarismo (novembro de 1979), inscreveu-se no Partido Democrático Social (PDS), que deu continuidade à linha política da extinta Arena. Desincompatibilizou-se do cargo de secretário em maio de 1982 para candidatar-se, na legenda do PDS, a uma cadeira na Câmara dos Deputados. Passou a exercer, em seguida, o cargo de procurador fiscal do Estado de Santa Catarina, pelo qual se aposentou no final do mesmo ano. Em novembro, foi eleito deputado federal por Santa Catarina, tomando posse em 1º de fevereiro de 1983. Nesse mesmo ano, tornou-se membro dos diretórios regional e nacional do PDS, nos quais permaneceria até 1985. Em 1992, filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), liderado em Santa Catarina pelo ex-senador Jorge Bornhausen. FONTES: ASSEMB. LEGISL. SC. *Dicionário político*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1983-1987). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paganella-joao>.

<sup>145</sup> Of. N° 2126/83-AGAB-FUNARTE enviado por Ana Regina Machado Carneiro, Chefe de gabinete do Deputado Federal João Paganella ao Sr. Sr. Irapoã Cavalcanti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN em 05 de janeiro de 1983. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>146</sup> Idem.

caráter pessoal, ainda que assinada como Coordenador de Educação Permanente do CES-FUNDESTE, Rosseto escrevia em 1984 ao Sr. José Silva Quintes, então diretor da Fundação Pró-memória.

No breve contato que tive a oportunidade de manter com V. S. num encontro de avaliação dos Projetos de Integração da Região Sul, recentemente realizado em Florianópolis sob a coordenação da FCC, pude informa-lo de um projeto de minha autoria intitulado CENTRO DE COORDENAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA, do qual lhe entreguei um exemplar. Nessa oportunidade V.S. me informou que o possível órgão de financiamento para um projeto dessa natureza seria a Sub-Secretaria do Desenvolvimento Acadêmico do SESU-MEC, sendo que se tratava de integração do Ensino de 3º Grau com a Comunidade. Como V.S. se prontificou de encaminhar o referido projeto a este órgão, dando-me a liberdade de lhe escrever para obter informações sobre a tramitação do mesmo, ficar-lhe-ia imensamente grato se pudesse me fornecer as seguintes informações: O projeto foi realmente entregue à Subsecretaria do Desenvolvimento Acadêmico? A quem devo me dirigir para saber da tramitação do mesmo? Santo Rosseto. Coordenador de Educação Permanente do CES-FUNDESTE<sup>147</sup>.

Mais do que o empenho pessoal de Rosseto em tornar viável, mediante financiamento, a execução do seu projeto, é possível perceber nestes primórdios de 1980, o adiantado estado de organização do projeto que se queria desenvolver para/no Oeste Catarinense. Outro ponto a ser observado é a tendência em se enfatizar determinado ponto do projeto de acordo com o destinatário da mensagem, de modo a dar visibilidade àquilo que melhor pudesse se adequar à posição ou à entidade representada por este contato. No caso da mensagem em questão, como o objetivo último era a obtenção de um possível financiamento junto ao SESU-MEC, a ênfase é dada na condição do Projeto do CEOM enquanto promotor de uma aproximação entre Ensino Superior e Ensino Médio,

---

<sup>147</sup> Correspondência enviada por Santo Rosseto em 1984 ao Sr. José Silva Quintes, então diretor da Fundação Pró-memória. Acervo Fundos do CEOM.

ainda que este fosse apenas um dos aspectos presentes na proposta. De certa maneira pode-se notar a atuação por parte dos integrantes do grupo idealizador em duas frentes. Enquanto uma dedicava-se à busca de financiamento e ao refinamento teórico e metodológico do projeto, uma segunda frente passava a estabelecer os primeiros contatos com membros do poder público dos municípios da *região*. É preciso ressaltar que neste período inicial até, pelo menos, 1987, não existe uma diferenciação clara entre os membros do CEOM e da FUNDESTE. Quem responde pelas atividades do CEOM, ainda enquanto projeto, são funcionários da FUNDESTE em uma espécie de atuação voluntária. Como exemplo desta postura destacamos o Ofício Circular nº 001/86, encaminhado a todos os prefeitos das três microrregiões (AMOSC - AMAI e AMEOSC) na data de 15 de agosto de 1986.

Prezado (a) Senhor (a):

No momento em que cresce a consciência de que a vida educacional e mesmo cultural da região se ressentem pelos vazios do seu passado histórico, a FUNDESTE lança-se ao desafio de uma contribuição efetiva no levantamento e documentação desse passado. O projeto de criação de um "CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA" de autoria do Prof. Santo Rossetto, objetiva agenciar o processo de salvaguarda do patrimônio cultural dos municípios da área de abrangência da FUNDESTE. Tratando-se de um projeto fundamentalmente educativo, propõe-se também estimular o envolvimento das diferentes comunidades tanto no processo de levantamento e preservação como no processo de aproveitamento permanente das informações sócio-culturais emergentes, a nível de ensino, pesquisa e extensão articulada a rede de ensino de 1º e 2º graus da região. Em consonância com estes objetivos e dando início a implantação do referido projeto, julgou-se de máxima importância o levantamento da história político-administrativa dos municípios da região. Para tanto contamos com a sensibilidade e o engajamento das autoridades municipais. Nesta primeira etapa, estamos solicitando uma listagem de todos os prefeitos e vereadores (com data de posse e de saída por ordem alfabética) de seu município. Se possível for, muito

agradeceríamos que também fosse anexada fotocópia da lei de criação de seu município, seu correspondente brasão e outros dados que julgue necessários. Este cadastro possibilitara a edição do 1º Caderno da História Político-Administrativa dos Municípios do Oeste de SC. Além de servir como guia de referência, fundamentará os posteriores estudos sobre a história de seu município. Acreditando num quantificável retorno, por quanto a Coordenação do Projeto se compromete em entregar um exemplar do Caderno à Secretaria ou Departamento de ensino de seu município, solicitamos a colaboração de V. S<sup>a</sup> no sentido de encaminhar à FUNDESTE - CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA. Caixa Postal 231 – Chapecó – 89.800 – SC – os dados requeridos até 30 de agosto de 1986. Contando com a colaboração de V. S<sup>a</sup>. neste esforço por recuperar e defender as raízes histórico-culturais da região, desde já, agradecemos<sup>148</sup>.

Como notado, o contato com os municípios passa se dar na segunda metade de 1986. É, com base na numeração do ofício, a partir do segundo semestre deste ano que as atividades no CEOM se estabelecem de modo periódico. Respondiam pelo Centro, neste momento, Santo Rosseto, como Diretor Geral do CES-FUNDESTE, e Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, como Coordenadora da Comissão de Coordenação do CEOM. Vinculada à FUNDESTE como bibliotecária, Hilda fora encarregada por Rosseto das funções pertinentes ao CEOM, como demonstra a carta de apresentação datada de 22 de outubro de 1986<sup>149</sup>, por ele assinada. Nesta lhe era autorizado, em razão da função, proceder levantamento de dados de interesse do Projeto junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Dos dois documentos em questão, o segundo nos auxilia na compreensão do modo como se procedeu a organização do CEOM, que como visto, utilizou-se em muito do suporte estrutural material e humano da FUNDESTE. Já o primeiro, o ofício endereçado aos prefeitos, nos

---

<sup>148</sup> Ofício Circular nº 001/86, encaminhado pelo CEOM aos prefeitos das três microrregiões do Oeste em 15 de agosto de 1986.

<sup>149</sup> Carta de Apresentação. Chapecó, 22 de outubro de 1986. Acervo Fundos do CEOM.

permite avanços na análise das estratégias mediante as quais se vislumbrava atingir o público alvo do CEOM, a saber, os professores das redes estadual e municipal de ensino e os responsáveis por experiências de preservação cultural destes mesmos municípios. A mensagem que apresenta o projeto do CEOM aos dirigentes municipais fala em uma proposta de recuperação e salvaguarda da história destes próprios municípios. Menciona-se a preocupação com uma história político administrativa e se apela ao engajamento dos chefes do Executivo no sentido de viabilizarem cópia das leis de criação e do histórico de prefeitos e vereadores de cada município. Este tipo de posicionamento é muito comum nas mensagens encaminhadas à membros do poder público municipal. Como aparece na documentação, é como projeto voltado ao trato dos acervos documentais das próprias prefeituras que o CEOM é apresentado a estes destinatários. Essa aparente contradição com a proposta atuante e transformadora que o órgão se propunha a desenvolver pode ser vista, na verdade, como um dos meios pelos quais se esperava vencer as resistências à uma proposta inovadora para a época.

Ainda que chame a atenção o distanciamento desse discurso daquele de combate a uma história “tradicional” que veremos consolidar-se no CEOM nos anos seguintes, fato é que 11 prefeitos responderam à solicitação presente na mensagem que lhes fora enviada. Com base nos ofícios recebidos no ano de 1986, identificamos o envio dos referidos dados por parte das prefeituras ou Câmaras de Vereadores de: São Domingos, Faxinal dos Guedes, Xanxerê, Águas de Chapecó, Chapecó, Vargeão, Xaxim, Coronel Freitas, Pinhalzinho, São Carlos e Modelo<sup>150</sup>. É verdade que no projeto de 1985, como veremos adiante, já se esboçava que a proposta do CEOM seria de tons transformadores da realidade social apresentada como desfavorável a alguns segmentos sociais, a saber, indígenas, caboclos, mulheres. Entretanto, nas correspondências trocadas

---

<sup>150</sup> Também há registro de envio ao CEOM em 16 de outubro de 1986, por parte do Gabinete da 2ª Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina de cópias das seguintes leis relativas a criação de municípios do Oeste Catarinense: 866 de 14 de dezembro de 1962 (Águas de Chapecó e Caxambú do Sul); 254 de doze de setembro de 1956 (Descanso); 343 de 21 de junho de 1958 (Abelardo Luz); 733 de 20 de julho de 1961 (Guaraciaba); 787 de dezoito de dezembro de 1961 (Guarujá do Sul e Palma Sola); 876 de 20 de março de 1963 (Anchieta); 780 de sete de dezembro de 1961 (Saudades, Pinhalzinho e Modelo); 941 de 09 de dezembro de 1963 (Romelândia); 133 de 30 de dezembro de 1953 (Xaxim, Xanxerê, Dionísio Cerqueira, Mondaiá, São Miguel do Oeste, São Carlos, Palmitos e Itapiranga).

com os municípios, nesta fase, a proposta encampada parece bem mais conciliadora.

A busca por financiamentos e pelo estabelecimento de contatos locais não esgotava as frentes de atuação do CEOM nesta primeira fase. Uma preocupação e necessidade imediata era a constituição de uma bibliografia capaz de embasar de modo técnico não só o projeto, mas o próprio desenvolvimento das atividades propostas. Neste sentido, o ofício nº 005/86, era endereçado na data de 31 de outubro de 1986 ao Arquivo Nacional com sede no Rio de Janeiro. No mesmo, Hilda Dmitruk Ortiz, que assinava como Coordenadora da Equipe Central do Centro de Memória, repetia o repertório de argumentos que justificavam a criação do CEOM presente no ofício endereçado aos prefeitos, mas dessa vez o pedido era por publicações técnicas e material capaz de auxiliar na execução do projeto que, como apontava, “*tratava-se de uma área nova*<sup>151</sup>” e que, portanto, demandava bibliografias específicas. Na mesma data era enviado Ofício nº 007 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, diferindo em sua redação apenas no tocante a especificação do material requisitado. Pedia-se, neste, que se fizesse o envio do “*Manual de Procedimentos Técnicos em Arquivos Privados*<sup>152</sup>”. Do qual se recebia resposta em 11 de novembro de 1986. Na correspondência a Coordenadoria do Setor de Documentação do CP/DOC, anunciava o envio do referido manual acompanhado de um “*Guia dos Arquivos CPDOC*<sup>153</sup>” e de bibliografia sobre “*Centros de Documentação*<sup>154</sup>”.

Com a mesma velocidade era dada resposta também por parte da Coordenação de Arquivos Permanentes do Arquivo Nacional às solicitações do Ofício de nº 005. Em 17 de novembro do corrente ano, era acusado o recebimento e anunciado, o imediato envio à FUNDESTE, do “*primeiro número do Acervo – Revista do Arquivo Nacional*<sup>155</sup>”. A mensagem ao passo que parabenizava a instituição pela iniciativa,

---

<sup>151</sup> Ofício nº 005/86, enviado por Hilda Beatriz Dmitruk, na data de 31 de outubro de 1986, ao Arquivo Nacional com sede no Rio de Janeiro.

<sup>152</sup> Ofício nº 007 enviado por Hilda Beatriz Dmitruk, na data de 31 de outubro de 1986, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>153</sup> Correspondência da Coordenadoria do Setor de Documentação do CP/DOC enviada ao CEOM em 11 de novembro de 1986.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Correspondência da Coordenação de Arquivos Permanentes do Arquivo Nacional, enviada ao CEOM em 17 de novembro de 1986.

manifestava o interesse em saber do andamento do processo de cadastramento do CEOM junto às entidades dedicadas “à preservação da memória nacional<sup>156</sup>”. Fato que se daria no ano seguinte.

## 1.6 DO “RESGATE” À (RE) ESCRITA; AS PRIMEIRAS NOVAS PUBLICAÇÕES

O ano de 1987 iniciava para o CEOM, com a “grata satisfação<sup>157</sup>” de se ter finalizado o primeiro exemplar do Caderno do Centro. Em 02 de fevereiro o primeiro Ofício Circular do ano anunciava o feito e o seu consequente envio a uma série de instituições. Ao todo 35 Prefeituras, 3 UCRES (Unidade de Coordenação Regional de Educação), 18 Instituições de Ensino Superior, Biblioteca Pública Estadual, Arquivo Estadual, Biblioteca da UDESC, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, além do Professor Humberto Costa e de 7 membros da equipe, foram, segundo anotações no documento, presenteados com a referida edição. Além da divulgação para órgãos regionais e estaduais, instituições de caráter Federal receberam exemplares desta primeira leva. Precisamente, aqueles com quem o CEOM já vinha mantendo algum tipo de correspondência pela sua condição estratégica no tocante ao suporte técnico e/ou financeiro ao projeto.

Em se tratando de contatos regionais, destacamos o envio do caderno ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná. No mesmo ofício em que se noticiava a criação do CEOM e o envio do seu primeiro volume, fazia-se a solicitação de recebimento, do Instituto Paranaense, de algumas obras por lá publicadas, a saber: “*Silva, Cleto da. Apontamentos históricos de União da Vitória. (1768-1933) nº 02; Tourinho, Luiz C. Recordações de um cosmógrafo de Cabeza de Vaca. Nº 05; Pellizzetti, Beatriz. Pioneirismo italiano no Brasil meridional. Nº 13; Wachowicz, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste ocupação e colonização. Nº 21*<sup>158</sup>”. Como se pode notar, não só a condição de Estado limítrofe, mas o próprio histórico de indefinição fronteiriça que se manteve por muitos anos entre o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná, auxiliam na explicação da similaridade das temáticas tomadas para estudo nos órgãos especializados da época. Grosso modo, pode-se dizer que a

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Ofício Circular Nº 001 de 02 de fevereiro de 1987. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>158</sup> Ofício Nº 001/87, enviado pelo CEOM ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná em 17 de fevereiro de 1987. Acervo Fundos do CEOM.

história destas duas regiões – Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná - confundem-se ou, em melhor variante, fundem-se. Daí talvez o interesse por parte do CEOM nessas publicações do Estado vizinho.

É visível nas ações desenvolvidas pelo CEOM no início de 1987, a atuação nas duas frentes que destacamos. Uma busca de informações, materiais e meios de financiamento para o projeto e a outra visava à divulgação dos primeiros resultados do mesmo. Ao que parecem indicar os registros de correspondências do período, não apenas instituições, mas também muitas pessoas ligadas de algum modo com o estudo e a pesquisa da história regional acabaram recebendo exemplares da primeira publicação dos Cadernos do CEOM. Entre as correspondências armazenadas no Acervo Fundos do CEOM, encontra-se uma de 20 de fevereiro de 1987, assinada pelo Sr. Eliseu Oro, Professor, escritor, ex-prefeito e um dos primeiros moradores do município de Descanso.

Há dias, recebi sua missiva, acompanhada do primeiro exemplar do Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense, o que lhe agradecemos sensibilizado. Não paira dúvida que a publicação do citado Caderno, por parte da FUNDESTA, é uma iniciativa digna de elogios, e que vem preencher uma lacuna, existente em nossa Região. Muito admiramos o conteúdo, constante do Caderno em referência, com destaque para “Síntese Histórica da Região Oeste” de autoria do Sr. Santo Rosseto, Coordenador do Projeto, e o Artigo de sua autoria, sob o título “Oeste Bravio”. Parabéns! Pessoalmente, ao escrevermos a “História de Descanso – SC”, embora aqui vivendo quase 40 anos, constatamos a falta de bibliografia, bem como fatos importantes que, por falta de registro, aos poucos, vão desaparecendo e se perdendo no passado. Com nossos agradecimentos e sinceros votos de pleno êxito na publicação, ora iniciada com o primeiro exemplar, subscrevemo-nos mui<sup>159</sup>.

Na carta de Eliseu Oro, endereçada a Hilda Dmitruk, mais do que o agradecimento ou as parabenizações, referentes à publicação do Caderno, chama a atenção a menção a seu próprio trabalho enquanto

---

<sup>159</sup> Correspondência enviada ao CEOM em 20 de fevereiro de 1987, por Eliseu Oro. Professor, escritor, ex-prefeito e um dos primeiros moradores do município de Descanso.

escritor da história local. Ainda que essa citação seja feita em meio ao reconhecimento da existência de muitas lacunas, demonstra a existência de algumas iniciativas nesse sentido. Estes trabalhos, fruto de iniciativas individuais e nem sempre realizados por pessoas com formação histórica ou conhecimento técnico na área, não eram atitudes isoladas e demonstram que uma certa preocupação para com a preservação do passado já podia ser identificada na *região*. Outro exemplo, nesse sentido, nos é dado pelo Ofício 03/87 endereçado também a Hilda, na condição de Responsável pela Biblioteca da FUNDESTE, em 11 de março de 1987.

Acentua-se a cada dia que passa, em nosso e em outros lugares, um movimento envolvendo toda a sociedade no sentido de conhecer, resgatar e restaurar a nossa memória sócio-cultural. Com isso, tornar-se-á mais fácil nos posicionarmos frente a complexidade do presente em que vivemos. Como parte integrante desse processo não podíamos ficar alheios a essas transformações que deverão acontecer. Assim sendo, criamos em nosso município o “Centro Cultural de Nonohay”. Levando em consideração a sua constante dedicação na preservação do nosso patrimônio histórico cultural, nos sentiríamos honrados se pudéssemos contar com a sua colaboração<sup>160</sup>.

Note-se que na formulação da mensagem o então presidente do Centro Cultural de Nonohay, Nelson dos Santos, utiliza-se de argumentação muito semelhante àquela que encontramos nas justificativas de criação do próprio CEOM. “*Conhecer, resgatar e restaurar nossa memória Sócio-cultural*<sup>161</sup>” são termos muito comuns ao discurso dos dois projetos, como também é a ideia de participação da comunidade e o entendimento desta como setor que precisa se perceber como agente e não apenas paciente das transformações sociais. Assim, além de demonstrar essa circulação de entendimentos, os dois últimos documentos nos permitem perceber como, independentemente da existência de experiências difusas de escrita da história ou de salvaguarda da memória em municípios da *região*, era objetivo do CEOM e fora compartilhado e aceito de bom grado, que se fizesse uma integração tendo o CEOM como mediador. Tanto o CEOM tinha interesse em atuar

---

<sup>160</sup> Nelson dos Santos, Presidente do Centro Cultural de Nonohay. Ofício n° 03/87- Nonoai, 11 de março de 1987.

<sup>161</sup> Idem.

como promotor de um grande projeto junto aos municípios como estes, seja na figura de seus representantes políticos ou intelectuais, pareciam reconhecer essa figura central em torno da qual se processariam os trabalhos.

Era nesse tom que o CEOM respondia à comunicação da criação do Centro de Cultura de Nonohay<sup>162</sup>. Por meio do Ofício nº 03/87 de 01 de abril de 1987, era manifestada alegria pela criação e deixado claro a possibilidade de parceria entre as instituições. O que era demonstrado mediante o aconselhamento para que se buscasse financiamento mediante o uso da Lei Sarney<sup>163</sup> da qual se fazia envio de cópia. Para finalizar, anunciava-se o início do trabalho de capacitação das equipes municipais para os primeiros dias de maio. Esta, segundo consta, contaria com a participação do antropólogo Darcy Ribeiro, com quem se buscava acerto no momento, e seria extensivo ao Centro nonoaiense. Como se percebe o alcance das atividades do CEOM ultrapassará os limites do território catarinense atingindo municípios que, ainda que nas proximidades, pertenciam ao vizinho Rio Grande do Sul. É o caso de Nonoai-RS.

---

<sup>162</sup> Como se percebe o alcance das atividades do CEOM ultrapassará os limites do território catarinense atingindo municípios que, ainda que nas proximidades, pertenciam ao vizinho Rio Grande do Sul. É o caso de Nonoai-RS.

<sup>163</sup> “A primeira lei federal de incentivo fiscal para atividades artísticas no Brasil foi instituída em 1986: a Lei Sarney (Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986), criada um ano após a separação dos ministérios da Cultura e da Educação. Com ela, as empresas podiam financiar, por meio de renúncia fiscal, ações realizadas por produtores artísticos, que deviam ter registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CNPJ), gerido pelo MinC e a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Após recebido o aporte de recursos, a título de doação ou patrocínio, a entidade cultural deveria prestar contas à Receita Federal e ao Ministério da Cultura sobre a sua aplicação. A Lei Rouanet é uma evolução da Lei Sarney (Lei 7.505/86), que até 1990 permitiu abater do Imposto de Renda doações (100%), patrocínios (80%) e investimentos (50%) em cultura. Texto disponível na página do Senado: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>.

Imagem 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do município de Nonoai



Notadamente quando em comparação com o mapa<sup>164</sup> da *região* de atuação do CEOM em território catarinense, percebe-se a proximidade física do município de Nonoai com a área de abrangência da AMOSC. A divisa, nesse caso, era representada apenas pelo rio Uruguai, o que colocava município, onde se vinham desenvolvendo atividades de cunho cultural havia algum tempo, entre aqueles que passavam a contar com a supervisão do CEOM. Outro exemplo de iniciativa de criação de centros culturais - este dentro da área da AMOSC - era dado pelo projeto desenvolvido em Ipumirim do qual se dava nota ao CEOM por meio do Ofício endereçado a Santo Rosseto em 14 de setembro de 1987. Neste podia-se ler:

Há alguns anos estamos tentando implantar em nosso município um Museu ou Arquivo. Temos conseguido coletar algum material, mas faltam orientações técnicas e recursos humanos com o

<sup>164</sup> Ver página 54.

mínimo de treinamento. Ainda não desistimos, porém! Queremos organizar o pequeno acervo existente, coletar resgatar a memória local, o instrumental agrícola, documentos, objetos e fotos, principalmente da colonização. O Centro Cultural Prefeito Felix Bonissoni vem atuando na área, mas muito pobremente, apesar dos esforços. Ao tomarmos conhecimento com a Coordenação do CEOM da possibilidade de sermos incluídos no projeto de Organização da Memória Oeste nos animamos mais e, através deste, oficializamos o pedido de inclusão do município de Ipumirim no referido Projeto. Aguardando a vossa resposta, apresentamos protestos de elevada consideração, subscrevendo-nos. Muito respeitosamente (Neivor Canton – Prefeito Municipal; Claudino Locatelli – Diretor Geral Centro Cultural)<sup>165</sup>.

Como exposto, a ideia de que se fazia necessário registrar, preservar e mesmo resgatar a memória regional parecia bem aceita e até consolidada em experiências efetivas em alguns municípios da *região* Oeste de Santa Catarina em meados da década de 1980. O que talvez não fosse consensual era qual era ou deveria ser essa memória e quais os meios que seriam usados para tal.

Ainda nessa linha de estabelecimento de contatos, o 5º Ofício do ano de 1987, era endereçado a Marilandi Goulart<sup>166</sup>, na época professora da UFSC. Junto do exemplar do 1º caderno, a exemplo dos casos anteriores, ia uma breve apresentação do projeto que teria publicação trimestral com novo número a sair em breve e, para o qual, esperava-se um “*resumo do Levantamento*”<sup>167</sup> efetuado pela equipe da respectiva

---

<sup>165</sup> Ofício endereçado a Santo Rosseto em 14 de setembro de 1987, proveniente do Centro Cultural Prefeito Felix Bonissoni de Ipumirim-SC, assinada pelo Prefeito Municipal, Neivor Canton, e pelo Diretor Geral do Centro Cultural, Claudino Locatelli.

<sup>166</sup> Marilandi Goulart era Graduada em História pela UFSC, Mestre e Doutora pela USP. Foi professora da UFSC, onde atuou como pesquisadora e coordenadora do Programa de Salvamento Arqueológico ligado à Construção da Usina Hidrelétrica de Itá, entre 1980 e 1997. Faleceu no final da década de 1990 (CAR-BONERA, 2008).

<sup>167</sup> Trata-se do material levantado durante o Projeto de Salvamento que antecedeu a criação da Barragem de Itá-SC. Esse Projeto estendeu-se de 1980 a 1997 e resultou em importante material arqueológico que posteriormente deu origem ao

professora acerca da *região* Oeste de Santa Catarina. A guarda do acervo proveniente desses trabalhos ainda renderia, como veremos à frente, alguns capítulos.

## 1.7 ENGAJAMENTO E FILANTROPIA; A FASE HEROICA DO CEOM

Nessa primeira fase de organização do projeto do CEOM, a qual se pode recuar até pelo menos 1983, estendendo-se até 1987, a existência e a manutenção das atividades está muito ligada ao engajamento filantropo dos membros do grupo. Ainda que em 1985 tivéssemos o registro do primeiro aporte financeiro para a execução do projeto, proveniente do CNPq<sup>168</sup>, as atividades que se vinham desenvolvendo antecedem esta data, bem como o número de pessoas envolvidas de modo não formal superam, em muito, o quadro de funcionários efetivamente vinculados ao centro mesmo após sua consolidação. As correspondências enviadas e recebidas no ano de 1987 demonstram como uma rede de colaboradores acaba por atuar de modo sintomático no processo de difusão de material, busca por parcerias, e mesmo reconhecimento, para o recém-criado Órgão.

Nesses termos, é elucidativa a correspondência enviada em 24 de março de 1987 pelo próprio Governador Pedro Ivo Campos à Sra. Dalme Marie Grando Rauen. No Ofício em que acusava e agradecia o envio do exemplar de Nº 1 – Ano 1, do Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina, o então governador, parabenizava a equipe e reconhecia a importância do feito para a “*preservação da memória e da identidade cultural*”<sup>169</sup> do Estado. Embora nunca tenha figurado como funcionária do CEOM, a participação

---

Acervo Marilandi Goulart. A esse respeito ver: CARBONERA Mirian. **A Tradição Tupiguarani no Alto Rio Uruguai: Estudando o Acervo Marilandi Goulart**. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/1531.pdf>.

<sup>168</sup> Em 18 de dezembro de 1985, Santo Rosseto escrevia ao Sr. Luiz Barreto de Mendonça, então chefe do GOP/SCP – CNPq, informando a abertura de conta junto ao Banco do Brasil, agência de Chapecó, para o depósito do valor de Cr\$ 57.750,00\*, (cinquenta e sete milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros) referentes ao processo nº 40.5847/85 que versava acerca do custeio do projeto do CEOM. \*Grafia Original.

<sup>169</sup> Ofício enviado em 24 de março de 1987 pelo Governador Pedro Ivo Campos à Sra. Marie Grando Rauen.

de Dalme Marie Grando Rauen<sup>170</sup>, especialmente no que concernia a divulgação das ações e estabelecimento de contatos, fica evidente em várias passagens, como a que segue.

Estimado Antropólogo,  
 Soubemos pela Dalme Marie da sua vontade de visitar nossa região. Teríamos imensa alegria de conhece-lo pessoalmente. Sabemos também, que sua opinião muito enriquece nosso projeto. Anexamos a este, o primeiro exemplar do Caderno do Centro de Memória Sócio-Cultural e notícia de jornal acerca da recente descoberta de vestígios tupi-guarani na região de Imbituba SC. Aguardamos notícias e confirmação a respeito de sua vinda.  
 Com sincera amizade e admiração<sup>171</sup>.

No Ofício em questão, nº 004/87 de 01 de abril de 1987, Hilda Dmitruk, assinando agora como Coordenadora do CEOM<sup>172</sup>, escreve a Orlando Sampaio Silva, à época já renomado antropólogo, manifestando interesse em uma possível visita do mesmo à *região*. Tanto a notícia da visita, quanto o contato, provavelmente tenham sido passados pela própria Dalme Marie que era prima de Orlando. Esta relação torna-se mais elucidativa ao se analisar a carta enviada por ele - Orlando - a Dalme,

---

<sup>170</sup> Dalme Marie Grando Rauen nasceu em Chapecó em 1949. Foi advogada e dedicou-se as atividades artísticas desenvolvendo trabalhos nas mais diversas vertentes como escultura, poema, pintura e desenho. Sendo uma grande incentivadora das artes em Chapecó. Foi professora mestre em Filosofia do Direito na Universidade do Oeste Catarinense e conselheira municipal de cultura. Ver: ZANINI, Gina. **Do princípio Dalme Marie Grando Rauen Exposição de obras da artista e reabertura da galeria municipal de artes**, Prefeitura Municipal de Chapecó, 2005. [https://issuu.com/alexsandrostumpf9/docs/diagramado\\_2017](https://issuu.com/alexsandrostumpf9/docs/diagramado_2017). Deu nome a galeria de arte de Chapecó organizada em 2002 que a partir de 2006 passou a se chamar Galeria Municipal Dalme Marie Grando Rauen.

<sup>171</sup> Ofício nº 004/87 de 01 de abril de 1987, enviado por Hilda Dmitruk a Orlando Sampaio Silva.

<sup>172</sup> Nesse primeiro semestre de 1987 parece não haver uma definição de qual seria o cargo ou função ocupado por Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz quando escreve em nome do CEOM. Em alguns ofícios figura como Coordenadora da Comissão Central, em outros como Coordenadora do CEOM. Essa questão terá uma definição, ao que tudo indica, a partir do segundo semestre do respectivo ano, quando o cargo de Coordenação do CEOM é assumido por Ilda Ana Brisot que passa a assinar todas as correspondências com nessa condição.

dias depois.

S. Paulo, 24.4.87  
 Querida prima Dalme,  
 Recebi o “Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Sta. Catarina”, que me pareceu muito informativo e interessante. Grato. Idem, uma carta de Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, Coordenadora da FUNDESTE, com a qual a referida coordenadora manifesta interesse em minha visita a Chapecó. O interesse e a vontade é comum. Precisaríamos ver uma oportunidade. Continuemos a conversar sobre o assunto, em nossos diálogos escritos, que terminaremos por articular e costurar a oportunidade. Em que data deste mês foi ou será tua defesa de tese em Florianópolis? Em junho terei que ir ao Pará. Ainda não sei se ficarei lá apenas alguns dias, ou se me demorarei mais. Vou a minha Universidade, da qual estou em gozo de licença especial. Vais sempre a Florianópolis? Qual é a distância entre esta cidade e Chapecó? Quantas horas de viagem de ônibus? Com um abraço do primo<sup>173</sup>.

Além destes dois documentos há, entre cartões resposta e ofícios de agradecimentos a Dalme provenientes de deputados e outras autoridades, um grande número de registros. De onde se extrai que a artista possa ter usado uma possível rede de contatos pessoais em prol da divulgação do periódico e do projeto do CEOM. É difícil mensurar a quantidade de pessoas envolvidas nesse processo de difusão, mas, com base nos documentos enviados à Instituição acusando o recebimento, podemos ter uma ideia dos métodos utilizados pelo CEOM para a divulgação do empreendimento e das razões de seu aparente sucesso. Se, como temos demonstrado, na frente que se dedicava à obtenção de recurso, temos ainda nesse ano de 1987, envio de correspondência à Coordenação Estadual de Santa Catarina do Projeto RONDON, naquela encarregada do desenvolvimento das ações de campo, temos a partir de meados de julho do mesmo ano, o envio a vários municípios de um Plano de Atividades.

---

<sup>173</sup> Correspondência enviada por Orlando Sampaio Silva a Dalme Marie em 24 de abril de 1987.

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando um Plano de Atividades para o Centro de Memória dessa Prefeitura, objetivando a agilização do projeto, ou seja, darmos início as atividades de divulgação e coleta conforme combinado em reunião. O presente plano de atividades apresenta um cronograma de execução, o qual poderá ser ampliado ou adaptado às reais condições daquele órgão, desde que seja mantido o seguinte critério: até o fim e ano termos iniciado todas as atividades. Lembramos sempre, que o Centro corresponde a um projeto de atuação permanente. Seguem, anexo ao plano de atividades, modelo de decreto para nomeação da Comissão Municipal do Centro de organização da Memória Sócio-Cultural do Município, bem como modelos do Termo de Doação e fichas de identificação e locação (pessoas, fotografias e objetos). Certos de vossa colaboração neste esforço por recuperar e defender as raízes histórico-culturais do Município, desde já agradecemos colocando-nos a disposição. Aguardamos comunicação<sup>174</sup>.

Há registro do envio deste conteúdo para os prefeitos dos municípios de Coronel Freitas, Modelo, Maravilha, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Itapiranga, São Carlos, e Pinhalzinho, mas provavelmente tenha sido enviado a um número bem maior deles. Na mensagem, ainda que se fale em um cronograma flexível às realidades de cada município, na prática, o que se pode perceber é que o Plano de Atividades visava apressar os prefeitos no tocante à formação das Comissões Municipais e à efetivação das atividades de divulgação e “*resgate*”. O sucesso do empreendimento dependia do empenho dos municípios e o projeto era apresentado de modo a demonstrar que a história de cada um deles, ou o “*resgate*” e a preservação desta, era o que estava em jogo. Assim, nos discursos endereçados aos prefeitos, a proposta adquire um caráter bem menos engajado e comprometido com as causas dos “*excluídos*” que aquela presente no projeto de implantação do Órgão ou no conteúdo de seus periódicos. Mostra disso é dada também na mensagem que divulgava

---

<sup>174</sup> Ofício Circular enviado pelo CEOM aos prefeitos dos municípios de Coronel Freitas, Modelo, Maravilha, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Itapiranga, São Carlos, Mondaí e Pinhalzinho.

a segunda edição do Cadernos do CEOM.

O centro de organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina – CEOM, dando continuidade ao seu projeto de resgate da memória do Oeste, encaminha a V. S<sup>a</sup> o segundo exemplar do caderno do CEOM. Estes cadernos pretendem contribuir efetivamente no levantamento do processo de desenvolvimento histórico-cultural da região, na busca de sua identidade histórica. Para tanto, abrem espaço para contribuições históricas relativas ao Oeste catarinense. Solicita-se que o caderno nº 02, em anexo, seja divulgado entre os professores, uma vez que referencia a pré-história do Oeste, cita os mais importantes sítios arqueológicos municipais e sugere atividades de campo a serem desenvolvidas com os alunos. Informa-se ainda que o caderno nº 03, em fase de redação, apresentará um estudo sobre o caboclo na região. Certos de vossa colaboração no sentido de apoiar e promover publicações desta natureza, agradecemos e elevamos protestos de estima e consideração<sup>175</sup>.

Por sua vez, o Ofício Circular nº 21/CEOM/87 de 28 de agosto de 1987 contava com o registro de envio para uma quantidade ainda mais significativa de destinatários. Constan: Prefeitos da AMOSC, AMAI E AMEOSC; Secretários de Educação, Bibliotecários e/ou Coordenadores das equipes do CEOM nos municípios de: Chapecó, Xanxerê, Coronel Freitas, Quilombo, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, São Carlos, Águas de Chapecó, Xaxim, Caxambú do Sul, Mondai, Itapiranga, São Miguel do Oeste. Além de Presidentes da AMOSC, AMAI e AMEOSC, Fundação Catarinense de Cultura e Pró-Memória. O teor da mensagem contida no documento também avançava em relação aos primeiros escritos, principalmente no que concernia aos municípios e a sua estrutura de ensino. A ideia de que o projeto do CEOM, mais do que resgatar a história local, produziria material para o estudo e o ensino desta história, passava pela elaboração dos Cadernos e pela sua difusão entre os professores dos mais variados municípios. Daí a preocupação especial em solicitar a divulgação entre este nicho específico. Essa ideia de “*cultura*” estudada em escala regional, encontrava respaldo em uma corrente de entendimento estabelecida nos centros de Ensino Superior de todo o

---

<sup>175</sup> Ofício Circular nº 21/CEOM/87 de 28 de agosto de 1987.

Estado, como pode ser lido na comunicação enviada pelo Secretário Executivo da ACAFE, Fernando Fernandes de Aquino, a Santo Rosseto em 17 de setembro de 1987.

A regionalização do ensino em Santa Catarina alcançada através do sistema Fundacional, é a nosso ver um excepcional instrumento para a criação em cada região, de um núcleo de resgate da memória cultural. A cultura catarinense é por demais rica para ser estudada como todo. Pensamos que ela precisa ser resgatada e estudada a nível regional e, que a melhor forma de conseguir-se este intento, é estimular as Fundações Educacionais no sentido que cada uma delas crie um pequeno embrião voltado ao resgate da memória da cultura de sua região<sup>176</sup>.

Neste ofício em que dava notícia da estruturação de um programa de “Assessoria de Apoio Cultural<sup>177</sup>”, a ACAFE assume como uma de suas políticas internas a experiência que, no CEOM, já estava sendo pensada e viabilizada havia algum tempo. Tanto que na continuação da mensagem é feita ressalva de que o sucesso de experiências, nesse sentido, só seria alcançado se obedecidas três premissas: “*disposição da Fundação Educacional de efetivamente engajar-se no processo, disponibilidade de recursos humanos na Fundação ou fora dela para assumir a execução de projetos específicos e disponibilidade de recursos para financiar projetos*<sup>178</sup>”. No tocante ao financiamento, a sugestão dada era fazer uso da Lei Sarney que, à época, apresentava-se como importante alternativa. Coisa que o CEOM já vinha estudando e, inclusive, indicando para responsáveis por projetos municipais também havia algum tempo, ainda que sua viabilização estivesse condicionada ao interesse das empresas em aderir à modalidade. Assim, na compreensão da ACAFE, era necessário debater os seguintes aspectos, para os quais se solicitava o comparecimento da professora Elizabeth Botan na sede da Instituição: “*o interesse das Fundações em participar do projeto, a sensibilidade da comunidade em aplicar incentivos fiscais em projetos culturais, os segmentos culturais que deveriam merecer prioridade e a*

---

<sup>176</sup> Ofício enviado por Fernandes de Aquino, Secretário Executivo da ACAFE, a Santo Rosseto em 17 de setembro de 1987.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem.

*metodologia a ser adotada na estruturação do programa*<sup>179</sup>”. Essa espécie de anterioridade do CEOM em relação a muitas das políticas relativas à preservação cultural<sup>180</sup> no Estado se mostra em vários momentos e analisaremos, ao longo deste trabalho, alguns deles.

### 1.8 “RESGATE” DOS ACERVOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS X “RESGATE” DOS EXCLUÍDOS; A ADEQUAÇÃO DISCURSIVA

O interesse da FUNDESTE em promover um projeto com características de acervo documental, não só era evidente como estava materializado em planejamento desde, pelo menos, 1985. Onde estavam delineados de igual modo segmentos culturais, metodologia e estratégias mediante as quais se pensava a institucionalização do mesmo. Pontos que, ainda que definidos de modo claro, mostrarão uma tendência a ser adequados, dependendo dos interlocutores ou do período. Especificamente falando dos elementos culturais a serem priorizados, o projeto do CEOM em suas primeiras correspondências aos municípios, é apresentado como sendo basicamente uma proposta de “*resgate*” da “*história política*” desses municípios. O que gradativamente vai sendo alterado para um “*resgate*” de personagens considerados negligenciados por uma história “tradicional”, ainda que essa mudança jamais tenha sido tão clara nas correspondências enviadas aos prefeitos municipais, por exemplo, como o é no texto do próprio projeto do CEOM ou nos seus Cadernos publicados. Esta postura com relação ao meio de apresentação da proposta não se dá sem razões. Há muito da necessidade de adequação de um discurso que visa integrar a sociedade como um todo sem abrir mão de uma postura engajada e intervencionista, e que precisa lidar ainda com as resistências comuns a uma proposta de mediação histórica e memorial como a que o CEOM se propunha. Nesse sentido, procuramos neste momento, atentar para as “*influências*”<sup>181</sup> postuladas pelas

---

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Nesse sentido queremos nos referir a atividades que demonstram uma preocupação em preservar manifestações culturais manifestada seja em trabalhos de arqueologia, seja nas ligadas a constituição de espaços museológicos, de arquivos ou mesmo na execução de atividades ligadas a história oral e sua ideia de salvamento de memórias.

<sup>181</sup> A opção pelo termo influência se dá, nesse sentido, pela necessidade de demonstrar o alinhamento daquilo que se vinha praticando no Brasil com as discussões de entidades internacionais como a UNESCO. Não esquecemos, porém, das advertências feitas acerca da ideia de influência que pode direcionar o entendimento para uma noção de unilateralidade ou nas palavras de Michel Foucault de

discussões internacionais acerca de questões como “*cultura*” e inserção de sujeitos. Os exemplos de valorização e “*resgate*” de personagens não “*tradicionais*” vinham ocupando grande espaço nos projetos de instituições de renome e importância mundial. No caso, políticas como a desenvolvida pela UNESCO<sup>182</sup> e que neste período chegava, de modo formal, ao conhecimento da FUNDESTE.

O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foi convidado pela Unesco para coordenar, no Brasil, o Projeto “Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual”, que faz parte de um projeto mais amplo desenvolvido pela própria UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos desde 1959, chamado “Guia de Fontes para a História das Nações”. O trabalho tem caráter nacional, devendo abranger todas as instituições que custodiam acervos documentais sediados nas capitais dos estados, sejam elas de direito público ou privado. O Arquivo Público do Estado de SC. foi convocado para ser o articulador a nível estadual dos trabalhos do referido guia, desta forma vem convidar a V. Sa. a integrar-se nesta importantíssima tarefa de resgate das fontes catarinenses sobre o tema. Estamos enviando modelos para cadastro dos pesquisadores da temática em questão e para cadastro dos acervos existentes nas instituições de sua região tais como o próprio arquivo, cúrias, irmandades, cartórios, ordens, etc. Solicitamos ainda seu empenho em levantar a existência de grupos organizados interessados no papel do negro

---

“*causalidade simples*”. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 8.

<sup>182</sup> A esse respeito convém destacar a obra de: MAIO, Marcos Chor. **O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.41 São Paulo Oct. 1999. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091999000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009). No artigo, o autor trata do projeto patrocinado pela unesco nos anos de 1951 e 1952 e que visava o desenvolvimento de pesquisas sobre as relações sociais no Brasil. Esses estudos que tiveram como palco regiões como o Nordeste e o Sudeste tinham, segundo o autor, o objetivo de “*apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente*”. (p. 01).

na sociedade atual e cadastrá-los enviando-nos as informações tais como, nome da entidade, de seu presidente, suas principais atividades e se possuem alguma trabalho publicado<sup>183</sup>.

O projeto liderado pela UNESCO desde o final da década de 1950 buscava, por meio de auxílio do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, mapear a situação brasileira. Política esta que, em caráter extensivo, acabou por espalhar-se em escala estadual e regional. Deste modo, o convite feito à FUNDESTE para participar do projeto, mais do que evidenciar as temáticas mundiais em alta no campo cultural, demonstrava que a recente experiência de “*resgate*” no Oeste Catarinense já gozava de relativo reconhecimento em âmbito Estadual. No transcorrer do ano de 1987 uma série de atividades, como temos destacado, contribuiu para que a atuação do CEOM deixasse de se dar em caráter de projeto e se constituísse em experiência reconhecida e respeitada no tocante às questões que envolviam a cultura regional e a sua “*preservação*”. No segundo semestre do referido ano essas ações estiveram a cargo de Ilda Ana Brisot<sup>184</sup>, que passou a desempenhar um papel decisivo no sentido de viabilizar o projeto, seja no que concernia ao contato com os municípios e seus representantes, seja nas ações de intercâmbio e de parcerias com outras instituições de ensino e de fomento à cultura e de suporte à organização e manutenção de arquivos e museus. É dentro desta perspectiva que se dá a sua participação<sup>185</sup> na Oficina Básica de Museologia, realizada em Laguna nos meses de setembro e outubro de

---

<sup>183</sup> Ofício enviado ao CEOM por Iaponan Soares de Araújo, Diretor do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina em 19 de maio de 1987.

<sup>184</sup> Ilda Ana Brisot, foi a primeira Coordenadora do CEOM a desenvolver essa atividade de modo formal. Esteve a frente do Órgão de 1987 a 1989. Sua atuação nesta primeira fase de existência do CEOM, segundo detalham os documentos foi bastante expressiva a ponto de sua saída em meio a um processo polêmico, render a Santo Rosseto, diretor da Fundeste e responsável pelo CEOM à época, pesadas críticas. Pouco se sabe acerca de sua atuação antes de assumir este cargo, mas durante seus trabalhos como Coordenadora do CEOM, Ilda participou de uma série de oficinas e cursos de capacitação nas áreas da arquivologia e da museologia, fazendo com que sua figura acabasse por se confundir com a própria instituição que representava, como veremos adiante.

<sup>185</sup> Essas oficinas foram organizadas pela Fundação Catarinense de Cultura e para elas, foram convidados representantes de museus e casas de cultura de todo o Estado. Ilda Ana Brisot participou na condição de Coordenadora do CEOM, e o documento em questão, trata-se da sua avaliação acerca do evento, enviada à FCC que havia solicitado um parecer a todos os participantes do encontro.

1987, acerca da qual Ilda elabora um “*Parecer Sintético*”<sup>186</sup>, em resposta à solicitação da Fundação Catarinense de Cultura, ou mais precisamente do Sr. Fernando Romero, então representante de Santa Catarina no Sistema Nacional de Museus, sobre as atividades realizadas.

Na qualidade de participante da Oficina Básica de Museologia, ocorrida durante os meses de setembro e outubro, num total de 200 horas/aula apresento os seguintes considerandos: POSITIVOS: a) intercâmbio de experiências e informações entre alunos do curso, os quais eram de várias regiões do Estado;

b) vivência de situações concretas quanto a dificuldades com espaço físico, pessoal não habilitado, carência de material, transporte, etc., problemas reais de todos os museus; c) conhecimento e discussão de novas propostas de museus abertos, dinâmicos e voltados para educação popular; d) aperfeiçoamento em áreas de conhecimento complementares a uma maior atuação nos museus; e) estudos e práticas sobre áreas básicas de um museu: conservação e ambientação de um acervo; montagem de uma exposição, programas comunitários, etc.

NEGATIVOS: a) restauração do prédio paralela ao desenvolvimento da Oficina, dificultando a livre atuação e circulação; b) limitação de vivências práticas quanto a aspectos técnicos de um museu: inventário, classificação, catalogação e pesquisa museológica; c) sobreposição de conteúdos; d) ausência de fluxograma quanto a atividades básicas de um museu, dificultando o processamento de informações; e) heterogeneidade da turma; f) acervo do Museu Anita Garibaldi grande e eclético<sup>187</sup>.

A avaliação do evento permite-nos uma leitura da situação vivenciada pelos museus catarinenses em meados da década de 1980 e

---

<sup>186</sup> Parecer sintético enviado por Ilda Ana Brisot à Fundação Catarinense de Cultura acerca da sua participação na Oficina Básica de Museologia, realizada em Laguna nos meses de setembro e outubro de 1987.

<sup>187</sup> Parecer sintético enviado por Ilda Ana Brisot à Fundação Catarinense de Cultura acerca da sua participação na Oficina Básica de Museologia, realizada em Laguna nos meses de setembro e outubro de 1987.

das discussões que se davam nestes espaços. A preocupação com o estabelecimento de uma política eficiente e permanente junto aos museus já constituídos, bem como o empenho em se constituir novos, fica evidente. Como também fica evidente a percepção de que um novo modo de compreender o papel dos museus e sua ligação com a comunidade estava se disseminando. A concepção destes como espaços “*abertos, dinâmicos e voltados para educação popular*”<sup>188</sup> resta clara. Este modelo pregado pelo Sistema Nacional de Museus, como veremos, terá muito a ver com o modo como se organizou a experiência do CEOM nos anos seguintes<sup>189</sup>. Ainda falando sobre o evento a Coordenadora Ilda Ana Brisot destacava:

Avaliando todos os pontos, o curso só veio a somar. Obteve-se um conhecimento generalizado, mas bem real, das deficiências dos museus em seus diferentes aspectos. Observou-se a necessidade urgente de capacitação de pessoal, de conscientização de autoridades e toda uma política (inexistente) voltada para a área museológica. Isso, se o objetivo for dinamizar os museus, conforme orientam as museólogas do Sistema Nacional de Museus. Assim, a exemplo da Oficina em Laguna, sugere-se outras que atendam diferenças regionais e proporcionem, principalmente, no interior do Estado, treinamentos técnicos para organizar os acervos existentes e promover a dinamização dos mesmos como centros de cultura popular. Entende-se que a prática é mais produtiva quando diz

---

<sup>188</sup> *Idem.*

<sup>189</sup> Nesse sentido queremos nos referir a ideia de museu como espaço de garantia de direitos, como lugar de cidadania que vai gradativamente ganhando espaço e que, dentro do projeto do CEOM, atinge seu auge a partir do final da década de 1990, quando a organização do NEMU/UFSC na capital do Estado e o consequente alinhamento do CEOM com esses pressupostos [museus como lugar de cidadania] difundidos pelo novo Órgão levam a um repensar da própria identidade do CEOM. Nesse processo, o CEOM define sua condição enquanto, museu, arquivo e espaço de publicação, assumindo uma postura que passa a estar muito mais ligada a noção de patrimônio. Assim, de um projeto de resgate histórico, passaremos a um projeto de valorização do patrimônio local em uma vertente que vai da memória culta de origem à memória direito de todos os indivíduos [com o museu como espaço destinado a este exercício], e do regional entendido como local, onde o patrimônio assume a condição de depositário das memórias e da cultura de determinados grupos sociais deste espaço específico.

respeito à solução de problemas de ordem técnica (são prementes) em um museu. Uma oficina na área de museologia, se não resolve, ameniza, conscientiza e previne problemas<sup>190</sup>.

Neste momento, as atividades desenvolvidas pelo CEOM, estavam em fase inicial como ainda engatinhavam a maior parte das experiências nesse sentido em todo o Estado de Santa Catarina. Fosse pelas carências de pessoal qualificado, pelas restrições de ordem política e financeira - falta de políticas culturais e financiamentos nesse sentido -, ou mesmo pela mudança conceitual da função social dos museus, a organização dos novos espaços ou a reorganização dos antigos, em meados da década de 1980, impunha grandes desafios. Em termos nacionais, este período concentrava, diante das mudanças de ordem política, grandes debates acerca da necessidade de um reexame da recente história nacional. Movimentos ligados à revisão do papel dos Centros de Cultura Popular – CPCs criados na década de 1960, podem ser tomados como um dos espaços de disseminação destas questões<sup>191</sup>. No tocante ao CEOM, para além do posicionamento engajado por parte dos intelectuais no seu comando, em se tratando do cenário estadual das políticas de preservação cultural, como podemos perceber, boa parte dos problemas identificados na oficina realizada pela FCC no Sul do Estado eram comuns ao seu próprio projeto (do CEOM). É na solução destes entraves que as ações do órgão tendem a se dar desde sua fase inicial. Questão como fontes de financiamento, estabelecimento de parcerias, busca por capacitação técnica e por referencial bibliográfico são uma constante nos registros da instituição.

Do ponto de vista da divulgação do projeto do CEOM e da consequente tentativa de mobilizar grupos de apoio, as publicações dos Cadernos funcionaram como uma espécie de mediador. A maior parte dos contatos estabelecidos, como se estrai das correspondências, tem como ação primeira ou o envio de um exemplar dos Cadernos - naquilo que concerne ações de iniciativa do CEOM -, ou a leitura de um destes - no caso das pessoas que tomavam conhecimento do material e escreviam ao CEOM - e a busca por maiores informações por parte de historiadores,

---

<sup>190</sup> Parecer sintético enviado por Ilda Ana Brisot à Fundação Catarinense de Cultura acerca da sua participação na Oficina Básica de Museologia, realizada em Laguna nos meses de setembro e outubro de 1987.

<sup>191</sup> A esse respeito ver: GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)**. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004.

jornalistas e demais interessados. É em razão do contato e leitura com uma dessas obras que em 15 de setembro de 1987, Marcelo Augusto Nitschke, Gerente-editor do Jornal Tribuna do Oeste de Palmitos, escreve ao CEOM dando notícias da leitura do exemplar nº 2 do Caderno e solicitando, na condição de responsável por uma “*empresa voltada para a informação e desenvolvimento da região*”<sup>192</sup>, o envio do número anterior e dos futuros.

Como se nota, seja mediante o envio formal por parte da Coordenação do CEOM, seja por envio secundário de seus membros ou de pessoas a ele ligadas ainda que de modo indireto, uma expressiva circulação destes exemplares foi se dando e os Cadernos acabaram por atuar como um tipo de “*cartão de visitas*” do CEOM e como um “*porta voz*” de seu projeto. Ainda nesse sentido, tem-se registro de correspondências acusando o recebimento ou o contato com a publicação de Lauro Ribas Zimmer, Reitor da UDESC em 16 de setembro de 1987, agradecendo o envio do exemplar nº 2 e cumprimentando a “*Fundação pela excelência da publicação*”<sup>193</sup>. Um dia depois, em 17 de setembro de 1987, do professor Gilberto Vieira Ângelo, que escrevia em nome do Reitor da UFSC, prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, acusando o recebimento do mesmo exemplar e informando que daria, “*no âmbito desta Universidade, ampla divulgação no assunto*”<sup>194</sup>. O mesmo se dava com Lygia Helena Roussenq Neves Xavier, Superintendente da Fundação Catarinense de Cultura ligada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte de Santa Catarina que, em 24 de setembro de 1987, escrevia ao CEOM, comprometendo-se, uma vez ciente do projeto, em “*corroborar integralmente com os objetivos e contribuições a que presta-se, certos do aproveitamento total das informações*”<sup>195</sup>.

O CEOM nesta primeira fase é organizado muito em função dos contatos de seus idealizadores, em especial, Santo Rosseto. Não sendo incomum que correspondências não estabelecessem uma divisão clara

---

<sup>192</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Marcelo Augusto Nitschke, Gerente-editor do Jornal Tribuna do Oeste de Palmitos, em 15 de setembro de 1987.

<sup>193</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Lauro Ribas Zimmer, Reitor da UDESC em 16 de setembro de 1987.

<sup>194</sup> Correspondência enviada ao CEOM pelo professor Gilberto Vieira Ângelo em nome do Reitor da UFSC, prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, em 17 de setembro de 1987.

<sup>195</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Lygia Helena Roussenq Neves Xavier, Superintendente da Fundação Catarinense de Cultura em 24 de setembro de 1987.

entre o CEOM e Rosseto, ou entre a função desempenhada pelo mesmo frente ao Órgão da própria figura do Diretor. Assim, assuntos relativos ao CEOM, muitas vezes eram tratados em cartas a ele diretamente remetidas. Em 9 de outubro de 1987, por exemplo, Ernesto Cassol<sup>196</sup> escrevia de Erechim à Santo Rosseto e Família acerca da leitura da obra de nº 02 dos Cadernos do CEOM. Na missiva que, pelo tom íntimo e pela natureza do conteúdo denotava a existência de um grau de amizade entre ambos, podia-se ler:

Muito boa. Deve ter ocasionado muito trabalho. Quanto ao projetado levantamento das primitivas populações do oeste catarinense, tomo a liberdade de sugerir entrevistem duas pessoas pela sua grande experiência como primeiros desbravadores da região (aí por 1949/1950), provenientes de Marcelino Ramos: 1. Luiz Cassol, morador em Nova Erechim<sup>197</sup>. 2. Gentil Isotton (Águas

---

<sup>196</sup> Ernesto Cassol nasceu na Capela Nossa Senhora da Saúde, hoje interior de Marcelino Ramos, mas na época era Distrito do Município de José Bonifácio (hoje Erechim). Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1965) e em História pela Universidade Federal do Paraná (1970), tem mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná (1973). Chegou a Erechim em 1971 a convite de Guilherme Barp. Atuou no Premem – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio na Escola Estadual Érico Veríssimo. Atualmente é professor pesquisador da URI Erechim, onde leciona há mais de 30 anos. Também é professor titular da Secretaria da Educação e Cultura e tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Autor de obras como: Carlos Torres Gonçalves - Vida Obra e Significado e História de Erechim. Disponível em: <http://diariodamanha.com/noticias/ver/9317/Ernesto+Cassol+%C3%A9+o+homenageado+da+Semana+da+P%C3%A1tria>.

<sup>197</sup> Um dado interessante, ainda que secundário nesta correspondência, fica a cargo da grafia do nome do município de Erechim. Ao grafar o nome do município na abertura da carta, Ernesto Cassol, usa a grafia Erexim, com “x”, bem como na primeira menção feita o município do oeste de Nova Erexim. Já ao final se reporta a este como sendo Nova Erechim. A questão pode parecer apenas um detalhe de escrita, não obstante uma rápida análise no histórico do município de Erechim apresenta as divergências acerca da etimologia da palavra como problema trazido até os dias atuais. Apresentando inclusive proposituras de processos judiciais. Neste caso o autor da ação foi o advogado Guilherme Bart, que curiosamente teria sido o responsável pela mudança de Ernesto Cassol para a cidade no início da década de 1970. Toda essa questão torna-se pertinente quando

Frias, Coronel Freitas?). Eles poderão sugerir outras pessoas. Ouvi dizer que existe um HISTÓRICO DE NOVA ERECHIM. Ignoro sua autoria e valor. Mas não custaria checar, possivelmente junto à Prefeitura local (Nova Erechim)<sup>198</sup>.

À medida que ia difundindo seu projeto e popularizando suas expectativas ou por meio da divulgação dos Cadernos ou dos contatos estabelecidos com órgãos estaduais e nacionais ligados à gestão e à promoção da cultura, sua consolidação enquanto órgão propriamente dito passava a ser uma realidade. Antes mesmo de sua efetivação enquanto instituição formal, podemos perceber, que uma série de ações já vinham sendo desempenhadas e foi em razão delas que, provavelmente se conseguiu passar de um projeto para uma condição concreta. O que, segundo dados, só ocorreu em fins de 1987, como se pode extrair do ofício enviado ao CEOM por Norma de Góes Monteiro, Diretora da Divisão de Publicações do Arquivo Nacional, em 07 de dezembro de 1987, tratando de doação de Publicações Técnicas e outros,

Recebemos com satisfação o ofício nº 025/CEOM/CES/FUNDESTE/87 no qual nos é comunicada a criação definitiva do CEOM. Congratulamo-nos com V. S<sup>a</sup> pelo evento e tomamos a liberdade de sugerir que por ocasião do desenvolvimento do projeto de organização dos arquivos históricos das prefeituras o mesmo seja levado a efeito em estreita colaboração com o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Colocamo-nos à disposição para quaisquer informações que se façam necessárias aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos

---

lembramos que a definição da grafia do nome do município de Chapecó – Xapecó, também possui histórico de debates e questionamentos de ordem semelhante. A origem do nome dos dois municípios está ligada a palavras caingangues daí o argumento da manutenção da letra “x”. No caso chapecoense, esta própria origem seria contestada em projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa do Estado na década de 1940. A esse respeito ver: VITORIA Fernando Antonio. **De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”**: A construção discursiva da “Capital do Oeste”. [1970 – 1980]. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, 2011. p. 47.

<sup>198</sup> Correspondência enviada a Santo Rosseto e Família por Ernesto Cassol, em 9 de outubro de 1987.

protestos de estima e consideração<sup>199</sup>.

O texto da mensagem do Arquivo Nacional, ao mesmo tempo em que faz referência a criação definitiva do CEOM, não deixa de orientar que as atividades que se venham a desenvolver sejam feitas em concomitância com o Arquivo Público Estadual. Essa sugestão estava diretamente ligada a atuação do CEOM enquanto projeto de organização dos arquivos históricos das prefeituras. Cabe reiterar que é deste modo que o CEOM se apresenta nas primeiras correspondências. Como já apontado, tanto nos contatos com prefeituras, quanto na maior parte das correspondências enviadas a entidades governamentais da esfera Estadual e Federal, o projeto apresentado é de organização da documentação das várias repartições municipais da *região*. E é com base nessa proposta que são firmadas as primeiras parcerias.

#### 1.9 - CRIANDO MUSEUS E CAPACITANDO AGENTES; AS PARCERIAS INTERNAS E EXTERNAS

Dando continuidade à política de divulgação do projeto e de estabelecimento de parcerias os trabalhos no ano de 1988 tinham início, no CEOM, com o envio ao Sistema Nacional de Museus do Projeto Oficina Básica de Museologia no Oeste Catarinense. Que tinha por objetivo “*dinamizar os Museus existentes*”<sup>200</sup>. Datado de 04 de janeiro de 1988, o ofício em questão, demonstrava o que seria a tônica deste ano para as atividades do CEOM. Junto da divulgação e da busca por suporte bibliográfico e de apoios financeiros tínhamos as primeiras ações visando a capacitação técnica do material humano envolvido no projeto, a saber, professores das áreas de história e geografia, profissionais ligados às atividades de cultura dos municípios e os próprios integrantes do CEOM. Estes últimos a despeito de ocuparem postos na academia, eram leigos em se tratando da área da arquivística e da museologia. Todo esse conjunto de atividades estará, como veremos, ligado à atuação da primeira Coordenadora efetiva do CEOM, Ilda Ana Brisot. Ainda que na fase germinal do projeto, Hilda Beatriz Dmitruk, então bibliotecária da FUNDESTE, tenha assinado muitas vezes como Coordenadora do projeto, uma vez que sua instalação se deu de modo formal a partir do

---

<sup>199</sup> Ofício enviado ao CEOM por Norma de Góes Monteiro, Diretora da Divisão de Publicações do Arquivo Nacional, em 07 de dezembro de 1987.

<sup>200</sup> Ofício enviado pelo CEOM ao Sistema Nacional de Museus, em 04 de janeiro de 1988, contendo o Projeto: Oficina Básica de Museologia no Oeste Catarinense.

segundo semestre de 1987, foi Ilda Brisot quem assumiu a função com desempenho nos moldes que veremos.

Poucos dias depois desta passagem, em 12 de janeiro, Ilda encaminhava<sup>201</sup> ao Instituto Nacional de Fotografia – INFoto/FUNARTE, o projeto “*Organização dos Acervos Audiovisuais do Oeste Catarinense*”<sup>202</sup>. Na mensagem direcionada a Walter Firmo, Diretor do Instituto, o projeto era apresentado como “*respondendo a uma necessidade urgente quanto a pesquisa e documentação fotográfica da memória do Oeste, hoje uma lacuna*”<sup>203</sup>. Como se pode notar, o ano de 1988 iniciou com uma série de ações no tocante à busca por convênios e por divulgação do projeto que continuava operando com base no envio de exemplares dos Cadernos do CEOM, conforme os novos números iam sendo publicados. Nesse sentido, temos ainda na primeira quinzena de janeiro o envio do Exemplar nº 03 à Secretaria de Cultura e Esporte de Santa Catarina, sob a direção de Zuleika Mussi Lenzi, e ao senhor Marcelo Augusto Nitschke, Gerente e Editor do Jornal Tribuna do Oeste, dos exemplares 1 e 3 dos respectivos Cadernos. Nesse segundo caso, o envio se dava com o intuito, segundo consta da mensagem, de que se desse divulgação de modo que esses Cadernos viessem a constituir “*efetivo instrumento de apoio e informação a alunos, professores e demais estudiosos da História Regional*”<sup>204</sup>. Note-se que antes de qualquer treinamento formal ou política baseada em contato direto com os professores e profissionais da área da cultura dos municípios, já se esperava que os Cadernos e sua nova abordagem, iniciassem um processo de arregimentação desses grupos. Funcionando como um primeiro de muitos contatos que se pensava necessários segundo os objetivos do

---

<sup>201</sup> Com base nos registros do Acervo Fundos do CEOM, pode-se perceber que nesta primeira fase, a exemplo dos textos bases do projeto de implantação do CEOM, a confecção destes projetos secundários ficava a cargo de Santo Rosseto e, em caráter colaborativo, contava com a participação constante de Arlene Renk e de Hilda Beatriz Dmitruk.

<sup>202</sup> Ofício enviado por Ilda Ana Brisot ao Instituto Nacional de Fotografia – INFOTO/FUNARTE, em 12 de janeiro, contendo o Projeto: Organização dos Acervos Audiovisuais do Oeste Catarinense.

<sup>203</sup> Ofício enviado por Ilda Ana Brisot ao Instituto Nacional de Fotografia – INFOTO/FUNARTE, em 12 de janeiro, contendo o Projeto: Organização dos Acervos Audiovisuais do Oeste Catarinense.

<sup>204</sup> Ofício enviado pelo CEOM ao senhor Marcelo Augusto Nitschke, Gerente e Editor do Jornal Tribuna do Oeste.

CEOM a médio e a longo prazo<sup>205</sup>.

Enquanto isso na outra ponta das ações, aquela encarregada de estabelecer contatos e firmar parcerias com representantes das prefeituras dos municípios da *região*, com data de 08 de fevereiro, chegava ao conhecimento da FUNDESTE, ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga. Na mesma, Hugo T. Bracht, Presidente, noticiava que:

A Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, na reunião ordinária do dia 05 de fevereiro do ano em curso, aprovou MOÇÃO, de oficial à FUNDESTE, manifestando integral apoio do

---

<sup>205</sup> Um capítulo à parte neste período, envolve, dentro das ações de organização de um acervo bibliográfico para o projeto do CEOM, o extravio de uma lista de obras enviadas pelo Museu Histórico Nacional. O enredo teve início ainda em 1987 quando a esse foi enviado ofício [Ofício nº 023/87 de 17 de setembro de 1987] solicitando obras capazes de constituírem um corpo referencial ao projeto que se estava desenvolvendo. A o que o MHN respondeu [Ofício nº 385/87 de 26 de novembro de 1987] de modo positivo enviando correspondência onde constava uma considerável relação de obras que seriam remetidas ao CEOM. Ocorre que em 15 de janeiro de 1988, não tendo recebido as referidas obras, Ilda escreveu ao MHN, acusando que o material que constava como tendo sido enviado em anexo segundo detalhado na correspondência não havia chegado à FUNDESTE. Na mesma correspondência aproveitava para noticiar o envio do já número 3 dos cadernos do CEOM. Em 03 de fevereiro vinha a réplica do MHN, informando de que o envio fora registrado ainda em 03 de dezembro de 1987 e que, nesse caso, o problema deveria ter ocorrido no serviço dos Correios. Os dois últimos capítulos estariam, deste modo, relegados ao CEOM e a Agência Brasileira de Correios e Telégrafos, que acionada na pessoa de Alberto Dias, Gerente de Operações Postais da Unidade – DR/SC sediada em Florianópolis, respondia em 16 de maio ao CEOM, lamentando o ocorrido e justificando que após averiguações das mais variadas naturezas não se conseguiu localizar o material, e que o fato de a postagem “*tratar-se de correspondência simples, as quais não deixam registros de sua passagem nas Unidades por onde tramitam, impossibilitava uma investigação mais eficaz*”. [Correspondência enviada ao CEOM por Alberto Dias, Gerente de Operações Postais da Unidade – DR/SC dos Correios sediada em Florianópolis, em 16 de maio de 1988]. Fato é que as obras nunca chegaram ao CEOM e seu destino permaneceu desconhecido. Assim o ganho significativo que poderia representar ao projeto os referidos exemplares, fruto de insistente contato, acabou por frustrar-se. Independentemente do resultado, esta breve narrativa nos importa na medida em que evidencia a busca perseverante por este tipo de contato e de referencial teórico/metodológico, bem como os meios pelos quais se tentava vencer os desafios impostos por um projeto de tamanha envergadura.

Legislativo Municipal ao programa de resgate da História do Oeste de Santa Catarina, que procura envolver o magistério neste programa, em especial professores das respectivas matérias e que dá assessoria e orientação, município por município, na constituição de Museus<sup>206</sup>.

Estas manifestações de apoio eram fruto do sistêmico trabalho de comunicação do CEOM com as Prefeituras e representantes locais que vinha se dando, desde pelo menos 1986, e que veremos se estreitar ainda mais durante o período em que Ilda Brisot esteve à frente da Coordenação do Órgão, entre meados de 1987 e o final do primeiro semestre de 1989. Essa aproximação do CEOM com lideranças políticas e gestores de setores culturais nos municípios, acabou gradativamente por consolidar a posição do CEOM como figura de referência para as várias experiências de organização de museus ou espaços de memória que, em alguns municípios, já se encontravam em estado adiantado. É o caso de São Miguel do Oeste que inaugurava seu Museu Histórico em 15 de fevereiro de 1988 e para cuja solenidade a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, convidava os representantes da FUNDESTE/CEOM. No ofício de 08 de fevereiro em que constava o convite, podia-se ler ainda: “*Contando com o privilégio de sua presença no registro concreto do resgate de nossa história, no reconhecimento dos grandes homens desbravadores, responsáveis pela existência do SÃO MIGUEL DO OESTE de hoje, nossos agradecimentos*”<sup>207</sup>.

A inauguração do referido Museu por certo agradava em muito os integrantes do CEOM. Ainda que não ligado ao seu projeto, demonstrava que a preocupação com a preservação da memória regional era fenômeno presente em muitos municípios. A questão problemática estava no tipo de memória que se considerava digna de reconhecimento e de que tipo de história se poderia/pretendia registrar. No entendimento dos responsáveis pelo Museu Histórico de São Miguel do Oeste, ou daqueles que falavam em seu nome, os personagens merecedores de reconhecimento eram “*os grandes homens desbravadores*”, *os responsáveis pela existência do*

---

<sup>206</sup> Ofício enviado à FUNDESTE em 08 de fevereiro 1988, por Hugo T. Bracht, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga.

<sup>207</sup> Ofício enviado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de São Miguel do Oeste a FUNDESTE/CEOM em 08 de fevereiro de 1988.

*município*<sup>208</sup>”. O que poderia parecer muito coerente aos olhos dos responsáveis pelo Museu, é provável, não tenha soado tão bem aos ouvidos dos integrantes do CEOM. Afinal, esse era justamente o tipo de história “tradicional” que se queria substituir por uma que incluísse outros personagens: os excluídos da história. O exemplo em questão, demonstra o quão complexa era ainda a tarefa assumida pelo CEOM. Como visto a discrepância entre aquilo que se pregava nas justificativas e fundamentações teóricas do CEOM e aquilo que ainda circulava em alguns municípios era de fácil constatação. O teor da mensagem enviada ao CEOM demonstra que, ainda que houvesse uma convergência no tocante à preocupação para com a preservação cultural e ao necessário cuidado com a memória, os entendimentos sobre o que representaria melhor esses fenômenos mantinham-se ainda muito distintos. Esse posicionamento, não obstante, não era estranho aos intelectuais à frente do projeto do CEOM. Eles sabiam que a história local havia sido construída com base neste tipo de leitura e de compreensão, tanto que investem pesadamente nas atividades de capacitação desses agentes locais.

Ainda que possível, é pouco provável que a reiteração no ofício de uma posição tão distante daquela que se consolidou como o mote central do projeto do CEOM, tenha sido feita em tom de enfrentamento. É mais crível que esse desencontro tenha se dado, justamente, em razão do não conhecimento efetivo das concepções centrais do projeto do CEOM. Uma vez que elas não eram constantes das correspondências corriqueiras que se vinha trocando com os vários municípios e que os Cadernos, espaço onde elas eram claras, tinham um outro público prioritário que não os representantes políticos.

O público prioritário eram os professores de História e Estudo Sociais das redes de ensino de 1º e 2º graus e, por extensão, todos aqueles que desempenhassem ou se interessassem pelo estudo ou pela escrita da história destas localidades. Como depreende-se do Ofício Circular Nº 001/CEOM/CES/FUNDESTE, de 20 de fevereiro de 1988, no qual Ilda Brisot mencionava o envio do exemplar nº 03 dos Cadernos do CEOM, que trazia como discussão principal um estudo sobre a ocupação cabocla na região, para todas as Prefeituras da AMAI, AMOSC e AMEOSC. No corpo do Ofício reiterava-se o objetivo do referida remessa: “*Outrossim, manifestamos interesse de que o referido caderno se constitua em efetivo instrumento de apoio nas escolas, motivo pelo qual solicitamos sua*

---

<sup>208</sup> Ofício enviado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de São Miguel do Oeste a FUNDESTE/CEOM em 08 de fevereiro de 1988.

*divulgação junto aos professores, alunos e estudiosos da nossa história*<sup>209</sup>”. Essa menção que reconhecia a importância e pregava a atenção para com todos aqueles que se dedicassem ao estudo da história regional, mais do que uma figura de linguagem ou de caráter meramente extensivo, pode ser vista como uma preocupação concreta. Ainda que se falasse muito nos discursos do CEOM em lacunas históricas, em inexistência de trabalhos sobre a realidade local, havia um número considerável, para a época, de pessoas dedicando-se às funções que o CEOM pretendia implantar. Seja na figura de escritores das histórias municipais, seja na condição de responsáveis por projetos de preservação, ou mesmo, na militância em favor da manutenção e do resguardo culturais, vários indivíduos se enquadravam nessa condição. É o caso, em Itapiranga, do Sr. Almiro Theobaldo Muller<sup>210</sup>, que após receber um dos cadernos escrevia ao CEOM em 11 de julho de 1988.

Agradeço, sinceramente, por ter sido agraciado com o Caderno de Nº 4 do CEOM e faço votos que este Centro de iniciativa da FUNDESTE tenha pleno êxito. Remeto, em apenso, um textozinho que elaborei, multipliquei e distribuí, nas Escolas Básicas do município, ao corpo docente. Tenho autorização para convidar a Professora Ilda para uma reunião da API (Associação dos Professores de Itapiranga), mencionada neste texto, a ter lugar

---

<sup>209</sup> Ofício Circular Nº 001/CEOM/CES/FUNDESTE, de 20 de fevereiro de 1988, enviado pelo CEOM às prefeituras dos municípios da *região*.

<sup>210</sup> Na página da Prefeitura do Município de Itapiranga-SC, em texto que trata da criação do Museu Comunitário que leva o seu nome, Almiro Theobaldo Muller é deste modo apresentado: *“começou sua luta para a criação efetiva de um Museu no município em 1970, pois fazia escavações perto dos riachos da Linha Glória, onde encontrou um vasto material indígena, composto por urnas funerárias, pedras polidas e cacos de cerâmica. Foram várias tentativas em sensibilizar o poder público para a construção de um prédio adequado para receber estas peças. Almiro chegou a visitar outros Museus como o de Mauá, no Rio Grande do Sul, encontrando lá peças do nosso museu e assim começou a lutar pela parte burocrática e a liberação de fundos para a efetiva construção do Museu que ele já organizava ao lado da Escola Funei. Após várias tentativas e não obtendo respostas, entregou todo o acervo junto com as chaves do museu na época para a API - Associação dos Professores de Itapiranga. Por todas essas lutas e em consideração ao seu trabalho e dedicação com a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do nosso município, nada mais justo do que homenageá-lo, batizando o Museu com seu nome”*. Disponível em: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/2275>.

na Vila de São João no dia 29/07/88. Quero esclarecer que o acervo do Museu Comunitário de Itapiranga não é de responsabilidade da Prefeitura. Este museu foi fundado por um Conselho Comunitário Municipal, do qual fui presidente nos anos de 77, 78 e inícios de 79, quando entreguei a presidência, mas continuei com a responsabilidade do museu. Infelizmente, este Conselho Comunitário deixou de existir e se torna necessário alguma entidade se encarregar do pequeno acervo existente. Pessoalmente, não gostaria de entregar tal responsabilidade à Prefeitura. Basta dizer que, há uns três anos estava disponível uma verba para construção de um prédio para o Museu, e o então prefeito queria construí-lo perto do rio Uruguai, em área inundável, onde a correnteza pega em cheio. Até dá arrepios só de pensar em evacuar as peças fragilíssimas de cerâmica indígena, em caso de enchente. Espero que a API aceite, talvez, formar uma comissão de professores ou um Departamento específico para supervisionar e ampliar o acervo, que também deve ser protegido dos colecionadores particulares que compram de tudo, desde pontas de flecha, boleadeiras, cerâmica, moedas etc.<sup>211</sup>.

A experiência de preservação em Itapiranga não só antecedia ao projeto do CEOM em uma década, como não estava ligada ao poder público. Pelo contrário, quem respondia pelo Museu, via com temeridade o fato de que a gestão da memória ficasse a cargo da prefeitura, pelas razões expressadas. Este era o conjunto de indivíduos que aparentemente mais interessava ao projeto do CEOM, interessados em cultura e em preservação que estivessem livres das amarras de uma visão “tradicional” que se acreditava presente nos espaços públicos – políticos - do período. Como temos tentado demonstrar, ainda que negociar com as prefeituras fosse uma prática necessária nessa fase de instalação, com base na essência do projeto do CEOM, o esperado seria que o trabalho fosse no sentido de viabilizar um gradativo afastamento em relação ao poder público e uma concentração de esforços na tentativa de constituir espaços autônomos. Iniciativas desvinculadas do poder público, não obstante, tanto na época, como durante toda o período compreendido por essa

---

<sup>211</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Almiro Theobaldo Muller, em 11 de julho de 1988.

análise, tinham poucas chances de se manter, como serve de exemplo a própria dissolução do Conselho responsável pela organização do Museu Comunitário de Itapiranga. Desta feita, as dificuldades enfrentadas pelos museus já existentes nos municípios eram as mesmas que o CEOM teria de enfrentar para a execução das suas atividades, seja em razão das poucas fontes de financiamento, seja em decorrência da necessária e nem sempre fácil e frutífera negociação com os membros do poder público local. Figuras como a de Almiro Muller sintetizam muito bem as razões que movimentavam essas pessoas que primeiramente se dedicaram a projetos dessa natureza. Há pouco de apoio e muito de preocupação e de militância em favor do “*resgate e preservação do patrimônio histórico*”<sup>212</sup>, como se pode extrair do texto de que Almiro faz menção e que aos registros do CEOM fora anexado.

Da HISTÓRIA, travando pequenas “guerras”, conseguiu salvar-se dois prédios públicos: o Kolping e a antiga Canônica. Pena pelas inúmeras capelas, escolas e residenciais históricas que já forma sacrificadas ao progresso. O que ainda está de pé deveria ser tombado, isento de imposto e restaurado. No Museu, existe um início de acervo de peças históricas que começam a relatar, melhor que qualquer palavras, a História de Itapiranga. Este acervo não é maior por duas razões: 1) falta de espaço – 2) os organizadores dedicam 90% de seu esforço na coleta de peças indígenas, devido à rapidez com que desaparece o patrimônio arqueológico. PRÉ-HISTÓRIA: os pioneiros do então PORTO NOVO foram surpreendidos com a grande quantidade de peças de cerâmica indígena e instrumentos de pedra lascada e polida que começaram a achar. (As peças de pedra lascada são vermelhas, donde vem o nome Itapiranga). Fez-se uma coleção na SUP (USP?), que dali foi espalhada para museus e colecionadores do país e exterior. Um dos primeiros prefeitos também tentou fazer um acervo, mas os sucessores tiveram uma visão diferente de cultura e progresso. O acervo do atual museu, aberto às sextas-feiras de manhã, numa sala da FUNAI, foi considerado o mais completo da região pelo CEOM da FUNDESTE. Ele teve início, em 1978, com uma

---

<sup>212</sup> Idem.

escavação feita pelo Pe. João A. Rohr, na qual foi achado carvão datado em 8.600 anos pelo teste de carbono radioativo, tanto em Washington como Paris. CONCLUSÃO: torna-se urgentíssimo fundar uma Sociedade que tenha em Estatuto, como objetivo único e específico O RESGATE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HITÓRICO, ECOLÓGICO E PRÉ-HISTÓRICO ITAPIRANGUENSE e se encarregue de cuidar e ampliar o acervo do Museu Comunitário existente. Esta iniciativa poderia partir da API, pois os responsáveis pela cultura de um município é o magistério. (Março/88 – A. T. Muller) Leia e dê ao vizinho<sup>213</sup>.

O texto de autoria de Almiro Theobaldo Muller é mais extenso e se reporta a questões ecológicas, econômicas e sociais. É, em essência, uma crítica ao “*status quo*”, tomando por referência a noção de progresso. Destacamos para nossa análise a parte final em que ele se dedica às discussões que envolvem, História, Pré-História e a sua preservação. Para além das problemáticas ligadas às concepções de um político ou outro - em referência às mudanças de gestores públicos e do seu grau de apoio às iniciativas de preservação -, duas coisas sobressaem neste texto que se fez circular no município em março de 1988. Uma diz respeito à defesa de que uma nova experiência de preservação se desse em moldes semelhantes ao anterior, ou seja, organizado e mantido pela comunidade. A outra, está ligada à noção de que são os professores os principais responsáveis pela cultura de um povo. Daí a preocupação de que todas as atividades se dessem por meio ou com a observância da API (Associação de Professores de Itapiranga). Essa política era igualmente corroborada pelo CEOM que tinha na capacitação dos professores, para consequente participação nas ações, uma das principais bandeiras do seu projeto. Mostra disso era vista na resposta dada pela orientadora de Estudos Sociais da 12ª UCRE/SUBEN, Maria Schneider, que em 21 de junho de 1988 respondia por meio de ofício<sup>214</sup> à solicitação, feita pelo CEOM, da relação nominal dos Professores da Área de Estudos Sociais pertencentes à respectiva Unidade de Coordenação Regional de Educação. Identificar e estabelecer contato com os professores das áreas

---

<sup>213</sup> Texto anexo à correspondência enviada ao CEOM por Almiro Theobaldo Muller, em 11 de julho de 1988.

<sup>214</sup> Ofício enviado ao CEOM por Maria Schneider, Orientadora de Estudos Sociais da 12ª UCRE/SUBEN em 21 de julho de 1988.

de História e Estudos Sociais enquadrava-se nos objetivos do projeto. Paralelo a isso era necessário concretizar os cursos de capacitação. Para tanto era buscado amparo junto aos órgãos estaduais da área cultural. Se das instâncias mais distantes, em sua maioria da esfera Federal, vinham subsídios teóricos e metodológicos em forma de bibliografia, de dentro do Estado se esperava conseguir suporte técnico por meio de oficinas e treinamentos. É com esse intuito que em 22 de junho de 1988 por meio do Ofício nº 14/CEOM/CES/FUNDESTE o CEOM, em nome da FUNDESTE, solicitava ao senhor Walter F. Piazza, Diretor do Arquivo Público e Estadual de Santa Catarina, “*apoio técnico-metodológico para a orientação e treinamento dos responsáveis dos arquivos municipais da região oeste*”<sup>215</sup>. Treinamento que era apresentado como parte do grande projeto que se tinha para a *região*, o qual era apresentado da seguinte maneira:

Trata-se de um projeto do CEOM, que conta com o apoio do CNPq e que objetiva iniciar um trabalho de conscientização da importância dos arquivos e organização dos mesmos, através da orientação e qualificação do pessoal técnico. Portanto o apoio do Arquivo Público Estadual é imprescindível no assessoramento e definição de metodologias adequadas ao objetivo proposto<sup>216</sup>.

Em 04 de julho de 1988, o ofício nº 4.535, assinado por Walter Piazza responsável pela Coordenadoria de Documentação e Publicações do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, dava resposta à solicitação de treinamento dos agentes que desempenhariam as atividades relativas ao projeto do CEOM.

O Arquivo Público Estadual está vivamente empenhado na preservação documental em nosso estado e, por isso, o seu corpo técnico poderá ministrar, sob a responsabilidade dessa Fundação, o Curso Técnicas de Arquivos Correntes, dentro da programação e com a distribuição da carga horária, em anexo. O Curso deverá ser ministrado em quarenta (40) horas-aula, ao preço de duas (2)

---

<sup>215</sup> Ofício nº 14/CEOM/CES/FUNDESTE enviado pelo CEOM, em nome da FUNDESTE, ao senhor Walter F. Piazza, Diretor do Arquivo Público e Estadual de Santa Catarina em 22 de junho de 1988.

<sup>216</sup> Idem.

OTN's<sup>217</sup> hora-aula, ficando ainda, a cargo dessa Fundação o transporte, alojamento e alimentação das ministrantes. Esta Coordenadoria fornecerá o material didático, de consumo imediato, como apostilas e textos para seminários. Será da responsabilidade dessa Fundação a alocação de quadro de giz, quadro branco com pincel atômico e um retro-projetor. Aos alunos que obtiverem frequência (2/3) e que forem aprovados na avaliação final será fornecido certificado. Para frequentar o Curso aludido as pessoas interessadas deverão ter 2º grau completo, face às exigências legais<sup>218</sup>.

Ficava acordado, ainda, que o referido curso seria ministrado por Neusa Rosane Damiani, Valéria Gouvêa Gahnem e Maria Tereza Pinheiro da Silva. À medida que a atuação nas frentes destacadas ia ganhando corpo, mais ramificações do projeto do CEOM passavam a ser aprovadas para financiamento junto aos órgãos governamentais. Em 24 de junho, o senhor Celso Vedana, presidente em exercício da FUNDESTE, recebia nota e cópia do Convênio nº 34/88, entre a FUNARTE e a FUNDESTE, para apoio ao Projeto “*Organização dos Acervos Audiovisuais no Oeste Catarinense*”<sup>219</sup>. Esse sucesso se devia, em parte, à atuação dos membros à frente do projeto, especialmente, os trabalhos desenvolvidos pela então Coordenadora Ilda Ana Brisot e, aparentemente, pelo estado favorável a esse tipo de atividades por parte das agências de fomento neste período de reordenamento político por que o país passava.

---

<sup>217</sup> Obrigação do Tesouro Nacional é um título da dívida pública que foi emitido no Brasil entre 1986 e 1989. Substituiu a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). A OTN foi instituída durante a vigência do Plano Cruzado e teve o seu valor congelado durante 12 meses. A partir daí, passou a ter o seu valor reajustado mensalmente. Foi extinta pelo Plano Verão e substituída pelo Bônus do Tesouro Nacional BTN, à razão de 6,17 OTN para cada BTN. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/noticias/otn-e-indice-de-atualizacao-a-ser-adotado-para-demonstrativos-financeiros-de-1989>.

<sup>218</sup> Ofício nº 4.535, enviado ao CEOM por Walter Piazza responsável pela Coordenadoria de Documentação e Publicações do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina em 04 de julho de 1988.

<sup>219</sup> Correspondência enviada ao senhor Celso Vedana, Presidente da FUNDESTE, oriundo da FUNARTE com data de 24 de julho de 1988.

## 1.10 FUNDESTE E CEOM; A MOBILIZAÇÃO INTERNA

No tocante ao âmbito interno, o avanço do projeto se materializava em ações visando à difusão das propostas e à possível colaboração de funcionários. No final do primeiro semestre do corrente ano, mais precisamente em 30 de junho de 1988, Ilda Brisot fazia circular o ofício de número 002. Neste, dava-se conhecimento a todos os setores da FUNDESTE da realização, por parte do CEOM, de “*um encontro para divulgação das orientações básicas e roteiro para registros e coleta de documentação*”<sup>220</sup>. Assim, seguia o texto, o encontro tinha por objetivo “*discutir os projetos, esclarecer metodologias de trabalho e definir as pessoas que assumirão o desdobramento de ações*”<sup>221</sup>. Fazia-se questão, ainda, de destacar que a participação não se restringia aos profissionais de história e, sim, estaria aberta a todos que quisessem colaborar com o “*resgate*” da História do Oeste. Esse modo de pensar a organização do projeto era necessário dadas as demandas apresentadas e à natureza quase que filantrópica das ações dos integrantes do CEOM em seus primeiros anos. Ainda que se fizesse uso da estrutura da FUNDESTE, o sucesso do projeto parecia depender em muito do engajamento e da disposição individual daqueles que com as propostas/ideais apregoados se identificassem.

A rede de contatos estabelecia-se e fortificava-se à medida que a divulgação do projeto e das ações se convertia em eventos de capacitação e se materializava na publicação dos Cadernos do CEOM. Ato comum nessa política, consistia em estender os convites para eventos recebidos pelo CEOM, que já se constituía em espaço reconhecido por outros centros de educação, aos representantes dos demais municípios integrantes da área de atuação do Órgão. Isso era visto, por exemplo, no ofício remetido a Doílio Domingos Moscheta, Prefeito de Xanxerê, em 29 de junho de 1988, comunicando-o da realização de um “*Encontro com os Museus da Região*”<sup>222</sup> sediado no Museu Antropológico Diretor Pestana em Ijuí e promovido pela Universidade desta cidade. Junto do comunicado, fazia-se o convite à participação no evento de algum representante do Centro de Memória do Município de Xanxerê. Uma vez que a matéria, segundo anunciava-se, era de interesse do projeto que se

---

<sup>220</sup> Ofício Circular de número 002. Assinado por Ilda Ana Brisot, Coordenadora do CEOM com data de 30 de junho de 1988.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Ofício remetido por Ilda Ana Brisot a Doílio Domingos Moscheta, Prefeito de Xanxerê, em 29 de junho de 1988.

estava desenvolvendo, a indicação de um representante para acompanhar os membros do CEOM no referido encontro, era vista como de muito proveito.

Já no que diz respeito ao papel dos Cadernos e a continuada prática de envio de exemplares como meio de promoção do CEOM, temos ainda a edição de nº 04 que no início de julho já estava finalizada tendo registros de seu envio para várias instituições entre as quais: UNIPLAC, FURB, Secretaria de Estado de Educação, Museu Nacional de Belas Artes<sup>223</sup>, Deputado Federal Constituinte Antônio Carlos Konder Reis<sup>224</sup> e, provavelmente, todos os demais destinos já apontados em envios anteriores. Ainda neste sentido, João David Folador<sup>225</sup> remetia, em 08 de julho de 1988, carta de São Lourenço D'Oeste à Ilda Brisot agradecendo o Caderno do CEOM recebido, o qual resumia como sendo o “*Caderno sobre as balsas*”<sup>226</sup>. Na mesma correspondência anunciava o envio, em retribuição, do “*livreto sobre a História de São Lourenço d'Oeste*”<sup>227</sup> em relação ao qual avalizava qualquer espécie de distribuição que por ventura o CEOM quisesse proceder. Uma questão importante envolve essa passagem e merece ser pontuada. Segundo consta, João Folador, advogado e sócio de jornal local, havia sido contratado pela própria prefeitura para elaborar o referido material – livreto - sobre a história do Município de São Lourenço D'Oeste. O envio a ele do Caderno do CEOM demonstra o reconhecimento de sua figura no tocante aos estudos do município em questão, ainda que o método de estudo e o modo de leitura histórica<sup>228</sup> presentes na obra não fossem tão condizentes com o projeto de “*resgate*” que se tinha para o CEOM. Este tipo de prática em que a escrita histórica ficava à cargo de pessoas com outras formações

---

<sup>223</sup> Carta-formula nº 31/88-BIBL./MNBA enviada à Ilda Ana Brisot por Murilo Ivan da Silva, Chefe da Biblioteca do MNBA em 18 de julho de 1988.

<sup>224</sup> Cartão resposta enviado a Santo Rosseto pelo Deputado Federal Constituinte Antônio Carlos Konder Reis em 29 de junho de 1988.

<sup>225</sup> Responsável pelo jornal: “Folha do Planalto” em circulação de 1973 a 1980 de sua propriedade em parceria com o Sr. Egídio Moretto.

<sup>226</sup> Correspondência enviada por João David Folador à Ilda Ana Brisot em 08 de julho de 1988. São Lourenço D'Oeste.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> A esse respeito ver: MARIA, Mauricio de Fraga Alves. **O elogio da colonização**: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v. 2 nº 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644. UNESP/Assis. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2661/2240#.WCnnWPkrLIU>.

profissionais não era incomum e talvez, nesse caso, explique o tipo de leitura feita pelo autor. Ainda que não se tratasse de uma característica atribuída apenas a não historiadores.

No dia 24 de julho de 1988, Ilda respondia a João Folador a respeito do envio de sua obra.

Cumprimentando-o venho agradecer-lhe a remessa do exemplar “História de São Lourenço do Oeste<sup>229</sup>...”. O presente trabalho vai ao encontro da proposta do CEOM em pesquisar a história de nossa região, abrindo espaços à pesquisa e ao ensino de nossa história. Gostaríamos de formar uma comissão municipal de resgate da documentação oral, visual, instrumental e impressa de São Lourenço d’Oeste. Temos certeza que muita coisa já foi resgatada (o presente livro é a prova), mas é nossa pretensão abrir um centro de memória onde o envolvimento da comunidade seja a tônica maior, e dessa forma conscientizar nosso povo do valor de nossa “cultura”<sup>230</sup>.

A despeito de trabalhos recentes como o de Mauricio de Fraga Alves Maria<sup>231</sup>, apresentarem a obra de João Folador como um elogio ao modelo “tradicional” de trabalho histórico, de enaltecimento do “*pioneirismo*” e dos grandes homens, como aliás, foram caracterizadas por parte dos integrantes do projeto do CEOM as obras que naquele período tratavam do Oeste Catarinense, a resposta enviada ao autor, não só não assume postura crítica, como, ao contrário, elogia o feito que considera “*ir ao encontro da proposta do CEOM*”<sup>232</sup>. Não sem, ressaltar a intenção de que se formasse na cidade uma “*comissão municipal de resgate da documentação oral, visual, instrumental e impressa*”<sup>233</sup>. A hipótese, nesse caso, é que o interesse na efetivação da comissão com toda a ajuda possível se sobrepunha, no momento, ao posicionamento teórico e ideológico dos seus participantes entrando no grupo das estratégias e negociações necessárias para a efetivação do projeto que os seus

---

<sup>229</sup> O nome completo da obra é História de São Lourenço d’Oeste e do Oeste de Santa Catarina.

<sup>230</sup> Correspondência enviada por Ilda Ana Brisot a João David Folador em 24 de julho de 1988.

<sup>231</sup> MARIA, Mauricio de Fraga Alves. Op. Cit.

<sup>232</sup> Correspondência enviada por Ilda Ana Brisot a João David Folador em 24 de julho de 1988.

<sup>233</sup> Idem.

responsáveis tiveram de lançar mão principalmente durante os primeiros anos de atuação.

Formar as comissões, entretanto, era apenas uma das urgências que se tinha. Capacitar tanto os membros dessas comissões quanto os próprios integrantes do CEOM era, talvez, ainda de maior precisão. Cumpre lembrar que nem material bibliográfico, nem pessoal com conhecimentos específicos faziam parte da realidade do recém-criado Órgão. Não causa espanto, portanto, o esforço em se conseguir doações de publicações sobre o tema e em se viabilizar a participação em eventos de qualificação. É nessa acepção que se dá o envio de ofício, por parte do CEOM, em 17 de julho de 1988, à Comissão Organizadora do Encontro Paulista de Preservação e Memória Fotográfica que seria realizado em Bom Retiro – São Paulo, visando inscrever um fotógrafo no referido evento. A Oficina em questão era a de “*Documentação e Catalogação de Materiais Fotográficos – Sistema de recuperação de informações em acervos fotográficos*”<sup>234</sup>. Isto era muito condizente com as novas demandas do CEOM, uma vez que, em 1987, os trabalhos de recuperação de fotografias passaram a fazer parte do projeto se constituindo, durante a segunda fase de atuação (1992-1997), como veremos adiante, em uma das mais importantes atividades desenvolvidas naquele período.

---

<sup>234</sup> Ofício enviado por Ilda Ana Brisot à Comissão Organizadora do Encontro Paulista de Preservação e Memória Fotográfica em 17 de julho de 1988.

## CAPÍTULO II - UM PROJETO, VÁRIOS ENTENDIMENTOS; TENSÕES POLÍTICAS E HISTORIOGRÁFICAS

“Professor Santo,  
que bens pairam por aí. Aqui tem chovido muito e feito um tempo feio. Estou cem grande dilema para a dissertação. De qualquer forma, tenho duas epígrafes eleitas. Uma é um verso do Caetano Veloso, creio que o conhece: “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”. O outro, é um poeminha de Chico Alvim: Obrigação: “Não é questão de gostar / É de ter de ser”. Deboches à parte, passei a limpo um texto escrito há muito tempo. Está meio quebrado. Não quer simbolizar nada. Literalmente era isso aí. Vai em anexo. Tentei falar consigo esses dias, mas devem ter se atrapalhado nos fios e achei melhor desligar. Enumero o que queria falar: 1º - tirarei uma cópia de um texto interessantíssimo e encaminharei, na próxima semana; 2º- Haverá o tal Simpósio da História do Oeste, ou coisa parecida? Se houver, quero apresentar um projeto ou trabalho, ou sei lá o que, sobre Identidade Regional (pra lavar a alma dos moradores do quintal). 3º - Como havíamos conversado, por telefone, terei algumas aulas no segundo semestre? (Dentro do esquema combinado, jogando para o quarto bimestre ou segundo bimestre do segundo semestre)? 4º - Teria muita coisa pra falar. Continuo resistindo heróica e estoicamente. Estou com insônias direto. Vivo a base de relaxante muscular e sem sono. É cíclico. Ora, como sono, ora com insônia, assim se vai. Tenho algumas novidades: Uma eu não sabia, talvez soubesse, a respeito do nome do Brizola. Seu nome de certidão era Itagiba. Seu pai, José Brizola, havia se juntado às tropas de Leonel Rocha, na rev. de 1923. Por admiração ao General, Leonel Rocha, o menino Itagiba, brincando de espada, falava: “Eu sou Leonel Rocha). Até, que acabou pegando o nome”.

(Correspondência enviada a Santo Rosseto em

7 de julho de 1989. Remetente não identificado.  
Acervo Fundos do CEOM.)

## 2.1 OS FRONTES DE MOBILIZAÇÃO

Conforme já traçado, o quadro regional em que o CEOM pretendia desenvolver o seu projeto, era marcado por profundas disputas seja de ordem política, seja no tocante a visões de passado e de protagonismo de sujeitos envolvidos nesse processo. Atuar nesse espaço significava lidar, além de com essas questões, com outras ligadas ao papel do CEOM enquanto mediador entre as ações desenvolvidas nos municípios e as instâncias ligadas às questões de ordem cultural e patrimonial fossem estaduais ou federais. Promover uma política que arregimentasse apoio em todas essas esferas parecia e se constituiu como uma das atividades de maior êxito nos primeiros anos de atuação do Programa. Mesclando ações de qualificação técnica com difusão dos materiais publicados, os feitos do CEOM iam chegando ao conhecimento de segmentos políticos, publicitários e educacionais, e o reconhecimento vinha, entre outros, em forma de mensagens. Em 1º de agosto, Sílvio Coelho dos Santos, já renomado estudioso da questão indígena catarinense, escrevia da Capital agradecendo ao “*amigo Santo*<sup>235</sup>” pelo envio dos Cadernos do Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste em carta que, junto da parabenização pela iniciativa do projeto, solicitava: “*Peço transmitir a Eli Bellani meus cumprimentos pela publicação de seu trabalho sobre os balseiros. Sempre lhe disse que o material referente a esse tema era importantíssimo. Agora, graças a sua iniciativa, ele é de domínio público. Abraços, de Sílvio Coelho dos Santos*<sup>236</sup>”.

A figura de Eli Bellani<sup>237</sup>, como veremos, é emblemática dentro do

---

<sup>235</sup> Correspondência enviada por Sílvio Coelho dos Santos a Santo Rosseto em 01 de agosto de 1988.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Eli Bellani é natural de Concórdia e possui graduação, especialização e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 1974 atua como professora, inicialmente da Fundeste e depois da Unoesc-Chaçepéc e da Unochapecó. Possui varias publicações sobre a *região* Oeste de Santa Catarina dentre as quais: Município de Chapecó: Legislação e Evidências (1989); Santos Marinho e Passos Maia: a política no Velho Chapecó (1990); Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó-1917/1950 (1996); Unoesc-Campus de Chapecó, um sonho concretizado-1970/1995 (1997); Uma cidade, um espaço: a mulher empresária (1999); Vereá-

estudo do CEOM. Sua condição de historiadora de família com tradição política em Chapecó, a colocava em posição inusual dentro do quadro do projeto. Por um lado, sua escrita era considerada “tradicional” e, portanto, não condizente com a proposta em voga. Por outro lado, sua facilidade de circulação em meio a esfera pública a credenciava a ser peça importante na engrenagem que se estabelecia. Não por acaso, boa parte dos contatos com políticos locais e estaduais nos primeiros anos do CEOM se davam por meio de sua atuação. Manifestação disso, a título de exemplo, é dada pela correspondência escrita de próprio punho, encontrada nos arquivos do Fundos do CEOM, com data de 11 de julho de 1988 e enviada pelo ex-governador Esperidião Amin à professora Eli Bellani. A mesma diz:

Prezada Eli,  
 Gostei do trabalho “Balsas e Balseiros no Rio Uruguai”.  
 Transmita aos professores Santo Rossetto e Ilda “M<sup>a</sup> Brisot” meus cumprimentos.  
 Gostaria de receber a coleção.  
 Abraço.  
 Esperidião Amin<sup>238</sup>.

Notadamente, mesmo que houvessem modos distintos de compreensão e de análise, dentro do grande projeto do CEOM havia espaço para perfis dos mais variados tipos. Essa espécie de consenso comum em favor da ideia de preservação do passado acaba por aproximar vertentes de pensamento e de posicionamento ideológico díspares. Ainda que, como aponta Rodrigo Davi Almeida<sup>239</sup>, com base na obra de Sirinelli, *“no estudo da história dos intelectuais devem ser levadas em conta as ‘estruturas elementares da sociabilidade’, pois, todo grupo de intelectuais se organiza em torno de uma ‘sensibilidade ideológica’ ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente*

---

dor: sujeito histórico no Poder Legislativo de Chapecó: Considerações para a Historiografia Catarinense (2003); e O Futebol e a ocupação do espaço social em Chapecó (2007). Em março de 2012 foi agraciada pela Câmara de Vereadores com o título de Cidadã Honorária de Chapecó.

<sup>238</sup> Correspondência enviada à Eli Maria Bellani por Esperidião Amin Helou Filho em 11 de julho de 1988.

<sup>239</sup> ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Ensaio sobre as contribuições teórico-metodológicas de Jean-François Sirinelli, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio para a História, a definição e a função social dos intelectuais.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012. p. 26.

*determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver*<sup>240</sup>”, a existência dentro de um grupo ligado a um projeto ideológico comum de indivíduos com entendimentos diversos não seria impossível. A razão, segundo Letícia Nedel, “*é que cada sigla abriga não apenas aliados, mas também adversários, discordantes não tanto quanto à causa a defender, mas quanto aos métodos de defesa*”<sup>241</sup>. Deste modo, o que parece ocorrer em se tratando dos intelectuais ligados ao projeto do CEOM, é a existência de um núcleo central caracterizado por compartilharem uma “*sensibilidade ideológica ou cultural comum*”, e uma série de figuras circundantes atraídas pela ideia essencial do projeto, ainda que não partilhando dos mesmos valores. O que, longe de ser uma limitação, poderia representar, ao contrário, uma vantagem. Em razão de que, ainda segundo Letícia Nedel, “*é preciso ter em conta que, mesmo fazendo parte de um subgrupo específico, cada agente detinha diferentes chances de penetração em outras redes e lugares*”<sup>242</sup>.

Como mostram alguns casos, nem sempre a iniciativa em estabelecer contato, partia do CEOM. Como se dá em relação ao professor Francisco Gialdi, autor da Obra “*Câmara Municipal de Maravilha: 30 anos de História*”<sup>243</sup> que o mesmo enviava ao CEOM em meados de 1988. Mas, independentemente de onde partia o primeiro passo, a tática do CEOM era a mesma. Consistia em retribuir com a remessa de um exemplar dos Cadernos.

A intenção em se engajar à causa do CEOM junto aos municípios aqueles que de algum modo ocupassem papel de destaque no que concernia às questões do estudo regional ainda que para isso fosse necessário lançar mão de um discurso bem mais diplomático do que aquele constante na fundamentação do seu projeto, pode ser mapeada em várias passagens. Há que se ter em mente que as necessidades nesse período eram de toda sorte e, principalmente em se tratando das questões financeiras, nenhuma possibilidade parecia poder ser descartada. As investidas, nesse sentido, davam-se nas três esferas possíveis; municipal, estadual e federal e, reservadas as dificuldades apontadas pelas possíveis instâncias de fomento, avanços se davam em todas as âmbitos.

No tocante ao Estado, em agosto de 1988, Zuleika Mussi Lenzi, então responsável pela Secretaria de Cultura e Esporte do Estado de Santa

---

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> NEDEL, Letícia Borges. Op. Cit. p. 25.

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Francisco Gialdi em 08 de julho de 1988.

Catarina, comunicava ao prefeito municipal de Chapecó, senhor Leodônio Migliorini, a liberação por parte do Governo Pedro Ivo – Casildo Maldaner, de repasse à FUNDESTE no valor de Cz\$ 914.000,00 (novecentos e quatorze mil cruzados) para o custeio do Projeto “Fronteiras”. A mensagem ainda enfatizava: “*As dificuldades financeiras encontradas pelo atual Governo, impediram que fossem desenvolvidas todas as atividades e projetos na área da cultura e do esporte, passando-se a eleger prioridades com base nas reivindicações apresentadas nos Seminários Regionais Permanentes*”<sup>244</sup>. Tomando-se como verdadeira a afirmação de que se vivenciava um momento de dificuldade, o fato de se ter destinado ao CEOM aporte financeiro era ainda mais significativo e demonstrava, como aliás a própria mensagem fazia questão de frisar, a posição prioritária de que gozava o Centro naquele momento. Não se pode deixar de lembrar, ainda que não seja possível condicionar uma coisa à outra, que Casildo Maldaner<sup>245</sup>, então vice-governador que viria a assumir o cargo posteriormente, é natural de Modelo. Cidade da área de abrangência do projeto e com a qual o mesmo sempre mantivera forte ligação familiar e política. O acionamento de figuras políticas no sentido de viabilizar algum tipo de atividade do CEOM foi fato comum, especialmente como mostrado, aqueles que detinham ligações com a *região* de atuação da Instituição. Era nessa perspectiva que se solicitava em nome da FUNDESTE, junto Presidente

---

<sup>244</sup> Correspondência enviada por Zuleika Mussi Lenzi responsável pela Secretaria de Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina ao prefeito municipal de Chapecó senhor Leodônio Migliorini em 22 de julho de 1988.

<sup>245</sup> Casildo Maldaner, ocupou quase todos os cargos eletivos no Estado de Santa Catarina (só deixou de assumir o executivo municipal). Bacharel em direito pela Universidade de Brasília, é casado com Ivone e pai de três filhos. Iniciou sua vida pública como vereador em Modelo, mesorregião do Oeste Catarinense. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 8ª legislatura (1975-1979) e na 9ª legislatura (1979-1983). Foi deputado à Câmara dos Deputados (1983-1987). Foi vice-governador de Santa Catarina, eleito em 1986 na chapa encabeçada por Pedro Ivo Campos (PMDB). Com o falecimento do titular, em janeiro de 1990, assume a chefia do poder executivo estadual, exercendo o mandato até março de 1991, sendo até hoje o primeiro e único governador oriundo do oeste catarinense. Foi eleito senador da República (1995-2003). Em 2006 foi eleito primeiro suplente do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), pelo PMDB. Foi diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul até janeiro de 2011, quando Colombo renunciou ao mandato para assumir o governo de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.liderancas.com.br/lideranca/casildo-maldaner.html>.

da AMOSC, senhor Herneus João de Nadal, auxílio para a reprodução do “*Documento de Orientações Básicas que seria distribuído aos agentes de resgate da memória sócio-cultural no Oeste*”<sup>246</sup>. A ajuda consistiria em seção da máquina de reprografia (xerox) para a execução de cópias do referido documento. Papel e operador seriam disponibilizados pela própria FUNDESTE, “*como medida de minimizar as despesas*”<sup>247</sup>, dizia ainda a mensagem.

Mas se no campo da viabilização financeira as negociações permitiam contato com as mais variadas lideranças, independentemente do condicionante político, econômico ou social, no que concernia às posições ideológicas, as fontes que se tem consultado, demonstram uma progressiva guinada rumo à defesa de concepções de enjoinamento teórico e de história como espaço de ação sobre a realidade e vetor de transformação social. Datada de 28 de junho de 1988, encontra-se nos arquivos do Fundos do CEOM, mensagem de Irene Zanette, então representante local do Comitê de Solidariedade à América Latina<sup>248</sup> no

---

<sup>246</sup> Ofício N° 015/CEOM/CES/FUNDESTE enviado por Ilda Ana Brisot ao Senhor Herneus João de Nadal em 18 de julho de 1988.

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> O comitê de solidariedade com a América Latina (LAG) é uma organização que trabalha para divulgar informações sobre a realidade na América Latina. O LAG apoia a luta de movimentos sociais contra guerras, violação dos direitos humanos, discriminação e o mercado livre, e para uma democracia substancial. A organização busca especificamente focar a situação das mulheres, e tem um próprio comitê de mulheres. Um tema central do LAG é o controle popular sobre os recursos naturais. Desde a época colonial, os benefícios dos recursos naturais estratégicos tem recaído sobre os países e empresas do primeiro mundo, e terra cultivável tem sido distribuída de uma forma muito desigual. O povo tem beneficiado pouco da riqueza em recursos do continente; em muitos dos países latino-americanos, aproximadamente a metade da população vive em pobreza, e a *região* é a que tem mais desigualdade no nível mundial. Nos últimos anos, movimentos sociais latino-americanos realizaram várias das suas demandas através de governos de esquerda. Principalmente na Bolívia, Equador e Venezuela, reformas foram iniciadas, resultando na redução da pobreza e democratização. O LAG trabalha para divulgar esses exemplos de desenvolvimento democrático. Através de acordos bilaterais e internacionais, ajuda externa, e sobretudo atividades econômicas, a Noruega influencia o desenvolvimento da América Latina. O LAG quer trabalhar para que instituições norueguesas contribuam para o desenvolvimento que os próprios movimentos sociais latino-americanos desejam, e contra atividades que causem danos na sua luta. O povo latino-americano tem o direito de escolher o seu próprio caminho, da mesma maneira que a Noruega tem feito há tempos. O LAG dá ênfase na solidariedade, e em uma divulgação de informações

tom que segue:

Companheiros (as)

Estamos novamente convidando os (as) companheiros (as) para comparecer na reunião do Comitê de solidariedade à América Latina, dia 9 às 16:30 horas na sala junto à cooperativa escolar (catedral). Gostaríamos que nesse encontro o pessoal trouxesse todo tipo de material que cada entidade já tem sobre os países da América Latina. (Pode ser cantos, fitas, panfletos, cartazes, livros, broches, bandeirinhas, slides, fitas cassete, objetos de artesanatos, instrumentos, camisetas etc...). Queremos partilhar a riqueza que cada um tem<sup>249</sup>.

Dois meses mais tarde, em 29 de agosto de 1988, Irene Zanette escrevia nova mensagem nos seguintes termos:

Companheiro (as) de caminhada:

“ALTO A LA REPRESION CONTRA EL PUEBLO

TODOS A LUCAR CONTRA EL HAMBRE Y LA REPRESION”. (CSHP)

A violência, a repressão vem aumentando aceleradamente na América Latina e principalmente na América Central. Mais do que nunca, hoje precisamos estar unidos e solidários uns com os outros. O Comitê de Solidariedade à

---

equilibrada baseada em conhecimento. Portanto, trabalhamos com organizações e associações latino-americanas e contribuimos para que as suas vozes sejam ouvidas na Noruega. Cada ano enviamos duas brigadas de solidariedade para diferentes países da América Latina. As brigadas são compostas de dez jovens noruegueses que trabalham com organizações nacionais e locais em diferentes países, e que fazem um trabalho de divulgação tanto durante e depois da estada no exterior. O comitê de solidariedade com a América Latina é baseado no trabalho voluntário organizado em grupos locais no país inteiro. Produzimos livros e artigos, uma revista para os membros da organização, organizamos seminários e debates, fazemos campanhas nas ruas, escrevemos cartas e temos reuniões com autoridades norueguesas. Texto disponível na página do Comitê, disponível em: <http://www.latin-amerikagruppene.no/portugues/>. Ver também: CBS: Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/comite-brasileiro-de-solidariedade-aos-povos-da-america-latina>.

<sup>249</sup> Correspondência assinada por Irene Zanette, representante local do Comitê de Solidariedade à América Latina. Datada de 29 de junho de 1988.

América Latina quer ser esta força. Porém precisa de você e de seu apoio. Queremos convidar os Companheiros (as) para uma reunião dia 9 às 19h na antiga sala da PO em frente a Cooperativa Escolar – dependências da Catedral. Temos que resolver alguns encaminhamentos para fim de setembro, por isso não falte<sup>250</sup>.

Mais do que a natureza da instituição e os termos usados, chama a atenção o tom intimista da mensagem que, aparentemente, demonstra ser este, para além de um convite aleatório, um informativo corriqueiro entre membros de um grupo com ligação consolidada. Do que se depreende que as ligações ideológicas dominantes no CEOM neste período, alinhavam-se com tendências de ordem internacional. Não estranhamente, ainda que se ressaltassem as necessidades de adequação apontadas, a predominância das temáticas presentes nas publicações dos Cadernos do CEOM, desde o seu princípio, eram de temas alinhados a essa tendência. Nesse seguimento, de Joinville vinha carta datada de 15 de setembro de 1988 endereçada a Hilda Beatriz Dmitruk, e de autoria de Wilmar da Rocha D'Angelis. A razão do contato escrito era dada, segundo o autor, em função de terem restado frustradas as tentativas de contato telefônico. O objetivo do contato, por sua vez, estava ligado à publicação de uma de suas obras intitulada: “*Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*”<sup>251</sup>. Acerca da qual o autor comunicava:

De fato o trabalho é de minha autoria, porém, foi editado pelo CIMI Regional Sul, dentro de uma estratégia de luta pela terra dos Kaingang do Chimbangue e do apoio do CIMI a eles. Assim, muito embora seja eu o dono e responsável pelo texto, uma edição por quem quer que fosse que não contasse com uma consulta prévia ao CIMI Regional Sul poderia depois trazer algum problema (a gente nunca sabe o que os caras vão querer ou achar). Assim, se vocês concluírem algum contato com o CIMI, e este for positivo, peço então que me façam um pedido formal para a edição, com o qual concordarei dispensando outras formalidades, mas apontando algumas melhoras que deveriam ser

---

<sup>250</sup> Correspondência assinada por Irene Zanette, representante local do Comitê de Solidariedade à América Latina. Datada de 28 de agosto de 1988.

<sup>251</sup> Correspondência endereçada à Hilda Beatriz Dmitruk por Wilmar da Rocha D'Angelis em 15 de setembro de 1988.

feitas no aspecto da ilustração (há pelo menos um mapa fundamental do século passado que deverá ser incluído)<sup>252</sup>.

Tanto o CIMI, quanto o trabalho de Wilmar D'Angelis, terão recorrente aparição nos registros do Centro. O primeiro em razão da sua condição de organismo encarregado da representação do segmento indígena e de estes serem um dos personagens prioritários dentro do projeto de “*resgate*” proposto pelo CEOM. O segundo, em função de seu posicionamento teórico/metodológico de forte engajamento com a causa indígena que o credenciou a figurar, além da edição original, em todas as publicações comemorativas dos Cadernos elaboradas em intervalo decenal.

## 2.2 UM PROJETO PARA SER COPIADO; O CEOM COMO REFERÊNCIA

A partir de meados de 1988, outro fato passou a se tornar corriqueiro entre as correspondências do CEOM. Trata-se da busca por orientações, por parte de integrantes de diversas instituições de ensino, dos procedimentos mediante os quais a experiência do Oeste conseguia aprovar seus projetos junto aos órgãos financiadores Federais. Em 19 de julho de 1988, por exemplo, Ilda Ana Brisot, enviava à Eugênia Esterketter Heitmann da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, respondendo à solicitação, feita por esta, de orientações acerca dos meios pelos quais havia sido implementado, pelo CEOM, o projeto “*Homem de Fronteiras*”<sup>253</sup> e que havia sido aprovado junto CNPq. Na mesma linha, Raquel S. Thiago, responsável pelo setor de Extensão Universitária e pelo Arquivo Histórico de Joinville, escrevia ao CEOM em 28 de setembro de 1988, ofício em que asseverava: “*Confesso minha admiração pelo dinamismo do CEOM, com suas propostas, projetos e notícias de realizações já concretizadas. Peço transmitir meus cumprimentos à professora Eli Maria Bellani pelo seu trabalho – Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950) de grande importância para a história econômica e social da região*”<sup>254</sup>. Como se percebe, ainda que

---

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Correspondência enviada por Ilda Ana Brisot à Eugênia Esterketter Heitmann da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina em 19 de julho de 1988.

<sup>254</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Raquel S. Thiago, responsável pelo setor de Extensão Universitária e pelo Arquivo Histórico de Joinville, em 28 de setembro de 1988.

manifestando maior ou menor admiração por determinadas obras ou indivíduos<sup>255</sup>, a percepção do sucesso do projeto em termos de repercussão era notável. A ponto de se tornar referência em termos de organização, especialmente, no que se reportava a linha editorial. Como se pode notar na leitura do restante da mensagem de Raquel S. Thiago:

Interessou-me particularmente o “Projeto Fronteiras” aprovado pelo CNPq. Ocorre que estamos montando um laboratório de História Oral no arquivo Histórico, porém nos faltam recursos para realizarmos um bom trabalho. Gostaria de obter de V. As. as informações necessárias ao encaminhamento de Projetos desta natureza ao CNPq. Finalmente peço transmitir, também, meus cumprimentos à Professora Ilda Ana Brisot pela coordenação de um trabalho que, pelo conteúdo, forma e qualidade gráfica pode ser modelo para outras Fundações<sup>256</sup>.

À proporção que as ações do CEOM eram estabelecidas nos vários fronts e as carências iam sendo superadas, um sistema de realimentação entre necessidade e resultado, também tomava corpo. Grosso modo, pode-se dizer que o sucesso e o reconhecimento do projeto auxiliavam na obtenção de apoio, enquanto este apoio permitia o aumento das atividades e da conseqüente visibilidade do Centro. Muito disso, conforme já adiantado, pareceu dar-se em razão dos esforços pessoais da Coordenação, neste momento, à cargo de Ilda Ana Brisot. Apesar do curto tempo de existência, o CEOM em meados de 1988, já havia se constituído, não só em projeto de sucesso regional, como servia de modelo a muitos outros centros que desenvolviam, ou pretendiam desenvolver, trabalho semelhante. A busca por um discurso conciliador e pensado de acordo com os interlocutores que vimos tentando demonstrar, é crível, teve papel importante neste processo. Ainda que neste momento o posicionamento ideológico da Instituição já fosse perceptível a qualquer

---

<sup>255</sup> Essa consideração nos parece válida na medida em que lembramos de ter a escrita de Eli Bellani uma característica distinta daquela da maioria dos membros do grupo ligado ao CEOM. O que não impediu que sua obra recebesse, de modo individual, o maior número de felicitações de acordo com as correspondências presentes nos registros a que tivemos acesso.

<sup>256</sup> Correspondência enviada ao CEOM por Raquel S. Thiago, responsável pelo setor de Extensão Universitária e pelo Arquivo Histórico de Joinville, em 28 de setembro de 1988.

análise que se detivesse minimamente no teor de suas publicações, fato é que um tom mais brando ainda aparecia de modo claro em correspondência enviadas pelo Órgão a alguns interlocutores. Veja-se o caso do ofício remetido à Secretaria de Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina em meados do segundo semestre de 1988.

Participando do III Encontro de Arquivos, quando da abertura do referido evento por Vossa Senhoria, tomei conhecimento do trabalho que sua Secretaria vem desenvolvendo na área de arquivos. O Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM, órgão operacional da FUNDESTE, procura, como o próprio nome diz, resgatar a história do Oeste e organiza-la. Assim, a área de arquivos permanentes é uma das frentes de trabalho que pretende implementar junto às Prefeituras. É sabido que os arquivos públicos municipais inexistem ou encontram-se esquecidos, em porões ou sótãos, sem cuidado algum, sem uma política de valorização, como Vossa Senhoria expressou na oportunidade. Nossa intenção é conscientizar as comunidades (35 municípios da abrangência da FUNDESTE - região da AMAI, AMOSC e AMEOSC) da importância da documentação impressa, através de treinamentos específicos em manutenção, organização e preservação dos arquivos municipais. Isso como primeira etapa. Sabendo do interesse e das atividades desenvolvidas por esta Secretaria na área, vemos a possibilidade de desenvolver um trabalho com apoio deste órgão estadual. Conforme anexo, já contatamos o Arquivo Público Estadual que se prontificou a ministrar um treinamento, o qual só não foi viabilizado em função dos custos, uma vez que pretende-se gratuito às Prefeituras, até como forma de conscientização<sup>257</sup>.

O modo como é construída a argumentação da mensagem enviada pela Coordenadora Ilda Brisot, não só confirma um discurso ainda pautado pela apresentação do CEOM como um projeto de organização dos acervos municipais, como utiliza as próprias falas da então

---

<sup>257</sup> Ofício Nº 020/88 enviado por Ilda Ana Brisot à Secretária de Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina Sr. Zuleika Mussi Lenzi em 05 de outubro de 1988.

responsável pela Secretaria de Esporte e Cultura senhora Zuleika Mussi Lenzi, das quais se teria tomado nota no evento em questão (III Encontro de Arquivos) como demonstração da ligação dos anseios da pasta com aquilo a que se propunha o projeto em curso no Oeste. Contaria ainda em favor do CEOM o já programado treinamento a ser realizado pelo Arquivo Público Estadual. Esta capacitação acordada era fruto do desdobramento positivo das correspondências enviadas por Ilda a Walter Fernando Piazza ainda em 1987 e que demonstramos anteriormente. À época o entrave fora de ordem financeira, uma vez que como visto na resposta, ainda que o Arquivo Estadual estivesse disposto a realizar o treinamento, este não se daria sem custos. Esta, aliás, é a mesma justificativa que aparece na mensagem acima quando se trata de explicar a não efetivação deste curso. Situação que parecia solucionada por intervenção direta do Secretário de Estado da Administração a quem o CEOM teria enviado correspondência neste intervalo de tempo, como se pode aferir do ofício que segue, enviado à Ilda por Walter F. Piazza.

Senhora Coordenadora,

Em meu poder o seu ofício n2 020-88, de 5 de outubro p.p., endereçado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração, que me autorizou a definir com V.S. a operacionalização de um Curso de Técnicas de Arquivos Correntes, a ser ministrado, nessa Cidade, pela equipe técnica do Arquivo Público do Estado, em abril do próximo ano. Consultada a aludida equipe técnica ficou definido que o Curso, em apreço, será realizado com base nos termos de nossa conversa telefônica, em complementação ao aclarado no nosso ofício n2 4.535, de 4 de julho p.p., dirigido ao Diretor-Geral do CES/FUNDESTE e deverá ser ministrado a 30 (trinta) participantes, no máximo. Gostaríamos que Vossa Senhoria, oportunamente, nos confirmasse a data escolhida, para ser agendada por esta Coordenadoria<sup>258</sup>.

Como visto, as tratativas para a viabilização do referido treinamento contaram com vários capítulos e, até onde se pode inferir, com um certo grau de insistência por parte da então Coordenadora do CEOM. Da conversa telefônica que antecedeu a este ofício não se pode

---

<sup>258</sup> Ofício Nº 7662 enviado por Walter F. Piazza à Ilda Ana Brisot em 26 de outubro de 1988.

precisar o conteúdo, ainda que seja razoável crer que tenha versado acerca da isenção de custos conseguida por intervenção do Secretário de Estado supracitado, a quem o CEOM havia recorrido. Restou que a execução do evento fora assegurada e cuidar da sua divulgação e do processo de incentivo às inscrições ocupou a coordenação nos últimos meses no ano. Com esse intuito fora redigido em 05 de outubro de 1988 o Ofício Circular nº 003-88, encaminhado aos prefeitos da área de atuação do CEOM com que já se vinha mantendo contato.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Conforme contatos anteriores, a FUNDESTE através do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM, que conta com o apoio do Ministério de Cultura e Fundação Catarinense de Cultura, estará organizando a 1ª Oficina Básica em Museologia no Oeste Catarinense. A referida Oficina objetiva habilitar recursos humanos para desempenhar eficazmente suas funções em museus ou no resgate da história. Para tanto, está abrindo inscrições, uma vez que são somente 20 vagas. O Curso será desenvolvido intensivamente no período de 21 de novembro à 03 de dezembro de 1988, num total de 120 horas, no Museu Municipal Antônio Selistre de Campos em Chapeco. O currículo, essencialmente prático, a ser desenvolvido compreende: História do Oeste, Museologia, Pesquisa Museológica, Conservação e Restauração, Documentação, Projetos Culturais, Organização de Arquivos, Museografia e Programas Educativos. A inscrição é gratuita e deverá ser efetuada até o dia 15 de Outubro, correndo por conta do candidato ou instituição, as demais despesas como: transporte, hospedagem e alimentação. Assim, reiteramos a importância da participação nesta Oficina pois corresponde a uma das etapas do Programa do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina, no qual esta Instituição está engajada<sup>259</sup>.

Em concordância com o proposto anteriormente, conseguiu-se que

---

<sup>259</sup> Ofício Circular nº 003-88, encaminhado aos prefeitos da área de atuação do CEOM em 05 de outubro de 1988.

as oficinas não tivessem custos para os interessados, excetuando-se os de natureza pessoal, como hospedagem e alimentação. Dada a importância desta capacitação dentro das premissas do projeto, é compreensível o empenho que parece ter sido depositado de modo a oportunizá-las. Isto posto, abria-se uma segunda necessidade de igual relevância, a saber, garantir a presença dos sujeitos considerados estratégicos para a execução das atividades nos vários municípios<sup>260</sup>. Aquele nicho representado por professores das áreas de História e Estudos Sociais, responsáveis por atividades culturais, ou qualquer um que nesse meio tivesse penetração e interesse em atuar. Cumpre lembrar, nesse sentido, que a esta altura muitos contatos com esses grupos já se haviam estabelecido e que o CEOM já gozava de certo respaldo junto destes segmentos. Fato que, como comprovado, levava, muitas vezes, à procura dos mesmos por contato junto ao Centro. É o caso do senhor Norvalino Engel que em 26 de outubro de 1988 escrevia de Mondaí à Ilda Brisot pelas razões que expõe.

Por não ter conseguido maiores contatos por telefone, venho pela mesma pedir melhores informações sobre o curso de museologia, sua visita ao museu, pois não conseguimos trocar ideias, também sobre a audiência que teves com o prefeito, (o que foi resolvido). Favor informar-me também se você informou a INFOTO da FUNARTE, que nosso Museu tem acervo fotográfico ao público. Referente aos trabalho, estamos trabalhando principalmente na tradução da história da vida do Sr. Paul Remminger, uma vez que tempos atrás ele escreveu a obra em língua alemã e é de suma importância para nós termos essa obra em versão brasileira. Como você sabe conseguimos um engenho de cana antigo, (tração animal) esse mesmo está sendo restaurado originalmente pois já entremos em contato com um agricultor que irá doar as tabuinhas (telhas velhas de seu galpão) e estes mesmas servirão de

---

<sup>260</sup> O Ofício nº 003, datado de 05 de Outubro de 1988, foi encaminhado às seguintes pessoas: Prefeitos dos Municípios de: Coronel Freitas, Seara, Xaxim, Xanxerê, Ipumirim, Chapecó, São Carlos, Mondaí, Itapiranga, São Miguel do Oeste, São José de Cedro, Maravilha, Modelo e Pinhalzinho, além da Sra. Dirce Tereziinha Drebel Sehnem, no Colégio Agrícola São José, em Itapiranga. Como consta de relação presente nos arquivos do Fundos do CEOM.

cobertura para esse engenho, não se tem uma definição exata de onde vai ser instalado esse engenho, provavelmente será instalado numa praça que será criada perto ao Porto da barca<sup>261</sup>.

Mais do que o fato curioso envolvendo a aparente dificuldade operacional dos telefones do CEOM, por meio dos quais se tinha dificuldade em estabelecer contato<sup>262</sup>, uma série de questões abrem-se à análise a partir dessa correspondência. A primeira é o fato da procura do próprio senhor Norvalino Engel, responsável, à época pelo Museu Comunitário "Pastor Carl Ramminger" de Mondai-SC, por informações acerca do curso de museologia, um dos que faziam parte das oficinas programadas para o mês de dezembro. A segunda, diz respeito à visita de Ilda ao Museu do município de Mondai e à reunião com o respectivo prefeito. De cujos eventos o autor da missiva pede notícias. A terceira, está ligada ao questionamento feito à Coordenadora se esta havia informado à Funarte da existência de acervo fotográfico no museu. E por último temos uma espécie de prestação de contas das atividades em andamento naquela instituição. Note-se como estas quatro questões convergem no sentido de demonstrar a consolidação do CEOM enquanto órgão gestor das atividades dos demais museus e espaços de memória. Seja no tocante à promoção dos cursos de capacitação, seja na sua atuação como mediador entre esses museus e as agências de fomento e de apoio – INFOTO/FUNARTE -, seja, ainda, no tipo de ações a serem desenvolvidas nesses museus ou no modo como deveriam se dar, o que parece ter se estabelecido é a centralização em torno da figura do CEOM de todas as atividades desenvolvidas nos espaços em que os contatos foram estabelecidos. Antes de prosseguir, convém proceder a leitura da resposta enviada ao senhor Norvalino Engel por meio do ofício de número 033/88, de 07 de novembro de 1988.

Alô Norvalino:

Acredito mesmo que nosso contato deva ocorrer por conta, pois além dos telefones congestionados, nossos horários não coincidem. Assim, tentarei esclarecer alguns dados: a) A Oficina de

---

<sup>261</sup> Correspondência enviada a Ida Ana Brisot por Norvalino Engel responsável pelo Museu Comunitário Pastor Carl Ramminger de Mondai-SC em 26 de outubro de 1988.

<sup>262</sup> Somente neste ano de 1988, inusitadamente, duas correspondências enviadas ao CEOM iniciavam relatando esta dificuldade. O que, no caso, justificava o envio do escrito.

Museologia ocorrerá em 21 de novembro à 03 de dezembro/88. Encaminhamos as fichas de inscrição para o Prefeito Municipal Sr. Nilson Vilhena e, ainda aguardamos a inscrição de alguém daí. Se puderes conversar com o Prof. Isidoro talvez ele possa encontrar as fichas. Também precisamos saber quem virá. b) quanto ao INFoto, foi enviado a algum tempo uma relação dos municípios do Oeste que possuem acervo fotográfico e Mondaí é um dos que possuem um acervo bem significativo. Pretendo inclusive ir até aí para analisar as fotos objetivando reproduzi-las e catalogá-las junto à FUNDESTE. c) Sobre o Engenho de cana, seria interessante fotografá-lo antes de iniciar a restauração e transferência do mesmo. Sempre que possível os objetos devem ser fotografados “in loco” antes de qualquer coisa é história. Aguardando sua inscrição envio meus cumprimentos pelo trabalho que vêm sendo desenvolvido no Museu<sup>263</sup>.

Da mensagem em questão, além do reforço aos pontos citados no parágrafo anterior, como no caso da intenção de se elaborar, por parte do CEOM, uma catalogação do acervo, é possível perceber uma certa diferenciação entre o posicionamento dos responsáveis e o conseqüente maior ou menor<sup>264</sup> alinhamento às premissas do CEOM entre os Museus de natureza Municipal e os de organização Comunitária. Essa condição não se aplicava unicamente aos responsáveis por estes espaços. Como temos apontado, intelectuais que se dedicavam às atividades ligadas à questão cultural e/ou histórica na *região* possuíam modos diferentes de compreender o passado e, em razão disto, de se posicionar política e textualmente. Dentro do próprio quadro do CEOM, estas dissonâncias se mostravam presentes. Neste sentido era como se a unidade de propósitos estivesse ligada ao “*local*” e a uma noção comum de necessidade de preservação de sua cultura, de sua memória ou de sua história, ainda que

---

<sup>263</sup> Ofício N° 033/88 enviado por Ilda Ana Brisot ao Senhor Norvalino Engel, responsável pelo Museu Comunitário Pastor Carl Ramminger de Mondaí-SC em de 07 de novembro de 1988.

<sup>264</sup> Nesse sentido podemos lembrar o caso do Museu Histórico de São Miguel do Oeste, que como abordamos anteriormente, em seu convite ao CEOM para participar da Inauguração, apresentava uma descrição da proposta que se pensava desenvolver baseada no reconhecimento dos pioneiros. Aqueles “*grandes homens*” que teriam sido responsáveis pela existência da própria cidade.

o que compunha estes quadros e, nesse caso, deveria ser preservado, não gozasse de mesma condição de unanimidade. Analisando os intelectuais ligados ao movimento folclorista do Rio Grande do Sul, Letícia Nedel aborda questão semelhante ao que propõe: “*a associação entre lugares e milieux seguiu como critério a circulação dos indivíduos (e, através deles, de idéias), mais do que das legendas às quais encontravam-se filiados, e mesmo que estas trajetórias individuais não tenham se configurado no eixo da exposição escrita*”<sup>265</sup>. Há que se pontuar ainda que, não obstante pareça haver um reconhecimento da figura do CEOM como figura central no tocante à gestão das questões culturais após a sua fundação, muitos dos Museus da *região* mantinham-se reticentes, especialmente, no que concernia às práticas de trabalho. Uma certa resistência nesse sentido, já devia ser esperada pelo CEOM, o que fazia seu discurso adotar, via de regra, um tom de complemento ou de orientação e nunca de correção, ainda que fosse o caso. Esta postura de relutância quanto aos procedimentos vindos de fora, como veremos adiante, assumirá contornos muito mais claros e efetivos quando da realização das oficinas de capacitação no ano de 1989.

### 2.3 O CEOM COMO MEDIADOR DO “RESGATE” E DA PRESERVAÇÃO; MUSEUS E CENTROS DE MEMÓRIA

O final do ano de 1988 é marcado por sucessivas inaugurações de Museus e/ou Centros de Memória. A política desenvolvida pelo CEOM projetava, de modo sequencial a formação de Comissões Municipais que se encarregaria das ações necessárias a esse fim, a saber, a organização destes espaços (Museus, Fundações Culturais e Centros de Memória). Como resultado, temos, por exemplo, só em 31 de outubro o registro de três ofícios encaminhados a diferentes municípios dando conta de parabenizar representantes locais pela inauguração de lugares dessa natureza.

O primeiro destes ofícios<sup>266</sup> era remetido a Nedi Teresinha Locatelli, diretora da Fundação Cultural Félix Bonissoni de Ipumirim. Por meio dele se registrava “*a FUNDESTE, através do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina CEOM, com grande satisfação cumprimenta Vossa Senhoria pela*

---

<sup>265</sup> NEDEL, Letícia Borges. Op.Cit. p. 25.

<sup>266</sup> Ofício N° 030-88 enviado por Ilda Ana Brisot à Nedi Teresinha Locatelli, diretora da Fundação Cultural Félix Bonissoni de Ipumirim em 31 de outubro de 1988.

criação da "Fundação Cultural Félix Bonissoni, pelo lançamento da Coleção Corruíra e pelas demais atividades desenvolvidas na área cultural<sup>267</sup>". Completando a mensagem, acerca da atuação do poder público, vinha a observação: "Salientamos a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Administração Municipal na área da Cultura no sentido de que abre um espaço para que a comunidade participe efetivamente na busca de sua história e na valorização de sua cultura<sup>268</sup>". Como era comum nos contatos dessa natureza, reconhecia-se a importância do feito, mas, salientava-se a necessidade de uma postura cada vez mais aberta à participação popular e ao seu reconhecimento enquanto agentes de sua própria história. O que se podia ver também em ofício do mesmo dia e com mesma motivação, endereçado a Delci Fries, Coordenadora do Centro de Organização da Memória Sociocultural de Maravilha.

A FUNDESTE, através do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM, com grande satisfação cumprimenta a Comissão Municipal de Memória e sua Coordenadora, Delci Fries, pela Inauguração do Centro de Memória e Museu Municipal Padre Fernando. Lembramos que a inauguração é a primeira etapa de uma proposta ampla e contínua, que visa o envolvimento da comunidade toda no resgate de sua memória e na produção de textos e material didático-pedagógico sobre a história local. Assim, salientamos a importância do evento no sentido de que possibilita um novo espaço, um espaço "essencialmente" cultural para que a comunidade participe efetivamente na busca de sua identidade<sup>269</sup>.

De todos os espaços organizados sob a supervisão do CEOM, este é, até o momento, o que melhor evidencia a sua capacidade de gerenciamento. Note-se que a sequência proposta no projeto do CEOM é exemplarmente demonstrada na fundação do Centro de Memória e Museu Municipal Padre Fernando de Maravilha. A sequência de tarefas presente no projeto é seguida à risca e, por meio da atuação de uma Comissão

---

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Ofício N° 029-88 enviado por Ilda Ana Brisot à Delci Fries, Coordenadora do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural de Maravilha.

Municipal de Memória, criada para esse fim, é que se deu a organização da referida instituição. Resta evidente nestas comunicações, um discurso amíguo em que se mantém sempre, junto do palavreado cortês, a reiteração de ideias como o envolvimento comunitário, a intenção em se constituir bibliografia para as áreas educacionais e, principalmente, a noção de identidade e cultura como fenômenos em que os indivíduos precisam se perceber atuantes. Sob estes princípios, uma sucessão de espaços teve origem entre os anos de 1987 e 1988, com destaque para este último. Há que se salientar, entretanto, que muitos destes Centros e Museus eram rearranjos de experiências que, ou se vinham desenvolvendo de modo mais tímido, ou se haviam encerrado por falta de recursos financeiros e/ou humanos. De certo modo, pode-se dizer que o que havia anteriormente em alguns municípios eram experiências individuais de preservação que, agora, eram alcançadas e reavivadas por um projeto de âmbito regional.

Um caso de destaque neste sentido é o que envolve a cidade de Seara. A atuação naquele município por muitos anos do renomado entomólogo e botânico Fritz Plaumann<sup>270</sup>, é possível, já havia contribuído para a difusão de uma preocupação maior para com a ideia de preservação. Tanto que ainda no ano de 1988 são fundados, em Seara, três espaços ligados a questões culturais: a Casa de Cultura de Seara, o Centro de Memória Antônio Zaruzzo e o Museu Entomólogo Fritz Plaumann. Feito que também consta dos registros do CEOM que, em 31 de outubro de 1988, enviava correspondência a então Diretora Municipal de Cultura de Seara, Sra. Inês Grando Detoni, com as devidas felicitações pelo feito. De onde se extraía as mesmas ponderações encontradas na mensagem anterior, com destaque especial para a última delas que dizia: *“Assim, salientamos a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido por Vossa Senhoria, no sentido de que possibilita um novo espaço para que a comunidade participe efetivamente na busca de sua identidade, na*

---

<sup>270</sup> Oriundo da Prússia Oriental (atual Lituânia), Fritz Plaumann mudou-se com a família para o Brasil em novembro de 1924, instalando-se no oeste do estado de Santa Catarina. No mesmo ano, iniciou seus estudos sobre as espécies de orquídeas e de insetos da região, que se estenderam até 1994. Em 70 anos de trabalho, catalogou cerca de 80 mil exemplares de 17 mil espécies diferentes de insetos, dos quais 1.500 eram desconhecidas da ciência. Mais informações disponíveis na página Entomologistas do Brasil em: [http://www.ebras.bio.br/entomol/entomol\\_desc.aspx?code=891C4B201](http://www.ebras.bio.br/entomol/entomol_desc.aspx?code=891C4B201). Acessado em: 06 de junho de 2015.

*valorização de sua cultura*<sup>271</sup>”. Quando comparado o conteúdo presente neste ofício com aquele dos dois anteriores enviados, igualmente, a municípios onde se davam inaugurações semelhantes, é possível notar que, salvo algum jogo de palavras, a mensagem é a mesma. Na parte destacada acima, a única diferença é a inversão de lugares entre os termos “*cultura*” e “*identidade*”. Em um momento fala-se em “*busca da cultura*” e “*valorização da identidade*”, em outro, de “*busca de identidade*” e “*valorização da cultura*”. Com variações ainda para busca e/ou valorização da história e da memória. Ao que parece, neste momento, ainda que nos textos base do projeto e nos Cadernos publicados já se discutissem algumas dessas questões<sup>272</sup>, nas correspondências do CEOM estes conceitos não possuíam uma diferenciação clara e seu uso se dava praticamente como se fossem sinônimos.

É inegável a velocidade com que se conseguiu operacionalizar as atividades, principalmente, as diretamente ligadas a organização dos Museus e Centros de Memória. Tal como se pode notar, já em 1988, o CEOM havia se tornado o grande órgão gestor das ações de preservação regional. Publicações históricas, ações de cunho cultural e questões dos mais variados tipos passavam a ser direcionadas ao Órgão como um tipo de figura mediadora. Embora não fosse mantenedor de nenhum museu da *região*, mesmo questões envolvendo termos de contrato e interrupções de atividades eram a ele (CEOM) endereçadas. Na sequência temos outros dois ofícios encaminhados pelo Sr. Norvalino Engel à Ilda Brisot em 14 de dezembro de 1988, onde se relata a situação do Museu de Mondai no tocante ao seu único funcionário, no caso ele próprio.

Prezada Colega: Ilda A. Brisot.

A princípio quero comunicar-lhe que meu contrato vence este mês, e irei trabalhar no mais tardar até o dia vinte do corrente, para tanto devo deixar em dia os trabalhos do Museu, uma vez que foi instinto o projeto “bolsas de trabalho” e o mesmo ficará sem funcionário. Venho pela mesma procurar saber como estão os trabalhos c/ os álbuns de fotografias e saber se poder remetê-los de volta ainda neste mês (ficou o Sr. Paul Ramminger encarregado disso seu fone é 0498-74-0137). Cabe a min

---

<sup>271</sup> Ofício Nº 028-88 enviado por Ilda Ana Brisot à Inês Grando Detoni, Diretora Municipal de Cultura de Seara-SC em 31 de outubro de 1988.

<sup>272</sup> A análise e as discussões acerca dos textos que fundamentavam teórica e metodologicamente o projeto do CEOM serão feitas no próximo capítulo.

informar também que o Prof. Isidoro ausentou-se do cargo de chefe do setor de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura municipal de Mondaí, o que significa que no caso de correspondências as mesmas devem ser feitas com a minha pessoa ou com o Sr. Paul Ramminger. Em caso de necessidade de comunicação comigo após minha ausência no Museu: Norvalino Engel - Rua Pedro Koch S/N 89893 - Mondaí SC<sup>273</sup>.

Essa vinculação da maioria dos Museus e Centros de Memória ao poder público local, com que o CEOM estabeleceu os primeiros contatos, ao que aparenta deixava os trabalhos a mercê das possíveis mudanças políticas e junto delas dos entendimentos e das disposições em se investir no projeto. Mudanças de Prefeitos e Secretário acabavam por manter os avanços alcançados no tocante ao processo de “*resgate*” e preservação cultural em terreno instável. E não apenas em se tratando da condição local, mudanças dessa ordem também se davam em escala Estadual e Federal, e o cenário favorável que se traduzia da melhor forma em incentivos financeiros, também oscilava de acordo com os quadros político e econômico.

No caso do Museu de Mondaí, é nítida a participação e mesmo o processo de coordenação das atividades assumido pelo CEOM. Isso pode ser notado tanto na tendência em se prestar conta das atividades, quanto nas atividades de análise e catalogação de objetos. É o caso, por exemplo, da movimentação de acervo fotográfico de Mondaí para Chapecó da qual se faz menção no ofício que, encerrava, por parte do Sr. Norvalino, com a seguinte observação: “*Esclareço ainda que mostro-me interessado, ao mesmo tempo que farei o possível para que Mondaí possa ter a sua tão esperada "Casa da Cultural", colocando meu trabalho a disposição antes e após sua fundação*”<sup>274</sup>.

## 2.4 AVANÇOS E RUPTURAS; AS TENSÕES INTERNAS

Paralelamente ao andamento das atividades do CEOM junto aos municípios, a inserção nos espaços de discussão e de representação em nível estadual ia, da mesma forma, sendo costurada. Entre participações

---

<sup>273</sup> Correspondência enviada a Ida Ana Brisot por Norvalino Engel responsável pelo Museu Comunitário Pastor Carl Ramminger de Mondaí-SC em 14 de dezembro de 1988.

<sup>274</sup> Idem.

em encontros e busca por contatos com profissionais e instituições da área, uma estreita relação, principalmente na figura de Ilda Brisot, era construída tanto em caráter regional como em se tratando de instancias estaduais e nacionais. Nesta perspectiva, em 05 de setembro de 1988, Ana Lúcia Coutinho Locks, escrevia aos cuidados de Ilda Brisot, comunicando a criação em Santa Catarina do Núcleo dos Arquivistas Brasileiros (NAAB/SC), com sede no Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa em Florianópolis. Esta Associação, segundo a remetente que já assinava como Diretora, tratava-se de *“uma sociedade civil, de direito privado, apolítica, cultural, criada para a divulgação de uma consciência preservacionista no tocante à documentação pública e privada”*<sup>275</sup>. Junto do comunicado era enviada ficha de inscrição para o caso de interesse por parte da destinatária. Do que teremos prova à frente<sup>276</sup>, Ilda Brisot, tornou-se membro da relatada Associação que, como demonstrado, possuía definições bastantes claras quanto ao seu objetivo e à sua postura.

A associação se dizia apolítica e de compromisso único com a preservação documental. Do CEOM, entretanto, não se pode dizer o mesmo. Se ou o quanto estes preceitos podem ter contribuído para colocar em choque as atividades subsequentes desempenhadas por Ilda Brisot com as posições teóricas e ideológicas defendidas pelo CEOM, é uma questão acerca da qual esperamos seja jogada alguma luz no decorrer deste trabalho. Por agora tratemos de mais uma das ideias que se teve no intuito de fortalecer o CEOM e que, não obstante, nunca tenha sido implementada de fato, ocupou os membros da instituição em diversas<sup>277</sup> oportunidades. Trata-se do objetivo de se constituir uma *“Sociedade Amigos do CEOM”* de nos moldes do que existia em relação ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, de cuja primeira manifestação temos registro em 14 de outubro de 1988, por meio do ofício remetido ao respectivo Arquivo pela Coordenadora do CEOM Ilda Brisot. Onde lia-se: *“Acusamos o recebimento das informações solicitadas sobre a*

---

<sup>275</sup> Correspondência enviada por Ana Lúcia Coutinho Locks à Ilda Ana Brisot em 05 de setembro de 1988.

<sup>276</sup> Em 22 de fevereiro de 1989, Ana Lúcia Coutinho Locks, Diretora do NAAB/SC encaminhava ofício à Ilda Ana Brisot convidando os associados para o *“1º SEMINÁRIO DE DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE MEMÓRIA DO CENTRO DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO”* que teria como local o prédio da ELETROSUL/Florianópolis-SC., nos dias 28, 29 e 30 do mês de março daquele ano.

<sup>277</sup> Na década de 1990 teremos a presença desta discussão em atas do CEOM, principalmente entre os anos de 1995 e 1998.

*constituição de uma Sociedade Amigos. Pretendemos, tão logo seja possível, criar uma entidade com fins de apoio às atividades do Centro de Memória, a exemplo da Sociedade Amigos do Arquivo Público que vem desenvolvendo um trabalho com ressonância nacional. Certos de sua sempre atenção, agradecemos o apoio que esta Instituição vem prestando ao CEOM<sup>278</sup>”.*

Em se tratando da relação funcional das pessoas envolvidas diretamente com o CEOM, contrastando com a indefinições que vimos nos museus da região, o final de 1988 parecia estabelecer uma condição mais profissional. Nomes como o de Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz que, embora desenvolvesse atividades junto ao CEOM desde seus primeiros passos, estava vinculada à FUNDESTE na condição de bibliotecária, começam a aparecer em recibos de vencimentos por serviços prestados diretamente ao CEOM. Enquadram-se nessa condição, ainda, José Carlos Ortiz - marido de Hilda - e Nemésio Carlos da Silva, todos recebendo, segundo os registros<sup>279</sup>, Cz\$ 20.000,00 mensais o que representava, com base nos valores da época, menos de um salário mínimo. Situação que é condizente com a realidade do CEOM nesta primeira fase que caracterizamos “heroica”, dada a atuação da maioria de seus membros.

Se o ano de 1988 foi de consolidação do CEOM enquanto instituição referencial em questões de preservação cultural em escala regional e, em se tratando de alguns projetos, até mesmo em escala Estadual, o ano de 1989 seria marcado pelas mudanças internas e por um cenário bem mais polêmico. A evolução incontestável que tivemos desde a sua fundação enfrenta, a partir da segunda metade de 1989, com a saída da Coordenadora Ilda Brisot, os primeiros questionamentos relativos às políticas internas e aos posicionamentos ideológicos do grupo. Antes de chegarmos a este ponto, convém descrever os acontecimentos que se deram na primeira metade do ano em questão.

O ano de 1989 inicia, de acordo com as correspondências registradas, com a prestação de contas das atividades realizadas pelo CEOM no ano anterior. É com essa motivação que em 20 de fevereiro de 1989 o Gerente Financeiro da FUNARTE, Sr. Paulo Roberto de Menezes Maciel, envia ofício ao presidente da FUNDESTE, solicitando prestação de contas acerca dos valores destinados ao financiamento do projeto

---

<sup>278</sup> Ofício enviado por Ilda Ana Brisot ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina em 14 de outubro de 1988.

<sup>279</sup> Recibidos de pagamento constantes dos registros do Acervo Fundos do CEOM.

*“Organização dos Acervos Audiovisuais no Oeste Catarinense<sup>280</sup>”*. As questões de ordem financeira, ocupariam boa parte do conteúdo das mensagens nos primeiros meses do ano. Era também 20 de fevereiro a data do ofício circular por meio do qual, Santo Rossetto escrevendo como diretor da FUNDESTE, fazia convite aos empresários da *região* para participarem de uma reunião no dia 24 do mesmo mês. A pauta era adiantada como sendo a seguinte: *“1) Apresentação de programas e objetivos do CES/FUNDESTE quanto ao desenvolvimento cultural do Oeste Catarinense; 2) Leitura e discussão da Lei SARNEY que prevê incentivo às empresas que aplicam recurso na área da cultura; 3) Orientação e deliberações a respeito do assunto em pauta<sup>281</sup>”*.

A Lei Sarney, desde o advento do CEOM, sempre fora vista como um meio viável para o financiamento não só das atividades do Centro, como dos Museus nos vários municípios da *região*. Sua utilização, todavia, estava condicionada à participação dos empresários que por ela fizessem opção. Daí a preocupação em apresentar ao empresariado local o projeto. Ainda que sua menção nos arquivos do CEOM não fosse novidade, esta é a primeira ação direcionada diretamente a um grupo de empresários de que se tem registro. O que permite deduzir que o ano de 1989 ao abrir novas possibilidades, demandava novas ou mais efetivas estratégias para a viabilização financeira dos trabalhos. Outra política adotada neste ano, essa de fato, demonstrando uma mudança direta de método de atuação, foi o início da cobrança de assinatura para envio dos Cadernos do CEOM. Em 27 de fevereiro de 1989, ofício enviado aos habituais centros de ensino, secretarias municipais de educação e demais destinatários ligados a estas funções, anunciava que o exemplar de número 5 seria o último livre de custos.

O Centro de Organização da Memória Sócio - Cultural do Oeste de SC - CEOM, desde 1986, vem distribuindo sua publicação aos professores, colégios, bibliotecas e interessados em estudos sobre a História da região Oeste Catarinense. Agora, estamos encaminhando o Caderno nr. 5 que aborda dois temas: a) O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Oeste Catarinense; b) O movimento do Contestado; o

---

<sup>280</sup> Ofício N° 246-89 enviado à FUNDESTE por Paulo Roberto de Menezes Maciel, Gerente Financeiro da FUNARTE em 20 de fevereiro de 1989.

<sup>281</sup> Ofício Circular N° 10/FUNDESTE/89 assinado por Santo Rossetto, Diretor da FUNDESTE, em 2° de fevereiro de 1989.

jogo de alianças e rupturas das tradições dominantes. Informamos que a partir deste número estaremos efetuando assinaturas para o recebimento corrente do Caderno do CEOM, nas seguintes condições: - assinatura para 1989... Ncz\$ 3,50 – números avulsos e atrasados... Ncz\$ 1,60. Para obtenção da assinatura, preencha e encaminhe o cupom anexo<sup>282</sup>.

Como visto, os periódicos que, inclusive, antecediam ao CEOM enquanto órgão devidamente reconhecido, e sobre os quais se depositou boa parte da argumentação e da justificativa do projeto, uma vez que serviriam de material didático-pedagógico, assumiram naquele início de ano um novo caráter mais formal e profissional com a definição de uma política efetiva de assinaturas. A essa altura, há que se lembrar, muitos exemplares já circulavam entre estes segmentos considerados estratégicos e o próprio projeto do CEOM já se mostrava significativamente difuso. A ideia de construção coletiva - com a participação da comunidade - das ações, contribuía para que vários setores sociais se engajassem ao projeto. Dentre eles, os meios de comunicação sempre estiveram na pauta dos responsáveis pelo CEOM, pela sua evidente capacidade de divulgação de informação. Disto temos nota por meio da correspondência endereçada por Ilda Brisot, em 28 de fevereiro, ao Sr. João Vieda, Gerente do Jornal Diário da Manhã, agradecendo o espaço e a cobertura que se vinha dando às atividades desempenhadas pelo CEOM. Cobertura aliás, *“Graças à qual conseguiu-se: identificação da foto que foi publicada no domingo<sup>283</sup>”*, dizia a mensagem. Essas fotografias faziam parte de uma doação feita pelo Senhor Gentil Bellani e retratavam passagens políticas de Chapecó num total de 23 exemplares. Em mesma data foi doada, segundo assevera a correspondência, *“uma coleção da historiadora Eli Maria Bellani sobre a excursão do Ex-Governador Dr. Adolpho Konder, ao Oeste de Santa Catarina em 1929, contendo 49 fotos<sup>284</sup>”*. Por fim o texto era encerrado com um breve apelo a doações dessa natureza: *“O CEOM busca apoio da comunidade para resgatar fotos, jornais, objetos e para gravar entrevistas com os que acompanharam e acompanham o*

---

<sup>282</sup> Ofício Circular Nº 001/CEOM/CES/FUNDESTE assinado pela Coordenadora do CEOM Ilda Ana Brisot em 27 de fevereiro de 1989.

<sup>283</sup> Ofício Nº 001/89/CEOM/CES/FUNDESTE enviado por Ilda Ana Brisot a João Vieda, Gerente do Jornal Diário da Manhã em 28 de fevereiro de 1989.

<sup>284</sup> Idem.

*crescimento de Chapecó*<sup>285</sup>”, dizia.

Fotografias e periódicos conseguidos mediante doações, junto de entrevistas realizadas, há que se frisar, compuserem boa parte do acervo angariado pelo CEOM nos primeiros anos de sua existência. Com base nas cartas de agradecimento identificamos doações no ano de 1989 feitas pelos senhores Marcos Bedin<sup>286</sup>, Hugo Paulo de Oliveira<sup>287</sup> e Geraldo Bays<sup>288</sup>. Analisando-se o tipo de material colhido nesta fase, especialmente no que concerne às fotografias, percebe-se um aparente ecletismo com relação ao tipo de acervo a ser juntado e, em consequência, à concepção de história que se pretendia preservar. Este é, aliás, como temos abordado, um dos principais pontos de distanciamento entre os discursos presentes nos Cadernos do CEOM, e nas correspondências de natureza geral envidas pelo centro. Esta condição, como veremos, apesar de ainda apresentar momentos de distanciamento como o supracitado, passa gradativamente a assumir uma postura de maior alinhamento durante o ano de 1989. Tendo no seu segundo semestre os exemplos mais claros e no início de 1990 o seu auge. É neste momento que a aproximação do CEOM com Movimentos Sociais e “*minorias*” parece passar do campo teórico para o efetivo de modo mais sintomático. Por outro lado, o reconhecimento, por parte dos representantes destes movimentos, do CEOM como instituição de defesa de seus interesses, também começava a sobressair no ano de 1989. Um registro nesse sentido nos é dado pela correspondência enviada a Santo Rosseto por Cesar Augusto Freyesleben Silva, Engenheiro Agrônomo que assinava em nome da Coordenadoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária<sup>289</sup> ABRA/SC.

Senhor Diretor,

A Coordenadoria da ABRA/SC vem se estruturando para cumprir seus objetivos estratégicos, quais sejam, prestação de assessoria aos movimentos dos trabalhadores rurais em sua luta pela reforma agrária, realização de estudos sobre a questão agrária, bem como, de denunciar a violência no campo. Para alcança-los com a tão

---

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Coleção de Jornais Antigos.

<sup>287</sup> Coleção de Jornais Antigos; Correio do Sul, Correio do Oeste e Repórter.

<sup>288</sup> Coleção completa do Jornal Repórter.

<sup>289</sup> Florianópolis, 03 de março de 1989. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Av. Francisco Glicério, 1.329 - 2.o Andar — Conj. 21 - Caixa Postal, 1.396 Fone (0192) 8.6884 - 13.100 CAMPINAS - Estado de São Paulo- Brasil.

almejada eficiência, vem procurando montar um acervo bibliográfico consistente. E evidentemente, as atividades do CEOM, em especial suas publicações, constituir-se-ão contribuições importantes para tal fim. Face a isso, vimos a sua presença solicitar-lhe a inclusão desta entidade na relação dos assinantes da coleção "Cadernos do CEOM", bem como, caso seja possível, recebermos todos os números já publicados<sup>290</sup>.

O processo de organização dos movimentos sociais, que vinha se articulando no decorrer da década de 1980<sup>291</sup> parece ter visto na atuação do CEOM e em seu projeto, um potencial expoente de suas aspirações. A similaridade das bandeiras ideológicas e das fundamentações<sup>292</sup> teóricas com base nas quais se constitui o discurso motivador e arregimentador de movimentos sociais como o MST, com aqueles defendidos e professados pelo projeto do CEOM, por exemplo, salta aos olhos. O que explica a razão da aproximação de ambos. Entretanto, cabe lembrar, que as relações entre CEOM e movimentos sociais não se restringiu ao suporte teórico como requisitado na mensagem. Como veremos as relações se tornaram bem mais diretas, especialmente, a partir do segundo semestre de 1989, quando se dá a mudança de comando da Coordenadoria do CEOM e o cargo é assumido por Pedro Francisco Uczai.

Ainda durante a atuação de Ilda Brisot frente ao CEOM, um fato comum merece observação. Há, entre as correspondências reunidas no Centro, um número relativo delas enviadas diretamente à pessoa da Coordenadora para tratar de questões que, ainda que mantivessem relação com atividades do CEOM, não tinham este (CEOM) como razão do envio. Sua condição de filiada à Associação Arquivistas do Estado,

---

<sup>290</sup> Correspondência enviada a Santo Rosseto por Cesar Augusto Freyesleben Silva da Coordenadoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária em 03 de março de 1989.

<sup>291</sup> LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Revista Katalysis 1/96. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>. Acessado em 12/08/2016. ROCHA, Douglas Satirio Da. **O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local (1985 – 1989)**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

<sup>292</sup> A esse respeito ver: CALDART, Roseli Salet. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acessado em 12/08/2016.

somada à sua já relativa capacitação na área, faziam com que muitos convites fossem a ela (Ilda) direcionados independentemente da sua condição de Coordenadora do CEOM. Cumpre lembrar, a bem da verdade que, até onde se tem registros, sua busca por capacitação mediante participação em eventos da área da museologia, ou da arquivística (seminários, oficinas, encontros) se iniciou concomitantemente às atividades do CEOM. O que não impediu que sua atuação - de grande evidência - nos moldes que expomos, acabasse por construir um quadro em que indivíduo e instituição muitas vezes se confundissem na interpretação de seus interlocutores. Uma demonstração dessa condição nos pode ser dada pela mensagem proveniente do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, endereçada a Ilda Brisot, no início de março de 1989.

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE tem a honra de convidar V.S<sup>a</sup>. para participar do "1º Seminário de Documentação e Preservação de Memória do Setor de Energia Elétrica Brasileiro", a realizar-se nos dias 28, 29 e 30 de março de 1989, das 8:00 às 17:30 horas, no auditório da Eletrosul, na Rua Deputado Edu Vieira n2 345, Pantanal, Florianópolis, Santa Catarina. O seminário contará com a participação de documentalistas e historiadores da Fundação Oswaldo Cruz, do Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Nacional Pró-Memória, de empresas do setor de energia elétrica e da MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.

O evento objetiva, à luz das discussões, o aprofundamento de questões conceituais pertinentes ao tema, o intercâmbio de experiências, o fornecimento de informações básicas e atualizadas, relativas às práticas utilizadas nos diversos campos onde se articulam a ação documental e a preservação da memória, além da investigação de perspectivas futuras desta atividade, diante das novas configurações no campo da documentação e da informação.

\*\*MEMÓRIA DA ELETRICIDADE:  
CUIDANDO HOJE DO FUTURO DO PASSADO  
\*\*<sup>293</sup>

Uma ligação entre obras de engenharia de grande monta e a arqueologia no Brasil pode ser estabelecida de modo conciso<sup>294</sup>. Dentre essas obras, a construção de usinas hidrelétricas ocupa lugar de destaque. O desenvolvimento de grandes obras nesse sentido, que tem como expoente maior a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, e junto delas de uma crescente discussão e preocupação da legislação para com as questões ambientais<sup>295</sup>, levaram, paralelamente, ao desenvolvimento das atividades de arqueologia. Muitas ações de mapeamento e de escavações de sítios arqueológicos no Oeste, por exemplo, se deram em razão de projetos de construção de barragens. O caso das pesquisas desenvolvidas pela equipe da UFSC no “*Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai*”<sup>296</sup> que foi financiado pela ELETROSUL, na década de 1980<sup>297</sup>, enquadra-se nesta situação. Relação reforçada no texto sobredito que, como mostra o rol de entidades participantes do seminário organizado pela ELETROSUL, reunia, à época, algumas das principais instituições brasileiras de pesquisa, preservação documental e de bens culturais. Com a maioria das quais, diga-se, o CEOM já vinha mantendo contatos em busca, justamente, de suporte bibliográfico.

---

<sup>293</sup> Mensagem do Centro Centro de Memória da Eletricidade no Brasil enviada à Ilda Ana Brisot. Sem data especificada.

<sup>294</sup> A esse respeito ver: MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil: Uma Crítica aos Contextos**. Tese do Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH, PU-CRS. Porto Alegre, janeiro de 2005.

<sup>295</sup> Ver: ROOS, Djeovani. **O Lago de Itaipu e a Problemática Ambiental: Uma Análise Crítica das Questões Ambientais na Região de Fronteira Entre Brasil e Paraguai**. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. v2, n.1, p 23 - 50. janeiro/julho. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4521628.pdf>.

<sup>296</sup> Projeto Salvamento arqueológico Uruguai, ocorrido nos anos 80 e 90, na margem direita do Rio Uruguai, coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart e financiado pela Eletrosul.

<sup>297</sup> Idem.

## 2.5 A PRÁXIS DA DISTRIBUIÇÃO DOS CADERNOS DO CEOM; RITMOS E INSTITUIÇÕES DIFERENTES POLÍTICAS DIFERENTES

Ainda que os avanços das ações do CEOM fossem grandes, seja no tocante às relações com instituições afins ou em se tratando do contato e efetivação de parcerias com vários municípios da *região*, nem todos aqueles que se pretendia atingir dentro da área de abrangência do projeto haviam sido alcançados. A proposta visava uma cobertura ampla e a velocidade dos trabalhos se dava em diferentes ritmos. Enquanto alguns municípios, como atestam as correspondências anteriormente abordadas, já possuíam Comissões Formadas e em alguns casos, Museus e Centros de Memória inaugurados, em outros, nenhuma dessas etapas havia sido vencida. É para estes municípios que se parece voltar as atenções neste início de 1989 em uma política que começa a atender de modo diferenciado municípios com e sem projetos já estabelecidos. Vejamos o Ofício circular nº 003/CEOM/FUNDESTE, redigido pelo CEOM em 29 de março de 1989 com o objetivo de envio a prefeitos da *região*.

Senhor Prefeito:

O Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina, está em seu 2º ano de implantação definitiva, e com seu 5º caderno, sendo distribuído, gratuitamente, aos professores, Colégios, Prefeituras e interessados no resgate da memória sócio-cultural. Estamos levando aos municípios ainda não engajados no programa de resgate da HISTORIA LOCAL, a proposta de criação de centros de memória através da: a) Nomeação de uma Comissão Municipal pró-história do Oeste. b) Nomeação de um Coordenador dessa Comissão. Partindo dessa Comissão, o Centro de Memória passará a orientar e assessorar todo o processo de resgate de fotografias, documentos impressos, objetos, histórias orais e outros com a finalidade de organizar museus e produzir materiais didático-pedagógicos. É importante que este município passe a buscar sua real história, para que não fique, no Oeste um espaço vazio. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

RESGATAR NOSSAS RAIZES... um desafio inadiável<sup>298</sup>.

O texto inicial do ofício é o mesmo da mensagem que anunciava a implantação de um sistema de assinaturas para a manutenção do recebimento dos Cadernos do CEOM. Porém, nesse caso, como os destinatários são aqueles municípios em que ainda não se implantou nem Comissões, nem se teve avanços no sentido de criar Museus e/ou Centros de Memória, essa questão não é exposta. Pelo contrário, a parte em que se falava disso, é substituída pelo discurso anterior, justamente aquele que relaciona as ações de “*resgate*” à criação de material “*didático-pedagógico*”<sup>299</sup> sobre a história local. Outra passagem do texto que convém destacar é a paulatina uniformização do discurso sobre a o tipo de história que se pretendia preservar. A expressão “*a busca pela real história*”<sup>300</sup>, por vez primeira em se tratando das correspondências<sup>301</sup>, passa a ocupar o lugar daquelas proposições mais genéricas e até certo ponto “*tradicionais*”<sup>302</sup> que marcavam esse tipo de mensagens até então.

Esses ajustes retóricos que podem ser mapeados nas correspondências em questão, demonstram, por um lado, as necessidades de negociação que vimos apontando ao longo destes primeiros capítulos e, por outro, justamente as estratégias mediante as quais se pensava viabilizar a execução das atividades e transpor as vicissitudes de ordem política, econômica e ideológica com que se fazia necessário lidar. A mudança na política de distribuição dos Cadernos do CEOM, por exemplo, como se extrai dos registros, não era uma prática aplicada a todos os públicos. A cobrança de assinaturas não se aplicava nem a municípios que ainda não tivessem estabelecido ligação institucionais

---

<sup>298</sup> Ofício circular Nº 003/CEOM/FUNDESTE, assinado por Ilda Ana Brisot em 29 de março de 1989.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> É preciso lembrar que como temos mostrado de modo reiterado, em outros espaços como os Cadernos do CEOM, ou mesmo na fundamentação e justificativa do Projeto, estas questões já se mostravam consagradas.

<sup>302</sup> Esse “tradicional” seria com base na própria caracterização dadas nestes outros espaços citados aos trabalhos existentes até então. Tradicional, dizia a justificativa dos Projetos apresentados pelo CEOM desde 1985 e muitos dos textos presentes nos Cadernos por ele publicados, era o tipo de história que se havia feito no e sobre o Oeste até àquele momento. Uma história de culto aos pioneiros e de exaltação aos colonizadores e de exclusão das minorias, nesse caso, caboclos e indígenas e, posteriormente, as chamadas minorias (mulheres, movimentos sociais; MST, MAB, etc.)

com o CEOM, nem às entidades ligadas à gestão e ao fomento das atividades culturais e/ou de preservação. Exemplos disso podem ser vistos em correspondências recebidas pelo CEOM de entidades como a Fundação Nacional próMemória que, por meio de Maria de Lourdes P. Horta, Coordenadora Geral de Acervos Museológicos, escrevia em 30 de março de 1989, em agradecimento ao envio “do Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de St<sup>a</sup>. Catarina, ano 3, nº 5/88<sup>303</sup>”. Na mensagem, além do agradecimento, dava-se a ler ainda: “Vimos parabenizar pela elaboração, organização e conteúdo dessa publicação divulgando as características sócios-culturais da região. Que este trabalho seja preservado e tenha continuidade para difundir o processo histórico regional como o nacional muito bem focalizados na publicação em questão<sup>304</sup>”. Não só a publicação parecia muito bem aceita e o trabalho reconhecido, como se solicitava envio da mesma a outras repartições: “Outrossim solicitamos que encaminhem para Coord. da Referência Cultural da FNPM<sup>305</sup> - Av. Rio Branco, 46 - Centro - RJ, que terá muito interesse em conhecer o trabalho da CEOM<sup>306</sup>”. De igual modo, do Conselho Federal de Museologia com sede em Brasília vinha mensagem aos 30 de março de 1989<sup>307</sup>. Nesta, o Presidente Lais Scuotto, agradecia o recebimento do Caderno CEOM nº 5 e parabenizava a equipe pela publicação e pelo projeto.

Dentre as instituições que fizeram assinaturas formais dos Cadernos do CEOM, com base nos registros de pagamento, temos em 18 de abril de 1989 a efetivação por parte da FEPEVI – Fundação de Ensino do Polo Geoeeducacional do Vale do Itajaí, no que era seguido durante o mês pelo Colégio Bom Pastor<sup>308</sup> de Chapecó e pela Fundação Educacional da Região de Blumenau - FURB<sup>309</sup>.

---

<sup>303</sup> Carta Nº 026/CGAM assinada por Lourdes P. Horta, Coordenadora Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional próMemória e enviada à FUN-DESTE em 30 de março de 1989.

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> Fundação Nacional Pró-Memória.

<sup>306</sup> Carta Nº 026/CGAM assinada por Lourdes P. Horta, Coordenadora Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional próMemória e enviada à FUN-DESTE em 30 de março de 1989.

<sup>307</sup> Ofício COFEM-023/89 assinado pelo Preseidente Lais Scuotto e enviado à Ilda Ana Brisot em 30 de março de 1989.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Idem. Em 19 de abril de 1989.

## 2.6 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1989)

Dentro do panorama de acontecimentos em que tomava forma o projeto do CEOM em esfera Nacional e Estadual temos, sabidamente, o importante e sensível momento de formulação das Constituições pós período de Governo Militar. Sendo a Federal promulgada em 1988 e a Catarinense em 5 de outubro de 1989. Durante os trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte, muitos segmentos sociais foram chamados a opinar. A participação de vários setores da sociedade acabou por caracterizá-la, nas palavras do ex-deputado e presidente da Constituinte, Aluizio Piazza, com a “*Constituição da Participação*”<sup>310</sup>. Uma das tantas associações a proporem sugestões ao texto base da Constituição foi o Núcleo dos Arquivistas Brasileiros – NAAB/SC – que, em 05 de abril daquele ano oficiava, por meio de sua Coordenadora Ana Lúcia Locks, à associada Ilda Brisot, comunicando o envio de documentação ao então Presidente da Assembleia Estadual Constituinte de Santa Catarina, Deputado Aloísio Acácio Piazza, na qual se requisitava a participação do grupo no “*momento histórico*”<sup>311</sup> que representava a confecção dos ditames Constitucionais daquele ano. A requisição ia acompanhada das propostas da Associação nos moldes que segue:

O Núcleo da AAB/SC reunidos em sessão extraordinária, recomendam:

1 - sejam envidados esforços visando a imediata elaboração das leis que estabelecem o livre acesso e a preservação do acervo documental catarinense; 2 – enquanto essas providências não forem adotadas, que o acesso aos documentos públicos e as políticas de preservação das diversas instituições se pautem pelo espírito da Constituição Nacional. 3 – que a Constituição Estadual reafirme e enfatize os princípios de livre acesso a

---

<sup>310</sup> Entrevista Concedida à Agencia Alesc. Veiculada em matéria do Jornal Notícias do Dia em 23/10/2013. Versão online. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/assembleia-legislativa-reverencia-constituintes-de-1989>. A Assembleia teria recebido ainda, segundo a matéria, 4 mil sugestões provenientes de associações de classe, entidades sociais e religiosas. Além de terem sido protocoladas 82 propostas das Câmaras de Vereadores e 22 proposições de emendas populares. Acessada em 25/10/2016.

<sup>311</sup> Ofício Nº 223/89-NAAB/SC assinado por Ana Lúcia Locks e enviado a Ilda Ana Brisot em 05 de abril de 1989.

documentação pública e preservação do patrimônio documental estabelecidos na Constituição Federal, assumindo o poder público estadual a responsabilidade quanto à documentação por ele produzida; 4 - o poder público garanta os meios indispensáveis ao efetivo exercício e proteção das funções dos arquivos públicos; 5 - que se promova a unificação das instituições arquivistas públicas do poder executivo catarinense; 6 - reconhecendo a importância da elaboração de um Guia Estadual de Arquivos, fator indispensável para uma política no setor, sejam propiciados os meios para sua concretização; 7 - as agências de fomento, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Financiadora de Projetos FINEP contemplem em suas políticas a área arquivística, tendo como interlocutores as instituições representativas do setor, tais como o Arquivo Nacional, o Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, com seus respectivos Núcleos<sup>312</sup>.

O período de abertura política, representado pela Constituição de 1988, acenava com a possibilidade de grandes mudanças no tocante aos arquivos e a noção de sua função social. Esta questão que será melhor explicitada no capítulo 5, é marcada justamente por essa ideia de arquivos como espaço de cidadania. Como lugar com função de garantir aos cidadãos o acesso à memória e à história de que são agentes. Sai a noção de um arquivo com função de servir aos interesses do Estado e entra a compreensão deste como espaço de destinado a servir às pessoas. Era, como veremos, com base nessa nova concepção que as atividades de capacitação e os eventos passaram a se dar no Oeste catarinense e em outras regiões do Estado.

Em 31 de março, o CEOM/FUNDESTE divulgava circular interna dando nota das três oficinas culturais que, com o apoio do MinC, da Fundação Catarinense de Cultura e da Prefeitura Municipal de Chapecó, seriam realizadas nos dias 07, 08, 09 e 10 de junho. Tendo os cursos<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> Anexo do Ofício Nº 223/89-NAAB/SC de 05 de abril de 1989.

<sup>313</sup> PROGRAMAS ARQUIVOS MUNICIPAIS (Correntes, Intermediários e Permanentes). Arquivo Corrente; – recebimento e distribuição dos documentos; - Arquivamento (Métodos e regras de classificação); - Tabela de temporalidade.

como objetivo segundo o comunicado original: “*habilitar os recursos humanos que atuam no Oeste, em MUSEUS, ARQUIVOS e HISTÓRIA ORAL E FOTOGRAFIA como documentos históricos, buscando assim uma atuação mais dinâmica e efetiva na área do resgate da nossa história*”<sup>314</sup>. Os cursos, como se observa no detalhamento do conteúdo programático e na própria descrição que deles fazia o CEOM, visavam o aperfeiçoamento nas áreas que primeiro haviam sido apresentadas como sendo objetivo do projeto. No plano de ações levado aos municípios no sentido de se elaborar as Comissões de Memória, como demonstrado, o mote principal era o “*resgate*” dos seus acervos públicos. O que ajuda explicar, em parte, a rápida aceitação de muitos desses municípios e a velocidade com se organizaram as atividades. Tendo cada uma das oficinas uma carga de 40 horas, como se podia ver na ficha de inscrição para o evento, este era uma das principais ações que se planejava para o decorrer do ano de 1989.

## 2.7 INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO; UMA DIFÍCIL DISSOCIAÇÃO

No momento em que o CEOM parecia navegar uma onda positiva nas várias frentes em que pretendia atuar, uma grande polêmica vinha assolar o Centro, colocando em risco, segundo algumas das correspondências, o próprio andamento do projeto. A questão envolvia a demissão da então Coordenadora Ilda Ana Brisot que, como veremos, obrigou o Diretor da FUNDESTE, Santo Rosseto, a emitir uma série de respostas às interpelações que vinham tanto de municípios, quanto de entidades estaduais e federais com quem se havia estabelecido, em alguns casos, estreita relação. Muitos desses avanços eram facultados como resultado direto da atuação e da capacidade técnica de Ilda, o que conferia às correspondências um ar de cobrança e até de indignação.

Em 27 de junho de 1989, assinada por Claudino Locatelli,

---

Arquivo intermediário; Arquivo Permanente; - Tratamento de documentos: manuscritos, datilografados, impressos, jornais. - Tratamento de documentos visuais e sonoros (fotografias, discos, fitas, etc...). HISTÓRIA ORAL e FOTOGRAFIAS como documentos históricos; - História do Oeste; - Pesquisa Histórica. Fontes de pesquisa; - História Oral. Metodologia da História Oral; Processamento técnico; - Fotografia. Pesquisa. Conservação e organização. Exposição fotográfica. MUSEOLOGIA e MUSEOGRAFIA - O que é Museu (sua história e propostas). - O acervo; documentação museológica; conservação do acervo; transporte do acervo; - Pesquisa sobre o acervo; - Exposições.

<sup>314</sup> Ofício Circular 004/CEOM/FUNDESTE assinado por Ilda Ana Brisot em 31 de março de 1989.

Presidente da Fundação Cultural Feliz Bonissoni de Ipumirim, Vilma Santina Simom, Representante das Unidades Educacionais no Conselho Deliberativo e Nedi Terezinha Locatelli, Coordenadora do 1º Encontro no Contexto Comunitário, era remetida à Santo Rosseto, a seguinte correspondência:

Temos enorme satisfação ao encaminhar, em anexo, apostila "IPUMIRIM E SUA HISTÓRIA NO CONTEXTO COMUNITÁRIO", trabalho realizado com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura e do CEOM/FUNDESTE, fazendo parte do projeto Cursos de Aperfeiçoamento para Professores sobre Aspectos Culturais. Ao mesmo tempo, mesmo respeitando a autoridade indiscutível de Vossa Senhoria frente à Direção Geral da FUNDESTE, viemos manifestar nosso total repúdio e desagrado pelo afastamento, conforme conhecimento nosso, da srta. ILDA ANA BRISOT das suas funções de Coordenadora do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de SC. Considerando que as atividades do CEOM são mais do que pessoais e/ou institucionais e que a sua Coordenadora em nenhum momento deixou de cumprir e atender compromissos profissionais, humanos, sociais e coletivos em relação ao nosso trabalho, nos sentimos diretamente prejudicados. Gostaríamos que Vossa Senhoria se dignasse a nos informar o (s) motivo (s) que devem justificar o afastamento da srta. ILDA ANA BRISOT da Coordenação do CEOM, visto que participamos do trabalho regional da organização e do resgate da memória e entendemos que a cultura e a própria vida são mais que decisões pessoais e isoladas. Apresentando nossos protestos de consideração e apreço, subscrevemo-nos, respeitosamente<sup>315</sup>.

Chama a atenção o fato de a mesma correspondência que relatava o sucesso da experiência de ação conjunta (CEOM, Município, Comunidade) no processo de escrita da história local, trazer sérios questionamentos acerca da demissão de Ilda Brisot. Não só as razões que

---

<sup>315</sup> Correspondência assinada por Claudino Locatelli, Presidente da Fundação Cultural Feliz Bonissoni de Ipumirim, Vilma Santina Simom e Nedi Terezinha Locatelli enviada a Santo Rosseto em 27 de junho de 1989.

teriam motivado o afastamento eram questionadas, como uma série de elogios à sua atuação eram manifestadas. A noção era de que o feito envolvia, não questões de ordem técnica ou profissional, e sim de cunho pessoal. Isso somado ao entendimento de que as atividades desempenhadas junto ao município eram dependentes da até então coordenadora, tornavam a situação ainda mais complexa. Esse quadro em que a atuação do CEOM enquanto instituição parecia se misturar com a figura das pessoas que estavam em seu comando é bem característico essa primeira fase. Ainda que não tenhamos muitas informações sobre as atividades de Ilda Brisot antes de assumir a Coordenação do CEOM, os registros de participação em eventos de capacitação e os contatos estabelecidos enquanto figura mediadora entre as redes locais e as instituições em nível estadual e nacional, parecem ter concentrado na pessoa de Ilda um grande capital social e simbólico que se consubstanciava tanto em razão do conhecimento nas áreas da museologia e da arquivologia, quando em virtude das relações estabelecidas pela Coordenadora. Esta situação parece adquirir ares de bastante clareza quando da leitura dos questionamentos feitos acerca de sua demissão e dos repetidos elogios, seja ao seu conhecimento técnico ou a sua capacidade de mediação das atividades que o CEOM vinha desenvolvendo. Diante do asseverado, compreende-se mais facilmente as preocupações que parecem ter feito com que Santo Rosseto, o próprio mentor e primeiro articulador do CEOM, se detivesse em tantas e tão longas prestações de conta a respeito da referida demissão. Em resposta aos questionamentos, as explicações exigidas não tardaram. Com intervalo de uma semana, levando-se em conta as datas de escrita, era dada, por Santo Rosseto, resposta ao trio que assinava o ofício.

Prezados Senhores:

Ao acusar recebimento de correspondência subscrita por Vossas Senhorias com o anexo do trabalho "IPUMIRIM E SUA HISTÓRIA NO CONTEXTO COMUNITÁRIO", desejo, em primeiro lugar, agradecer a remessa desse precioso material e parabenizá-los pela elaboração do mesmo. É assim que se faz a História de maneira consciente e participativa. Parabéns! Em segundo lugar, cumpro o dever de esclarecer-lhes que a demissão da Srta. Ilda Brisot, de sua função de Coordenadora do CEOM, deveu-a razões objetivas de ordem administrativa e não a interesses ou fatores de ordem meramente pessoais e subjetivos. Ninguém mais do que nos reconhece que a Srta.

Ilda Brisot conduziu com competência e responsabilidade profissionais os rumos do CEOM do qual sou o autor intelectual e o implantador institucional. Ninguém mais do que nós, porém, sabe da gravidade das razões que nos levaram a dispensá-la das funções contratuais que desempenhava na FUNDESTE. Não nos parece muito ético esmiuçar essas razões neste ofício. Informamos, entretanto, que nos faremos presentes, em breve, na comunidade de Ipumirim, e nos colocaremos inteiramente à disposição de Vossas Senhorias para responder a eventuais interrogações sobre o assunto ou para dizer porque não o faríamos. Para que não parem dúvidas de que o CEOM vai continuar, não obstante a dispensa da Srta. Ilda, informamos que já nomeamos seu sucessor na pessoa do Professor PEDRO FRANCISCO UCZAI<sup>316</sup>, mestrando em História na PUC de São Paulo e que deverá, brevemente, visitar a Fundação Cultural Felix Bonissoni, de Ipumirim, colocando-se à disposição da mesma para continuar colaborando no trabalho do resgate da História local e regional<sup>317</sup>.

A resposta, como visto, fora diplomática. Justificou-se com base em razões, segundo dito, de caráter objetivo ainda que não se desse delas maiores informações. A mesma velocidade característica da resposta também parece ter se dado quanto à substituição do responsável pela Coordenação do CEOM. Na mesma mensagem em que se falava do afastamento de Ilda Brisot, apresentava-se o nome do seu sucessor, Pedro Francisco Uczai. A análise dos fatos relativos a essa passagem ajuda a

---

<sup>316</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Coordenador do CEOM (1988-1999); Vice-Reitor de Pesquisa da UNOESC – Campus Chapecó; Foi deputado Estadual por Santa Catarina na 13ª Legislatura (1995-1999), na 14ª Legislatura (1999 – 2000) e na 16ª Legislatura (2007 – 2011). Foi Vice-Prefeito de Chapecó (2001/2002) e depois, Prefeito (2002/2004), com a renúncia de José Fritsch para concorrer ao governo do Estado de Santa Catarina. Foi Deputado Federal na 54ª Legislatura (2011 – 2015). Nas eleições de 2014 foi reeleito Deputado Federal por Santa Catarina para a 55ª Legislatura (2015 – 2019). Todos os cargos pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>317</sup> Ofício Nº 139/GAB/DIR/FUNDESTE enviado por Santo Rosseto a Claudino Locatelli, Presidente da Fundação Cultural Feliz Bonissoni de Ipumirim, Vilma Santana Simom e Nedi Terezinha Locatelli em 03 de julho de 1989.

traçar o panorama de disputa e formação de redes de apoio dos grupos envolvidos neste processo de reescrita da história regional. Se por um lado o CEOM vinha conseguindo reconhecidos avanços, por outro as divisões entre apoiadores e críticos do projeto começavam a apresentar reverberações nos quadros internos. A natureza e a quantidade de mensagens em apoio a Ilda Brisot e que questionavam sua demissão tanto dimensionam o quão forte havia se tornado sua figura junto a muitas das instituições e pessoas com quem o CEOM mantinha relações, quanto demonstram as tensões que envolviam este campo de disputa por versões de passado que começa a assumir, ao que parece, posicionamentos políticos mais concretos. As mensagens e o teor ríspido dos diálogos demonstraram mais do que descontentamento, “*repúdio*” e uma dose de frustração. Coisas que como veremos parecem estar ligadas a essa polarização político partidária que assumia nessa passagem contornos já bastante claros, ocasionado, senão uma ruptura, pelo menos um distanciamento nas relações entre o CEOM e alguns municípios.

E não eram apenas de ordem regional que se davam os questionamentos acerca desse fato. Com data de 28 de junho, um dia depois da primeira correspondência nesse sentido, chegava às mãos de Santo Rosseto, em 06 de julho, outro ofício com conteúdo semelhante. Desta vez oriundo da Assessoria técnica do Sistema Nacional de Museus e assinado por Maria Inês Coutinho.

Prezado Diretor,  
Venho por meio desta cumprimentá-lo pela eficiência da FUNDESTE na organização recente dos cursos de museologia, Historia Oral e Arquivo. Ministrei as aulas de museologia e os resultados foram excelentes. A partir da experiência do Oeste Catarinense, a cidade de Guarapuava e região (PR) resolveram organizar um curso nos mesmos moldes do da FUNDESTE. Atribuo esse sucesso ao elevado nível técnico e competência da equipe organizadora, especialmente na pessoa da Sra. Ilda Ana Brisot. Hoje tive notícia de que a referida funcionaria não faz mais parte do quadro da FUNDESTE<sup>318</sup>.

A diferença no tom da correspondência que era de se esperar dada a formalidade que a função representativa exigia, contrastava com a

---

<sup>318</sup> Ofício/SPHAN/SNM/Nº 164 enviado por Maria Inês Coutinho a Santo Rosseto em 28 de junho de 1989.

descrição das qualidades da funcionária afastada. Se esta mensagem não tinha a mesma rispidez que a anterior no sentido de cobrar explicações, não poupava elogios aos avanços conseguidos pelo CEOM que, segundo posto, havia se tornado exemplo e modelo para experiências de outros Estados. Avanços esses, claramente relacionados à atuação e a capacidade técnica e pessoal de Ilda Brisot. A preocupação com os efeitos de tal acontecimento era sintetizada na frase que encerrava a mensagem: *“Lamento muito essa perda irreparável ao projeto memória, visto que é uma pessoa gabaritada, com grande conhecimento da realidade e história regional, e treinamento na área de museologia<sup>319</sup>”*.

Mais uma vez a resposta foi célere. Apenas um dia após o recebimento dessa correspondência, em 07 de julho de 1989, Santo Rosseto redigiu o ofício nº 141/GAB/DIR/FUNDESTE que seria enviado à Maria Inês Coutinho, Assessora do SNM/IPHAN.

Senhora Assessora:

Apresso-me em acusar e agradecer o recebimento do Ofício de Vossa Senhoria SPHAN/SNM/Nº 164 de 28 de junho de 1989. A experiência do Oeste Catarinense no trabalho de resgate da memória sócio-cultural, nasceu e se desenvolve com base num projeto de minha autoria e cuja execução foi, por mim mesmo, confiada à Srta. Ilda Ana Brisot, até recentemente. Reconheço a competência com que a mesma conseguiu levar adiante o referido projeto, haja visto, o Curso de Museologia, História Oral e Arquivo, do qual Vossa Senhoria participou. Entretanto, razões administrativas muito sérias me obrigaram a dispensar a referida funcionária. Desejo, entretanto, informar a Vossa Senhoria que a Srta. Ilda Ana Brisot, já foi substituída pelo Professor PEDRO FRANCISCO UCZAI, mestrando em História pela PUC de São Paulo, que já assumiu a Coordenação do CEOM e que haverá de continuar e até melhorar a experiência que já estamos acumulando e até exportando. Fica a FUNDESTE como um todo e o CEOM de maneira especial a disposição do SPHAN e de Vossa

---

<sup>319</sup> Idem.

Senhoria especialmente a quem já consideramos nossa colaboradora<sup>320</sup>.

A repercussão gerada pelo fato, como visto, motivou manifestações de entidades das três esferas. Ainda que, ao que tudo indica, nos municípios, pela proximidade do contato, e pelo desenho dos quadros políticos, a demissão de Ilda Brisot tenha suscitado mais acaloradas cobranças, instituições de âmbito nacional e estadual também se manifestaram a respeito. Da Federação Catarinense de Cultura com quem o CEOM havia estabelecido constante relação, vinha mensagem em 04 de julho de 1989, que expunha o seguinte:

Senhor Diretor,  
Foi com grande surpresa e apreensão que soubemos do desligamento da funcionária Hilda Brisot do CEOM/FUNDESTE. Não podemos entender este fato, uma vez que todas as ações desenvolvidas por nosso corpo técnico com a FUNDESTE estavam sempre ligadas ao empenho e à competência da referida funcionária. É incontestável a excelência de seu trabalho, o prestígio que empresta à FUNDESTE e o benefício que tem trazido a diversos municípios da região. Desta forma vimos por meio desta manifestar a nossa estranheza e preocupação com o futuro do CEOM<sup>321</sup>.

Esse ofício era assinado por servidores de diferentes setores da Fundação Catarinense de Cultura, num total de sete proponentes. Entre eles, Fernando Romero e Dolores Tomaelli do Sistema Estadual de Museus (SEM/FCC), Eugênio Lacerda, Humberto Tomasini, e Márcio Alves Eda do Patrimônio (PATR./FCC), Carlos Asp das OFICINAS/FCC e Denise Tomasi do Núcleo de Documentação Audiovisual (NDA/FCC).

Citando nominalmente cada um dos constantes no quadro de assinaturas do ofício aos seus cuidados, dirigido em 18 de julho, Santo Rosseto tecia uma longa argumentação que remontava ao início do projeto do CEOM, passava pela concordância acerca das qualidades da referida funcionária e culminava com a garantia da continuidade das

---

<sup>320</sup> Ofício nº 141/GAB/DIR/FUNDESTE enviado por Santo Rosseto a Maria Inês Coutinho em 07 de julho de 1989.

<sup>321</sup> Correspondência oriunda da Fundação Catarinense de Cultura enviada a Santo Rosseto em 04 de julho de 1989.

atividades do CEOM.

Apresso-me em responder a correspondência que Vossas Senhorias escreveram e me enviaram em data de 04 de julho de 1989. Em primeiro lugar, devo confessar que a surpresa e apreensão com que receberam a notícia do desligamento da funcionária Ilda Brisot foi e está sendo compartilhada por inúmeras pessoas que a conheceram em seu trabalho e se manifestaram a respeito. Esclareço a Vossa Senhoria, como o fiz com todos os demais, que o desligamento da Ilda não ocorreu por razões de incompetência profissional nem por falta de desempenho técnico na área em que a mesma atuava. Como autor intelectual do CEOM cuja coordenação confiei pessoalmente a ela, mais do que ninguém pude avaliar a competência e o desempenho técnico da Ilda. Acontece, entretanto que essas duas qualidades não são suficientes para tornar um profissional, além de um bom técnico, também uma pessoa de possível convivência com a maioria dos membros da equipe em que deve inserir-se para trabalhar. Esta impossibilidade de convivência da Ilda com a maioria da equipe do CES/FUNDESTE levou esta Direção Geral a ter que desfazer-se dela. A decisão foi longamente pesada e, como tudo leva a crer, bem aceita e oportuna, para evitar maiores prejuízos à Instituição como um todo. O CEOM já possui um novo coordenador, na pessoa do prof<sup>o</sup> Pedro Uczai, concluinte de Mestrado em História pela PUC - SP. Se depender de nós, todo o trabalho implantado terá continuidade com maior firmeza do que antes. Desejamos e precisamos, isto sim, continuar recebendo o apoio de profissionais da FCC, conforme já manifestei de viva voz aí. Pretendo fazer-lhes uma visita em breve<sup>322</sup>.

Não sem antes manifestar a necessidade da manutenção da parceria com a FCC, no texto da mensagem, as razões que antes eram de ordem

---

<sup>322</sup> Correspondencia enviada por Santo Rosseto aos membros da Fundação Catarinense de Cultura: Fernando Romero, Dolores Tomaselli, Eugênio Lacerda, Humberto Tomasini, Márcio Alves Eda, Carlos Asp e Denise Tomasi em 18 de julho de 1989.

profissional, são apresentadas como problemas de convivência com os demais membros da equipe. Como destacado, há uma espécie de escalada de “*indignação*” para com o afastamento de Ilda Brisot, que aumenta à medida que diminui a distância entre os interlocutores e o CEOM. Das entidades federais as cobranças vêm em ar diplomático e se atêm mais em elencar virtudes do que em exigir explicações. Nas de natureza estadual, a questão parece ligar-se mais à preocupação com o andamento das atividades. Enquanto que das instituições municipais da *região* vêm as mais duras críticas, algumas com ares de cobrança literal. É o caso, entre outros já citados, do Município de Mondaí, que remetia em 05 de julho de 1989 ofício do Sr. José Augusto Tuni, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Comissão de Cultura de Mondaí. No texto direcionado a Santo Rosseto, manifestava-se, em nome do Departamento e da Prefeitura, “*a não aceitação das justificativas e atitudes tomadas com relação à Srt<sup>a</sup> Ilda Brisot. Pois a saída da Srt<sup>a</sup> Ilda, causou-nos prejuízos nos trabalhos e investimentos que fizemos no Município, que são irrecuperáveis*”<sup>323</sup>.

É impossível mensurar o quanto este acontecimento afetou as relações entre o CEOM e o andamento das atividades nesses municípios. Mas é razoável pensar que, pelo menos no tocante aos que se manifestaram de modo oficial, a relação tenha sofrido algum tipo de abalo. Optamos por reproduzir uma das últimas correspondências do mês de julho, a primeira em que é feita menção, por parte dos representantes municipais, do nome do novo Coordenador do CEOM. O ofício em questão vinha de Ipumirim e era assinado por Claudino Locatelli, Presidente da Fundação Cultural Feliz Bonissoni, de onde haviam partido algumas das principais críticas a respeito da passagem envolvendo a demissão de Ilda Brisot e com quem, Santo Rosseto, tinha se comprometido em dar explicações em contato pessoal, de acordo com as mensagens anteriores.

Senhor Diretor,

Estamos comunicando que, em atendimento à solicitação verbal, por telefone, do Sr. Pedro Francisco Uczai para realização de reunião entre FUNDESTE/CEOM, na data de 21/07, às 10:00 horas, o Conselho Deliberativo desta Fundação, solicita que a referida data seja transferida devido ao fato de nesse dia 3 membros da Fundação

---

<sup>323</sup> Ofício/DECET/034/89 enviado por José Augusto Tuni a Santo Rosseto em 05 de julho de 1989.

Cultural (Presidente, Representante das Unidades Educacionais e Superintendente) participam de programação da Reunião Pedagógica das Escolas Isoladas previamente definida para essa data. A data poderá ser marcada a vosso critério, apenas preferencialmente, segunda-feira à tarde quarta-feira, pela manhã; quinta-feira, pela manhã ou sexta-feira durante o dia todo. O Conselho Deliberativo, órgão maior da cultura no município, também coloca como indispensável a presença de Vossa Senhoria para a realização da reunião. No aguardo da comunicação da nova data para a reunião, apresentamos nossos protestos de real consideração, Subscrevendo-nos Atenciosamente<sup>324</sup>.

Obviamente não se trata aqui de questionar os motivos pelos quais se deu o cancelamento da pretendida reunião, e sim, de atentar ao conteúdo da mensagem. Chamam a atenção, nesse sentido, duas questões. A primeira decorre do fato de a mensagem ser enviada diretamente a Santo Rossetto e não ao novo Coordenador como era de costume nas mensagens anteriores que visavam tratar de assuntos pertinentes às atividades a serem desempenhadas “*in loco*” - no município - pelo CEOM. Note-se que para tratar de contato telefônico feito por Pedro Uczai, é enviado ofício ao Diretor da FUNDESTE de quem se exigia presença indispensável para que a referida reunião, com data a ser redefinida, fosse realizada. Possivelmente a presença era requerida em razão das explicações pendentes. O outro ponto a ser destacado tem lugar no próprio ato de reafirmação do Conselho Deliberativo, em nome de quem se requisitava a presença de Santo Rossetto, como o “*órgão maior da cultura no município*”<sup>325</sup>. Ainda que não explicito, nos parece notável o ar de descontentamento para com a situação e até mesmo uma certa resistência em se aceitar a atuação da nova Coordenação. O que podia conferir a um quadro que já havíamos definido como de assentimento por parte de muitos municípios em relação a atuação do CEOM como gestor central das ações de cunho cultural e de preservação na *região*, um significativo retrocesso. Não obstante se, por um lado, isso poderia representar perdas no sentido de se consolidarem resistências ao projeto, por outro lado, uma vez que a posição defendida pelo CEOM se tornava

<sup>324</sup> Correspondência enviada por Claudino Locatelli, Presidente da Fundação Cultural Feliz Bonissoni de Ipumirim em 13 de julho de 1989.

<sup>325</sup> Idem.

mais clara, também se poderia mais facilmente avançar, tanto no tocante às pautas, quanto no que diz respeito à aproximação de simpatizantes desta nova forma de abordagem. Eram as características de polarização que se estavam instalando com as vantagens e desvantagens inerentes e inexoráveis a todos os fenômenos dessa natureza.

## 2.8 O TRATO DOS ACERVOS E A QUESTÃO DAS COMPETÊNCIAS

Contavam a favor da continuidade das atividades do CEOM, entretanto, a série de cursos e oficinas denominados “*Oficinas Culturais no Oeste Catarinense*”<sup>326</sup> que se tinham iniciado em junho, com continuidade programada para o segundo semestre de 1989. Da primeira etapa não temos maiores informações além das citadas manifestações acerca do seu sucesso por parte de praticantes e promotores que usam, inclusive, este evento como argumento quando das reivindicações sobre o caso envolvendo Ilda Brisot. O mesmo não se pode dizer das oficinas realizadas na segunda etapa que apresentam exemplar detalhamento do projeto, da execução e dos resultados. Programadas para acontecerem entre os dias 26 e 29 de setembro, eram apresentadas como tendo o objetivo de “*capacitar recursos humanos para uma atuação mais ampla e efetiva junto aos acervos histórico-culturais, através do desenvolvimento de atividades teórico-práticas*”<sup>327</sup>. Além de “*oportunizar o conhecimento de metodologias de trabalho e técnicas específicas de resgate e de documentação histórico-municipal e preservar e organizar a documentação histórica, para torná-la acessível à comunidade, respeitando a proveniência, a organização e natureza do objeto histórico*”<sup>328</sup>. O que, de modo específico significava, segundo o projeto, desenvolver estudo e pesquisa da história municipal com base na História Oral e na Fotografia de modo a “*dinamizar o Museu através de novas estratégias e alternativas para superar os museus tradicionais*”<sup>329</sup>.

Nitidamente a noção de história e de tipo de experiência de “*resgate*” que se pretendia desenvolver começam a ficar mais evidentes, não mais apenas nas publicações, mas nas ações de capacitação que se tinha programado. Fato que fora acompanhado da igual aparição de modo mais claro de um posicionamento de enfrentamento entre os defensores

---

<sup>326</sup> Projeto de implantação das Oficinas Culturais no Oeste Catarinense II. Acervo Fundos do CEOM. 10 p.

<sup>327</sup> Idem. p. 03.

<sup>328</sup> Ibidem.

<sup>329</sup> Ibidem.

de uma concepção de que os estudos locais deveriam ficar a cargo dos profissionais deste espaço em detrimento daqueles vindos de fora. Vejamos a correspondência do Sr. Edvino Carlos Holscher, organizador do Museu São Jorge de Guaraciaba, enviada à Santo Rosseto.

Sr. Diretor.

Voltamos para agradecer a Vossa Senhoria e Professores do excelente Curso de Museologia II, oferecido nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro, próximo passado, do qual tiramos ótimos proveitos e obtivemos excelentes subsídios para aproveitar e pôr em prática em nossos pequenos e modestos museus e do nosso desejo em participar de outros Cursos programados para o futuro por estarmos conscientes que até o momento o campo de Museologia, História Oral e Arquivo não são valorizados por ser um campo um tanto desconhecido. Admiramos o profundo conhecimento e a firmeza com que conduzem os temas na área de Museologia os Professores vindos de Florianópolis. Porém, não concordamos com a ideia de que nós leigos não podemos tentar restaurar algo, se tivéssemos deixado a peça no local qual a coletamos, estaria podre a muito tempo. Somos da opinião de que deveremos formar nosso Centro de Restauração no Oeste Catarinense para não dependermos da Capital, só assim teremos um espaço para o nosso, pelo contrário o Centro de Restauração de Florianópolis estarão sempre lotados. Colocamos ao inteiro dispor ao CEOM e a FUNDESTE, nosso pequeno e modesto acervo e coletas para fonte de pesquisa se assim Direção e Professores o julgarem<sup>330</sup>.

As referidas oficinas, como demonstra a correspondência, foram ministradas parte por profissionais da “*casa*” - funcionários da FUNDESTE e/ou CEOM - e parte por profissionais da Capital do Estado. Estes últimos com atuação, na visão do Sr. Edvino, não satisfatória. A bem da verdade, não era a questão da capacidade que parecia incomodar. Esta, pelo contrário, era até exaltada. O que parecia causar o incômodo

---

<sup>330</sup> Correspondência enviada a Santo Rosseto pelo Sr. Edvino Carlos Holscher, organizador do Museu São Jorge da Linha Olímpio [Município de Guaraciaba] em 04 de outubro de 1989.

era a prerrogativa sobre o conhecimento técnico necessário para se proceder determinados trabalhos. E talvez mais do que qualquer outra coisa, tratava-se do direito de operar com as obras existentes nos museus locais. Enquanto os profissionais vindos de Florianópolis possivelmente se estribavam em questões técnicas e com base nisso questionavam a possibilidade de que pessoas não habilitadas exercessem tarefas de restauração, por exemplo, os representantes de museus e centros de memória local, muitos dos quais fruto de sua dedicação, apelavam a essa questão para justificar seu direito de manuseio das peças. Note-se que enfrentamentos de duas naturezas resultam dessa passagem. Um deles dá-se no sentido de opor os detentores do conhecimento técnico e os detentores das peças ou do suposto direito de posse<sup>331</sup> sobre elas. O outro, por sua vez, adquire uma consistência de cunho geográfico no sentido de opor local e central. Com o local representado pelos profissionais dos municípios e seus espaços de preservação e o central pelos ministrantes das oficinas vindos de Florianópolis. Cabendo ao CEOM uma posição mediadora e intermediária que pendia ora para um lado, ora para outro, dependendo dos interlocutores envolvidos. Tomemos o ofício<sup>332</sup> enviado por Santo Rosseto em resposta ao contato do Sr. Edvino Carlos Holscher em 27 de outubro de 1989.

Acusando o recebimento de sua correspondência de 04 de outubro de 1989, faço questão de lhe confessar que eu também discordo de que o trabalho de restauração em peças de museu deva ser obra exclusiva dos "especialistas" da capital do Estado. O CEOM nasceu exatamente para ser uma instituição capaz de quebrar essa dominação e essa dependência que caracteriza a relação entre as comunidades "interioranas" e as grandes cidades, aqui como em qualquer região desse imenso e rico País subdesenvolvido. Conte conosco, com o CEOM e com a FUNDESTE, Senhor Edvino, um dia ainda teremos um centro de restauração aqui no

---

<sup>331</sup> Esse direito se daria em razão de segundo se argumentava, esses objetos só existirem pela intervenção em tempo desses sujeitos locais, que com sua ação de preservar as peças, evitaram seu desaparecimento.

<sup>332</sup> Ofício nº 220/GAB/DIR/FUNDESTE/89 enviado por Santo Rosseto ao Sr. Edvino Carlos Holscher, organizador do Museu São Jorge da Linha Olímpio [Município de Guaraciaba] em 27 de outubro de 1989. Acervo Fundos do CEOM.

Oeste. Obrigado pela correspondência que nos enviou<sup>333</sup>.

Demos nota em passagens anteriores da consolidação e do reconhecimento do CEOM por parte de vários dos museus municipais da *região* como figura central no tocante as ações de cunho cultural e de ações de preservação documental, arqueológica, etc. De modo que, em referência ao cenário regional, a posição central na oposição binário (centro x periferia) era ocupada por ele. Para ser mais preciso, pode-se dizer que a posição ocupada pelo CEOM, era situacional. Uma vez que, quando se tratava de pensar a *região* em contraponto à Capital, a posição do CEOM oscilava de acordo com o receptor da mensagem. Se o diálogo era com as instituições sediadas em Florianópolis, como a Fundação Catarinense de Cultura, por exemplo, o discurso tendia a ser o da valorização da parceria e da necessidade imprescindível do suporte dessa para a execução das tarefas. Quando o destinatário da mensagem estava, como no caso, nos arredores, o teor era no sentido de compartilhar da ideia de que se deveria libertar a *região* da dependência da Capital e de seus profissionais. Assim, o CEOM, não só confessava partilhar do sentimento de que era necessário “*quebrar essa dominação e essa dependência que caracteriza a relação entre as comunidades "interioranas" e as grandes cidades*<sup>334</sup>”, como se colocava, ele próprio, como padecente dessa posição “*interiorana*<sup>335</sup>”. O mesmo CEOM que, por um lado, reconhecia a necessidade e agradecia a participação vinda dos centros de referência da área em que pretendia atuar, por outro, tomava partido e admitia compactuar com o pensamento que questionava a autoridade desses profissionais “*de fora*<sup>336</sup>”. A ponto de sua condição de “*especialistas*<sup>337</sup>” ser colocada entre aspas. Acerca dessa condição uma boa leitura nos é fornecida pela obra de Silvia Sigal ao propor que “*o reconhecimento de centros metropolitanos, seja para recusá-los ou para neles apoiar-se, é uma condição comum aos campos culturais das sociedades periféricas que lhes restringe a autonomia*”<sup>338</sup>.

De modo mais geral, é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo

---

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. Revista Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 52.

tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada aos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis. Este processo de retroalimentação, por sua vez, influi sobre as relações entre poder e cultura na medida em que a vacilante legitimidade das instituições culturais diante dos intelectuais eles mesmos, faz com que sejam vulneráveis às intervenções do poder político<sup>339</sup>.

Como temos visto em vários exemplos, tanto interferências de ordem política, quanto posicionamentos distintos<sup>340</sup> em relação aos centros de referência e à sua condição de auxílio em relação às questões culturais - nesse caso representado pela Capital Florianópolis -, eram comumente citadas nas correspondências trocadas pelo CEOM com os responsáveis pelos Museus, Centros de Memória e Casas da Cultura dos municípios da *região*. Outras ocorrências nesse sentido podem ser vistas também nos relatórios das atividades e nos questionários a que os integrantes dessas oficinas responderam. Do número de participantes temos confirmação de 34 fichas de inscrição para os “*Curso de Museologia e História Oral*”<sup>341</sup> que se definiram como sendo: 01 Diretor cultural, 19 professores de História e Estudos Sociais, 01 Secretário Municipal, 06 responsáveis por Museus e/ou Casa de Memória, 01 responsáveis por biblioteca, 02 Auxiliar de Museu, 01 Estagiário da FUNDESTE, 01 Bibliotecária da FUNDESTE (Hilda Dmitruk), 01 Laboratorista, 01 Assessor de assuntos culturais, além de um profissional da área administrativa do Banco do Brasil.

Das avaliações acerca do evento, com base no questionário respondido pelos próprios participantes, o CEOM registrava as seguintes sugestões apresentadas: “*a) Organização dos Museus oestinos a partir do próprio trabalho do CEOM. b) A FUNDESTE continuar com o trabalho*

---

<sup>339</sup> SIGAL, Silvia. Intelectuais, Cultura e Política na Argentina. Revista Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 63.

<sup>340</sup> Nesse sentido nos reportamos aos posicionamentos que, ora definiam os especialistas desses “Centros” como potenciais aliados no CEOM e dos vários municípios da *região* em seus projetos de preservação cultural, e ora os apresentava como agentes intrusos que precisava ser substituído por representantes locais.

<sup>341</sup> Uma das atividades ligadas ao Projeto de implantação das Oficinas Culturais no Oeste Catarinense II. Acervo Fundos do CEOM. 10 p.

do CEOM. c) *O CEOM apoiar os municípios para que as autoridades valorizem mais a cultura.* d) *Realizar as oficinas em outros municípios. Novo curso com mais prática.* e) *Divulgar mais o evento*<sup>342</sup>. Ainda que de modo mais genérico, nas avaliações apresentadas pelos participantes quando ao futuro do CEOM e das atividades a ele relacionadas, temos sinalizações no sentido de que este assumisse de modo mais independente a posição de protagonista. Na verdade, o que, aparentemente se queria dizer, era que ele desenvolvesse cada vez mais autonomia em relação à Capital e aos profissionais vindos de fora.

Em outro item, por exemplo, em justificativa à resposta “sim” dada por todos ao questionamento relativo à recomendação do evento a outras pessoas, encontramos afirmações de que o curso deveria ser ofertado: *“para professores de História que se interessem em pesquisar as fontes históricas e divulgar a História de nossa região*<sup>343</sup>”. Trabalhando no sentido de: *“que as autoridades estaduais e municipais também se conscientizem do valor da cultura regional*<sup>344</sup>”. Já no tocante ao questionamento de sugestões de assuntos, palestrantes ou docentes sugeridos para eventos futuros, temos resposta indicando: *“palestrantes que já trabalham com museus e divulgam a História oral e regional do local*<sup>345</sup>”. Também se deveria promover, segundo as proposições, *“troca de experiências dos que já se dedicam a conservação e divulgação da nossa cultura*<sup>346</sup>”. Veja--se, com base nas questões apontadas que, mais do que de valorização da cultura local, trata--se da valorização dos profissionais e das experiências locais de preservação.

Assim, embora se tenha registro de alguns participantes manifestando o interesse em *“repetir os mesmos palestrantes de modo a dar continuidade e aprofundamento nas questões*<sup>347</sup>”, outros, em maior número e em mais longas argumentações, propunham: *“Acho importante se pensar seriamente na organização dos museus oestinos a partir do próprio trabalho do CEOM. Trabalho que deve ser intensificado. Dependendo o mínimo possível da FCC. Acho que podemos criar um sistema nosso, identificado com nossa realidade*<sup>348</sup>”. Ou ainda de modo

---

<sup>342</sup> Relatório manuscrito de avaliação das atividades.

<sup>343</sup> Sugestões propostas pelos participantes do evento em ficha elaborada para este fim.

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Idem.

<sup>348</sup> Idem.

mais direto: *“As melhores informações que tive no Curso foram dadas pelas pessoas daqui (Pedro e Santo Rosseto). Sugiro que se exclua na próxima vez o pessoal de Brasília ou Florianópolis<sup>349</sup>”*. A questão da possibilidade de manuseio e de restauração do acervo introduzida anteriormente, também teve lugar de destaque e talvez nos auxilie a entender uma das motivações dessa rivalidade que parece ter se instalado entre - *“locais”* e *“externos”* - durante as referidas oficinas. *“No corpo docente havia muito medo que danificaríamos o acervo. Se não tivéssemos recolhido, este acervo estaria podre. Já cometemos nossos erros e é sumariamente necessário fazer algo para conservar e restaurar, não podemos esperar os Florianopolitanos para nos socorrer<sup>350</sup>”*. Cabe mencionar que os questionários em questão eram independentes das fichas de inscrição e não previam, por se tratar de avaliação das atividades, qualquer tipo de identificação por parte dos participantes. Mesmo assim, o Sr. Edvino Carlos Holscher do Museu Histórico São Jorge de Guaraciaba, fez questão de rubricar a sua sugestão, esta última anotada. Dela se extraía o descontentamento que o motivou a dias depois escrever<sup>351</sup> a Santo Rosseto dando conhecimento de modo formal de sua posição e entendimento acerca da situação dos acervos locais e das competências de restauração e trato dos mesmos. Correspondência prontamente respondida e da qual se pode subentender-se que essa linha de pensamento era pelo CEOM, na figura de seu idealizador e principal promotor, igualmente partilhada. Ou pelo menos assim exposta àqueles que dividiam a mesma condição local e a mesma propensão ideológica. Desta feita a bandeira de justiça se confunde com a da formação de um arcabouço institucional próprio para o a cultura do Oeste e a polarização interior/capital parece vir em resposta à divisão entre leigos e iniciados.

## 2.9 “SOB NOVA DIREÇÃO”; O CEOM E A TOMADA DE PARTIDO

Se o ano de 1989 foi marcado no que tange às relações do CEOM com os seus vários parceiros, pela polêmica envolvendo a troca de

---

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Essa é a correspondência do Sr. Edvino Carlos Holscher, organizador do Museu São Jorge de Guaraciaba, enviada à Santo Rosseto em 04 de outubro de 1989, que citamos alguns parágrafos atrás e que foi enviada, conforme comprovam as datas, logo após o encerramento dessas oficinas. p. 140. Ver página exata depois da formatação final.

coordenação, o ano de 1990 seria marcado, por um lado, pela tomada de partido em relação ao seu papel de agente comprometido com as causas sociais e com os contingentes considerados excluídos e, por outro, pela nova conjectura que levou à sua temporária desativação. Uma das primeiras ações tomadas por Pedro Uczai no ano que se iniciava era a conhecida busca por estabelecer parcerias e de possíveis financiamentos para as atividades do CEOM. Com esse objetivo era escrito, por parte do Coordenador, correspondência a M. Mosart Machado, representante do Instituto de Apoio Técnico a Países do Terceiro Mundo - IATTERMUND<sup>352</sup> - em Brasília – DF.

Prezado Senhor:

Através de Sergio, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Regional Sul, em Caçador, obtivemos o endereço do IATTERMUND. O CEOM - Centro de Organização da Memória Socio-cultural do Oeste Catarinense, Órgão do Centro de Ensino Superior da Fundeste, voltado para a pesquisa e extensão. A área de abrangência deste Centro é de 40 municípios. Atualmente vimos atuando nas seguintes frentes de trabalho: resgate da memória oral da povoação local; resgate de acervo fotográfico produzido na e sobre a região, assessoria às comissões municipais de cultura, as quais cabe a execução e dinamização das atividades nos municípios, publicações dos Cadernos do CEOM; que segue em anexo os números nº 1/2 e 5 (visto que os demais estão esgotados) e série Documento 1 e 2. Apesar do empenho da equipe de trabalho este órgão vem encontrando obstáculos, pela carência de recursos financeiros. Assim, solicitamos a Vossa Senhoria sugestões, para obtenção de recursos para implantação de novos projetos e dinamização das frentes de trabalho já existentes. Solicitamos, também, informações acerca do Projeto Interação

---

<sup>352</sup> Não há muitas informações acerca do Instituto de Apoio Técnico a Países do Terceiro Mundo disponíveis nos meios de consulta digital. Sabe-se que é, segundo dados cadastrais de CNPJ, uma Associação Privada fundada em 1988 e que tem como atividade econômica principal o Ensino Médio. Há também registros de sua atuação e/ou financiamento a atividades junto grupos indígenas e quilombolas e em relação a atividades de preservação ambiental.

da Fundação Pró-Memória, ao qual Vossa Senhoria esteve vinculado<sup>353</sup>.

A política de envio de exemplares dos Cadernos do CEOM às entidades com quem se pretendia estabelecer contato não era inovadora. Novidade era a natureza dessas instituições. Se nos anos anteriores a busca por suporte técnico e financiamentos estava concentrada em Instituições - a maioria públicas - que tinham algum tipo de relação com atividades desse fim - preservação -, neste momento, temos a aparição entre o rol contatos do CEOM, de entidades mais alinhadas com a sua proposta ideológica. Nesse caso, tratava-se mais do tipo de personagens e da versão de história do que de um “*resgate*” dos acervos públicos dos municípios do Oeste Catarinense que por muitas vezes foi apresentado como objetivo do CEOM. Ou ainda, tratava-se mais de confluência doutrinária e engajamento à causa do que compromisso com a preservação de acervos e com o seu melhor trato. Estabelecia-se, deste modo, uma via de mão dupla. O CEOM tomava personagens considerados excluídos como seu objeto de “*resgate*” e, à medida que destes se proclamava porta-voz, também pleiteava junto a instituições de mesma filosofia, financiamento para suas atividades. É preciso lembrar que poucos parágrafos atrás, falávamos de dirigentes do MST requisitando as publicações do CEOM como base de aprimoramento teórico do seu movimento, agora temos nota de informações prestadas por integrantes desse movimento, aos responsáveis pelo CEOM, no sentido de tentar financiamento junto a instituições com que o MST possuía frequente contato.

Ao que tudo indica, o período compreendido entre o final de 1989 e meados de 1990, traz um novo ordenamento das atividades e posicionamentos do CEOM. Enquanto a tendência parecia a de se alinhar o discurso das correspondências àquele dos Cadernos e dos projetos, o que passava pela efetivação de cooperação com instituições de engajamento similar, as antigas parcerias pareciam caminhar em sentido contrário. Dando conta de uma nova política em vigência na ACAFE, Fernando Fernandes de Aquino, Secretário Executivo da entidade escrevia à Santo Rosseto, em 02 de maio de 1990, comunicando à FUNDESTE de que:

---

<sup>353</sup> Correspondência enviada por Pedro Francisco Uczaí a M. Mosart Machado, representante do Instituto de Apoio Técnico a Países do Terceiro Mundo – IAT-TERMUND em 15 de fevereiro de 1990.

Estamos nos deparando com um novo posicionamento político-econômico onde se verifica uma maior austeridade na liberação de recursos pelos Órgãos de apoio e agências financiadoras da área Federal. A situação leva a necessidade não só de se repensar procedimentos, mas redimensionar estratégias, frente a uma nova realidade, procurando novas alternativas financiadoras de projetos a serem encaminhados aos diferentes setores governamentais. E preciso, mais do que nunca, que os princípios que norteiam a elaboração de projetos, sejam rigorosamente obedecidos, para que não se percam espaços, com proposição que venham a serem rejeitadas por simples deficiências formais, ou insuficiência de dados. A ACAFE, no quadro econômico atual vê-se constrangida a reduzir ainda mais o apoio financeiro que vem oferecendo a projetos fundacionais; limitando-o a aqueles considerados imprescindíveis ao desenvolvimento educacional e que não puderam receber auxílio de uma agência governamental, por não se enquadrar em suas prioridades de financiamento. Mais do que nunca e o momento de somarem esforços para que juntas as Fundações planejem os eventos anuais, no sentido que não dispensarem energias e recursos em prol da Educação Superior de nosso Estado<sup>354</sup>.

O novo posicionamento político-econômico não traz uma definição mais ampla das razões crise, apenas pontua como reflexo direto a maior dificuldade que se teria quanto a aprovação de projeto e a liberação de recursos. A redução de investimentos, era posta, ainda que causasse constrangimento, como certa. Ao que parece, há um direcionamento de forças e de justificativas em torno da manutenção da Educação Superior e daqueles projetos “*considerados imprescindíveis ao desenvolvimento educacional*”<sup>355</sup>. A questão é saber, diante do exposto, quais seriam esses projetos. Aparentemente, reservadas as delongas discursivas, o intuito central da mensagem é dizer que atividades de extensão não estariam contempladas nesta nova política. Assim, a posição

---

<sup>354</sup> OF.CIRC. 035/90 assinado por Fernando Fernandes de Aquino, Secretário Executivo da ACAFE, e enviado a Santo Rosseto, Diretor da FUNDESTE, em 02 de maio de 1990.

<sup>355</sup> Idem.

da ACADEMIA de Extensão de encontro às políticas que se tinha planejado para a FUNDESTE para este ano e contrastava com o crescimento apresentado pela mesma no ano anterior. Um detalhamento destas atividades previstas pode ser visto na relação que segue:

Quadro 1 - Atividades de Extensão: Ciclo de debates e palestras 1990

DATA	Denominação Evento	Possíveis Palestrantes	Público Envolvido
08/03/90	A questão feminina no Oeste Catarinense (Mesa Redonda)	Vanderlite, Arlene, Pedro, Jacir Casagrande	2º P. SS e 3º Ped.
14/04/90	A questão indígena no Brasil e no Oeste Catarinense (Mesa Redonda)	CIMI/Wilmar FUNAI	6º Ped. E 2º SS
02/05/90	O processo de Constituição do Operário Brasileiro (Mesa Redonda)	Pedro / João Boether, Luis A. Lajus / Mimo	DIR – ADM - CC
14/05/90	Escravidão e Racismo no Brasil (Palestra)	Arlene / José Darci	DIR – LETRAS – 4º PED.
13/06/90	Atitudes em relação ao Tempo e Planejamento Econômico (Palestra)	Arlene	2º ADM – 2º CC
17/08/90	O processo emancipatório latino-americano: San Martín e Bolívar (Palestra)	Betty / José	HIS – DIR
06/09/90	Independência do Brasil: o nacionalismo e seus dilemas (Palestra)	Hermogenes	HIS – MAT*
21/09/90	A questão ecológica na região Oeste (Mesa Redonda)	Renato Zonta, Dorvalino Casagrande, Valmor Lunardi. Mov. Ecológico Maravilha	2ª e 3ª S. do 2º Grau
12/10/90	Os projetos de integração Latino-americana (Mesa Redonda)	Bottan / Pedro / Lisboa	1ª e 2ª S. do 2º Grau
13/11/90	A Revolução Francesa e seus desdobramentos (Mesa Redonda)	Lúcia – Alceu - Santo	HIS / LET / 5º PED.

\*MAT aparecia riscado a caneta.

Este ciclo de palestras programadas para o decorrer de todo o ano de 1990, estava diretamente ligado às ações ocorridas no ano anterior. Dentre as atividades presentes no relatório daquele ano, apresentado pela FUNDESTE, estavam a obtenção da aprovação do curso de Licenciatura Plena em História e a conseqüente formação de Corpo Docente necessário. Dentre os profissionais contratados estavam:

Pedro Uczai, “mestrando em História pela PUC – São Paulo, para exercer a função de Professor do CES e Coordenação do CEOM”; Arlene Renk, mestranda em Antropologia Social, pela UFRJ, para exercer a função de Professora do CES e membro da equipe de pesquisa e extensão do CEOM; Jacir Casagrande, mestrando em Sociologia política pela UFSC, para exercer a função de professor do CES/FUNDESTE e chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais; Alceu Werlang, mestrando em História pela UFSC, para exercer a função de professor do CES/FUNDESTE e Coordenador do Curso de História<sup>356</sup>.

Mais do que a demonstração tácita de que a fase iniciada com a mudança de coordenação que destituiu Ilda Brisot e empregou Pedro Uczai trazia uma política muito mais declarada no sentido do engajamento do CEOM com os grupos considerados preteridos por uma história “tradicional”, a leitura da tabela, com suas respectivas propostas de debate e debatedores, evidencia a discrepância entre uma FUNDESTE que estava se abrindo a uma proposta de história contestadora e participativa, e uma ACAFE que parecia estar se fechando em torno da ideia de priorização do “*Ensino*”<sup>357</sup>. A abertura da FUNDESTE, neste caso, era representada pelo CEOM, seu principal projeto de extensão. Note-se que a criação do Curso de História e as ações do CEOM estão intimamente ligadas. Não só o quadro de contratações executadas pela FUNDESTE no ano de 1989, quando se dá a implantação do Curso, já traz como função de boa parte dos profissionais, atuar junto ao CEOM,

---

<sup>356</sup> Relatório Sucinto das Principais Atividades do CES/FUNDESTE no Exercício de 1989. Fl. 04/05. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>357</sup> Há se ter claro que na mensagem da ACAFE, “*Ensino*” está desvinculado de “*extensão*”. O CEOM, neste caso, como projeto de extensão e, no entendimento da ACAFE, não indissociável da prática de ensino, estaria excluído do rol de prioridades de investimento.

como relação palestra/palestrante que se tinha programado para o ano comprovam essa ligação. Mas essa era apenas uma das demonstrações de que a tomada de partido tanto por parte da FUNDESTE quanto por parte do CEOM, estava se tornando mais evidente. Em 22 de maio de 1990 a circulação de uma “*CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DE CORONEL FREITAS E REGIÃO*<sup>358</sup>”, colocaria ambos (CEOM e FUNDESTE) em meio a uma polêmica institucional.

Nós representantes de Entidades, Movimentos Populares, Movimento Sindical e Partido Político, viemos publicamente denunciar e fazer a nossa manifestação de repúdio as acusações difamatórias e caluniosas, feita ao Companheiro VALENTIN TONINI, Presidente da Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de Coronel Freitas. As Elites dominantes representadas pelo PDS, PFL e PMDB, acusaram mentirosamente o Companheiro TONINI, de ter fraldado e desviado o dinheiro público, no entanto está expressamente comprovado por documento e comprovação de populares, que todo o material comprado (areia, brita, tabuas) está no local da construção, e a contabilidade do hospital está aberta para quem quiser comprovar. O mais repugnante é que essas acusações infundadas, estão sendo feitas a um Companheiro, que já deu prova inequívoca de sua luta e combatividade, sempre em defesa da classe Trabalhadora. Outro fato que faz parte do plano de manobras políticas das Elites dominantes, representadas pelo PMDB, PDS e PFL é que desesperadamente por perceberem o avanço da consciência e da luta dos trabalhadores, da forma mais imoral, anti-ética, criminosa e ilegal, destituíram o Vereador JAIR ANTUNES, que também era Presidente da Câmara, com documento falso, forjado na ausência do mesmo, quando esse se encontrava defendendo a luta pela REFORMA AGRÁRIA, no II Congresso Nacional do Movimento dos Sem Terra em Brasília. Este tipo de procedimento não é um fato isolado de Coronel Freitas, faz parte de um processo desenvolvido pela

---

<sup>358</sup> Trata-se de uma Carta Aberta à população de Coronel Freitas e região, cuja cópia faz parte do Acervo Fundos do CEOM.

classe dominante, articulado como projeto de dominação e exploração, no sentido de desarticular a luta e organização da classe trabalhadora, buscando com isso destruir as Lideranças autênticas e combativas, inclusive usando métodos *facistas*<sup>359</sup>, que vão desde a tentativa de desmoralização até os assassinatos. Desta forma conclamamos a todas as Entidades democráticas e populares, pessoas de bem, para resistirem na luta contra estas atitudes anti-democráticas, caluniosas e violentas, denunciando e se solidarizando com todos aqueles que lutam e doam inclusive sua própria vida em defesa dos Direitos dos Trabalhadores e da construção de uma nova sociedade. Esta nota é de responsabilidade de Representantes do Diretório Estadual do PT, de Diretórios municipais do PT, da CUT Oeste, Sindicatos, M.S.T., O.M.A\*\*<sup>360</sup>, FUNDESTE e Vereadores do PT da região<sup>361</sup>.

O texto em questão tinha ares de discussão político-partidária digna de campanha eleitoral. Mas o que conferia à questão uma problemática inerente à FUNDESTE e ao CEOM, era o fato de a primeira não só figurar como apoiadora da Carta, como ser apontada como uma das entidades responsáveis por sua confecção e distribuição. Como ficava claro no ofício remetido a Pedro Francisco Uczai, por Bruno Antônio Vivian, então presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, em 06 de junho de 1990.

Ilmo. Sr. PEDRO FRANCISCO UCZAI MD:  
COORDENADOR DO CEOM DA FUNDESTE  
Prezado Senhor

A Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, por seu Presidente, que este subscreve, dirige-se a Vossa Senhoria, para solicitar uma manifestação a respeito da inclusão da Fundeste, como uma das Entidades responsáveis pela redação e publicação da " Carta Aberta a População de CORONEL FREITAS E REGIÃO ", datada de 22

---

<sup>359</sup> \*Grafia original.

<sup>360</sup> \*\*Possivelmente se trate da Organização das Mulheres Agricultoras, que ficaria conhecido como MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras).

<sup>361</sup> Carta Aberta à população de Coronel Freitas e *região*, cuja cópia faz parte do Acervo Fundos do CEOM.

de maio de 1990, (Cópia anexa). Tomamos a liberdade de fazer esta solicitação por entender que o documento em questão põe em dúvida a idoneidade do Legislativo Municipal de Coronel Freitas, cujas decisões sempre respaldaram-se em fatos concretos e documentais, que se encontram a disposição para o conhecimento de todos. Anexamos cópia do documento renúncia<sup>362</sup> do Vereador Jair Antunes, sobre o qual o legislativo nada mais fez do que acatar o pedido e tomar as medidas previstas na legislação para sua substituição. As alegações sobre a possível falsificação do documento de renúncia não receberam até a presente data nenhuma prova concreta nem por parte do Vereador envolvido nem por parte da justiça a quem cabe em última instância decidir. Sendo o que nos cabia relatar e solicitar aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe protestos de estima e consideração<sup>363</sup>.

Perceba-se que, ainda que dentre a nominata de apoiadores do manifesto constasse o nome da FUNDESTE, era a Pedro Uczai, na figura de Coordenador do CEOM, que a correspondência, exigindo explicações, era enviada. Do que se pode extrair que a citada participação na redação

---

<sup>362</sup> O referido documento acerca da renúncia do Vereador Jair Antunes, pivô desta polêmica, de fato fora enviado e consta nos registros dos Fundos do CEOM. A transcrição diz: “CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS. Exmo. Sr. Dr. JUIZ ELEITORAL 35 Zona Eleitoral Chapecó - SC. JAIR ANTUNES, Vereador. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Coronel Freitas, com todo o respeito vem à Vossa presença, expor, comunicar e requerer o que segue: 1 - Considerando que meu objetivo principal, como Vereador, era o trabalho de elaboração da Lei Orgânica do Município, a qual foi promulgada no Último dia 05 de abril próximo passado. 2 - Considerando e entendendo que o trabalho foi profícuo, atendeu os objetivos e teve o necessário apoio da população e da comunidade. 3 - Comunica que a partir da presente data renuncia à vereança deste município, cujo mandato lhe foi conferido pelo voto direto e secreto nas eleições municipais de 1988. 4 - Requer sejam tomadas as medidas necessárias e cabíveis e que seja comunicada a Câmara de Vereadores do Município de Coronel Freitas a presente renúncia, que é feita conscientemente e de livre espontânea vontade. N. Termos P. Deferimento. Coronel Freitas, 04 de maio de 1990”.

<sup>363</sup> Correspondência assinada por Bruno Antônio Vivian, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, e enviada a Pedro Francisco Uczai, em 06 de junho de 1990.

e distribuição do movimento tenha sido de sua autoria. O que não significa que a FUNDESTE não corroborasse desta opinião. Hipótese que é reforçada pela negativa de ambos (CEOM e FUNDESTE) em responder às explicações solicitadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas na referida correspondência. No documento em questão constante dos arquivos do Fundos do CEOM, fora escrito de próprio punho: “*não respondido*”<sup>364</sup>”.

O período de gestão de Pedro Uczai frente à coordenação do CEOM é aquele em que se visualiza o maior alinhamento entre as posições defendidas no projeto de implantação do próprio órgão e no conteúdo de seus Cadernos, com a postura assumida pelos responsáveis por sua gestão. Como visto, neste momento temos uma inclinação e uma escolha clara não apenas por determinados segmentos sociais, mas por partidos políticos propriamente ditos. O posicionamento naquilo que poderíamos definir à época de uma corrente de esquerda de base marxista é de fácil percepção entre os principais agentes à frente do projeto do CEOM. Alguns com posição partidária e futura atuação política em cargos efetivos como é o caso de Nemésio da Silva e Pedro Uczai. Outros, embora sem esse tipo de participação, demonstram pelo menos no campo teórico defendido, um alinhamento com este tipo de visão político-partidária. Dentre os partidos que pareciam ter boa aceitação e ideais defendidos por membros do grupo formando a base ideológica de cunho partidário do movimento estavam o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Há que se ter em mente, em se tratando do segundo, que as décadas em questão neste estudo marcam o surgimento, desenvolvimento e auge de uma visão política que encontra seu maior expoente na sigla que se propunha a representar a classe trabalhadora. Entre os anos de 1980 e 2010 vemos a criação e auge do PT.

Na disputa que opunha defensores de um modelo estabelecido e promotores de um processo de reescrita da história e de mudança social, não por acaso, o período em que CEOM parece assumir sua postura mais declarada e combativa no tocante às propostas encampadas e às posições políticas assumidas é seguido pela desarticulação do grupo e consequente interrupção das atividades que se deu entre o final de 1990 e meados de 1992. Nas eleições para a os cargos de comando da FUNDESTE daquele ano, o grupo ligado a Santo Rosseto e ao CEOM perde e, como consequência, uma série de cortes de efetivo e de verbas leva o CEOM

---

<sup>364</sup> Anotação feita no documento.

quase que ao fechamento<sup>365</sup>. Estes acontecimentos nos ajudam a perceber com mais clareza o cenário em que o CEOM propôs seu projeto de mediação da memória e de reescrita da história e com quais tipos de dificuldades teve de lidar. Retomaremos essa questão mais adiante. Antes disso, fechada esta primeira fase do CEOM (1985-1990) no que concerne aos tramites internos, faz-se necessário uma investida nas propostas e nos fundamentos teóricos, metodológicos e ideológicos que constituíram a base do seu projeto fundamental.

---

<sup>365</sup> Ver: PAIM Elison Antonio. **Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória.** In. Cadernos o Ceom – ano 19, n 23.



### **CAPITULO III - O CEOM COMO MEDIADOR DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA; FUNDAMENTOS DE UM PROJETO**

“Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar assim em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra forma. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho (ibid., p.84) ”.

(RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** / tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 178).

#### **3.1 O PROJETO DO CEOM (1985); TEORIA E FUNDAMENTOS**

Uma vez apresentado o esboço do processo envolvendo as relações internas e os demais contatos que permitiram ao projeto do CEOM estabelecer-se, consolidar-se e atuar com reconhecido grau de relevância no tocante às ações de cunho cultural e às políticas de “*resgate*” e preservação histórica no Oeste Catarinense até o período de interrupção temporária de suas atividades ocorrida entre o final de 1990 e meados de 1992, cumpre trazer para a análise um pouco das bases teórica e ideológica sobre as quais foram pensadas essas ações. Tentamos demonstrar nas páginas anteriores, o modo como o CEOM estabeleceu sua política de contatos, como divulgou seus Cadernos, como mobilizou seus agentes e organizou a capacitação dos mesmos. Trata-se agora de buscar, dentro destes projetos e textos veiculados em suas publicações, a estrutura de pensamento desses intelectuais que idealizaram e deram vida a esse projeto. Propomos uma investida que parte do primeiro esboço do projeto do CEOM nos moldes que o caracterizou, datado de 1985, passando pelos textos de subprojetos e publicações periódicas até o ano de 1989. Pretendemos com isso, lançar uma luz sobre o possível teor das discussões que eram travadas nestas reuniões e oficinas bem como procurar estabelecer a relação entre os discursos presentes em uns e em outros (correspondências, projetos, subprojetos, periódicos) tipos de fontes. Nos capítulos anteriores nos reportamos inúmeras vezes às mensagens enviadas aos mais variados interlocutores com quem o CEOM mantinha contato, dando conta do projeto que se tinha. Deste modo, faz-se necessário neste momento, demonstrar como era esse projeto, quais eram as fundamentações que o embassavam e em razão de quais tipos de

interação dos agentes eram estabelecidos.

O Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste catarinense, *“este novo organismo<sup>366</sup>”* dizia o projeto de implantação de 1985, *“como o próprio nome sugere, pretende coordenar a preservação dos elementos realmente representativos da realidade sócio-cultural da região, entendida no sentido amplo e dinâmico que Ribeiro (1981) confere ao termo cultura, envolvendo o pensar e o agir de um povo no seu constante esforço de domínio sobre a natureza e no ordenamento de suas relações sociais internas e externas<sup>367</sup>”*. Dando, já em sua descrição inicial, uma noção concisa do modo como era pensada a cultura e sua relação com o social. Neste momento, do mesmo modo que evidenciamos nos discursos direcionados aos representantes locais, a narrativa de apresentação e de justificativa da proposta, gira em torno de preceitos regionais, como a busca por raízes históricas, o estado praticamente virgem de estudos sobre a cultura local e a necessidade de entendimento da realidade social para servir de subsídio aos estudantes em nível de 1º e 2º graus. Uma ligação essencial era estabelecida assim, entre pesquisa, ensino e ação política.

Para não desencadear um processo isolado, paternalista ou até mesmo na forma de "invasão cultural" (na expressão de Freire, 1982), a FUNDESTE objetiva fazê-lo de maneira estreitamente integrada com toda a comunidade regional, articulando-se particularmente com toda a rede de ensino de 1º e 2º graus que cobre sua região de abrangência. Trata-se, portanto, de um projeto eminentemente educacional que coloca o processo histórico de evolução social da comunidade como conteúdo dinâmico do ensino-aprendizagem em caráter participativo<sup>368</sup>.

O modo como a implantação do programa era pensado, demonstra a lógica de interligação entre as duas etapas em que se dividiriam as ações. Em uma primeira fase, far-se-ia a capacitação dos agentes responsáveis pelos trabalhos de juntada dos objetos e manifestações culturais passíveis de arquivamento. Capacitação esta que passava pela definição daquilo

---

<sup>366</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 02. Acervo CEOM.

<sup>367</sup> Ibidem.

<sup>368</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 02. Acervo CEOM.

que deveria ser priorizado nos trabalhos de coleta. A segunda fase, por sua vez, estaria destinada a dar uso ao que havia sido obtido na fase anterior. O que não só demonstrava a utilidade do projeto, como justificava a atuação dos agentes mobilizados para a execução das atividades. Esta espécie de *feedback* em que eram atrelados pesquisa, ensino e extensão sob o discurso da ampla participação comunitária era empregada, na formulação do CEOM, ainda enquanto projeto da FUNDESTE. Preparando-se, desta feita, o enlace - pesquisa/ensino/extensão – necessário para os processos de autonomia universitária que viriam a se materializar futuramente<sup>369</sup>.

A organização técnico-científica e operacional da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina, através do presente projeto será implementada por programas de levantamento de todo instrumental apto para obtenção dos objetivos gerais e específicos do projeto e de integração entre educação e cultura, a nível dos municípios que compõem a região do Distrito Geo-educacional como área de abrangência da FUNDESTE. Todo o projeto, necessariamente, abrangerá duas grandes fases ou programas, doravante denominados Programa I e Programa II. O Programa I envolverá atividades de alocação e capacitação teórico - política dos recursos humanos que executarão o projeto, a começar pelas ações de seleção, coleta, classificação, registro e guarda do patrimônio sócio-cultural específico. O Programa II desencadeará o processo de utilização a nível escolar e a nível social extra-escolar do patrimônio socio-cultural selecionado, coletado, classificado, registrado e guardado pelo Programa I. Dentro do princípio da participação ativa em todas as instâncias do processo, ambos os programas contarão com a contribuição de todos os envolvidos na preparação, execução e avaliação das atividades que compõem os dois Programas. Os sujeitos da ação serão: Comissão de Coordenação:

---

<sup>369</sup> Congregar ensino, pesquisa e extensão é um dos requisitos para a concepção de caráter universitário a centros de ensino superior. Quando falamos dos processos de autonomia futuros da FUNDESTE, fazemos referência aos processos que levaram a criação da Unoesc-Chapecó e da transformação desta em Unochapecó respectivamente nos anos de 1995 e 2002.

composta de professores Técnicos. Assessores do CES/FUNDESTE, designados pelo seu Departamento de Educação Permanente. Estudantes (na qualidade de bolsista ou não) e estagiários das Licenciaturas do CES/FUNDESTE. De preferência serão incentivados a participar alunos-professores residentes na comunidade onde serão realizados os Programas I e II. Professores, técnicos das secretarias ou Departamentos de Educação dos municípios e alunos das Escolas de 1º e 2º grau situadas no município de cada Programa. Animadores ou agentes culturais municipais, pessoal que, sem formação acadêmica específica, desenvolvam ou tenham inclinações ou experiência para desenvolver trabalho de preservação cultural<sup>370</sup>.

Essa necessidade de congregar o maior número de agentes possíveis para a execução de seu projeto, fazia com que o critério para integração se resumisse a ter inclinação ou alguma experiência para desenvolver os “*trabalhos de preservação cultural*”<sup>371</sup>. A sabida inexistência, por parte dos idealizadores do projeto, de profissionais capacitados, inclusive dentro da FUNDESTE, condicionava os trabalhos ao desenvolvimento desse tipo de capacitação. Daí a necessidade de se alargar tanto o leque de passíveis participantes. O que valia também para a demanda por financiamento. Como vimos nos capítulos anteriores, tratar de parcerias com responsáveis por espaços de preservação dos municípios da *região* significava, quase sempre, tratar com secretários de cultura, com presidentes das câmaras de vereadores ou com prefeitos municipais. Indivíduos com filiação e posições políticas, o que explica a tendência a se usar, nesses casos um discurso mais genérico e diplomático.

Em consonância com os princípios da pesquisa entendida como processo participativo permanente da comunidade na realidade social, neste primeiro programa de operacionalização do projeto, a FUNDESTE, enquanto instituição regional de ensino superior necessita criar as condições gerais para o envolvimento de todas as comunidades dos

---

<sup>370</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 16-17. Acervo CEOM.

<sup>371</sup> Ibidem.

municípios que constituem sua área de abrangência. Isso se dará em dois momentos distintos: a) Capacitação de agentes locais do Processo em todos os Municípios Interessados da Região. Essa capacitação se fará: 1º) pelo estudo teórico-prático efetuado na FUNDESTE com todos os alunos dos cursos de Licenciatura provindos dos diversos municípios da região, e que deverão assumir a coordenação em suas comunidades de origem, através da rede de escolar em que atuam; 2º) por treinamentos específicos, efetuados nas próprias comunidades municipais, envolvendo professores da rede municipal e estadual, a nível de 1º e 2º graus, para também assumirem o desdobramento do processo em suas comunidades. Tanto para o estudo teórico-prático no CES/FUNDESTE, como para os treinamentos municipais, serão aproveitadas as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia Cultural e outras, procurando buscar, entre professores e futuros agentes do processo, uma visão mais ampla e mais concreta possível de todo o desenrolar histórico da região<sup>372</sup>.

Como visto, não só a criação do CEOM se deu como projeto de extensão vinculado à FUNDESTE, como boa parte do processo a ser desenvolvido em sua ação de coleta e capacitação dependia<sup>373</sup> da estrutura

---

<sup>372</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 17-18. Acervo CEOM.

<sup>373</sup> A atuação de CEOM e FUNDESTE parecem se misturar nos primeiros anos de convívio. Mais do que um reconhecimento, a declaração de Pedro Uczai, que foi professor da FUNDESTE, membro e coordenador do CEOM, proferida durante as comemorações dos 20 anos do órgão, em 2006, demonstra essa condição. *“Inicialmente, quero cumprimentar a Bety [Hilda Beatriz Dmitruk] e os demais, por estar aqui nessa noite. Sinto saudades, lembranças das memórias construídas, num período que participei do Centro de Memórias. Quero lembrar mais do que junto com o Centro de Memória, a Fundeste, até porque, não é possível, para mim, no período que estive no CEOM, descolar o CEOM das lutas institucionais, inclusive da FUNDESTE, das disputas, das tensões, dos bons conflitos, e das boas lutas construídas na antiga FUNDESTE. Depois, naquele período, nasceram muitas experiências de boas lutas.* Depoimento realizado pelo ex-coordenador do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, durante a semana comemorativa aos 20 anos do CEOM, na Mesa Redonda: Memórias de Um Centro de Memórias: O CEOM no Oeste Catarinense. p.01.

da instituição. O uso se estendia à utilização das disciplinas de matérias afins (História, Geografia, Sociologia, Antropologia) como espaço de discussão e de promoção dos conteúdos de projeto. Cabe lembrar que neste momento, o Curso de História da FUNDESTE ainda não havia sido fundado, o que só aconteceria em 1989. Então, neste caso, quando o projeto fala em “*disciplinas de História*”<sup>374</sup>, não se trata de disciplinas do Curso e sim das disciplinas de História que deveriam fazer parte da grade de outros cursos. Assim, estribado na estrutura da FUNDESTE, o projeto delineava as atividades do seguinte modo:

Esse processo histórico será dividido em princípio, em duas grandes etapas: 1º) Proto-História do Oeste Catarinense: informações e análises sócio-culturais das populações tribais que ocupavam e dominavam essa região antes da chegada dos colonizadores europeus. 2º) História da Colonização do Oeste Catarinense: reconstrução da história do povoamento, da colonização e da exploração intensiva do solo pelos colonizadores europeus e seus descendentes em três fases sucessivas: Fase do Bandeirismo, do Tropeirismo e da Ocupação Cabocla: caracterização do Oeste Catarinense, particularmente como ponto de passagem e de pouso das bandeiras e tropeiros que ligavam entre si o Estado de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, através da comercialização do gado vacum, e cavalariagem desde o século XVII. Desta fase serão coletados e restaurados particularmente os registros históricos, com especial menção às narrações de viagens de bandeirantes que vasculharam a região, traçando caminhos de passagem entre os Estados vizinhos. Fase da Guerra do Contestado: estudo e análise dos documentários que permitem verificar a superação sangrenta da fase cabocla de ocupação e povoamento da região. Além dos registros bibliográficos, esta fase será estudada e analisada por documentos materiais ainda existentes (instrumentos, indumentária, fotos, etc., e testemunhas orais de protagonistas que ainda vivem. Fase da Colonização Definitiva: estudo da

---

<sup>374</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 17-18. Acervo CEOM.

emigração gaúcha procedente da fronteira norte do Rio Grande do Sul, Constituindo-se, de algum modo, na etapa que dura até hoje, esta fase será estudada nas suas diversas etapas, desde o retalhamento das grandes extensões de terra, através das primeiras companhias colonizadoras até o atual estágio de agroindustrialização com seu modo típico de articulação com a pequena propriedade e internacionalização da produção local. A documentação material e a memória oral serão fortemente aproveitadas na ilustração desta fase<sup>375</sup>.

Nesta primeira relação, estão tipificados os recortes temporais com base nos quais se procederá o levantamento. Como visto, a divisão respeitava a ordem cronológica dos acontecimentos, ainda que mudassem os personagens prioritários. A noção de reescrita ficava evidente tanto pela preocupação inicial em fazer constar as “populações tribais<sup>376</sup>” e a “fase cabocla”, como pela proposta de “reconstrução da história” da colonização<sup>377</sup>. Na divisão das tarefas, a fase que seria a de coleta, registro e classificação era diretamente ligada e dependente da fase de capacitação dos “profissionais<sup>378</sup>” que iriam desempenhá-la. Assim, o projeto precisava lidar com elas de modo simultâneo. Para tanto, além dos recursos humanos e estruturais – professores, alunos das licenciaturas - possibilitados pela FUNDESTE, era feita uma investida junto aos municípios<sup>379</sup>, redes municipais e estadual de educação e, em última

---

<sup>375</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 18. Acervo CEOM.

<sup>376</sup> Ibidem.

<sup>377</sup> Uma observação nesse sentido cabe ao processo de inserção de colonos na região oeste de Santa Catarina quando da criação das Colônias Militares de Chapeco e do Chopim, regulamentadas pela Lei nº 729, de 09 de novembro de 1850 e criadas pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 que, a despeito do recuo temporal e da proposta inicial para uma colonização do Oeste, não são mencionadas no conjunto de fatos descrito pelo projeto do CEOM. A esse episódio fizemos menção no capítulo anterior.

<sup>378</sup> Ibidem.

<sup>379</sup> “Constituição do Comissões Municipais de Coordenação de Memórias sócio-culturais. Todo município da região, interessado a participar do projeto regional, organizará Comissões Municipais encarregadas de coordenar a execução do mesmo em âmbito de sua administração. A essa comissão municipal incumbirá, em primeiro lugar a elaboração de sub-projetos, nos quais constarão todos os passos de operacionalização desde os recursos humanos, materiais e técnico

instância, a todos aqueles que tivessem alguma familiaridade e interesse pelo tema.

Percebe-se que para a execução de um projeto de tamanha envergadura, o meio pelo qual se pensava o desenvolvimento das atividades também era audacioso. Na ideia original, intentava-se estabelecer uma ampla rede de colaboradores que, grosso modo, cobriam o campo do ensino regional nos níveis superior, secundarista e fundamental. Além dos professores dos cursos de licenciatura da FUNDESTE, seriam recrutados professores dos níveis de 1º e 2º graus nas esferas estadual e municipal da área de abrangência da FUNDESTE. Às Comissões municipais caberia formular subprojetos, e encarregada por coordenar os trabalhos estaria uma equipe Multidisciplinar, que seria formada por pelo menos 5 profissionais das áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais em atividade na FUNDESTE. Dentre os acadêmicos das licenciaturas, buscar-se-ia aqueles dispostos a assumir a coordenação local das atividades e que, junto dos demais, deveriam passar

---

*até os programas e cronogramas do trabalho permanente. Atividade A: Criação de uma equipe Multidisciplinar que conduza o aproveitamento permanente dos dados sócio-culturais da região para o ensino, a pesquisa e a extensão em conjunto com as escolas de 1º e 2º graus. META: Reunir pelo menos 5 especialistas de diferentes áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais como: História, Geografia, Sociologia, Antropologia e Economia) que se disponham a compor a equipe de coordenação central do projeto e capacitá-los para suas funções na FUNDESTE, através de um curso intensivo de aperfeiçoamento específico. PRAZO: Até Maio de 1986. Atividade B: Estudo teórico-prático efetuado no CES/ FUNDESTE com todos os alunos de Licenciaturas, provindos dos diversos municípios da região e que desejam fazer parte da coordenação em suas comunidades de origem do presente projeto. META: Realizar um curso de aperfeiçoamento para capacitação específica dos recursos humanos necessários ao presente projeto com três etapas ou estágios, envolvendo todos os alunos de Licenciaturas que se candidatarem à coordenação de alguma comissão municipal de área de abrangência da FUNDESTE. PRAZO: Até Maio de 1986. c) Atividade C: Treinamento específico, efetuado nas próprias comunidades municipais, envolvendo professores da rede municipal e estadual, a nível de 1º e 2º graus que se candidatarem a assumir o desdobramento do projeto em suas comunidades. META: Atingir, através de treinamento específico 10 comunidades municipais da região com bases em dois critérios: 1º) Existência já comprovada através de levantamentos científicos de sítios arqueológicos. 2º) Existência de alguma agência cultural que já esteja atuando na atividade de preservação ou levantamento da memória sócio-cultural local. PRAZO: De Junho a Dezembro de 1986. Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 19-20. Acervo CEOM.*

pela devida capacitação. Como último objetivo desta fase, pretendia-se identificar, pelo menos, 10 municípios onde já houvesse comprovadamente algum registro de sítio arqueológico e/ou atividade reconhecida de “*preservação ou levantamento da memória sócio-cultural local*”<sup>380</sup>. Tudo isso num espaço de tempo que variava de maio a dezembro de 1986. Destaque-se, dos dois requisitos que deveriam ser observados para a eleição dos primeiros municípios, o fato de se prezar pela manutenção de espaços de memória no próprio local e a preocupação nítida com a busca de elementos que representassem a cultura indígena. Também coerente com esses pressupostos, mas agora no que tange à lógica da retroalimentação que apontamos, tínhamos descrito como “*PROGRAMA II*” a efetivação das tarefas de “*localização, seleção, coleta, classificação, registro e guarda das primeiras amostras do patrimônio socio-cultural da região*”<sup>381</sup>.

Sob a coordenação geral do Setor de Educação Permanente do CES/FUNDESTE, assessorado por um corpo técnico de profissionais contratados ou conveniados de outras instituições, as comissões municipais darão início ao trabalho de campo propriamente dito. Inicialmente será necessário desenvolver um minucioso trabalho de coletar e organizar as fontes de informação a respeito da existência e da natureza do patrimônio sócio-cultural existente no âmbito de cada município. Deste trabalho inicial resultará, em cada município participante, uma biblioteca municipal especializada ou seção especializada de eventuais bibliotecas municipais já anteriormente existentes<sup>382</sup>.

A participação da estrutura da FUNDESTE, especialmente no que concernia ao seu material humano, era, ao lado da organização das comissões locais de memória, uma das principais bases sobre as quais o sucesso do projeto estava depositado. Dela dependia toda a organização das atividades em fase de projeto, bem como a viabilização de parcerias e a capacitação dos agentes. Das Comissões, por sua vez, dependia o processo de efetivação das atividades junto aos municípios de quem se

---

<sup>380</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 20. Acervo CEOM.

<sup>381</sup> Ibidem.

<sup>382</sup> Ibidem.

esperava, entre outras coisas, o mapeamento dos possíveis acervos bibliográficos locais. Acerca do que o texto de 1985 propunha, “*a este acervo bibliográfico e literário, poderão ser agregadas as gravações da memória oral e as micro-filmagens de obras e periódicos de valor histórico*”<sup>383</sup>. E continuava agora falando sobre o mapeamento dos sítios arqueológicos:

Com base nas informações obtidas no procedimento anterior e através de outras informações orais obtidas em pesquisas de campo, será elaborado um detalhado mapeamento de sítios arqueológicos da proto-história eventualmente existentes na região em geral e no município em particular. Nesse domínio, poderão ser aproveitados os resultados descritivos da pesquisa e levantamento efetuados por outras instituições, como os da UFSC, realizados no período 1980/84<sup>384</sup>. A par dos sítios arqueológicos, para informação e descrição da proto-história, serão localizados todos os objetos, artefatos, bens documentais que servem de informação e descrição da colonização regional, tais como: instrumentos primitivos de cultivo do solo, meios primitivos do transporte no meio rural, e meios e instrumentos rudimentares para fabricação de alimento e bebidas, instrumentos de plantio, conservação e preservação de plantas e coleta de produtos agrícolas, utensílios domésticos, apetrechos para lidar com animais, indumentários, armas, primeiras máquinas e motores, meios e instrumentos de produção industrial, etc.<sup>385</sup>.

Chama a atenção a amplitude que se pensava dar ao projeto, tanto no que concernia ao processo de estudo, quanto no tocante às pretensões

---

<sup>383</sup> Ibidem.

<sup>384</sup> No tocante ao auxílio do material previamente catalogado de que o texto faz menção, possivelmente a referência era ao trabalho de pesquisa acerca dos sítios arqueológicos existentes na *região* Oeste de Santa Catarina, desenvolvido pela UFSC na década de 1980, e que originou a seguinte publicação: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Projeto Arqueológico Uruguai: Síntese do levantamento e escavações de sítios arqueológicos no Município de Chapecó. Florianópolis, 1983.

<sup>385</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 18. Acervo CEOM.

de coleta e de armazenamento. A proposta de estudo pretendia uma (re) escrita da história regional que cobrisse da pré-história à colonização. Enquanto a proposta de “*resgate*”, catalogação e armazenamento se estendia a objetos de toda natureza. A descrição de itens de interesse contempla, inclusive, objetos de porte extremamente grande e que, por certo, constituiriam um problema sério de logística. Armazenar e conservar objetos como “*meios primitivos de transporte*”<sup>386</sup>, por exemplo, demandariam um espaço físico que o CEOM não dispunha. Aliás, neste momento, em se tratando de espaço físico, há que se lembrar que ele não existia nem para as atividades elementares do grupo. É verdade que o propósito inicial era o de que estes objetos ficassem armazenados junto aos Museus Municipais já existentes ou que viessem a ser fundados, mas ainda assim a preocupação com os meios pelos quais se daria conta disso - acomodação de acervo tão variado e amplo -, não parecia ensejar grandes preocupações e era posta apenas como algo que ficaria a cargo das Comissões Municipais. Como podemos ver na passagem que segue:

Para que as atividades desta etapa do processo se atenham às normas e técnicas de um rigoroso procedimento científico, serão executadas por pessoal especificamente preparado, a nível de graduação e pós-graduação Lato sensu, no mínimo. A FUNDESTE aparelhar-se-á, através de contratações e ou convênios, de assessores oriundos de outras instituições para o desempenho da coleta, classificação, registro e guarda do material destinado a constituir o patrimônio sócio-cultural da região. O espaço físico especificamente destinado para a guarda de material bem como todo o equipamento técnico a esse fim deverá ser garantido em cada município pelas respectivas comissões de coordenação local, com recursos previstos nos respectivos sub-projetos<sup>387</sup>.

Como pode-se observar, a preocupação maior por parte dos idealizadores do projeto parece ser com a capacitação técnica dos agentes promotores, tanto que as ações ligadas à assinatura de convênios visando o assessoramento e possíveis auxílios de funcionários de outras

---

<sup>386</sup> Ibidem.

<sup>387</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 20. Acervo CEOM.

instituições para o desempenho das atividades já eram pensadas no projeto e, como vimos no capítulo anterior, deram-se de modo bastante satisfatório. À medida que analisamos a estruturação do projeto, vai ficando cada vez mais notória a distância entre aquilo que se tinha por objetivo no projeto daquilo que era a comumente veiculado nas correspondências, pelo menos até 1989. Lá, falava-se de modo genérico, de um “*resgate*” da história dos municípios, com ênfase nos acervos públicos. Aqui a proposta cogita uma rescrita de toda a história regional que, gradativamente, assume ares mais claros de compromisso com segmentos considerados excluídos e postura combativa em relação ao que se define como uma história “tradicional”.

No projeto em que se pensou a implantação do CEOM, antes mesmo de sua efetivação, estava delineada a tríade que acompanharia sua atuação nos anos seguintes, a saber: o “*resgate*” e consequente salvaguarda da memória regional; a pesquisa e o ensino de uma história revisionista; o estabelecimento de redes de cooptação de agentes para a realização desta empreitada. Obviamente estes pontos estão ligados e estabelecem uma política de retroalimentação. Assim, os mesmos fundamentos que definiam quais memórias deviam ser privilegiadas nesse estudo, bem como as razões dessa escolha, são os mesmos que definem o modo de leitura da sociedade e o papel do ensino na conscientização dos grupos identificados nessa primeira etapa, a saber, a da escolha das memórias. Por último, resta o estabelecimento das redes que tendem a engajar estes elementos dentro de um projeto que lhes é apresentado como de seu interesse e do qual serão protagonistas. Deste modo, aqueles grupos considerados desfavorecidos, sejam etnias (indígenas, caboclos), “*minorias*” (mulheres), ou qualquer grupo que se identificasse (movimentos sociais) com essa ideia de escrita ou de reescrita da história, tornava-se agente potencial.

### 3.2 CONHECER-SE PARA SER AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO; A FUNÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA

Fazendo menção ao novo momento político que preconizava a aproximação dos centros de ensino com a realidade local ou com “*contexto sócio-cultural*”<sup>388</sup> em que estavam inseridos, em 1986 a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) assumia a sua condição de agente de intervenção e lançava-se à

---

<sup>388</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 03. 1987.

elaboração de um projeto, de cujos tramites demos nota anteriormente, para a implantação de um Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste Catarinense – CEOM. Pensado como parte de uma proposta com fôlego de longo prazo, o planejamento inicial contava com todo um aparato teórico-metodológico que, além de justificar o empreendimento, apresentava os meios pelos quais se pensava atingir os propósitos e os mecanismos que garantiriam a execução. Sua proposta contemplava uma dinâmica coletiva tanto no que concernia ao seu processo de execução, uma vez que era parte vital do projeto a participação coletiva, como no retorno que se esperava do mesmo; o desenvolvimento de um conhecimento histórico regional capaz de auxiliar os indivíduos desta *região* no processo de se compreenderem enquanto “*agentes da própria história*”<sup>389</sup>.

Este documento constitui-se no primeiro passo para a consecução dos diferentes projetos que o Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste – CEOM/FUNDESTE – desenvolverá, no período de 1988/89, com apoio do CNPq, do MINC, da FUNARTE e do Sistema Nacional de Museologia. Objetiva-se, com o mesmo, fundamentalmente, fornecer subsídios teórico-práticos para a operacionalização sequencial do processo de recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural, que o CEOM agencia junto a maioria dos municípios pertencentes à região geo-educacional do CES/FUNDESTE<sup>390</sup>.

Assim, logo na apresentação do projeto eram delineados: razão, justificativa, objetivos e meios pelos quais se pretendia desenvolver as atividades propostas. Como se pode observar, na publicação destinada a orientar as ações constava: “*desde 1986, o CEOM vem desenvolvendo uma intensa atividade visando implementar um programa participativo*”<sup>391</sup> *de toda a população oestina, na constante descoberta e*

---

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> Ibidem.

<sup>391</sup> Como primeira referência para o manual em questão, era citado, mais especificamente no que se referia a “especificação das fontes” a obra de NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade; ensaio sobre a metodologia das Ciências Sociais, São Paulo, Brasiliense, 1984. 101p. A respeito disso, autora e obra foram deste modo apresentadas no trabalho de CARVALHO, Cícera Maria de. NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. São

*valorização da cultura local*<sup>392</sup>”. Entendendo que o “*propósito de possibilitar a reaproximação do passado coletivo não se esgota no levantamento da documentação, nem no seu tratamento técnico-metodológico. Entende o CEOM que o conhecimento histórico, além de ser uma das formas de apreensão da realidade presente, deve também propiciar uma ação do homem sobre sua realidade*<sup>393</sup>”. Note-se que, neste caso, mais do que da descrição das atividades a serem desenvolvidas, temos a definição do posicionamento teórico do projeto e, conseqüentemente, de sua compreensão de realidade e do papel da história deste sentido. Sentido de transformação, como se pode perceber. Deste modo, anotava-se ainda, “*o resgate das raízes sócio-culturais, desencadeado pelo CEOM, pretende tornar as comunidades mais conscientes de si mesmas como agentes da própria História*<sup>394</sup>”.

### 3.3 UMA REALIDADE EM DISPUTA

Sendo o ato de divisão que constitui uma *região* um dos fenômenos de poder dos “*atos de classificação*<sup>395</sup>”, como apregoa Bourdieu<sup>396</sup>, e

---

Paulo: Brasiliense, 1987; 101p. Revista Marcas Educativas Teresina, v.1, n.1, p. 86-88, Ago., 2011: “*É formada em História pela Faculdade de Filosofia de Rosário, município de Santa Fé na Argentina. Foi professora dos cursos primário, secundário e superior. Na Espanha, trabalhou no ensino primário e atualmente é professora de uma escola técnica em um bairro popular de Madri. A brasileira publicou os livros: Uma escola para o povo; As ciências sociais na escola; A escola e a compreensão da realidade. O livro “A escola e a compreensão da realidade” está dividido em quatro capítulos versando sobre as temáticas: Os homens de nossa localidade cujo objetivo é ver e compreender a realidade; Os homens do nosso tempo que discute a tomada de consciência dos problemas de nossa época, assumindo compromissos diante dos mesmos; Os homens de outros lugares que busca conhecer e compreender como vivem e se desenvolvem os homens de diferentes lugares; Os homens de outros tempos que busca situar o ser humano na realidade com um senso crítico, apelando para a dimensão “passada” dando elementos necessários para a compreensão do presente*”.

<sup>392</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 04. 1987.

<sup>393</sup> Ibidem.

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p 176.

<sup>396</sup> A asserção de Bourdieu acerca desse tema, direciona para duas observações. Primeiro a da estreita relação que envolve os fenômenos de formação e de afirmação da *região* e da nação. Ambas, dividem boa parte dos preceitos fundacionais. Esta relação que é simbiótica, visto que partilham de diretrizes

sendo ainda a realidade o modo como se representa um determinado momento ou uma determinada situação, segundo os mecanismos de enunciação que operam na relação da objetividade científica e da subjetividade do “*real*” vivenciados pelos indivíduos, toda ação que reivindica o direito de reescrever, recuperar ou “*resgatar*” algo, nunca se dá impunemente. Todo enunciado sobre a realidade vindo do campo científico acarretará algo no campo prático. Essa postura, portanto, precisa ser estudada no que concerne à sua repercussão sobre a estrutura que compreende memória, história e educação. Não esquecendo de observar que, esta última, a educação, ao que nos parece, exerce um papel primordial no que concerne à constituição das duas primeiras, história e memória<sup>397</sup>.

Visualizamos no projeto do CEOM uma perspectiva de mediação do entendimento do Oeste enquanto *região*, e do homem que o habita, segundo orientações teóricas e metodológicas específicas. A contribuição do CEOM, na manutenção e mudança na forma de apreensão da “*realidade*” local, possui demonstração tanto nas diretrizes que determinaram o tipo de material a ser resgatado/preservado, como nos trabalhos decorrentes desse novo tipo de abordagem. Assim, os registros materiais e as publicações relacionadas ao campo da história nos anos que se seguiram, fornecem-nos indicativos da atuação do órgão no campo teórico e educacional do entendimento do e sobre o Oeste.

Essa “*realidade*” que é o lugar de uma luta permanente para definir a “*realidade*”. Aprender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer

---

formadoras como língua, costumes, mitos fundadores etc., em um processo de nutrição recíproca, é também, antípoda, uma vez que é sempre em relação a um “*central*” que o “*local*” é pensado. É a partir da nação – aqui representada pelo centro - que a *região* é constituída. Depois e tão problemática quanto a primeira, está a observação sobre a contribuição feita à crença e assim à constituição destes recortes classificatórios feitos pelos grupos que se propõem a estudá-los. Quando falam sobre a *região*, segundo visto, os agentes que apregoam uma análise sobre ela, não se detém na descrição dos fundamentos e efeitos da representação. Se uma *região*, a exemplo de uma nação, é uma “*ilusão bem fundamentada*”, tratar-se-á destes fundamentos e dos jogos de poder que os entrelaçam e fazem a crença dessa ilusão. Do contrário, sob pretexto de estudar e de se escrever sobre, reforça-se a crença que deveria ser problematizada.

<sup>397</sup> A questão aqui levantada e da qual nos ocuparemos mais adiante é do que afinal se trata o projeto do CEOM? Se de uma educação da história pela memória, ou se de uma interferência da história na formação dessas memórias. Nesse primeiro momento, nos parece se tratar de uma influência recíproca.

que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou “inexistir” o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a “realidade”, logo, de compreender e de prever mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivas<sup>398</sup>.

Entender essa condição da realidade é uma forma de se tentar fugir da oposição binária que centra um tipo de análise objetiva na realidade não levando em conta que a representação pode ser, por mérito de sua enunciação, representada nesta realidade da maneira que se representa, e outro, na proposta subjetiva que toma a representação como objeto, e, assim, ao invés do estudo da representação da realidade, passa a entender essa representação como real. O que *“confirma no terreno da ciência a falsificação na escrita pela qual os militantes passam da representação da realidade a realidade da representação”*<sup>399</sup>. Deste modo não existiriam raízes de uma realidade a serem buscadas, e sim, desdobramentos enunciativos que a fizeram ser, no momento, o que é. Outro corolário desta situação seria a interferência nesta realidade provocada pela ação do próprio grupo. Deste modo, à medida que se construía um discurso com base em teorias científicas que identificavam características, hábitos e postos específicos para determinados grupos dessa sociedade, esses próprios enunciados constituiriam, no campo da prática, da atuação em sociedade, uma materialização destes posicionamentos. Se trata nesse caso, daquilo Manuela da Cunha<sup>400</sup> aborda como sendo a influência da “cultura” sobre a cultura. Sendo a primeira o discurso técnico, científico que fala dos hábitos, dos costumes, das características de um grupo e a segunda exactamente essa cultura. Ou seja, tratar-se-ia do efeito do discurso da cultura sobre a cultura. Do que se diz acerca da cultura sobre a cultura vivenciada pelos grupos no dia a dia. Note-se que ao mesmo tempo que a ideia de uma realidade excludente

<sup>398</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p. 114.

<sup>399</sup> Idem. p. 155.

<sup>400</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais**. In: *Cultura Com Aspas*. Cosac Naify, 2009.

é apresentada, pelo projeto do CEOM, como manifestação de uma historiografia que privilegiava determinados grupos em detrimento de outros, as manifestações culturais destes grupos são também apresentadas como sendo detentoras de diferentes e desiguais espaços de visibilidade. Ambas as situações poderiam e deveriam ser combatidas por uma história que desfizesse esses privilégios e igualasse esses espaços de visibilidade. Deste modo, a realidade aqui não é fruto de discussão, e sim objeto de necessária transformação. O que reintroduz tanto a questão da interferência do discurso científico sobre a realidade como a tomada da representação dessa realidade pela realidade dessa representação. Em última instância, não se trataria de compreender a realidade, isto já estaria dado, tratava-se de transformá-la.

Deste modo, o projeto do CEOM tentava demonstrar sua inserção em uma dinâmica maior que estava sendo reverberada em âmbitos estadual, nacional e mesmo internacional, justificando sua importância como mecanismo capaz de suprir uma demanda por material viabilizador de estudos futuros - “*resgate*” de memórias de agentes e de objetos passíveis de serem utilizados como fontes - e de construção de um aparato - nova leitura e interpretação da história regional e do papel dos seus agentes - por meio do qual o homem deste espaço pudesse melhor se reconhecer e se conscientizar enquanto agente social e possível agente de transformação. Para tanto denunciar a escassez de estudos sobre a *região* o que demonstraria uma, segundo alegava-se na justificativa do projeto, fraqueza de memória e de consequente identidade regional, tornou-se comum durante toda a atividade do Órgão. Não obstante, independentemente da falta de estudos, o que aqui parece estar em jogo são tipos de memória e de estudos que se queria fazer prevalecer. Percebase o tipo de atividades que se pretendia executar mediante a atuação das “*Comissões Municipais de Coordenação da Memória Local* que, segundo o texto do guia de “*Orientações Básicas*”<sup>401</sup>, já estavam organizadas em 15 municípios no ano de 1987.

O cadastramento e/ou coleta, organização e manutenção científica em arquivos comunitários dos diversos documentos histórico-culturais; a saber: - Testemunhos orais (mediante a técnica da História Oral); - Testemunhos escritos (documentos oficiais, cartas, certidões, jornais, etc.); - Testemunhos figurativos (fotografias,

---

<sup>401</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 04. 1987.

gravuras. Pinturas etc.); testemunhos reais (objetos antigos, instrumentos de trabalho, etc.). Mediante: O levantamento, registro, exposição acervo áudio-visual da região. A organização inicial dos Arquivos Históricos Municipais. A capacitação teórico-técnico dos recursos humanos que desenvolverão atividades nas diversas áreas documentais. A produção de instrumental didático pedagógico adequado para o ensaio e pesquisa da história regional mediante a elaboração e editoração de uma publicação acompanhada de um conjunto de dispositivos para exposições educativas<sup>402</sup>.

De ampla e pretenciosa alçada, a tarefa assumida pelo novo órgão, oferecia a cobertura de todo o processo de registro histórico da *região* Oeste de Santa Catarina, naquilo que podemos dividir em três etapas, a saber, pesquisa e coleta; registro e arquivamento; exposição e publicização. Nitidamente não se tratava apenas de um projeto de coleta de materiais, havia entendimento por parte de seus postulantes, e eles faziam questão de ressaltar, que o processo poderia/deveria/iria nutrir a sociedade de uma “*consciência histórica*”<sup>403</sup>. Este apelo ao espaço próximo, ao local, era apresentado como meio não apenas de autoconhecimento, mas de transformação. O objeto em disputa aqui, como temos demonstrado, é a versão de passado sobre a *região* e os personagens históricos que dela deviam fazer parte. O que leva a uma segunda disputa inerente à primeira, que diz respeito a quem cabe o direito e a legitimidade para falar, sob a prerrogativa da verdade, acerca desse passado. Trata-se deste modo, em última instância, da ação humana em disputa pela faculdade de falar sobre outras ações humanas. O que nos demanda, antes de tentar maiores avanços, uma investida no terreno da relação sujeito/meio.

A definição do método mais eficiente para a realização de uma leitura do fenômeno humano e suas ações no meio social tem sido, ao longo do tempo, um espaço de constantes proposições. Para discutir a passagem da concepção de história das mentalidades para a de representação, Paul Ricoeur recorre a, e relaciona, três “mestres de rigor”, Michel Foucault, Michel de Certeau e Norbert Elias. Entre a arqueologia do saber de Foucault e a “ciência das formações sociais” de Elias, Certeau

---

<sup>402</sup> Ibidem.

<sup>403</sup> Ibidem.

é chamado ao papel de mediador. Embora se aproximem em vários momentos e por algum tempo tenham caminhado em sentido convergente, os trabalhos de Foucault e Certeau apresentam um ponto significativo de ruptura. A crítica contundente que sela este distanciamento vem da acusação feita por Certeau à incapacidade da arqueologia do saber de dizer o “lugar de sua própria produção”, relegando-a a um mero discurso sobre o discurso. A alternativa de Certeau é incorporar outras práticas significantes, articuladas a esse discurso, o que, segundo Ricoeur, seria a *“tarefa própria de uma história das representações”*<sup>404</sup>.

O que está em jogo aqui é a definição do lugar do discurso histórico entre as formas de se fazer história<sup>405</sup>. Uma relação entre as coerções institucionais e os fenômenos sociais e psíquicos de interiorização individual (negociação/estratégias) deve ser estabelecida. Nesse sentido, a grande contribuição de Certeau se deu, talvez, no espaço que concedeu às várias maneiras de fazer história. A de Norbert Elias, no rigor apresentado em sua obra de leitura da sociedade de corte e da difusão social de uma cultura vinda de cima. Comparada ao modelo da micro-história, que viria a fazer sucesso posteriormente, o trabalho de Elias ocupa posição antagônica. Sua aproximação poderia ser feita, em boa parte dos aspectos, com os modelos de Braudel ou Labrousse. Embora o conceito de habitus, central em sua obra e que representaria o reflexo último do projeto civilizador captado em seu nível mais íntimo – o da introspecção individual –, *“vai recolher todos os traços que distinguem um fenômeno dinâmico de ordem histórica de um fenômeno mecânico de*

---

<sup>404</sup> RICOEUR, Paul. Op. cit. p 214.

<sup>405</sup> A tese que Ricoeur sustenta aqui é do desvio entre o “gesto de fazer história” e as “práticas por meio das quais os humanos fazem a história”. Segundo o autor não aprendemos sobre psicanálise quando usamos seus termos e conceitos em nossa averiguação histórica e, sim, quando ao nos depararmos com um fenômeno de ordem psíquica realizamos o trabalho do psicanalista que, de uma situação psíquica, constrói uma história. Assim, o psicanalista, e aqui é feita menção à Freud, em seu atuar faz história. Restando que o ato de fazer história está mais para a relação daqueles que atuam no campo prático do que para aqueles que dela se ocupam profissionalmente. Note-se como a problemática da proximidade entre história e ficção é aqui estabelecida. Entre a lenda, o romance histórico, que poderiam ser relegados aos não historiadores e a escrita profissional destes. É em relação a estas outras formas que o discurso histórico procura e precisa se situar, a saber, às várias formas de se fazer história e aos vários agentes que em seu dia a dia fazem história. Ver, Ricoeur, op. Cit. p. 215-219.

*ordem física*<sup>406</sup>”. Uma vez que em sua constituição, difusão e apropriação, estão em jogo fatores de ordem política, econômica e psíquica. O que permite falar, com propriedade, de um modelo de representação e de um lugar de acontecimento. Este lugar, entretanto, não seria o habitus em sua emanação final, mas estaria localizado no caminho entre a “*coerção social e a autocoerção*”<sup>407</sup>. Assim, Elias foge de uma perspectiva estruturante do sujeito em seu caráter determinista e reconhece que, mesmo a racionalização sendo efeito da autocoerção, o próprio ato de análise do processo civilizador pode fornecer meios para intervenções conscientes. “*Pois é precisamente por intermédio do processo civilizador que o jogo cego dos mecanismos de interdependência amplia a margem das possibilidades de intervenções conscientes na rede das interdependências e no habitus psíquico. Essas intervenções são possibilitadas por nosso conhecimento das leis imanentes que as regem*”<sup>408</sup>.”

Esta problemática será retomada por Pierre Bourdieu que sobre o habitus diz: “*Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o habitus é também estrutura estruturada: o princípio de divisões em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais*”<sup>409</sup>. As representações e condutas seriam assim articuladas sob estes aspectos definindo não só o modo como os agentes se posicionam em relação à camada social como também a forma como apreendem este mundo social, como direcionam seu olhar para este espaço. Neste aspecto “*o olho é um produto da história reproduzido pela educação*”<sup>410</sup>. Deste modo, a função do projeto do CEOM em suas etapas de capacitação/”*resgate*”/arquivamento, pesquisa, ensino e publicação, teria não só a possibilidade de identificar os mecanismos de sujeição que julgava serem pertinentes a uma história “tradicional”, como a função de, através de sua exposição, tornar os indivíduos mais conscientes dessa realidade. A intervenção consciente de que Elias faz menção seria assim,

---

<sup>406</sup> ELIAS, Norbert in RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** / tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da unicamp, 2007. p. 216.

<sup>407</sup> Ibidem.

<sup>408</sup> Idem, p. 219.

<sup>409</sup> BOURDIEU, Pierre. in RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** / tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da unicamp, 2007. p. 219.

<sup>410</sup> Ibidem.

mediada pela atuação dos profissionais a frente deste projeto que demonstrariam as leis imanes a reger os mecanismos da coerção social e da autocoerção. O posicionamento social e o modo como os sujeitos apreendem esse mundo social, que obedece, segundo Bourdieu<sup>411</sup>, o princípio de divisão de classes, seria igualmente dependente da conscientização desse posicionamento. Isso ajuda a explicar tanto a longa permanência de conceitos - luta de classes, expropriação, privilegiados, centro, interior<sup>412</sup> - na obra do CEOM, como sua investida no campo educacional. Se é verdade a última assertiva de Bourdieu de que o “*olho é um produto da história reproduzido pela educação*”<sup>413</sup>, nada mais condizente do que centrar um projeto de rescrição da história na memória e na educação.

### 3.4 CEOM; SUBPROJETOS E SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Em 1987 era apresentado aos órgãos financiadores o Projeto Fronteira que contava, além do projeto central “*homem de fronteiras*”<sup>414</sup>, com alguns subprojetos interligados, como a implantação de um laboratório de história oral, a organização de um acervo audiovisual e de arquivos históricos acompanhados de oficinas de museologia com intuito de subsidiar teórica e metodologicamente a organização dos acervos municipais, no caso dos locais onde já haviam Comissões de Coordenação de Memória instituídas<sup>415</sup>. Tanto o projeto principal, como seus subprojetos foram identificados nas correspondências de que fizemos estudo nos capítulos anteriores. Estas atividades, no que concernia a objetivos e fundamentações, eram assim descritas:

Em 1987 O CEOM elaborou uma série de projetos, que foram aprovados por órgãos financiadores, a saber: Projeto FRONTEIRA: aprovado pelo

---

<sup>411</sup> Ibidem.

<sup>412</sup> Ao longo do trabalho tentaremos demonstrar como muitos conceitos que operam na relação binária privilegiados x excluídos, são manejados pelo discurso do CEOM durante todo o período de sua existência.

<sup>413</sup> BOURDIEU, Pierre. in RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 219.

<sup>414</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 06. 1987.

<sup>415</sup> Ainda que se falasse em 15 Comissões Municipais de Memória instituídas, nos relatórios de 1987, conseguimos dados efetivos de atividades em parceria, em bem menos municípios. Como demonstram as correspondências analisadas nos capítulos anteriores.

Ministério de Cultura MINC. Possibilitará que o homem oestino se descubra como produtor de cultura e como agente de sua própria história. Prevê o resgate de fotografias com valor documental significativo e o levantamento da memória oral. SUBPROJETOS, aprovados pelo CNPq; ORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL para proceder à documentação oral da história político-administrativa e da colonização regional; ORGANIZAÇÃO DO ACERVO Áudio-visual que pretende, através da coleta e organização técnica, sobretudo de fotografias, contribuir para ilustrar o desenvolvimento da região pela imagem. ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS HISTÓRICOS objetivando, estimular a proteção e acesso ao patrimônio arquivístico. Bem como, mobilizar as administrações municipais (da área de abrangência da FUNDESTE), para o redimensionamento dos arquivos permanentes, de maneira a preservar a documentação político-administrativa regional. OFICINA BÁSICA DE MUSEOLOGIA NO OESTE, aprovado pelo Sistema Nacional de Museus através do Sistema Estadual de Museus, com o intuito de dinamizar os museus existentes na região. Prevê um curso teórico-prático sobre pesquisa, documentação, conservação e programas educativos para museus comunitários. PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS AUDIOVISUAIS MUNICIPAIS, aprovado pela FUNARTE, visa resgatar e preservar o patrimônio fotográfico dos municípios que já contam com Comissões de Coordenação de Memória. Representando estes projetos, o desdobramento das ações de preservação e promoção cultural (que deram origem ao próprio CEOM), pretende-se otimizá-los de maneira conjunta<sup>416</sup>.

Dentro do grande projeto “FRONTEIRA”, ramificavam-se estes subprojetos de modo a, em tese, cobrir de modo mais abrangente possível, os vestígios humanos presentes na *região*. A ideia de uma história total era delineada no horizonte e posta como dependendo unicamente deste

---

<sup>416</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 06. 1987.

cronograma de pesquisa, coleta, arquivamento, exposição e publicização. Os projetos listados contavam com um cronograma de implantação contemplando três etapas de execução. Treinamento dos agentes envolvidos no processo, pesquisa de campo visando à seleção, classificação e catalogação documental e, por fim, produção e publicação de uma obra ilustrada intitulada: “*Homens de fronteiras*”. A importância dos Cadernos dentro da política de divulgação do projeto do CEOM já foi longamente detalhada. Igualmente importante era a capacitação dos agentes tanto os da própria instituição FUNDESTE/CEOM, como os professores e responsáveis pelos museus municipais da região de abrangência. Para efetivação do projeto, especialmente no tocante a esse treinamento dos agentes, contava a proposta com um referencial teórico que versava acerca das definições conceituais. Apresentados como “*subsídios teóricos*”, este referencial era composto por quatro textos, deste modo divididos e com as respectivas autorias: “*Texto 01: O conceito de patrimônio Sócio-Cultural a ser trabalhado/Santo Rossetto; Texto 02: O CEOM e a proposta de resgate da história e da cultura do “Homem de Fronteiras”/Santo Rossetto; Texto 03: Definição do Universo temático: a questão da etnicidade/Arlene Renk; Texto 04: Definição do universo sócio-econômico/Arlene Renk e Hilda B. Dmitruk Ortiz*”<sup>417</sup>.

Estes textos, oferecidos como suporte, importam-nos porque, ao lado das orientações de caráter técnico ao passo que definem qual o entendimento que pautava o projeto do CEOM, permitem uma leitura dos intelectuais responsáveis por sua elaboração; como pensavam, quais leituras faziam parte de seu referencial teórico e, por conseguinte, marcavam sua forma de análise e de ação histórica e social. Posições que certamente se fariam notar nas palestras e treinamentos que estivessem a cargo desses intelectuais. Coisa que, como visto, foi comum. Como demonstra, por exemplo, a relação de palestrantes das oficinas realizadas em 1989 da qual fizemos registro no capítulo anterior.

O primeiro destes textos de base teórica do projeto, de autoria de Santo Rosseto, mentor e organizador do próprio projeto do CEOM, tratava de definir o “*conceito de patrimônio Sócio-Cultural a ser trabalhado*”<sup>418</sup>.

---

<sup>417</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 07. 1987.

<sup>418</sup> Ibidem.

### 3.5 O CEOM E O CONCEITO DE PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL

A cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo construindo um mundo qualitativamente vivo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano“ (FAVERO, 1983. p. 16)<sup>419</sup>.

A ideia central do texto pode ser percebida já neste parágrafo inicial. Como também de onde provém a base teórica que fundamenta o pensamento de Rosseto. Uma vez analisadas as influencias das obras de Osmar Fávero<sup>420</sup>, autor que introduz a discussão do artigo de Rosseto, fica claro a forte presença do pensamento de Paulo Freire, seja no que tange a conceitos fundamentais compartilhados, seja no que diz respeito à própria tomada de Paulo Freire como objeto de estudo segundo uma lógica de referência metodológica e ideológica. As constantes alusões à cultura como fenômeno dialético e a ideia de que o processo histórico deve prezar pela conscientização do indivíduo, dão mostra disso.

É esse processo de construção humanizante do mundo que devemos identificar como sendo o processo de produção cultural. A cultura revela-se, portanto, em artefatos, bens e expressões que recebem significados e se tornam significantes da maneira como o homem constrói o mundo para satisfazer e ampliar necessidades vitais. Nesse sentido, a cultura torna o homem cada vez mais homem, isto é, um ser dominador do mundo e não dominado por ele, pura e simplesmente. A cultura é, portanto, ontologicamente, sinônimo de luta

---

<sup>419</sup> Ibidem.

<sup>420</sup> Licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973) e doutor em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984). Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense, atuando como professor colaborador permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: pós-graduação em educação, educação de jovens e adultos e educação popular.

contra a dominação. Nesse "continuum" da evolução cultural existem, obviamente, momentos mais importantes e significativos do que outros, assim como existem objetos e testemunhos culturais de maior e mais imediata referência às características culturais deste ou daquele momento histórico, deste ou daquele povo, deste ou daquele grupo social. É o que faz o carácter, ao mesmo tempo, universal e particular-local da cultura, numa perspectiva que supera a visão imparcial e distorcida que, frequentemente, valoriza, apenas, as manifestações culturais produzidas e usufruídas pela "elite cultural". Assim, o presente processo de resgate agenciado pelo CEOM, entende o significado do patrimônio sócio-cultural no enfoque de um amplo conceito da mudança histórica da sociedade. Essa mudança, medida em milênios que, segundo demonstra Ribeiro, (1981), resulta em "revoluções tecnológicas" e "processos civilizatórios", refere-se aos diversos modos com que os homens proveêm sua subsistência, organizam sua vida social e explicam suas próprias experiências<sup>421</sup>.

Santo Rosseto, de sabida militância social, apresenta o modelo teórico que, esperava, norteasse as políticas de implantação do órgão. Tomava o homem como ser capaz, que pode e deve tornar-se agente da própria história, sendo essencial para isso o desenvolvimento do conhecimento<sup>422</sup>, especialmente o histórico. Eram, segundo esses

---

<sup>421</sup>Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 09. 1987.

<sup>422</sup>Lembramos nesse sentido, uma das definições centrais de Eliot relativas à cultura, segundo a qual uma cultura *"nunca pode ser totalmente consciente – existe nela sempre mais além daquilo de que estamos conscientes, ela não pode ser planejada porque é sempre o pano de fundo inconsciente do nosso planejamento... A cultura nunca pode ser traduzida inteiramente para a consciência, e a cultura da qual estamos totalmente conscientes nunca é a totalidade da cultura"*. ELIOT, T. S. In EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. SP: Unesp, 2005. p. 161.). A cultura, nesse sentido, está ligada ao grupo de fatores primordiais do entendimento. A exemplo da ideologia, passa a ser fenômeno impossível de ser abarcado, em sua totalidade, na análise objetiva. A cultura não pode ser objeto de entendimento porque é, em essência, a base sobre a qual estes entendimentos são formulados. É o campo dos pressupostos, do a priori da semiótica. Para além

pressupostos, o conhecimento e a transformação do mundo, demonstrações do desenvolvimento cultural humano. A cultura fortalecia o homem e seu ato de dominar o mundo e não ser dominado por ele, sinalizavam essa dinâmica. Essa perspectiva pressupunha cultura como fenômeno a ser pensado em uma ordem evolutiva e, assim sendo, acreditava na existência de níveis culturais. Haveria ainda, momentos considerados de maior representatividade em determinadas culturas, aqueles com maior impacto, bem como, grupos com maior ou menor evidência social. Essa situação estaria ligada à capacidade de se fazer ver e sentir, sendo exemplo dessa condição o próprio Oeste catarinense. O corolário deste entendimento podia ser estendido tanto aos grupos formadores do Oeste catarinense apontados como preteridos dentro dos escritos “*tradicionais*” (indígenas e caboclos), como o próprio Oeste, negligenciado frente ao restante do Estado. Ambos gozavam de poucos espaços de enunciação, restando prejudicada a possibilidade de visibilidade que garantiria a existência e o reconhecimento, segundo a assertiva de Bourdieu<sup>423</sup> de que “*o mundo social é também representação*”

---

dessa condição característica que impede uma concepção holística da cultura, haveria ainda uma segunda condição ligada ao seu entendimento. Trata-se daquela que se liga aos graus de autoconsciência. Segundo esta lógica o grau de consciência sobre as práticas ligadas a uma cultura obedeceria uma ordem hierárquica ligada ao conhecimento dos indivíduos. Em sua maioria, o povo, no entendimento de Eliot, não refletiria sobre as práticas que repetia. Esse exercício seria reservado a um pequeno grupo de educados. Estabeleciam-se assim os que apenas viviam a cultura e os que refletiam, embora isso não significasse que fossem culturas diferentes.

<sup>423</sup> Na análise de Bourdieu, existência e reconhecimento ligam-se umbilicalmente à ideia de diferenciação. Declarar-se e provar-se diferente é parte do processo de constituição de um espaço enquanto *região*. Se o discurso, tido como “*tradicional*”, tenta negar a diferença em nome da unidade identitária do Estado, o discurso local se atem a reforçar a diferença que lhe confere identidade regional ou de grupo. A mesma diferença que é tomada como fator distintivo da *região* frente ao todo, neste caso representado pelo Estado, é o fator que faz a unidade do local. A *região* assim, só é *região*, porque é diferente do resto e, só é *região*, porque é idêntica em si. Porque consegue construir discursivamente, mesmo que artificialmente, a ideia de unidade territorial e identitária do seu espaço e dos seus habitantes. Por isso que esses fenômenos de ordem classificatória sempre são do campo da construção e da representação. A *região* só existe da forma como é entendida pela ação enunciativa que a faz ser assim reconhecida pelos seus e pelos outros. Reconhecimento interno e externo estabelecem, deste modo, relação sintagmática no discurso regionalista. Manifestar a partir do discurso da diferença,

*e vontade, e existir é também ser percebido como distinto*<sup>424</sup>”.

A definição de cultura, conforme percebido, é dada segundo pressupostos que, se por um lado procuram reiterar sua posição enquanto mecanismo de opressão e a necessidade da promoção da conscientização para a superação dessa condição, por outro, tenta colocar, dentro do espectro de objetos culturais alvo do projeto de “resgate”, o maior número de elementos possível. Assim, enquanto do ponto de vista puramente teórico a cultura parece ser pensada como espaço de luta<sup>425</sup>

---

seja enquanto grupo ou enquanto *região*, é a estratégia que confere a estes fenômenos a possibilidade de existir. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p.118.

<sup>424</sup> Ibidem.

<sup>425</sup> Deparamo-nos mais uma vez com as proposições, agora de EAGLETON, sobre cultura e seus graus de consciência: “*Uma teoria comum é assim inteiramente compatível com uma cultura hierárquica. A diferença que importa não é entre tipo de cultura, mas entre graus de autoconsciência. A grande maioria do povo acredita sem saber que o faz. Uma unidade entre crença e comportamento é a condição de uma cultura popular sadia, mas dificilmente de um indivíduo espiritualmente consciente. É a tensão entre os dois que caracteriza os eleitos, sutilmente conscientes, que lutam com sua sensação de não estar atingindo ideais que, afinal, transcendam qualquer vida comum. A descontinuidade entre conduta e consciência é, assim, uma marca de superioridade espiritual; ambas são unificadas apenas no selvagem ou no santo*”. EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. SP: Unesp, 2005. p. 163.). Essa característica de não total consciência da cultura é reconhecida tanto por Eliot, quanto por Raymond Williams. Mas embora converjam neste ponto, seu entendimento de cultura comum é distinto. Enquanto para Williams, esta seria fruto das negociações constantes que envolvem a prática coletiva e, por isso, apenas seria comum quando resultado desse constructo, para Eliot ela assim seria, mesmo quando elaborada por poucos e assumida pelos demais. De acordo com cada uma das definições, as noções de consciência e inconsciência cultural, obedecem a razões específicas. Para Williams são fatores do processo de construção, já para Eliot, estão ligadas aos diferentes graus hierárquicos dos grupos sociais, são, nesse caso, qualidades inerentes a esses grupos. Assim, para o primeiro, o processo de incorporação de valores vindos de cima nunca se dará sem problematização disso por parte do coletivo, o que confere uma situação de impossibilidade de definição a priori da cultura comum. Sendo essa, resultado da negociação, ela jamais poderá ser prescrita de antemão. O máximo que se pode atingir é a identificação dos valores ligados ao grupo que estará à frente desta reformulação. No caso de Williams, a classe operária. O que não acontece com a proposta de Eliot, para quem a definição dos valores de uma cultura comum, não só estão ligados também a um grupo, no seu caso à aristocracia, como também, os rumos futuros desta, podem ser perfeitamente previsíveis. Uma vez defendendo que essa passagem de valores das classes superiores sempre se

tendo o projeto do CEOM, a função de auxiliar aqueles de menor visibilidade, quando se trata de elencar as atividades propriamente ditas, ou seja, aquilo que vai se processar enquanto prática de “resgate”, o que vai se buscar, quais objetos, quais registros, quais manifestações, de quais grupos etc., essa definição já não parece tão particular, tão engajada. Grosso modo, ao que parece, a definição de cultura aqui proposta não parece se fidelizar com nenhuma teoria de modo irrestrito, mas sim dá a entender que se trata de uma adequação do conceito às demandas. Um reflexo provável da dificuldade em se conciliar um projeto de cunho ideológico com as limitações impostas pelo discurso que pregava a integração e a participação comunitária sem restrições.

É patrimônio sócio-cultural, portanto, tudo aquilo que de maneira tangível e documental, pode testemunhar os diversos modos com que, nas sucessivas fases da evolução histórica, um povo consegue garantir sua subsistência e forma um determinado modo de organização social com um corpo de princípios, normas e valores através dos

---

dá sem uma maior reflexão por parte grupos subalternos, prega que os traços comuns podem ser buscados na essência dos grupos de onde derivam. Esse processo de declinação aconteceria sem grandes mudanças em boa parte pela incapacidade da maioria do povo de realizar exercícios de reflexão sobre a prática. A forma como Eliot e Williams trabalham a noção de cultura popular, apesar de distanciarem-se em vários pontos, possuem momentos de inquietante aproximação. Ambos não acreditam na existência de uma cultura singular e igualitária no que concerne à sua percepção, mas por razões distintas. Enquanto para Eliot essa condição está ligada à capacidade intelectual para vivenciar os fenômenos e a sua consequente posição na hierarquia que obedece sua lógica de derivação em sentido vertical, para Williams o todo da cultura, mesmo obedecida a ordem de participação popular não será acessível a nenhum dos indivíduos. Esse todo seria o resultado das interações dos vários grupos, mas nunca passível de uma apreensão holística por qualquer agente envolto no processo. Assim, para um a cultura comum estabelece-se na ordem do conhecimento e, para o outro, no campo político. Mas essa ligação da cultura com a política apontada por Williams, não é, de forma alguma, uma condição indelével. E neste ponto sua definição, que transita entre várias correntes de discussão cultural. A concepção de Raymond Williams, converge e se distancia em determinados pontos, tanto com as visões dos liberais clássicos como com a dos pluralistas. Ao propor uma cultura comum assentida e oriunda da participação popular diversa, sua teoria não pode ser totalmente desprezada pelos segundos. E ao defender nesse processo a existência e a necessidade de um conjunto de crenças e de ações compartilhadas, também não pode ser amplamente aceita pelos mesmos.

quais é explicada a própria experiência histórica. Os artefatos e bens que serão arrolados neste esforço de organizar a Memória Sócio-Cultural serão, portanto, manifestações do modo de pensar e de saber do homem do Oeste Catarinense, desde seus primórdios históricos até o presente, sem perder de vista suas perspectivas futuras. Refere-se a todos os objetos materiais que, por sua própria e simples existência atual, testemunham, de maneira concreta, a evolução dos instrumentos e meios de produção, de transporte e de transformação dos bens materiais de que o homem precisou na sua luta pela sobrevivência, não apenas individual, mas como espécie e como categoria histórico-social. Acompanharão esse conjunto de objetos documentais, toda informação histórica escrita, oral, figurativa que ilustre ou possibilite a interpretação de todo o processo de evolução e explicita inclusive as diferenças na forma de perceber e agir no mundo dos diversos grupos étnico-sociais que aqui se estabeleceram. Na verdade, o conceito de cultura aqui endossado, é, por um lado, o mais amplo possível, e, por outro lado, o mais adequado não só para valorizar a dimensão cultural do desenvolvimento, mas também, iniciar uma ação explícita de "desenvolvimento cultural"<sup>426</sup>.

O “*resgate*” pretendido pelo CEOM, dar-se-ia tomando-se a noção de mudança histórica como uma constante e cultura como fenômeno dialético ligado a essas mudanças. Essa postura encontrava respaldo em termos como a “*revolução tecnológica*<sup>427</sup>” e os “*processos civilizatórios*<sup>428</sup>” de Darcy Ribeiro (1981). Segundo esse alinhamento, os materiais a serem buscados pelo CEOM de modo a integrar o seu acervo, obedeceriam a lógica de evidenciar os graus de evolução dos grupos sociais em sua tarefa paulatina de subsistir no mundo. Eram, portanto, passíveis de registro todos os objetos ou formas de relato que pudessem evidenciar essa condição evolutiva. O que reforça a questão anteriormente postulada acerca da dificuldade de conciliação da perspectiva ideológica

---

<sup>426</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 09. 1987.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Ibidem.

e transformadora dos teóricos referenciais do projeto do CEOM, com as necessidades de adequação aos pressupostos discursivos que eram direcionados ao povo segundo uma ideia de ampla e irrestrita participação popular. Do modo como se lê a definição de material passível de coleta, tudo era potencialmente digno de estar nos registros e arquivos do CEOM, mas não com os mesmos graus de importância, posto que era um projeto de “*contramemória*”<sup>429</sup>. Fato que, como notado, se evidenciou na prática das atividades desenvolvidas<sup>430</sup>.

### 3.6 O CEOM E A PROPOSTA DE “*RESGATE*” DA HISTÓRIA E DA CULTURA DO “HOMEM DE FRONTEIRAS”

Na tarefa diária de vencer os desafios impostos pela natureza, o homem deixava marcas tanto físicas como de caráter organizacional. O levantamento dos registros materiais deixados conferiria um meio para se tentar reconstituir as relações que foram desenvolvidas por estes homens vivendo na fronteira territorial e cultural. Apresentado como desconhecido de seus atuais, o “*homem de fronteiras*”<sup>431</sup>, este homem conceitual criado pelo discurso do CEOM, era mostrado como objeto privilegiado para o estudo e para o entendimento do presente. Era este indivíduo que o trabalho de “*resgate*” pretendia trazer para os estudos atuais, pretendia fazer com que chegasse aos bancos colegiais e aos textos acadêmicos com toda a complexidade que lhe era pertinente. Conhecerem-se como “*homens de fronteiras*”<sup>432</sup> e definir uma identidade regional passava pelo “*resgate*” das características que posicionavam os

---

<sup>429</sup> A esse respeito ver. NICOLAZZI, Fernando. **História: memória e contramemória**. MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 217-234, jan./jun. 2003. p. 231-232. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1050/716>.

<sup>430</sup> Cabe destacar, para fechamento da análise deste primeiro texto de Rosseto, o caráter atestador de nossos apontamentos iniciais acerca das influências do pensamento do autor, assegurado por aquilo que seu texto traz como referências bibliográficas: “FAVERO, Osmar. *Cultura Popular, Educação Popular; Memória dos anos 60*. Graal, 1983; MARX, KARL & ENGELS. *Frederico. La Sagrada Família*. México: Grijalbo, 1958; RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização*, Petrópolis, Vozes, 1981. *Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região de SC*. p. 12. Acervo CEOM.

<sup>431</sup> *Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC*. p. 11. 1987.

<sup>432</sup> *Ibidem*.

vários grupos que habitaram este espaço segundo seus graus de evolução. Por obra do CEOM, as teorias de evolução social e de evolução cultural de Darcy Ribeiro eram, então, aplicadas ao Oeste catarinense por meio do trabalho de Rosseto.

Transpondo, com relativa facilidade, as fronteiras geográficas que delimitavam regiões, Estados e Países, o homem defronta-se no seu percurso histórico, com alguns limites intransponíveis. Entre estes, existem as fronteiras sócio-culturais que delimitavam, dentro do mesmo espaço géo-físico, predominâncias raciais e étnicas, com seus diferentes modos de produção e de vida, que determinam diferentes fases, períodos ou épocas da evolução social<sup>433</sup>.

Com essa definição, Santo Rosseto trazia para a discussão as fronteiras físicas e culturais do Oeste catarinense. Incorporando para tal, históricas questões acerca das influências limítrofes aos, igualmente pontuados, fatores étnicos. Dos indígenas Guaranis e Kaigangs dos primórdios, aos italianos e alemães do século XX, passando pelos tropeiros e caboclos do intermédio, todos deveriam ter seu espaço e participação preservados. A história do Oeste seria a história do encontro destes vários grupos e dos choques entre seus diferentes estágios “*sócio-culturais*”. Esse processo, segundo a concepção apresentada, aponta uma linha de sobreposição. À livre circulação dos indígenas veio se impor a experiência agropastoril e seminômada dos tropeiros e caboclos que, por sua vez, foi substituída pelas levas de colonos europeus que vieram após a “*pacificação*” dos movimentos de rebeldia e o fim das contendas territoriais.

No Oeste, de difícil acomodação dentro das linhas geográficas e políticas do Estado, via-se surgir um projeto visando a discussão, nos campos teóricos, de conceitos que, a esses espaços de enunciação, atrelavam-se originária e representativamente. As questões acerca da identidade regional que, em nível estadual em espaços como o IHGSC ainda se pautavam, como tratado no primeiro capítulo, por um discurso de unicidade, encontravam nesse novo movimento uma posição antagonica. Essa questão também aparece na obra anteriormente citada de Janice Gonçalves<sup>434</sup>, que a respeito dela assinalou:

---

<sup>433</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 11. 1987.

<sup>434</sup> GONÇALVES, Janice. Op. Cit. p. 13.

... no século XX Santa Catarina terá seus limites territoriais por mais de uma vez contestados, o que, ao menos da parte dos historiadores do IHGSC, levará à articulação da “defesa” dos interesses catarinenses. A reafirmação das fronteiras territoriais e a legitimação dessa dimensão político-administrativa de Santa Catarina serão, portanto, importantes na atuação de um dos grupos de historiadores aqui em causa<sup>435</sup>.

Essa citação se dá em meio ao processo argumentativo da autora sobre a definição espacial de sua pesquisa, a saber, o Estado de Santa Catarina enquanto unidade político-administrativa e, ainda que seu trabalho não verse sobre o Oeste catarinense, essa alusão à contestação dos limites territoriais do Estado, encontra nesta *região* (Oeste) sua mais fiel manifestação<sup>436</sup>. Mais do que território, é a terra que assume, em se tratando do Oeste catarinense, condição elementar para a análise das passagens históricas aí engendradas. Do processo de Colonização, passando pelo Contestado do início do século XX, aos movimentos das suas últimas décadas (MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens; MST, Movimento dos Sem Terra, por exemplo), é sempre este o pano de fundo sobre o qual são constituídos e definidos os posicionamentos e interesses.

Essa centralidade da terra nas disputas regionais, que é bem provável ocupe lugar, quando não de modo direto, no inconsciente coletivo, constitui talvez uma das mais fortes matrizes a partir da qual é possível se pensar fenômenos como o discurso do “*alheamento*”<sup>437</sup> governamental, do imaginário da incivilidade e da reivindicação da diferença. Ainda que interligados, é o último destes três pontos que mais fornece subsídios retóricos para a formulação do projeto do CEOM, objeto de estudo deste trabalho. Essa ligação quase que inextricável entre o Oeste catarinense e a fronteira, essa permanência do termo em manifestações acerca da *região*, seja nos documentos oficiais do governo

---

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Nesse sentido, nos reportamos ao longo histórico de contendas acerca do pertencimento do hoje Oeste catarinense que já envolveu Espanha e Portugal, Brasil e Argentina e, por fim, Paraná e Santa Catarina.

<sup>437</sup> Este era um termo de uso corrente pelos jornais da *região* Oeste de Santa Catarina na década de 1980 para caracterizar, aquilo que definiam como sendo uma situação de abandono por parte do Governo Estadual para com a *região*. Ver capítulo I, p.

do Estado, seja nas memórias de Wenceslau Breves<sup>438</sup>, seja nos escritos dos intelectuais que faziam parte da comitiva de Adolfo Konder em 1929, nos jornais locais das décadas de 1960 e 1970 ou ainda, no próprio projeto do CEOM, carrega uma característica unificadora. Respeitadas as especificidades de cada época e de cada emissor, essa relação mantém sempre uma conexão, seja em sentido de reivindicação da diferença ou em resposta a ela. Nessa construção da ideia de diferença bem mais importante do que a questão física da distância, são os “*diferenciais*” que a ela (fronteira) podem ser atrelados. É, por um lado a possibilidade da integração e por outro o “*perigo*” da influência que o vizinho pode exercer. Afinal, a mesma fronteira que separa também une. É nesse sentido que Rosseto parece querer falar, quando cunha o termo “*homem de fronteiras*”. É a fronteira territorial, mas também são as fronteiras étnicas, econômicas e culturais. E é da alimentação desta diferença e porque não deste “*medo*”, deste “*crédito*”<sup>439</sup> que teriam esses povos que vivem na fronteira, onde tudo é longe, onde o país vizinho, ou o Estado ao lado, pode tornar-se convidativo, ou melhor, da construção e da manutenção destes “*estigmas*”, que se levantam as reivindicações dessas partes (regiões) em relação ao todo (Estado)<sup>440</sup>.

---

<sup>438</sup> BREVES, Wenceslau da Silva. Op. Cit.

<sup>439</sup> Insistimos nesse termo porque, ao que nos parece, nos discursos dos agentes do estado, nesse caso, do Governo do Estado de Santa Catarina, é sempre em sentido de pagamento de dívida para com a situação atípica do Oeste que as principais obras lá implantadas são justificadas. Isso pode ser visto nos discursos de criação da Secretaria dos Negócios do Oeste ou da FUNDESTE, para ficar só em dois exemplos. Ver páginas...

<sup>440</sup> Nos ajuda a pensar sobre isso a recente publicação do Governo Federal que define o conceito de cidades-gêmeas. PORTARIA Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2016 Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. O Ministro da *Integração Nacional*, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e o art. 27, XIII, "a" a "d" e "m", da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e CONSIDERANDO a *necessidade* de se estabelecer conceito oficial de cidade-gêmea bem como os critérios definidos para a classificação de cidades brasileiras como cidades-gêmeas, tendo em vista as *crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas* para estas cidades; e CONSIDERANDO a *importância das cidades-gêmeas para a integração fronteiriça* e, consequentemente, para a integração sulamericana, resolve: Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, *que apresentem grande poten-*

Se é a reivindicação da diferença que garante o espaço de visibilidade da *região* como aponta Bourdieu<sup>441</sup>, ao Oeste, maior postulante dessa condição, cabia agora definir, talvez por vez primeira, o que entendia ser sua identidade. Acostumado a apresentar-se como diferente, precisava agora, dizer o que era e não diferente do que era. O Homem dessa *região* havia muito entendia ser distinto dos demais, tratava-se então de dizer, em que, e o porquê dessa condição. Definir quem era esse sujeito, ou quem eram esses “*homens de fronteiras*”, era a tarefa que o CEOM tomava para si. Não por acaso, o título do primeiro texto a ser elaborado após os quatro que faziam parte da definição do campo de estudo e da definição conceitual, era: “*Índios, caboclos e Colonos – O Homem de Fronteiras do Oeste Catarinense*”.

As ações integradas que o CEOM desenvolverá no decorrer de 1988/89, pretendem, pois, oferecer uma leitura de todo esse processo percorrido pelo, que doravante chamaremos, “Homem de Fronteiras”. Para isso coletará fotografias históricas, preservará, reproduzirá, memórias orais e juntará outro material que possa constituir-se em matéria-prima de um texto ilustrado e de um acervo áudio-visual sobre o tema “Índios, Caboclos e Colonos – o Homem de Fronteiras do Oeste Catarinense”. Na leitura e no manuseio deste produto final, o atual homem do Oeste Catarinense se auto-descobrirá mais facilmente no universo histórico, amplo e significativo, do qual faz parte como agente de cultura. As aulas de História nas escolas de 1º, 2º e 3º grau certamente encontrarão no material produzido, um valioso subsídio para

---

*cial de integração econômica e cultural*, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, *assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.* Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes. Art. 3º A lista de cidades-gêmeas nacionais encontra-se no anexo I desta Portaria. Parágrafo único. Os municípios designados como localidades fronteiriças vinculadas em acordos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional, que não constam na lista do anexo I desta portaria, serão considerados equiparados às cidades-gêmeas. Grifos nossos.

<sup>441</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p.115.

preencher as lacunas de um ensino tradicional, sem referência ao meio de vida do educando<sup>442</sup>.

Vê-se que, além de procedimentos de ordem arquivística, estavam presentes preocupações como o caráter didático-pedagógico do estudo da história regional. A preocupação não se restringia em formar uma base documental. Ela passava pelo treinamento teórico-técnico dos profissionais envolvidos nessa coleta e terminava na elaboração de subsídios didáticos, teóricos e metodológicos ligados à prática da pesquisa e do ensino dessa história. " *Tendo em vista que estes objetivos serão executados através um amplo processo de participação das comunidades municipais interessadas em se engajar nas diferentes ações, tornou-se imprescindível a elaboração destas orientações mínimas para os agentes que estarão envolvidos nesse trabalho*"<sup>443</sup>. Era esse o pensamento que alimentava ações de todas as ordens na busca por estabelecer parcerias com instituições, por suporte bibliográfico, por suporte financeiro, de que demos nota nas páginas anteriores. Assim, o novo órgão atribuía-se, além das funções de triagem, coleta e armazenamento, as de compreensão e de ensino de uma nova história local que resultaria dessas atividades. Do que se pode aferir que todas as fases que entram no processo de trabalho do historiador, ou que "*afetam*" este procedimento, estavam a cargo de uma única instituição e dentro de um mesmo projeto.

Para o homem do presente seriam apresentados os "*genes*" de sua formação. Cumpria-se, deste modo, a função de munir este indivíduo de material sobre sua história – uma em que ele tivesse participação - na esperança de contribuir para conscientização e para o seu engajamento enquanto agente social. Conhecer-se, era segundo se percebe, condição essencial para que se atingisse a possibilidade de atuar como promotores de uma transformação da "*realidade*"<sup>444</sup>. Os estudos existentes eram tomados como sendo de caráter "tradicional" e responsáveis pela manutenção de uma condição desfavorável aos grupos de menor poder econômico e de expressão. Assim o discurso do CEOM, ora pendia para

---

<sup>442</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 12. Acervo CEOM.

<sup>443</sup> Idem, p.05.

<sup>444</sup> A realidade do momento (atual para a época) era constantemente mobilizada pelo discurso presente no projeto do CEOM, apresentada como sendo fruto de manipulação e de legitimação de um modelo de exploração de "*uma etnia*" (italianos e alemães condensados sob a definição de europeus) sobre as outras (caboclos e indígenas), ou de uma elite sobre os demais.

a exaltação da falta de estudos, ora para o caráter “tradicional” destes. O que denota não se tratar de inexistência de material acerca do Oeste e de sua história, e sim de uma existência considerada enviesada, seletiva desses fatos. O que, no texto, é definido como fenômeno promotor de um ensino igualmente “tradicional”. Entendia Rosseto que os grupos responsáveis pela mescla formadora do homem atual eram desigualmente representados nos estudos existentes. Essa diferença na capacidade de se fazerem perceber dentro do panorama “tradicional” era uma situação comum que precisava e poderia ser remediada. A valorização do conhecimento local era assim colocada no centro do projeto de levantamento material e o posicionamento do Oeste continuava a ser direcionado no sentido de contraponto, mas agora buscando uma definição própria do que era ser “*homem de “fronteiras”*” e com ele se solidarizando<sup>445</sup>.

Para caracterizar a interação entre educação e valores sócio-culturais na região oestina tem-se que levar em consideração o desafio de uma contribuição efetiva no levantamento e documentação das raízes históricas da realidade social do Oeste de Santa Catarina, uma vez que se trata de um campo praticamente virgem, como subsídio indispensável à reestruturação do ensino fundamentado no repertório local<sup>446</sup>.

Em meados da década de 1980, a alegação de inexistência de estudos sobre a *região* mostrava-se, dentro do projeto do CEOM, como uma das principais justificativas para a execução dos trabalhos, ainda que a crítica, ao que tudo indica, tivesse mais a ver com o tipo de estudos do que com a sua escassez. As origens históricas pautavam-se pela valorização dos elementos de transformação “tradicional”, relegando aos grupos indígenas e caboclos poucas menções dentro dos trabalhos. Note-

---

<sup>445</sup> Parece oportuno lembrar da posição assumida por Santo Rosseto quando do questionamento feito pelo Sr. Etelvino acerca da discordância com relação a orientação passada pelos profissionais de Florianópolis de que as restaurações em peças de acervo não fossem feitas por pessoas não habilitadas. Na ocasião, em resposta direta ao questionamento, Rosseto não só afirmou compartilhar da discordância, como pregou a independência das regiões “*interioranas*” em relação aos grandes centros. Numa manifestação clara de oposição do Oeste catarinense frente à Capital do Estado.

<sup>446</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUNDESTE, 1985-1986. p. 02. Acervo CEOM.

se o quão próximos estamos do modo como a tese de Janice Gonçalves<sup>447</sup> retrata o discurso proferido pelos chamados “*historiadores de uma nova geração*”<sup>448</sup>.

Desde ao menos meados dos anos 1990, é possível detectar o esforço em caracterizar um determinado modelo de produção historiográfica, genericamente entendida como “tradicional”, que teria prevalecido até recentemente em Santa Catarina. Em linhas gerais, seria uma produção que adotaria perspectiva linear, factual, acrítica, excludente, “positivista”. A produção da “nova geração” de historiadores catarinenses, por sua vez, realizaria quase que uma inversão das características do modelo “tradicional” - portanto, proporia uma história não-linear, não-factual, problematizadora, crítica, valorizadora dos grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história catarinense. Além disso, a história da “nova geração” teria uma maior abertura em relação às fontes que servem de base ao trabalho do historiador: diversificando-se, elas teriam deixado de estar restritas aos “documentos oficiais” (leia-se: a documentação administrativa pública de caráter arquivístico)<sup>449</sup>.

É igualmente válida a crítica proferida pela autora no que tange à disputa por espaço e reconhecimento e a comum resultante dessa situação que se manifesta nas práticas de rotulação. O que se aproxima muito da análise de Bourdieu<sup>450</sup> a respeito da diferença e da manifestação dos “*estigmas*”<sup>451</sup>. A força com que se pode manifestar e reivindicar uma condição de diferença, diz o autor, é tão maior, quanto maior e mais evidente for esta diferença. Assim quanto mais difundida for essa condição mais perto de alcançar objetivo da percepção externa se estará. Lembrado que isso ocorre de forma inversamente proporcional no que tange ao reconhecimento interno - a diferença do todo é a identidade do grupo -, Bourdieu faz uso do conceito de estigma retirado de Goffman

---

<sup>447</sup> Gonçalves, Janice. Op. cit. p. 25.

<sup>448</sup> Ibidem.

<sup>449</sup> Ibidem.

<sup>450</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p.125. Ver também introdução.

<sup>451</sup> Ibidem.

para explicar esta situação. Os discursos sobre a diferença constroem, ao longo do tempo, estigmas que movimentam e posicionam as ações de reivindicação regional e de grupo. À medida que a reiteração discursiva constrói e reforça uma característica, seu uso pode tomar proporções cada vez maiores, tonando-se mesmo um veículo para a promoção de reivindicações das mais variadas. É assim que a *região*, por exemplo, manifesta sua natureza diferencial. Tomando o estigma de que ela é vítima e que a exclui do centro, a *região* manifesta sua condição e requer seu reconhecimento. Os estereótipos que lhe são aplicados passam a ser usados como justificativa e demonstração de sua realidade específica e, assim, voltam-se contra o discurso que os originou. Apropriar-se do estigma e transformá-lo em emblema - fator de mobilização - é uma prática imanente no campo das lutas de classificação. As representações reproduzidas são usadas pelo discurso regionalista como fator de unificação do grupo fundamentadas nos mecanismos de exclusão social e econômico que estes estigmas carregam. É por isso, que a circularidade de estigmas é sempre constante no discurso regionalista, como o é nas lutas pelo poder institucional ou acadêmico.

### 3.7 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO TEMÁTICO; A QUESTÃO DA ETNICIDADE

A definição daquilo que era tratado como universo temático fundamental do projeto do CEOM passava pela “*questão da etnicidade*”<sup>452</sup>. Acerca disso, encarregava-se o terceiro texto oferecido como subsídio teórico: “*Definição do Universo Temático - A Questão da Etnicidade*”<sup>453</sup>. Nesta obra, a antropóloga Arlene Renk<sup>454</sup>, nome

---

<sup>452</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 13. 1987.

<sup>453</sup> Ibidem.

<sup>454</sup> Arlene Renk Graduada em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Antropologia Social pela UFRJ. Doutora e Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente, em 1997 e 1990. Graduada em Letras pela UFPr. Professora titular da Unochapecó. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, na Linha Sociedade, Ambiente e Sustentabilidade. Integra o Núcleo de Stricto Sensu em Direito da Unochapecó, no Grupo de Pesquisa. Direito, Democracia e Participação Cidadã. Tem experiência em pesquisa e orientação na área de cidadania, socioambientalismo, antropologia rural, territorialidades, participação e controle social. Grosso modo, pode-se dizer que do ponto

constante nos trabalhos de definição teórica e no rol de palestrantes das atividades realizadas pelo CEOM, retomava a discussão dos diversos grupos locais e de suas diferentes perspectivas de visibilidade. Reconhecendo ser a questão “*geo-física*”<sup>455</sup> de menor complexidade, centrava sua análise nos universos cultural e “*sócio-econômico*”<sup>456</sup>. Em um breve resumo de questões étnicas e raciais, tentava demonstrar como eram constituídas as “*fronteiras culturais*”<sup>457</sup>, a partir do sentimento de pertencimento e de diferença desenvolvidos pelos grupos. Atentava para a natureza social da construção destes elementos que por vezes podem atingir caracteres considerados naturais. Fronteira e diferença são, na obra de Arlene Renk, por essência, fenômenos humanos constituídos no universo social e sua reivindicação está diretamente ligada a essa condição e suas demandas. “*O sentir-se o ser sentido, o ser feito diferente é um traço criado pelos grupos humanos para marcar sua posição e distancia com outros grupos com os quais convivem, pelos critérios elaborados pelos grupos, há várias gerações, há muito tempo, e, portanto, enraizadas, criou-se um sentimento de pertencimento e/ou exclusão em relação aos outros grupos*”<sup>458</sup>, dizia o texto de Arlene em suas considerações iniciais. Ao que se seguia: “*Chamamos a atenção, que tanto a diferenciação quanto as fronteiras são atos humanos, logo sociais, mas que na cabeça de muitos é visto como algo natural. Assim, o mundo passa a dividir-se entre os “nossos” e os “outros”, entre “nós” e “eles”*”<sup>459</sup>.

De natureza não estática, a cultura, obviamente não se mantém imune ao contato com a diferença. Essa mesma diferença que dá sentido à identidade e cria a noção de pertencimento e de alteridade, passa por

---

de vista do suporte teórico, a atuação de Arlene Renk junto ao CEOM seja o equivalente daquilo que representa a figura de Hilda Beatriz D’Mitruk do ponto de vista funcional. Funcional, usado nesse sentido como sinônimo de atuação em tarefas de cunho técnico organizacional. Se ao lado do idealizador Santo Rosseto, o nome de Arlene Renk está presente em boa parte dos textos que versam sobre cultura, raça etnia. O de Hilda, figura de modo constante nos cargos de coordenação, conselho editoria, elaboração de manuais e até revisões técnicas de diretrizes e de publicações. As duas autoras, além do texto sobre definição do universo sócio-econômico, partilham a elaboração do Manual de Orientações para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural do Oeste Catarinense.

<sup>455</sup> Ibidem

<sup>456</sup> Ibidem.

<sup>457</sup> Ibidem.

<sup>458</sup> Ibidem.

<sup>459</sup> Ibidem.

processos de negociação podendo assumir características de reforço ou de absorção. Como axiologia reconhece-se que fenômenos culturais típicos de um grupo tendem a ser intensificados quando do contato inicial com outros grupos. Isso se estabelece comumente em consonância com o ato de vilipendiar esses diferentes e seus costumes. Nada obstante, com o passar do tempo, a tendência é que muitas dessas diferenças acabem por se mesclar e o residual destes encontros seja, quase sempre, um “*hibridismo*<sup>460</sup>” cultural. Entretanto, compreensões como a ideia de cultura não como imposição, mas como interação e afastada de uma concepção que parta da noção de opressor versus oprimido, não parecem presentes na obra em questão.

Hoje, fala-se em étnico, em etnicidade, há algum tempo atrás a Idéia predominante era a de raça. Isso é fácil de ser verificado no campo das ciências, onde o "imperialismo biologizante" acabou criando um "corpo de conhecimento científico" que legitimava as diferenças. Este embasava-se em premissas biológicas, reconhecendo a diversidade de raças e apresentando a cada um deles qualidades e defeitos inatos. Por trás dessas diferenças havia a idéia de uma hierarquia de raças, onde no topo, a posição mais desenvolvida e civilizada, correspondia aos brancos, europeus, em plena Revolução Industrial e no polo inferior, ora os negros, ora os indígenas. [...] Na história do Brasil um dos capítulos mais cantados e decantados foi o da harmonia entre as raças e da miscigenação. Idéia falaciosa. Mera farsa para encobrir outras formas de racismo de dominação. Havia, no fundo, uma preocupação com o Brasil mestiço. Mestiço, não poderia ser sinônimo de progresso, de civilização. Logo, a solução encontrada foi a de branquear a raça. Aqui achava-se também a origem de tal vocação agrícola brasileira e da imigração dos colonos europeus brancos. No imaginário da elite

---

<sup>460</sup> A esse respeito ver autores como: BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011. Para os quais é possível se pensar fenômenos como a colonização ou as relações entre brancos e indígenas, não sob a concepção de imposição, mas sim de interações.

brasileira o branco aparece como sinônimo de progresso e civilização. Daí a Imigração/colonização ter sido subsidiada pelo governo no Segundo império e início da República, em detrimento do ex-escravo nacional. A finalidade era branquear e o quanto antes, para que o Brasil pudesse cumprir o seu papel no tal cenário da civilização<sup>461</sup>.

A discussão a respeito da “*ideia de raça*”<sup>462</sup> era assim atrelada ao debate da etnicidade e acomodada no repertório local. Essa congregação de pontos conferia o caráter “*universalizante*” do estudo sem esquecer, obviamente, de questões mais específicas deste espaço, como a figura das Companhias Colonizadoras e a política do “*pioneirismo*” italiano e alemão.

Neste delineamento mesclando ações, metodologias e modos de entendimento, toma corpo uma proposta de definição identitária para homens e *região*. Neste processo, constituir uma forma de autoconhecimento valorizando as especificidades de cada grupo passava pela necessidade de desconstruir reflexos internalizados ao longo dos anos por uma prática histórica “tradicional”. Mas, atribuir essa situação a uma visão “tradicional” e desigual não era suficiente. Era preciso, efetivamente, sob os pretextos expostos, organizar política e socialmente os grupos identificados como prejudicados por essas posturas. Assim, mais do que um projeto de “*resgate*”, tratava-se de uma reformulação de concepções como raças ou etnias e de uma ressignificação do fenômeno do pertencimento. Em contraponto às propostas teóricas que ainda pretendiam encontrar um modo de conciliar todo o espectro estadual sob a ideia de uma “*catarinidade*”<sup>463</sup>, o projeto do CEOM vislumbrava uma definição específica para cada um dos grupos envolvidos no processo de constituição do próprio Oeste. Indígenas, caboclos e colonos eram alocados segundo pressupostos bastante claros e os papéis ocupados na ordem da exploração/explorado, igualmente indicados.

Esse modo de atuação conferia uma alçada de grande envergadura ao projeto em andamento, o que trará consequências de igual relevância na esfera da organização social e no enquadramento individual das

---

<sup>461</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 13-14. 1987.

<sup>462</sup> *Ibidem*.

<sup>463</sup> Nos referimos aos estudos abordados no primeiro capítulo acerca das discussões e estudos em voga no IHGSC.

identidades. Ao aproximar e reativar essa segmentação dos grupos sociais, para além da questão de classes ligadas ao econômico, trazia-se novamente para o debate a questão étnica que era apontada como a vertente atual da ideia de raça. É preciso observar que, a pouca presença do elemento negro na *região* Oeste, fez com as discussões acerca de raça ficassem restritas à indígenas e caboclos. O que não significa que estejamos impedidos de fazer essa relação no que concerne ao nosso espaço de análise, mesmo porque raça, não necessariamente é uma condição que demande diferenças físicas para ser caracterizada. A esse respeito é válida a leitura de José Carlos Gomes dos Anjos acerca da construção das identidades nacionais em Cabo Verde e da sua relação com a definição/redefinição de noções de raças.

É sob os princípios dessa noção de raça [elaborações da *Claridade* a partir do cientificismo racista europeu do século XIX], que os intelectuais cabo-verdianos continuam pensando a identidade nacional, sendo cultura um eufemismo que subentende a ideia de raça e permite classificar povos não mais biológica, mas culturalmente. O termo intermediário entre as duas matrizes culturais (européia e africana) situaria Cabo Verde junto ao Brasil, Cuba e talvez toda a América do Sul, segundo formulações recentes do escritor cabo-verdiano mais prestigiado na atualidade, Germano da Cruz Almeida. Mas se a mestiçagem é o melhor “modelo de e para” (expressão cunhada por Geertz 1978) a importação de bens simbólicos, é certamente porque seu princípio de universalidade (em contraposição ao particularismo africanista, por exemplo) se realiza na imitação do universalismo imperialista que lhe antecede e ao qual se subordina: a europeidade<sup>464</sup>.

Resta do exposto que, se partirmos do pressuposto de que raça pode ser algo constituído politicamente e que, tampouco depende de uma diferenciação física - cor por exemplo - para ser estabelecida justamente por essa condição de criação artificial, é possível que enquadremos as práticas de segmentação de grupos difundidas dentro do projeto em curso, como de cunho racial. Como também parece condizente a postura

---

<sup>464</sup> ANJOS, José Carlos Gomes dos. **A Condição de Mediador Político-Cultural em Cabo Verde**: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional. Etnográfica, Vol. VIII (2), 2004, pp. 273-295. p. 294-295.

identificada no projeto em questão de, a despeito de sua característica constantemente maleável, entender cultura senão como fenômeno capaz de definir a segmentação de grupos<sup>465</sup>, pelo menos como manifestação capaz de ser “resgatada”.

Hoje é obsoleto falar em raças com o intuito de hierarquizar, substituindo-se a idéia de raça pela de etnicidade. Este termo é um neologismo derivado de grupo étnico. Logo grupo étnico pode ser definido operacionalmente como uma coletividade de pessoas que: a) participa de alguns padrões de comportamento normativos: b) fez parte de população maior, interagindo com pessoas de outras coletividades dentro de um sistema social global. (Cohen. 1974). Dai que algumas noções são fundamentais: a) aspecto relacional, sempre tomado em relação e outro grupo: "nós" X "eles". b) atribuição de fora e reconhecimento Interno. É um movimento em mão dupla: ser denominado e auto dominar-se\* (\*denominar-se). Ser reconhecido e reconhecer-se enquanto tal. Aqui, sim, não há qualidades inatas, mas adquiridas através da cultura. Lembra-se ainda que não é a cultura quem define o grupo étnico, talvez, o contrário, a cultura como consequência do grupo. Apesar da etnicidade ser adquirida. Isso não impede que na cabeça dos elementos dos grupos isto tudo seja apresentado como inato, daí as expressões, justificativas, "da natureza", "está no sangue". [...] Voltamos a lembrar que a etnicidade só tem razão de ser atualizada e acionada quando em contato, em relação a outros étnicos. Isto, no entanto, não é algo harmônico<sup>466</sup>.

Os legados deixados por esses grupos, segundo essa lógica, estavam desigualmente presentes na memória social, caso se tomasse por base os estudos existentes. O mesmo domínio que garantia a exploração

---

<sup>465</sup> Convém destacar que, ainda que o texto faça questão de frisar que a cultura não define os grupos étnicos, a divisão com base na qual se pretende operar a o processo de “resgate da memória sócio-cultural da região” é exposto segundo a definição de grupos [etnias] bem caracterizados [caboclos, indígenas, italianos, alemães], esses dois últimos unificados sob a condição de colonizadores.

<sup>466</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 15. 1987.

dos chamados grupos dominantes também lhes conferia posição de destaque no tocante ao desenvolvimento regional. A análise assumia assim uma posição combativa no sentido de “resgatar” agentes obliterados no percurso de construção da história do Oeste. Um projeto de engajamento social tomava corpo e descrevia seu posicionamento e perspectivas.

Os grupos que detém o maior capital cultural e econômico acabam se colocando em posição privilegiada e transformando os outros, em grupos étnicos de segunda categoria. Isto tudo porque os grupos dominantes tem maior poder de dizer-se, de falar de si, de advogar suas boas qualidades para sempre apontar os outros como diferente, como não pertencendo ao seu. Neste aspecto, é regra geral, que os grupos minoritários, sejam duplamente rebaixados, do ponto de vista étnico e no processo produtivo, onde são ou foram espoliados, ou ocupam posições subalternas, de modo que, acaba havendo dupla dominação: étnica e econômica. Mas ainda, a dominação econômica acaba sendo justificada pela etnicidade, através de argumentos como “não têm capacidade”, “não tem vontade de trabalhar”, ou não souberam poupar”. Enfim, o que se quer lembrar é que as fronteiras são criadas socialmente como formas de marcar um espaço para o “nosso” e excluir os “outros”, que acabam sendo minoria (ironicamente, em muitos casos, numericamente a maioria), valorizando e autovalorizando o nosso e depreciando o outro, porque seus valores e cultura não correspondem à nossa. A grosso modo, o que nos interessa aqui, é pois, verificar o conjunto de valores dos grupos étnicos da região e seu inte-relacionamento. Interessa-nos também o resgate do passado atendendo ao relacionamento presente, no que permanece e no que foi alterado, como é visto pelo grupo, e como os outros o vêem<sup>467</sup>.

Como visto a noção de cultura aqui defendida é pensada com base na sobreposição hierárquica daqueles que possuem maior capital cultural e econômico. Sobreposição no sentido de que estes grupos teriam mais

---

<sup>467</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 16. 1987.

condições de propagar sua cultura e, nesse processo de culto, conferir-lhe mais valor em detrimento e depreciação das manifestações culturais de outros grupos. Grupo, nesse sentido, adquire status de etnia e, segundo essa lógica, caberia ao projeto do CEOM o papel de conduzir a sua conscientização e, deste modo, representá-los. Entretanto, sob esta perspectiva, a ideia de exclusão ficava condicionada ao pertencimento étnico, ainda que o discurso do projeto falasse em irrestrita participação. Esta tentativa de flexibilização do discurso de que temos dado demonstração é compreensível para além das necessidades já apontadas - estabelecimento de parcerias com membros do poder público, com setores empresariais, por exemplo -, como também quando pensamos que, em prevalecendo esta ligação entre exclusão e pertencimento étnico, um problema se constituiria para o CEOM quando se tratasse de acomodar, dentro do seu quadro de “*excluídos*”, movimentos multiétnicos como o eram, por exemplo, os movimentos sociais da *região* Oeste daquele período<sup>468</sup>.

### 3.8 DESCRIÇÃO DO UNIVERSO SOCIOECONÔMICO; UMA TENTATIVA DE SÍNTESE

O último dos quatro textos elencados como subsídio teórico para a implantação do projeto constante do manual para coleta de 1987, pode ser visto como complementar ou sequencial em relação ao anteriormente apresentado por Arlene Renk acerca da definição do universo sociocultural. Mesmo porque, como vamos perceber, a ideia predominante em sua tessitura é a de que, ainda que não irredutíveis um ao outro, os universos sociocultural e socioeconômico eram intimamente interligados.

No texto anterior, tentamos evidenciar que não se pode simplificar e reduzir as diferenças

---

<sup>468</sup> Como forma de auxiliar no entendimento das leituras que constituíam a arcabouço teórico dos autores destes textos e promotores do projeto do CEOM, optamos por incluir a lista das referências que embasavam o artigo em questão. BANTON, M. **A idéia de raças**. Lisboa. Edições 70, s.d.; COHEN, Abner. **The lessons of ethnicity**. in: \_\_\_\_\_. *Urban Ethnicity*. London, 1974.; DA MATTA, Roberto. **As Fábulas das três raças**. in: \_\_\_\_\_. *Relativizando*. Petrópolis, Vozes, 1983.; SEYFERTH, Giranda. **João Batista Lacerda e a teoria do branqueamento**. *Revista do Museu Paulista*, 30, 1985 (separata). *Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região de SC*. p. 12. Acervo CEOM.

econômicas e sociais como sendo meramente étnicas, Pretendeu-se, também, problematizar e possibilitar a compreensão de que a etnicidade não substitui a divisão de classes, nem tampouco o inverso, e, que muitas vezes, a identidade étnica pode ser acionada para legitimar uma posição de classe. Não existe autonomia do étnico-cultural em relação ao econômico. Ambos níveis compõem uma totalidade social. Para a apreensão de uma sociedade e sua caminhada histórica. É preciso conhecer as causas e leis que regem sua formação e seu processo evolutivo. Da natureza e forma de organização do trabalho produtivo, decorrem as relações sociais e a própria organização social e política. A divisão do trabalho (as diferentes funções que os indivíduos exerceu) e o lugar que cada indivíduo ocupa no mundo da produção, estabelece, as verdadeiras distinções sociais que por sua vez traduzem-se em desigualdades entre as pessoas e os próprios grupos (classes sociais). As relações sociais, isto é as relações dos homens com outros homens, com outros grupos, com instituições, não se dão no vazio, mas sobre uma base que é engendrada social e historicamente<sup>469</sup>.

O modo de definir a organização social, como se percebe, deixava claro que as divisões étnicas não substituíam as divisões de classe, nem o contrário. Não obstante, apontava ser o lugar ocupado na divisão do trabalho, sim, definidor das distinções sociais. Assim, segundo se pode aferir, ser beneficiado ou desfavorecido pela “*realidade*” do Oeste naquele momento não era uma condição de pertencimento étnico e sim de ser detentor ou não dos “*meios de produção*”. Isso trazia para o campo do “*resgate*” as memórias de todos aqueles que houvessem sido desprestigiados por uma política baseada na valorização da memória “*oficial*”. Sob esta ótica era, em uma assertiva reducionista, uma disputa de pobres contra ricos. Independente, nesse sentido, da condição étnica. Do ponto de vista teórico, o texto mantinha-se coerente com a teoria marxista. Entretanto, do ponto de vista do alinhamento com a aplicação do projeto do CEOM e com o modo de se reportar às diferentes etnias, nem sempre. Como ver-se-á em fase adiantada da análise.

---

<sup>469</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 17. 1987.

Esse entendimento que fundamentava o projeto de “*resgate*” histórico do Oeste posicionava as relações de produção como fator estruturante da realidade social, constituindo-se, conseqüentemente, no cerne do estudo. O modo como os homens organizaram o trabalho e a exploração dos recursos naturais, segundo a lógica materialista, definiu também a exploração de uns sobre os outros e conseqüentemente sua posição política e social. A definição das classes, deste modo, era orientada por uma visão determinista da sociedade, sendo esta regida pelas estruturas de produção. Sob tal pressuposto, a identidade étnica aparecia como um índice de posicionamento de classe. Deste modo, a identidade étnica não criava ou definia os grupos ou classes, apenas justificava-as: “*a identidade étnica pode ser acionada para legitimar uma posição de classe*”<sup>470</sup>. Com isso se queria dizer que uma vez confrontados com uma “*realidade*” de acúmulo de capital, alguns grupos usavam características associadas a uma ancestralidade definida em termos étnicos para explicar a subalternidade de uns e o poder de outros. Assim, expressões como “*não gostam de trabalhar*”, ou “*não sabem poupar*”<sup>471</sup> seriam, comumente, atribuídas aos “outros”. O “*resgate*” da história local passava então pela reconstituição teórica dos ciclos econômicos regionais e dos papéis ocupados pelas diferentes etnias dentro deste quadro. A coleta de registros históricos deveria, segundo essa lógica, também obedecer a esse preceito e evidenciar seu caráter determinante sobre as relações sociais. “*As relações sociais, isto é, as relações dos homens com outros homens, com outros grupos, com instituições, não se dão no vazio, mas sobre uma base que é engendrada social e historicamente*”<sup>472</sup>.

Para estabelecer essa base, era traçado o estágio atual da organização econômico-social da *região* e o Oeste era assim apresentado:

A nossa atual sociedade, esta que já tem uma economia de mercado, em que o econômico é o determinante das relações entre os homens e as instituições caracteriza-se por: a) haver uma divisão de trabalho; b) haver superado as formas históricas anteriores, porém dissolvendo-as, de modo tal que há indivíduos livres, porém despojados dos meios de produção e, portanto,

---

<sup>470</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 17. 1987.

<sup>471</sup> Ibidem.

<sup>472</sup> Ibidem.

vendedores de sua força de trabalho; c) estra estratificados em classes sociais (a grosso modo divididos entre os detentores dos meios de produção e aqueles que não os possuem, havendo por essa razão, interesses antagônicos e situações atrativas entre si): d) haver uma inserção, política e social de classe. Via de regra a classe que detêm os meios de produção também possui o poder ideológico e político. Impondo suas formas de representar a realidade, através das leis, da educação, dos meios de comunicação de massas ou das religiões quando não através de repressão. Dessa forma há uma luta para impor a representação da classe dominante, como legítima, assegurando assim sua situação privilegiada. Isso não impede que, essa camada desprovida de meios, encontre também caminhos para a resistência cultural<sup>473</sup>.

Havia assim, bem tipificada, uma divisão do trabalho que demonstrava a superação de formas históricas anteriores de organização social, embora resquícios ainda se mostrassem diluídos. Era exemplo disso a liberdade individual que existia de direito, mas não de fato. Uma vez que o não domínio dos meios de produção tornava alguns simples vendedores de força de trabalho - o que, segundo esse raciocínio, os tornava instrumentos de um modelo de exploração. Estava bem declarada a posição teórica adotada pelos idealizadores do projeto do CEOM. Não ficando de fora as menções ao domínio político e ideológico dos grupos determinados – detentores dos meios de produção - e de sua capacidade de impor através dos mais variados instrumentos institucionais, ou não, sua forma de representar a sociedade e de justificar sua posição. Ideologia, representação, realidade e cultura eram deste modo introduzidas e somadas aos demais pontos a serem abordados no projeto de “*resgate*” memorial da história do Oeste catarinense e a posição do novo órgão como mecanismo mediador deste processo ganhava método e fundamentação teórica.

Uma vez caracterizada a estrutura vigente e os mecanismos de sua manutenção, cabia desenvolver práticas capazes de lograr êxito no projeto de “*resgate*”. Estender essa abordagem aos períodos anteriores da história do Oeste passava pela aplicação do método a grupos e estruturas como a dos indígenas e a dos caboclos. Nesse caso, a condição central e

---

<sup>473</sup> Ibidem.

autônoma de que o econômico gozava na explicação das sociedades modernas precisava ser demonstrada em sociedades onde este fator econômico não era fulcral. Para tal, mantinha-se o recurso à teoria marxista e sua explicação baseada na diluição do econômico em instituições de outra natureza. Assim seria possível espriar o modelo de análise às organizações sociais em questão; indígenas e caboclos. Deste modo, os períodos eram da seguinte forma elencados e caracterizados:

Cabe alertar, que nem sempre, nas diferentes épocas históricas o econômico foi o determinante. Isto porque, antes de se transformar num nível autônomo como na sociedade burguesa atual, o econômico estava imbricado em instituições não econômicas como o social, o religioso e o parentesco. Talvez o que realmente estava em jogo, naquelas fases, era o prestígio social o que é facilmente compreensível pois os bens eram comunitários. Só para exemplificar, vejamos:

a) Nas sociedades primitivas, isto é, sem Estado, o que existe é uma relação de reciprocidade entre os membros, de forma a assegurar uma situação simétrica, igualitária. Aqui o parentesco age como um dos fatores de interação. O indivíduo, enquanto categoria histórica, inexistente ele é diluído no próprio grupo, isso não quer dizer que não existiu dominação. Ela existiu sim, mas não pelo econômico. b) Já nas sociedades pré-capitalistas existe um movimento de redistribuição. Diversas fontes produzem, concentram num ponto e redistribuem posteriormente, “a um compromisso tácito em atender a todos. Este grupo tem fortes laços de dependência com o Centro Redistribuidor (seja na figura de um senhor feudal, seja na figura de um coronel). Criando com isso laços de vassalagem, de fidelidades, de patronagem. Nas sociedades capitalistas com autonomia de mercado temos a troca, fundamentalmente assimétrica, que produz e mantém desigualdades, já vistas quando da caracterização da sociedade burguesa atual<sup>474</sup>.

A razão de fazer constar estas definições no projeto parecem claras. Orientar o processo de coleta e arquivamento do material que se

---

<sup>474</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 19. 1987.

pretendia, implicava detalhar o caminho teórico que se deveria seguir. Essa inclinação para o campo econômico intentava denunciar a supremacia de alguns grupos étnicos sobre outros e de uma consequente exploração econômica ou imposição ideológica. Não é difícil perceber que a política e as memórias do pioneirismo<sup>475</sup> eram o alvo destes questionamentos. Os colonos italianos e alemães formariam um dos polos e os indígenas e caboclos o outro. Enquanto os primeiros já se caracterizariam como sociedades capitalistas, caboclos estariam na fase pré-capitalista e indígenas na primitiva. Deste modo, o não condicionamento da condição de exclusão ao pertencimento étnico que se havia defendido anteriormente e que se havia substituído pelo domínio do capital e dos meios de produção, esbarrava no atrelamento das etnias a essas posições de domínio (do capital e dos meios de produção). Grosso modo, ainda que se a exclusão não fosse uma questão de etnia, o domínio dos meios pelos quais essa exclusão se estabelecia, parecia ser. O modo como se dá a divisão em etapas de evolução econômica entre as etnias da região dava mostra disso. *“Voltando ao contexto oestino, sabemos qual é o nosso estágio atual, porém, nem por isso devemos deixar de estar atentos às práticas e relações sociais que apresentariam resquícios das sociedades primitivas e da pré-capitalista (que corresponderia à fase cabocla)<sup>476</sup>”*. A questão ficava ainda mais evidente na afirmação que se seguia:

Havia na região, um campesinato local (caboclos) e certamente a lógica que os norteava não era a mesma dos migrantes gaúchos. Estes constituíram uma frente de expansão no sentido de assegurar a sua reprodução na condição de pequenos produtores, e aliam-se a fronteira agrícola constituindo um campesinato étnico (italianos, germânicos, etc.), em detrimento dos caboclos. E, logo depois verifica-se a inserção do campesinato oestino (local e de origem) na agro-indústria. Com estas considerações, esperamos ter apontado algumas pistas que elucidem a interrelação existente entre o mundo étnico e o econômico. Finalizando e com base na história da ocupação do

---

<sup>475</sup> Nesse caso nos referimos a concepção que aponta uma história do Oeste como de culto à figura dos imigrantes italianos e alemães. Os chamados pioneiros, ou colonizadores.

<sup>476</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 20. 1987.

espaço oestino recomendamos, a seguir, a documentação de alguns aspectos fundamentais, a nível de cada grupo. Índios: Quanto aos índios, atentar os grupos que ocupam o local, sua miscigenação, "assimilação", sua, "expolição", resistência cultural. No resgate, atentar ao material arqueológico, relatos do grupo sobre sua história, ao relato dos outros grupos étnicos sobre os indígenas. Quanto aos remanescentes atuais, recomenda-se a observação direta, nas entrevistas e fotografias, visando obter os dados mais variados e completos<sup>477</sup>.

Aos encarregados do trabalho de "resgate" agenciado pelo CEOM, era dada a recomendação daquilo que deveria constar, ou pelo menos ser buscado, em cada um dos grupos específicos. No caso dos indígenas, as orientações partiam da necessidade de se identificar grupos remanescentes e vestígios daqueles que pudessem ter transitado pela região. No tocante a atualidade, era importante atentar para a "miscigenação"<sup>478</sup>, "assimilação"<sup>479</sup> e "expolição"<sup>480</sup> ("espolição"). Neste ponto, se a presunção era de que estes fenômenos eram algo já reconhecido, abre-se uma questão importante. Seriam estes pontos algo a ser buscado em grupos específicos? Como veremos na sequência, a orientação que apontava os aspectos a serem buscados, ou seja, os objetos ou práticas a serem coletados e/ou registrados, variava de uma etnia para a outra. "Miscigenação"<sup>481</sup> é direcionada como um fenômeno relativo a índios e caboclos, não sem antes ser fruto de um jogo de conceitos ("assimilação", "espolição"). O que nos parece derivar de uma espécie de impossibilidade de se fugir da discussão acerca da "miscigenação", ainda que apresentada sobre diferentes termos. Essa tentativa de incorporar à análise as questões relativas ao contato e mescla cultural, instalam essa necessidade de adequação terminológica, uma vez que "miscigenação", como base para a leitura da questão racial no Brasil, havia sido descartada no texto sobre a definição do universo sociocultural. Note-se que a despeito de grupos objeto do estudo como o caso dos caboclos, já carregarem traços culturais múltiplos, de dois ou mais (grupos, etnias ou raças) a proposta segue individualizando pontos como

---

<sup>477</sup> Ibidem.

<sup>478</sup> Ibidem.

<sup>479</sup> Ibidem.

<sup>480</sup> Ibidem.

<sup>481</sup> Ibidem.

relativos a determinadas etnias.

Caboclos: interessa-nos tanto os primitivos, quanto atuais, atentar às práticas sociais, econômicas e ao conjunto de valores e crenças que norteiam o grupo. Importante é visualizar o confronto dentro do grupo étnico, das diversidades ou unidade de concepção entre as gerações e percepção interna de inclusão na sociedade maior (como ele se vê). Na medida do possível, por relatos e outras formas, retratar o confronto entre os grupos étnicos e a espoliação econômica e seu “adestramento”, a incorporação em outros grupos, seja pela Escola, pelas unidades sanitárias, pelos órgãos assistências e religiosos. Nos elementos caboclos remanescentes esforçar-se no resgate de práticas atuais, de relações de solidariedade (compadrio, mutirões, entre-ajuda, etc.) da culinária, da lavoura, da criação de animais, das práticas terapêuticas e litúrgicas, das estratégias matrimoniais (quem casava com quem, quais os elementos proibitivos, etc.) e de reprodução social do grupo (a escolaridade, profissão, etc.)<sup>482</sup>.

Com pequenas variações em relação aos indígenas, os caboclos eram apresentados como grupo do contato direto com o elemento colonizador. Não obstante, fossem eles próprios frutos da “*miscigenação*”, esse era um ponto apresentado como de necessária verificação. Os possíveis confrontos de geração eram assinalados ao lado da auto-visualização do grupo e da sua inserção na comunidade maior. Não sem atentar para o processo de “*espoliação econômica*”<sup>483</sup> e de “*adestramento*”<sup>484</sup> que a ela seriam inerentes. Essa incorporação se daria, então, de forma impositiva na medida em que adestrar pressupõe comando e submissão e, exploratória, no sentido de que esse grupo é apontado como objeto da “*espoliação*”. Contribuiriam para esse processo todo o aparato institucional ligado ao Estado e à religião. Se indígenas e caboclos eram as vítimas desse processo, restava aos colonizadores o papel oposto.

---

<sup>482</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 20-21. 1987.

<sup>483</sup> Ibidem

<sup>484</sup> Ibidem.

Colonizadores: no que diz respeito aos “colonizadores”, observa-se que são grupos étnicos diferenciados porém, com unidade social, que se deslocaram à região oeste catarinense para reproduzir-se na condição de pequenos proprietários. Daí a etnia, a identidade étnica ser acionada pelo grupo, quando se auto denomina “de origem” (com as divisões internas italianas, “alemães”, “poloneses”) para opor-se aos elementos locais (índios e colonos). Importante seria o resgate por relatos e fontes documentais, da vinda à região, da vida pregressa, do confronto do seu conjunto de valores com os dos caboclos e também com os diversos grupos vindos. Resgatar as práticas econômicas, matrimoniais, as estratégias de produção as formas de atualização e reatualização de sua cultura, das representações, dos preconceitos. Enfim, nos grandes grupos, observar como o grupo fala de si, como fala dos outros grupos, como o grupo se vangloria, como acaba encontrando seus heróis, como deprecia os demais grupos, como a dominação é falada, internalizada, interiorizada, exteriorizada, e em que momento o caráter contrastivo é acionado e por quem é acionado<sup>485</sup>.

O primeiro ponto de destaque no encaminhamento sobre os colonizadores dá-se no sentido de definir sua unidade enquanto grupo social. Eram sabidamente etnias distintas, mas, segundo o apontamento, unidos no tocante ao objetivo e ao projeto de vida. Na tentativa de justificar essa condição, o termo “*de origem*” que era acionado por eles é posto como sendo uma forma de se diferenciarem em relação aos grupos locais (caboclos, indígenas). Ocorre que essa expressão possui uma outra configuração possível que permite uma diferente apreciação. O termo “*de origem*” dificilmente é acionado sozinho, é parte de uma frase maior que lhe dá, aí sim, posicionamento étnico. Precedendo-o está o “*brasileiro*” e complementando-o vem o “*alemã*” ou o “*italiana*”<sup>486</sup>. É-se, no Oeste catarinense, nesse sentido, “*brasileiro de origem alemã*”, ou “*brasileiro*

---

<sup>485</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 21. 1987.

<sup>486</sup> Embora saibamos existirem outros grupos étnicos envolvidos no processo de colonização do Oeste Catarinense, italianos e alemães são os de maior destaque. Por isso, neste trabalho, restringimos nossa análise a eles.

*de origem italiana*". Posto desse modo, o termo, parece primeiramente querer assegurar a inclusão destes "*estrangeiros*" dentro da nação brasileira. Tratar-se ia, nesse caso, de defender e garantir cidadania a esses grupos que também sofreram com o preconceito étnico, seja por parte dos demais grupos, seja pelas políticas de identidade nacional, por meio da mesma estrutura (escola, religião, etc.) que são citadas como se tivesse tecido adestramento apenas aos grupos locais. São vastos a literatura e os estudos que dão conta dos preconceitos e dificuldades<sup>487</sup> enfrentadas pelos imigrantes, especialmente na Era Vargas e no período da Segunda Guerra Mundial. Assim, o primeiro interesse do termo parecia querer reivindicar sua brasilidade configurando, contraditoriamente, não uma busca por diferenciação e sim por identificação. Independentemente da etnia, uma leitura possível é a de esses grupos queriam ser primeiramente reconhecidos como brasileiros, para só depois apresentarem-se como de "*origem*" alemã ou de "*origem*" italiana. Cumpre lembrar ainda que esta diferenciação operava, não apenas em relação aos locais, mas também em relação aos próprios grupos imigrantes. Dizer-se de "*origem*" alemã ou de "*origem*" italiana servia como meio de identificar-se aos seus e diferenciar-se dos outros também imigrantes.

Nesta perspectiva, nota-se que, enquanto ao se reportar aos chamados grupos locais o texto, ao versar sobre cultura e seus processos, falam em "*adestramento*", quando se trata dos colonizadores, os termos empregados são "*atualização*" e "*reatualização*". Obviamente há uma diferença clara entre um adestramento cultural e uma atualização. Outras orientações de pesquisa também são direcionadas exclusivamente aos colonizadores. O preconceito para com os outros aparece apenas na descrição das possíveis ações destes. Como se essa fosse uma postura unilateral. Ainda que houvesse tanta desconfiança e desaprovação dos hábitos dos imigrantes por parte dos caboclos, por exemplo, como dos primeiros em relação a estes. Constatações feitas em obras como a de Wenceslau Breves<sup>488</sup>, por exemplo, dão mostra dessas passagens. Entretanto, a questão de maior importância que tiramos desses exemplos dão-se no sentido de, primeiramente, corroborar a dificuldade de conciliação entre a fidelidade teórica ao projeto e aquela que era exposta quando se tratava de aplicá-la ao objeto em questão (homens de fronteira). Há poucas linhas atentávamos para um direcionamento teórico que

---

<sup>487</sup> E aqui não se fala dificuldades de ordem física como natureza, falta de recursos, falta de estrutura, de políticas públicas, etc. Reportamo-nos tão somente às questões ligadas a cultura e sua aceitação.

<sup>488</sup> Ver BRESVES, Wenceslau. Op. Cit.

emanava do texto definido como subsídio teórico do projeto do CEOM, no sentido de não reduzir posicionamento social - de “*classe*” - como uma condição eminentemente étnica, nem o inverso. Todavia o que parece restar da análise do modo de descrição dos grupos (étnicos) e daquilo que já se definia de antemão ser particular de cada um, é um exemplo em sentido contrário. O que parece transparecer é que, ainda que o posicionamento de “*classe*” tenha sido condicionado à propriedade dos meios de produção, essa propriedade foi condicionada a uma condição de pertencimento étnico. Em suma, eram os colonizadores os proprietários dos meios de produção, logo, o condicionamento como fenômeno étnico continuava inabalado. Grosso modo, era como se o detalhamento de que demos conta tomasse todo emigrante como colonizador e todo colonizador como proprietário. É pertinente notar, sob esta perspectiva, que a própria identidade e cultura desses emigrantes é condensada na figura do colonizador. Sob a ideia de “*unidade social*” toda a diversidade cultural de italianos, alemães e poloneses é amarrada e apresentada como um só construto. Isto posto, cabe uma investida nas formas de se analisar a questão racial no Brasil. A esse respeito Oracy Nogueira<sup>489</sup> pontua,

Os estudos que tratam da “situação racial” brasileira, no que se refere ao negro (e ao mestiço de negro), podem ser divididos em três correntes: 1) a corrente afro-brasileira, a que deram impulso Nina Rodrigues e Arthur Ramos, e os estudiosos que mais diretamente foram influenciados por ambos; e que, sob a influência de Herskovits, prossegue, sob uma forma renovada, com os trabalhos de René Ribeiro, Roger Bastide e outros, podendo ser caracterizada como aquela corrente que dá ênfase ao estudo do processo de aculturação, preocupada em determinar a contribuição das culturas africanas à formação da cultura brasileira; 2) a dos estudos históricos, em que se procura mostrar como ingressou o negro na sociedade brasileira, a receptividade que encontrou e o destino que nela tem tido, corrente esta de que Gilberto Freyre é o principal representante; e 3) a corrente sociológica que, sem desconhecer a

---

<sup>489</sup> NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.** Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007. pp. 287-308. p. 287.

importância dos estudos feitos sob as duas perspectivas já mencionadas, se orienta no sentido de desvendar o estado atual das relações entre os componentes brancos e de cor (seja qual for o grau de mestiçagem com o negro ou o índio) da população brasileira<sup>490</sup>.

Dentre as três correntes apontadas pela autora, o alinhamento da proposta defendida pelo CEOM não é de difícil detecção. Tanto as ideias de determinismo de Nina Rodrigues, como a visão de Gilberto Freyre são rechaçadas logo no início do texto e apontadas como modelo para hierarquizar as raças com base em diferenças ou geográficas ou biológicas no caso da primeira: *“Por trás dessas diferenças havia a idéia de uma hierarquia de raças, onde no topo, a posição mais desenvolvida e civilizada, correspondia aos brancos, europeus, em plena Revolução Industrial e no polo inferior, ora os negros, ora os indígenas<sup>491</sup>”*. E como *“Idéia falaciosa. Mera farsa para encobrir outras formas de racismo de dominação<sup>492</sup>”*, no caso da segunda. A ideia de *“miscigenação”<sup>493</sup>* tão

---

<sup>490</sup> Ibidem.

<sup>491</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 13. 1987.

<sup>492</sup> Ibidem.

<sup>493</sup> A esse respeito há uma boa leitura na obra de VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. op. Cit. p. 22. *“Com essa breve incursão à geração da virada do século, podemos aquilatar com maior precisão o significado do impacto da obra de Gilberto Freyre, aproveitando-nos também da releitura de suas primeiras obras oferecida recentemente por Ricardo Benzaquém de Araújo. Como esse último mostrou, Freyre, em seu primeiro livro, não realizou simplesmente - como estabeleceram as primeiras leituras que recebeu, que enfatizavam as influências boasianas de Freyre - um deslocamento do foco de análise da "raça" para a "cultura", mas procurou na verdade integrar esses dois pontos de vista a partir da adoção de uma perspectiva neolamarckiana (1994: 40) que lhe permitiu retratar a cultura brasileira como o resultado de "incontáveis antagonismos em equilíbrio" (p. 58, grifo do autor). Através dessa última expressão temos a síntese da estratégia gilbertiana em relação à questão da identidade cultural brasileira, em que se procura integrar "nacional" e "regional", "racial" e "cultural. Embora uma análise minuciosa das descrições das relações raciais apresentadas em Casa-Grande & Senzala nos mostre um quadro complexo, no qual se dá uma convivência "tensa mas equilibrada" entre a "perversidade" do senhor e sua "intimidade" com o escravo (Benzaquém de Araújo, 1994: 53), essa descrição, ao ser comparada à experiência norte-americana, acabou por fazer com que o livro, não sem a anuência do seu autor, fosse tomado como um retrato da "democracia racial”*

fortemente advogada durante o Estado Novo era descartada e o alinhamento do projeto do CEOM, em se levando em conta as três vertentes propostas por Nogueira, ao que parece, dava-se com a última<sup>494</sup>.

### 3.9 OS “HOMENS DE FRONTEIRAS” E OS ESTÁGIOS EVOLUTIVOS DE UMA CULTURA CONTRA A DOMINAÇÃO

Uma vez apresentado os textos que serviram de base teórica para a primeira versão (1987)<sup>495</sup> de orientações destinadas ao processo de levantamento e coleta das fontes representantes da memória que se pretendia “resgatar” no Oeste Catarinense, o seguimento do manual trazia a estruturação sequencial com base na qual se pretendia elaborar o projeto. Descrito como “*Documento de Trabalho n.º 5*”<sup>496</sup>, e assinado por Arlene Renk, Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, Ilda Ana Brisot, José Carlos Ortiz, Nemésio Carlos da Silva e Santo Rossetto, a proposta trazia o seguinte ordenamento:

01. Sequência esquemática do processo histórico regional; 02. Pontos de partida para o levantamento das diferentes fontes documentais; 03. A história oral - Estratégias e Procedimentos Técnicos; 04. Testemunhos Figurativos - Orientações Básicas para coleta, registro e acondicionamento de fotografias; 05. Normas para coleta e registro de objetos; SEQUÊNCIA ESQUEMÁTICA DO PROCESSO HISTÓRICO REGIONAL; A Sequência aqui proposta procura retratar, em linhas

---

*brasileira. Seu elogio da mistura racial acabou tornando-se uma ideologia oficial no Estado Novo, quando, na própria legislação, "mostrava-se uma preocupação cada vez maior do Estado brasileiro com a sua 'integração étnica', o nome oficial para a miscigenação" (Vianna, 1994: 76)”.*

<sup>494</sup> Ajuda nesse sentido [de compreender os modos de pensar a sociedade e seu política de atuação desdobrada em forma de projeto], as referências trazidas ao pé do último texto abordado: “MARX, Karl. As formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro, Campus, 1981”.

<sup>495</sup> Esse mesmo Manual será reeditado no ano de 1989, com pequenas alterações – inclusão - de objetos a serem coletados e acrescido de um texto acerca do trato das fontes históricas de autoria do, à época, coordenador do CEOM, Pedro Francisco Uczai.

<sup>496</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 23. 1987.

gerais, as diferentes fases de processo histórico-social da Região Oeste Catarinense e completa-se com a Síntese Histórica (ANEXO 01) e os TEXTOS nº 02, 03 e 04<sup>497</sup>.

Perceba-se que o modo de apresentação do material segue uma ordem de articulação baseada na conexão entre as atividades práticas e os seus respectivos referenciais teóricos. Daí a importância em citar os referidos textos, conforme feito anteriormente, e a consequente tentativa de evidenciar suas articulações e influências.

Assim, procuramos organizar alguns aspectos práticos importantes que orientem a pesquisa e coleta em 04 grandes áreas: História do Povoamento Local, História Político Administrativa, Modos de Produção e relações de Trabalho e Ambiente Social. 1. A PRE E PROTO-HISTÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. 1.1 Vestígios arqueológicos; 1.2 A ocupação indígena no município; 1.3 A sociedade pré-agrária e a de agricultura incipiente. 2. A PRÉ COLONIZAÇÃO. 2.1 Bandeirantismo (caracterização, motivação, influência, consequências); 2.2 Tropeirismo (caracterização, motivação, influência, consequências); 2.3 Ocupação indígena, negra e cabocla; 2.4 Modos de sobrevivência (pecuária, agricultura de subsistência.); 2.5 Desbravamento/exploração (surgimento dos latifúndios). 3. QUESTÃO DO CONTESTADO (1912 - 1916). 3.1 Consequências da guerra na região. 4. A COLONIZAÇÃO DEFINITIVA (1917 em diante). 4.1 A política de organização territorial (os posseiros/empresas colonizadoras); 4.2 Contingentes migratórios (propaganda/realidade/incentivos). Os colonos. 4.3 Evolução de núcleos urbanos e desmembramento municipal. Antigo Chapecó. 4.4 Relações Culturais (fusão/aculturação/marginalização). 4.5 A exploração intensiva do solo; 4.6 O retalhamento das grandes extensões de terras x concentração; 4.7 Ciclos Econômicos. 4.7.1 Extrativismo; 4.7.2 Agricultura/comércio; 4.7.3

---

<sup>497</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo I. Acervo CEOM.

Industrialização/Agro-Indústria/Atividades Terciárias; 4.8 As categorias sociais (agregados, posseiros, pequenos proprietários, comerciantes, etc.). 5 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS. 5.1 O êxodo rural; 5.2 Estratégias de reprodução da pequena propriedade; 5.3 Sindicalismo urbano e rural; 5.4 Cooperativas (evolução); 5.5 Movimentos sociais organizados. Estes aspectos deverão acompanhar a sequência esquemática do Processo histórico regional (Documento de Trabalho nº 01). Outros objetos históricos (Instrumentos de trabalho, de lazer, etc.), deverão ser catalogados, conforme orienta o Documento do trabalho nº 05 e suas respectivas fichas<sup>498</sup>.

A delimitação dos temas acima propostos visava cobrir todo o período da história da *região* oeste catarinense. Notadamente apresentava pontos interessantes e capazes de promover um detalhado estudo, que obedecia aos encaminhamentos específicos que vimos apontando. Do povoamento aos movimentos sociais oriundos do embate entre interesses dos diversos grupos, traçavam-se diretrizes de como melhor, segundo seu entendimento<sup>499</sup>, estudar e “resgatar” a memória local. É possível perceber que no ato de elencar os temas a serem abordados em sua ordem cronológica, fala-se em “*exploração*” e “*desbravamento*” - colocado lado a lado - ainda no período das primeiras incursões dos movimentos bandeirantes. Essa questão torna-se passível de análise quando passamos a relacioná-la com outros posicionamentos apresentados ao longo dos projetos de implantação e de posterior vigência da instituição. Não é incomum, e temos apresentado passagens neste sentido, ligar-se a noção de “*exploração*” ao advento da figura do imigrante italiano e alemão de chegada bem posterior. Como se essas fossem características de uma etnia, e não de um momento, de um contexto histórico<sup>500</sup>. A presença do

---

<sup>498</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo I. Acervo CEOM.

<sup>499</sup> Arlene Renk, Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, Ilda Ana Brisot, José Carlos da Silva e Santo Rosseto assinavam a autoria desta parte do projeto intitulada: Documentos de trabalho. p. 23.

<sup>500</sup> Nesse sentido não negligenciamos o fato de que houve uma política estatal de povoamento para a *região* e que muitos imigrantes dela se beneficiaram, especialmente os que se dedicaram a comercialização das terras. Queremos apenas aten-

imigrante europeu do período da colonização “*propriamente definitiva*<sup>501</sup>”, como a própria citação sugere, parece estar para o contexto político da época - início do século XX - como estava a chegada das primeiras levas destes colonos como substitutos da mão de obra escrava em meados do século XIX no interior paulista, por exemplo. Cabe lembrar que este deslocamento tardio pode ser atrelado a uma gama de razões segundo o tempo histórico dos acontecimentos e das especificidades da *região*; disputas pela posse envolvendo governos (Questão do Contestado); conflitos de caráter social (Guerra do Contestado); “*povoamento*<sup>502</sup>” tardio; atuação das Companhias Colonizadoras; proximidade e influência do Rio Grande do Sul onde havia excedente populacional (filhos de imigrantes das primeiras Colônias fundadas).

Todo este conjunto de fatores constrói um quadro de análise para o fenômeno da colonização no Oeste catarinense. Certamente, o modo como se procedeu a ocupação obedece, entre outras possíveis, estes pontos de influência. Com isso, queremos afirmar que o modo como se efetivou o povoamento deste espaço pode ser observado com base no contexto histórico e não apenas derivado da presença do emigrante. Italianos e alemães do Oeste catarinense são, eles próprios do modo como conhecemos, também resultado deste cenário. As especificidades desenvolvidas, a negociação constante de seus traços culturais como muito bem aponta Eunice Sueli Nodari<sup>503</sup>, demonstram como estes

---

tar para o fato de que não se pode tomar e tão pouco condicionar todos os imigrantes deste período como integrando um contingente único no sentido de condições econômicas e de posição social.

<sup>501</sup> Idem.

<sup>502</sup> Idem.

<sup>503</sup> NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009. 222 p. Na obra em questão, a autora analisa as práticas socioculturais na *região* Oeste de Santa Catarina [neste caso representado pelas cidades de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó e pelas etnias presentes] tomando-as como fruto de uma negociação constante que tinha por pano de fundo a construção de uma memória pública nacional. Dentre os pontos defendidos na obra, está a ideia de que a existência de uma elite portuguesa ocupando cargos no setor público e nos setores de comunicação e seu consequente alinhamento com a política nacionalizadora do início do século XX, impediu que tivéssemos, nessa *região*, uma consolidação de referentes étnicos teutos e ítalo mais significativos. Assim, a simultaneidade do processo de nacionalização com o processo de colonização, teriam constituído este quadro de práticas socioculturais renegociadas e não sobrepostas.

indivíduos tiveram e foram aptos em se adequar às condições impostas seja pela natureza, seja pela presença do outro ou mesmo pelas imposições políticas. Não nos é novidade, nesse sentido, que o mesmo interesse político que fez campanha pela ocupação da *região* Oeste por italianos e alemães no início do século XX - ato contínuo da política de propaganda de anos antes em nível nacional -, os tratou como inimigos da pátria anos depois.

Há que se atentar ao comum direcionamento da leitura do conjunto de elementos para a figura pura e simples da etnia, como se esta carregasse em si a explicação para os fenômenos e a razão de ser das coisas. O que pode levar, de uma história “tradicional” que apontava o sucesso da colonização como resultado da garra e engajamento dos pioneiros, para uma nova abordagem que na tentativa de desconstruir essa visão, passa a descrevê-los como integrante de uma etnia, quase sempre ligada à ideia de “*exploração*”. Constituindo um tipo de narrativa onde “*exploração*”, “*expropriação*” e “*imposição cultural*”, passam a ser termos amplamente pontuados quando se fala apenas de um determinado grupo, como se essas práticas houvessem sido instituídas por eles.

Resta dessa análise dos textos que foram apresentados como subsídio teórico para a primeira versão do manual de orientações para a coleta e registro da memória regional - mais do que do notório alinhamento teórico -, primeiro, a dificuldade de conciliação que parece acompanhar as tentativas de definição de atuações práticas com um projeto que, ao mesmo tempo que se propõe amplo - a ponto de se avizinhar de uma ideia de história total - e conciliador, também não abre mão da militância em favor dos “*expropriados da história*”. Depois, a tentativa de definição das razões dessa exclusão que, embora tente não relativizar como sendo uma questão de fundo étnico, acaba enredada em suas próprias definições conceituais e acaba por dar a entender exatamente isso. E, por fim, a manutenção no discurso de um repertório de “*estigmas*<sup>504</sup>” (fronteira, exclusão, dominação) que, ao que nos parece, dão continuidade à ideia de oposição binária centro x periferia. Oposição que, do campo da reivindicação regional, é ancorada aos grupos objetivo da política de “*resgate*” num processo dialético que, ao mesmo tempo em que reivindica a esses sujeitos o direito de memória, de aparecerem na história, de existirem, atribui-se a ele (CEOM) condição de representante desses mesmos sujeitos e estabelece, por conseguinte, também a sua razão e necessidade de existir.

---

<sup>504</sup> Conceito da obra de Pire Bourdiue. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p.118.



## CAPÍTULO IV - O CEOM E O OESTE CATARINENSE; PARA UMA NOVA HISTÓRIA, NOVAS VELHAS MEMÓRIAS

“A memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica quando parece permanecer igual”.

(SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. Proj. História, São Paulo 14 de fevereiro de 1997. p. 44.)

### 4.1 ARQUIVAMENTO DA MEMÓRIA E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Se do ponto de vista teórico que embasava o projeto do CEOM, tivemos uma primeira ideia com os textos de Santo Rosseto, Arlene Renk e Hilda Dmitruk, no que diz respeito à fundamentação técnica, a principal obra era de autoria de Ana Lúcia Locks<sup>505</sup> e Valéria Gouvêa Ghanem<sup>506</sup>.

---

<sup>505</sup> Ana Lúcia Coutinho, historiadora formada pela UFSC, produtora cultural e pesquisadora da cultura popular luso-auroriana no litoral catarinense desenvolve trabalhos em Biguaçu, onde fundou em 1989 o Grupo Arcos, o qual preside até hoje, foi fundado por um grupo de voluntários e teve como primeira diretoria: Ana Lúcia Coutinho; Maria Helena de Lara Prazeres; Orival Prazeres. Contou ainda com Jorge Luiz Locks; José Brá da Silveira; Felipe Asmuz, e Geovani Cabral. Apresentação da autora em matéria acerca do Grupo Arcos no Jornal Notícias do Dia. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/ponto-final/109517-papo-cabeca-com-ana-lucia-coutinho.html>. Acessado em 09/03/2016.

<sup>506</sup> Especialista em organização de arquivos, consultora em empresas e atualmente coordena a Biblioteca do TCE/SC. I ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. 1986. (Encontro). **1986 – 1986**. Especialização em Organização de Arquivos. (Carga Horária: 450h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Inventário Analítico do Arquivo Fernando de Azevedo. GHANEM, V. G.; Ana Lúcia

“*Arranjos em Arquivos Públicos*<sup>507</sup>” trazia, para o projeto do CEOM, o suporte naquilo que concernia aos pressupostos fundamentais de organização de um acervo. Ou seja, questões específicas do campo de estudos da Arquivística e da Biblioteconomia. O artigo anexado ao projeto, inicia fazendo uma retrospectiva da situação do trato e da preocupação com a documentação pública ao longo dos anos. Segundo as autoras, no período colonial brasileiro, em razão da origem portuguesa da documentação, não se desenvolveram políticas de preservação documental. Isso começa a acontecer apenas no período Imperial com a criação do Arquivo Nacional no ano de 1835 no Rio de Janeiro. Durante a República a documentação e as preocupações maiores ou menores com a sua guarda seguem os ritos de centralização e descentralização política. O advento da II Guerra, acarreta uma preocupação mundial com a perda de informações e da consequente memória. Este temor difundido contribui para que se inicie um novo momento no tocante à preservação documental onde o entendimento passa a ser o de que: “*“os arquivos são a memória viva das instituições e as guardiães dos documentos significativos para a sua própria identidade”*. (in: *Revista do Arquivo Municipal de SP, V, 191, jan. a dez. de 1978. Pag. 32/33*)<sup>508</sup>”.

Ao mesmo tempo em que ligava o projeto do CEOM às discussões de caráter nacional, o texto em questão fornecia importante base técnica para a execução dos trabalhos de campo. Sua inclusão no “*Manual de Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região (Oeste) de SC*<sup>509</sup>”, que devia servir de base para a ação tanto dos técnicos do próprio CEOM, quanto dos integrantes das Comissões Municipais de Memória, fornecia um suporte técnico para os procedimentos de “*resgate*” que pretendia executar. É nítido que as autoras Ana Lúcia e Valéria Gouvêa escrevem acerca dos arquivos públicos de forma genérica. Trata-se de uma publicação que traz conceitos básicos de arquivística e toma como referência os arquivos públicos, mais precisamente, o arquivo público do Estado de Santa Catarina. Deste modo, ainda que ele não desenvolva discussões de cunho teórico sobre o processo de salvaguarda da memória regional, fazia parte

---

Coutinho Locks. **ARRANJO EM ARQUIVO PÚBLICO**. Ágora, v. 2, p. 5-12, 1986.

<sup>507</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo II. Acervo CEOM.

<sup>508</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo I. Acervo CEOM.

<sup>509</sup> Idem.

do suporte angariado e disponibilizado pelo CEOM, servindo possivelmente, como um primeiro contato com termos específicos da área para aqueles profissionais que iriam desempenhar as atividades de campo. Acerca do papel dos arquivos o texto propunha.

Ignorar os arquivos ou permitir a sua destruição é condenar a nação, a instituição ou a pessoa ao anonimato. É não permitir que o cidadão cultue sua história. Pois a documentação contida nos arquivos públicos “são organizados e preservados para: atender à tarefa do governo, desenvolvendo sua eficiência; proteger direitos e privilégios e para preservar recursos culturais “ (in Arquivística = Técnica; Arquivologia, Ciência, Castro, Astréa de Moraes. Brasília, ABEDE, 1985, 2V.). Estão contidos nos arquivos informações preciosas, que se não estiverem devidamente arranjadas e tratadas deixarão de responder as indagações feitas pelos consulentes<sup>510</sup>.

Como se nota, a percepção do arquivo público neste momento está muito ligada à eficiência e às demandas do Estado. Seria em primeiro momento para satisfazer suas necessidades de consulta, de modo a garantir seu melhor desempenho, que os arquivos deveriam ser pensados. É a nação, a instituição e, só depois, o cidadão que se deve levar em conta quando de seu postulado. Ainda que o cidadão possa ser tomado como fim último destas instâncias, a título de definição de pensamento, a ideia central era de que os arquivos deviam servir aos interesses e as demandas do Estado. É, deste modo, para que o Estado consiga, quando questionado, dar respostas adequadas aos indivíduos que existe a necessidade de se guardar informações em forma de documentos. O arquivo funcionaria, assim, como demonstração e garantia da eficiência do Estado. No caso do CEOM, o discurso de fundamentação do projeto, centrava-se na ideia de comunidade local, uma vez que se tratava de um projeto que, embora de financiamento público, não possuía ligação direta com algum governo específico. Enquanto o texto aqui abordado estava mais para a organização de arquivos ligados diretamente ao governo do Estado de Santa Catarina, ou instituição de mesmo caráter, o intento do CEOM era mais amplo. Buscava-se um projeto de envergadura regional e que contava com fontes de financiamento em escala federal, o que

---

<sup>510</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo II. Acervo CEOM.

garantia, em tese, um posicionamento de maior autonomia. Ainda que, como visto, a maior parte das atividades desenvolvidas pelo CEOM estivessem ligadas aos municípios da *região* Oeste e, inevitavelmente, aos seus representantes políticos. Mas, independentemente das questões de maior ou menor autonomia, o que era garantido pelo artigo do qual estamos tratando era o incremento metodológico conferido ao projeto do CEOM. Necessidade que, aliás, era largamente manifestada pelos responsáveis pelo projeto em seus primeiros anos. É interessante notar, nesse sentido, que a preocupação em se executar um tratamento técnico dos materiais que se fizessem recolher no processo de “*resgate*” de modo a permitir sua fácil e eficiente utilização futura já era manifestada neste momento. A aparente não observância de muitas dessas orientações, acarretará, como veremos, especialmente a partir de meados da década de 1990, uma série de problemas de preservação e de consulta do acervo.

É inconcebível que na era da informática, perca-se muito tempo à procura de uma informação por falta de tratamento técnico adequado. Por essa razão, o documento perde sua função de comunicação e erroneamente denomina-se de morto os arquivos “sem utilização”. Um problema enfrentado nos arquivos públicos e privados é a não participação e orientação de pessoal técnico qualificado – o arquivista. Este tem um papel fundamental na elaboração do processo documental informativo: arranjo, descrição, projeto de microfilmagem, automação, formulários, etc. Assim sendo, o trabalho objetivo descrever a aplicação técnica para a organização de arquivos públicos. A proposta se centra em definir e orientar a aplicação de técnicas, para os que estão diretamente ligados à área da arquivística, no poder público. Para tanto devemos ter bem precisos alguns conceitos, como: Arquivo Público, Arquivo Permanente, Documento, Documento Arquivístico, Fundos, Série Documental, Arranjo, Descrição e Análise Documentária. Arquivos Públicos - São os órgãos que recebem a documentação gerada na administração pública e tem como função guardar, preservar, divulgar e responder a perguntas<sup>511</sup>.

Esse dédalo de conceitos era possivelmente tão estranho aos

---

<sup>511</sup> Idem.

próprios postulantes do projeto de implantação do CEOM, quanto podem parecer ainda nos dias atuais, para os não familiarizados com a área da arquivística ou arquivologia. Ainda que conste de um dos primeiros documentos emitidos pelo CEOM, é pouco provável que os primeiros trabalhos tenham se dado segundo essas observações. Nestes primeiros anos, como demonstrarão os reflexos futuros no acervo juntado, a preocupação parecia voltada para a atuação engajada do que para métodos e classificações inerentes ao processo arquivístico. Ao que parece esse documento tinha uma função mais simbólica do que prática. Cumprindo, mais um papel de fundamentação metodológica dentro do projeto, do que representando um modelo efetivamente referencial.

Geralmente chegam aos arquivos um elevado número de documentos desordenados, que não só devemos ordená-los, como também, de acordo com um plano arquivístico, colocá-los corretamente nas galerias e estantes. É mister estarem em boa ordem para serem localizados com facilidade quando houver necessidade de consultá-los; e arranjá-los precisamente para serem inteligíveis. A principal atividade do arranjo consiste em estabelecer a ordem a partir da desordem. A ordenação ou arranjo dos documentos é imprescindível por duas razões: 1) Tornarem-se acessíveis ao usuário; 2) O conhecimento de sua natureza e seu conteúdo; O arranjo arquivístico implica também processos intelectuais, pois para poder ordená-los o responsável deve ter um conhecimento completo da história da instituição que produziu a documentação - sua origem, função e desenvolvimento organizacional e funcional.<sup>512</sup>

No caso do CEOM, com exceção de Ilda Brisot que parece ter acumulado significativo conhecimento técnico, é difícil determinar o quão familiarizados, com os princípios teóricos da arquivologia, estavam os demais servidores que iriam atuar na construção dos acervos documentais. Mas no que concernia aos responsáveis pela elaboração do projeto, era nítida, a preocupação com o fornecimento de um referencial técnico para o projeto. Referencial que abria um distanciamento entre o que se apregoava como necessário para uma correta elaboração e administração de um arquivo e o que o CEOM parecia ter a disposição no momento, em se tratando de material humano. Siga-se a descrição da

---

<sup>512</sup> Ibidem.

situação dos arquivos estaduais e as respectivas demandas:

É significativo o número de arquivos desorganizados no Estado de Santa Catarina, o que não difere muito da situação de outros Estados. O grande problema da máquina administrativa geradora da documentação pública, é a maneira como tratam os arquivos — com abandono. Na maioria os documentos encontram-se em salas inadequadas, estando sujeitos a desaparecerem pelas próprias condições ambientais (umidade, insetos, poeira, luminosidade, roedores, etc.). Outra situação, não tão frequente, mas que preocupa intensamente, é com os arquivos que já agruparam seus documentos, e lhes deram uma ordenação sem aplicação da técnica arquivística. O arranjo terá que obedecer a Teoria de Fundos ou princípio do “Respect des Fonds” que é “a prática de deixar agrupados, sem misturar uns aos outros, conjuntos documentais provenientes de uma administração pública ou privada ou pessoa física”. (Heloisa Bellotto). Ao deparar-se com a massa documental, o arquivista, como primeira medida deverá separar os documentos por fundo, parte central e mais importante na organização de um arquivo. Essa fase operacional requer muita atenção e conhecimento do arquivista, para poder distinguir precisamente a que fundo pertence. Nessas situações é necessário que se tenha noções gerais das ciências auxiliares (Diplomática, Paleografia, Sigilografia, História) e das instituições, etc.<sup>513</sup>.

O objetivo de desenvolver um projeto que se propunha a cobrir coleta, classificação, acondicionamento e exposição de elementos de vários grupos humanos em tão abrangente recorte temporal conferia, à proposta do CEOM, ares de grande envergadura. Às dificuldades óbvias do processo de coleta, era somado talvez aquele que se constituiu como mais dificultoso, a saber, o ato de lidar com esses materiais (documentos, objetos, relatos, etc.) para um projeto que, como visto, sequer tinha uma sede definida e um grupo de funcionários fixos por longo tempo. É fato,

---

<sup>513</sup> Idem.

porém, que a ideia inicial<sup>514</sup> do CEOM era de se mobilizar e subsidiar a construção de espaços de “*resgate*” e de arquivamento nos próprios municípios. Coisa que, como veremos, mantém-se nas duas primeiras fases<sup>515</sup> de atuação do Órgão. Essa era, inclusive, a principal função das Comissões Municipais de Memória<sup>516</sup>. Organizar e manter esses “*espaços de memória*” (arquivos - e/ou museus) nos próprios municípios da área de abrangência. Área que, como veremos, acabou, por muitas vezes, por extrapolar aqueles que seriam os limites pensados na origem do projeto<sup>517</sup>, numa demonstração de sobreposição do interesse de pauta sobre as delimitações geográficas<sup>518</sup>. Esse interesse de pauta, que pode ser percebido tanto na definição dos grupos tomados como objeto prioritário de “*resgate*”, quanto no modo como se devia proceder tal atividade, encontrava respaldo na teoria arquivística, ainda que em uma substituição arbitrária. Ao que nos parece, no espaço em que a teoria da arquivística discutia o papel do profissional de arquivo, o processo intelectual que, no texto de Ana Lúcia e Valéria Gouvêa, está ligado à necessidade de conhecimento histórico da instituição de onde provem o acervo por parte do arquivista responsável por sua organização, no projeto do CEOM, é substituído pelo interesse de uma história conscientizadora e transformado em atuação intelectual engajada. Assim, no lugar do conhecimento sobre a história do acervo por parte do profissional de arquivo (arquivista), temos no caso do projeto do CEOM, conhecimento histórico e posicionamento ideológico. O que, se não era a melhor opção

---

<sup>514</sup> Isso, como veremos mais adiante, começa a mudar a partir do processo de repensar do CEOM que se deu em 1998. Quando, então, o CEOM passa a discutir efetivamente a sua transformação em espaço museológico.

<sup>515</sup> 1986-1990 e 1992-1997.

<sup>516</sup> De 26 a 29 de setembro passado, nas dependências do Centro de Formação Diocesano, em Chapecó, o CEOM realizou as Oficinas de Museologia e Museografia e de História Oral e Fotografia. Participaram das Oficinas os integrantes envolvidos nas Comissões de Cultura dos Municípios Oestinos, bem como a gentes culturais de outras regiões do Estado. Estas atividades visavam basicamente instrumentalizar os integrantes para dar continuidade ao processo de resgate, preservação e valorização da memória audio-visual no Oeste Catarinense. A realização destas Oficinas contou com recursos da FUNARTE-INFOTO, pelo convênio FUNARTE 16/89.

<sup>517</sup> O projeto original falava em área de abrangência como compreendendo os municípios da área de atuação da FUNDESTE.

<sup>518</sup> Nesse caso podemos citar como exemplo as atividades do CEOM ligadas a professores indígenas de Nonoai no Rio Grande do Sul. Desenvolvidas na década de 1990, conforme relatórios da entidade.

do ponto da arquivística, o era do ponto de vista da transformação social e já antecipava algumas das questões relativas às ligações entre identidade, memória e história oral que veremos adiante.

O arranjo arquivístico implica também processos intelectuais, pois para poder ordená-los o responsável deve ter um conhecimento completo da história da instituição que produziu a documentação – sua origem, função e desenvolvimento organizacional e funcional. Só assim com este estudo inicial se tornará claro o melhor método de agrupar e arranjar os documentos estabelecendo suas relações. Os documentos são arranjados como unidades coletivas, não sendo identificáveis por autor, título ou assunto e sim por sua origem. É nesta parte que o arranjo de arquivo e biblioteca diferem, pois na biblioteconomia se ordena [sic] as publicações como unidades singulares e pelo assunto, bastando para isso conhecimento das técnicas gerais de classificação. Arranjo e descrição são processos arquivísticos que se completam. Ambos são imprescindíveis no resgate da informação, Não basta, apenas estarem em boa ordem, há que conhecer e divulgar o conteúdo da massa documental de um arquivo. A descrição é um processo metodológico que estabelece o elo entre o documento e o pesquisador. O arquivista é o responsável por esse elo, pois o modo pelo qual ele arranja o documento determina a maneira pela qual compete descrevê-lo. E nesse momento que o arquivista preocupa-se com o conteúdo do documento, isto é, com a pesquisa histórica. [...] Precisamos estabelecer prioridades de escolha, na descrição. É impossível descrever tudo. Este é um trabalho lento e que requer mão-de-obra qualificada. [...] Porém o critério de escolha fica a mercê do arquivista de acordo com sua clientela. Para que um acervo arquivístico seja inteiramente recuperado é necessário que se crie instrumentos de pesquisa. Estes além de recuperarem a informação, identificarem, resumirem e localizarem os documentos do arquivo. São meios eficazes de divulgação do conteúdo; não só para os pesquisadores, como também a outros Estados e

Países. É através do instrumento de pesquisa que o arquivista mostra as atividades técnico-intelectuais desenvolvidas no arquivo<sup>519</sup>.

As orientações contidas no texto estabelecem um trabalho que demanda uma quantidade e uma qualidade de profissionais que, segundo apontam os relatórios do quadro de funcionários, o CEOM não dispunha, pelo menos nos primeiros anos de sua atuação. Essa condição possivelmente explica a razão pela qual muitos materiais coletados não puderam ser disponibilizados futuramente para a consulta por, nos termos do relatório do CEOM: *“apresentarem deficiências de cunho metodológico”*<sup>520</sup>. Embora o detalhamento dos procedimentos e das bases técnicas do tratamento de arquivos e coleções possam conferir credibilidade ao armazenamento documental, segundo os preceitos apontados no texto, a problemática da seleção irá sempre acompanhar este trabalho. Para Paul Ricoeur, o cunho interpretativo que atravessa todo o *“processo historiador”*<sup>521</sup> desde a consulta aos arquivos até a fase da escrita, pode ainda ser estendido a um estágio anterior. Também a fase da formação dos arquivos seria atingida pela centelha da interpretação. No caso do CEOM, não muito diferente da maioria dos arquivos públicos no Estado de Santa Catarina, como aponta Janice Gonçalves, havia carência inequívoca de profissionais da área da arquivística *“Grosso modo, os profissionais atuantes na área, em Santa Catarina, são de diferentes formações (Biblioteconomia, História, Administração), buscando geralmente preparo específico na área arquivística por meio de oficinas e cursos de extensão ou cursos de especialização (realizados em Santa Catarina ou em outras unidades da federação)”*<sup>522</sup>, teria constituído um quadro em que a grande presença de historiadores em substituição as esses (arquivistas) *“tendeu a fortalecer apenas uma de suas vocações – a de locus de produção e disseminação do conhecimento histórico – através*

---

<sup>519</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. Anexo II. Acervo CEOM.

<sup>520</sup> 51 Entrevistas realizadas por alunos da disciplina de Estudo e Preservação de Bens Culturais, nos anos de 1996 e de 1997, das quais, mais ou menos 30% não poderão ser liberadas para a consulta pública por apresentarem deficiências de cunho metodológico. Relatório de atividades dos anos de 1995 a 1997.

<sup>521</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit. p 151-412. A Tese defendida pelo filósofo é de que a interpretação impera nas três fases ligas a construção do conhecimento histórico, a saber, a fase documental, a fase explicativa ou compreensiva e a fase representativa.

<sup>522</sup> GONÇALVES, Janice. Op cit. p. 121.

*da própria constituição dos acervos, de sua organização, de sua disseminação por meio de exposições, publicações e outras atividades de “difusão cultural”*<sup>523</sup>.

Este parece ser, como veremos, o caso do CEOM. A formação de um quadro por muito tempo distante dos conhecimentos da arquivística, acabou por constituí-lo como um espaço de produção e disseminação de conhecimento. O que, de acordo com os objetivos a que ele se propunha, com base em seu projeto inicial, não representava nenhum tipo de incoerência. Posto que se tratava de um projeto cujo compromisso sempre pareceu estar mais ligado com a história e com a sua reescrita do que com os arquivos e com seu melhor trato. Fechando esse comparativo de modelos, pode-se dizer que, em se tratando do CEOM, não era a produção e disseminação de conhecimento fruto da análise dos arquivos e, sim, os acervos juntados, fruto de uma concepção hierárquica de importância segundo um posicionamento ideológico bastante claro.

#### 4.2 “RESGATE” DOS AGENTES; A DEFINIÇÃO DAS MEMÓRIAS IMPORTANTES

Se os textos inicialmente analisados trabalharam no sentido de definir um modelo interpretativo para as atividades que viriam a ser desempenhadas, e este, em termos, forneceu alguns dos conceitos básicos de arquivística, tentemos com o andamento da averiguação dos procedimentos e dos consequentes materiais históricos coletados, estabelecer uma leitura do grande projeto do CEOM em sua configuração *multipartite* (“resgate”, arquivamento, exposição, pesquisa, publicação). No processo de mediação em curso, uma série de pontos passavam a demandar definição do modo de andamento dos trabalhos. Um projeto dessa envergadura precisava apontar, por exemplo, quais eram os encaminhamentos práticos e os entendimentos teóricos que se acreditava deveriam pautar a atuação dos indivíduos e as relações entre eles e o meio. Eram detalhados, deste modo, não apenas os direcionamentos daquilo que se intentava buscar, mas igualmente, a compreensão que se tinha dos fenômenos sociais que justificavam determinado tipo de orientação. O caráter materialista que estribava o projeto ficava evidente, sendo assim apresentado.

Assim, procuramos organizar alguns aspectos críticos importantes que orientam a pesquisa e

---

<sup>523</sup> GONÇALVES, Janice. Op cit. p. 121.

coleta em 04 grandes áreas; a) HISTORIAS DO POVOAMENTO LOCAL. Abordar todo o processo de formação de localidade, levantar os primeiros moradores (de onde vieram, porque vieram, em quantos, benefícios para a vinda, o que encontraram, mudanças ocorridas no processo do povoamento, etc.); b) HISTORIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA. Abordar questões sobre o surgimento dos diferentes partidos, formas de representação, representantes, lideranças políticas, interferência do poder econômico, propaganda política, comércios, eleição, etc.); c) MODOS DE PRODUÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO EXISTENTES. Atentar os diferentes “jeitos” de produção dos bens matérias, a propriedade dos meios de produção (terra, e movimentos de trabalho) os diferentes instrumentos utilizados e formas de comercialização, transporte, estabelecimentos comerciais, classes sociais e relações em si e entre si (também entre as diferentes etnias), divisão do trabalho familiar, formas de cooperação (mutirão, etc.) papel da mulher, alimentação, artesanato, trabalho com bancos, crédito, poupança, e investimentos, cooperativa (quando e porque) integração com as agro-indústrias (quando e porque); d) AMBIÊNCIA SOCIAL. Observar as diferentes manifestações culturais coletivas, festas (religiosas e populares), divertimentos, contos, brincadeiras, jogos, costumes, namoro, casamento, doenças e remédios, ritos funerários, lendas, hábitos alimentares, relações de parentesco, sistemas de autoridade (dos mais velhos sobre os mais novos, dos maridos sobre as mulheres, do padre e do coronel sobre a comunidade, etc.) organização da vida familiar e comunitária, etc.<sup>524</sup>.

Neste ponto podemos notar uma divisão conceitual que parece querer posicionar em um parágrafo questões de fundo econômico e, no seguinte, características ligadas ao universo social. O que, grosso modo, propõe uma história total do regional. Chama atenção, acerca disso, a similaridade do arranjo do projeto deste modo descrito com as propostas

---

<sup>524</sup> Documento de Trabalho nº 02. Pontos de Partida para o Levantamento das Diferentes Fontes Documentais. p. 27. Acervo CEOM.

ligadas aos EC (Estudos de Comunidade) desenvolvidos no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960.

Uma característica dos EC é a ênfase dada a uma descrição, o mais abrangente possível, da vida social das comunidades, atrelada a elementos que recompusessem o seu desenvolvimento histórico. Com base em escritos de viajantes do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire e historiadores como Capistrano de Abreu, documentos públicos e eclesiásticos ou mesmo informações orais (PIERSON, 1972, I, p. 223-224), buscou-se, em alguns EC, estabelecer uma comparação entre a situação passada e a presente de uma determinada comunidade, a fim de identificar os elementos que expusessem o caráter e a dimensão do seu processo de mudança cultural<sup>525</sup>.

Esse recurso aos relatos de viajantes também não era estranho aos estudos propostos pelo CEOM no Oeste catarinense. Eles constavam como suporte para a realização de uma análise do modo de organização destes grupos/comunidades/etnias, como podemos visualizar no projeto de implantação do CEOM<sup>526</sup>. Também não destoava quando cotejado com o interesse em se elaborar uma análise o mais abrangente possível das comunidades e em suas manifestações mais diversas. Veja-se como Nemuel da Silva Oliveira e Marcos Chor Maio, descrevem o trabalho de Willens sobre a comunidade de Cunha no interior paulista:

Nesse trabalho, Willems trata dos aspectos gerais da comunidade, da sua história, informações demográficas e da mobilidade espacial; da estrutura social, como a estratificação das classes sociais, as relações vicinais e familiares, e as associações religiosas, políticas e de outros tipos; também da cultura, recorrendo o autor sobre a organização econômica, alimentação, vestuário, habitação e mobiliário, indústrias domésticas, o

---

<sup>525</sup> OLIVEIRA Nemuel da Silva e MAIO Marcos Chor. **Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil**. Revista Sociedade e Estado - Volume 26, Número 3, Setembro/Dezembro 2011. p. 527.

<sup>526</sup> Ver Projeto de implantação do CEOM e mecanismos para execução das atividades de coleta e resgate da memória sócio-cultural da *região* Oeste de Santa Catarina. Fase do Bandeirismo, do Tropeirismo e da Ocupação Cabocla. Capítulo II, p. 13.

universo mágico e religioso e as festas anuais. Willems apresenta, ainda, um resumo dos dados e suas conclusões na pesquisa, em que destaca que os fatores de estabilidade social estavam ligados à força da tradição, enquanto os de instabilidade, ligados às inovações que chegavam à comunidade com o rompimento do seu isolamento (ibidem, p. 168)<sup>527</sup>.

Como podemos observar, nessas últimas passagens, o projeto do CEOM, além de pontuar elementos específicos para os quais deveria se atentar no trabalho de “*resgate*” memorial acerca do Oeste Catarinense, também promovia um direcionamento de como deveria se observar esses acontecimentos e de quais seriam as razões de se darem de determinado modo. O caráter de mediador, assumido pelo CEOM, fica evidente na medida em que define teórica e metodologicamente um modo de entendimento para os fatos regionais, bem como o procedimento para o seu “*resgate*”.

#### 4.3 A HISTÓRIA ORAL E O “PODER” DOS TESTEMUNHOS

Um dos mecanismos mais importantes presentes no projeto do CEOM era a história oral. Apresentada em um documento de trabalho específico, sua introdução entre os meios de “*resgate*” da memória regional dava-se com a seguinte descrição no que concernia aos seu entendimento e tratamento técnico: “*Em termos gerais, a história oral, é um recurso que completa a documentação tradicional e permite uma reconstituição mais completa do passado e, consiste na entrevista a pessoas que vivenciaram diversos acontecimentos do processo histórico local ou nacional e sua posterior transcrição observando critérios apropriados*”<sup>528</sup>. Essa concepção de história oral como complemento da documentação “tradicional” demanda abordagem mais detida. A primeira das questões, diz respeito à menção feita a sua condição complementar à uma documentação “tradicional” que, nesse caso, não se define, para o CEOM, por seus pressupostos teóricos (método hermenêutico), por exemplo, mas sim políticos (conservadorismo, manutenção do status quo, exclusão dos vencidos etc.). A segunda observação a se fazer tem origem em uma aparente mudança no modo de se reportar à história oral e aos

<sup>527</sup> OLIVEIRA Nemeu da Silva e MAIO Marcos Chor. Op. Cit., p. 537.

<sup>528</sup> Documento de Trabalho nº 03. História Oral. Procedimentos Técnicos. 1987. p. 28. Acervo CEOM.

seus respectivos trato e avaliação. Se no primeiro “*Manual de Orientações*”<sup>529</sup> a definição da “*práxis*” - história oral - era a de complemento à documentação “tradicional”, como visto poucas linhas atrás, um ano antes, quando apresentada ainda enquanto constante do projeto de constituição do CEOM, a descrição era outra. Ao tratar da memória sociocultural e das possibilidades para seu “*resgate*”, o texto afirmava.

Essa memória sócio-cultural será, sem dúvida, tanto mais viva, autêntica e eficaz, quanto mais, ao par da versão geral de agentes por ventura ainda vivos, se puder dispor de testemunhos tangíveis, que se encontram desorganizadamente aqui e acolá, no espaço físico e social que constitui o cenário onde se desenrolam os eventos importantes vividos pelo povo em questão<sup>530</sup>.

Nitidamente há uma atribuição de importância diferente sobre a história oral e suas possibilidades, segundo aponta a leitura das citações que representam dois momentos do CEOM separados por um curto intervalo de tempo. Essa evidente maior atenção dispensada ao trato metodológico do conceito - história oral -, mais do que relegada ao fato de uma das passagens ser fruto de um projeto e, a outra, de uma orientação para o trabalho (Manual), pode ser buscada em um referencial teórico constante da própria publicação. O manual de onde a primeira definição<sup>531</sup> é oriunda, traz como suporte a obra de Carlos Humberto Pedernerias Corrêa<sup>532</sup>. Corrêa, foi um dos precursores no uso da história Oral no Brasil. Além de integrar a Academia Catarinense de Letras entre 1982 e 2010 e o IHGSC, do qual era presidente em 2010, ano de sua morte. Seu livro “*História Oral, teoria e práticas*”, citado como referencial do projeto do CEOM, é considerado o primeiro manual nestes moldes publicado no país. Cabe registro, nesse sentido, da presença nas

---

<sup>529</sup> Documento de Trabalho nº 03. História Oral. Procedimentos Técnicos. 1987. p. 28. Acervo CEOM.

<sup>530</sup> Projeto para implantação do CEOM. Centro de Ensino Superior – FUN-DESTE, 1985-1986. p. 01. Acervo CEOM.

<sup>531</sup> Para não incorrerem em possível confusão, cabe frisar que primeira, nesse sentido, refere-se à ordem de exposição no nosso texto e não a ordem cronológica.

<sup>532</sup> CORRÊA Carlos Humberto Pedernerias. História Oral. Teoria e técnicas. Florianópolis, Ed. da UFSC. 1978.

orientações passadas pelo CEOM, no que concernia à história oral, de algumas considerações provindas da obra de Corrêa. Observações, por exemplo, como as relacionadas ao necessário cuidado metodológico na produção desse tipo de documento e à preocupação com as questões ligadas aos direitos autorais dos entrevistados e das necessárias cessões, nesse sentido.

Introduzida no Brasil na década de 1970, a história oral pode ser considerada um procedimento inovador para a época de implantação do projeto do CEOM, o que talvez explique o modo como que ela foi tratada, ora apresentada como mais fiel manifestação da realidade dos fatos e, por isso, suficiente em si, ora como simples complemento da documentação “tradicional” e, por isso, dependente dessa. Esta indefinição do grau de autonomia da história oral, há que se dizer, era perfeitamente coerente com as discussões que envolviam o surgimento deste recurso metodológico e fazia coro a outra das questões que a acompanhariam ao longo dos anos, a saber, qual o objeto de estudo privilegiado por esse recurso metodológico. Nesse sentido, ao tratar do advento da história oral, Marieta de Moraes Ferreira<sup>533</sup> cita as atividades de coleta de depoimentos com auxílio de gravadores realizada na década de 1940 pelo jornalista Allan Nevins como tendo por objetivo “*a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos*”<sup>534</sup>. Deste modo, naquele momento, a intenção dessas primeiras ações a que se atribuiu a definição de história oral e que vieram a constituir o Columbia Oral History Office, modelo para outros espaços como bibliotecas e arquivos criados na década seguinte no Texas, Berkeley e Los Angeles, não só não havia assumido a condição que se tornaria característica do campo – história oral –, a saber o compromisso com os silenciados, como era vista como complementar aos documentos escritos. Nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira<sup>535</sup> a história oral, naquele momento, “*privilegiou o estudo das elites e se atribuiu a tarefa de preencher as lacunas do registro escrito através da formação de arquivos com fitas transcritas*”<sup>536</sup>. Essa condição da história oral como espaço de visibilidade dos excluídos por uma historiografia “tradicional”, ainda segundo a autora, só se consolidaria na década de 1960 e estaria diretamente ligada a luta por direitos civis nos Estados Unidos.

---

<sup>533</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332. p. 322.

<sup>534</sup> Ibidem.

<sup>535</sup> Ibidem.

<sup>536</sup> Ibidem.

As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social — uma história oral militante. Essa proposta, entretanto, não teve boa acolhida entre a comunidade acadêmica, e menos ainda entre os historiadores<sup>537</sup>.

Não obstante, ainda que essa definição da história oral como espaço dos excluídos, tenha se tornado marcante dentro do campo, e era perfeitamente compatível com a proposta de intervenção a que o CEOM se propunha executar no Oeste Catarinense, a questão envolvendo a definição de qual seria seu objeto de estudo privilegiado nunca pareceu estar devidamente esgotada. Como citado, um dos primeiros espaços de resistência a essa proposta fora a academia, provindo dos historiadores as principais críticas. Esta situação, segundo Marieta de Moraes Ferreira<sup>538</sup>, se deu muito em razão do domínio exercido pela concepção quantitativa e estruturalista de história ligada ao movimento da *École des Annales*, o que garantiu a supremacia do registro escrito em detrimento das fontes orais. Este movimento, há que se dizer, se não impediu que a história oral se expandisse para outros países como a Inglaterra e ganhasse cada vez mais a feição de uma abordagem militante e engajada, pelo menos contribuiu para que este tipo de trabalho se desenvolvesse “*em grande medida fora da comunidade dos historiadores*”<sup>539</sup>. Este distanciamento dos historiadores, ressalvadas algumas afinidades com a nova história em torno da valorização dos excluídos, e movimentos representados, por exemplo, pela publicação da obra de Paul Thompson, *The voice of the past*, de 1978, que defendia a história oral “*como uma contra-história, operando uma inversão radical nos métodos e objetos consagrados*”<sup>540</sup> tendo por “*função devolver a história do povo*”<sup>541</sup> de modo a “*promover*

---

<sup>537</sup> Idem. p. 323.

<sup>538</sup> Idem. p. 324.

<sup>539</sup> Ibidem.

<sup>540</sup> Ibidem.

<sup>541</sup> Ibidem.

*uma democratização da história em si mesma*<sup>542</sup>”, parecia se explicar por aquilo que Marieta de Moraes Ferreira define como “*o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo*<sup>543</sup>”.

Esse quadro teria acompanhado a desarticulação das concepções estruturalistas e o espaço da história oral se fortalecido na medida em que ao sujeito era devolvido seu protagonismo habitual como objeto da história. Mudança que estaria intimamente ligada às novas discussões envolvendo tanto a memória e a identidade e suas imbricações, quanto àquilo que Michel Pollak<sup>544</sup> aponta como sendo, em história, a perda da “*ingenuidade positivista primária*<sup>545</sup>”. Se a crítica à história oral tinha assento na fragilidade da memória, uma vez demonstrado que a memória é um fenômeno construído socialmente como parece ter restado claro nos últimos anos, restou, igualmente claro, que toda documentação também o é. É nesse sentido que Michel Pollak<sup>546</sup> afirma não haver, para ele, diferença fundamental entre fonte oral e escrita. Cumpre lembrar, neste sentido, em se tratando das referências para a elaboração dos manuais de história oral do CEOM, que este era também o modo como Carlos Humberto Corrêa entendia a história oral<sup>547</sup>, para quem ela era um recurso e uma fonte como as demais, igual em valor e em importância, como se pode concluir da descrição de Ricardo Santiago na nota citada anteriormente. Não por acaso, esse entendimento passa a constar dos manuais do CEOM, bem como a preocupação com as questões legais ligadas às entrevistas – preocupação facilmente detectável pela anexação de fichas de autorização e de cessão direitos nos respectivos manuais de orientação e materiais de divulgação -. Independentemente do maior ou menor grau de autonomia delegado à história oral, fato é que sua

---

<sup>542</sup> Ibidem.

<sup>543</sup> Ibidem.

<sup>544</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Conferência foi transcrita e traduzida por Monique Augras, edição de Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

<sup>545</sup> Idem. p. 07.

<sup>546</sup> Ibidem.

<sup>547</sup> Acerca da organização do Laboratório de História Oral da UFSC e da atuação de Humberto Corrêa, é válida a leitura da Dissertação de Mestrado de: SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Lembranças revisitadas: o Laboratório de História Oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann**. Memória e História Oral em Santa Catarina (1975-2013). Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2015. 267 p.

importância para o processo que se estava desenvolvendo por parte do CEOM era inequívoca, como demonstra Pedro Uczai em fala acerca da sua atuação como Coordenador do CEOM proferida no ano de 2006.

Eu quero fazer um levantamento de como se processou o debate naquele momento que eu coordenava. Eu estava presente com a Bety [*Hilda Beatriz Dmitruk*] e os outros profissionais. Essa questão das temáticas, como a colonização, aqui onde a “veiarada” começou a ficar velha e morrer, aí vamos recuperar, porque os mortos vão ter que falar. Os velhos têm que falar. E aí a gente pegava o livro da Ecléa Bosi, *Lembranças de Velhos*, lá de SP mostrando as transformações na cidade de SP, e queríamos correr atrás da “veiarada” da região, porque os velhos estavam morrendo. Então, a história oral era um pouco assim quando eu vim para cá, quando eu assumi o CEOM era muito forte isso. Vamos entrevistar os velhos! Que os velhos vão morrer! E, aí, que a gente lia as histórias de velhos, lembranças de velhos, para recuperar os velhos. Essa foi uma motivação de trazer a memória e de manter a memória, no resgate que era uma palavra muito forte, o resgate da memória na região. Então, vamos recuperar e ouvir os velhos, entrevistar, e deixar a entrevista lá, mas tem que deixar a fala dos velhos lá, para que a gente possa ter a história. Então, essa era uma das primeiras questões presente na época<sup>548</sup>.

É, como percebe-se, em razão do temor pela perda dessas histórias, uma vez que os detentores de determinadas memórias, que lhe poderiam dar materialidade, estavam morrendo, que é destinado tamanho empenho em resgatar e arquivar esses registros. Do que se pode, por sua vez, extrair que essas memórias pertenciam a indivíduos cujo acesso às informações não se poderia dar por outros meios. Ou seja, muito provavelmente não teriam deixado escritos ou outros tipos de fontes históricas. Trata-se assim de um contraponto, uma alternativa à documentação “tradicional” e a uma história “tradicional” que dela derivaria, exatamente em um momento em que se disputavam versões de passado. Notadamente, na citação acima,

---

<sup>548</sup> UCZAI, Pedro Francisco. **CEOM 20 anos: algumas lembranças**. Depoimento dado em mesa redonda comemorativa aos 20 anos do CEOM, Cadernos do CEOM, Narrativas. v. 19, n. 25, 2006. p. 253.

podemos aferir que apenas a possibilidade de registro de experiências de sujeitos que não seriam abarcados por outro tipo de fontes, já parecia bastar ao projeto de história oral do CEOM, mas esta modalidade de pesquisa fornecia ainda mais. Era o meio pelo qual se poderia acessar a subjetividade desses sujeitos. Um tipo de informação que não se encontrava em outros tipos de fontes, e que se coaduna perfeitamente com aquilo que Philippe Joutard <sup>549</sup> afirma serem as “*três fidelidades à inspiração original*”<sup>550</sup> da história oral e que, por conseguinte, não se poderia perder de vista, a saber, “*ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono*”<sup>551</sup>. Desta feita, a dilatação da noção de documento sustentada pela admissão do viés político de constituição das fontes históricas, parecia aumentar, aos olhos do CEOM, a importância de se documentar a fala dos que não tem voz. Daí a defesa de que a eficácia da memória sócio cultural seria tão maior quanto mais se pudesse buscá-la junto aos agentes capazes de, em vida, prestar testemunho.

Como se tem observado, o momento da entrada em cena desse recurso metodológico, ao passo que permitia acessar informações de caráter bem mais comezinho (como o cotidiano e a vida privada, por exemplo) do que aquelas comuns aos arquivos, também impunha aquilo que Michel Pollak reconhece ser “*a tendência da história oral a valorizar o subjetivo por oposição ao objetivo*”<sup>552</sup>. Essa situação, ainda segundo o autor, seria responsável pela criação de uma suposta polarização entre história oral e história social quantificada que, para ele, não só não se justificaria como teria sido suplantada juntamente com as discussões que opõem a escrita literária à escrita cientificista.

Haveria de um lado o vazio, o seco, o enfadonho, que seria o discurso científico, ainda por cima reducionista e, diz Régine Robin, fechado à pluralidade do real, enquanto a história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma

---

<sup>549</sup> JOUTARD, Philippe. **Avaliações e tendências da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI. **História oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204p.

<sup>550</sup> Idem. p. 33.

<sup>551</sup> Ibidem.

<sup>552</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Op. Cit. p. 11.

escrita não apenas subjetiva, mas sobretudo literária<sup>553</sup>.

A noção de pluralidade do real, acompanhada da crítica respeitante às limitações do cientificismo para lidar com a dimensão discursiva da existência que parecem sustentar essa análise desenvolvida por Michel Pollak, indica um dos caminhos que seguiram as discussões acerca do papel da história oral, suas potencialidades e limitações. Nesse sentido, uma outra contribuição importante é dada por Philippe Joutard<sup>554</sup> ao assinalar a cisão existente entre “*uma história oral acadêmica*<sup>555</sup>” e “*uma história oral militante, radicalmente alternativa*<sup>556</sup>”. Neste quadro, segundo o autor, enquanto os segundos defendem uma história “*do ponto de vista dos que estão embaixo e dos excluídos*<sup>557</sup>” em que uma postura de distanciamento comum aos historiadores “*é quase um sacrilégio, uma tomada ilegítima de poder*<sup>558</sup>”, esses, os historiadores, entre os quais o próprio autor se inclui, “*acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história*<sup>559</sup>”. Uma vez que, “*se quisermos tirar melhor partido da pesquisa oral e extrair toda sua riqueza, não poderemos deixar de utilizar plenamente os procedimentos históricos*<sup>560</sup>”, conclui o autor.

É interessante notar que no caso do CEOM, quando analisamos o projeto de sua implantação e a sua atuação nos primeiros anos, percebemos que estas foram atividades desenvolvidas não por historiadores, o que ajudaria, com base na análise que vimos traçando, a explicar a razão da forte defesa do engajamento teórico que se pode notar neste período. Entretanto, quando analisamos as ações do CEOM em momentos posteriores, quando estavam a sua frente profissionais com formação histórica, notamos que esse posicionamento militante não só é mantido, como parece ter-se intensificado. O que leva a crer que não se tratava de uma característica ligada a diferentes concepções conceituais de campos do saber, e, sim, de um entendimento fechado em torno da defesa da teoria como elemento de intervenção e de transformação social. Fato que, há que se mencionar, não retirava a preocupação com que se

---

<sup>553</sup> Ibidem.

<sup>554</sup> JOUTARD, Philippe. Op. cit. p. 37.

<sup>555</sup> Ibidem.

<sup>556</sup> Ibidem.

<sup>557</sup> Ibidem.

<sup>558</sup> Ibidem.

<sup>559</sup> Ibidem.

<sup>560</sup> Ibidem.

mantivesse a observância de certo ordenamento metodológico na realização das entrevistas, por exemplo. Isto era buscado, como temos demonstrado, em referências como o trabalho de Carlos Humberto Corrêa de modo que os manuais elaborados pelo CEOM dialogassem com os trabalhos sobre a temática história oral daquele período. Este modo de compreensão é importante porque dele depende, ou a partir dele é que foram definidos os métodos de captura e de interpretação dos conteúdos orais. Assim, segundo as orientações do projeto do CEOM, a história oral demandaria *“cuidado no preparo das entrevistas”,* uma vez que *“a entrevista procura, através do interrogatório direto, obter Informações, durante uma conversa, a respeito da vivência ou experiência de pessoas que participaram de acontecimentos importantes ou pertenceram a uma determinada fase histórica, grupo ou categoria social”*<sup>561</sup>. Preparo que demandaria:

1) Conhecimento prévio do assunto para poder selecionar as perguntas; 2) Selecionar os entrevistados; 3) E preciso saber escutar mais do que falar, estar atento para aproveitar e efetuar perguntas interessantes; Ser gentil e objetivo, honesto e cordial, sem excessiva formalidade, facilitando a espontaneidade do entrevistado; 4) Fazer um roteiro com perguntas para se guiar, tomando por base os feitos fundamentais, a nível de grupo (índios, caboclos, "colonizadores"). Não se aconselha a entregar este roteiro para conhecimento do entrevistado. Naturalmente, este deve saber qual é o assunto da entrevista, seus objetivos, etc. Não fazer perguntas diretas sobre o assunto, contornar até perceber que o entrevistado está maduro para tal. Fazer uma pergunta de cada vez, começando com as mais simples: Qual é seu nome? Etc. Dar abertura para considerações finais. Selecionar os entrevistados em função de determinadas assuntos que precisam ser documentados para o futuro. Cuidar para não escolher a pessoa errada, devem ser procurados aqueles que realmente sejam significantes. Na colonização estrangeira, são importantes os

---

<sup>561</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p. 29.

depoimentos de mulheres, do médico, do pároco, do comerciante<sup>562</sup>.

Note-se como o cuidado com o processo de desenvolvimento das entrevistas busca cumprir, de um lado, o contrato fiduciário de que fala Paul Ricoeur<sup>563</sup>, não direcionando a fala do entrevistado, mas controlando a entrevista, e de outro, ganhar a necessária confiança do sujeito, para que dissesse o que tivesse a dizer com liberdade. A respeito desse tipo de procedimentos é novamente válida a contribuição de Marieta de Moraes Ferreira<sup>564</sup> na medida em que nos indica aquilo que define como sendo duas linhas de trabalho em que se divide a história oral. Para a autora, ainda que essas linhas não sejam excludentes, os procedimentos de ambas podem apresentar considerável diferença. Em uma das frentes temos uma proposta de história oral trabalhando prioritariamente com os *“depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas”*<sup>565</sup> e que toma por objeto um espectro que vai das elites aos grupos excluídos. O que importaria para os postulantes dessa proposta, para além da intenção de intervenção e de transformação social, seria a tentativa de garantir *“o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos”*<sup>566</sup>, o que se conseguiria mediante a elaboração *“de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções”*<sup>567</sup>. Assim, a história oral seria *“capaz de apresentar relatos que, se não eliminam a subjetividade, possuem instrumentos para controlá-la”*<sup>568</sup>. Como se percebe, neste tipo de abordagem, a preocupação está em diminuir ao máximo a possibilidade de que o entrevistado minta, e a noção de história oral como manifestação alicerçada na memória não levaria em conta, ou pelo menos não trabalharia de modo aprofundado, com as questões que envolveriam a memória como fenômeno dinâmico. Mais do que isso, ainda segundo

---

<sup>562</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p. 29.

<sup>563</sup> A esse respeito ver RICOEUR, Paul. **A representação historiadora**. Op. cit. p. 247-288.

<sup>564</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 327.

<sup>565</sup> Ibidem.

<sup>566</sup> Ibidem.

<sup>567</sup> Ibidem.

<sup>568</sup> Ibidem.

Marieta de Moraes Ferreira<sup>569</sup>, para essa vertente, “*em muitos casos a noção de memória é apresentada como algo estável e congelado no passado a ser resgatado pelo pesquisador*”<sup>570</sup>. Perceba-se que antes mesmo de apresentarmos a segunda forma de abordagem analisada pela autora, já se pode aferir que este é o modelo de entendimento de história oral presente nos manuais elaborados pelo CEOM. Ou seja, o CEOM tem uma concepção da documentação oral muito mais próxima da ação patrimonial - promotora da memória - do que da operação historiográfica, tal como definida por Certeau<sup>571</sup>, por exemplo.

Nessa outra proposta de história oral – a que se dedica ao “*estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado*”<sup>572</sup> -, e em cuja “*a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral*”<sup>573</sup>, e sim como elementos que podem contribuir para a leitura do modo como os sujeitos buscam estabelecer e retratar seus vínculos sociais, a intenção de promover um “resgate” da memória sócio cultural da *região* que unificava os intelectuais à frente do projeto do CEOM não parecia encontrar guarida. Isto, ao que nos parece, em razão de que a denúncia sistemática, por parte do CEOM, do uso político que a historiografia estabelecida até então tinha feito do passado vinha de par com uma praxis compensatória de pesquisa, calcada numa espécie de “contra-uso” do passado, e acompanhada de uma ação patrimonial que visava a registrar “contra-memórias” sob risco de desaparecimento. Nessas condições, assumir uma proposta de história que promovesse uma discussão aprofundada das representações simbólicas e das correlações assumidas entre história e memória – incluindo-se aí a questão da utilidade política do passado – colocaria em risco a sustentação teórica do “resgate” palavra-chave do projeto em curso.

Desta feita, as entrevistas, com base no que demonstram as orientações contidas no manual elaborado pelo CEOM, não eram guiadas nem pela história de vida do sujeito - método empreendido nos centros de

---

<sup>569</sup> Ibidem.

<sup>570</sup> Ibidem.

<sup>571</sup> Ver a esse respeito obras como: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques (comp.). **História: novos problemas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988, p. 17-48.

<sup>572</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. Cit. p. 328.

<sup>573</sup> Ibidem.

documentação como o CPDOC -, nem por problemas de pesquisa pertinentes a projetos em execução - caso das entrevistas temáticas -, mas pelo desejo patrimonial de registro para as próximas gerações, sem que quaisquer eixos de interesse reflexivo particular - participação em algum evento fundador, atuação política, etc. - dessem unidade para as entrevistas. A justificativa heurística das fontes orais é reificada nos termos de testemunho sobre assuntos obscuros ou inacessíveis, representativos de grupos excluídos ou socialmente rebaixados e essencializadas nos sujeitos tidos como portadores desses conteúdos. Assim, a definição daqueles que seriam os indivíduos “*realmente significativos*”<sup>574</sup> elencava personagens como o comerciante, o pároco e o médico. Do que se percebe que, segundo este postulado, “significativas” eram as pessoas que exerceram algum tipo de liderança, o que supõe que o CEOM elegia como informantes outros porta-vozes. Todavia, há ainda a menção feita à figura da mulher de modo geral. Indicação que destoava, grosso modo, desta lógica, uma vez que, via de regra, elas não ocupavam estes postos. Nesse caso, uma das explicações é que a mulher entraria para cobrir a dimensão do cotidiano histórico, matéria de interesse privilegiada nas pesquisas dos historiadores da PUC/SP de larga ligação com o CEOM, tal como já apontado. Assim, à medida que indicava o modo de compreensão de história oral que se tinha - “*a história oral é complemento da história escrita e precisa ser confrontada com o maior número possível de fontes*”<sup>575</sup> -, e elencava os procedimentos metodológicos que julgava necessários para a realização das entrevistas - “*fazer levantamento bibliográfico preliminar inclusive para poder situar o entrevistado no contexto do assunto e ajuda-lo nas lembranças*”<sup>576</sup> -, o manual elaborado pelo CEOM promovia a reificação, na figura dos próprios entrevistados, das fontes, assim como das informações “relevantes para o futuro” contidas nos documentos. Essa ausência de perguntas de pesquisa que guiassem a produção das fontes é indicativa de uma vontade de memória intrínseca à ação preservacionista, e nesse sentido ela se aproxima menos de escolhas de pesquisa do que da seletividade da memória e do patrimônio. Ou seja, guardar para o futuro é o que parece relevante ao presente histórico do CEOM.

---

<sup>574</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p. 29.

<sup>575</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. p. 08.

<sup>576</sup> Ibidem.

#### 4.4 TESTEMUNHO VERSUS DOCUMENTO; ALTERNATIVOS OU COMPLEMENTARES?

Se a história oral deveria figurar como complementar à documentação “tradicional”, como parece ter restado claro nas definições do projeto do CEOM após o ajuste metodológico que apontamos, há que se dar continuidade em nossa análise na descrição daquilo que era apresentado como passível de exercer essa função de “*outros documentos*<sup>577</sup>”. Aqueles complementares, dentre os quais os que apareciam de modo subsequente à história oral, segundo a sequência constante do Manual do CEOM, eram os “*testemunhos figurativos*<sup>578</sup>”, termo usado para designar as fotografias que, de modo análogo ao testemunho oral, possuíam métodos específicos delineados nas “*orientações básicas para coleta, registro e acondicionamento de fotografias*<sup>579</sup>”. De acordo com o Manual, “*conforme definição do universo temático estabelecido, com a coleta de fotografias, pretende-se levantar e evolução nas áreas geo-física, étnico-cultural e econômico-social*<sup>580</sup>”.

Fotografias que mostrem a fauna, flora, rios, as diferentes etnias, seus hábitos e costumes, construções, meios de transportes, maneiras de produzir e instrumentos de trabalho. No levantamento fotográfico, dever-se-á observar alguns itens: a) Coleta de fotos originais deve ser evitada pois além de envolver custos operacionais elevados de reprodução garante que os originais permaneçam nas comunidades, possibilitando um novo levantamento, se necessário; b) As fotos coletadas para reprodução devem ser colocadas em envelopes, identificados com nº de fotos, nome e endereço do dono, além da ficha de identificação de cada foto; c) Cada foto requer o preenchimento de uma ficha própria com dados sobre o histórico, procedência, autor, datas, local, etc. Conforme modelo anexo. d) As fotos originais ou cópias, não

---

<sup>577</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p.08.

<sup>578</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p. 10.

<sup>579</sup> Ibidem.

<sup>580</sup> Ibidem.

devem ser coladas, colocados clips, assinadas com canetas ou fazer anotações atrás. Além da coleta, a seleção e reprodução, o trabalho compreende o processamento técnico, conforme orientações específicas, objetivando o arquivamento junto às prefeituras e cadastramento junto ao CEOM para posteriores trabalhos didáticos<sup>581</sup>.

Às fotografias era dado “*status*” de fonte capaz de auxiliar na tarefa de elaboração do amplo projeto de cobertura histórica de indivíduos e espaço. A ideia de “*resgate*” passava, além da coleta de memórias, pela busca de evidências de aspectos naturais, descritos no texto, como aspectos geofísicos. A proposta somava então, espaço com organização social, econômica e cultural. Percebe-se, também no que concerne ao trabalho com fotografias, as preocupações com a elaboração de descrições dos exemplares coletados de modo a possibilitar a sua utilização futura enquanto material didático ou mesmo enquanto fontes de pesquisa. É também reforçada nesta citação a intenção de que estas fotografias, sempre que possível, ficassem nos respectivos municípios onde haviam sido identificadas. Sendo encaminhado para o CEOM, apenas os dados cadastrais. O que, como vimos era uma das políticas encampadas pela Instituição que, nessa fase inicial, preconizava a manutenção dos acervos nos respectivos municípios. Assegurando ao CEOM a atuação enquanto mediador do processo de “*resgate*”, sem deslocar os acervos de seus municípios originários.

Após esta etapa onde os encaminhamentos acerca dos materiais históricos a serem coletados se dava de modo mais específico (testemunhos, fotografias), o Manual elaborado pelo CEOM desenvolve uma espécie de conceituação de “*objetos históricos*” em suas mais variadas vertentes tecendo uma descrição detalhada dos procedimentos que envolviam as suas respectivas etapas de pesquisa, coleta e arquivamento.

Entende-se por objetos históricos aquelas peças que falam do passado da comunidade, que mostram a evolução e a produção do trabalho humano. Assim, para que cada objeto possa cumprir seu papel de elemento comunicador é necessário que se possua o maior número possível de informações verídicas a seu respeito, daí a importância da pesquisa (ficha de cadastro ou de entrada, e todo

---

<sup>581</sup> Ibidem.

processamento técnico). As peças coletadas devem ser realmente representativas, isto é, corresponderem à temática estabelecida, pois, como bem explicitam as instruções preliminares à museologia: "Os objetos coletados devem expressar, evocar e documentar o homem e sua trajetória". (Fundação Nacional Pró-Memória. 1987). Os objetos não doados devem ser cadastrados (Anexo Ficha de Cadastro). ATENÇÃO: as peças recolhidas devem estar em bom estado de conservação, ser autênticas e possuir valor histórico, científico, pedagógico ou artístico<sup>582</sup>.

Mais do que observações a respeito dos procedimentos técnicos a serem adotados, importa sobremaneira, essa continuada preocupação com a veracidade das informações levantadas sobre os objetos e com o seu grau de importância histórica. Junto da já manifesta preocupação com a verdade, o texto reiterava a necessidade de se manter a relação do objeto com seu contexto/função original. Sob pena de se perder, uma vez perdida sua relação com o contexto de sua utilização, também seu potencial histórico de retratar uma condição ou uma característica social/cultural. Com base nestes direcionamentos os objetos a serem buscados eram deste modo elencados:

1. utensílios domésticos (relativos ao período pré-energia e em bom estado de conservação resguardadas suas características originais) - ferros de brasa de vários tipos; - máquinas de moer; - luminárias, lâmpadas de vários tipos; - máquinas de costura manual: - chaleiras, bules, panelas de ferro; - tachos de cobre; - gamelas; - relógios de bolso ou parede; - espelhos e objetos de tocador. etc. 2. Tecnologia - ferro e tesoura de alfaiate; - navalha e máquina de cortar cabelo (barbeiro); - aparelhagem de dentista; - objetos de contabilistas; - instrumentos de carpintaria; - outros. 3 - Instrumentos musicais e fotográficos - gramofones e discos; - máquinas de fotografia; - violino, cítaras, harpas, etc.; - rádios a bateria e outros. 4. Objetos da área agrícola - máquina de plantar

---

<sup>582</sup> Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. 1987. p 11.

milho; - pilão; - cestaria; - arneses de animais; - serras, foices, facões, etc. - armas; - celim; - outros. 5. objetos feitos a mão - material escolar (louça, bancos escolares) - brinquedos (de madeira, de lata ou ferro) - acessórios de escritório; - objetos religiosos; - esculturas; - livros antigos; - jornais antigos e/ou revistas<sup>583</sup>.

A variedade de objetos a serem coletados é condizente com a variedade de manifestações que se esperava registrar no estudo das comunidades alvos do projeto. No caso dos objetos, a preocupação com a organização dos espaços municipais de memória (museus, casas de cultura, centros de memória) tornava-se ainda mais importante em razão da necessidade de abrigar objetos por vezes volumosos. E também porque, como temos demonstrado, o objetivo do projeto não era apenas de coleta e arquivamento, mas também de exposição. O que possivelmente tenha originado um problema de logística no tocante aos levantamentos em municípios que ainda não dispunham destes espaços.

OBJETOS DOADOS (para municípios que contam com espaços físico para expor o acervo) a) Preencher a ficha de entrada em anexo (proceder a um levantamento rigoroso acerca do objeto - os dados devem ser verdadeiros ou não constar). b) Fazer um termo de doação (duas vias) para cada peça recebida em doação. c) Encaminhar carta de agradecimento das doações ( duas vias). d) Providenciar limpeza das peças, conforme orientações constantes no Manual de Orientação Museológica e Museográfica distribuídos nas Comissões Municipais. Guardar em local seguro até a exposição. Fotografar as peças mais significativas (sua utilização “in loco”)<sup>584</sup>.

Procedimentos posteriores e de cunho mais objetivo, como de limpeza e manutenção, lembrava este manual, estavam contidos em outro manual, neste caso, o de “*Orientação Museológica e Museográfica*”<sup>585</sup> que havia sido distribuído às Comissões Municipais de Memória ainda

---

<sup>583</sup> Ibidem.

<sup>584</sup> Documento de Trabalho nº 05. Objetos históricos. Normas para a Coleta e Registro. p. 37. Acervo CEOM.

<sup>585</sup> Documento de Trabalho nº 05. Objetos históricos. Normas para a Coleta e Registro. p. 37. Acervo CEOM

durante os primeiros contatos. Essas Comissões pensadas já no projeto base de implantação do CEOM, tinham grande importância para o projeto, muito em função da ideia de se manter os materiais coletados nos próprios municípios, mas também em razão de uma tentativa de se difundir o projeto e junto dele dos seus valores e posições ideológicas. Tanto as elaborações dos Manuais, como a organização das Comissões, marcaram, segundo o relato de Pedro Uczai, um momento de confronto entre propostas de história e visões de passado.

E aí depois que nós estávamos na coordenação, com a Bety estava nessa equipe, se construiu essa coisa de se orientar os municípios, orientar que não era só memória de objetos ou documentos das câmaras de vereadores. Que era mais fácil coletar, numa perspectiva colecionista, era orientar de como colecionar história oral. E aí veio um caderno “Manual de Orientação” de pesquisas, coletas, e registro da memória sócio-cultural do Oeste Catarinense. Olha a ousadia nossa! Ousadia da época, mas era um pouco de orientar, de como fazer entrevista, inclusive o cuidado no final desse Caderno que era até a ficha de doação prevista. O cuidado de quem dava entrevista, e eu lembro que daí nós escrevemos fontes de memórias. Eu estava relendo aqui as fontes de pesquisa. Era um debate que vinha com a perspectiva conservadora e historiográfica, com uma tentativa de novas possibilidades de leituras da história. O manual vai contradizer essas manifestações, e visão histórica é muito forte. E acho que é um documento, para mim, muito bonito e histórico aqui. Então eu acho que é um pouco as publicações que se demonstrou na emergência das tensões, das problematizações que estavam sendo feitas, naquele momento da própria historiografia.<sup>586</sup>

A intenção de se fazer uma reescrita da história regional com base no “*resgate*” de determinadas memórias colocava em disputa um passado e duas leituras. Ao passo em que o projeto do CEOM avançava e suas ações tomavam forma, aumentavam os pontos de tensão provocados pela tentativa de abarcar tantas questões dentro de um mesmo programa. Há que se atentar, nesse sentido para o império das necessidades. O CEOM

---

<sup>586</sup> UCZAI, Pedro. Op cit. p. 254.

tinha um projeto revisionista da história regional que para se realizar contava com uma rede de pesquisadores locais guiados por esquemas interpretativos diversos dos seus, calcados na memória histórica dos heróis e troncos civilizadores. Daí os investimentos do CEOM em qualificá-los. É no andamento do processo que os mediadores acadêmicos, então externos à *região*, vão sendo substituídos por mediadores ligados à rede de universidades locais, cumprindo os desígnios fixados por Rosseto, que qualificava o CEOM como agente viabilizador da construção de um espaço de produção próprio, autônomo em relação à comunidade acadêmica da Capital ou de outros Estados.

#### 4.5 MEMÓRIA PROVÍNCIA OU MATRIZ DA HISTÓRIA?

No que concerne aos dois principais objetos dessa política, a saber, história e memória, a problemática assume contornos bastante complexos que demandam uma primeira investida. As leituras de Paul Ricoeur<sup>587</sup> sobre os fenômenos mnemônico e histórico nos fornecem um referencial na tentativa de compreender sua manifestação no projeto do CEOM. Uma primeira questão levantada acerca disso dá-se no sentido de observar se, afinal, trata-se de uma reescrita da história pela memória aos moldes daquilo que Ricoeur<sup>588</sup> discute com base em conceitos como “abusos de memória<sup>589</sup>”, “memória e reparação<sup>590</sup>”, “memória artificial/excesso<sup>591</sup>”, ou se, por outro lado, trata-se de uma investida da história sobre a memória nos moldes da “memória manipulada<sup>592</sup>”, “memória obrigada<sup>593</sup>” e “memória fraturada pela história<sup>594</sup>”. Aparentemente o que está em curso dentro do projeto do CEOM, no tocante à memória e à história, é um sistema interligado e retroalimentador. Por um lado, é nítido que quando o CEOM se lança ao “resgate” e ao registro de determinadas memórias, o faz com objetivo de utilização destas memórias para uma reescrita da história regional. Assim teríamos configurada uma interferência da memória na história. Entretanto, quando analisamos o conjunto de atividades desenvolvidas

---

<sup>587</sup> Nesse sentido ver RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 71-99.

<sup>588</sup> Idem.

<sup>589</sup> Idem.

<sup>590</sup> Idem.

<sup>591</sup> Idem.

<sup>592</sup> Idem.

<sup>593</sup> Idem.

<sup>594</sup> Nesse sentido ver RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 71-99.

pelo CEOM, as mobilizações de agentes, pesquisadores, agitadores culturais, meios de comunicação, somadas à sua preocupação para com a elaboração de material didático e formação de professores em todos os níveis de educação (1º e 2º graus e Superior), o que parece se desenhar é uma intervenção na própria constituição dessas memórias regionais. Sendo verdadeiro o apontamento de Ricouer de que as relações entre memória e história, as quais ele adiciona o esquecimento, são frequentemente tomadas uma pela outra, gerando atos, ora de excesso e de violência, ora de falta e de mistura, e se tendo em mente que, dentro do projeto assumido pelo CEOM, memória e história estão no centro de um processo de construção de referências de espaço, de povo e de cultura, torna-se razoável e até compreensível que em certos momentos as definições envolvendo esses conceitos (memória e história), não resembram muito claras. Assim, o papel de imposição de memórias exercido por instituições como as escolas no processo de criação de mitos nacionais fundadores<sup>595</sup>, por exemplo, pode ser relacionada aqui com as práticas desenvolvidas pelo CEOM. Seja a ressignificação sobre as memórias já existentes, seja a constituição de “novas”, a exemplo dos “mitos fundadores<sup>596</sup>”, as ações desenvolvidas pelo CEOM constroem marcos segundo visões e interesses específicos. Construção que passaria por aquilo que se definiu como um “resgate” da memória local, um “resgate” dos papéis dos diferentes agentes envolvidos nesse espaço territorial, social e cultural e que constituiriam, deste modo, um quadro de ação da história sobre a memória. Assim, por se tratar de “contramemória” e de “reescrita”, o projeto do CEOM parece fazer uso dos mesmos artifícios com base nos quais foram constituídas as versões “oficiais” que questionava, só que desta feita, colocados a serviço de uma desconstrução/reconstrução segundo o seu entendimento de “realidade” e a sua nova proposta de história do Oeste catarinense.

De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade da comunidade. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização

---

<sup>595</sup> THIESSE, Anne-Marie. Op. Cit. p. 98.

<sup>596</sup> Ibidem.

forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração<sup>597</sup>.

Se a lógica que opera junto aos mitos fundadores e explica sua permanência na memória, dá-se muito em razão da sua imposição institucional, aquela proposta pela escola, por exemplo, ao que Maurice Halbwachs<sup>598</sup> vai chamar memória exterior, o que se desenha pelo projeto do CEOM, especialmente no tocante à sua proposta de intervenção no conteúdo do ensino regional, parece guardar com essa situação uma notória similaridade. Sua busca por uma reescrita histórica passaria pela desconstrução de um modelo de ensino da memória “tradicional” ao passo que a substituída por novas memórias já fruto do seu projeto de redefinição. Do que se extrai que, a despeito da mudança dos personagens, e de quem o opera, o modelo permanecia o mesmo. Assim, à medida que o CEOM intentava constituir uma identificação para os “*homens de fronteiras*”, a memória era mobilizada ora como matriz ora como objeto da história. É também a esse tipo de comportamento que Michel Pollak<sup>599</sup> parece fazer referência quando fala em “*memória enquadrada*”<sup>600</sup>.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobre tudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos<sup>601</sup>.

A tensão que opera entre aquilo que seria uma versão oficial de memória e as memórias marginalizadas comuns a toda sociedade, no caso

---

<sup>597</sup> Ibidem.

<sup>598</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

<sup>599</sup> POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>600</sup> Idem, p. 07.

<sup>601</sup> Ibidem.

do CEOM, possui um vetor específico de análise. Note-se que, quando falamos se fala em processo de “*enquadramento de memória*”, a primeira referência é sempre em relação ao seu uso pelos mecanismos oficiais em prol da manutenção de uma história oficial da nação que possui seu melhor exemplo no caso dos mitos fundadores nacionais. No caso do CEOM, como temos tentado demonstrar, trata-se de um trabalho de crítica a essas memórias “*tradicionais*” e de construção de uma “*nova história*” com base no “*resgate*” de outras memórias. Memórias que, por sua vez, permitiriam a apresentação de outra versão para a história da região e de seus personagens. É nesse sentido que Michel Pollak afirma que “*o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história*”. Material que “*pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro*<sup>602</sup>”.

Como manifestações de uma mesma natureza, constituição de uma memória oficial e construção de um modelo de enfiamento a essa versão, utilizam-se da mobilização de mesmos elementos em seus processos. Se uma memória oficial demanda de justificação que a faça ultrapassar a condição de uma “*falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos*<sup>603</sup>”. Do que se depreende que “*toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma*<sup>604</sup>”. Afinal, “*o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo*<sup>605</sup>”.

Note-se que paralelamente a esses conceitos (memória e história) durante toda a vigência do projeto do CEOM aqui trabalhado, é comum que as discussões que os envolvem sejam atreladas a outros dois conceitos, tratados, como já apontamos, muitas vezes como sinônimos, a saber, cultura e identidade. Fato que nos parece mais fácil de compreender quando analisamos a similaridade que opera nos modelos de constituição de fenômenos como memória e cultura quando cotejados ao processo de formação das noções de pertencimento identitário, por exemplo. Ao tratar

---

<sup>602</sup> Ibidem.

<sup>603</sup> Idem. p. 08.

<sup>604</sup> Ibidem.

<sup>605</sup> Ibidem.

da questão da formação das identidades nacionais e seus mecanismos de “invenção”, Anne-Marie Thiesse<sup>606</sup> propõe que a identidade está diretamente ligada à organização das nações modernas europeias, substitutas da antiga ordem. Em sua análise, a autora procura demonstrar como tanto a uma concepção romântica alemã, caracterizada pela emoção e pelo reacionarismo quanto à concepção revolucionária francesa de cunho racional e pragmático, alimentaram os movimentos de nacionalismo em ambos os países. Com maior ou menor efetividade, ambas as concepções, romântica e revolucionária, foram mobilizadas no processo de construção dessas nações. Este suposto antagonismo marcado pela ideia de pertencimento ligada a origem, ao sangue e ao solo e, por outro, pela “adesão voluntária a uma entidade política<sup>607</sup>”, ainda segundo Thiesse, não se verificaria na prática e obedeceria apenas a regras ligadas aos contextos sociais e políticos de cada situação. Deste modo, a nação nascente era subversiva no sentido de quebrar com a ordem “tradicional” e seus direitos consuetudinários e fundadora no sentido de construir uma ordem baseada na igualdade entre seus membros. Se a figura<sup>608</sup> do monarca representava em sua essência a ideia de Estado e,

---

<sup>606</sup> THIESSE, Anne-Marie. Op. Cit. p. 98.

<sup>607</sup> Para e exemplificação desta concepção de nação a autora cita a frase de Ernest Renan, proferida em uma conferência na Sorbone em 1882, para quem: “a existência da nação é um plebiscito renovado todos os dias”.

<sup>608</sup> Uma ligação direta pode ser estabelecida aqui com a figura de Luís XIV e a sua suposta assertiva: “O Estado sou eu”. A esse respeito é válida a leitura de Paul Ricoeur (p. 274-288) sobre a representação historiadora e os prestígios da imagem. Nesta parte da discussão da obra a memória, a história e o esquecimento o autor desenvolve questões acerca do processo que envolve a representação imagética do monarca e sua ligação com personificação do poder. A proposição é de que a ligação existente entre a legibilidade e visibilidade constroem num alinhamento discursivo os prestígios do monarca e garantindo sua veneração e consequentemente a manutenção do seu poder. É como se a disseminação pelo reino da imagem real, acompanhada de um discurso elogioso, trabalhasse de modo complementar para a construção do valor do monarca. Nesse sentido a imagem teria a função de tornar presente (representar) o corpo do soberano em todas as porções de seu domínio e o discurso, mais do que elogiar, deveria induzir ao elogio. Não basta e tampouco é eficiente, segundo esse entendimento, que os escritos falem bem daquele que governa, é preciso que o povo o faça. Aos responsáveis pelas narrativas que envolvem os feitos reais cabe a capacidade de tecer uma grandeza que seja tão bem aceita que o discurso turbulário passe a emanar dos próprios governados. Essa problemática nos interessa sobretudo pelo questionamento que parece ser o central nesta parte da obra de Ricoeur. A questão em voga é de se o discurso elogioso que circunda, fundamenta e ajuda na constituição dos

pertencer a ele, significava submeter-se ao poder desse soberano, a nação desvincula-se dessa ligação indissolúvel entre o líder, seu território e seus súditos. Ela *“coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo<sup>609</sup>”*. Ora, no caso do projeto do CEOM, do que mais se trata senão de romper com um sistema e implantar outro? O que implicava, obviamente, em constituir uma nova história, uma nova identidade e novas memórias. Novos marcos memoriais em substituição àqueles que se deseja substituir. *“Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão<sup>610</sup>”*.

Deste modo, enquanto julgam fazer história os detentores de espaços de enunciação - como era aquilo em que o CEOM se constituiu - constroem representações de realidade que, num processo reiterado de afirmação, transformam-se em eventos fundadores, em eventos memoráveis - novas memórias -, no sentido próprio de fundacionais - uma nova história - e dignos de rememoração - vide as exposições de que demos nota e as comemorações que passam a incluir o próprio CEOM e seu projeto -. A simbiose entre memória e história, entre identidade e território, por via da história-memória, parece então, em razão deste primeiro fenômeno, conduzir para a definição de noções de pertencimento e de distanciamento segundo o que apregoam estes lugares consagrados. É nesse sentido que Paul Ricoeur adverte: *“O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade<sup>611</sup>”*.

Isto posto, inerente a este propósito, desenhava-se uma ligação dos três estágios temporais centrais tanto à memória quanto à história, a saber, passado, presente e futuro. Tratava-se de uma busca no passado, partindo-se de uma condição presente. Condição essa, definida por/ou a partir desse presente, daquilo que se julgava valoroso e digno de *“resgate”*. Ou

---

prestígios da imagem real e seu poder desaparecem na sociedade moderna. O discurso elogioso e os prestígios da imagem morreram com o advento dos Estados Modernos, ou se moldaram às novas práticas e necessidades políticas? Em caso de manutenção, quais seriam essas manifestações?

<sup>609</sup> THIESSE, Anne-Marie. Op. Cit. p. 98.

<sup>610</sup> POLLAK, Michel. Op. Cit. p. 08.

<sup>611</sup> RICOEUR, Paul. Op.Cit. p. 94.

seja, digno de retornar ao presente de modo a contribuir para as ações e o entendimento futuro desse passado e daquele presente.

Problematizando uma noção de memória social como mero acúmulo de sobrevivências do passado, ainda é preciso lembrar que aquilo que consideramos documentos, monumentos ou testemunhos históricos não constituem a totalidade dos vestígios produzidos por homens e mulheres em suas experiências e vivências em cada época. Ao contrário, os critérios definidores daquilo que em cada tempo e lugar constitui o patrimônio cultural e a memória comum, é resultado de escolhas realizadas tanto pelos profissionais – historiadores, arquivistas, museólogos – quanto pelas forças sociais em disputa na sociedade, inclusive a imprensa. Portanto, as diversas modalidades do que consideramos os registros da memória social, a partir dos quais é possível elaborar uma consciência histórica, resultam de ações técnicas concretas no interior de diferentes instituições que selecionam, recusam, destroem, preservam, organizam e descrevem registros e, também, de concepções e práticas políticas que socialmente disputam a definição do que é legítimo e necessário preservar<sup>612</sup>.

Em sendo verdadeira a proposição de Michel Pollak de que *“se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”<sup>613</sup>”*, é nesse sentido que se precisa pensar a atuação do profissionais a frente do projeto do CEOM, uma vez que nesse processo, tanto as etapas de escrita, quanto as de seleção dos materiais a que se teria acesso para as análises que resultaria nessas escritas, estavam por conta de uma definição interpretativa e compreensiva dos mesmo agentes. Ocorre que o fenômeno do reconhecimento que, junto dos referentes temporal e espacial - quando e onde -, proporciona à lembrança seu caráter de fidelidade, não encontra no campo da história referente paralelo. O

---

<sup>612</sup> MACIEL, Laura Antunes. **Imprensa, história e memória:** da unicidade do passado às outras histórias. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 58-81 - dez. 2009. p. 78.

<sup>613</sup> POLLAK, Michel. Op. Cit. p. 08.

trabalho realizado pelos intelectuais ligados ao CEOM tinha caráter revisionista e se baseava em uma ideologia fundamental que unificava o entendimento dos membros do grupo, ou, pelo menos, da parte dominante. Entretanto, essa ideologia que lhes garantia uma unidade de pensamento e tornava clara sua leitura da “*realidade*”, não era compartilhada por toda a sociedade envolta nesse processo de reescrita. É por isso que estas duas instâncias - memória e história - que, a despeito da proximidade, orbitam espaços distintos e demandem procedimentos particulares, quando usadas uma sobre a outra, como no caso da prática do CEOM, podem encontrar grande resistência, quando confrontadas com indivíduos e suas lembranças (lembranças não enquadradas, no sentido de memória trabalhada de Michel Pollak). Certamente nem todos os “*homens de fronteiras*”, aceitavam e viam com os mesmos olhos esse projeto de reescrita da história regional. É, também nesse sentido, que a análise de Laura Maciel sobre memória e história como atuação política<sup>614</sup> parece tecer a assertiva seguinte:

Pensar a memória social com esta perspectiva implica considerá-la, como qualquer experiência humana, um “campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais”. Questão central é a de buscar a compreensão dos processos históricos de formação da consciência social do passado, evidenciando disputas em torno do quê lembrar ou esquecer e dos significados do passado no presente, em diferentes temporalidades<sup>615</sup>.

Para nos restringirmos aos exemplos trabalhados nessa Tese, podemos citar os acontecimentos ligados à suspensão temporária das atividades do CEOM acerca do que demos nota no capítulo 3 e retomaremos no capítulo 6. Acontecimentos que, mais do que marcar um novo momento na história do CEOM, demonstram as relações e tensões que permeavam o espaço acadêmico e o projeto de reescrita que se tinha. Essa mesma passagem - paralisação das atividades do CEOM -, veremos adiante, terá leituras que demonstrarão de modo mais intenso as disputas

---

<sup>614</sup> MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 59.

<sup>615</sup> *Ibidem*.

circundantes ao campo de atuação do CEOM. Do que se permite concluir que, para além do fato de que nem toda a comunidade acadêmica à qual o CEOM estava vinculado à época via com a mesma importância e apoiava as atividades desempenhadas pelo Órgão, havia uma disputa de fundo político partidário que se polarizava em torno de apoiadores de um projeto de reeleitura e defensores de um modelo instituído.

#### 4.6 DO PROJETO À AÇÃO; PRIMEIROS FEITOS

Uma vez discutidos princípios teórico-metodológicos e introduzido o ordenamento por meio do qual se pensava realizar o projeto de “*resgate*” proposto pelo CEOM, faz-se possível registrar algumas das primeiras atividades que foram desenvolvidas no primeiro quinquênio de sua atuação. Este primeiro recorte, compreendendo o período entre 1986 e 1990, dá-se em razão de uma cronologia baseada em marcos que consideramos significativos no que tange à organização interna e às relações de vinculação institucional do órgão. Como antecipado, o corte nesta primeira etapa é representado pela reestruturação interna da FUNDESTE que culmina com a interrupção das atividades do CEOM durante o ano de 1991. Ainda que diminuído em relação ao recorte temporal assumido pela Tese (1986-2006<sup>616</sup>), é constatação inexorável que esta etapa de constituição do projeto em sua estruturação teórica e metodológica é responsável pela definição da identidade e dos rumos do órgão nos anos vindouros. Daí a razão de nos determos de modo mais acentuado na análise desta fase.

Na tarefa assumida pelo CEOM, ainda enquanto projeto, difundir os resultados dos trabalhos era parte fundamental. Isso dava-se em razão de uma de suas diretrizes ser a produção de material para uso educacional nas escolas de 1º e 2º graus, conforme apontado anteriormente. Esta difusão materializava-se por meio de uma série de ações voltadas à aproximação da sociedade com as atividades desenvolvidas pela instituição. Ato que fazia parte da essência estrutural do projeto, uma vez que a exposição da memória-sócio cultural, segundo entendiam seus postulantes, permitia alcançar o objetivo de fornecer aos indivíduos o conhecimento necessário ao engajamento social. Essa forma de compreensão do papel da história ligada à tomada de consciência e, conseqüente, mobilização para a ação transformadora por parte da

---

<sup>616</sup> Ainda que a implantação se dê em 1986, um ano antes, já se tem o projeto de sua implantação. O qual foi utilizado de modo significativo na confecção do trabalho.

população, era oriunda da teoria que alicerçava todo o empreendimento do CEOM. Dentre os desdobramentos dessa política, o estudo e preservação dos povos primitivos da *região* eram alvo de maior investimento. Essa junção, que partia do discurso de insuficiência de materiais de cunho local, e o constituía justamente segundo os pressupostos do que se pretendia valorizar, fomentava a atuação do órgão e sua importância em um sistema dialético. Era se reportando a esta questão que o Caderno do Centro falava dos primeiros resultados do projeto ainda em 1987.

As conclusões dos primeiros relatórios, frutos desse convênio, e os dados das pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos vinte anos, especialmente as do Pe. Rohr, oferecem dados interessantes a respeito da evolução cultural dos primitivos habitantes da região, que merecem ser conhecidos e divulgados. Esta primeira razão, está intimamente relacionada com um dos objetivos fundamentais do Centro de Memória Sócio-Cultural, qual seja, o de possibilitar o aproveitamento, a nível escolar e extra-escolar, da alocação, mesmo que preliminar, das fontes que permitam retratar nosso processo evolutivo histórico-cultural<sup>617</sup>.

É importante notar como o discurso de caráter mais genérico que nasce no projeto do ano de 1986, vai ganhando corpo e definindo concepções de evolução histórica e cultural. A cultural, pensada em graus de evolução, é estabelecida como pano de fundo para o entendimento dos povos e de seus diferentes estágios de desenvolvimento. A necessidade de conciliar coerência teórica, observância metodológica com a ação prática, sem abrir mão do caráter mediador - conscientizador, transformador, libertador<sup>618</sup> -, impõe aos ideólogos à frente do projeto, um exercício de constante adequação discursiva. Uma das ações ligadas a essa nova forma de leitura e interpretação da história regional centrava-se na atuação junto aos grupos escolares. Com a argumentação da necessidade de organização e fornecimento de material, essa nova mentalidade consolidava uma

---

<sup>617</sup> Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de SC. Ano: 02, Nº 02, Jun/87, p. 04. Acervo CEOM.

<sup>618</sup> Esse conceitos atribuídos à obra de Paulo Freire e que podem ser condensados dentro da noção de ação-reflexão, estão na base do projeto do CEOM e operam no sentido de interligar o conhecimento histórico ao processo de mudança.

interferência no espaço estudantil que ia dos níveis iniciais aos campos da produção acadêmica. Isso será facilmente evidenciado nos trabalhos e publicações futuros. Seja aqueles oriundos da universidade Unoesc e depois UNOCHAPECÓ, seja nas obras especificamente elaboradas pelo CEOM.

Coordenar as estratégias de valorização, preservação e investigação científica tem sido um dos imperativos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina inserido na Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE -. O desdobramento de ações nesta perspectiva, deverá ser efetivado com o auxílio das atuais comissões municipais de coordenação local que o Centro de Memória definiu e com as que futuramente serão definidas em outros municípios. Sem dúvida alguma neste empreendimento será essencial o respaldo dos diferentes poderes públicos e das diversas forças societárias. Enquanto isso, as diretrizes específicas do Centro de Memória precisam ser conhecidas e levadas à prática. O iniciar deste processo permanente de reconstrução do passado permitirá visualizar não somente de onde se partiu, senão também, e fundamentalmente, onde se quer chegar<sup>619</sup>.

Flertando simultaneamente com o passado e o presente e acenando para o futuro, o projeto do CEOM, encampava um discurso de participação social em grande escala. Tanto no sentido prático no que concerne aos trabalhos propriamente ditos, como a aceitação e difusão de um modo de compreensão e entendimento histórico, seriam mais bem-sucedidos se atendido esse requisito. Participação popular apresentada desde o primeiro projeto e materializada em exemplos como a organização das Comissões Municipais de Memória de que vimos dando nota no processo de organização entre os anos de 1986 e 1990. Essa propagada necessidade de desenvolver a conscientização da preservação da memória histórica motivava também o poder público no sentido de dar suporte à atuação destas Comissões, apontando a possibilidade de perda de memória como uma situação iminente devido ao pouco cuidado no que se referia aos vestígios matéris. Nesse caso, os sítios arqueológicos

---

<sup>619</sup> Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de SC. Ano: 02, Nº 02, Jun/87, p. 39. Acervo CEOM.

estariam entre os mais ameaçados e a motivação nesse sentido decorria *“da preocupação pela falta de consciência que se constata em relação ao imenso valor histórico que encerram os sítios arqueológicos regionais (os já mapeados e os por mapear) e a intenção de divulgá-los para contribuir com a sua própria preservação”*<sup>620</sup>.

A mobilização da ideia de perda e do medo a ela atrelado é forte em se tratando de um campo de disputas por versões de passado, como aparece ocorrer no caso em questão. O que ajuda a entender a longa permanência deste tipo de menção no discurso do CEOM, seja quando se reporta a práticas coletivas - traços culturais de determinados grupos -, seja no que diz respeito a objetos propriamente ditos. O que parece estar em jogo, na verdade, é a possibilidade de contraposição de uma outra visão garantida pela autopromoção enquanto porta-vozes destes grupos - etnias, *“minorias”* - de onde provem as manifestações e os objetos cuja existência este *“resgate”* atestaria. Existência e direito ao reconhecimento, como largamente apontado, são inerentes ao ato de salvamento do esquecimento que se opera junto a estes personagens. Recuperar essas memórias seja do desconhecimento ou do alheamento de que eram *“vítimas”*, permite confrontá-las, no terreno da competição entre versões do passado, àquela visão *“tradicional”* que ter-se-ia tornando predominante. Isto explica o porquê de a questão do mapeamento de sítio arqueológicos, atravessar, no hall de preocupações dos intelectuais do CEOM, toda a discussão sobre a definição de anterioridade em história. Ou seja, estar presente ao longo de todo o período de sua atuação como temática privilegiada. Questão que, aliás, ocupava papel de destaque na fala de Pedro Uczai sobre os 20 anos de atuação do CEOM no evento comemorativo de 2006.

Essa questão mais da arqueologia e as Companhias Colonizadoras, que veio esse debate depois e essa coisa de país jovem ou não e que a Assunta referiu-se aqui, nós tínhamos essa tensão, também na época dos municípios e aí quando eu fui trabalhar num curso de pós-graduação, a gente fez um levantamento de um monte de livros sobre os municípios, e essa coisa que intrigava a gente que nós íamos lá nos sítios arqueológicos, dez mil anos, três mil anos, dos caboclos aqui da região, dos índios aqui da região, e das memórias municipais. Se insistia que a história começou em 1917, 1930,

---

<sup>620</sup> Idem, p 63.

1940. E a gente dava curso para os professores, perguntava quando começou a história do município 1945, 1950, 1930, 1960 e se reproduzia essa memória, pensando, até hoje ela tá presente, esse jeito de ver a história e da memória. E na época nós líamos um texto... Eu acho que da questão pré-histórica, se a história começa com o primeiro colono, antes da pré-história, se não é história, dá para silenciar, expropriá-la. Eu construí umas categorias das visões da história do Oeste, que não ocorreu só a expropriação econômica da terra dos caboclos, dos índios, mas eu, nos meus cursos de formação, dizia que se expropriou o caboclo, o índio e tantos outros sujeitos, como as mulheres. A maior parte da história dos municípios não têm mulher, não têm camponesa, operário... E, como não tinha os índios, os caboclos se expropriou, não só da terra, mas da memória, da história esses sujeitos históricos. Por isso que até hoje tem se compelido a nossa região não só das classes sociais, econômicas, mas também cultural, históricas<sup>621</sup>.

Com base nessa situação, a lógica da transformação da realidade, essa que é objeto constante de disputa e sobre a qual a história teria papel decisivo no tocante à conscientização das massas e ao desmascaramento das ações de maquiagem social, não se limitava a garantir a esses grupos os meios para a efetivação de tais práticas. Mais do que permitir aos indivíduos atuarem sobre as condições que lhes eram impostas pelo sistema, tratava-se de atuar politicamente contra ou dentro deste sistema. Recuperando os apontamentos de Ricoeur<sup>622</sup>, vemos ressurgir ao fundo a questão da representação e da condição de supressão a ela inerente. Se por um lado a representação, ao passo que marca a presença no presente de algo passado, também carrega a marca da não mais existência deste elemento nos moldes que foram o de seu acontecimento, a saber, esse oximoro de sua ipseidade, por outro lado, encerra a problemática da usurpação dos personagens quanto transportada para o campo da atuação social. O ato de se tornar representante, assumido por alguns, só pode ser estabelecido na medida em que existam aqueles a quem representar. Este pacto entre representantes e representados, configura, de modo

---

<sup>621</sup> UCZAI, Pedro Francisco. Op. Cit. p. 255.

<sup>622</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 41

inextrincável, essa possibilidade de agir em nome de outros.

Manifestamente, a mesma aporia que acompanha a representação no campo da imagem ou da lembrança, faz-se presente no ato da representação social. O mesmo ato que delega o “*poder*” de “*poder*” falar em nome de alguém também assinala a não mais presença desse alguém no espaço de debate ou de reivindicação em questão. É o meio pelo qual alguém abre mão de seu direito ou possibilidade, enquanto indivíduo ou grupo, em nome de outrem. O ato de constituir representante é, em essência, um ato de abdicação. Enquanto o ato de constituir-se enquanto representante é, por derivação, um ato de apoderamento. Atos de representação, como reiteradamente exposto, são flagrantemente, atos de poder. É nesse sentido que Bourdieu se refere às lutas regionalistas, por exemplo. “*Uma economia das lutas regionalistas deveria assim determinar os princípios segundo os quais as diferentes categorias de agentes activamente ou passivamente envolvidos nas lutas regionalistas se distribuem entre partidários e adversários do poder local*”<sup>623</sup>. Mais do que apoiar ou ser contrário ao poder local, o que nos parece estar em jogo no caso é a própria tomada do poder desse poder (local). Poder de falar em nome dessa *região*, de reescrever sua história de “*reapropriar*”<sup>624</sup> personagens. Ainda que pudéssemos posicionar o projeto em questão como sendo de cunho crítico - da “*realidade*” local - e, nesse sentido, também crítico aos seus “*adversários*” locais, representados, nesses termos, por aqueles que praticavam ou defendiam uma história “tradicional”, a perspectiva atuante não se limita a isso. O intuito de intervenção, para além de questionar a “*realidade*”, procura a sua transformação. Seja no campo político propriamente dito - atuação partidária -, seja na conquista dos espaços de poder institucional privilegiados para a construção discursiva - academia -, o que parece vigorar é uma investida representativa de amplo espectro, transportando para o campo das definições de identidade, de história e da “*realidade*”, as disputas de poder que lhes são tão características.

---

<sup>623</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p. 62.

<sup>624</sup> Em referência a categoria de expropriação criada por Pedro Uczai. Tratar-se-ia, nesse sentido de restituir o direito de existência a esses grupos expropriados da história no campo das representações e o direito à propriedade [terras, por exemplo] no tocante ao campo material.

## 4.7 ATUAÇÃO TRANSFORMADORA; O CEOM E AS FORMAS DE RECRUTAMENTO

Dentro do quadro estabelecido como promotor do sistema de retroalimentação do CEOM, (coleta e arquivamento), (pesquisa e publicação) e (exposição e publicização) são unificados e dependentes de uma atividade central, a saber, o recrutamento de agentes. Todo o sistema montado e sua política dialética dependia do sucesso dessa atividade fundamental. Assim, sob a ideia de capacitação do “*material humano*” necessário à realização das atividades, somada ao apelo da participação comunitária, uma rede de colaboradores ia sendo montada. Rede que, como demonstrado nos capítulos anteriores, contava com a participação de pessoas cuja ligação com o CEOM, em alguns casos, nem era formal. Esse tipo de engajamento, ao que parece, era conseguido pelo alinhamento ideológico manifestado em relação aos fundamentos do projeto. Nesse sentido, nos é válida a definição de “*sujeitos históricos*” feita por Pedro Uczi e que parece sintetizar um pouco essa postura e as razões de sua constituição.

Eu gostaria de estar falando dos 20 anos do CEOM, trazendo um pouco uma alegria e, ao mesmo tempo, uma sensação de indignação ética. Eu, em 2006, participei de um evento no município, onde não era historiador, mas, provavelmente, eram outros educadores, que construíram a história de um município e ouviram os sujeitos desse município e fiquei muito feliz por estarem recuperando a história de memória local e trazendo diferentes sujeitos, falando sobre aquela história vivida. Mas quero falar de uma indignação e uma tristeza ao mesmo tempo, porque as pessoas que deram depoimentos - eu dizendo pessoas, mas na época diziam “sujeitos históricos”. Era muito forte, nós falávamos de “sujeitos históricos”, palavra que vinha do mestrado de SP, que discutia os novos movimentos sociais, que eram sujeitos os coletivos do Eder Sader<sup>625</sup>. Os novos sujeitos sociais entram

---

<sup>625</sup> Eder Simão Sader (São Paulo, 7 de agosto de 1941 — São Paulo, 21 de maio de 1988) foi um sociólogo brasileiro.

Foi perseguido pela ditadura militar (Golpe de 1964) ao que se exilou no Chile entre 1971 e 1973 e em seguida na França no período de 1974 a 1979. Eder Simão Sader foi ativista político. Quando estudante de Ciências Sociais na Faculdade de

em cena, para mim, a palavra “sujeito histórico” é importante porque representa o que as pessoas vivenciaram. [...] Eu disse, olha a qualidade total<sup>626</sup>

---

Filosofia da Universidade de São Paulo, foi um dos fundadores da facção Política Operária (POLOP), que teve como dirigente e ideólogo Michel Löwy, também formado pela USP e depois radicado na França. Foi militante político e docente na USP. Militante do MIR chileno, refugiado político na França após o golpe de Pinochet. Na França lecionou na Universidade de Paris VIII. Ao regressar ao Brasil, tornou-se docente de Sociologia na USP e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Na capital de São Paulo uma escola pública e duas praças (Vila Madalena e USP) receberam o nome do cientista social. **Obras:** Um Rumor de Botas, 1982; Mao Tse-tung, 1982; Che Guevara: Política, 1985; Marxismo e Teoria da revolução proletária, 1986; Quando Novos Personagens Entraram em Cena, 1988.

<sup>626</sup> O conceito de Qualidade Total está ligado à ideia de gestão de qualidade em organizações empresariais. Sua descrição pode ser encontrada nestes termos na internet: “A gestão da qualidade total (em língua inglesa "Total Quality Management" ou simplesmente "TQM") consiste numa estratégia de administração orientada a criar consciência da qualidade em todos os processos organizacionais. É referida como "total", uma vez que o seu objetivo é envolver distribuidores e demais parceiros de negócios. Compõe-se de diversos estágios, como por exemplo, o planejamento, a organização, o controle e a liderança. Um desenvolvimento posterior do conceito é o Seis Sigma. O conceito do TQM foi sendo desenvolvido por numerosos consultores empresariais norte-americanos tais como W. Edwards Deming, Joseph M. Juran e Armand V. Feigenbaum. Em 1961, Feigenbaum definiu o TQC como um sistema eficaz que integra o desenvolvimento da qualidade, a manutenção da qualidade e os esforços de melhoria da qualidade entre os diferentes setores da empresa, com o objetivo de criar produtos/serviços com o máximo de economia e a plena satisfação dos consumidores. Mas foi no Japão (onde Deming e Juran trabalharam após a Segunda Guerra Mundial) que a Qualidade Total tomou o formato que influenciou os empresários do mundo todo. Shigeru Mizuno publicou o livro Company-Wide Total Quality Control, publicado pela Asian Productivity Organization em 1988, que teve milhares de edições vendidas no mundo todo. A Toyota, no Japão, foi a primeira organização a empregar o conceito de "TQM" (ver Toyotismo), superando a etapa do fordismo, onde esta responsabilidade era limitada apenas ao nível da gestão. No "TQM" os colaboradores da organização possuem uma gama mais ampla de atribuições, cada um sendo diretamente responsável pela consecução dos objetivos da organização”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o\\_da\\_qualidade\\_total](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_da_qualidade_total). Dessa aplicação primeira, surgiram diversos usos para o conceito. A ideia de qualidade total, passou a ser usada nas mais diversas áreas, dentre elas, a educação. Neste espaço o conceito está muito ligado ao processo participativo dos educandos e ao papel concientizador do educador e da ação de ensino/aprendizagem

entrando na Universidade, olha a qualidade total entrando nas histórias dos municípios! Olha a qualidade total... Um total que chega a ser totalitário, que deixa ele de ser sujeito e passa a ser colaborador. Me impressionou demais, e por isso, o que me motiva estar aqui hoje, discutir esse primeiro ponto<sup>627</sup>.

Esta mescla reunindo, participação popular, valorização e preservação local e discurso de transformação, alicerçavam de modo especial a proposta que se tinha para o andamento dos trabalhos ao mesmo tempo em que evidencia a existência, nos municípios com quem se buscava parcerias, também de posições contraditórias. Por isso que, nesse momento em que se instalava a premência de transformar projetos em ações, não é incomum identificarmos as adequações discursivas de acordo com interlocutores de que temos dado tantos exemplos. O engajamento social que era, como vemos, amplamente mobilizado, parecia buscar uma conciliação entre fidelidade ideológica e ampla participação popular e para tal lançava mão de um aparato discursivo centrado na ideia de ação com a sociedade e para a sociedade. Essa primazia discursiva pelo popular não é de difícil compreensão. Para além das questões que demandavam efetiva participação da população, estava todo um aparato legitimador que poderia ser garantido por meio dessa condição. O sedutor argumento de que a participação popular garante caráter democrático aos processos não só parecia divulgar mais facilmente o projeto, como demonstraria uma aproximação entre academia e sociedade. Com essa base fundamental, as tarefas e pretensões apontadas como de interesse da instituição contemplavam o maior número possível de questões e indivíduos. Apresentadas como diretrizes para complementar a sequência esquemática do processo histórico regional, esse conjunto de objetos e de intenções a serem “resgatados” era o mais abrangente possível. Muito embora, como veremos se desenhar no andamento das atividades, esse modo agregador ficará mais limitado ao campo discursivo que propriamente prático. Paulatinamente esse discurso diplomático dá mostras das resistências enfrentadas e das tensões que envolviam as atividades do CEOM.

---

com um todo. Nesse sentido ver: XAVIER, Antonio Carlos da R. Gestão da Qualidade Total nas Escolas: Um Novo Modelo Gerencial Para a Educação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, SETEMBRO 1991. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0234.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0234.pdf).

<sup>627</sup> UCZAI, Pedro. Op Cit. p. 252.

Há que se ter em mente que os colaboradores, no que se refere àqueles ligados às Comissões Municipais, não só realizariam o processo de classificação, coleta e arquivamento, como ficariam responsáveis pela manutenção e pelo atendimento nos espaços de memória. Espaços esses que, ainda que apresentassem uma variante de nomenclaturas (Casas de Cultura, Centros de Memória e Museus), era, no que diz respeito à natureza funcional, sempre como espaços museológicos que eram pensados. Do que se pode concluir, acerca da permanente problemática envolvendo a natureza funcional do CEOM<sup>628</sup> que, em se tratando dos municípios, a questão era de mais fácil definição. Ainda que possam abrigar documentação com função de servir como material de pesquisa, esses museus municipais, como na maioria das vezes são apresentados, tendem a priorizar a manutenção e exposição de peças e objetos. Coisa que no caso do CEOM, no que concerne às suas duas primeiras fases de atuação, deram-se, ao que parece, de modo inverso. Ainda que possua (CEOM) algumas peças e objetos<sup>629</sup>, a exposição não é uma política permanente nesses primeiros anos. Por sua vez, no que concernia ao caráter arquivístico, a identificação parecia bem mais clara. Há considerável número de documentos, entre fundos e coleções documentais como veremos constar mais adiante. Ainda nesse sentido, cabe mencionar que, diferentemente dos espaços de memória por ele agenciados junto aos municípios, o CEOM não se intitula como museu. Independentemente do que seja priorizado ou do modo como são denominados, o que parece é que ambos os espaços (CEOM e museus/centros de memória/casas de cultura) possuem tanto a função de caráter museológico, como arquivístico, sendo então, coleções documentais. Esta dificuldade de definição não é uma questão relativa à análise externa. Também quem atuou e fez parte do projeto, encontra essa dificuldade. Veja o que Pedro Uczai relata em 2006, acerca disso: “*E depois, com essa coisa de centro de memória, museu, que era outra tensão entre ser museu e centro de memória, que nunca se resolveu e acho que não precisa se resolver, porque é uma outra questão em aberto, na época e acho que continua em aberto*”<sup>630</sup>. Esta questão pode ser atestada, ainda, pela descrição presente em documento do ano de 1995, onde, tanto

---

<sup>628</sup> Nos referimos a discussão de se o CEOM, afinal, era museu, arquivo, ou os dois. Questão que atravessou fases do órgão e que foi definida em 1998, quando, como veremos, definiu-se por sua consolidação enquanto arquivo, centro de documentação e museu.

<sup>629</sup> Especialmente materiais ligados à cultura indígena.

<sup>630</sup> UCZAI, Pedro. Op. Cit. p. 254.

o número de Comissões Municipais em atividade quanto as atividades desenvolvidas nos Centros de Memória parecem de difícil definição.

Para a concretização de tais metas [resgate da memória socio-cultural do Oeste] constituíram-se Comissões Municipais de Coordenação da Memória Local, engajando professores, autodidatas e agentes culturais municipais, responsáveis pela seleção, coleta, classificação, registro e guarda do patrimônio sócio-cultural específico, junto a cada Município. A partir dos trabalhos do CEOM, em 1986, temos atualmente Casas de Cultura (espaço físico que abriga simultaneamente, a biblioteca, o museu, além de ser utilizado para ministrar diversos cursos, como datilografia, música, ballet, etc.), Centro de Memória (dois municípios, se bem que as características são semelhantes às da “Casa da Cultura”) e museus, organizados em torno de 20<sup>631</sup> municípios da região. Segue a relação dos municípios atendidos: Xanxerê, Xaxim, Seara, Mondáí, Ipumirim, Itapiranga, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, São José do Cedro, Maravilha, Concórdia, Modelo, Chapecó; Serra Alta; São Miguel do Oeste, Videira, Saudades, Guaraciaba, Pinhalzinho, São Lourenço do Oeste, Caibi, Cunha Porã<sup>632</sup>.

Obviamente o projeto não se limitava a um único órgão. A ideia, desde o início, foi a de constituir uma série de locais onde se pudessem processar, depois da coleta segundo os pressupostos apontados, os respectivos tratos documentais e seu correto armazenamento. Cabendo ao CEOM atuar, então, como gerenciador dos vários núcleos de “resgate”, preservação e exposição da “*memória sociocultural*” da região. Não por acaso, já em 1988, uma série de museus e espaços de memória são organizados nos municípios pertencentes ao espaço de projeção do CEOM. É verdade que nem todos estes museus tiveram sua formação diretamente ligada ao projeto do CEOM, alguns, como o Fritz Plaumann,

---

<sup>631</sup> Esse número era corrigido para 15 em anotação feita a lápis no texto. Possivelmente essa parte da prestação de contas consultada não tenha sido versão definitiva, embora conste dos arquivos. A quantidade mencionada também não bate com o número de municípios elencados.

<sup>632</sup> Relatório de ações desenvolvidas pelo CEOM. 1995. p. 1. Acervo CEOM.

ainda que tenha sido organizado formalmente em 1988, teve a coleção adquirida por parte da prefeitura no ano de 1982. O que vale também para municípios como São Carlos e Itapiranga que, conforme evidenciado, já tinham atividades ligadas à preservação antes mesmo do advento do CEOM. Nestes casos, entretanto não deixa de acontecer, por parte do CEOM, um trabalho de assessoramento que, especialmente durante a primeira fase de atuação, parecem ter sido bem aceitos por parte dos seus responsáveis. Conjuntura que fez com que, em um curto espaço de tempo, pelo menos 10 locais, desta natureza, estivessem listados como abrigando o projeto do CEOM em vários municípios. Denominados museus, casas de cultura ou centros de memória, estes espaços eram a maior demonstração do sucesso efetivo da política do novo Órgão. Se a intenção era contar com a participação popular e atingir a maior cobertura possível dentro daquilo que estava sob a área de abrangência da FUNDESTE, este engajamento dos vários municípios mostrava a rápida e operativa atuação da instituição durante o período, como visto anteriormente, em que a Coordenação esteve a cargo de Ilda Brisot.

Não obstante, esse processo de “*recolhimento*” e “*organização da memória*” era apenas parte do projeto. A difusão de um modo de entendimento, de uma forma de leitura desse passado, permeava todo o empreendimento, tanto no que concernia ao modo de se realizar essas tarefas, como no tocante às leituras que delas se deveria fazer a posteriori. Dentre as atividades de participação do CEOM nesta primeira fase, destaca-se o “*CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM HISTÓRIA promovido pelo Instituto Alberto Pasqualini - IAP, de Chapecó, com coordenação conjunta do Setor de Educação Permanente do CES/ FUNDESTE*”. Este evento, realizado Colégio Bom Pastor, no período de 02 de julho a 30 de agosto de 1998, fornece importante leitura acerca da constituição ideológica do projeto do CEOM e das linhas de argumentação que deviam nortear as atividades nas oficinas e cursos de capacitação dos agentes.

O curso abordou a importância do conhecimento histórico para uma prática política consciente. A história das sociedades humanas foi analisada desde vários ângulos: desde o ponto de vista da antropologia filosófica; através da consolidação do movimento operário mundial, pelo exame da evolução econômica do Brasil do desenvolvimento capitalista internacional suas relações com a América Latina. O CEOM elaborou resumo das aulas ministradas e, devido às solicitações recebidas na ocasião, estuda a possibilidade de

realizar um curso similar no próximo ano para os professores de História da Região<sup>633</sup>.

O referido curso, definido como de “*Atualização em História*” que, neste primeiro momento ao que tudo indica, ficou restrito aos profissionais do CEOM e/ou professores universitários, nos importa de maneira especial pelas leituras que dele se podem extrair, a começar pelo próprio título. Atribuir o termo “*atualização*” ao mencionado curso, demonstrava claramente qual a concepção de história que tinham os intelectuais à frente do projeto e o modo como se pensava atuar no processo de conscientização social. Sendo os trabalhos acerca da *região* conceituados por esses intelectuais como parques e, quando existentes, fruto e fomentadores de uma visão “tradicional”, nada mais condizente do que se falar em “*atualização*”. A proposta deste modo amatlhava várias funções em um mesmo discurso; ao mesmo tempo desconstruía ou desacreditava os estudos existentes, denunciava a sua pouca existência e justificava a necessidade de sua elaboração e/ou releitura. Todo este ordenamento ideológico fica mais claro quando tomado para análise o instituto promotor do evento.

O Instituto, criado na década de 1980 e que auferiu o nome do intelectual e político Alberto Pasqualini<sup>634</sup>, era responsável pela organização do respectivo curso. Uma olhada apenas no próprio conteúdo abordado no encontro seria suficiente para tecermos um perfil do enquadramento ideológico. Todavia, mais do que isso nos serve, nesse sentido, a trajetória intelectual e a militância política do seu expoente Alberto Pasqualini que, entre outras coisas, constituiu a base ideológica

---

<sup>633</sup> Idem, p. 72.

<sup>634</sup> O Instituto Alberto Pasqualini foi criado na década de 1980 como ação do PDT (Partido Democrático Trabalhista) cuja ideologia política foi fortemente influenciada pelas obras do intelectual Alberto Pasqualini. Além do principal líder do partido Leonel Brizola outras personalidades políticas tiveram sua atuação ligadas às ideias de Pasqualini. Nomes como: João Goulart, Fernando Ferrari, Sereno Chaise, Pedro Simon e Getúlio Vargas. Quase todos ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em 1997 o Instituto foi transformado em Fundação e em 2004 com a morte de Leonel Brizola transformou-se em Fundação Leonel Brizol/Alberto Pasqualini (FLB-AP). A esse respeito ver: SILVA, Roberto Bitencourt da. **Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012. 290f.

do trabalhismo<sup>635</sup>. Essa postura que por muitos anos foi uma alternativa entre a direita e o comunismo conquistou importante espaço no pensamento e engajamento político nacional. Essa questão nos convém na medida em que posiciona a inserção do CEOM no campo político propriamente dito, ou seja, no campo da política partidária e ajuda a compreendermos a natureza das disputas que cercavam a atuação do órgão e a formação de grupos de apoio e de questionamento. Como temos demonstrado, havia um alinhamento, abertamente exposto, entre o pensamento modelador do CEOM e aquilo que podemos definir como “*esquerda*” neste período da política brasileira. Esta disposição do órgão refletia-se no modo de compreensão da história e no seu grau de importância no tocante a conscientização dos indivíduos. Conscientização indispensável, sob esta égide de pensamento, para a transformação social. Notadamente, a preocupação com a difusão dessa “*filosofia*” continuava parte fundamental da proposta encampada e, nesse quesito, os professores de história tinham participação substancial. Em um quadro em que se pretendia disputar versões de passado, a divulgação da proposta defendida pelo CEOM teria nos professores, junto dos responsáveis pela gestão da cultura nos municípios, um dos principais alvos. Daí a aventada possibilidade de se estender, em ano subsequente, o curso também a esses profissionais nos demais níveis 1º e 2º graus e/ou de outras instituições de ensino da *região*.

#### 4.8 SOMANDO ESFORÇOS; O CEOM E POLÍTICA DAS PARCERIAS

Retomemos à apreciação do registro das atividades desenvolvidas e sua definição reparadora, enquanto “*resgate*” de um passado cuja dívida com o presente demandava conscientização e ação transformadora. O espraiamento do projeto do CEOM e seus inúmeros desdobramentos

---

<sup>635</sup> Em página do PDT caçadoreense o Trabalhismo é deste modo definido: O Trabalhismo é entendido como uma espécie de embrião entre o capitalismo e o socialismo com uma função reguladora, equilibrando a relação entre o capital e o trabalho. Ele defende a propriedade seletiva dos meios de produção, sendo o trabalhador, o elemento fundamental dessa relação. O trabalhador, ou seja, a pessoa humana é a base, mais importante que o capital ou o lucro. Essa é a fronteira que diferencia o Trabalhismo das demais relações capitalistas atualmente. O capital é importante, mas o ser humano que executa o trabalho seria mais ainda, pois é ele que dá materialidade ao capital. Sem o trabalhador, o capital não existiria. Disponível em: <http://pdtcacador12.blogspot.com.br/2014/03/fundacao-leonel-bri-zola-alberto.html>.

secundários elaborados em forma de subprojetos faz-se notar em atividades das mais variadas esferas. Dentre elas, algumas estavam destacadas enquanto ações em curso e outras ainda em caráter gestacional<sup>636</sup>. Ainda que a organização original do CEOM, contasse com essa série de ramificações, com a possibilidade de se distender nos mais variados tipos de atividades, o que demonstra sua cuidadosa elaboração e extrema autoconfiança enquanto proposta de atuação, muitas das operações foram sendo configuradas ao longo do andamento da instituição. Ou pelo menos assim, eram apresentadas. Esse modo de exposição coaduna-se perfeitamente com alguns dos pontos centrais do projeto. Fotografia, história oral e participação popular eram apontadas como meios importantes na efetivação da tarefa assumida. Ações, essas, que se retroalimentavam no sentido de que o próprio fato de se organizar uma exposição fotográfica, poderia auxiliar na localização e fomentação do interesse em tornar públicos os relatos por parte daqueles que por ventura houvessem vivenciado as situações retratadas nessas imagens e com sua exposição se sentissem motivados a falar sobre isso. Era como se uma rica história hibernasse na mente de muitos antigos personagens locais sem que estes soubessem ou se dessem conta da importância que poderiam ter essas memórias. Função que caberia ao CEOM edificar.

Nesse sentido a utilização conceitual de alguns termos que temos problematizado, é comum, tanto às correspondências, quanto aos relatórios, periódicos, projetos ou depoimentos ligados ao CEOM. Muito

---

<sup>636</sup> Nesse caso podemos falar das várias atividades desenvolvidas nesse período, das quais demos nota nos capítulos 2 e 3. Ações de capacitação e de exposição como, por exemplo, o Ciclo da Madeira em Fotos. Exposição de Fotografias "Ciclo da Madeira do Oeste Catarinense - 1930 - 1960". Esta exposição foi o resultado de atividade prática da Oficina de História Oral e Fotografia (26 a 29 set/89). O acervo, composto de 24 fotos, em preto e branco, enfocando os diversos aspectos do ciclo madeireiro, foi exposto na FUNDESTE e contou com elevado número de visitantes com grau de aceitação. A exposição, segundo exposto no Cadernos do CEOM de 1988 "permitiu o arrolamento de fontes testemunhais, envolvidos na História Regional. Das fontes indicadas serão tomados depoimentos, entrevistas e histórias de vida, permitindo ampliar os arquivos orais do CEOM. Dada a aceitação do público e acatando solicitações, a referida exposição será deslocada aos municípios da área de abrangência do CEOM. Às Prefeituras, Escolas, Museus interessados na exposição, o CEOM propõe-se a ceder temporariamente o acervo. Para isto, basta entrar em contato com a Coordenadoria do CEOM. Como etapa seguinte está planejada a exposição gráfica dos índios da Região Oeste". Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina, 1988. p. s/p.

possivelmente em razão das alternativas que por intermédio deles eram abertas no campo discursivo. Junto do conceito de fronteira, por exemplo, aparecem de modo habitual conceito como cultura, identidade e memória. Reconhecidamente, este último termo é central, não somente no projeto do CEOM, como em nossa tese. Todo o projeto do CEOM fora alicerçado sobre a questão da memória e das suas possibilidades de inter-relacionamento com a história e com os demais conceitos supracitados, que como vimos, eram comumente entendidos senão como sinônimos, pelo menos como intimamente relacionais. Uma discussão com maior argúcia será feita no capítulo de fechamento. Por ora, limitamo-nos a discorrer acerca dessa tendência de adequação do conceito segundo às necessidades impostas por cada uma das atividades advindas dos desdobramentos do projeto desenvolvido pela instituição. A utilização comum do termo “*memória*”<sup>637</sup>, à qual fizemos várias menções até este momento, estava ligada à sua condição central no discurso de “*resgate*” proposto. Era por “*memória sociocultural*” que se traduzia todo o conjunto de materiais e de informações sobre os acontecimentos no e do Oeste catarinense. Nesta esteira de engajamento vários setores da sociedade iam sendo mobilizados. Entre museus, cursos, encontros, exposições e publicações no e sobre o Oeste, todo um aparato discursivo era constituído e os pressupostos fundamentais do CEOM saíam das páginas dos projetos para figurarem no campo da atuação efetiva, transformando-o em expoente principal de mediação memorial. Leitura, “*resgate*” e preservação da história da *região* passavam, neste momento, a serem amplamente ligadas à atuação desse novo órgão. Que, a despeito dos avanços citados, sofreria um importante revés ao final de 1990. Fato que determina, no campo do nosso recorte cronológico, o término da sua primeira fase de atuação.

---

<sup>637</sup> A despeito de, é verdade, nunca se tenha definido a contento o que seria essa memória e a partir de quais critérios ela seria diferenciada de outros fenômenos dessa ordem, como a lenda, o mito, ou a própria história. Ou mesmo a tivessem confrontado com base em seu caráter de fidelidade como convém fazer com a história em relação a sua pretensão de verdade.



## CAPÍTULO V - UM CENTRO DE MEMÓRIA E UM CURSO DE HISTÓRIA; DA FUNDESTE À UNOESC-CHAPECÓ

“Essas duas dimensões – a relação com as metrópoles e as interferências da esfera política – enervam as estruturas próprias do campo cultural. Elas são fonte de distorções que tornam árdua a utilização dos conceitos bourdieusianos, mas também são os lugares privilegiados de constituição dos intelectuais enquanto tais, ou seja, como mediadores entre as instâncias que a autonomização dos campos separa”.

(SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 64.)

### 5.1 O CEOM ENTRE 1989 E 1992; A INSISTENTE SOBREVIVÊNCIA

Após as análises desenvolvidas nos dois últimos capítulos em que tentamos representar o panorama teórico, ideológico e estratégico com base no qual se estruturou o projeto do CEOM, cumpre antes de entrarmos na análise da sua segunda fase, uma reintrodução do quadro em que paramos no toante às atividades internas e às dinâmicas a elas inerentes. O ano de 1989, havia sido marcado pela primeira substituição de responsável pela coordenadoria do CEOM. De modo polêmico e seguido por uma série de cobranças endereçadas por meio de correspondências a Santo Rosseto, a Coordenação do órgão havia passado de Ilda Ana Brisot para Pedro Uczai que, como visto, conferiu ao CEOM durante a sua gestão uma postura de maior engajamento social e de interferência direta em questões político-partidárias. Período que coincidiu com o momento de redefinição institucional da FUNDESTE, acarretado pela perda das eleições para a direção da FUNDESTE pelo grupo ligado a Santo Rosseto. O que levou, como também já adiantado, à demissão de vários integrantes e, na prática, à suspensão das atividades do órgão. Desta feita, o início da década de 1990, constitui um momento decisivo no tocante à organização do CEOM. Dentre as questões ligadas a essa ocorrência se, por um lado tivemos a abertura em 1989 do curso de Licenciatura em História que sinalizava de modo positivo, também se teve este percalço cujas motivações são deste modo descritas na obra de Elisa Paim:

Inicialmente, é preciso destacar que com as eleições para a direção da FUNDESTE, o grupo vinculado ao CEOM foi desarticulado, algumas pessoas foram demitidas pela nova direção, e o Centro de Memória foi praticamente fechado, pois a mínima estrutura existente foi retirada pela nova direção da instituição. Embora a pressão tivesse sido grande e os empecilhos criados em abundância, o CEOM enquanto grupo de pessoas interessadas na sua manutenção e especialmente na figura do então coordenador foi resistindo a tudo e a todos e conseguindo se manter apesar de todas as dificuldades<sup>638</sup>.

É verdade que algumas atividades foram mantidas mesmo durante esta paralisação formal, como é o caso das assinaturas e envios dos Cadernos do CEOM, que ficaram a cargo da Biblioteca da FUNDESTE. Temos registro, por exemplo, em 15 de março de 1991, de correspondência da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI). Nesta a Administradora da Biblioteca, Sra. Amalhene Reddig, solicitava a renovação da assinatura dos referidos periódicos para o ano em questão. Solicitação que fora atendida em 13 de maio de 1991, conforme anotação a caneta feita no próprio corpo do documento. Ainda nesse sentido, temos ofício proveniente da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) datado de 31 de março de 1991. Na função de responsável pela Biblioteca Central Comunitária daquela Instituição, Márcio E. Patrianova escrevia a Hilda B. Dmitruk Ortiz, responsável pela Biblioteca Central da FUNDESTE, enviando cheque referente a assinatura dos Cadernos para o corrente ano e solicitando ainda mais alguns números avulso. Os quais foram, segundo registro de 07 de junho de 1991, igualmente, enviados. Do que se pode concluir a continuidade de algumas atividades desempenhadas segundo o modelo demonstrado anteriormente e que fora uma das marcas dessa primeira fase do CEOM, a saber, a atuação de agentes em uma espécie de caráter filantrópico.

A respeito disso - interrupção e retomada das atividades - cabe um destaque ao modo como foram referidos esta interrupção e a futura retomada das ações ao longo do tempo e em diferentes espaços ligados ao CEOM. Enquanto no texto de Elison o fato é apresentado com base em uma explicação acerca das divergências de entendimentos envolvendo os

---

<sup>638</sup> PAIM, Elison Antonio. **Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória.** Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23. p. 24.

vários câmpus e o relato, ainda que fale em demissões e desarticulação, mantém um tom menos incisivo no sentido de expor as lutas políticas que cercam o evento, Santo Rosseto, ao escrever a apresentação do Caderno de 1992, era bem mais enfático ao afirmar que: *“depois do período de letargia a que foi submetido, em consequência de uma equivocada política interna da FUNDESTE de priorizar investimentos em programas pretensamente mais importantes que ele, o CEOM retornou em 1992”*<sup>639</sup>.

Após este período de apatia que vai de fins de 1990 a fins de 1991, o CEOM era novamente articulado e voltava a funcionar do modo efetivo em 1992. O imbróglio envolvendo a interrupção formal das atividades do CEOM, é verdade, só parece ter se resolvido, em definitivo, quando da separação do Campus de Chapecó da mantenedora FUNDESTE tornando autônoma a UNOESC-CHAPECÓ no ano de 1996. Esse acontecimento marca, um novo momento no que concerne à atuação do CEOM. Uma vez vinculado ao curso de História, após sua reativação, uma série de novas atividades serão postas em prática por parte CEOM. Muitas delas, diga-se de passagem, em razão do suporte institucional que veio a reboque nessa ação. Esse misto de status científico com guarida cooperativa garantido pela academia, ajuda a explicar, os novos rumos e parcerias estabelecidas neste “pós” UNOESC.

Nos anos 1980, aconteceram algumas tentativas de transformar a FUNDESTE em Universidade Federal, porém, por divergências políticas e disputas entre as diversas fundações educacionais do oeste de Santa Catarina, o sonho não se concretizou. A solução encontrada foi associar-se a outras Fundações Educacionais com finalidades semelhantes, como a FEMARP (Fundação Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe), com sede em Videira, a FUOC (Fundação Educacional do Oeste Catarinense) com sede em Joaçaba, a FEMAI (Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani), com sede no município de Xanxerê, e a FUNESC (Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina) com sede em São Miguel D'Oeste. Cada uma destas fundações estava centrada em uma microrregião e atendendo outros municípios, além da sede inicial. A partir desta associação foi criada uma universidade multi-

---

<sup>639</sup> ROSSETO, Santo. **Apresentação**. Cadernos do Ceom, Série Documentos, 1992.

campi, a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Em 1996, a UNOESC obteve o credenciamento como Universidade junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>640</sup>.

Com a transformação da FUNDESTE em UNOESC era estabelecida para a nova instituição uma organização em moldes próximos dos atuais, ainda que, como veremos, as discussões acerca da identidade do CEOM permanecerão constantes atingindo, em 1998 um momento derradeiro<sup>641</sup>. Uma vez constituído o Departamento de Ciências Humanas e Sociais, o CEOM passava a estar vinculado diretamente a este espaço. Embora englobasse outras áreas do conhecimento, a incorporação do Curso de História fundado em 1989-1990 na antiga estrutura da FUNDESTE e a nova concepção universitária instaurada a partir da constituição da UNOESC-CHAPECÓ estabeleciam uma espécie de relação formal entre CEOM e a historiografia regional. Isso implicava, finalmente, a efetivação da sua condição acadêmica. Sendo as atividades de extensão, junto do ensino e da pesquisa, a outra modalidade necessária para que se credite o status de universidade a uma instituição de ensino superior, o CEOM vinha preencher esse espaço ao se constituir enquanto projeto de extensão da recém autônoma instituição<sup>642</sup>. Sua propagada proposta de mediação entre a academia e a sociedade era agora indexada aos pressupostos fundamentais do recém-criado curso e da novíssima configuração da instituição.

Este período entre os anos de 1992 e 1997, que definimos como segunda fase do CEOM, pode ser compreendido como um momento de transição entre um modelo mais “*heroico*”<sup>643</sup>, característico da primeira

---

<sup>640</sup> PAIM, Elison Antonio. Op. Cit. p 24-25.

<sup>641</sup> É neste ano que, após a retomada da coordenação por parte de Hilda Dmitruk, se estabelece uma grande discussão em torno de questões como: quem era o CEOM? Quais suas ações permanentes? Qual seu público Alvo? Etc.

<sup>642</sup> Cabe reiterar, nesse sentido, que a intenção de transformar a UNOESC-CHAPECÓ em Universidade independente parece acompanhar toda a história do Campus-Chapecó. Feito que se tornaria realidade em 2002, quando da constituição da UNOCHAPECÓ.

<sup>643</sup> Com essa expressão, talvez por falta de termo melhor, queremos nos reportar a um momento em que o CEOM possuía uma forte ligação – quase sentimental – para com aqueles que estavam à frente do projeto. Especialmente no que concerne ao seu idealizador, Santo Rosseto. A concepção e o comprometimento para com a organização, a despeito do parco conhecimento técnico na área da arquivística, mesclavam atividade institucional com voluntariado e o engajamento com os ideais parecia beirar à paixão e a missão de vida.

fase, e um momento de caráter mais técnico, instituído com o rearranjo promovido em 1998. A bem da verdade, como consta do relato de Elison Paim<sup>644</sup>, essa preocupação para com uma definição específica da atuação e dos rumos do CEOM, existiam desde a retomada das atividades.

Como expressão das novas relações que estavam se estabelecendo da parte da universidade para com o CEOM aconteceu em 28 de julho de 1992 uma reunião entre professores da UNOESC Campus Chapecó de alguma forma vinculados ao CEOM e a professora Yara Aun Khoury, professora da PUC-SP, coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Cassemiro dos Reis Filho" (CEDIC) e professora do curso de Especialização em História e Teoria do Brasil República. Este encontro teve como objetivo o desenvolvimento de uma possível parceria entre as duas instituições. A professora Yara fez uma série de questionamentos quanto aos objetivos, finalidades e identidade do CEOM. Acredito que a partir deste momento passou-se a pensar, ou intensificaram-se tentativas de definição do que realmente o CEOM queria ser e fazer, qual seria sua identidade<sup>645</sup>.

Como visto, o CEOM que se organizou em torno do projeto de busca da identidade dos *"homens de fronteira"*, defrontava-se com a necessidade de definir ele próprio, afinal, qual era a sua identidade. É, primeiramente nessa esteira de contatos promovida pela ligação do CEOM ao Curso de Licenciatura em História da Unoesc e, posteriormente, ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais, criado em 1993, hoje Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, que essa preocupação começa a fazer parte das discussões internas. No que diz respeito à conquista de uma legitimidade acadêmica, essa nova realidade significava a possibilidade de uma aproximação maior com outros espaços de discussão e financiamento como a UFSC e o IPHAN. Integrado a um centro universitário, as possibilidades de estabelecer relações tanto com esses espaços do conhecimento, quanto com a sociedade, cresciam exponencialmente. A própria ligação com a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) com quem os intelectuais à frente do

---

<sup>644</sup> PAIM, Elison Antonio. Op. Cit. p 31-32.

<sup>645</sup> Ibidem.

CEOM parecem manter contato desde o início das atividades do Centro e onde alguns estudaram, caso de Pedro Uczai, por exemplo, começava a aparecer de modo mais formal neste momento, consubstanciando-se seja em forma de palestras de profissionais desta instituição, seja mediante parcerias e acordos para a execução e planejamento de tarefas. Assim, esse novo momento, em tese, potencializava ações entre instituições, facilitava as tarefas de treinamento e de formação de professores e alunos na esfera acadêmica. Do ponto de vista dos contatos institucionais, o que parece se dar nesse momento, como veremos ao longo deste capítulo, é uma maior articulação em torno da questão museológica protagonizada pela criação do NEMU. Já no que concerne às atividades junto aos municípios, teremos uma tentativa de reestabelecimento dos contatos que se haviam distanciado durante o período de inatividade do CEOM. Grosso modo, podemos dizer que o período entre 1992 e 1998, aqui tratado em nossa divisão como segunda fase do CEOM, é marcado justamente por essa condição. Trata-se de um período de transição entre o modelo inicial muito mais conceitual e engajado que tem como ápice a gestão de Pedro Uczai e a atuação e intervenção do CEOM de forma sintomática em questões político-partidárias antes de sua paralização, e a terceira fase, representada pelo repensar do CEOM ocorrido em 1998, quando então se busca de modo efetivo, definir quem era o CEOM e para que servia.

## 5.2 A SEGUNDA FASE DO CEOM (1992-1997); RETOMANDO ATIVIDADES E REESTABELECENDO CONTATOS

Passado o período de incertezas, o ano de 1992 marcava o início de uma segunda fase do CEOM. Os novos acontecimentos criavam um cenário diferente e demandavam, igualmente, novos arranjos no projeto. Sob a coordenação de Elisete Schwade<sup>646</sup>, as primeiras ações de que se

---

<sup>646</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2001), Pós-Doutorado na University of British Columbia - UBC (2008-2009). É Professora Associada IV do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Suas áreas de interesse em pesquisa incluem os seguintes campos temáticos e etnográficos: gênero e subjetividade; sociabilidades e estilos de vida; assentamentos rurais; gênero e educação. Recentemente vem desenvolvendo também pesquisas sobre deslocamentos transnacionais, especificamente na articulação entre gênero e militância. Texto retirado do Currículo Lattes da autora. P. 01. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7195821721383755>.

têm registro são a já habitual e nunca encerrada política de assinaturas dos Cadernos do CEOM e a organização de duas oficinas, uma referente à *Recuperação de Fotografias*<sup>647</sup>, e a outra, relativa aos procedimentos para a *Criação da Casa da Cultura*<sup>648</sup>, que seriam realizadas em Joaçaba entre os dias 26 e 28 de maio. Essas informações estão presentes no ofício circular nº 01/92, trazendo, na condição de Coordenadora das Atividades do CEOM, a assinatura de Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz que, ao que parece, atuou de modo interino até a efetivação de Elisete Schwade. No texto que compunha o ofício era feito um apelo à participação dos agentes locais “*envolvidos com o processo de resgate da história regional*<sup>649</sup>” de modo a se proceder “*a retomada das atividades desenvolvidas pelo CEOM*<sup>650</sup>”. Como responsável pela Oficina “*Elementos para Criação da Casa da Cultura*” tínhamos Dolores Carolina da Fundação Catarinense de Cultura. Enquanto Magda Thomas e Dionísio Silva, também da Fundação Catarinense de Cultura, estavam à frente da Oficina de “*Recuperação de Fotografias*<sup>651</sup>”. A condição para participação, segundo o ofício que servia também como uma espécie de panfleto de divulgação do evento, era: “*ter interesse no assunto*<sup>652</sup>”.

Como visto uma das grandes preocupações por parte da coordenação do CEOM, nessa retomada de atividades, era reestabelecer o contato com os municípios e avaliar em que situação estavam os projetos após o período de inatividade. É sobre isto, por exemplo, que versa o primeiro ofício circular<sup>653</sup> assinado por Elisete Schwade em 17 de junho de 1992. No qual se anunciava a necessidade de realização de uma reunião com todos os integrantes das Comissões Municipais de Memória com data definida para o dia 26 daquele mês. É neste sentido ainda que se dá a confecção do terceiro ofício circular<sup>654</sup> daquele ano, cujo objetivo era comunicar “*às pessoas envolvidas com resgate da Memória e História Sócio-Cultural da região*<sup>655</sup>” sobre a realização e a importância

---

<sup>647</sup> Ofício circular nº 01/92 assinado por Hilda Beatriz Dmitruk em 07 de maio de 1992.

<sup>648</sup> Idem.

<sup>649</sup> Idem.

<sup>650</sup> Idem.

<sup>651</sup> Idem.

<sup>652</sup> Idem.

<sup>653</sup> OF/CIRCULAR/02/92 assinado por Elisete Schwade em 17 de junho de 1992.

<sup>654</sup> OF/CIRCULAR/03/92 assinado por Elisete Schwade em 02 de julho de 1992.

<sup>655</sup> Idem.

em se participar do “*V Encontro de Arquivos em Itajaí*”<sup>656</sup>, que seria realizado entre os dias 23 e 25 de setembro. “*Uma vez que*”<sup>657</sup>, continuava o texto, “*viabilizará a troca de experiências com outros municípios do Estado de Santa Catarina. E além disso, a conservação de Arquivos Públicos faz parte das atividades programadas pelo CEOM*”<sup>658</sup>. A participação destes municípios passava por reatar os laços com os sujeitos responsáveis por experiências já conhecidas na área da museologia nos municípios. Um dos principais exemplos dessa categoria era o senhor Edvino Carlos Hoelscher do Museu de Guaraciaba, que desde os primeiros anos de atuação do CEOM fora figura constante, seja nas trocas de correspondências, seja figurando entre os participantes dos cursos e oficinas de capacitação promovidos. Na mensagem de 29 de julho de 1992 a ele endereçada, Elisete Schwade, então coordenadora do CEOM, escrevia:

Prezado Senhor, O CEOM encontra-se em fase de redefinição e retomada de suas atividades. Em reunião realizada no dia 26.06.92, envolvendo o núcleo do CEOM/UNOESC e representantes das Comissões Municipais de Memória, colocou-se a necessidade de retomar contato com V. Sa. Vosso nome foi lembrado, considerando-se a importância das atividades que V. Sa. vem desenvolvendo no resgate da memória e história de nossa região. Portanto, reafirmamos nosso interesse em tê-lo como colaborador, e aguardamos contato. Assumimos também o compromisso de realizar uma visita ao município de Guaraciaba, oportunamente<sup>659</sup>.

Como temos tentado demonstrar, as ações nos municípios estavam muito ligadas a sujeitos que já se dedicavam a atividades de natureza cultural, história e de preservação. A formação das Comissões e a tentativa de contato direto com membros do poder público - aqui entendido com ocupantes de cargos políticos, sejam eletivos ou de confiança -, vinha havia algum tempo se mostrando dificultosa, fosse pelas mudanças constantes, fosse pelas diferentes noções de história e de

---

<sup>656</sup> Idem.

<sup>657</sup> Idem.

<sup>658</sup> Idem.

<sup>659</sup> Correspondência assinada por Elisete Schwade e enviada ao Sr. Edvino Carlos Hoelscher em 29 de julho de 1992.

importância dada a um projeto de “*resgate*”. Como motivadores desta política tínhamos ainda os projetos de capacitação aos quais se queria, igualmente, dar continuidade e que teriam esses indivíduos como um dos principais público alvo. O outro público prioritário era, como de há muito, os professores da rede pública e ensino, principalmente da disciplina de História. Um exemplo neste ano de 1992 foi o “*Projeto: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia*<sup>660</sup>”, realizado no último trimestre de 1992 e que era direcionado para “*professores de história, EMC (Educação Moral e Cívica) e OSPB (Organização Social e Política do Brasil)*<sup>661</sup>” do Município de Chapecó. De autoria da própria Coordenadora do CEOM Elisete Schwade em parceria com o Professor Alceu Werlang o projeto que embora pensado para os colégios do município de Chapecó, por questões de logística, tinha intenção de posteriormente ser estendido a toda *região*, era apresentado com a seguinte introdução:

Falar de memória e história é indagar sobre os hábitos, valores, costumes, modo de vida, sobre a cultura enfim, na forma em que esta se apresentava em passado recente e/ou remoto. Estes aspectos podem ser resgatados nos relatos daqueles que presenciaram tais acontecimentos, nos objetos, nas artes, nas manifestações artísticas populares<sup>662</sup>.

Note-se que a ideia de possibilidade de “*resgate*” de fenômenos como memória, história e cultura do modo como se apresentavam no passado continua presente na argumentação dos intelectuais que neste momento estão à frente deste projeto do CEOM. Para tanto seria preciso estudar os objetos e manifestações artísticas populares no que a proposta

---

<sup>660</sup> Projeto: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia. Realizado de outubro a novembro de 1992. 7 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>661</sup> É interessante notar que as Disciplinas EMC e OSPB tão comumente definidas como tendo sido criadas com o intuito de dar sustentação ao regime militar, fossem ao lado da História, eleitas para a exposição do projeto. A esse respeito ver artigos como: MELO, Francisco Egberto de. O Ensino de Estudos Sociais, EMC e OSPB e a Resignificação da Cultura Cívica Nacional nas Práticas Escolares em Escolas de Fortaleza Durante o Regime Militar. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0393.pdf>.

<sup>662</sup> Projeto: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia. Realizado de outubro a novembro de 1992. 07 p. p. 02. Acervo Fundos do CEOM.

viria a auxiliar a *“Estimular o gosto pela história e cultura da região oeste aos que nela habitam*<sup>663</sup>”. De modo a *“junto a professor e alunos dar continuidade ao resgate de fotografias enquanto documento portador de valor histórico*<sup>664</sup>”. O que seria conseguido mediante ações como a promoção de *“gincanas para estimular o recolhimento de fotografias*<sup>665</sup>” e a organização de *“exposições das fotografias em cada escola, interpretando as informações que elas contem, com a participação de professores e alunos*<sup>666</sup>”. Como segunda etapa e síntese da ideia do projeto tínhamos o seguinte objetivo: *“através de exposições fotográficas a nível municipal, sensibilizar os habitantes do município no reconhecimento de aspectos históricos da região oeste que não constam na ‘história oficial*<sup>667</sup>””. Temos, deste modo, pensado dentro do *“Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia*<sup>668</sup>” uma dinâmica que ao mesmo tempo em que promoveria o recolhimento de material fotográfico capaz de ser anexado ao acervo do CEOM, visava à conscientização de professores e alunos sobre aspectos de uma história revisionista. Uma história que vinha resgatar personagens não contemplados por uma história “tradicional”.

Era com essa configuração que o projeto fora apresentado a Santo Rosseto que neste período, na condição de Coordenador Geral de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNOESC-Chaçecó, encaminhou-o, em 24 de setembro de 1992, a Lourdes Alves, então Diretora Superintendente da mesma instituição com o seguinte parecer: *“O projeto de extensão Comunitária “Memória e História na Fotografia” enquadra-se perfeitamente no programa do CEOM. Está bem fundamentado e detalhado operacionalmente. Merece total apoio em sua realização*<sup>669</sup>”. Do que obteve resposta de Lourdes Alves em 28 de setembro de 1992 nos seguintes termos:

---

<sup>663</sup> Projeto: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia. Realizado de outubro a novembro de 1992. 7 p. p. 04. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>664</sup> Ibidem.

<sup>665</sup> Ibidem.

<sup>666</sup> Ibidem.

<sup>667</sup> Ibidem.

<sup>668</sup> Projeto: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia. Realizado de outubro a novembro de 1992. 07 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>669</sup> Idem. p. 07. Anotação feita de próprio punho por Santo Rosseto na última página do projeto.

Analisei o projeto “Memória...” Achei interessante e viável em sua execução. Os custos das horas de trabalho dos professores Alceu e Elizete, os custos com reprodução de material e combustível serão arcados pela UNOESC. No entanto, acho que para a ampliação das fotos não se deve dispor somente da Prefeitura. Deve-se buscar outras alternativas, pois a Prefeitura já vem contribuindo com outras coisas de maior valor financeiro<sup>670</sup>.

Deste trabalho resultou um importante material<sup>671</sup> que alimentou o acervo do CEOM e foi usado em eventos expositivos no decorrer daquele período, como se pode observar na imagem que segue:

Imagem 3 - Exposição fotográfica organizada pelo CEOM na Escola Básica Municipal Profa. Zélia Roque de Lima, Bairro Bela Vista – Chapecó, 1993.



Fonte: acervo Fundos do CEOM

A nova configuração de postos trazida com a constituição da UNOESC-Chapecó, a despeito dos feitos alcançados como observado nas ações acima, ao passo que apresenta a manutenção de nomes ligados à

---

<sup>670</sup> Circular interna Nº 083/92 assinada por Lourdes Alves, Diretora Superintendente da UNOESC-CAMPUS-CHAPECÓ, e enviada a Santo Rosseto em 28 de setembro de 1992.

<sup>671</sup> Ver mais imagens nos anexos.

FUNDESTE e a continuidade de observância de Santo Rosseto para com as atividades desenvolvidas no e pelo CEOM, deixa transparecer o surgimento do processo de burocratização dentro do novo sistema universitário. Agora a aprovação de projetos passa obedecer a hierarquia dos postos de comando previamente estabelecidos. O que, como veremos, se por um lado tende a auxiliar da dissociação entre indivíduos e instituições - fenômeno que tentamos demonstra nos anos anteriores em relação ao CEOM -, acabou por causar uma morosidade e até uma certa distância das ações, principalmente entre CEOM e os municípios da *região* alvo do projeto. Outras duas questões constantes nos registros deste período são a necessidade de suporte financeiro, que tende a focar cada vez mais nas prefeituras locais, exatamente no momento em que estas parecem se preocupar mais com as questões orçamentárias, e a busca por solucionar um velho problema operacional do CEOM, a saber a questão do espaço físico. É, por exemplo, em relação a isso que se dá a confecção de um dos últimos ofícios do ao de 1992. Mais precisamente no dia 22 de dezembro do CEOM partia correspondência<sup>672</sup> endereçado para a Direção Superintendente da UNOESC, buscando a viabilização de um espaço para sediar o Projeto e acomodar ao cervo, junto ao Campus. Coisa que como veremos nunca se concretizou.

### 5.3 O CEOM E A QUESTÃO INDÍGENA

Passado o primeiro ano da retomada das atividades, o início de 1993 trazia, já no primeiro trimestre, a reintrodução da pauta indígena nas ações do CEOM. Em 24 de março de 1993 era enviado, pelo CEOM, ofício<sup>673</sup> a Sideny Possuelo, presidente da Fundação Nacional do Índio no qual dava-se conta da existência de sítio arqueológicos que haviam sido identificados em decorrência de pesquisas recentes e que teriam resultado em crescentes disputas envolvendo a questão da posse da terra na *região*. Conflitos tendo a terra como pano de fundo, aliás, eram lembrados como recorrentes na história da *região*. Disso também demos nota em capítulos anteriores. Na avaliação constante do documento enviado, a razão desses conflitos estava nas tensões que decorriam, “*de maneira geral, do encontro entre tradições e culturas distintas, com concepções diversas em*

---

<sup>672</sup> Correspondência redigida em nome do CEOM e endereçada à Direção Superintendente da UNOESC-CAMPUS-CHAPECÓ. Sem assinatura. Datada de 22 de dezembro de 1992.

<sup>673</sup> OF./S.G/005/93 redigido em nome do CEOM e enviado a Sidney Possuelo, Presidente da FUNAI em 24 de março de 1993. Sem assinatura.

*torno do uso do solo*<sup>674</sup>”. Uma vez que “*como a região conta com alto potencial de desenvolvimento agrícola, reconhecida pelas terras férteis, a colonização foi incentivada, causando a expropriação de grupos indígenas que aqui residiam*<sup>675</sup>”. O CEOM, sob esta perspectiva, constituía-se enquanto projeto que vinha conscientizando a população de “*que estas terras não eram abandonadas e vazias antes da chegada dos imigrantes*<sup>676</sup>”. Mas que esse processo, o da conscientização, coincidia com a existência de conflitos já deflagrados, o que dificultava a situação. Nesse caso, e passando a individualizar a questão que era objeto motivador da confecção do referido ofício, pedia-se urgência na demarcação oficial da área pertencente ao grupo Kaingang da Linha Pinhal, “*na medida em que os integrantes do referido grupo encontram-se nos limites de sobrevivência*<sup>677</sup>”, dizia-se ao final. Chama a atenção a manutenção no discurso do CEOM do conceito de “*expropriação*<sup>678</sup>” que fora introduzido durante o período de Coordenação de Pedro Uczai. Mais do que a carga simbólica ligada ao conceito, convém atentar para esse detalhe na medida em que ele aparece ligado à causa indígena em um momento em que o CEOM assume uma posição aberta em relação a uma questão/conflito de interesses comum, justamente, durante o período em que o referido professor esteve à frente do Órgão. Do que se pode aventar sua participação no movimento interno que levou a essa tomada de posição, ainda que não mais ligado ao CEOM de modo direto, sua participação em questões dessa natureza pareceu se manter por certo período. Vejamos a resposta deste ofício de onde se pode tirar mais conclusões.

Deste contato, recebia-se da Funai por meio do ofício 096/93<sup>679</sup>, resposta em 31 de março de 1993. A mensagem, enviada a Lourdes Alves, tinha início parabenizando a UNOESC pela iniciativa em participar efetivamente das questões que envolviam “*a situação fundiária das populações indígenas do estado*”. “*O apoio e a participação da comunidade científica é de fundamental importância para a conclusão da*

---

<sup>674</sup> Idem.

<sup>675</sup> Idem.

<sup>676</sup> Idem.

<sup>677</sup> Idem.

<sup>678</sup> Idem.

<sup>679</sup> Of. Nº 096/PRES/93 redigido em nome da FUNAI e endereçado a Lourdes Alves, Direção Superintendente da UNOESC-CAMPUS-CHAPECÓ, em 31 de março de 1993.

*política indigenista hoje em prática neste órgão*<sup>680</sup>”, dizia ainda a mensagem oriunda da FUNAI. Quanto à questão da área Indígena Pinhal, situada na linha Nova Brasília – Distrito de Nova Teutônia, Município de Seara -, dava-se conhecimento de que já se havia nomeado antropólogo Wagner Antônio de Oliveira para reconhecimento e demarcação e que, segundo medições, havia levantado “893, 29 há para uma população de 258 índios Kaingang<sup>681</sup>”. Sendo verificada, dizia, “a existência de 41 propriedades, que deverão ser virtualmente desapropriadas quando da demarcação e regularização<sup>682</sup>”. Em anotação a caneta no corpo do documento, com data de 07 de abril de 1993, pode-se ler: “Agradecer pela atenção dispensada. Passar cópia ao Prof. Santo e ao Prof. Pedro<sup>683</sup>”. Percebe-se, diante do exposto, que apesar da nova organização institucional, algumas pautas continuaram centrais tanto no que concernia às ações do CEOM, quanto no que se referia ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais como um todo. Isso valia também para os nomes que circulavam pelos diversos cargos de comando, como veremos ao longo deste capítulo. Uma diferença, que decorria desta nova condição de hierarquia institucional, foi a aparente indissociabilidade entre CEOM e Centro de Ciências Humanas e Sociais. Se na primeira fase, como apontamos, era comum que se tomassem os coordenadores pelo CEOM, neste momento o que ocorre, quando analisamos as correspondências, é a aparente confusão entre o CEOM e o CCHS. São comuns os envios de correspondências que, ainda que tratando de questões da alçada do CEOM, são endereçadas a outros setores. Percebe-se, diante do advento da nova configuração, que a condição de protagonismo e a autonomia que o CEOM havia assumido até então sofria um importante revés representado pela centralização das decisões na pessoa da diretora Lourdes Alves. Note-se que toda a sorte de questões, nesse momento, passam a ser negociadas e precisam do aval desse setor, o que implicava mais uma etapa de negociações. Deste modo as atividades do CEOM já caracterizadas pela necessidade de constantes negociações externas, passavam a demandar também negociações de caráter interno. Um outro exemplo, nesse sentido, nos é dado pelo Ofício Circular<sup>684</sup> de 24 de maio

---

<sup>680</sup> Idem.

<sup>681</sup> Idem.

<sup>682</sup> Idem.

<sup>683</sup> Idem.

<sup>684</sup> Of. Circular N° 001/93 RH assinado por Magda Salete Vicini, Coordenadora do Projeto de Resgate Histórico do Município de Xanxerê-SC e endereçado a

de 1993, proveniente de Xanxerê e assinado por Magda Salete Vicini, Coordenadora do Projeto de “*resgate*” Histórico do município. O qual era endereçado, do mesmo modo que o anterior, à Diretora Superintendente Lourdes Alves.

Para que o presente não caia no esquecimento e o passado seja uma página rasgada, convidamos Vossa Senhoria para participar, ou se representar no primeiro encontro de lideranças com o fim de conhecer e discutir o Anteprojeto de Resgate Histórico do Município de Xanxerê. Temos certeza de que sua colaboração irá trazer aos consulentes contemporâneos e futuros a oportunidade de conhecer, em sua essência, os fatos históricos de Xanxerê. O encontro dar-se-á na Câmara de Vereadores de Xanxerê, dia 1º de junho de 1993 com início às 19:00 horas e 30 minutos. Acreditando ser Vossa Senhoria a pessoa que irá fortalecer a nossa vontade, antecipamos-lhes agradecimentos<sup>685</sup>.

Do ponto de vista da temática, o destinatário esperado para esta correspondência era o CEOM. Tanto que o procedimento de Lordes Alves, tão logo tomou conhecimento do conteúdo, foi o seu direcionamento para este setor, como se pode ver em anotação feita de próprio punho no documento<sup>686</sup>, o qual recomendava a “Bete” (Hilda Beatriz Dmitruk) que fizesse ofício agradecendo o convite e informando que a Prof. Elisete, então Coordenadora do CEOM, representaria a UNOESC. A superação dessa vigilância ao CEOM que aparentemente acarretava em um certo ofuscamento de sua condição que, como visto no capítulo anterior, durante a primeira fase, havia se constituído em figura central no tocante às políticas que envolvessem práticas de preservação histórica e cultural em vários municípios, demandava, ao que tudo indica, ações de ainda maior articulação no sentido de manter e expandir as atividades e os contatos com este público. Uma das mais consubstanciais, como temos apontado, foi a retomada das oficinas e cursos de capacitação. Mais uma demonstração destas atividades pode ser vista na organização entre os dias 28 e 30 de outubro de 1993 do “*Ciclo de*

---

Lourdes Alves, Direção Superintendente da UNOESC-CAMPUS-CHAPECÓ em 24 de março de 1993.

<sup>685</sup> Idem.

<sup>686</sup> Idem.

*Estudos Regionais*<sup>687</sup>. Este evento, que tinha como público alvo docentes, acadêmicos de história, estudos sociais, geografia, português e matemática atuantes na rede pública estadual e municipal, além de coordenadores dos centros municipais de memória, lideranças regionais e integrantes de Movimentos Sociais, propunha segundo o próprio texto do projeto, “refletir sobre a região e a identidade<sup>688</sup>” com base nos “movimentos separatistas e integracionais<sup>689</sup>”. Para tanto as palestras contemplavam os seguintes temas e estavam a cargo dos respectivos pesquisadores: “Os conflitos e movimentos separatistas e integracionais (Estado do Iguazu, Movimento Separatista do Sul, Mercosul. Roberto C. Abinzano da Universidade Nacional de Misiones Argentina); Identidade regional (Monica Hass, Alceu Werlang, Eliste Schwade e Dornalli Puroer da UNOESC-Chapécó); Apresentação de resultados de pesquisas sobre a região. Prof. Dinarte Belatto da UNIJUÍ e membro do Movimento Separatista do Sul)<sup>690</sup>”. Este ciclo de estudos, segundo consta do projeto, estimava atingir um público total de 280 pessoas<sup>691</sup> das diversas áreas supraditas.

Um último registro com relação ao reestabelecimento de contatos deste ano fica por conta da correspondência do já conhecido Sr. Edvino Carlos Holscher, que em 21 de junho de 1993 escrevia a Elisete Schwade avisando do envio de “alguns números da 1ª edição jornalística do Museu Histórico São Jorge<sup>692</sup>”. Na mesma, pedia que se fizesse a distribuição dos exemplares para os professores Alceu, Pedro e Arlene. Mais do que a demonstração da missiva endereçada a ele tempos atrás por parte de Elisete, buscando reestabelecer as relações, de que demos nota, importa perceber que, a despeito da interrupção das atividades temporárias do CEOM, algumas experiências locais ligadas às atividades objeto deste estudo, existiam e continuaram a existir. Do que se pode extrair, com base nos exemplos de museus locais, que o sucesso ou o fracasso deste tipo de experiências não estava condicionado apenas à atuação do CEOM e sim à existência, nestes municípios, de pessoas identificadas com questões

---

<sup>687</sup> Projeto do Ciclo de Estudos Regionais datado de maio de 1993. p. 07. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>688</sup> Idem. p. 04.

<sup>689</sup> Ibidem.

<sup>690</sup> Idem. p. 05.

<sup>691</sup> Idem. p. 02.

<sup>692</sup> Correspondência enviada pelo Sr. Edvino Carlos Holscher, responsável pelo Museu Histórico São Jorge do Município de Guaraciaba, a Elisete Schwade em 21 de junho de 1993.

ligadas à preservação cultural ou suas variantes comuns (memória, história, identidade).

#### 5.4 O CEOM COMO REFERÊNCIA REGIONAL; RECUPERANDO ESPAÇO

Ainda no processo de reaquecimento das atividades e na tentativa de retomar a posição enquanto instituição mediadora das ações de preservação cultural na *região*, o ano de 1994 seria fecundo em políticas dessa natureza. Em 21 de fevereiro Walmir Vicente Loeblein, diretor Municipal da Educação de São Carlos, escrevia para a Sra. Edna Morlei, Coordenadora Regional da 11ª Série do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural IBPC-Chaçapécó/SC, acerca da possibilidade de que a “*Exposição Arqueológica Itinerante Pe. Rohr*”<sup>693</sup>, no mês de abril de 1994, fosse realizada no referido município. Edna encaminhou a correspondência para a Prof. Elisete, coordenadora do CEOM, que deu retorno primeiramente por meio de ligação e, posteriormente, em 23 de fevereiro, oficiando<sup>694</sup> ao Município de São Carlos no sentido de que a autorização para a realização da “*Exposição Arqueológica Pe. Rohr*”<sup>695</sup> deveria ser conseguida junto ao Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC em Florianópolis. A correspondência em questão era remetida ao Sr. Edvino Carlos Holscher, a quem se dava conhecimento de que a referida solicitação deveria partir ou da Prefeitura ou do Museu local. No mesmo, manifestava-se ainda, por parte do CEOM, o interesse na realização de uma Oficina Arqueológica no município com data definida para o mês de maio. Evento que se desejava fosse feito na mesma data da exposição. Do que, em 08 de março se obtinha resposta favorável por parte do Sr. Edvino. Cumpre atentar, nesta passagem, o fato de a correspondência do município de São Carlos ser enviada diretamente à representante do IBPC e não ao CEOM, como poderia se esperar uma vez que já atuava como centro mediador deste tipo de atividade. Tanto que a própria Diretora do IBPC acaba por fazer este encaminhamento. Este fato, que não foi o

---

<sup>693</sup> Of. Nº 04/94 assinado por Walmir Vicente Loeblein, diretor Municipal da Educação de São Carlos, enviado para a Sra. Edna Morlei, Coordenadora Regional da 11ª Série do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural IBPC-Chaçapécó/SC em 21 de fevereiro de 1994.

<sup>694</sup> Correspondência enviada por Elisete Schwade ao Sr. Edvino Carlos Holscher responsável pelo Museu Histórico São Jorge do Município de Guaraciaba-SC em 23 de fevereiro de 1994.

<sup>695</sup> Idem.

primeiro nestes moldes, corrobora com nossas observações acerca do aparente aumento nos intermediários entre o CEOM e os representantes dos Municípios locais, caminho que outrora parecia bem mais direto. O que era compensado, segundo o mesmo exemplo, pelo fortalecimento das redes<sup>696</sup> institucionais, seja a interna, representada no caso anterior pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais, sejam as externas, como o IBPC, nesta situação. Redes que direcionavam para o CEOM as questões que julgavam de sua competência e acabavam, assim, contribuindo para essa retomada de seu protagonismo.

Dentre as políticas assumidas pelo CEOM ao longo de sua atuação, a que se mostrou mais consistentes em todos os períodos provavelmente tenha sido o compromisso com a pauta indígena. Se no ano anterior o CEOM já havia se manifestado com relação aos conflitos envolvendo indígenas e colonos acerca da posse de área de terras na *região*, neste ano de 1994, mais precisamente em 30 de março, era em nome de toda a UNOESC que se redigia mensagem<sup>697</sup> ao senhor Dinarte Nobre de Madeiro, DD. Presidente da Fundação Nacional de Apoio ao Índio - FUNAI Brasília – DF. Que ia nos seguintes termos:

Desde novembro de 1992, a Universidade do Oeste de Santa Catarina vem acompanhando o processo de demarcação da área pertencente ao Grupo Kaingang do Toldo Pinhal, município de Seara-SC. Em outras oportunidades foram remetidas correspondências à essa Fundação, manifestando nossa preocupação com a grave situação em que se encontra aquele grupo. Enquanto intelectuais

---

<sup>696</sup> Há que se lembrar que neste momento o CEOM fazia parte da “Associação Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina”. Como demonstra correspondência da entidade, enviada ao CEOM em 10 de março de 1994. Na qual dava-se conhecimento ao Órgão da decisão de se fixar anuidade a ser paga pelos associados no valor de 10% do salário mínimo.

<sup>697</sup> Mensagem redigida em nome da UNOESC-CHAPECÓ e endereçada ao Sr. Dinarte Nobre de Madeiro, DD. Presidente da Fundação Nacional de Apoio ao Índio – FUNAI em 30 de março de 1994. Assinada por Prof. Santo Rossetto- Pró-Reitor de Ensino; Profa. Silvana Casagrande - Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas; Prof. Pedro F. Uczai - Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais; Prof. Alceu A. Werlang - Coordenador do Curso de História; Helenice da Aparecida Dambrós Braun - Coordenadora do Curso de Direito; Profa. Lúcia Morosini Frazzon - Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Profa. Liliane Moser - chefe do Departamento de Serviço Social; Profa. Nuely de Fátima Seabra - Coordenadora do Curso de Serviço Social.

vinculados à uma Instituição de Ensino Superior, nós abaixo assinados, Pró-Reitores, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Curso, de Setores, e Professores desta Universidade, preocupados em fazer da pesquisa e de Ensino um instrumento de atuação e intervenção em prol da cidadania, solicitamos urgência na tramitação do processo que se encontra em curso, e que deve culminar na demarcação das terras do Toldo Pinhal. Certos de sua sensibilidade<sup>698</sup>.

Como visto, ainda que postulasse inicialmente em nome da UNOESC, eram basicamente os representantes da área de Ciências Humanas e Sociais que assinavam o documento. Uma rápida passagem pelos nomes que ocupavam os referidos cargos nos permite perceber que parte significativa deles havia estado diretamente ligada ao CEOM. O que explicava essa similaridade de posições entre ambos os espaços e talvez a razão pela qual parecia tão comum se tomar CEOM e HUS um pelo outro. A identificação com a pauta indígena que motivou o referido ofício era compartilhada por outros segmentos sociais da comunidade local. O que levava, dentro deste quadro, ao reconhecimento da UNOESC como espaço promotor deste tipo de política. Essa situação pode ser vista em episódios como a mostra “*Semana do Índio*”<sup>699</sup>. Um evento realizado pelo Serviço Social do Comércio - SESC e de cuja organização se dava notícia à UNOESC em 06 de abril de 1994. Enviada à direção, funcionários, professores e alunos da Instituição, a correspondência apresentava o evento como tendo o “*objetivo de proporcionar a comunidade chapecoense um conhecimento mais amplo dos indígenas da região, sua cultura seus costumes, realizara em parceria com a FUNAI a mostra "SEMANA DO ÍNDIO*”<sup>700</sup>. O evento que aconteceria no SESC no período de 11 a 20 de abril de 1994, consistiria em “*exposição de artesanato e fotos indígenas, exibição de vídeo e filmes 16mm com explicações*”<sup>701</sup>. A abertura, continuava a mensagem, dar-se-ia no dia 11 e o ponto alto estaria reservado para o dia 19 às 19 h quando seria realizado o “*I DEBATE SOBRE A QUESTAO INDIGENA*

---

<sup>698</sup> Idem.

<sup>699</sup> Correspondência enviada à UNOESC-CHAPECÓ redigida em nome do SESC-CHAPECÓ em 06 de abril de 1994.

<sup>700</sup> Idem.

<sup>701</sup> Idem.

*REGIONAL*<sup>702</sup>. Evento que contaria com a participação de professores e alunos dos cursos de História e Geografia da UNOESC, membros da FUNAI e lideranças indígenas. O evento, que teria entrada franca, “*estará aberto as direções e alunos de estabelecimentos de ensino, aos comerciários e suas famílias bem como a toda comunidade*<sup>703</sup>”, dizia-se ao final da mensagem.

Ações expositivas desta natureza - direcionadas à comunidade em geral - somadas às atividades de cunho mais técnico como estudos e mapeamento de sítios arqueológicos, constituíram a base de atuação do CEOM neste ano de 1994. Nesta perspectiva, em 27 de abril, Monica Hass<sup>704</sup>, assinando ainda<sup>705</sup> como professora da UNOESC, escreve à Coordenadoria do IBPC em Florianópolis solicitando “*confirmação a respeito da disponibilidade de um profissional desta entidade para proferir palestra e acompanhar a visita à um sítio arqueológico*<sup>706</sup>”. Atividade que se daria simultaneamente à já programada “*Oficina de Arqueologia*<sup>707</sup>”, a ser realizada em Guaraciaba. A data de realização da visitação era deixada, segundo o ofício, ao encargo daquele instituto, desde que coincidissem com a data da Oficina, prevista para acontecer no período de 05 a 07 de julho. Também era deixada em aberto a escolha do sítio arqueológico a ser visitado, ainda que, continuava a mensagem, “*(sugere-se o de Sede Capela – Itapiranga, por entender ser o mais próximo do local da Oficina)*<sup>708</sup>”. Comprometendo-se com os

---

<sup>702</sup> Idem.

<sup>703</sup> Idem.

<sup>704</sup> Monica Hass é graduada em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Além da atuação como Coordenadora do CEOM e como professora da UNOESC-Chapecó, publicou vários livros e artigos, sobretudo, sobre a política da *região* Oeste de Santa Catarina. Destaque para: HASS, M. **O comportamento Eleitoral nas Eleições Municipais de 1988 a 1992 no Oeste de Santa Catarina**. Cadernos do Ceom, Grifos Chapecó, v. 1, p. 10-20, 1996; HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 3a. ed. Chapecó: Argos, 2013. v. 1. 184p; HASS, M. **Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense**. Um Estudo do poder Local 1945 a 1965. 1. ed. Chapecó: Editora Argos, 2000. 339p.

<sup>705</sup> Mais adiante ela assumirá de modo formal a Coordenação do CEOM.

<sup>706</sup> Correspondência assinada por Monica Hass e enviada à Coordenadoria do IBPC em 27 de abril de 1994.

<sup>707</sup> Idem.

<sup>708</sup> Idem.

pagamentos de todas as despesas decorrentes, o CEOM encerrava a correspondência à espera de confirmação. Essa atividade que mesclava oficina de Arqueologia com visitação de sítio arqueológico será repetida em outros municípios no decorrer dos próximos anos de 1994 e 1995, numa mostra de sistematização de ações nessa modalidade.

A predominância da temática indígena neste período não se limitou a ações dessa ordem. Em 02 de maio de 1994, a UNOESC e a FUNAI assinaram um Convenio de Cooperação Técnica e Científica que conferia à já existente inclinação pela causa indígena um caráter formal. Segundo constante do próprio contrato celebrado entre as partes, tendo como representantes, por um lado, o Reitor da UNOESC, professor Aristides Cimadon e por outro, o Presidente Nacional da FUNAI, Dinarte Nobre Madeiro, “*O presente Termo tem por objetivo o estabelecimento de um programa de cooperação técnica e científica para desenvolvimento de ações de caráter de extensão e pesquisa, pelas partes convenientes*”<sup>709</sup>. Na prática, conforme dito, o CEOM e o próprio HUS vinham, havia algum tempo, dedicando-se à questão indígena e aos conflitos decorrentes do processo de demarcação de terras indígenas. Disso nos dão demonstração, por exemplo, as atas das reuniões entre os habitantes (colonos) dessas regiões de disputa presentes nos arquivos do CEOM. Uma delas trata das deliberações ocorridas no encontro em Sede Irani, Poço Redondo na data 09 de maio de 1994.

Nós, moradores e proprietários das Comunidades Poço Redondo e Sede Irani, pertencentes ao Município de Seara-SC, abaixo-assinados, fora dos 893,29 há, previamente definidos, mas no interior dos 8.990 há reconhecidos como de ocupação tradicional do grupo indígena Kaingang da Terra Indígena do Pinhal, com base no parecer nº 34/DID/94, do antropólogo Arthur Nobre Mendes, do Processo FUNAI BSB nº 492/91 – 715/94, vêm diante de V Exa. REQUERER: a) que nossas terras sejam acrescentadas, de imediato, aos 893, 29 há já definidos, pois ficaremos “isolados” entre as Terras Indígenas do Chimbangue e do Pinhal; b) que seja providenciado, com urgência, “levantamento fundiário” de nossas terras. Entendemos que a demora na inclusão de nossas terras no processo de demarcação a terra indígena do Pinhal, para que

---

<sup>709</sup> Convenio de Cooperação Técnica assinado entre a UNOESC-CHAPECÓ e a FUNAI em 02 de maio de 1994.

sejam indenizados pelas terras e benfeitorias, já é causa de grandes prejuízos para todos nós<sup>710</sup>.

A referida Ata, que contava com 55 assinaturas, sendo três delas em forma de impressão digital, marcava apenas mais um capítulo desta questão que envolvia várias comunidades pertencentes à área atingida. Outra delas era a Comunidade de Linha Verde que vivenciava a mesma problemática e que, como comprova o conteúdo da Ata da reunião realizada também no dia 09 de maio de 1994, se recusava a ficar isolada em meio a duas reservas indígenas. Outro impasse relatado girava em torno da competência para agilização do processo de demarcação para conseqüente indenização. Enquanto o representante da FUNAI alegava que, em sendo do interesse dos colonos acelerar o processo, esses deveriam proceder o levantamento, os mesmos contra-argumentavam dizendo que: “*se é área indígena, eles que façam o levantamento, ou seja o próprio governo ou a Funai, etc.*”<sup>711</sup>. O texto ia assinado por 60 participantes. Esta questão envolvendo a demarcação desta área, cumpre lembrar, vinha de longa data e, desde 1993, pelo menos, havia registros nos arquivos do CEOM. Outra das comunidades envolvidas era a de São Judas Tadeu, que se reuniu aos 12 dias do mês de março de 1994 para discutir a questão e de cujo encontro originou-se a Ata que segue nos seguintes termos:

A comunidade [São Judas Tadeu] por ser reconhecedora que cuja área já é reconhecida indígena. Não nos ignoramos os direitos deles, mas também não aceitamos conviver no meio de 2 duas áreas indígenas. Como também não aceitamos entregar os nossos pertences, sem sequer sejam indenizados de maneira justa e legal. Também pedimos para que todos os que não forem proprietários de 5 alqueires de terras sejam considerados sem terra. Que os sem terra existentes na área sejam reassentados. Que para evitar conflitos ou briga com os índios, pelos constantes ataques feitos contra nós, que as autoridades tomem as devidas providencias, e também fica acertado entre os sócios que formarão cofres ou

---

<sup>710</sup> Ata referente ao encontro ocorrido em Sede Irani, Poço Redondo na data 09 de maio de 1994. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>711</sup> Ata da reunião realizada na Comunidade de Linha Verde no dia 09 de maio de 1994. Acervo Fundos do CEOM.

ajuda nos custos de despesas e viagem<sup>712</sup>.

Este texto, era assinado por 28 membros da comunidade que assim deliberaram. Chama a atenção para além do reconhecimento de ser a área indígena e da recusa em se viver em uma área sitiada por reservas indígenas, o pedido feito pelos membros da comunidade de que todos aqueles que tivessem uma área de terras menor do que 5 alqueires fossem considerados “*sem terra*”. E que uma vez deste modo definidos, passassem a integrar o processo de reassentamento. A indagação surgida deste episódio dá-se no sentido de tentar compreender qual a razão que os fazia preferir a condição de “*sem terra*”<sup>713</sup> à condição de pequenos proprietários? É sabido que, neste período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, está em franco processo de expansão tanto em âmbito local como em esfera Nacional. Seria o raciocínio destes colonos o de que era mais vantajoso integrar as fileiras do movimento, ou talvez mais fácil se conseguir uma nova propriedade mediante o processo de reforma agrária do que receber a “*justa e legal*”<sup>714</sup> indenização por suas propriedades?

Uma das últimas ações de que se tem registro, promovidas por Elisete Schwade no cargo de Coordenadora do CEOM, introduz uma questão que ocuparia boa parte das discussões futuras envolvendo as demandas internas do Órgão. Trata-se da necessidade de tratamento técnico e de viabilização de consulta dos materiais que se vinha acumulando no CEOM. No episódio específico datado de 05 de maio de 1994, Elisete escrevia ao Setor de Apoio Administrativo da UNOESC de quem solicitava que “*as fitas em anexo sejam copiadas em VHS, para que possam ser apreciadas e posteriormente editadas. As fitas contem a palestra “Mulher e Violência”, proferida pela Profa. Dra. Míriam P. Grassi, em 18/03/94, na UNOESC*”<sup>715</sup>.

O início de agosto, por sua vez, assinalava a quarta mudança de Coordenação ocorrida no CEOM. É de 02 de agosto de 1994 o primeiro documento<sup>716</sup> de que tomamos conhecimento, trazendo a assinatura de Monica Hass à frente do Órgão. No mesmo, tratava-se dos trâmites para

---

<sup>712</sup> Ata da reunião realizada na Comunidade de São Judas Tadeu no dia 12 de março de 1994. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>713</sup> Idem.

<sup>714</sup> Idem.

<sup>715</sup> Correspondência enviada por Elisete Schwade ao Setor de Apoio Administrativo da UNOESC em 05 de maio de 1994.

<sup>716</sup> Correspondência assinada por Monica Hass e enviada a Roberto Deithos, Diretor de Cultura do IBPCem 02 de agosto de 1994.

a execução da Oficina de Arqueologia em Guaraciaba. Esta dava-se nos mesmos moldes da oficina realizada anteriormente em São Carlos. E seria igualmente estendida para o município de São Lourenço D'Oeste, como comprova o documento<sup>717</sup> enviado a Monica em 15 de agosto pela Sr. Edna June Morley, responsável pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, aventando a possibilidade de antecipação da Oficina de Arqueologia no município de São Lourenço D'Oeste do final de setembro para meados do mês de agosto, em razão de impossibilidade de o Arqueólogo, Rossano Bastos, comparecer naquela data. Como visto anteriormente, na gestão de Elisete esta modalidade de evento consistia na organização de uma Oficina de Arqueologia, seguida por uma visitação a um sítio arqueológico existente no município acompanhada por arqueólogo do IBPC. Este dueto foi repetido em alguns municípios e foi uma das principais atividades<sup>718</sup> realizadas nesta segunda fase do CEOM.

Uma última correspondência chama atenção no tocante às atividades deste segundo semestre de 1994. Trata-se do ofício<sup>719</sup> enviado a Lúcia Morossini Frazzon, Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNOESC, em 30 de novembro de 1994, por Celso Vedana, Secretário Executivo da AMOSC. Nesta, Celso relatava a Lúcia o que segue: “*a Assembleia Ordinária de Prefeitos realizada em nossa sede no*

---

<sup>717</sup> Of. N° 243/94-11°CR/IBPC/SC assinado por Edna June Morley, Coordenadora Regional do IBPC, enviado a Monica Hass em 15 de agosto de 1994.

<sup>718</sup> Com base no “Relatório de atividades de 1994. Manuscrito. s/p”, pode-se ter uma ideia das atividades desempenhadas na gestão de Monica Hass durante 1994 e das demandas daquele ano: Implantação dos contatos com os municípios do Oeste de Santa Catarina. Previsão inicial de 16 municípios, visando a assinatura de convênios específicos, no que se diz respeito a atividades que envolvem o resgate da memória sócio-cultural e histórica da *região* Oeste de Santa Catarina. 1995. Pesquisadora Monica Hass. R\$ 1.150,00. Projeto produção de slides sonorizados com o título “Terra é Vida” (O projeto de slides “Terra é Vida”, apresentado em 1994, tornar-se ia documentário no ano de 1999, conforme consta dos registros); Duração de 10 minutos. Público direcionado 1º e 2º graus. Monica Hass. R\$ 159,41. O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1992 no oeste catarinense. R\$ 241,00; Oficina de arqueologia em Guaraciaba. 12 a 14/07/1994. 24h/a 18 participantes; Oficina de arqueologia em São Lourenço do Oeste 23 a 24/11 1994. 12h/a 64 participantes; Visita do arqueólogo Rossano Bastos do IPHAN de Florianópolis 25/11 a 01/12/1994. Registro e vistoria de sítios arqueológicos, visando futuros projetos. 20h. 7 municípios”.

<sup>719</sup> Ofício N° 283/94 assinado por Celso Vedana, Secretário Executivo da AMOSC, enviado a Lúcia Morossini Frazzon, Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNOESC, em 30 de novembro de 1994.

dia 18 próximo passado, aprovou a sua solicitação e concederá um espaço para apresentação da proposta do Projeto “ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS”, de autoria da Prof.<sup>a</sup> Eli Maria Bellani, na próxima reunião a ser realizada na cidade de Nova Erechim<sup>720</sup>”. Ainda que não tenha acessado o referido projeto, o título proposto levanta algumas questões. Primeiramente por reintroduzir em projeto a preocupação com os arquivos dos municípios. Coisa que, como visto, foi um dos principais pontos em que se basearam as correspondências da primeira fase do CEOM. Cumpre lembrar que era como projeto de “resgate” e organização dos arquivos públicos dos municípios que as correspondências do CEOM apresentavam sua proposta às prefeituras naquele período. Mas que, como também se evidenciou, foi sendo paulatinamente deixado de lado em detrimento de um alinhamento com a perspectiva de rescrita da história e de “resgate” de personagens negligenciados por uma dita história “tradicional”. Agora a questão era recolocada enquanto projeto de uma professora do HUS e não como projeto do CEOM e apresentada justamente aos membros da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense. O último ponto a ser destacado dessa passagem é o direcionamento dado por Lúcia ao documento em anotação feita de próprio punho: “Ao CEOM para em conjunto com a prof.<sup>a</sup> Eli tomar as medidas necessárias. Chapecó, 09/12/94<sup>721</sup>”. Uma relação com a discussão das redes de apoio internas e externas que, como apontado anteriormente, trabalhariam em prol do reestabelecimento do CEOM enquanto figura central das ações ligadas à preservação cultural na região, parece assumir, mais uma vez, contornos concisos neste episódio.

## 5.5 PLANEJAMENTO INTERNO E PARTICIPAÇÃO; O PENSAR COLETIVO DO CEOM

Do ponto de vista do planejamento interno, o ano de 1995, traz os primeiros encontros dos membros do CEOM com registro em ata. Na primeira delas, datada de 13 de fevereiro, os integrantes do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, professores Pedro Uczai, Alceu Werlang, Monica Hass, Arlene Renk, Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz e João Paulo Dajus Strapasson, além de Sara M. Prior Lima - Secretária da reunião -, se reuniram para tratar daquilo que a ata define como “encaminhamentos

---

<sup>720</sup> Idem.

<sup>721</sup> Idem.

*em torno do CEOM para aquele ano*<sup>722</sup>”. No transcorrer do texto eram citados os municípios com interesse em iniciar Museu ou Centro de Memória sendo estes: “*Caxambú do Sul, Caibí e São Lourenço do Oeste*<sup>723</sup>”. Com menção específica a Itapiranga, que já tendo museu necessitava de “*orientações quanto à metodologia e organização do acervo*<sup>724</sup>”. “*Ao todo*” dizia a ata, “*16 municípios tem contato com o CEOM e alguma iniciativa de resgate de memória sócio-cultural o que representa um volume muito grande trabalho*<sup>725</sup>”. A sugestão dada por Pedro Uczai nesse sentido, “*era de que se fizesse uma divisão das atividades em três etapas*<sup>726</sup>” sendo: “*1º Priorizar os municípios que já tem museus ou centro de memória; 2º dar continuidade ao processo de criação aos que iniciaram e, 3º Orientar os que ainda não iniciaram nada*<sup>727</sup>”. Era citado ainda, antes do encerramento desse tema, o interesse de parceria manifestado pelo município de Campo Erê, ao que se sugeria a definição de metas de ação para o município, sendo uma das possibilidades apontadas “*visitas do arqueólogo do SPHAN*<sup>728</sup>”. Diante do exposto, era definida, segundo proposta de Monica Hass, a equipe responsável pelas tratativas junto a esses municípios - todos os que se enquadrassem em alguma das 3 situações definidas acima -, composta pelos professores Hilda, Arlene e Alceu. Por último era comunicado o interesse dos responsáveis pelo Museu de São Miguel do Oeste “*em trabalhar em conjunto com a UNOESC daquele município e CEOM-Chapecó*<sup>729</sup>”. Pedro Uczai encerrava o encontro sugerindo “*que tendo em vista o processo de transição da direção do campus*” seria “*prudente aguardar mais alguns meses para iniciar o trabalho*<sup>730</sup>”. Vê-se que em se tratando dos contatos com municípios e a efetivação das parcerias para a organização de Museus e Espaços de Memória, pouco se havia avançado em relação às ações da primeira fase do CEOM. As discussões que ocupavam os professores, não difeririam em muito das que remontavam aos primeiros anos de atividade. Embora houvessem

---

<sup>722</sup> Ata do encontro realizado pelos integrantes do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ na data de 13 de fevereiro de 1995.

<sup>723</sup> Idem.

<sup>724</sup> Idem.

<sup>725</sup> Idem.

<sup>726</sup> Idem.

<sup>727</sup> Idem.

<sup>728</sup> Idem.

<sup>729</sup> Idem.

<sup>730</sup> Idem.

municípios com projetos já instalados, outros ainda necessitavam dar os primeiros passos. A medida ao alcance no momento era a já consagrada parceria com o IBPC, mediante a qual se organizava a visita do Arqueólogo Rossano Bastos a um sítio arqueológico do município junto com a realização de uma Oficina de Arqueologia.

Muitos municípios, é verdade, como temos dado exemplos, continuavam desenvolvendo atividades em paralelo, mas recorriam ao CEOM, principalmente quando se tratava de questões técnicas. É nesse sentido que se dá o envio de correspondência em 22 de fevereiro de 1995 por Monica Hass à Albertina Diehl Angnes, Profa. Responsável pelo Museu Comunitário de Itapiranga. De onde se retira a seguinte orientação: *“Conforme o combinado estamos lhe enviando o Manual de orientações que poderá lhe auxiliar nas entrevistas a serem realizadas. Ver principalmente nos “Documentos de trabalho”, o item 04 “A história oral - procedimentos técnicos”<sup>731</sup>”*. Esse Manual era o Orientações Básicas que fora confeccionado no início das atividades do CEOM e que tinha/teve como objetivo, servir de referencial técnico e metodológico para as primeiras atividades de coleta de objetos e depoimentos históricos na/da região. A busca pelos materiais elaborados pelo CEOM de modo a servir de referencial para ações dessa natureza não se restringia a projetos de cunho local, como o do município de Itapiranga. Outros Campus também manifestaram mesmo interesse. Foi o caso da UNOESC – CAMPUS de Videira, que em 25 de maio de 1995 por meio de seu bibliotecário Nelson Magalhães, enviava ao CEOM a seguinte correspondência.

A UNOESC - Campus de Videira recebeu a incumbência de desenvolver um ante-projeto sobre o Resgate Cultural do Município de Videira, e para tal necessita com urgência a doação da Coleção Completa e atualizada dos Cadernos do CEOM e o documento n.º 2 "Manual para orientação para a pesquisa, Coleta e registro da Memória Institucional do Oeste Catarinense" para ser usado como fonte e Orientação biográfica. Inclusive o professor Luiz Carlos Luckman, Pró-Reitor Geral de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação em visita ao Campus de Videira salientou que podíamos pedir como doação estes documentos importantes

---

<sup>731</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Albertina Diehl Angnes, Profa. Responsável pelo Museu Comunitário de Itapiranga em 22 de fevereiro de 1995.

para este projeto que seríamos pronto atendidos. Agradecemos sua atenção e aguardamos resposta<sup>732</sup>.

A resposta dada pelo CEOM, em correspondência<sup>733</sup> de 07 de junho, foi de que como a maioria dos exemplares dos Cadernos do CEOM estava esgotada uma reedição estava sendo preparada e, por essa razão, esses materiais estavam passando por um processo de revisão. Trabalho que demandaria um tempo entre 30 e 40 dias.

## 5.6 ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXPOSIÇÕES REGIONAIS; DUAS FRENTES DE ATUAÇÃO

Seguramente o acontecimento de maior relevância para as questões ligadas à área de atuação do CEOM no ano de 1995 foi a organização da Pós-Graduação em História e Museologia na UNOESC-Chapecó. A museologia, é verdade, como veremos, foi a temática que praticamente monopolizou as ações do CEOM neste ano. Além da mencionada Pós-Graduação, ocorreu ainda o “*Curso de Iniciação à Museologia*”, ao qual nos reportaremos adiante. Com relação à Pós-Graduação em História e Museologia, com base nas correspondências, conseguimos identificar alguns dos nomes dos professores encarregados pelas Disciplinas que dele faziam parte. Em 13 de março de 1995, Monica Hass, então Coordenadora da Pós-Graduação em História e Museologia escrevia<sup>734</sup> à prof.<sup>a</sup>. Dione Bandeira, do Museu Universitário da UFSC, confirmando para entre 20 a 22 de julho a data em que seria ministrada a Disciplina de “*Arqueologia*”<sup>735</sup> na Pós-Graduação em História e Museologia. Em 21 de março de 1995, por sua vez, Monica Hass enviava correspondência<sup>736</sup> a Lourdes Alves, solicitando o ressarcimento ao Prof. Pedro Uczai de valor relativo ao seu deslocamento de São Paulo para Chapecó para ministrar

---

<sup>732</sup> Correspondência enviada à UNOESC-CHAPECÓ por Nelson Magalhães bibliotecário da UNOESC-VIDEIRA em 25 de maio de 1995.

<sup>733</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Nelson Magalhães bibliotecário da UNOESC-VIDEIRA em 07 de junho de 1995.

<sup>734</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Dione Bandeira em 13 de março de 1995.

<sup>735</sup> Idem.

<sup>736</sup> Circular interna enviada por Monica Hass a Lourdes Alves em 21 de março de 1995.

as a Disciplina “*História Regional*<sup>737</sup>” no curso de Pós-Graduação em História e Museologia.

Quase três meses depois, em 13 de junho, Monica Hass escrevia<sup>738</sup> para Sueli Petry, agradecendo a disponibilidade em ministrar a disciplina de “*Arquivologia*<sup>739</sup>”. Na mesma correspondência, depois de manifestar o interesse em manter contato sobre a organização do Arquivo Histórico da Fundação “*Casa Dr. Blumenau*<sup>740</sup>” e da possibilidade em se fazer permutas das publicações, comunicava “*que após uma discussão com os professores do departamento de Ciências Humanas e Sociais, que fazem parte do corpo docente da Pós-Graduação, bem como com pessoas ligadas à museologia, se avaliou da necessidade da disciplina de museologia ser ministrada por um profissional (museólogo/a) com formação nesta área, em função de ser uma das principais disciplinas do curso*<sup>741</sup>”. O que, nesse caso, inviabilizava a manutenção da mesma à frente dessa Disciplina. Por último, em 20 de julho, Monica Hass endereçava correspondência<sup>742</sup> ao Rio de Janeiro aos cuidados da Profa. Maria Cristina Guido, de quem solicitava, com urgência, o envio do plano de Ensino com bibliografia da disciplina de “*Cultura Material e Preservação*<sup>743</sup>”. Bem como dos textos que deveriam estar disponíveis para leitura até o início de setembro.

Em outra frente de atuação, aquela ligada às exposições nos municípios da *região*, temos o registro de uma série de “*Termos de Compromisso*” assinados por representantes de Museus e demais espaços que vieram a sediar exposições organizadas pelo CEOM. Um exemplo era dado pela declaração<sup>744</sup> assinada por Iraci Antoninho Fazolo, na qual assumia o compromisso de permanecer com a exposição “*Extração E Transporte da Madeira – Balsas do Rio Uruguai*<sup>745</sup>”, composta por 17 fotografias do CEOM. Exposição que seria realizada entre os dias 29 de maio e 07 de junho em Caibí. Município onde também se realizaria nos

---

<sup>737</sup> Idem.

<sup>738</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Sueli Petry em 13 de junho de 1995.

<sup>739</sup> Idem.

<sup>740</sup> Idem.

<sup>741</sup> Idem.

<sup>742</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Maria Cristina Guido em 20 de julho de 1995.

<sup>743</sup> Idem.

<sup>744</sup> Termo de Compromisso assinado, em nome da Prefeitura Municipal de Caibí-SC, por Iraci Antoninho Fazolo em 29 de maio de 1995.

<sup>745</sup> Idem.

dias 14 e 15 de setembro uma “*Oficina de Arqueologia*<sup>746</sup>”, segundo constava em correspondência enviada por Monica Hass à Sra. Edna June Morley Coordenadora Regional do IPHAN/SC. Esta, como já de costume, se daria nos mesmos moldes das anteriores realizadas em São Lourenço do Oeste e Caibí no ano anterior. Também temos registros, nesse sentido, da realização da exposição “*Extração e Transporte da Madeira – Balsas do Rio Uruguai*<sup>747</sup>” na sede da Yazigi Escola de Idiomas de Chapecó, entre os dias 03 de julho e 05 de agosto. E ainda em Iporã do Oeste<sup>748</sup> entre os dias 14 de maio e 05 de junho de 1995. A vultuosa quantidade de atividades desenvolvidas no ano de 1995 estava registrada também no relatório de atividades relativo aquele ano onde se fazia registro dos seguintes projetos:

Incentivo e assessoramento nos municípios nas ações de levantamento, registro e exposição do acervo da região (fotografias e objetos). 1) Desenvolvimento do Projeto "Resgate da Memória do Oeste", que é um convênio assinado entre a UNOESC e RBS/TV-Chapecó, financiado pela Fundação Plínio de Nês. Foram produzidos 15 boletins, com as seguintes temáticas: primeiros povoadores da região, caboclos, sítios arqueológicos, empresas colonizadoras, a extração da madeira, a agricultura, o comércio, a indústria, II Guerra Mundial, CEOM e Museus da região. 2) Expomos a Exposição Itinerante de Fotografias "Extração e Transporte das Madeiras", [...] no restaurante Calendas, e no Goio-En [...]<sup>749</sup>. 3) Lançamento Junto com o Setor de Editoração, dos Cartões Postais, com a temática relacionada as etnias da região: índios, caboclos, alemães e italianos. 4) Dentro da área de fotografia os alunos da graduação de história iniciaram no ano passado o resgate histórico das fotografias da ex-Fundeste,

---

<sup>746</sup> Correspondência enviada por Monica Hass à Sra. Edna June Morley Coordenadora Regional do IPHAN/SC em 30 de maio de 1995.

<sup>747</sup> Termo de Compromisso assinado, em nome da Escola de Idiomas Yázigi em 03 de julho de 1995.

<sup>748</sup> Termo de Compromisso assinado, em nome da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste-SC, por Antonio Nicolodi em 03 de julho de 1995.

<sup>749</sup> Suprimimos da relação, com o objetivo de evitar repetição, eventos que já havíamos citado.

na disciplina de "Preservação dos Bens Culturais".  
[...]<sup>750</sup>.

Para além da já apontada quantidade de eventos realizados neste ano, convém destacar algumas ações presentes no relatório. A primeira diz respeito ao convênio assinado entre a UNOESC e a RBS/TV-Chapécó e a perspectiva de divulgação do projeto por meio televisivo. A ligação com os meios de comunicação e sua utilização como veículo facilitador do contato com a comunidade, aliás, foi bastante comum no projeto do CEOM. Fossem jornais, rádio ou televisão. A outra questão tem a ver com a prática do “*resgate das fotografias da ex-Fundeste*”<sup>751</sup>, apontada no item quatro. Estas duas passagens somadas aos eventos de exposição e, principalmente, à confecção de postais com as temáticas históricas da região, constituem um quadro em que o passado se torna atração. Esse novo estágio de organização do processo de propagação das atividades do CEOM, marca de modo especial a entrada em cena, daquilo que Letícia Nedel define, com base no trabalho de Daniel Fabre<sup>752</sup>, como a “*história do espetáculo*”<sup>753</sup>. Nesse caso, a escolha do termo “*entrada em cena*” não se dá por acaso. É exatamente em um sentido de aproximação com a atuação performática, com a concepção de encenação, de show propriamente dito, que o artigo Daniel Fabre procura posicionar a história local francesa da década de 1970 e sua impulsividade pelo acúmulo arquivístico e pela exposição reiterada. Essa tentativa de se reconstituir em sua máxima exatidão com base nos mínimos detalhes um tempo que já passou e que pode levar do encanto ao assombro. Retomaremos essa questão no final deste capítulo ao abordar as exposições do Museu Antônio Selistre de Campos. Por hora retomemos as ações que envolvem o CEOM no transcorrer de 1995.

Outro fato que chama a atenção nos arquivos do Acervo do CEOM é a ligação de empresas de energia com atividades de cunho cultural e de preservação. Já demos nota das ações desenvolvidas pela

---

<sup>750</sup> Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo CEOM no ano de 1995. Documento do Acervo Fundos do CEOM. p. 13.

<sup>751</sup> Idem.

<sup>752</sup> FABRE, Daniel. L’Histoire a changé de lieux. In: BENZA, Alban; FABRE, Daniel. Une histoire à soi: figurations du passé et localités. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 2001. Online. Éditions de la Maison des sciences de l’homme. Disponível em: <http://books.openedition.org/editionsmsh/2952>.

<sup>753</sup> NEDEL, Letícia Borges. **Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos:** folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n° 62, p.193-215 – 2011. p. 203-204.

ELETROSUL em momento anterior<sup>754</sup>. Agora abrimos espaço para uma realização da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A que, por meio de Juguaracy Carpinetti Campos, Chefe da Agencia Regional de Chapecó enviava correspondência a Monica Hass no início de junho de 1995. Nesta fazia-se o seguinte comunicado/convite:

Sra. Monica,

A CELESC, no elenco de eventos alusivos aos 40 anos como subsidiária do setor elétrico em Santa Catarina, está realizando uma gincana cultural, na qual uma das tarefas é o recolhimento e catalogação de equipamentos e fatos históricos sobre a implantação e desenvolvimento da eletricidade na região. Pelo acima exposto, vimos convidá-la a fazer parte da Comissão Julgadora dessa tarefa, que será apresentada no dia 23/06/95, as 15:30 horas na sede da ABECELESC em Chapeco. Antecipamos nossos agradecimentos<sup>755</sup>.

A utilização de métodos não muito ortodoxos como a promoção de gincanas tendo por objetivo o recolhimento de determinados tipos de objetos não era necessariamente uma novidade. Em 1992, como um dos primeiros projetos da retomada das atividades do CEOM, falamos do “*Curso de Extensão e Aperfeiçoamento: memória e história na fotografia*”<sup>756</sup>. Que propunha, dentre as atividades, uma gincana visando o recolhimento de fotografias históricas da *região*. Como também não era novidade que membros do CEOM fossem convidados a participar de comissões julgadores de eventos deste tipo.

Voltando ao caso da Museologia que, como adiantado, quase que monopolizou as atenções do CEOM neste ano de 1995, temos o modelo de folder<sup>757</sup> que circulou como meio de divulgação do “*Curso de*

---

<sup>754</sup> Ver capítulo 3. p.

<sup>755</sup> Correspondência enviada a Monica Hass por Juguaracy Carpinetti Campos, Chefe da Agencia Regional de Chapecó da Celesc. S/d.

<sup>756</sup> Ver página.

<sup>757</sup> Enviado para Museu Histórico de Concórdia, Museu Municipal de Maravilha, Museu Particular Elmiro Wagner (Palmitos), Museu Histórico São Jorge (Guaraçaba), Municipal de Ipumirim, Museu Municipal de Modelo, Museu Histórico de São Carlos, Casa da Cultura de Seara, Museu Comunitário de Itapiranga, Museu do Vinho (Videira), Museu Histórico de São Miguel d’Oeste, Museu Histórico e Antropológico da *Região* do Contestado (Caçador), Museu e Casa da Cultura Paulo Eduardo Müller (Palmitos), Museu Etnológico Fritz Palumann (Seara),

*Iniciação à Museologia*<sup>758</sup>. Este evento ocorrido entre os dias 27 e 29 de julho de 1995 era apresentado como tendo o objetivo de “refletir sobre os rumos da museologia e dos museus na atualidade, abordando o papel social das instituições museológicas<sup>759</sup>”. Além de “fornecer subsídios para elaboração de projetos educativos culturais, pesquisa museológica e comunicação museal com base nas tendências museológicas atuais<sup>760</sup>”. Tendo como público “profissionais envolvidos com Centros de Memória e Museus da região de abrangência da UNOESC, professores da área de Ciências Humanas e Sociais e demais interessados<sup>761</sup>”. Com uma taxa de inscrição de R\$ 5,00 o Curso que fora organizado pela UNOESC-Chapécó em parceria com a ACAFE que também fora a financiadora do evento trazia a seguinte relação de temas a serem abordados:

Tendências museológicas atuais; Museus e museologia; Santa Catarina e os Museus; O museu como espaço de relação; Museus: lugar de memória ou esquecimento?; Museu e processo de musealização; A instalação do museu; Museu x Museologia; Preservação; Pesquisa museológica; A comunicação; A documentação; A ação educativa-cultural nos museus; Qual o público que temos?; Qual o público que queremos?; Mini-oficina: o lugar social do museu; A quem interessa o museu; Ética e Museologia<sup>762</sup>.

Sob coordenação de Mônica Hass e tendo Josiane Roza de

---

Centro de Memória de Xanxerê e Centro de Memória de São Carlos/Pref. Prefeituras de 61 municípios da *região*. Além de individualmente para Jussara do Vale Silvestrim (São Miguel do Oeste), Elenir Porto Alegre Cagno (São Miguel do Oeste), Cira G. P. Bernall (São Miguel do Oeste), Derio Dresh (São Miguel do Oeste), Venida Royer (Saudades), Maria de Lourdes M. Lopes (Guaraciaba), Gerreci S. Gehlen (Guaraciaba), Airton Fontana (Guaraciaba), Cecília C. Pasinato (Guaraciaba), Marcia H. Arozi (Caibí), Gertrudes I. Hoelscher (Guaraciaba), Aribert (Coronel Freitas) e Marcelo (São Carlos).

<sup>758</sup> Projeto do Curso de Iniciação a Museologia. 06 p. Datado de julho de 1995. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>759</sup> Idem. p. 03.

<sup>760</sup> Ibidem.

<sup>761</sup> Ibidem.

<sup>762</sup> Idem. p. 04.

Oliveira<sup>763</sup> como assistente, o Curso trazia as seguintes docentes encarregadas pelas temáticas acima citadas: Dolores Caroline Tomaselli Mestre em História pela UFSC e Especialista em Administração de Museus pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, ministrando “*Tendências Museológicas Atuais*”<sup>764</sup>, e Arlene Renk, Doutoranda em Antropologia, como responsável pela disciplina “*Ética e Museologia*”<sup>765</sup>. Estas duas temáticas ramificavam-se nos demais pontos acima elencados. O número de participante previsto, segundo aponta o documento, era de 30 pessoas, houve 30 inscrições e 29 cursistas efetivos. Dentre as muitas respostas dadas aos questionários sobre o desenrolar das atividades da referida capacitação, uma nos chamou a atenção de modo especial. Trata-se, a bem da verdade, não de uma resposta e sim de um questionamento. No tocante à atuação profissional a pergunta dirigida aos responsáveis pela oficina era: “*No caso quem trabalha no Museu qual o nome que deve constar na Carteira de trabalho.*”<sup>766</sup>? Note-se que muito longe de ser uma questão de natureza formal, sua resposta requeria discutir toda a questão que envolvia o reconhecimento da profissão e as demandas por cursos de formação na área de museologia. Questões que veremos presentes, por exemplo, nas discussões futuras travadas quando da organização do Núcleo de Estudos Museológicos - NEMU/UFSC no ano de 1997-1998. O que demonstra a antecipação, em escala regional, de uma problemática que ocuparia, em nível estadual, os profissionais da área de museologia, anos mais tarde.

Com relação às exposições, a outra frente de atuação deste período, de Caibí tem-se correspondência<sup>767</sup> enviada para Monica Hass em 02 de agosto de 1995. Nesta, Márcia Helena Arozi, responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, noticiava que durante as festividades em comemoração à semana do município, entre 02 e 10 de junho, fez-se exposição de fotos sobre a história do município e também das fotos

---

<sup>763</sup> Josiane Rosa de Oliveira, que em 2001 assumirá a Coordenação do CEOM, à época Graduanda em História da UNOESC, estagiava no CEOM neste período.

<sup>764</sup> Projeto do Curso de Iniciação a Museologia. 06 p. Datado de julho de 1995. Acervo Fundos do CEOM. p. 04.

<sup>765</sup> Ibidem.

<sup>766</sup> Pergunta direcionada aos organizadores do Curso de Iniciação a Museologia em ficha elaborada para questionamentos por parte dos participantes. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>767</sup> Correspondência enviada para Monica Hass por Márcia Helena Arozi, responsável pela Secretaria Municipal de Cultura de Caibí em 02 de agosto de 1995.

cedidas pelo CEOM retratando “*os ciclos das Balsas e da Madeira*”<sup>768</sup>. Comunicava ainda da boa aceitação do público e de que se havia feito registro de 1099 visitantes, segundo o livro de presenças, sendo o número real bem maior. Aparentemente as ações desempenhadas ao longo desses quatro anos pós reativação do CEOM, resultaram em uma gradativa retomada de sua condição de referência regional. Além dos exemplos já citados, correspondências dando conta de antigos e de novos projetos de criação de Museus e Centros de Memória voltaram a aparecer entre os registros do Centro. É o caso de carta enviada pelo Pastor Carlos Luiz Ulrich, presidente da “*Comissão Pró-Criação da Casa da Cultura de Cunha Porã*”, que escrevia pra Monica Hass, em 21 de novembro de 1995.

É com alegria e esperança que voltamos a conversar, nesta. [...]. Formalizo, agora, o convite que lhe fiz em nome da nossa comissão para nos honrar com uma visita, com palestra no dia 30 de novembro próximo. Neste dia acontecerá a 3ª reunião da Comissão Pró-Criação da Casa da Cultura de Cunha Porã. [...]. Gostaríamos que nos ajudasse em dois (2) momentos: 1º Conversasse com CPM do Colégio sobre a importância de uma Casa da Cultura, e 2º Iniciasse o diálogo e assessoria com a Comissão. [...]. Acredito que temos ainda um longo trecho a andar juntos. Com certeza, com a sua companhia, Mônica, não vamos nos perder. Desejo-lhe bom ânimo no serviço, alegria com a família sob as divinas bênçãos. Permanecemos na expectativa de sua presença”. “A cultura é um direito de cada um e patrimônio de todos”<sup>769</sup>.

Note-se que o conteúdo da mensagem não só demonstra a existência de contatos anteriores, como reconhece a importância deste amparo nos avanços alcançados e nos objetivos que se tinha por alcançar. O pedido de auxílio à Coordenadora é manifestado de modo direto no tocante à assessoria e ao convencimento acerca da importância da efetivação do referido projeto. Ao que parece, aqui se está tratando do prestígio e da influência que poderia ter a fala daquele que se pronunciava

---

<sup>768</sup> Idem.

<sup>769</sup> Correspondência enviada a Monica Hass pelo Pastor Carlos Luiz Ulrich, presidente da Comissão Pró-Criação da Casa da Cultura de Cunha Porã em 21 de novembro de 1995.

em nome do CEOM. Numa demonstração de recuperação ou de reativação - para que não se entre na discussão de perda - da importância e da preponderância do CEOM enquanto mediador das questões culturais em escala regional. O que parecia ser comprovado também pelo relatório de atividades desenvolvidas pelo Órgão naquele ano:

Atualmente o CEOM vem realizando as seguintes atividades: Incentivo e assessoramento nos municípios nas ações de levantamento, registro e exposição do acervo da região (fotografias e objetos). 1) Desenvolvimento do Projeto "Resgate da Memória do Oeste", que é um convênio assinado entre a UNOESC e RBS/TVChapecó, financiado pela Fundação Plínio de Nês. Foram produzidos 15 boletins, com as seguintes temáticas: primeiros povoadores da região, caboclos, sítios arqueológicos, empresas colonizadoras, a extração da madeira, a agricultura, o comércio, a indústria, II Guerra Mundial, CEOM e Museus da região. 2) Expomos a Exposição Itinerante de Fotografias "Extração e Transporte das Madeiras", no município de Caibí, no restaurante Calenda, no Goio-En e no Yásigi. 3) Lançamento Junto com o Setor de Editoração, dos Cartões Postais, com a temática relacionada as etnias da região: índios, caboclos, alemães e italianos. 4) Dentro da área de fotografia os alunos da graduação de história iniciaram no ano passado o resgate histórico das fotografias da ex-Fundeste, na disciplina de "Preservação dos Bens Culturais". 5) Intermediação Junto ao IPHAN e prefeituras da região da Exposição Arqueológica Padre Rohr. No ano passado a exposição percorreu os municípios de Caxambú do Sul, Caibí (onde aconteceu na mesma ocasião uma Oficina de Arqueologia), Mondai e Palmitos. 6) Em setembro foi realizada uma "Oficina Arqueológica", em Caibí, numa promoção conjunta entre CEOM/UNOESC, prefeitura de Caibí e IPHAN<sup>770</sup>.

---

<sup>770</sup> Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo CEOM no ano de 1995. Documento do Acervo Fundos do CEOM. p. 13.

## 5.7 CONVÊNIOS, EXPOSIÇÕES E CAPACITAÇÃO; UMA POLÍTICA CONTINUADA

No que compreende à natureza das atividades desempenhadas pelo CEOM no ano de 1996, estas têm poucas variações quando comparadas àquelas dos anos anteriores desta segunda fase. Mudam, é verdade, alguns dos interlocutores envolvidos. Em 27 de janeiro de 1996, teve-se, a exemplo daquele assinado com a FUNAI, a assinatura de Convênio de Cooperação Técnica Mútua entre a UNOESC-CHAPECÓ e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Chapecó, Xanxerê e região. Este, diziam os termos, visando “*assessoria técnica para a organização do Arquivo da Memória Sindical do oeste de Santa Catarina, através do Núcleo “Memória e Trabalho” ligado ao Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM – UNOESC*”<sup>771</sup>. No tocante às Obrigações da UNOESC, elencavam-se as cláusulas:

- a) Orientar metodologicamente nos procedimentos de proteção dos arquivos e materiais históricos, possibilitando seu melhor uso e guarda;
- b) Orientar tecnicamente na organização do arquivo da memória sindical de Chapecó e Região de modo a possibilitar o acesso e aproveitamento das informações nele contidas;
- c) Elaborar resenhas, bibliografias ou catálogos que contribuam a organizar e divulgar a documentação arroladas.
- d) Materializar projetos de "Historia Oral", Arquivos Materiais e Iconográficos de modo que possam registrar a memória sindical, permitindo o acesso aos pesquisadores.
- e) Publicar históricos da atuação sindical e o papel exercido pelos sindicatos na região.
- f) Digitação e diagramação das publicações inerentes ao trabalho”<sup>772</sup>.

A ligação do CEOM com os movimentos sociais e com os segmentos sóciais considerados como excluídos pelas políticas e pela história “tradicional” já eram manifestos. O que estas passagens trazem de novo é a articulação de modo formal dessas práticas. Uma vez que

---

<sup>771</sup> Convênio de Cooperação Técnica e Mútua assinado entre a UNOESC-CHAPECÓ e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Chapecó, Xanxerê e região em 27 de janeiro de 1996.

<sup>772</sup> Idem.

muitos desses segmentos haviam se constituído em grupos com forte organização e representatividade (MST, Agremiações Sindicais, por exemplo), estabelecer parcerias protocolares poderia ser oportuno para o CEOM, inclusive como meio de se angariar custeios junto aos próprios grupos ou, por extensão, das fontes com as quais tinham contato. Como era o caso, por exemplo, do IATTERMUND que vimos anteriormente.

Mas essa era apenas uma das atividades em curso. No polo das ações de capacitação, os projetos deste pós-reativação do CEOM tornavam-se mais frequentes e aprofundados. É com esse intuito que se dá o envio de correspondência<sup>773</sup> assinada por Monica Hass e por Lucia Morozini Frazzon, Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da UNOESC, para a Sra. Hebe Terezinha Nogara, Exma. Secretária de Estado da Administração. Na correspondência de 07 de fevereiro de 1996, lê-se:

Vimos através desta manifestar a V. Exa. o nosso interesse na realização de um curso de organização de arquivos, ministrado por um profissional do Arquivo Público Estadual. O curso, cuja previsão é de 40 horas semanais, será oferecido para profissionais da região oeste do Estado que trabalham em Museus, Centros de Memória e em arquivos públicos ou privados. A área da arquivologia é uma das trabalhadas pelo Centro de Organização da Memória Socio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM) [...]. Nesse sentido o evento é importante na medida em que há necessidade de sistematização da documentação existente para que possa servir como fonte de pesquisa aos interessados. Quanto aos custos, gostaríamos de saber se há possibilidade do financiamento do transporte e da diária do profissional do Arquivo Público por parte do Governo do Estado. Já a hospedagem ficaria ao encargo da UNOESC<sup>774</sup>.

Disto se tinha resposta<sup>775</sup> em 29 de abril. Neusa Rosane Damiani

---

<sup>773</sup> Correspondência assinada por Monica Hass e Lucia Morozini Frazzon e enviada a Hebe Terezinha Nogara, Exma. Secretária de Estado da Administração em 07 de fevereiro de 1996.

<sup>774</sup> Idem.

<sup>775</sup> Ofício Nº 59/96 enviado por Neusa Rosane Nunes, Gerente do Arquivo Público de Santa Catarina, para Monica Hass em 29 de abril de 1996.

Nunes, Gerente do Arquivo Público de Santa Catarina, escrevia para Monica<sup>776</sup>, sinalizando a concordância com a realização do “*Curso de Organização de Arquivos a ser ministrado pela servidora Deste Arquivo, Sr. Ana Maria Soares Martins de Araújo, no período de 27 a 31 de maio de 1996, nessa cidade*”. Dizia ainda que, conforme solicitado, o Governador havia autorizado o transporte e a diária da servidora e de um motorista, ficando a cargo da UNOESC, a hospedagem de ambos. O referido curso, segundo registros internos, teria carga horária de 40h/a – com expedição de certificado e uma taxa de inscrição no valor de 25 reais. A proposta do referido Curso, enviada pela Diretoria de Administração Patrimonial e Documentação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, trazia como objetivo: “*promover o aperfeiçoamento dos participantes no que se refere ao planejamento, administração e aplicação de métodos e técnicas de organização e preservação de Arquivos*”<sup>777</sup>. Além de “*informar e fornecer subsídios conceituais e práticos aos participantes do curso sobre o recebimento, recolhimento, organização, descrição e divulgação dos documentos*”<sup>778</sup>. O programa, por sua vez, compreendia os seguintes temas:

INTRODUÇÃO - Origem dos Arquivos - Conceitos - Finalidade - Quadro Comparativo - Arquivista/Função - Classificação de Arquivo - Organização e Administração de Arquivos - Tipologia Documental - Terminologia Arquivística. ARQUIVO CORRENTE E PROTOCOLO - Conceito - Protocolo (recebimento, tramitação, expedição e arquivamento) - Métodos de Arquivamento \* alfabético \* geográfico \* numérico/cronológico \* assunto; - ARQUIVO INTERMEDIÁRIO - Conceito - Organização - Transferência - Avaliação (lei nº 9.747 de 26/11/1994); - ARQUIVO PERMANENTE - Conceito - Objetivo - Funções - Arranjo – Descrição \* Instrumentos de Pesquisa; -

---

<sup>776</sup> Ainda que a correspondência inicial tenha contado com assinatura conjunta de Monica Hass e Lucia Morozini Frazzon, essa última, Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da UNOESC, era para a Coordenadora do CEOM [Monica Hass] que se dava resposta.

<sup>777</sup> Ofício Nº 59/96 enviado por Neusa Rosane Nunes, Gerente do Arquivo Público de Santa Catarina, para Monica Hass em 29 de abril de 1996. Anexo com proposta do curso. 02p. p. 01.

<sup>778</sup> Ibidem.

ARQUIVOS ESPECIAIS - Fotografias - Recorte de Jornais - Mapas e plantas; - PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS - Noções básicas de Conservação de Documentos; - METODOLOGIA E RECURSOS - Aulas expositivas - Exercícios de dinâmica de grupo - Transparências - Apostilas<sup>779</sup>.

Cabe destacar que as preocupações para com a necessidade de aperfeiçoamento técnico, seja daqueles que trabalhavam em arquivos e museus ou mesmo dos professores da *região*, como se pode concluir das fontes, permanece constante em todos os períodos do CEOM. Atividades dessa natureza, como temos visto, quase sempre eram acompanhadas de ações de caráter expositivo. A quantidade de eventos dessa natureza (exposições) obedeceu uma ordem crescente desde a retomada das atividades em 1992 e atingirá, com base no que se levantou, seu ápice no ano de 2000. Uma amostra dessa condição é dada pela lista de municípios interessados na realização da “*Exposição Arqueológica Itinerante Padre ROHN*”. Da qual temos registro em correspondência<sup>780</sup> enviada pelo CEOM à 11<sup>a</sup> Coordenadoria do IPHAN, aos cuidados do Arqueólogo Rossano Lopes Bastos em 29 de fevereiro de 1996.

Mês de abril:

-Município: Chapecó - Local: Banco do Brasil  
Endereço: Avenida Getúlio Vargas - 523 N Data: 08 a 26 de abril de 1996 Horário de visitação: 11 as 16 h. Promoção/patrocínio: Banco do Brasil. Apoio: CEOM/UNOESC- Chapecó. Devido as características desse local, entendemos que não há necessidade de se viabilizar a ação educativo-cultural. Município: Pinhalzinho; Troca de correspondência: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho A/C Secretário de Educação e Cultura Ademir Petrolli<sup>781</sup>.

Perceba-se que, apenas para o Mês de Abril, havia duas exposições programadas, ou pelo menos interessados em sua execução. Parte das fotografias que compunham a exposição, cabe registrar, era pertencente

---

<sup>779</sup> Idem. p. 02.

<sup>780</sup> Correspondência enviada em nome do CEOM para a 11<sup>a</sup> Coordenadoria do IPHAN, aos cuidados de Rossano Lopes Bastos em 29 de fevereiro de 1996. Sem assinatura.

<sup>781</sup> Idem.

ao Acervo da Casa da Cultura Maria Rosa de Xanxerê, conforme confirma correspondência<sup>782</sup> enviada por Monica Hass à Márcia Galvagni em 17 de abril, na qual se faz agradecimento pelo empréstimo.

## 5.8 O NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS – NEMU/UFSC E O NOVO CENÁRIO ESTADUAL

Passados cinco anos desde a reativação de CEOM, e doze do projeto original, o ano de 1997 marcava a volta de Hilda Beatriz Dmitruk à Coordenação do Órgão. Na “*dança das cadeiras*” que envolvia CEOM e Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ, Monica Hass assumiu a Coordenação do Centro de Ciências Humanas e Sociais, enquanto Hilda voltava para a Coordenação do CEOM mais de uma década depois de ter atuado diretamente no processo de implantação do mesmo. Esta passagem é narrada pela própria Hilda em correspondência<sup>783</sup> enviada ao Senhor Dalmo Vieira Filho, então Coordenador Regional da 11ª CR/IPHAN/SC, nos seguintes termos: “*Com meus melhores cumprimentos, tenho o prazer de comunica-lhe que em 28/07/97, assumi a Coordenação do CEOM/UNOESC, retomando funções já desenvolvidas junto ao mesmo, desde 1986 quando me coube sua implantação*”<sup>784</sup>. A bem da verdade, a atuação profissional de Hilda Beatriz Dmitruk, tanto na primeira fase, quando era funcionária da FUNDESTE, quanto depois de sua vinculação ao Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC, parece indissociável da atuação do próprio CEOM. De modo direto ou indireto, Hilda sempre esteve ligada às ações e projetos desenvolvidos pelo mesmo. Tanto as ações desencadeadas no ano de 1997, fortemente ligadas ao recém-criado NEMU/UFSC, quanto a reestruturação promovida no CEOM no ano de 1998, devem-se, ao que nos parece, em muito, à dedicação da profissional.

Em 1997, a criação do Núcleo de Estudos Museológicos da UFSC

---

<sup>782</sup> Correspondência enviada por Monica Hass a Márcia Galvagni responsável pela Casa da Cultura Maria Rosa de Xanxerê-SC em 17 de abril de 1996.

<sup>783</sup> Correspondência assinada por Hilda Beatriz Dmitruk na condição de Coordenadora do CEOM e enviada ao Dalmo Vieira Filho, então Coordenador Regional da 11ª CR/IPHAN/SC com data provável de início de agosto de 1997.

<sup>784</sup> Idem.

– NEMU<sup>785</sup> instaurava um novo momento do ponto de vista das articulações em torno das questões museológicas. Sua constituição sob a tutela do Professor Gelci José Coelho da UFSC, que já vinha havia algum tempo assessorando as atividades e, em alguns casos, ministrando cursos e oficinas de capacitação junto ao CEOM, fez com que boa parte da agenda do Centro, no ano de 1997, estivesse ligada ao NEMU. Ainda que já no início do ano tivéssemos ações promovidas pelo CEOM como resultado da parceria e que veremos logo adiante, foi em 15 de agosto de 1997 que em reunião realizada em Joinville, se definiu os moldes gerais em que atuaria o NEMU e se elegeram os representantes em cada uma das regiões do Estado. O encontro, conforme consta em ata<sup>786</sup>, foi aberto por “*Gelci Coelho, Diretor do Museu Universitário da UFSC, Edson Busch Machado, Diretor da Fundação Cultural de Joinville, Jair Mendes, Museólogo da (Faculdade Cinecista de Joinville) FCJ e Alexandrina Mello de Souto, Coordenadora de Atividades Museológicas da FCJ*”<sup>787</sup>. Gelci Coelho que presidiu os trabalhos, ressaltou que “*O objetivo da criação do Núcleo era o de provocar os interessados no assunto, no Estado com o maior número de museus do país, para que se organizassem. Segundo ele, desde 1981, com a criação da Associação Catarinense de Museus, é feita esta tentativa sem resultados concretos*”<sup>788</sup>. A essa altura, como salientamos, a “*Portaria/Regimento*”<sup>789</sup> do NEMU já havia sido publicada, sendo necessário apenas a aprovação da mesma pela “*plenária, a qual seria imediatamente assinada pela Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão da UFSC, instituição que demonstra muito interesse na criação do Núcleo*”<sup>790</sup>. Uma vez superada essa questão, os participantes passaram aos apontamentos que nos fornecem uma boa ideia do quadro vivenciado na época.

---

<sup>785</sup> A definição atual dada ao NEMU no site da UFSC é a seguinte: O Núcleo de Estudos Museológicos, criado pelo Professor Gelci José Coelho, tem como objetivo o treinamento e a capacitação dos trabalhadores dos museus de Santa Catarina. Através de oficinas temáticas, o NEMU oferece informações básicas sobre as responsabilidades com acervos museológicos, a sua conservação e restauração.

<sup>786</sup> A reunião foi secretariada, e a Ata redigida, por Norberto Depizzolatti da Coordenadoria Executiva do NEMU/UFSC. Datada de 15 de agosto de 1997. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>787</sup> Ata do encontro do Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU/UFSC, ocorrida em Joinville em 15 de agosto de 1997.

<sup>788</sup> Idem.

<sup>789</sup> Idem.

<sup>790</sup> Idem.

As primeiras observações giraram em torno da importância do NEMU/UFSC como projeto “*piloto para a formação dos NEMUs Regionais no Estado*”<sup>791</sup>, como apontou Ângela Paiva do IPHAN/SC. Tereza Collares, do Museu de Arte de SC, chamava a atenção para a necessidade de se manterem atualizados os canais de comunicação entre os participantes de modo a garantir o “*intercâmbio de informações*”<sup>792</sup>. O que Gelci Coelho endossava, lembrando que “*este intercâmbio é fundamental para diminuir o isolamento das instituições museais do interior do Estado, notadamente o meio-oeste e o oeste, e que a UFSC tem condições de promover entre os interessados um intercâmbio de informações a nível mundial, que estão disponíveis no Museu Universitário*”<sup>793</sup>. No seu entendimento, era importante que nos encontros futuros os vários participantes levassem o maior número de informações sobre as suas instituições de modo a se constituir “*um mercado de ideias*”<sup>794</sup>. Outros viam com olhos menos otimistas o futuro do NEMU. Jair Mendes, ainda que achasse notável a criação do Núcleo, previa “*no aspecto administrativo, algumas dificuldades, uma vez que a academia não pode participar diretamente da administração das instituições museais*”<sup>795</sup>. Acreditava, porém, que isso poderia ser superado “*através de comissões compostas pelo Núcleo/Estado/ e Municipalidade*”<sup>796</sup>. Como exemplo citava a experiência do Estado do Paraná, onde o Sistema Estadual de Museus “*propiciaria uma assistência mais direta a cada museu, de forma que o Núcleo se torne apenas uma unidade consultiva e informativa*”<sup>797</sup>. Nesse sentido, Carlos Hoffmann, do Museu Parque Malwee de Rio do Sul, falava de um movimento “*dos trabalhadores em museus para discussão destes assuntos, mas que há necessidade de assessoramento de um núcleo central para as regionais*”<sup>798</sup>.

Outras das preocupações constantes em ata, talvez a mais reiterada delas, estava ligada à demanda por capacitação dos profissionais que atuavam em museus. Acerca disso, Jair Mendes informava que a Fundação Cultural de Joinville iria promover um curso de “*Capacitação*”

---

<sup>791</sup> Idem.

<sup>792</sup> Idem.

<sup>793</sup> Idem.

<sup>794</sup> Idem.

<sup>795</sup> Idem.

<sup>796</sup> Idem.

<sup>797</sup> Idem.

<sup>798</sup> Idem.

*Museológica, com duração de três dias em oito módulos mensais, sempre na última semana de cada mês*<sup>799</sup>”. Este seria aberto a todos os interessados e viria “*suprir a extraordinária necessidade de orientação museológica existente no Estado*<sup>800</sup>”.

A discussão, entretanto, não ficou limitada aos quadros Local e Estadual. Em sua fala, Regina Bibiani da UNIRIO, “*declarou que no Brasil existe uma promoção das instituições museais na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Nordeste. Mas nós também somos Brasil*<sup>801</sup>”, ressaltou em sua fala e prosseguiu dizendo “*que nos falta informação comum e integração entre o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, através de um núcleo de museologia que permitisse a troca de experiências a exemplo do que ocorre entre a Bahia e o Nordeste brasileiro*<sup>802</sup>”. Por último ao concluir “*exaltou a particularidade do Estado através da forma como se deu a integração índio/colono, a qual deveria ser mais pesquisada como forma de se criar um museu mais brasileiro, da América Latina, do Mercosul*<sup>803</sup>”.

Antes de dar continuidade à apresentação das deliberações resultantes desse importante momento histórico, cumpre realizar uma pequena observação a respeito dos pontos levantados até o momento. Como notado, enquanto algumas falas estão mais focadas na análise da situação dos museus no Estado, outras buscam entender essa situação com base em conjunturas em escala Nacional. Ambas, porém, sempre tentando equacionar os exemplos à nossa realidade. Importa perceber por exemplo, como na fala de Gelci Coelho, conhecedor do projeto do CEOM se refere aos museus da *região* Oeste e Meio-Oeste, os quais identifica como vivendo um isolamento em razão da distância. Esse posicionamento escalonado dos museus, sempre pensado em razão de centros referencias de disseminação versus porções afastadas, parece aplicável a toda estrutura nacional. Basta lembrar que pequenos museus dos municípios da área de abrangência do CEOM que o tomavam como modelo referencial quando este, como vemos agora, tende a ser tomado como isolado e dependente de outro ponto central, representado pelo NEMU/UFSC, que, por sua vez, mostra-se dependente dos grandes centros representados, na fala acima, por Minas Gerias, Bahia e Rio de Janeiro, com a inclusão de São Paulo como veremos em menção adiante.

---

<sup>799</sup> Idem.

<sup>800</sup> Idem.

<sup>801</sup> Idem.

<sup>802</sup> Idem.

<sup>803</sup> Idem.

A ideia de necessidade de organização segundo as escalas federativas era também mencionada por Jair Mendes, que introduzia a questão retomando a problemática da unidade nacional e regional, às quais, segundo ele, não estariam acontecendo “*por não haver uma unidade no Estado*<sup>804</sup>”, sugerindo como alternativa para alcance dos objetivos “*a organização municipal, em seguida a estadual e depois a regional*<sup>805</sup>”. Atentava ainda para falta de COREMs em diversos Estados, e lembrava “*que a integração comercial do Cone Sul necessita da integração cultural para se concretizar*<sup>806</sup>”. Por fim concluía aconselhando que, diante do cenário, “*se começasse o trabalho por células menores*<sup>807</sup>, não sem antes avaliar “*que a UFSC sem vínculo estreito com as questões da política tradicional pode agilizar e criar livremente, resguardando as ações desenvolvidas da descontinuidade a que estão sujeitas*<sup>808</sup>”.

A contaminação política e a própria estruturação de muitos museus como extensões da administração municipal eram apontadas já nas correspondências locais de que demos notas nos capítulos anteriores. A mudança de gestores e de seu maior ou menor interesse pela questão, foi aventada como um dos problemas enfrentados pelos projetos de constituição e de manutenção de museus, centros de memória e/ou casas de cultura na região Oeste de Santa Catarina. Nesse sentido, como depreende-se do texto, o caráter de continuidade das atividades museológicas do NEMU/UFSC seria assegurado pelo fato de a UFSC não estar envencilhada a uma “*política tradicional*<sup>809</sup>”. O momento, como se observa na fala, era de renovação. O próprio COFEM, estaria se reestruturando de modo a atender às necessidades do COREMs, o que tornava “*oportuno contar com um cadastro dos museus de SC para que se trace um perfil destas instituições para que se tente evitar a política desencontrada que existe na área da cultura com as mudanças dos representantes políticos*<sup>810</sup>”. O intuito da elaboração do referido cadastro, concluía Gina, era traçar um perfil, “*a partir do qual será redigido um documento sobre a situação dos 87 museus do Estado*<sup>811</sup>”.

---

<sup>804</sup> Idem.

<sup>805</sup> Idem.

<sup>806</sup> Idem.

<sup>807</sup> Idem.

<sup>808</sup> Idem.

<sup>809</sup> Idem.

<sup>810</sup> Idem.

<sup>811</sup> Idem.

Do ponto de vista da capacitação e da questão da representatividade, a fala de Gelci Coelho transcrita na ata, insiste na *“necessidade de reforço do corpo técnico dos museus, e para isso cogita-se a criação, na UFSC, de um curso de graduação em museologia, ideia apoiada pelo Reitor e pela chefia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que tem ainda a seu favor a posição geográfica desta Universidade que faria convergir para ela os interessados do sul do Brasil e do Mercosul<sup>812</sup>”*. A parca quantidade de cursos de museologia no Brasil e a dificuldade de reconhecimento dos poucos existentes e mesmo dos de fora, conferia ao quadro uma situação grave. Acerca disso, por exemplo, Carlos Hoffmann pontou na reunião *“que as instituições brasileiras não aceitam a formação realizada na Argentina e que o curso que existe no Estado de São Paulo ainda não foi reconhecido<sup>813</sup>”*. No que foi seguido por Clarete Marganhot do COREM 5ª Região que *“relatou a experiência do Paraná na tentativa infrutífera de criação de um curso superior no Estado. Conseguiram criar um curso de 2º grau que durou quatro anos, formou três turmas e os alunos não foram reconhecidos profissionalmente<sup>814</sup>”*. No caso catarinense, lembrava, *“que para a criação de um curso em Santa Catarina dever-se-á contar com apoio dos profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>815</sup>”* e finalizava registrando *“sua preocupação com a falta de estímulos governamental para a formação profissional já que dentro de pouco tempo com as aposentadorias não haverá mais profissionais registrados<sup>816</sup>”*.

O primeiro dos dois últimos atos do encontro ficou por conta da escolha da sede e da data da próxima reunião que ficou sendo o Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina em Chapecó nos dias 16 e 17 de outubro de 1997. Esta reunião, a de número 5, teria características diferentes das ocorridas até então, que tiveram sentido deliberativo quanto à organização do Núcleo. Nesta, constava em ata, *“será ministrado treinamento cujo tema será definido em função das necessidades locais<sup>817</sup>”*. O último dos pontos registrados ficava a cargo da definição dos *“nomes dos responsáveis pela criação de alguns Núcleos Regionais<sup>818</sup>”*, que eram, segundo essa sequência, elencados: Extremo

---

<sup>812</sup> Idem.

<sup>813</sup> Idem.

<sup>814</sup> Idem.

<sup>815</sup> Idem.

<sup>816</sup> Idem.

<sup>817</sup> Idem.

<sup>818</sup> Idem.

Oeste – Chapecó – Profa. Hilda Beatriz Dmitruk – UNOESC; Região de Florianópolis – Gelci Coelho – UFSC; Região de Joinville – Alexandrina Mello de Souto – Fundação Cultural de Joinville; Região Sul – UNISUL (Tubarão) Demétrio Verani e Ruth Nunes e FUCRI (Criciúma) – Ed Balod e Rodrigo Lavina; Vale do Itajaí FURB – Sueli Petry e Balbino Mendes e representantes da UNIVALI; Região do Planalto – Lages – Antúlius e Tereza de Castro – do Museu Thiago de Castro.

O evento era encerrado com o apelo a que se fizesse com urgência o *“inventario dos acervos, assim como o tombamento dos mesmos, pois dentro dos meios governamentais há a pretensão de privatizar os pequenos museus, bibliotecas e arquivos, de forma que as instituições que não tiverem seus acervos tombados sairão prejudicadas”*<sup>819</sup>, e com a solicitação de Maria Reginafurtado de que lhe fosse enviado o material para publicação no próximo boletim do COFEM, seguido do convite feito por Gelci Coelho aos participantes para que se fizessem presentes no próximo encontro em Chapecó.

## 5.9 A PARCERIA CEOM/NEMU E AS AÇÕES REGIONAIS

Como adiantado parágrafos atrás, ainda que o encontro de Joinville tenha representado a constituição formal do NEMU/UFSC, uma vez que se teve a leitura e aprovação da Portaria de criação, este era o quarto encontro deliberativo do grupo ligado à sua organização. O que explica, por exemplo, o fato de que já no início do ano de 1997 tivéssemos ações realizadas pelo CEOM em parceria com o NEMU/UFSC. Como é o caso do *“II Encontro Regional do NEMU – Curso Oficina de Arqueologia”*<sup>820</sup>, que foi realizado no clube dos Imigrantes em Itapiranga entre os dias 09 e 11 de abril de 1997 numa parceria entre CEOM/HUS/UNOESC e Fundação Cultural de Itapiranga e que trazia como objetivos:

Dar continuidade as ações de integração dos museus e similares da região, iniciados pelo CEOM/HUS/UNOESC, fortalecidas com a criação do NEMU Central: Fomentar a discussão sobre o patrimônio Arqueológico regional e seu tratamento museológico; Oportunizar a discussão em torno dos cuidados e providências a serem tomadas ao se tomar conhecimento da existência de material

---

<sup>819</sup> Idem.

<sup>820</sup> Relatório Técnico Pedagógico do Curso: II Encontro Regional do NEMU – Curso Oficina de Arqueologia. 10 p. Acervo Fundos do CEOM.

arqueológico; Capacitar os trabalhadores em museus na aplicação de técnicas museais e, os professores da rede pública, em torno de novas problemáticas, como a questão arqueológica<sup>821</sup>.

Note-se como o evento, coordenado por Hilda Beatriz Dmitruk, já parece trazer dentre seus objetivos, algumas das questões que seriam discutidas no encontro futuro a ser realizado em Joinville. Com uma rápida análise nos nomes dos profissionais responsáveis pelas temáticas abarcadas no encontro em Itapiranga se chega facilmente à percepção da ligação entre estes dois momentos. Vejamos a relação que segue:

Rossano Lopes Bastos, arqueólogo ministrando “Globalização e memória”; Elizabeth Neves Pires, historiadora ministrando Museografia: Noções Básicas; Dione da Rocha Bandeira arqueóloga as interfaces da Arqueologia e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ); Rodrigo Lavina, arqueólogo, A Arqueologia do Oeste de SC e o trabalho do Padre Rohr; Fabiana Comerlato Historiadora e Arqueóloga Exposição e Comunicação “Caminhos da Arqueologia”; Gelci José Coelho historiador NEMU: Propostas e ações; Dirce Sehen Geógrafa Comunicação: “Placas de Identificação de pontos turístico-históricos<sup>822</sup>”.

O evento em Itapiranga, segundo relatório, contou com o financiamento da Fundação Cultural e da Prefeitura do Município no valor de R\$ 165,00, teve uma despesa de R\$ 714, 80 ficando com saldo negativo de R\$ 549,80<sup>823</sup>. Essa diferença tem explicação provável na pequena quantidade de inscritos. O projeto apresentava uma previsão de 50 participantes, mas as inscrições, entretanto, ficaram bem aquém disso. Há registro de 11 participantes que efetivamente concluíram o curso. Sendo estes dos municípios de Florianópolis, Chapecó, Guaraciaba, Descanso, Itapiranga e Maravilha<sup>824</sup>. Disso se tinha uma justificativa no próprio relatório que detalhava as atividades desenvolvidas no evento.

O encontro e a oficina sobre Arqueologia, deu-se conforme o planejado. Aproximadamente 40

---

<sup>821</sup> Idem. p. 03.

<sup>822</sup> Idem. p. 05.

<sup>823</sup> Idem. p. 02.

<sup>824</sup> Ibidem.

(quarenta) alunos das escolas de Itapiranga assistiram a palestra de abertura e vários professores da rede de ensino participaram de diversas comunicações e temáticas abordadas, sem, no entanto, efetivar suas inscrições. Além das atividades programadas, o grupo de participantes coordenado pela Gerencia de Museus da Fundação Catarinense de Cultura e o CEOM, na noite do dia 10/04/99, sábado, das 19:00 as 22:00hs, [realizou?]<sup>825</sup> uma oficina de avaliação do Acervo do Museu Comunitário de Itapiranga. Como resultado dessa atividade pratica, elaborou-se uma moção, onde a equipe técnica do Encontro, também compromettesse a elaborar um relatório técnico com sugestões de cunho museológico para o referido Museu<sup>826</sup>.

Nesta esteira de ações conjuntas, certamente uma das mais significativas para o CEOM, era a realização do já acordado “*V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos*”. Como vimos anteriormente, no encontro do NEMU em Joinville, acontecido no mês de agosto, havia se definido que o próximo encontro teria como sede o CEOM e para a divulgação do mesmo a primeira medida foi a confecção de ofício circular<sup>827</sup> com o objetivo duplo de colocar os museus locais a par dos novos acontecimentos e já convidar os possíveis interessados a participarem do evento.

Prezado (a) Sr. (a): E com alegria que o CEOM retorna através deste, o contato com as diversas entidades de preservação da memória (Museus, Centros de Memória, Casas da Cultura, Bibliotecas e similares) que funcionam na nossa região, geralmente vinculados às Secretarias Municipais de Educação e Cultura. Os amigos do CEOM/UNOESC sabem dos esforços realizados, apesar das dificuldades da última década, para manter um trabalho de apoio e incentivo junto aos

---

<sup>825</sup> Inserção nossa.

<sup>826</sup> Relatório Técnico Pedagógico do Curso: II Encontro Regional do NEMU – Curso Oficina de Arqueologia. 10 p. p. 09. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>827</sup> Ofício Circular N° 001/CEOM/97 assinado por Hilda Beatriz Dmitruk e enviada aos responsáveis por museus, centros de memória e casas da cultura da região Oeste de santa Catarina. Data provável entre 16 de agosto e 04 de setembro de 1997.

agentes culturais da região. Desde 1986 o CEOM tem trabalhado de forma participativa para desenvolver projetos de salvaguarda e reconstrução da história regional, assessorando os municípios interessados na valorização do patrimônio cultural de suas comunidades, na organização de espaços apropriados e na capacitação dos profissionais responsáveis pelos mesmos. Acreditamos que entre as nossas intenções e a possibilidade efetiva de realização, houve sempre ganhos tanto para a Universidade como para os batalhadores da preservação patrimonial e das tradições culturais regionais. O CEOM precisa de parceiros para viabilizar suas propostas de trabalho não só no que se refere à realização de convênios com as prefeituras, mas, sobretudo, de parcerias com outras instituições como o IPHAN, a FCC e outras, para a expansão do seu poder de ação. Assim sendo, é também com imenso prazer que temos a comunicar que durante o IV Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos, acontecido em Joinville (SC) de 15 a 16/08/97, foi firmada a criação do referido Núcleo, com a definição de seu regimento interno. Na oportunidade, o CEOM, foi indicado para sediar e coordenar o Núcleo Regional de Museologia que dará atendimento à região oeste do estado. A proposta da criação surgiu devido à inexistência de um Sistema Estadual de Museologia e mesmo de um Conselho Regional de Museologia em Santa Catarina, o que deixava-nos à margem das atividades e discussões museológicas correntes no resto do país. Com o intuito de uma maior integração e melhoria nos serviços técnicos junto aos museus estaduais e, no nosso caso específico, da região, pretendemos, através do CEOM, organizar estas atividades para que possamos alcançar os objetivos propostos no projeto de Criação do Núcleo de Estudos Museológicos<sup>828</sup>.

Desta circular não temos data exata, mas como base nas informações contidas, sabe-se que foi escrita depois de 16 de agosto data do encontro de Joinville a que faz referência e antes de 04 de setembro

---

<sup>828</sup> Idem.

que era a data estipulada como limite para o envio da ficha de inscrição para o evento disponibilizada em anexo e que continha algumas questões acerca dos museus dos quais eram provenientes os participantes. Informações como: “*Nome da Entidade encarregada pelas ações da Memória no Município*<sup>829</sup>”; “*Nome do responsável*<sup>830</sup>”; sua formação e tempo de trabalho no Museu; endereço; órgão Municipal (Secretaria, Departamento, etc.) a que estava vinculado; nome do Prefeito; principais objetos que compunham o acervo e quais temáticas principais compunham as coleções em exposição e reserva técnica, além das principais “*dificuldades ou pontos fracos que detecta na organização e funcionamento de seu local de memória*<sup>831</sup>”. Esse conjunto de informações, esperava-se, auxiliaria na elaboração de um perfil dos museus da região, dos responsáveis por eles e das demandas daí provenientes. Coisa que ia ao encontro de uma das sugestões feitas durante o encontro do NEMU em Joinville, que propunha exatamente a elaboração de um cadastro nestes moldes. Não localizamos essas fichas, se é que elas foram respondidas, para uma análise do quadro. Mas, com base no conjunto de fontes e nos relatos até agora tratados, pode-se afirmar que os problemas enfrentados pelos museus locais não diferiam em muito daqueles identificados como comuns à área da museologia no Estado. Retiramos, porém, da própria circular, duas questões importantes em nossa pesquisa. A primeira tem a ver com as nuances discursivas das mensagens de acordo com o interlocutor de que o CEOM lança mão segundo as necessidades impostas pelas disputas políticas que cercavam a atuação do órgão. Essa adequação de maior ou menor intensidade aos preceitos ideológicos dependendo da natureza do destinatário com base na tipificação “*engajados versus tradicionais*”<sup>832</sup>, ainda que apresente momentos de maior ou menor intensidade, fora característica durante todo o recorte temporal abordado. Note-se que aqui como se trata de uma

---

<sup>829</sup> Idem.

<sup>830</sup> Idem.

<sup>831</sup> Idem.

<sup>832</sup> Nesse sentido queremos nos referir ao modo como se definiam os promotores de uma política ou mesmo de uma história “tradicional” vista como mantenedora de uma realidade de privilégios e os intelectuais que buscavam uma nova história, que contemplasse os segmentos considerados desfavorecidos por esse movimento estabelecido. Os chamados teóricos engajados. Essa questão ficará mais clara quando tratarmos dos textos constantes nos projetos do CEOM e nas publicações periódicas da instituição.

correspondência endereçada aos vários museus e “*similares*”<sup>833</sup> da *região*, muitos dos quais ligados à administração municipal, ao se falar das ações do CEOM, logo após se falar em “*projetos de salvaguarda e reconstrução da história regional*”<sup>834</sup> lança-se mão de expressões como: “*preservação das tradições culturais regionais*”<sup>835</sup>. Assim, a ideia de “*reconstrução da história*”<sup>836</sup> que poderia ser tomada em um sentido de reescrita de caráter revisionista que tão bem se alinhava aos pressupostos teóricos do projeto do CEOM, era imediatamente enquadrada pela defesa de uma suposta “*preservação das tradições culturais*”<sup>837</sup>. O que poderia fazer pensar que a reconstrução era tão apenas a busca pelos fragmentos perdidos dessa cultural “tradicional”. O segundo ponto a ser destacado nesta passagem, diz respeito a todo o conjunto de atividades desenvolvido pelo CEOM desde seu advento e sua natureza de substituto do Estado. É flagrante o modo como o CEOM, ao longo de todo o período de sua existência, cumpre funções que, por ofício, deveriam estar a cargo do governo. Dos primeiros contatos realizados com os municípios, passando por toda a política de constituição dos museus municipais e chegando às atividades de exposição, capacitação de agentes e publicação de conteúdos, é impossível analisar a atuação do CEOM desassociada do vácuo representado seja pela inércia, seja pelo alheamento do Estado. Fenômeno que reintroduz a problemática do Oeste e de sua condição periférica que embasa toda discussão presente nesse trabalho.

## 5.10 O NEMU NO CEOM; AS DISCUSSÕES DO V ENCONTRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS MUSEOLÓGICOS

Uma vez analisado o comunicado/apresentação/conclame acerca do “*V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos*” enviado aos vários espaços ligados a preservação cultural da *região* Oeste de Santa Catarina, cabe adentarmos na análise do evento propriamente dito. Como vimos

---

<sup>833</sup> Com esse termo, reservadas as diferenças, queremos nos reportar às variações de projeto ou apenas de nomenclatura que existiam nos municípios da *região*, a saber, Casas da Cultura, Centros de Memória e Museus. Esse recurso é utilizado para não se ter de repetir estas variações a cada inserção da temática.

<sup>834</sup> Ofício Circular Nº 001/CEOM/97 assinado por Hilda Beatriz Dmitruk e enviada aos responsáveis por museus, centros de memória e casas da cultura da *região* Oeste de Santa Catarina. Data provável entre 16 de agosto e 04 de setembro de 1997.

<sup>835</sup> Idem.

<sup>836</sup> Idem.

<sup>837</sup> Idem.

anteriormente, ao fim do encontro do NEMU em Joinville, acordou-se que o próximo encontro teria por sede o CEOM e, para a divulgação do mesmo, confeccionaram-se folders<sup>838</sup> que faziam a apresentação do evento nos moldes que seguem.

Durante o IV Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos, acontecido em Joinville (SC) de 15 a 16/08/97, foi firmada a criação do referido Núcleo, com a definição de seu regimento interno. O Núcleo Central de Estudos Museológicos, com sede no Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina - NEMU - UFSC, ao qual o CEOM se associou, pretende executar suas propostas a partir de uma ação conjunta entre a UFSC, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Instituto do Patrimônio Histórica e Artístico Nacional (IPHAN), UDESC, UNOESC, Prefeituras Municipais, Fundações Culturais e científicas, além de outras instituições afins<sup>839</sup>.

Do preâmbulo do folhetim em que se fazia uma leitura do recém criado Núcleo, mais do que informações ligadas à sua natureza institucional, como sede e instituição à qual estava vinculado, pode-se extrair importantes elementos para a análise das mudanças conceituais do CEOM. Neste momento, o discurso de seus representantes não só noticia a associação do CEOM ao NEMU, como manifesta e propagandeia as possibilidades da ação conjunta. Note-se o quão distante estamos aqui das discussões travadas entre Santo Rosseto e o Sr. Edvino acerca da independência que o CEOM deveria manter em relação aos “*especialistas*” de Florianópolis<sup>840</sup>. Aqueles dos quais, concordavam os dois, se deveriam libertar o CEOM e os museus locais. Inegavelmente o que se está fazendo agora, é exatamente o contrário. Desde a constituição do NEMU, a regra que pareceu se instalar no CEOM foi a de estreitar o máximo possível as relações. Essa nova tendência, aliás, já anunciava o repensar das atividades e da própria identidade do CEOM que se daria com maior força em 1998 a ponto de termos definido como o momento de passagem para uma terceira fase da instituição segundo nosso recorte

---

<sup>838</sup> Folder de divulgação do V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>839</sup> *Idem*.

<sup>840</sup> Ver capítulo 3. p.

temático/cronológico. Antes disso, porém, analisemos a proposta de atividades do evento que era apresentada como tendo o objetivo de:

Promover a integração entre os museus; fomentar a discussão e desenvolvimento de técnicas museais; Orientar os trabalhadores em museus na questão de inventários, documentação de acervos; Oferecer um sistema de consultoria. Nessa ocasião<sup>841</sup>, os representantes das entidades supracitadas estarão discutindo com os trabalhadores em museus, casas de cultura e afins, da região, a situação e principais problemas destes "locais da memória", bem como será ministrada uma oficina sobre: Organização de Inventários, Coleta e Documentação de Acervos Museológicos<sup>842</sup>.

Os pontos apresentados, como se pode notar, não traziam questões muito distintas das que haviam sido levantadas nos encontros anteriores, seja no de Joinville, seja no de Itapiranga, reservada a natureza de cada um. O que nos chama a atenção nesta passagem é a aparição nos escritos do CEOM, por vez primeira, de conceitos completamente novos. Como é o caso do termo "*locais da memória*"<sup>843</sup>, ao se referir aos museus e seus "*derivados*" (casas de cultura, centros de memória), por exemplo. Levando-se em conta o rol de intelectuais da área com que os integrantes do CEOM haviam tido contato no transcorrer desse ano, não causa estranheza que este conceito tenha sido anexado as suas publicações nesse momento.

---

<sup>841</sup> A Programação do evento segundo o detalhamento do folder era a seguinte: 16/10/97 - Quinta-feira Local: Plenarinho da UNOESC 8h30 - Inscrições 9h - Abertura Oficial do V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos. 9h30 - Discussão sobre a situação dos museus e similares na *região* Oeste 10h - Intervalo Oh 15 - Mesa Redonda: "Perspectivas Museológicas Contemporâneas" com integrantes do NEMU - UFSC, FCC, IPHAN E UNOESC. Tarde - Local: Museu Antônio Selistre de Campos 13h30 - Oficina: Organização de Inventários, Coleta e Documentação de Acervos Museológicos. Avaliação do espaço museológico criado no Museu Antonio Selistre de Campos. 15h30 - Intervalo 15h45 - Noções básicas de inventario, coleta e documentação 17/10/97 - Sexta-feira 8h30 - Continuação da Oficina 10h - Intervalo 10h15 - Continuação da Oficina; Tarde 13h30 - Retomada das atividades 16h00 – Plenária.

<sup>842</sup> Folder de divulgação do V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>843</sup> Idem.

Do evento<sup>844</sup> coordenado por Hilda Beatriz Dmitruk, tem-se a Ata<sup>845</sup> que registra a presença, como componentes da Mesa, da Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNOESC-Chaçecó, Sra. Arlene Renk, do Secretário de Educação e Cultura do Município de Chapecó, Sr. Nemésio Carlos da Silva, do representante da Câmara de Vereadores de Chapecó, Professor Amélio Bedin, do Diretor do Museu Universitário da UFSC e idealizador do NEMU, Gelci José Coelho, da representante da Federação Catarinense de Cultura, Sra. Elizabeth Neves Pires e da museóloga e restauradora Ângela Paiva. A presença desses nomes como o de Gelci Coelho e Elizabeth Pires em terras chapecoenses, como temos visto nas fontes anteriormente trabalhadas, não era novidade. Em outras oportunidades, tinham participado de eventos organizados pelo CEOM. O que havia de novo era a razão desta visita.

Centrando-se nas atividades registradas da programação, destaca-se em ata<sup>846</sup> que houve um importante momento de troca de experiências a partir do informe dos participantes sobre os principais problemas e perspectivas dos museus da *região* Oeste dos quais se tinha representes representantes da área, dos municípios de Chapecó, Guaraciaba, Caçador, Cunha Porã, Itapiranga, Pinhalzinho, Saudades, Rio das Antas, Maravilha, Concórdia, Paraíso e Rio Negrinho. Como atividade principal, destaca-se a “*oficina sobre organização de inventários, coleta e documentação de acervos museológicos, realizada no museu Municipal de Chapecó, Antônio Selistre de Campos*”<sup>847</sup>. No tocante à avaliação do encontro, os participantes registraram os seguintes depoimentos:

“valeu a pena”, ‘a contribuição dos técnicos do NEMU foi fundamental para a instrumentalização das pessoas que trabalham em museus’, ‘a bibliografia e apostilas são de grande valia’, ‘as discussões e trabalhos práticos como a leitura de objetos foram extremamente interessantes’, ‘o NEMU é uma grande iniciativa e a dinâmica das oficinas é excelente’, ‘O CEOM será o órgão

---

<sup>844</sup> A reunião foi secretariada pelo estagiário do CEOM, Marcos Schu e a ata redigida por Hilda Beatriz Dmitruk do CEOM/UNOESC. 16 e 17 de outubro de 1997.

<sup>845</sup> Ata do V Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU. Chapecó. 16 e 17 de outubro de 1997. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>846</sup> Idem.

<sup>847</sup> Idem.

regional fomentador do NEMU’, ‘a recepção e o carinho vivenciados em Chapecó, ajudou no sucesso do encontro’, ‘o lado humano dos profissionais que ministraram a oficina possibilitou vivenciar o museu com paixão, com emoção’ e ‘foi surpreendentemente agradável o apoio da imprensa escrita e televisiva<sup>848</sup>’.

Definiu-se, ainda, Rio Negrinho como local de organização do próximo encontro do NEMU que ficaria a cargo do senhor Gentil Arno Schwarz. No tocante à temática ficou-se por definir entre as opções Inventários; Exposições (montagem); Museu como relação. Definiu-se que cada entidade participante montaria um painel com notícias e folders de seus museus. Registrou-se a sugestão do CEOM de *“realizar o primeiro encontro regional de museus do Oeste Catarinense, nos primeiros dias do mês de dezembro, tendo como sede (s) possível (eis) Pinhalzinho ou São Miguel do Oeste. Sobre a pauta e maiores detalhes deste encontro, o CEOM, compromete-se a comunicar e convidar aos representantes do NEMU central<sup>849</sup>”*.

Para fechar o ano de 1997, já fecundo no tocante as atividades do CEOM, tivemos em Chapecó, no mesmo mês em que realizou o V Encontro do NEMU, as festividades alusivas a XI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó – EFAPI. A época o casarão histórico da Família Bertaso, hoje Museu da Colonização<sup>850</sup>,

---

<sup>848</sup> Idem.

<sup>849</sup> Idem.

<sup>850</sup> O Museu da Colonização de Chapecó está situado na antiga casa histórica da família Bertaso, construída na *região* central da cidade de Chapecó na década de 1920, pelo então proprietário da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, Coronel Ernesto Bertaso. A construção, realizada com a utilização da madeira nativa abundante da *região* Oeste de Santa Catarina durante o período da chegada dos colonizadores, foi construída para servir de moradia, escritório e tomadas de decisões, principalmente relacionadas ao processo de colonização. No ano de 1991, a construção foi deslocada para o Parque de Exposições Tancredo Neves, no Bairro Efapi, em Chapecó. A edificação sediou a Comissão Central Organizadora da Efapi em 1991, transformando-se num local de importante referência. A casa abrigou também posteriormente o acervo do Museu Antônio Selistre de Campos – MASC por diversos anos. Com o tombamento definitivo, em 2007, do antigo prédio da Prefeitura Municipal, no centro de Chapecó, o acervo do MASC foi transferido para aquele local e a casa histórica da família Bertaso passou a abrigar o Museu da Colonização de Chapecó – MCC, criado pela Lei Municipal nº 5.975

que está localizado no Parque de Exposições Tancredo Neves, abrigava o acervo do Museu Antônio Selistre de Campos<sup>851</sup> – MASC, cujas atividades estavam ligadas ao CEOM. Para o evento se havia testado uma nova proposta museológica para o MASC que tinha como uma das principais “*atrações*” a reconstituição de uma cozinha italiana remontando aos primórdios da colonização da *região*, como narrado por Hilda Beatriz Dmitruk em correspondência com data de 22 de outubro de 1997.

Prezado Sr.<sup>852</sup>.

---

de 06 de abril de 2011, sendo esta mesma edificação tombada pelo decreto municipal nº 23. 949 no dia 7 de abril de 2011. O Museu da Colonização de Chapecó tem o objetivo de divulgar aspectos da História do processo de colonização da cidade de Chapecó, com a participação dos diversos grupos étnicos que compuseram a construção da cidade, através da chegada da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. A organização do MCC está articulada em cinco espaços expositivos, com a finalidade de apresentar a tipologia do acervo ao público visitante por meio de salas temáticas. São elas: **Primeiros tratos e Primeiros fatos** - Com a exposição dos móveis e dirigentes da Colonizadora;

**Utensílios do Cotidiano** – Com mostra das ferramentas utilizadas para subsistência e construção de espaços físicos do Município; **Sonhos e Verdades** – Discute o processo de migração dos grupos étnicos e seus projetos para ocupação do território; **Saberes e Fazeres** – Apresenta as comidas típicas pertencentes a cada grupo étnico participante da colonização de Chapecó; **Mesa e Fogão** – Instalação no espaço da antiga cozinha colonial das primeiras décadas da ocupação da cidade. A parte superior do Museu é utilizada, por enquanto, somente como espaço administrativo, devido à dificuldade de adaptação da edificação histórica às normas de acessibilidade exigidas para transformá-la em espaço de exposição com acesso à comunidade em geral. <https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=8>.

<sup>851</sup> O Museu Antônio Selistre de Campos, localizado no Prédio Histórico da Prefeitura de Chapecó, é constituído por dois espaços: Arqueologia e Etnologia. O Espaço Arqueologia trabalha com a memória e identidade dos povos pré-colônias no oeste catarinense a partir de acervos lítico-cerâmicos. O espaço Etnologia retrata o patrimônio material e imaterial das etnias indígenas Kaingang e Guarani Mbyá presentes no município de Chapecó. Foram produzidos banners com textos didáticos voltados ao conhecimento e valorização do patrimônio cultural oestino e a etnoarte impressa e expressa nos artesanatos indígenas presentes em Chapecó, assim como, a remodelagem espacial das exposições. <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/?mod=pagina&id=15244>.

<sup>852</sup> Infelizmente esta correspondência teve o nome do destinatário apagado. Ou melhor, encoberto pelo uso de corretivo líquido. Aliás, duas correspondências

Encerrada a EFAPI/97 e tendo sido constatada uma excelente acolhida por parte do público visitante a nova proposta museológica do Museu Antonio Selistre de Campos, principalmente no que se refere a reconstituição da Cozinha Italiana, viemos, através deste ofício, manifestar nosso agradecimento pelo apoio emprestado com a cedência de objetos típicos dessa cozinha. Sem vosso concurso, esse sucesso, em termos de repercussão pública, certamente não seria tão satisfatório. Ao reiterar nosso especial agradecimento, gostaríamos de consulta-lo (a) sobre a possibilidade de estender o empréstimo dos objetos e/ou moveis, por mais quarenta e cinco dias, a fim de possibilitar que as escolas municipais agendem visitas para conhecer as exposições que o museu oferece, incluindo a Cozinha Italiana. Certos de vossa compreensão, aguardamos resposta neste sentido. Favor entrar em contato com Joice ou Dirce, no Museu Antonio Selistre de Campos, fone 723 4431. No ensejo, subscrevemo-nos com protestos da mais alta consideração e apreço. Hilda Beatriz Dmitruk Coordenadora do CEOM. Monica Hass Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais<sup>853</sup>.

Nesse sentido, podemos retomar a questão inserida páginas atrás acerca da organização do modelo expositivo em voga neste momento. Esta forma de divulgação cultural centrada em expor uma “*realidade*” passada com base em uma reconstituição visual que visa abarcar todas as nuances e especificidades de um outro espaço/tempo configura aquilo que na obra de Daniel Fabre<sup>854</sup>, seria definido como a “*história do*

---

que pelo teor teriam sido enviadas a este mesmo interlocutor, se encontram nesta condição.

<sup>853</sup> Correspondencia assinada por Hilda Beatriz Dmitruk datada de 22 de outubro de 1997. Destinatário suprimido.

<sup>854</sup> FABRE, Daniel. **L’Histoire a changé de lieux**. In: BENZA, Alban; FABRE, Daniel. **Une histoire à soi: figurations du passé et localités**. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 2001. Online. Éditions de la Maison des sciences de l’homme. Disponível em: <http://books.openedition.org/editionsmsmh/2952>.

*espetáculo*”<sup>855</sup>, muito bem apreendido no artigo de Leticia Nedel acerca do folclore e do tradicionalismo gaúcho. A discussão na obra de Fabre parece girar em torno de dois aspectos a se problematizar. O primeiro estaria ligado a essa tentativa de reconstituir de modo teatral um espaço que, em tese, provocaria uma imersão do sujeito do presente naquele tempo e lugar que se quer retratar mediante o uso do maior número de efeitos possíveis (visuais, sonoros, táteis, olfativos). O segundo aspecto, diretamente ligado a este primeiro, daria conta dessa forçada manutenção no presente de elementos que não pertenceriam mais a esse tempo. Resultando, segundo o autor, em um tipo de prática mais preocupada com a reprodução performática do passado do que com a sua fidelidade. Ambas as questões são importantes à nossa Tese e, ao que parece, ligam-se diretamente à questão que posiciona e relaciona o par representante/representado.

Les archivistes eux-mêmes ne sont-ils pas devenus des spécialistes de l’ostension du document ? Quelques-uns ne se sont-ils pas transformés en muséographes de la vie matérielle passée afin que soit en quelque façon « réincarné » le contenu mal déchiffrable de l’archive ? [...] Anciennes façons de faire qui ne sont pas abolies mais nécessairement se doublent d’une figuration du récit historique et de l’intervention des metteurs en scène, que j’ai rangés plus haut dans la catégorie polymorphe des médiateurs. [...] Les costumes d’abord mais aussi les sons, les saveurs, les odeurs, les lumières, bref les sensations du passé sont reconstituées et offertes en partage avec, désormais, l’illusion de parcourir l’espace que permettent les hologrammes et les visualisations numériques en trois dimensions. Dans ce nouveau répertoire des présences de l’histoire on remarquera que les mêmes thèmes et les mêmes instruments sont mis en œuvre parallèlement, et dans un rapport de fécondation réciproque, par l’historien novateur, par l’entrepreneur de spectacle et, de plus en plus, par le producteur d’histoire locale tous poussés par le commun désir d’éprouver et de faire éprouver véritablement la présence du passé. Du passé plus

---

<sup>855</sup> NEDEL, Leticia Borges. **Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos:** folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n° 62, p.193-215 – 2011. p. 203-204.

que de l'histoire<sup>856</sup>.

São, segundo o autor, novas práticas de representação que adequam o poder do ato de trazer para o presente a coisa passada, por meio do objeto que a represente, às demandas do momento e do projeto que é o seu, a saber, no caso em questão, a valorização de uma história local. Essa prática, em essência, não difere das formas de representação “*consagradas*” como a que se destinava a garantir a presença real na extensão de seu reino. O que muda, são os meios e o local privilegiado para essa ação. Representado nestes termos pelo arquivo. É essa condição que leva Daniel Fabre a questionar se os arquivistas não se tornaram eles próprios especialistas na exposição do documento. A questão aparentemente gira em torno da ligação entre o poder de representação presente no objeto - documento, imagem -, a atuação de mediadores - promotores do espetáculo -, a credibilidade assegurada pela cientificidade desses profissionais e a vontade/busca constante da/pela presença do passado no presente. Mais do que um compromisso para com a história, trata-se de um compromisso para com o próprio passado e seu desejo de presença.

No caso do CEOM, à medida que as ações de divulgação se tornavam mais frequentes e, como visto acima, a própria história da FUNDESTE passava a ser objeto de “*resgate*” e exposição, novos agentes eram mobilizados. De parcos comentários em jornais, passamos para projetos de divulgação específica em canais de rádio e televisão. E de auxílios mínimos ou indiretos, o mais das vezes a cargo da esfera federal, evidenciamos uma concreta cooperação das prefeituras no suporte e execução das tarefas desenvolvidas pela instituição. No que concerne ao papel dos meios de comunicação, o encurtamento do espaço entre academia e sociedade ficava evidente. À proporção que o CEOM ia se constituindo enquanto grande programa de “*resgate*”, galgando reconhecimento nos espaços institucionais de educação superior e junto dos órgãos promotores de cultura em escala federal e estadual, o reconhecimento local parecia se tornar igualmente crescente. Essa aceitação por parte da academia e daqueles que detêm o poder de enunciação nestes espaços, não só é parte importante nos projetos que demandam assentimento da coletividade, como permite, no caso do CEOM, consubstanciar um modelo de atuação capaz de atuar como mediador entre o campo social e o universo acadêmico. Era por meio desse conjunto que se a permanência do passado era dada como projeto e

---

<sup>856</sup> FABRE Daniel, op. Cit. p. 20.

missão.

Deste modo, ao CEOM era aberto o contato direto com as duas frentes em que pretendia atuar tanto a sociedade em geral - de onde viria boa parte dos materiais e dos testemunhos coletados e para onde retornariam em forma de análise histórica - como o circuito institucional das instâncias de preservação e difusão cultural, isto é, o lugar onde estes materiais e esses relatos seriam tratados e arquivados. Ainda que nascido como projeto da própria FUNDESTE e fazendo uso dessa estrutura para a organização de seu projeto nos anos iniciais, o advento do curso de História e sua vinculação direta a ele, marcava um estágio diferente da sua articulação com o espaço acadêmico. O curso de História passava a se relacionar aberta e institucionalmente com o já atuante e engajado órgão de promoção do “*resgate*” memorial. Esse desenvolvimento de atividades dentro e fora da universidade, passava a ser difundido de modo cada vez mais amplo e efetivo. Amplo porque atingia número crescente de municípios e pessoas e, efetivo, porque gradativamente estabelecia conexão com diferentes grupos e espaços sociais, canais de divulgação e áreas do saber<sup>857</sup>.

---

<sup>857</sup> Dentre essas atividades podemos destacar as constantes do relatório do ano de 1995 que elencava os seguintes centros criados e ações realizadas: Centro de Documentação e Pesquisa: Foi realizado um levantamento de todo o material existente no CEOM, que será selecionado para fazer parte do Centro de Documentação. 11) Assessoramento e visita aos municípios. - No ano passado conseguimos visitar, através de atividades desenvolvidas pelo CEOM, todos os municípios da *região* (em torno de 20) que já tem museus ou Casas de Cultura ou Centros de Memória ou que estão iniciando um trabalho em torno do resgate da memória da *região*. Municípios que tem algum acervo organizado: Maravilha, Saudades, Pinalzinho, Guaraciaba, São José do Cedro, Itapiranga, Mondaiá, Palmitos, São Carlos, Xanxerê, Ipumirim, Concórdia, Seara e Modelo. Municípios que estão iniciando trabalho de resgate memória: São Lourenço do Oeste, Caibí, Cunha Porã e Caxambú do Sul. 12) Visitas a museus. - Coordenamos ainda em dezembro uma visita ao Museu Histórico São Jorge, de Guaraciaba e ao Museu de São Miguel do Oeste, com os trabalhadores de museus da *região*, alunos de graduação de história e da pós-graduação em história e museologia. 13) O Programa de História Oral. - Aumento do acervo através da integração dos alunos de graduação de história, através da disciplina “Preservação dos Bens Culturais”, onde foram realizadas em torno de 60 entrevistas, envolvendo, principalmente moradores antigos de toda *região*. 14) Atendimento aos Pesquisadores: - Além disso, o CEOM ainda atende aos pesquisadores, as pessoas que vem fazer pesquisas e empréstimos, número que tem aumentado sensivelmente no último ano. 15) Venda livros e cartões - Além disso, o setor ainda vende livros do CEOM, para o público em

É pertinente observar, nesses apontamentos, ao lado das ações que se iam estabelecendo, algumas práticas amiúde. O primeiro quadro pode ser atribuído ao novo momento advindo com a vinculação do CEOM ao recente curso de História da, agora, Unoesc-Chapecó. Uma vez estabelecido este contato, uma série de novas atividades são postas em prática, muito em razão do suporte de credibilidade que veio a reboque. Esse status garantido pela academia, pode explicar, em muito, os novos rumos e parcerias estabelecidas nesse novo pós UNOESC. Neste cenário entram as ações de cunho interno, organização de materiais fruto das coletas, capacitação de agentes e atividades direcionadas aos acadêmicos do curso. No outro quadro, vemos a importância ainda constante em se expandir as práticas de coleta e armazenamento ao maior número de municípios possível. Levando-se em conta que aqui temos menos de 10 anos desde a fundação do órgão, a existência de centros de memória e de museus regionais em 14 cidades e a perspectiva de instalação em mais 4, demonstram a manutenção da natureza preservacionista sob a qual foi organizado o primeiro projeto e o primado substancial da instituição.

Faz-se necessário frisar que muitas das atividades desenvolvidas nos primeiros anos de atuação do CEOM haviam sido interrompidas durante o processo de reestruturação da passagem da década de 1980 para a de 1990 e precisavam ser retomados. Dentre essas, estava o suporte dado aos museus e espaços de memória municipais.

Após as atividades exercidas durante estes anos, muitas fotografias (em tomo de 400), documentos foram coletados, entrevistas orais realizadas (em tomo de 100), publicações sobre os municípios e história regional foram e estão sendo resgatados e nesse sentido, entende-se que este material dever ser utilizado como fonte de consulta, de pesquisa pelos profissionais\pessoas interessadas<sup>858</sup>.

---

geral, bem como para as prefeituras. - Vendemos também cartões postais. Participação em Cursos e Encontros/Seminários. - Em junho participamos do curso de "Preservação e Conservação de Fotografias, em Laguna, organizado pelo IPHAH e ministrado por profissionais da FUNARTE. - No mês de maio apresentamos o trabalho do CEOM e do projeto Resgate da Memória do Oeste', no III Encontro de Cientistas Sociais, na Argentina. - Em novembro apresentamos o projeto "Resgate de Memória do Oeste" no XIV Congresso Nacional de Museus em Florianópolis. Relatório de Atividades Desenvolvidas pelo CEOM no ano de 1995. Documento do Acervo Fundos do CEOM., p. 14.

<sup>858</sup> Idem. p. 6-7.

A tessitura que se ia dando às operações desencadeadas pelo CEOM passa a se caracterizar pela constante preocupação dispensada ao caráter mediador da instituição no relacionamento dos vários espaços sob sua influência. Das incumbências ligadas às disciplinas curriculares da graduação ao suporte aos museus e casas de cultura espalhados, o novo contexto, ao passo que permitia maiores aspirações e acenava com crescentes possibilidades, também demandava maior estruturação e industriiosidade. Os vínculos e atividades, antes limitados ao espaço local, resumindo-se a questões teóricas e metodológicas e contatos mais arredados, passavam a ser erigidos em caráter muito mais dilatado e encíclico. As participações em eventos com o intuito de apresentar e defender o projeto de *“Resgate de Memória do Oeste”* dão mostra das ligações que se vinha planteando para a instituição e da circularidade de conteúdo e proposta que parecia ser a tônica do momento. Os ideais que encamparam a criação do órgão e orquestraram sua implantação e atuação, rompiam as fronteiras locais para serem expostos em eventos de caráter nacional e internacional.

A política do CEOM, neste momento voltava-se para a reativação dos contatos antigos e a para a confecção de novas modalidades de atuação. Dentro dessa dinâmica entravam as parcerias com os órgãos de comunicação visando uma mais efetiva divulgação das suas atividades, bem como o investimento em exposições de materiais próprios e/ou de outras instituições. Esse desdobrar constante entre várias funções constituiu-se em uma das mais marcantes características da instituição. À medida que novos desafios iam aparecendo, a capacidade de amoldamento do CEOM ia sendo testada e os resultados davam mostra dessa versatilidade. Ainda que basilarmente interligadas e perfeitamente compreendidas em essência pelo projeto em sua concepção fundamental, essas práticas demonstram, inequivocamente, o senso estratégico daqueles que estiveram à sua frente.

O avolumado conjunto de atividades supracitado que remonta aos primórdios da organização do CEOM, demonstra o quão substancial foi o direcionamento de ações de cunho pedagógico desenvolvidas pela instituição. Entre palestras, oficinas e trabalhos de capacitação, o CEOM vai encetando laços mais próximos com o universo institucional de que agora fazia parte. Tanto no que concerne ao curso de História da própria Unoesp, como no tocante às instituições de outros locais e órgãos de promoção cultural e artística. Esse atuar conjunto, no caso das práticas ligadas às disciplinas internas, possibilitava, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidas as atividades de caráter conceitual, uma alimentação dos arquivos do próprio CEOM. Enquanto transportava para o meio

acadêmico seu entendimento teórico e metodológico encampado no projeto de “*resgate*” memorial, as atividades levadas a cabo pelos estudantes constituíam um importante corpo documental para a instituição.

É dentro deste quadro que devemos pensar a atuação do CEOM também enquanto agente de formação de mão de obra especializada. Uma característica presente desde o projeto de sua criação e que ao longo do tempo fora assumindo destacado grau de sucesso, seja no tocante ao seu próprio quadro interno, seja no que diz respeito a diversos profissionais que assumiram funções em museus ou centros de cultura locais e/ou nacionais. Outra destas vertentes está ligada a função do CEOM enquanto espaço de apoio pedagógico aos estudantes da *região*. Para além das atividades desenvolvidas nos municípios ou nas escolas locais, há que se mencionar as visitas ao acervo do próprio CEOM, que ao que parece, se tornaram mais constantes após resolvido o problema do espaço físico que se deu com a instalação do mesmo no andar superior da rodoviária de Chapecó no ano de 2002. Cumpre observar que, se a primeira fase (1985-1990) parece ter se destinado mais à preparação teórico metodológica do projeto e focado na confecção de manuais de coleta e organização e capacitação dos agentes que estariam à frente dos centros de memória municipais, os primeiros anos dessa segunda fase (1992-1997) parecem se destinar mais às atividades de conscientização e exposição da comunidade em geral (programas de rádio e TV, exposições em espaços públicos, etc.). Restando para a terceira fase (1998-2006) as ações de cunho expositivo e a profissionalização, seja no que concernia ao trato dos acervos, seja no tocante às publicações que adquirirão abrangência e reconhecimento nacional.

## CAPÍTULO VI - A HISTÓRIA DO FAZER HISTÓRIA; AS AÇÕES DE “RESGATE”, EXPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO MEMORIAL DESENVOLVIDAS PELO CEOM.

De modo mais geral, é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada aos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis.

(SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 63)

### 6.1 NOVAS DEMANDAS, VELHOS OBJETIVOS; UMA IDENTIDADE PARA O CEOM

O ano de 1998 marca, dentro do cronograma que definimos para estudo do CEOM, o início da terceira e última fase. É o momento em que a natureza dos contatos e as imposições institucionais levam a um repensar do CEOM em relação a temas como identidade, objetivos, ações permanentes e público alvo. Muitas dessas questões eram decorrentes do alinhamento do CEOM com o NEMU/UFSC. O modo de atuação do CEOM desde a criação do NEMU/UFSC em 1997, passou a pautar-se muito em função das novas propostas apresentadas nas deliberações conjuntas. Essa influência, como evidenciado, iam desde a organização de eventos como no tocante a incorporação de novos conceitos. Um sinal disso era indicado pelo questionário que se havia enviado aos responsáveis por museus na *região* e que seriam possíveis participantes do V Encontro do NEMU que se deu em Chapeco e que vimos no fechamento do último capítulo. Lá já se demonstrava a preocupação em traçar um perfil dos museus regionais e dos responsáveis por eles. Agora, basta uma análise das discussões acontecidas no “*I Encontro Regional do Núcleo de Estudos Museológicos*”<sup>859</sup> Coordenado pelo

---

<sup>859</sup> Projeto anexado à coorespondencia assinada por Hilda Betariz Dmituk e enviada aos responsáveis por museus, casas da cultura e centros de memória da

CEOM/HUS/UNOESC entre os dias 08 e 10 de setembro de 1998, para que reste mais clara ainda essa condição de concordância.

As informações, apresentadas<sup>860</sup> com sendo as conclusões do diagnóstico realizado no encontro, registravam a presença de 14 pessoas, distribuídos entre trabalhadores de Museus, Centros de Memória e/ou Casas da Cultura dos municípios de São Carlos, Maravilha, Itapiranga, Riqueza, Caxambú do Sul, Concórdia, Xanxerê, Rio Negrinho e Chapecó. Este diagnóstico que foi divulgado na Folha do CEOM, do Diário da Manhã, dos dias 3 e 4 de outubro de 1998 revelava, segundo consta, “*as limitações e ao mesmo tempo, as perspectivas*<sup>861</sup>” destes espaços. Dentre as conclusões “*que merecem ser conhecidas e divulgadas*<sup>862</sup>”, como dito no texto, estavam questionamentos da ordem: “*1 - O que é museu para nós*<sup>863</sup>”? Ao que a conclusão coletiva respondia como sendo “*um espaço que preserva a memória cultural. O museu não deve ser um depósito de objetos obsoletos. Nossos museus devem tornar-se um espaço dinâmico que possibilite a educação patrimonial, a pesquisa e o lazer educativo*<sup>864</sup>”. Perceba-se que não apenas era dito do que se tratava o museu como o que não deveria ser, ou aquilo que não deveria vir a se tornar. A preocupação com a gradativa transformação dos Museus em “*depósitos de objetos obsoletos*<sup>865</sup>” começa a ganhar força quando estes espaços começam a ter de lidar com um quadro em que se verifica uma grande quantidade de objetos recolhidos e armazenados sem uma correta identificação e sem obedecer às técnicas relativas a sua correta estocagem. A ideia de um museu aberto e participativo passava, necessariamente, por adequações dessa natureza. Disponibilizar, segundo essa nova perspectiva, era alinhá-lo à nova perspectiva de museus como espaços de cidadania que se vinha defendendo, em Santa Catarina, desde a Constituição Cidadã<sup>866</sup> de 1989 e que agora, com a constituição do

---

*região* Oeste de Santa Catarina em 01 de setembro de 1998. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>860</sup> Conclusões do diagnóstico realizado no I Encontro Regional do Núcleo de Estudos Museológicos Coordenado pelo CEOM/HUS/UNOESC, no período de 08 a 10 de setembro de 1998. Documento do Acervo Fundos do CEOM. 02 p.

<sup>861</sup> Idem. p. 01.

<sup>862</sup> Ibidem.

<sup>863</sup> Ibidem.

<sup>864</sup> Ibidem.

<sup>865</sup> Ibidem.

<sup>866</sup> Cabe lembrar da discussão anterior levantada acerca da participação popular na formulação da Constituição Catarinense de 1989 e que lhe conferiu o título de

NEMU/UFSC, parecia ganhar força novamente.

A segunda questão deste exercício de definição do próprio campo de atividades que se fez aos participantes do evento, tratava da função social destes espaços. Mais precisamente, a pergunta era: “*Para que existem nossos museus*<sup>867</sup>”? Que trazia como resposta a afirmativa: “*Para preservar e valorizar a cultura dos diversos sujeitos de nossa história. Para recuperar nossa memória coletiva. Para socializar os bens culturais de forma a ampliar os conhecimentos do passado e ampliar a participação da comunidade na preservação e construção de nosso patrimônio cultural*<sup>868</sup>”.

Definidos característica e função, trata-se de precisar a quem se destinavam as ações destes museus, a saber quem era o “*público*<sup>869</sup>” alvo. Questão à qual a resposta não vinha sem uma abordagem introdutória. “*Alguns pensam nosso museu para um público restrito, para uma elite. Mas deve ser para o povo em geral*<sup>870</sup>”. Era a primeira observação que se fazia antes de pormenorizar as ações e a natureza da proposta que visaria “*atingir o público adulto, centrando nas crianças que são divulgadoras e formadoras de opinião*”. “*Daí a importância*”, justificava o texto, “*de começarmos a sensibilizá-las desde pequenas, como guardiões do patrimônio histórico, artístico e natural-ecológico. Nesta perspectiva o papel dos professores, enquanto incentivadores, é essencial*<sup>871</sup>”.

Nesta esteira a diagnose seguia na tentativa de identificar falhas e possíveis soluções no tocante às atividades desenvolvidas pelos museus. Com relação ao primeiro item a interrogação era: “*O que os museus em geral fazem hoje e não deveriam fazer*<sup>872</sup>”? E as observações se consubstanciavam nas seguintes conclusões:

---

Constituição Cidadã. Dentro os segmentos participantes estava a Associação dos Arquivistas Brasileiros AAB/SC da qual o CEOM, à época, era filiado.

<sup>867</sup> Conclusões do diagnóstico realizado no I Encontro Regional do Núcleo de Estudos Museológicos Coordenado pelo CEOM/HUS/UNOESC, no período de 08 a 10 de setembro de 1998. Docuemnto do Acervo Fundos do CEOM. 02 p. p. 01.

<sup>868</sup> Ibidem.

<sup>869</sup> Ibidem.

<sup>870</sup> Ibidem.

<sup>871</sup> Ibidem.

<sup>872</sup> Conclusões do diagnóstico realizado no I Encontro Regional do Núcleo de Estudos Museológicos Coordenado pelo CEOM/HUS/UNOESC, no período de 08 a 10 de setembro de 1998. Docuemnto do Acervo Fundos do CEOM. 02 p. p. 02.

Alguns se mantêm estáticos, a espera de visitação; Ações destruidoras ou comprometedoras do acervo; Ter pessoal sem prepara o previa para lidar com cuidado especializado com o acervo e o prédio; Atuar sem uma Associa o de Amigos que busque recursos para a manuten o, defina políticas, etc.; Mudanças periódicas sem planejamento. Não ter reserva técnica; Funcionar sem estrutura física, material de consumo, recursos humanos; Estar subordinado a uma estrutura funcional política partidária, impossibilitando que os especialistas definam a atua o; Estar sujeito aos "humores" de cada administra o pública ou das "mudanças" de cargos e fun es dentro da mesma administra o; As mantenedoras não dão segurança aos trabalhadores dos museus, não há continuidade nas fun es, desconsideram-se os cursos de aperfei amento e o investimento na profissionaliza o<sup>873</sup>.

Este  , como visto, o ponto em que mais questões foram levantadas e demonstra a quantidade de dificuldades e problemas que se conseguia identificar na realidade vivenciada pelos museus da *região* Oeste de Santa Catarina no final da década de 1990. Estes apontamentos, a bem da verdade, já eram conhecidos havia algum tempo e temas como falta de pessoal capacitado, falta de recursos e interferência político partidária, como demos exemplo em capítulos anteriores, eram reiteradamente manifestadas em correspondências e informativos de vários desses museus. O que havia de novo e que   retratado por esse relatório/diagnóstico,   a discussão conjunta destes problemas e o pensar coletivo de solu es que, como temos tentado demonstrar, eram decorrentes do rearranjo ocasionado com a cria o do NEMU/UFSC em 1997.   nesta perspectiva que se elaborava a última das indaga es acerca dos museus e de sua condi o. Como encadeamento lógico do questionamento anterior, os participantes do encontro que perguntavam, então, "*o que os museus não fazem e deveriam fazer*<sup>874</sup>"? E chegavam a uma resposta igualmente coerente com o quadro traçado até o momento. Se os principais entraves estavam ligados a falta de autonomia, seja técnico/financeira ou de ordem político-administrativa e as demandas por capacita o, a soluço seria: "*Ter recursos orçados, contar com verbas*

---

<sup>873</sup> Ibidem.

<sup>874</sup> Ibidem.

*próprias; incentivar ações de: Divulgação, Restauração e Conservação*<sup>875</sup>”.

Como visto, busca por autonomia e incentivo às ações de divulgação eram apontadas como medidas estratégicas neste momento. Dentre essas práticas as exposições passaram a ocupar papel preponderante. Nesse sentido, por exemplo, podemos identificar a realização por parte do CEOM, durante o mês de junho<sup>876</sup> de 1998, da Exposição Internacional de Instrumentos de Tortura. Este evento itinerante de reconhecido impacto e visibilidade, segundo registrado no projeto relativo à sua organização, teria sido viabilizado após contato telefônico junto ao representante da “*Associazione Ricercatori Storici D’Italia*”<sup>877</sup>, Sr. Marcelo Machado. O CEOM teria tomado conhecimento da possibilidade de se trazer a citada exposição para Chapecó, o que foi referendado em reunião<sup>878</sup> realizada em 05 de maio de 1998, que contou com a participação de Hilda Beatriz, do Prof. Odilon Poli, Pró-reitor de Pesquisa, Extensão, da Profa. Arlene, do Sr. Nemésio Carlos da Silva, Secretário Municipal de Educação e Cultura, da Sra. Lenise Weiss Diretora Geral de Cultura e do Sr. Jandir Santim, Diretor de Patrimônio Histórico e Memorial. A decisão favorável pela realização da exposição, que teria se dado de modo unânime, registrava além da condição colaborativa entre UNOESC/CEOM e Prefeitura Municipal de Chapecó, o caráter oportuno da exposição. Cujas temáticas, lembrava-se no texto do projeto, tinha grande apelo analítico e poderia ser perfeitamente trabalhada naquele que era o Ano Interacional dos Direitos humanos<sup>879</sup>.

Nitidamente a ideia com base na qual se pensava manter as atividades do CEOM, neste momento, está preponderantemente encontrada ao conjunto de reflexões oriundo das deliberações ocorridas nos encontros do NEMU/UFSC. A similaridade entre a pauta que opera nos eventos regionais com aquela com que se ocupavam os integrantes do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC ao se reunirem para tratar dos rumos do CEOM é manifesta. A própria prática de se realizar

---

<sup>875</sup> Ibidem.

<sup>876</sup> No projeto relativo à organização da exposição constava a informação de que o evento teria acontecido entre os dias 25 de maio e 30 junho, entretanto no folder de divulgação do evento a data constante é de 01 a 30 de junho. Como reflexo de um possível ajuste do tempo da exposição.

<sup>877</sup> Pré-projeto: 800 anos de história pela primeira vez em Chapecó. 04 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>878</sup> Idem.

<sup>879</sup> Idem.

reuniões como forma de discutir coletivamente os projetos do CEOM só parece ter se tornado habitual a partir de 1998. Ou pelo menos, a praxe de se registrar em ata este tipo de acontecimento. Ainda que tivéssemos identificado encontros dessa natureza no ano de 1995, por exemplo, eles foram esporádicos. É, de fato, entre 1998 e 2000 que essas reuniões se tornam frequentes. Comprovando essa afirmação em temos o registro em ata<sup>880</sup> do encontro realizado em 29 de setembro de 1998, do qual participaram os estagiários do CEOM, Marcos Schuh e Dirce Laufer, o Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, Odilon Poli, a Coordenadora da PROPEP, Prof. Arlene Renk, a Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Prof. Monica Hass, o Coordenador do Curso de História Professor Elison Paim, o Coordenador da editora Grifos, Valdir Prigol, a Professora Juçara Wolff e a Professora Hilda B. Dmitruk, Coordenadora do CEOM, com o objetivo de deliberar sobre o *“planejamento estratégico do CEOM<sup>881</sup>”*. O que se esperava conseguir superando-se os seguintes pontos: *“a) conhecer e discutir as atividades que o CEOM tem desenvolvido e suas tendências, enquanto fontes de atuação / inserção comunitária; b) sugerir formas para que as diferentes áreas do conhecimento e as várias perspectivas teóricas possam contribuir positivamente nos encaminhamentos e ações do CEOM; c) buscar acordo entre os atores, visando construir um processo participativo de atuação institucional e extra-institucional<sup>882</sup>”*.

Tecnicamente, dois problemas interligados eram identificados por Odilon Poli, ao falar de sua percepção sobre a situação do CEOM. Um era a dificuldade em se conseguir financiamentos, e o outro, a dispersão dos pesquisadores que acabava resultando em falta de visibilidade das pesquisas da UNOESC e, conseqüentemente, maior dificuldade em se obter financiamentos. Deste modo, ao passo que reitera que *“o CEOM é a prova concreta, nos seus treze anos de existência que temos e assumimos um compromisso regional, uma vontade de fazer pesquisa, mas não se dá visibilidade que merece (pois somos muito modestos ou nos subestimamos<sup>883</sup>”?*), o registro do Pró-reitor reforça a necessidade se obter financiamento junto aos órgãos responsáveis, apontando para isso,

---

<sup>880</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 29 de setembro de 1998.

<sup>881</sup> Idem.

<sup>882</sup> Idem.

<sup>883</sup> Idem.

que “a tônica dos encontros deveria ser avaliar e reprogramar<sup>884</sup>” e lembrava que “os outros pró-reitores tem a compreensão do significado muito importante, no campo histórico regional, do CEOM<sup>885</sup>” manifestando, em razão disso, “a disposição de apoiar essa reestruturação, que implicará em avaliar: O que fazer? Como fazer?, definindo a estrutura funcional mínima indispensável<sup>886</sup>”.

Por último falou ainda da aparente existência de divergências internas e da necessidade de definir se eram de ordem teórica ou pessoal, e da necessidade de respeito às diferentes visões “Devemos clarear, dizer, se são divergências de ordem teórica ou de ordem pessoal, tendo sempre o respeito os espaços conquistados e o respeito às diferentes visões<sup>887</sup>”, dizia Odilon antes de reiterar, acerca dos integrantes do CEOM, sua crença na existência de maiores convergências do que divergências no tocante aos posicionamentos e entendimentos. Com base, propôs uma dinâmica que consistiu na divisão dos participantes em dois grupos para responderem ao seguinte questionário previamente definido que resultaria em uma leitura do CEOM nos moldes da que se fez em relação aos museus da região como um todo e que apresentamos acima. Não estranhamente, as questões a serem respondidas eram basicamente as mesmas que as anteriores e deram origem a um documento denominado “Conclusões da Plenária do I Encontro de Planejamento Estratégico do CEOM<sup>888</sup>”. Este trazia como primeira indagação feita aos participantes “como cada um concebe o CEOM<sup>889</sup>”? Que era definido como sendo um projeto de três frentes a saber, um “centro de pesquisa e extensão, de caráter interdisciplinar e participativo, que deve aglutinar através de preservação e construção da memória histórica e identidade regional, um Centro de Documentação que subsidia e fomenta pesquisas interdisciplinares e um Centro de assessoria aos museus e colégios da região Oeste, na perspectiva da Educação Patrimonial<sup>890</sup>”. O que acabava por concentrar pesquisa, preservação, “resgate”, construção, assessoria e educação dentro do projeto. Importante notar, para além da

---

<sup>884</sup> Idem.

<sup>885</sup> Idem.

<sup>886</sup> Idem.

<sup>887</sup> Idem.

<sup>888</sup> Conclusões da Plenária do I Encontro de Planejamento Estratégico do CEOM. Documento do Acervo Fundos do CEOM. 02 p. Datado de 29 de setembro de 1998.

<sup>889</sup> Idem. p. 01.

<sup>890</sup> Ibidem.

amplitude que se imagina ainda em 1998 para o projeto, a presença nessas explicações de uma fala onde a ideia de “*resgate*” e a de construção - da história - caminham lado a lado.

O rol de perguntas com base nas quais se pretendia repensar o CEOM ia de questões de ordem indentitária ao apontamento do quadro de funcionários. Como constituindo a equipe, se assinalava que ela era composta por “*professores do Departamento de Ciências Humanas e Sociais e acadêmicos do curso de História*<sup>891</sup>”. Estes acadêmicos atuavam na condição de estagiários e alguns deles acabaram por assumir funções efetivas junto ao CEOM, inclusive o cargo de Coordenação. Caso de Josiane Rosa De Oliveira em 2001 e Marcos Schuh em 2003. Se com base nesse quadro os profissionais estavam diretamente ligados ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais, cabia questionar-se se o CEOM então tratava-se de um projeto do Departamento e, em caso afirmativo, de como “*constituir uma equipe que responda às razões de existência do CEOM*<sup>892</sup>”? As sugestões nesse sentido eram muitas, da constituição de “*um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, com sub-comissões que elaborem programas/projetos para os sub-projetos do CEOM ( Historia Oral, Acervo fotográfico, documenta, etc.)*<sup>893</sup>”, até “*a criação de uma Associação de Amigos do CEOM*”. O que, segundo se propunha, passaria pela “*definição das funções destes Conselhos para não torná-los demasiado burocráticos, dificultando, desta forma, os trabalhos*<sup>894</sup>”. Convém relembrar que a ideia de se organizar uma Sociedade Amigos do CEOM vinha de longa data. Já nas correspondências da primeira fase do CEOM, encontramos solicitações feitas pelo CEOM ao Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, no sentido de que fosse repassado o modelo pelo qual se efetivou a Associação Amigos do Arquivo Público de Santa Catarina. Esse objetivo que se manteve durante a segunda fase e chegou a ser registrado em ata de 1995, era agora retomado, mas novamente, não passaria de um desejo. Sua efetivação, como veremos, logo adiante, nunca cegou a se concretizar.

A exemplo do caso dos demais museus regionais, a reunião específica sobre o CEOM, não deixou de atentar para a necessidade de delimitar qual seria o seu o público alvo. Aqui, como de se esperar, com resposta mais abrangente. Era, segundo o documento, a “*Academia:*

---

<sup>891</sup> Ibidem.

<sup>892</sup> Ibidem.

<sup>893</sup> Ibidem.

<sup>894</sup> Ibidem.

*alunos, professores e pesquisadores da UNOESC e outras IES; A comunidade como um todo: trabalhadores de museus, prefeituras, escolas de 1º e 2º graus, movimentos sociais e grupos diversificados e outros (cabe às pessoas e entidades se agregarem)*<sup>895</sup>. A abrangência do público a quem se pensava destinar as atividades do CEOM, contrastava com demandas que remontavam ao início do projeto do CEOM. A necessidade de habilitar os trabalhadores dos museus e áreas afins, presente desde o projeto de implantação em 1985, chegava ao final de 1998, ainda como um problema a ser superado. Dentre as questões levantadas neste encontro, e que versavam sobre *“a habilitação de alunos para trabalharem em “locais de guarda da memória”*<sup>896</sup> estavam: *“Como os cursos podem possibilitar a inserção discente? Como os cursos podem habilitar legalmente para trabalhar na área de museologia? Ao que se sugeria um “Curso sequencial para, legalmente, habilitar os alunos formados, também, na área de Museologia e Educação Patrimonial”*<sup>897</sup>.

Essa recorrência de temáticas como necessidade de capacitação e de aporte financeiro, levava a se proporem alternativas que abarcavam a definição de frentes de trabalho e de linhas de pesquisa para onde se deveriam direcionar esforços. Quanto às frentes de trabalho que se deveria implantar o relatório defendia *“a criação de um museu para obter financiamento (FCC, Fundação Vitae, Mecenato, etc.), a divulgação do CEOM, via exposições temporárias ou trabalhos de Educação Patrimonial, nos museus da região e a elaboração, por parte da equipe do CEOM, de projetos, tendo uma pessoa, encarregada pelo campus, para “vender” os projetos*<sup>898</sup>. Como sugestão, no tocante à primeira frente, ou seja, a criação e um museu como forma de se obter financiamentos, mencionavam-se algumas possibilidades: *“O acervo da Fundação Plínio Arlindo De Nês poderá ser o núcleo do Museu, Arquivo e Centro de Documentação; Abrir para todo tipo de documentação; Registrar o CEOM enquanto Centro de Documentação, Arquivo e Museu para possibilitar a captação de recursos*<sup>899</sup>. Cabe registrar que este é o primeiro momento em que se é discutida a condição institucional do CEOM no sentido de delimitar como áreas separadas a sua condição

---

<sup>895</sup> Ibidem.

<sup>896</sup> Ibidem.

<sup>897</sup> Ibidem.

<sup>898</sup> Conclusões da Plenária do I Encontro de Planejamento Estratégico do CEOM. Documento do Acervo Fundos do CEOM. 02 p. Datado de 29 de setembro de 1998. p. 02.

<sup>899</sup> Ibidem.

enquanto Museu, Arquivo e Centro de Documentação.

Uma vez feitos os apontamentos de ordem geral quanto a funções e objetivos do CEOM, o último espaço de deliberações era reservado para as questões ligadas ao quadro de funcionários contemplando situações de cunho mais pessoais. *“Assumem-se coisas "sem ter pernas". Percebe-se que alguns membros do Departamento não “abraçam” as causas com a mesma intensidade; Algumas pessoas não se sentem comprometidas, enquanto outras se auto-exploram; Deve-se “amarrar” as questões com uma equipe real, que se responsabilize pelo andamento das atividades<sup>900</sup>”*. Eram alguns dos apontamentos que se fazia acerca dos integrantes do Departamento. Essa situação de descompasso entre a atuação de diferentes integrantes do grupo ligado ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais e, conseqüentemente ao CEOM, será evidenciada ainda em outras passagens futuras.

Como resumo geral do encontro se elaborava uma relação de atividades a se “fazer a curto e médio prazo” que contemplavam os seguintes pontos:

- Organização das fontes, a partir de uma metodologia organizacional gestada em conjunto. Produção de novas fontes, aliadas às Linhas de Pesquisa do Departamento, implementando os sub-projetos (Historia Oral, Acervo Fotográfico e Documental), com discussão de cada área para: a) definição de metas a atingir; b) perspectiva teórico-metodológica e, c) Estratégias de ação. - "Folha do CEOM"- articulada com o Programa "Oeste no Plural"; - Dar continuidade as publicações: Cadernos do CEOM, dossiês de trabalho... buscando dar um viés cultural. - URGENTE: Ampliação da estrutura funcional do CEOM<sup>901</sup>.

Conforme adiantado, tanto os temas discutidos nos encontros como a própria prática de se fazer reuniões com a participação dos professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais para se debater os andamentos do CEOM, se tornaram correntes a partir de 1998. Mostra disso, é que menos de um mês após o encontro que vimos anteriormente, em 27 de outubro de 1998, reuniram-se os professores<sup>902</sup> Odilon L. Poli

---

<sup>900</sup> Ibidem.

<sup>901</sup> Ibidem.

<sup>902</sup> Ainda que não conste da relação nominal inicial, a ata, ao final, traz a assinatura da Professora Eli Bellani.

– Pró-Reitor da PROPEP, Arlene Renk – Coordenadora da PROPEP, Manica Hass - Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Elison Paim – Coordenador do Curso de História, Alceu Werlang - Coordenador do Programa de Pesquisa e Opinião, Vilson Cabral, Francisco Zibordi, Hilda B Dmitruk – Coordenadora do CEOM, Valdir Prigol – Coordenador da Editora e os estagiários do CEOM, Dirce Laufer e Marcos Schuh, para juntos tratarem<sup>903</sup> da pauta: “*como construir e manter um projeto comum, durante os próximos anos*”<sup>904</sup>. Por projeto comum, ficava subentendido, comum ao Departamento e ao CEOM. Uma sugestão do professor Vilson, foi de se definirem temáticas “*transversais*”<sup>905</sup> de modo a “*agregar os docentes e discentes dos nossos cursos e as próprias linhas de pesquisa*”<sup>906</sup>. Nesse sentido, a professora Arlene propôs a criação de um grande projeto “*que organizasse as fontes, os acervos e definisse as temáticas e as perspectivas teórico metodológicas*”<sup>907</sup>. Diante do exposto, o professor Elison questionou: “*qual é a cara do CEOM? Quais suas ações permanentes*”<sup>908</sup>? Ao que Odilon tentou responder elencando seguintes características. A primeira como “*Centro de Documentação que aglutina os acervos fotográficos, orais e escritos*”<sup>909</sup>. A segunda enquanto “*Centro de Educação Patrimonial, englobando o atual Programa Patrimônio-Escola-Comunidade - PEC, de assessoria aos municípios, etc.*”<sup>910</sup>. E uma terceira que atuaria na “*Divulgação/inserção comunitária*”<sup>911</sup>.

No tocante aos programas permanentes definiu-se o “*Centro de documentação congregando os acervos documentais atuais, inclusive o fundo do Plínio A. Nes e os que vierem a ser doados*”<sup>912</sup> e a área de “*Educação Patrimonial que além do já elencado programa PEC e assessoria aos municípios via Núcleo de Estudos Museológicos, compreenderia as ações na mídia em prol da preservação*”<sup>913</sup>.

---

<sup>903</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 27 de outubro de 1998.

<sup>904</sup> Idem.

<sup>905</sup> Idem.

<sup>906</sup> Idem.

<sup>907</sup> Idem.

<sup>908</sup> Idem.

<sup>909</sup> Idem.

<sup>910</sup> Idem.

<sup>911</sup> Idem.

<sup>912</sup> Idem.

<sup>913</sup> Idem.

Dando continuidade, o professor Alceu lembrou da “*necessidade de enriquecer o acervo e ampliar o espaço físico*”<sup>914</sup> enquanto Arlene e Vilson, salientaram a importância em se engajar os alunos egressos de modo a torná-los “*pesquisadores associadas ao CEOM*”<sup>915</sup>. Arlene reiterou, ainda, a necessidade de se criar um “*projeto novo que englobasse tudo e que pudesse ser uma espécie de camaleão, adaptando-se às diversas possibilidades de financiamento*”<sup>916</sup>. Diante do que, acordou-se, por indicação de Odilon, que uma comissão ficaria encarregada pela criação de uma “*minuta*”<sup>917</sup> desse “*projeto*”<sup>918</sup>, para o que foram escolhidos os professores Alceu, Hilda, Vilson e Arlene.

O que parece tomar forma neste momento é o modo de organizar as atividades do CEOM completamente diferente daquele que se viu, por exemplo, na primeira fase. No início do projeto do CEOM, o que parecia imperar era uma modalidade em que as ações eram pensadas a partir do CEOM e, com base nisso, se vislumbrava como as demais instituições poderia auxiliar na execução destas tarefas. Ainda que os intelectuais que estivessem a frente do CEOM fossem também na primeira fase, ligados à FUNDESTE, a sua concepção de CEOM parecia tomá-lo como uma célula autônoma. Autônoma no sentido de que seus projetos não eram pensados enquanto meios ligados aos interesses de um Departamento e nem tinham de estar em concordância com coisas comuns nessa nova fase, como linhas de pesquisa, por exemplo. Agora, em 1998, o que se via era o CEOM enredado em processos burocráticos que tentam definir como ele pode atender aos interesses da nova configuração do Departamento e melhor se equacionar enquanto meio para obtenção de financiamentos. Grosso modo, pode-se dizer que o protagonismo do CEOM enquanto grande projeto abre espaço para sua adequação às demandas e necessidades das linhas de pesquisa e manutenção do próprio Departamento. Note-se que aqui não mais se trata do modo como a estrutura da instituição de ensino pode servir ao projeto do CEOM e sim de como o CEOM pode servir a essa estrutura. A ideia de um projeto definido com base no qual se buscam financiamentos e meios para concretização, é substituída pela defesa de criação de um “*projeto camaleão*”<sup>919</sup>, ou “*projeto*”, capaz de se adequar “*às diversas*

---

<sup>914</sup> Idem.

<sup>915</sup> Idem.

<sup>916</sup> Idem.

<sup>917</sup> Idem.

<sup>918</sup> Idem.

<sup>919</sup> Idem.

*possibilidades de financiamento*<sup>920</sup>”. É a demonstração do momento em que a importância das temáticas é sobreposta pela necessidade de auto-financiamento, o que coloca em xeque a identidade do próprio Centro, uma vez que integrar essas atividades em um projeto significava refundar, com esse projeto, a identidade do CEOM. Cumpre notar a diferença entre esse discurso auto-reflexivo e anamnésico em relação ao da fase heróica, com seu voluntarismo civilizador. A mudança de tom acontece quando o CEOM já dispõe de mediadores acadêmicos formados na *região* - a bandeira de uma arena própria de elaboração da história local, empunhada por Rosseto, já tinha alcançado resultados - e se insere em condição de igualdade com núcleos da Universidade Federal e do governo situados na Capital.

## 6.2 REARRANJO E CLASSIFICAÇÃO; LIDANDO COM AS DEFICIÊNCIAS TÉCNICAS DO ACERVO

Se o ano de 1998 fora marcado pela instituição da prática de se realizarem reuniões para a discussão das questões pertinentes ao CEOM, o ano de 1999 elevaria este tipo de acontecimento à sua máxima condição. Neste ano, nada menos do que oito encontros foram feitos para se deliberar temas que não traziam muitas variações em relação aos anteriores. A principal questão discutida no primeiro deles, por exemplo, girou em torno da autonomia financeira do CEOM e da necessidade de se desenvolver um projeto geral capaz de dar sustentação a essa demanda. A condição financeira e necessidade um projeto geral, já apontados no fechamento do item anterior, aliás, tornaram-se centrais em todos os debates realizados nos encontros daquele ano. Este período, o que possui o maior número de registros de encontros em ata, anota discussões que vão desde o fortalecimento do programa PEC que passou a ser, o principal projeto do CEOM, até questões envolvendo a dificuldades junto às prefeituras - falta de verba-, a necessidade de formalização da parceria entre o CEOM e a Prefeitura de Chapecó com relação ao assessoramento junto ao Museu Antônio Selistre de Campos e os tramites envolvendo o acervo Plínio Arlindo de Nes e da Colonizadora Bertaso.

Antes de darmos seguimento, façamos uma pequena abordagem individual destes pontos. O programa PEC - PATRIMÔNIO, ESCOLA, COMUNIDADE, era um projeto idealizado e coordenado por Hilda

---

<sup>920</sup> Idem.

Dmitruk, e desenvolvia junto aos municípios<sup>921</sup> interessados, segundo slide<sup>922</sup> de apresentação do acervo do CEOM, “*a construção participativa de uma política de valorização do patrimônio cultural, na sua dimensão histórica, artística e ecológica, num processo dialógico de construção de referenciais para o exercício da cidadania*”<sup>923</sup>. Tendo como principais atividades exercidas: “*assessorar os municípios na montagem, organização instalação de museus e similares dentro dos critérios teórico-museológicos; elaboração de pesquisa a partir do resgate da memória histórico-cultural; organização de material didático para publicação*”<sup>924</sup>; Além de “*oferecer oficinas de orientação e instrumentalização a comunidade e sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural e realizar oficinas sobre metodologias de exposições museológicas*”<sup>925</sup>.

No tocante às dificuldades de se firmar parcerias e de se obter financiamentos junto às prefeituras da *região*, as razões eram tanto da ordem das limitações orçamentárias destes municípios como decorrentes de questões ideológicas ou conceituais acerca da importância de ações desta natureza, como demonstramos nos capítulos anteriores. Note-se que mesmo a parceria envolvendo o CEOM e a prefeitura de Chapecó sobre a gestão do Museu Antonio Selistre de Campos, diferente do que se poderia esperar<sup>926</sup>, não parece se dar nos moldes que julgava o CEOM serem os melhores. Essas dificuldades também se aplicavam ao caso dos acervos do Sr. Plínio Arlindo de Nes e da Colonizadora Bertaso. O primeiro, em razão de questões burocráticas de enquadramento<sup>927</sup>.

---

<sup>921</sup> Há registro do desenvolvimento dessas atividades nos municípios de Quilombo, Águas de Chapecó, São Carlos e Nova Itaberaba.

<sup>922</sup> Este documento faz parte de uma série de slides com resumos de alguns dos projetos desenvolvidos pelo CEOM e que eram usados, provavelmente, em apresentações do CEOM.

<sup>923</sup> Idem.

<sup>924</sup> Idem.

<sup>925</sup> Idem.

<sup>926</sup> Cabe lembrar que neste período o prefeito de Chapecó era José Fritsch do PT e tinha como vice Nemesio Carlos da Silva. O primeiro [José Fritsch] tinha fortes ligações com Pedro Uczai, por exemplo, que seria seu vice nas próximas eleições. E o segundo [Nemesio Carlos da Silva] havia participado da criação do CEOM. Ver tabela 3.

<sup>927</sup> Segundo consta em ata. A ideia inicial do CEOM era incluir as ações ligadas a anexação do acervo dentro do projeto PEC, para o qual já se havia formalizado parceria com a Prefeitura de Chapecó. Entretanto, veio-se a saber depois que esta

Enquanto o segundo, como veremos logo adiante, envolvia questões relativas ao tombamento do referido acervo.

Esta terceira fase que definimos como que marcando o surgimento de um caráter mais técnico ao CEOM no tocante ao pensar de suas atividades, a definição de suas características e objetivos é também o momento, dentro desta perspectiva, em que se começam a aflorar as preocupações de modo consistente com relação ao acervo. Questões como levantamento de peças e documentos, acondicionamento, catalogação, identificação e disponibilização do acervo passam a constar de modo sistemático dos relatórios e projetos de ação da Instituição. Como pode-se perceber em relatório do ano de 1998 onde sob o título de *“CEOM: Urgência definições acerca do acervo”*<sup>928</sup>, apontavam-se as seguintes necessidades:

Falta catalogar e classificar: a) Fontes materiais; 1 - Miniaturas do cotidiano de trabalho, período da colonização - Elaborar fichas de identificação. 2 - Material arqueológico - Elaborar fichas de identificação; 3 - Fontes escritas (Acervo Bibliográfico). Secundárias: - revistas, livros; Trabalhos de curso: TCD - HUS (Trabalho de Conclusão de Disciplina Ano de elaboração) e TCC - HUS (Trabalho de Conclusão de Curso); EST - HUS (Relatórios de Estágio que ficam nas coordenações. Produção científica: professores e alunos de pós-graduação do Departamento de Ciências humanas e Sociais: MO - Monografia (Especialização) PI Convênio UFSC; P2-Convênio PUC/SP; P3 História e Museologia; P4 - História Regional; DM - HUS - Dissertação de Mestrado TD- HUS - Tese de Doutorado. Existem 207 entrevistas à espera de tratamento técnico. Primárias: Documentos. b) Fontes orais - Definir eixos temáticos e definir programa; - Fazer catálogos com índices remissivos por entrevistadores - autores - depoentes assuntos (municípios). c) Fontes Iconográficas: - Definir temáticas - catalogar - classificar; 1. Fotografias; 2. Gravuras, quadros, esculturas, etc. - Definir

---

manobra era impossível, uma vez que a natureza da operação não se enquadrava no rol das atividades compreendidas pelo Programa PEC.

<sup>928</sup> Relatório de atividades e demandas do CEOM no ano de 1998. Acervo Fundos do CEOM.

programa de desenvolvimento; d) Audio-visuais: 1. Vídeo; 2. Slides; 3. Fitas. - Organizar acervo e definir desenvolvimento<sup>929</sup>.

Essa relação de demandas apresentadas como urgências, ao mesmo tempo em que revelam parte do que fazia parte do acervo do CEOM, denunciavam um aparente pouco cuidado técnico com que se havia procedido algumas das atividades de coleta desde os primeiros anos de atuação. Entre miniaturas, material arqueológico, trabalhos acadêmicos, gravações, fotos e periódicos, quase tudo, como se percebe do relatório, carecia de tratamento. O que levava a equipe a elaborar um diagnóstico para posterior intervenção. Se reportando ao “*Programa de História Oral*<sup>930</sup>” um dos principais problemas apontados uma vez que este tinha “*como um dos objetivos, a construção de fontes orais para pesquisas atuais e futuras*<sup>931</sup>”, era a falta de um mecanismo capaz de viabilizar as consultas ao acervo. Assim se tornava necessário, segundo o relatório, “*elaborar instrumentos de indexação que possibilitem a sua identificação e localização do público interessado. Neste sentido e, conforme orientações do CPDOC, em ALBERTI (1994) e CORREA (1997) haverá necessidade de organizar sumários para as entrevistas que não as possuem e dois índices: o onomástico e o temático para o conjunto do acervo do Programa Histórico Oral*<sup>932</sup>”. Acervo que era composto pelos seguintes materiais:

O Acervo de História do CEOM, atualmente encontra-se composto por: a) entrevistas ligadas à História Regional. 62 entrevistas transcritas pelos alunos de Pós-Graduação realizado pela antiga FENDESTE em convênio com a UFSC, nos anos de 1986 e 1987. Cópias destas entrevistas foram entregues ao CEOM em 26/08/87 pelo professor Carlos Humberto Corrêa, ficando as fitas arquivadas no Programa de História Oral da UFSC. 15 Entrevistas transcritas e suas respectivas fitas (36), realizadas por membros da equipe do CEOM, no período de 1986 a 1990. 20 entrevistas transcritas com suas respectivas fitas, elaborados por alunos e professores envolvidos em projetos de pesquisa com apoio financeiro interno (CAPES,

---

<sup>929</sup> Idem.

<sup>930</sup> Idem.

<sup>931</sup> Idem.

<sup>932</sup> Idem.

etc. e externo (CNPQ, etc.). - 51 Entrevistas realizadas por alunos da disciplina de Estudo e Preservação de Bens Culturais, nos anos de 1996 e de 1997, das quais, mais ou menos 30% não poderão ser liberadas para a consulta pública por apresentarem deficiências de cunho metodológico. b) Transcrição de cursos e palestras organizadas pelo ou dentro das temáticas de abrangência do CEOM<sup>933</sup>.

As deficiências técnicas com que se haviam executado as atividades precedentes no CEOM explicitadas na citação eram corroboradas pela necessidade de se tentar desenvolver meios de recuperação das informações contidas nestas entrevistas que era exposta na continuidade do relatório. *“Destes materiais<sup>934</sup>”, anotava-se, “apenas as transcrições oriundas do Pós-Graduação estão em condições de serem liberadas para a consulta pública”. A alternativa apontada como meio de senão resolver, atenuar o problema era<sup>935</sup>:*

Urge elaborar instrumentos que facilitem a consulta e recuperação das informações nestas contidas. Assim, após o processamento técnico da transcrição das entrevistas, estas deverão apresentar: a) sumário e b) índice onomástico, a partir dos quais serão elaborados o índice onomástico e o índice temático representativos do acervo geral como um todo<sup>936</sup>.

Como visto, no caso específico das entrevistas, uma das atividades centrais do projeto original do CEOM, as necessidades de tratamento técnico eram de flagrante necessidade, tanto no que concernia aos procedimentos de caráter prático como a criação de sumário, e transcrição, quanto no que correspondia aos procedimentos de condução da entrevista. Ao que parece, as orientações contidas nos manuais para coleta, nos quais a história oral contava com um espaço substancial e extenso detalhamento dos procedimentos, não parecem ter garantido a qualidade necessária aos trabalhos de entrevista. O que levava à elaboração de novas orientações nesse sentido. *“Sugere-se que as novas entrevistas a serem realizadas adotem esta sistemática, isto é, que cada*

---

<sup>933</sup> Idem.

<sup>934</sup> Idem.

<sup>935</sup> Idem.

<sup>936</sup> Idem.

*entrevistador elabore um sumário e o índice onomástico*<sup>937</sup> *de sua*

<sup>937</sup> Estes procedimentos eram meticulosamente detalhados como pode-se ver na transcrição que segue: “Veja-se a seguir alguns cuidados para a elaboração desses instrumentos de recuperação de informações: a) sumário: Listagem dos tópicos que aparecem na entrevista com indicação da localização. Este sumário deverá constar após a capa da entrevista. Conforme ALBERTI (1994, p. 154) o sumário deve ser tomado enquanto índice dos assuntos da entrevista, relacionados na ordem mesma em que aparecem no depoimento”. Ex. Origens familiares... p. 01 a 03 (ou fitas I - A). Cada entrevistador, após a transcrição deverá sintetizar os temas abordados e agrupar por temas correlatos: Comparação entre Chapecó e Xanxerê: história político-administrativa, econômica e social. Como fazer? Basear-se nas respostas do entrevistado; Relativizar, se necessário, um assunto em pauta, mas, não tratado pelo entrevistado (por não saber, não lembrar ou não querer). Ex.: Vagas lembranças sobre a queima da Igreja; Pecar por excesso e não pela omissão de temas; Seguir a ordem cronológica da entrevista. Ex.: Criação do Município de Chapecó (1917). Guerra do Contestado (1916); Repetições: Se for distante da primeira menção, cabe elaborar novo tópico: Ex: Outras observações sobre a Guerra do Contestado. Esclarecer as dimensões do tratamento em termos de: 1) qualidade da abordagem. Isto é: trata-se de relato da participação do depoente ou da avaliação dos impactos sentidos durante a Guerra do Contestado? É comentário e crítica, é recordação, é explicação? 2) em termos de sua dimensão quantitativa: se refere muito ou pouco sobre esse assunto? Ex: "Breve referência. "Exposição detalhada sobre. b) índice Onomástico da entrevista. Listagem com localização (nº da página das pessoas mencionadas, julgadas como relevantes no contexto da entrevista e para os pesquisadores do CEOM Cada entrevista deverá ser acompanhada por um índice onomástico a partir dos quais será elaborado o índice onomástico geral de História Oral do CEOM. O primeiro é elaborado por quem transcreve a entrevista e ser conferido pelo responsável de fidelidade. Pode exigir pesquisa para definir correta grafia dos nomes. Padronização: - Sobrenome (maiúscula) com prenomes dos atores mencionados na pesquisa; - Alfabetizar. - Haverá duas entradas para pessoas conhecidas pelo pseudônimo. Este índice, de preferência deverá constar no final da transcrição. Ex: SIQUEIRA, Paulo de, p. 03. PAULETTE ver SIQUEIRA, Paulo de. ÍNDICES DO ACERVO GERAL - Índice temático do programa: se relacionam, com sua devida localização, os assuntos específicos no conjunto de entrevistas do acervo. Exige, por parte da equipe do CEOM, uma definição dos temas a serem incluídos o índice, conforme os objetivos do programa, bem como a padronização das "entradas" "Centradas remissivas", a fim de garantir exatidão e qualidade a este instrumento de consulta prévio. Este índice deve ser atualizado a cada entrevista realizada. Tomam-se por base os sumários de cada transcrição revisada. Ainda deve-se atribuir a cada entrevista um número sequencial pela ordem de liberação para consulta pública. O uso do computador favorecerá o cruzamento dos dados e a recuperação das informações. Ex: Tema: Guerra do Contestado E-3, E-16, E-68 (E-3 Entrevista número 03)”.

*entrevista logo após a transcrição correspondente*<sup>938</sup>. Nos procedimentos sugeridos, como se pode evidenciar na transcrição feita em nota de rodapé, as intervenções iam bem além de apontamentos puramente técnicos. Havia indicações de métodos de condução das entrevistas que se reportavam a pontos como grau de aprofundamento que se deveria ter em reação aos temas e definição do caráter de credibilidade do testemunho, por exemplo. No tocante às sugestões ligadas aos procedimentos com os materiais já pertencentes ao acervo, para efetivação e facilitação do acondicionamento e das consultas futuras, indicava-se que, após os procedimentos relativos ao material, se criassem divisões temáticas. Notadamente uma preocupação que cobria também as atividades de organização interna, passava a se sobrepor a uma preocupação anteriormente, ao que tudo indica, mais limitada ao processo de execução das entrevistas. Esse acervo, detalhava o relatório, continha à época “*os seguintes Fundos e Coleções documentais*.”<sup>939</sup>.

### 6.3 O CEOM COMO EXTENSÃO DA UNOESC-CHAPECÓ; A NECESSIDADE DE UM PROJETO ÚNICO

Retomando os apontamentos presentes nas atas durante o ano de 1998, percebemos que certas questões se mantêm recorrentes durante todo o período. O desejo de criação de uma Sociedade Amigos do CEOM, é um exemplo que, como veremos, só será abandonado no final de 1999. Outros temas recorrentes eram a necessidade de mais estagiários e/ou

---

<sup>938</sup> Idem.

<sup>939</sup> 1. Coleção FUNDESTE/UNOESC (trata-se de parte do acervo histórico da própria universidade); 2. Fundo empresarial e particular "Bertaso" (Documentos de Colonizadora particular que empreendeu o povoamento da *Região* Oeste de Santa Catarina. Constitui-se de mapas, plantas, documentação contábil, correspondências, jornais, fotografias, de fundamental importância para conhecimento da configuração histórica regional); 3. Coleção "Plínio Arlindo de Nes" (Documentação diversa, com destaque aos documentos do período no qual Plínio de Nes exerceu atividades junto a Secretaria do Oeste órgão executivo do Estado de Santa Catarina localizado na *região* oeste); 4. Coleção "Fórum da Comarca de Chapecó" (Processos Judiciais das áreas civil e criminal); 5. Coleção "Documentação Oral" (Entrevistas realizadas, principalmente com moradores da *região*); 6. Acervo Iconográfico (Cerca de 2500 fotografias referentes a história regional); 7. Coleção "Contestado"; 8. Coleção "Oeste Catarinense"; 9. Coleção "Etnias". 10. Coleção COALC Companhia de Álcool Chapecó; 11. Acervo Audiovisual; 12. Acervo Cartográfico; 13. Hemeroteca (jornais locais da década de 60 e 70) Cli-pagens de matérias sobre o Oeste Catarinense. Idem.

funcionários para o CEOM e a sobrecarga de atividades. Essa situação era exposta, no encontro de 27 de outubro de 1998<sup>940</sup>, por Hilda B. Dmitruk. Ao que o Professor Vilson chegava a sugerir um “*desacelerar*”<sup>941</sup> das atividades de extensão desenvolvidas pelo CEOM. Esse conjunto de demandas que passam a figurar nos espaços de debate do CEOM como característica desta nova fase, chega ao ano de 1999, sem muita alteração. No primeiro encontro,<sup>942</sup> realizado em 01 de março de 1999, era registrada a seguinte relação de presentes: Odilon Poli, Arlene Renk, Monica Hass, Elisa Paim, Maria Lurdes Pértile, Eli Bellani, Francisco Zibordi, Dirce Laufer, Marcos Schuh, Juçara Nair Wolff, Vilson Cabral e Hilda Dmitruk que se reuniram para avaliar a proposta apresentada pelos professores Vilson, Arlene e Hilda em resposta as várias demandas que se vinham assinalando nos encontros anteriores. A sugestão trazida era a de se centrar os esforços em algumas frentes de trabalho deste modo elencadas: a) *Centro de Documentação*<sup>943</sup>; encarregado de reunir, organizar e disponibilizar os pesquisadores em geral segundo às diferentes fontes documentais (escritas, orais, audiovisuais). Em tese, promover a distribuição dos pesquisadores segundo às documentações disponíveis e o alinhamento com suas áreas de pesquisa. Seria da alçada do centro de Documentação as ações relativas a organização, identificação e conservação das fontes; b) *Programa de Pesquisa*<sup>944</sup>: focado no estudo e na divulgação das “*diferentes experiências sociais do processo histórico-social da região*”; c) *Centro de Organização da Memória*<sup>945</sup>: responsável por “*definir um programa de extensão que envolva de forma participativa a Comunidade no processo de salvaguarda e valorização da memória e da experiência enquanto referencial para a cidadania*”<sup>946</sup>; d) *Programa de Divulgação*:

---

<sup>940</sup> Ver Ata na página 317.

<sup>941</sup> Idem.

<sup>942</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 08 de março de 1999. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>943</sup> Com relação ao Centro de Documentação Eli Bellani, informava que o acervo da Colonizadora Bertaso havia sido, aparentemente de modo diferente do que se acreditava, “*apenas tombado e não doado, o que facilitaria os trâmites pela cédula definitiva do acervo ao CEOM/HUS/UNOESC*”.

<sup>944</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 08 de março de 1999. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>945</sup> Idem.

<sup>946</sup> Idem.

incumbido de elaborar um projeto de marketing para as atividades desenvolvidas pelo CEOM; e) Equipe de Formalização: *“Para elaborar propostas, nos sentido de concretizar sistemáticas para essas frentes de trabalho<sup>947</sup>”*. O que, em outras palavras, significava que esta equipe de formalização seria responsável pela logística de todas as ações.

Dentre essas ações, a de maior importância para o CEOM durante os anos seguintes, será a efetivação do Programa PEC. Ainda que o projeto de sua criação já estivesse pronto em 1998, é no ano de 1999 que o convênio com a Prefeitura de Chapecó é assinado de modo formal. Do que se tem registro em ata de encontro realizado em 08 de março, do qual participaram o Secretário de Esporte e Cultura, Sr. Paulo da Silva, a Coordenadora do Patrimônio Histórico e Memória, Sra. Joice Berta e o Diretor Feral de Cultura do Município de Chapecó, além dos professores Odilon Poli, Arlene Renk, Monica Hass e Hilda Dmitruk.

Com relação ao andamento das atividades relativas ao convenio entre UNOESC/CEOM e a Prefeitura de Chapecó, decidiu-se pela formação de uma Comissão encarregada de acompanhar o projeto composta por um representante de cada uma das entidades presentes mais um da comunidade em geral, além de um membro da *“Sociedade Amigos do Patrimônio Histórico<sup>948</sup>”*.

Notadamente a terceira fase do CEOM demarcava um cenário que, por um lado trazia como característica as discussões coletivas das ações, e por outro sinalizava a convergência dos esforços no programa PEC. Esta postura era condizente com a ideia de criação de um projeto central em torno do qual se articulariam as atividades do Departamento de Ciências Humanas e Sociais de modo a facilitar a obtenção de recurso. Que como visto, se conferia em um dos principais desafios naquele momento. No tocante à regularidade dos encontros, temos nota de nova reunião<sup>949</sup> realizada já no dia 17, o que totalizava, somente neste mês de março de 1999, um número de três encontros. A pauta deste dia que remontava aos primeiros anos do CEOM, versava sobre o estado em que encontrava a criação de Comissões Municipais. Transcorrida quase uma década e meia o número de Comissões não parecia ter superado em muito aquele

---

<sup>947</sup> Idem.

<sup>948</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 08 de março de 1998. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>949</sup> Ata referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM em 17 de março de 1999. Acervo Fundos do CEOM.

atingido nos primeiros cinco anos de atividade. Uma razão apontada para essa situação, também não diferente do que já se havia visto em outras passagens, era “*a difícil relação com as administrações e à própria situação financeira das prefeituras municipais*”<sup>950</sup>. O mesmo valia para as proposições mediante as quais se pensava superar esse quadro. Excetuando-se a ideia de “*criação de um marketing institucional para o CEOM*”<sup>951</sup> que havia passado a figurar os espaços de debate do CEOM no ano de 1998, as demais sugestões que iam desde a realização de seminários com o intuito de “*atrair grupos interessados num trabalho de resgate histórico-cultural e algumas Prefeituras interessadas*”<sup>952</sup> até a ativação de “*parcerias com a Fundação Catarinense de Cultura e a SANTUR*”<sup>953</sup>, não passavam, na realidade, de uma retomada de velhas práticas existentes desde o primeiros anos de atividade e que ao longo do tempo pareciam demandar reativação e realimentação constantes.

Nesta perspectiva outro dos destaques discutidos aludia à integração ao projeto do CEOM daquilo que se definia como “*clientes de serviço*”<sup>954</sup>, neste caso representados pelos “*Movimentos Sociais Organizados*”<sup>955</sup>. Essa definição de “*clientes de serviço*”, diga-se de passagem, era bastante coerente uma vez que os movimentos sociais da região há muito figuravam como segmento privilegiado pelo projeto do CEOM. O último ponto acerca do qual se ocuparam os presentes no encontro tratava da proposta da profissionalização do programa de extensão - característica que o CEOM havia assumido - que se acreditava atingir mediante um “*marketing de divulgação da proposta*”<sup>956</sup>. Sugeriria-se ainda “*Incrementar as publicações e entrar na produção de materiais em CD*”<sup>957</sup>. Era em torno destas questões que se concentraram os debates nos demais encontros deste ano de 1999.

Ano em que no campo das ações se teve, entre os dias 09 e 11 de abril, o “*II Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos*”<sup>958</sup>. Evento que teve por sede, a exemplo do Encontro Regional dos Museus realizado em

---

<sup>950</sup> Idem.

<sup>951</sup> Idem.

<sup>952</sup> Idem.

<sup>953</sup> Idem.

<sup>954</sup> Idem.

<sup>955</sup> Idem.

<sup>956</sup> Idem.

<sup>957</sup> Idem.

<sup>958</sup> Folder de divulgação do II Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos. Acervo Fundos do CEOM. De 09 a 11 de abril de 1999.

1997<sup>959</sup>, o Clube do Imigrante e o Museu Comunitário de Itapiranga. No que diz respeito, tanto ao público alvo, como aos objetivos do evento não se viam, em relação aos pontos que se vinha elencando nos encontros anteriores, grandes diferenças. Os primeiros eram os professores das áreas de História e Geografia e os Profissionais que atuavam nos Museus, Centros de Memória, etc. Já no tocante aos objetivos, falava-se em “*dar continuidade às ações de integração*”, “*fomentar a discussão sobre o patrimônio arqueológico regional e seu tratamento*”<sup>960</sup> e capacitação dos trabalhadores em museus e professores, por exemplo. Também de pouca diferença era o quadro do Corpo Docente encarregado pelas atividades. “*Representantes do IPHAN, da Fundação Catarinense de Cultura, do Museu Universitário da UFSC, do Departamento de História da UNESC - Criciúma, da Fundação Cultural de Joinville e membros do Centro de Organização da Memória – CEOM e professores da UNOESC – Campus de São Miguel D’Oeste*”<sup>961</sup>, compunham a nominata, segundo o panfleto de divulgação.

No tocante às exposições, ação que, desde a segunda fase do CEOM, nunca fora deixada de lado, era organizada no mês de outubro a exposição fotográfica “*Coisas da Terra da Gente*”<sup>962</sup> de Aribert Bertonecelli . A abertura da exposição coincidia com a inauguração da nova sede do CEOM, que passava a ser no 3º andar do CAC/UNOESC, como consta do convite para o ato de inauguração que se daria no dia 02 daquele mês. Outubro também foi o mês em que se realizou a “*Oficina de Memória e Documentação*”<sup>963</sup> na Colônia Bacia de Chapeco. Este evento que teve por data o dia 23 foi realizada sob a coordenação da professora Hilda Beatriz Dmitruk do Centro de Organização da Memória - CEOM e que contou com o apoio dos Diretores Gerais de Agricultura e de Cultura do Município, tinha por objetivo segundo consta do “*Release para Imprensa*”<sup>964</sup>, que havia sido elaborado via assessoria de Imprensa da Prefeitura, atender à solicitação do Diretor Geral de Agricultura do

---

<sup>959</sup> Ver página.

<sup>960</sup> Folder de divulgação do II Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos. Acervo Fundos do CEOM. De 09 a 11 de abril de 1999.

<sup>961</sup> Idem.

<sup>962</sup> Folder de divulgação e convite para a inauguração da nova sede do CEOM e para a Exposição Fotográfica Coisas da Terra da Gente. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>963</sup> Documento enviado por Hilda Beatriz Dmitruk ao Sr. Luiz Carlos Borsuk, Diretor Geral de Agricultura do Município de Chapecó.

<sup>964</sup> Era este o termo usado para se descrever o documento em questão.

município de Chapeco ao CEOM, “no sentido de colaborar: a) a longo prazo, num amplo projeto de desenvolvimento socioeconômico que implica na implantação de um circuito de turismo rural e b) especificamente e a curto prazo, no processo de tombamento da igreja de Colônia Bacia e organização de seu espaço também enquanto atração histórico-turística<sup>965</sup>”.

Este evento é um dos primeiros de que tomamos nota em que se começa a discutir questões ligadas ao patrimônio ecológico. Esta ideia de natureza enquanto espaço que deve ser preservado e que pode também ser explorado como espaço de visitação. A própria vinculação do projeto ao Centro de agricultura e a intenção em se buscar a viabilização do turismo rural demonstram uma ampliação do leque de assessoria do CEOM no tocante às ações e uma também maior receptividade quanto a efetivação de parcerias com outros centros da mesma universidade. Essa maior abertura em relação a parcerias e temáticas também se estendia aos conceitos com base nos quais se passava a operar.

A oficina como parte do Programa "Patrimônio – Escola - Comunidade" PEC do CEOM / HUS / UNOESC e do programa curricular de ensino da disciplina "Estudo e Preservação dos Bens Culturais" objetivou: Articular via CEOM e disciplina docentes e alunos do 4º Período do Curso de História e Comunidade da Colônia Bacia, bem como membros da Direção Geral de Agricultura e Direção Geral de Cultura do Município de Chapeco num trabalho preliminar de resgate dos suportes da memória coletiva, visando contribuir no esforço desta comunidade em *construir* sua memória e situar sua identidade social. ATIVIDADES: Os alunos e professora realizaram pesquisa de campo para o levantamento/mapeamento dos suportes da memória da comunidade, envolvendo também a criação de fontes orais. E, durante a tarde, efetuaram uma oficina de memória com membros da comunidade previamente selecionados pelo Conselho de Pastoral da comunidade. A "oficina de memória" foi filmada e visou oportunizar que pessoas diferentes da mesma comunidade se encontrassem, trocassem suas lembranças

---

<sup>965</sup> Documento enviado por Hilda Beatriz Dmitruk ao Sr. Luiz Carlos Borsuk, Diretor Geral de Agricultura do Município de Chapecó.

escutassem e produzissem narrativas sobre suas experiências nos primeiros tempos da comunidade e sobre o referencial histórico-social básico escolhido: a Igreja<sup>966</sup>.

Perceba-se como o termo “*resgate*”, central no projeto de constituição do CEOM e amplamente usado nos escritos relativos ao Centro, vai gradativamente cedendo/compartilhando espaço a/com termos como “*construção*”, por exemplo. E de concepções como “*resgate*” da memória e da identidade passamos para ideias de construção da identidade e da memória, inclusive em caráter coletivo. A ideia de “*locais de memória*”, como vimos parecia iniciar sua circulação na esfera do CEOM a partir dos contatos oportunizados pela associação ao NEMU/UFSC. Este novo conjunto de entendimentos é possível, fosse decorrente da aplicação prática deste novo conceito.

#### 6.4 MUSEU, ARQUIVO E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO; NOVAS FUNÇÕES NOVOS PROCEDIMENTOS

Ao passo que se fortalecia o alinhamento do CEOM aos novos preceitos introduzidos com o advento do NEMU/UFSC e o objetivo de se constituir um grande projeto de ação e a criação de um museu como formas de se facilitar a obtenção de recursos, ganhavam espaço nas reuniões do grupo demandas internas ligadas justamente ao repensar trazido com esse novo momento, que impunham ações de cunho bem mais procedimental. Tanto definições de caráter técnico, como função e razão de existência, quanto questões de caráter estratégico, como objetivos futuros, vinham sendo repensados desde pelo menos 1998. No que tange à definição de sua “*razão social*” reencontramos-nos em nossa análise com a questão do caráter arquivista ou museológico da instituição. Como se viu ao longo deste trabalho, essa distinção parece jamais ter ficado clara e a identificação do CEOM como museu<sup>967</sup>, segundo se percebe, foi uma condição “*imposta*” muito em razão da possibilidade/necessidade de se obter financiamentos e desenvolver atividades educacionais de caráter patrimonial. Ainda que operasse em parceria com a Prefeitura de Chapecó desde 1997 no tocante à

---

<sup>966</sup> Idem. Grifo nosso.

<sup>967</sup> Tanto as descrições do CEOM nos projetos iniciais, como a proposta de sua organização sempre pareceram girar mais em torno da ideia de que se criassem museus nas comunidades ficando ao CEOM mais o trabalho de articulação e o trato de caráter mais documental.

administração do Museu Antonio Selistre de Campos, o CEOM, ele próprio enquanto um museu, não parece existir antes de 2002, ano em que se deu sua instalação na sede atual. O CEOM era um projeto que atuava em várias frentes, inclusive assessorando os museus regionais, mas não parece contemplar segundo a definição<sup>968</sup> do que é um museu, a parte relativa a exposição permanente antes dessa data. Não querendo nos aprofundar nesta questão, fato é que essas discussões faziam parte desse novo cenário e que o CEOM acabou por ser formalizado enquanto museu em 1998 assumindo oficialmente sua condição de tríplice natureza: museu, arquivo e centro de documentação.

Após esse período de reestabelecimento de contatos, estabelecimento de novas parcerias e definições de objetivos e uma evidente demonstração da necessidade de um reordenamento técnico no que concernia ao acervo e suas muitas demandas, o final da década de 1990 e início dos anos 2000, marcam uma fase de aparentemente maior rigor científico e metodológico no que tange a atuação do CEOM. Ainda que, e temos insistido nisto, os princípios e concepções quanto ao público prioritário, ao compromisso social, a missão para com o “*resgate*” de memórias excluídas tenham se mantido, há uma gradativa e constante adequação estratégica das pautas e dos discursos<sup>969</sup> do órgão de acordo

---

<sup>968</sup> A atual definição de museu do International Council of Museums - ICOM foi aprovada na Assembleia Geral de Viena, em 2007: “museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM, 2007). A esse respeito ver: O que é museu? Definições e Tipologias. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/museumpunifal/sites/default/files/museumpunifal/ eventos/VI-semana-nacional-de-museus/Curso-introducao-museus/AULA%2001%20-%20O%20QUE%20E%20MU-SEU%20E%20TIPOLOGIA%20DE%20MUSEUS.pdf>.

<sup>969</sup> Acerca do discurso e de sua condição de maleabilidade e de poder construtivo ver: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org). **Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993. Na obra a autora busca analisar de que forma determinados enunciados são discursos fundadores da formação do país e da construção de uma identidade nacional, visto que são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. Procura-se mostrar como é que esses discursos se estabilizam como referência na construção da memória nacional, e verificar a historicidade presente na produção de novos sentidos, mesmo aqueles que se fundam onde outros sentidos já se haviam instalado. São, segundo este pressuposto, “enunciados como os dos discursos fundadores”, fenômenos que “vão inventando um passado inequívoco” e empurrando rumo a um futuro que nos dá sensação de estarmos

com as novas teorias e as novas demandas e imposições. No campo teórico, como veremos de modo mais claro na parte do estudo destinada às publicações, estabelece-se uma sutil, porém constante migração de uma base quase que exclusivamente marxista, dos primeiros textos, para uma incorporação de outras correntes como a Micro-história, e a Nova História. Por hora, vamos tratar de demonstrar o que se tinha de acervo, o que se praticava em termos de exposição e divulgação, as demandas para com o trato do acervo e o pessoal envolvido/disponível para a execução destas atividades. Dentre as atividades desempenhadas a partir de 1998 temos as seguintes,

Reabertura do Museu Municipal "Antonio Selistre de Campos", no parque da EFAPI; - Oficinas e exposições itinerantes; - Criação do núcleo "Memória e Trabalho" (atualmente desativado) ; - Assessoria ao Museu Municipal ligado à primeira versão do Programa PEC, com execução de trabalhos de reorganização e catalogação do acervo e inúmeras exposições com atividades de educação patrimonial junto ao Museu, registrada em livro de presenças de 16 mil pessoas no ano e meio de atuação em parceria; - Elaboração da atual I versão do PEC com trabalho de constituição e capacitação de equipes locais do PEC em 4 municípios conveniados, implicando ainda construção da memória histórica local e criação e/ou reorganização de museus e publicações didáticas; - Articulação com Movimentos Sociais e ONG' s como a ADEMA - Associação de Defesa do Meio Ambiente; o MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras; CIMI - Conselho Indigenista Missionário; Fórum de Defesa dos Direitos da Mulher, Sindicatos e outros, o que permite

---

dentro de uma história de um mundo conhecido. O novo se utiliza do já dito, estes fragmentos lhe servem de sustentação, tornando-o familiar. Criando a sensação de que só pode ser assim. É um espaço de tensão entre reconhecimento e alteridade. O não se reconhecer em uma realidade força a construção de novos sentidos. A identificação do sem sentido, impele a construir o com sentido. Deste modo, o discurso fundador precisa ser novo, diferente, mas jamais estranho. Suas bases devem repousar num espaço reconhecível. Seu enunciado deve contemplar o comum, o apreensível. O que explica, no caso do CEOM, a despeito de ser um trabalho de reescrita, o porquê da recorrência a conceitos e a condições tão comuns [alheamento, isolamento, fronteira, exclusão] ao passado regional.

discussão de temáticas atuais e a formação e atualização de nossos diversos arquivos; Projeto "Memória na TV", Quadro "Memória Regional" na Rádio Condá, Programa Revista; do CEOM", tentativa de reativação do Projeto Memória. Esses projetos funcionaram como altibaixos deste ano não se realizam mais o "Quadro e a "Folha do CEOM" ainda não foi editada. - Em 1998, doação do Acervo Plínio Arlindo de Nês, em 1999, doação do Acervo da Colonizadora Bertaso e do Fórum da Comarca de Chapecó; - Em 1999, o CEOM associa-se ao Núcleo de Estudos Museológicos e se torna sede do Núcleo Regional; - Em 2000, inicia-se a incorporação da Educação Patrimonial, seus princípios e metodologia para consolidar-se, através do PEC, em Centro de Educação Patrimonial (em elaboração); - Formação da Biblioteca de Apoio sobre História, Cultura e Sociedade da região Sul, com ênfase no Oeste Catarinense. Neste ano também, o objetivo tantas vezes adiado de consolidar-nos enquanto Centro de Documentação começa a se tornar realidade com a adequação do porão do prédio do CAC e o retorno do mestrado, em março, da única funcionária efetiva deste Centro de Organização da Memória<sup>970</sup>.

Do ponto de vista da política de recrutamento o que poderíamos definir como a de estabelecimento de redes de articulação com determinados segmentos sociais visando benefícios mútuos, as articulações com os movimentos sociais podem ser consideradas de especial relevância. O fato de a concepção de “*resgate*” proposta pelo CEOM ter eleito segmentos específicos da sociedade como prioritários em seu projeto, a saber, os negligenciados por uma história “tradicional”, tornava movimentos como o MST, o MMA, por exemplo, privilegiados para a operacionaliza de uma política ao mesmo tempo coerente com os pressupostos e eficiente no que concernia à avaliação da capacidade conscientizadora e transformadora que se espera o projeto tivesse sobre esses grupos e essa realidade. Deste modo, precisa se estabelecer uma relação de arrimo mútuo. O CEOM abria um espaço para a reivindicação destes grupos ao mesmo tempo em que estes grupos lhe davam legitimidade e poder para, em nome deles, e da sua condição periférica de

---

<sup>970</sup> Documento relatório de atividade e descrição do acervo, 2000. s/p.

excluídos da história, reivindicar seu reconhecimento enquanto meio/objeto de promoção desse projeto de “*resgate*”. Ao assumir a posição de porta voz desses excluídos, o CEOM, ao passo que lhe permitia manifestar sua condição, nutria-se exatamente do poder garantido por essa condição da qual se tornara o legítimo representante. A ligação com estes segmentos sociais não era novidade, o que havia de diferente nesta terceira fase era o grau de evidencia que se procurava dar a eles. Dentro da perspectiva de se dar visibilidade ao CEOM, questão discutida nas reuniões desta nova fase, uma série de ações de divulgação são estabelecidas, seja mediante a retomada da participação em programas de rádio e televisão, seja tornando mais amplas e frequentes as exposições e as produções de informativos escritos e periódicos. Dentre as atividades, relacionavam-se as seguintes:

Participação (diária e semanal) no quadro “Memória, História e Região” - Programa “Revista” da Rádio Condá de Chapecó, maio a novembro de 1998. - Elaboração e desenvolvimento do projeto “Curso de capacitação teórico metodológico sobre patrimônio cultural indígena kaingang”. - Coordenação do Grupo de Pesquisa “Memória, Identidade e Patrimônio Cultural”. - Lançamento do livro e CD “Kikikoi - o ritual dos mortos” de autoria de Jorgisnei Ferreira de Rezende e Kimiye Tomasino, em parceria com o CIMI e a UEL, em Chapecó/SC, 26/06/2000. - Grupo de estudos sobre documentação. Articulação entre os Museus e Casas da Cultura da região com a Fundação Catarinense de Cultura, o Núcleo de Estudos Museológicos e com o IPHAN. Articulação com escolas de Chapecó e participação em comemorações sobre Meio Ambiente, Mulheres Agricultoras e Movimento Negro. - Participação no Fórum de Extensão Universitária participação nos Encontros do NEMU participação em Curso de Arquivística no Arquivo do Estado de Santa Catarina; Participação em Curso de Arquivística no Arquivo do Estado de São Paulo; Participação em Curso de Reservas Técnicas em Museus; Participação em Curso de Especialização em Arqueologia Participação como fomentador de discussões sobre Patrimônio Histórico do Município de Chapecó; Elaboração de diagnóstico parcial sobre a situação atual do Arquivo Público

Municipal; Recebimento de Processos Judiciais da área criminal; Envolvimento nos trabalhos de construção da biografia do Bispo Dom José Gomes; Articulação junto a Diocese para construção de um Centro de Memória; Início da organização do acervo fotográfico do CEOM Aprovação do projeto de Laboratório de pequenas restaurações pelo MINC participação Fórum da AMOSC<sup>971</sup>.

Não só a quantidade, mas a variedade de atividades apontadas neste relatório que compreende os anos de 1998, 1999 e 2000, demonstram a configuração que se deu ao CEOM no primeiro triênio desta terceira fase. Fase que como apontamos, trazia um repensar da Instituição e uma conseqüente preocupação com um projeto de “marketing” para o CEOM. Tomando-se por base o novo quadro estrutural a quantidade de atividades citadas no relatório era proporcional aos projetos de divulgação destas ações. Assim, ao passo que se reiterava ações ligadas a capacitação de agentes ao assessoramento de museus regionais também se dava notícia da articulação com os vários segmentos sociais considerados estratégicos dentro do projeto. A maioria destes feitos não eram novos dentre as ações do CEOM, eram manifestações atuais das frentes de atuação que se havia definido ainda no projeto inicial. Nova era a preocupação e o empenho em se dar visibilidade e publicidade estas ações. Sob a ótica de que as coisas deveriam caminhar segundo uma lógica de retroalimentação, dar visibilidade aos sujeitos considerados negligenciados por uma história “tradicional”, passava por dar visibilidade ao próprio CEOM. Deste modo fechava-se o ciclo e, ao passo em que se garantia o espaço de um, também se legitimava a ação do outro. O primeiro enquanto grupo de direito, e o segundo enquanto seu porta-voz. Como ações nesse sentido talvez as mais importantes tenham sido as exposições. É importante notar nestas apresentações, como o caráter expositivo, aquele ligado a atuação do CEOM enquanto espaço museológico vai se tornando mais frequente após 1998. Ao assumir a condição jurídica - a social já parecia consolidada - de museu, as práticas de exposição passaram a um estágio de maior visibilidade, seja por ofício, por necessidade de coerência ou por imposição legal da condição aceite.

---

<sup>971</sup> Idem.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA - CEOM HUS UNOESC  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES FILANTRÓPICAS/98

DEPARTAMENTO SETOR ORGANIZADOR	ATIVIDADE	Nº DE PESSOAS BENEFICIADAS	PÚBLICO ATENDIDO
CEOMHUS	MOSTRA INTERNACIONAL DE INSTRUMENTOS MIEVEVAIS DE TORTURA	12000	ESTUDANTES/GERAL
CEOM/HUS	MUSEU E EXPOSIÇÃO "CINCO MARIAS"	3000	ESTUDANTES
CEOMHUS	- EXPOSIÇÃO FOTOGRAFICA CHAPECO - MEIOS DE COMUNICAÇÃO - COTIDIANO DOS COLONIZADORES	964	PÚBLICO EM GERAL
CEONIHUS	PALESTRA (FUNAI)	20	EDUCAÇÃO ARTIS- TICA
CEOMHUS	I ENCONTRO REGIONAL DO NEMU	15	TRABALHADORES DE MUSEUS
CEOMHUS	OFICINA: BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	2159	ESTUDANTES
CEONLHUS	CURSO "VELHICE, CIDADANIA E UNIVERSI- DADE	40	IDOSOS
CEOM/HUS	FOLHA DO CEOM		LEITORES DO "DIARIO DA MANHÃ"
CEOM/HUS	QUADRO MEMORIA HISTORIA E REGIÃO"		RADIO OUVINTES DA RADIO "ÍNDIO CONDA AM"
CEOM/HUS	MINI-CURSO "COLÉGIO MARCOLINA RODRIGUES	60	ESTUDANTES
CEOM HUS	MUSEU/ABRIL - SETEMBRO - DEZEMBRO	2268	ESTUDANTES
	TOTAL	20526	

Importa notar como a concepção de arquivo como espaço de consolidação do direito à cidadania, vai se tornando cada vez mais perceptível. Arquivo, nesse sentido, entendido como local que garante a preservação da memória, uma memória entendida como um direito individual e inalienável. Esse momento, que se faz sentir de modo mais conciso a partir da década de 1990, é a passagem que Janice Gonçalves<sup>972</sup> define em sua Tese como de uma memória-culto, para uma memória-direito.

#### Descrição de atividades

Exposição Itinerante "Índios e Terras indígenas no estado de SC"	Sede do CEOM Chapecó-SC	Estudantes das redes estadual, Municipal, particular de ensino, universitários e comunidade em geral	Abril a agosto de 2000.
Exposição Itinerante "Índios e Terras indígenas no estado de SC"	UNOESC Xanxerê/SC	Estudantes das redes Estadual, Municipal, particular de ensino, universitários e comunidade em geral	Agosto a outubro/2000.
Exposição Itinerante "Índios e Terras indígenas no estado de SC"	Museu Municipal de Itapiranga/SC	Idem	Outubro a dezembro/2000.
Exposição artística e fotográfica. "Mulher outros olhares"	Idem	Idem	Agosto a outubro/2000.
Exposição Itinerante "Cabral o viajante do Rei — as origens do Brasil"	Praça Coronel Bertaso - Centro de Chapecó/sc	Idem	03 a 23/07/2000.
Exposição "Mostra Internacional da História Nazismo"	Parque Tancredo Neves — Chapecó/SC	Idem	02/08 a 03/09/2000

<sup>972</sup> GONÇALVES, Janice. Op. Cit.

Exposição "Mulher construindo outros 500"	Sala da Cultura (Prefeitura Municipal de Chapecó) e posteriormente na Câmara de Vereadores de Chapecó	Lideranças femininas e público em geral	Março e abril/2000
Mostra de Filmes sobre o Nazismo	UNOESC - Chapecó	Universitário	02/08 a 03/09/2000

Uma relação para com a problemática da função teatral da história, que apontamos no capítulo anterior, torna-se evidente ao se analisar o detalhamento das práticas expositivas constante nas tabelas em foco. Em se pensando o projeto do CEOM como um conjunto em um sistema retroalimentar, coleta, exposição e publicação trabalhariam juntas. Se, como indicamos, a coleta salvaria do esquecimento memórias negligenciadas, trazendo-as assim para o campo da visibilidade e da consequente disputa por espaço e por direito à existência, a exposição constituir-se-ia enquanto espaço privilegiado para a manutenção destas memórias no campo de visibilidade representado pelo presente. Note-se que, neste sentido, não basta apenas dar visibilidade, é preciso manter essa visibilidade. Daí a função e a possibilidade de que dispunha o CEOM ao atuar em ambas as frentes, “*resgate*” e exposição, para deixarmos de lado, por hora, a outra frente da tríade de sustentação que nos parece operar nesse projeto, a saber, a publicação.

Cabe mencionar, para retomar esta etapa da pesquisa em que cumpre apresentar acervo e práticas de exposição, que o ano de 1998, quando se estabelece um reordenamento das atividades do CEOM, marca também o retorno de Hilda Beatriz Dmitruk à frente da coordenação do Centro. Ela que havia sido a Coordenadora à época da implantação, assumia, ao que tudo indica, a tarefa de reestruturar as atividades do órgão que havia ajudado a organizar 10 anos antes.

Nessa linha de reajuste institucional, é talvez mais importante ainda a observação acerca da atuação de Josiane Roza de Oliveira<sup>973</sup> que

---

<sup>973</sup> Possui Graduação em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em História da Ciência pela Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz. Foi coordenadora do CEOM entre 2000 e 2006 e editora das publicações "Cadernos do

viria suceder a Hilda na coordenação do CEOM no início do ano de 2001, quando a primeira se afastou para douramento. Na divisão dos períodos e respectivas características que apontamos, esta etapa, a terceira em nossa compreensão, seria marcada por uma atuação de apelo mais técnico. Mais comprometido com os preceitos do campo da arquivística. Uma preocupação que, aliás, é manifestada em documento de metas do ano de 2000, em que se declara o desejo de que o CEOM não se transformasse em um depósito de documentos. É nesse sentido, que são pensados os rearranjos que se tem destacado e igualmente em razão dessa situação que se faz menção à tantas demandas a serem solucionadas. Nessa mistura de prestação de contas, proposição de novos objetivos e exposição de carências e problemas característica desta terceira fase, chama atenção o

---

CEOM" neste período além da Coleção "Série Documento" e da Coleção "História e Patrimônio". Também foi presidente da Fundação Cultural de Chapecó no ano de 2003 e presidente do Conselho Editorial da Editora Universitária Argos em 2004. Atualmente é Diretora do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, do Instituto Butantan. Áreas de atuação: Patrimônio Cultural, Museus históricos, Historiografia Brasileira, Arquivo e documentação histórica, Memória, História Oral, Gestão Cultural. 2009-2009 como gerir um museu. (Carga horária: 125h). Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, Brasil. 2004 - 2004 Descrição Documental. (Carga horária: 32h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2004 – 2004 Organização de Arquivos - Classificação. (Carga horária: 32h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2004 – 2004 Produção e Avaliação Documental. (Carga horária: 24h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2004 – 2004 Patrimônio Cultural. (Carga horária: 20h). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil. 2002 – 2002 Elaboração de Projetos Culturais e financiamento. (Carga horária: 6h). Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Inform, FEBAB, Brasil. 2002 – 2002 Implantação de história oral em museus. (Carga horária: 20h). Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Brasil. 2001 – 2001 método funcional em arquivo municipal. (Carga horária: 12h). Associação de Arquivistas de São Paulo, ARQ/SP, Brasil. 2001 - 2001 Organização de acervos documentais. (Carga horária: 20h). Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, AAA/SC, Brasil. 2001 – 2001 Conservação e preservação de documentos. (Carga horária: 20h). Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, AAA/SC, Brasil. 2000 – 2000 Extensão universitária em Introdução à política e ao tratamento dos arquivos. (Carga horária: 54h). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. 1996 – 1996 Oficina de Arquivologia. (Carga horária: 40h). Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Chapecó, UNOESC - CHAPECÓ, Brasil. 1995 – 1995 Iniciação à Museologia. (Carga horária: 24h). Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Chapecó, UNOESC - CHAPECÓ, Brasil.

currículo de Josiane. Uma leitura na descrição dos cursos de capacitação da historiadora que Coordenaria o CEOM até o início de 2006, e pode-se perceber a quase totalidade da atenção voltada ao aperfeiçoamento na área da arquivística e do patrimônio cultural. Esta capacitação específica tinha origem exatamente no CEOM. Como apontamos no capítulo anterior, Josiane Roza de Oliveira, fora por anos, estagiária no CEOM enquanto aluna da Graduação em História da UNOESC-Chaçecó. Sua vinculação, aliás foi mantida durante o Mestrado e o próprio Doutorado<sup>974</sup>, para os quais saiu em caráter de afastamento temporário. O mesmo vale para Marcos Schuh, que foi estagiário, funcionário e chega a assinar como Coordenador do CEOM em documentos de 2003<sup>975</sup>, ainda que durante todo este período Josiane Roza de Oliveira nunca tenha deixado de responder como Coordenadora do Órgão.

Esse novo momento em que a preocupação com as condições do acervo passa a figurar nos relatórios e correspondências do CEOM coincide com as novas orientações do pós contato com o NEMU/UFSC ocorridos durante a gestão de Hilda Beatriz Dmitruk e atingem seu auge durante a Coordenação de Josiane seja em razão do profundo conhecimento que deva ter acumulado durante o período de trabalho junto ao CEOM, seja em função de sua capacitação técnica conseguida ao longo deste período. Como pode se extrair dos documentos, as demandas nesse sentido, não eram poucas. Assim como os desafios.

Falta de equipamentos para climatização do Centro de Documentação; - Falta de espaço adequado para realização de exposições; - Equipe efetiva de trabalho insuficiente: falta funcionário efetivo que responda especificamente pelo trabalho de secretaria e recepção, auxiliando ainda no programa de educação patrimonial; - Falta de equipamento de filmagem e fotografia (uma solução paliativa seria o CEOM estar mais próximo do Campus, com acesso aos laboratórios do Curso de Jornalismo); - Falta de recursos institucionais para desenvolver projetos de extensão (bolsa específica para pesquisas no CEOM); - Incipiente

---

<sup>974</sup> Essa segunda saída no ano de 2006, como veremos adiante, não se deu sem um certo grau de divergência.

<sup>975</sup> Nesse caso falamos de documento referente à exposição feita em parceria com o Museu de Joinville que traz a assinatura de Marcos Schuh como Coordenador do CEOM, ainda que ao mesmo tempo tenhamos outros documentos em que Josiane assina igualmente como responsável por essa função.

articulação das pesquisas do Centro de Ciências Humanas e Sociais com as linhas de acervo e pesquisa do CEOM;- Falta de linha de financiamento para especificidade das atividades do CEOM;- Falta de divulgação e viabilização da venda das publicações do CEOM; - Falta de suporte para as exposições (murais, molduras, iluminação adequada, etc.); - Falta de assessoria no campo da informática para realização de multimeios educativos; - Dificuldade de viabilização da divulgação - por parte da assessoria de comunicação das matérias enviadas pelo CEOM; - Falta de agilidade nas atividades que dependem de motorista e de funcionários da manutenção do Campus; - O setor de compras do Campus tem dificuldade em reconhecer a especificidade dos materiais usados pelo CEOM, dificultando a aquisição; - Higienização, listagem e acondicionamento de processos judiciais<sup>976</sup>.

É muito provável que o “*se dar conta*” de tantas necessidades<sup>977</sup> esteja ligado, justamente, ao rigor técnico que se parece estar aplicando em maior escala neste momento. Estas demandas provavelmente vinham de mais longa data, mas agora pareciam se evidenciar pela tentativa de ordenar e dar funcionalidade aos objetos e materiais históricos que se tinha e que continuavam a chegavam. Junto da relação de atividades desenvolvidas<sup>978</sup> neste período, que vão ao encontro do que aventamos

---

<sup>976</sup> Relatório de atividades, 2002. s/p.

<sup>977</sup> Além das questões já citadas o relatório falava ainda em relação às atividades junto ao acervo: Andamento: 4000 processos já limpos. Faltam ainda (+ou-) 2000; Higienização, lista em e acondicionamento do acervo Bertaso; Classificação e fichamento do acervo bibliográfico da Biblioteca Setorial (Catalogados os títulos mais usados (cerca de metade do acervo)).

<sup>978</sup> Oficina de Fotografia ministrada pela prof. Eliane Fistarol para professores indígenas do núcleo II, em Nonoai-RS. (Foram atingidos cerca de 35 professores que trabalham nas comunidades indígenas do Núcleo II); Realização da I Mostra de Curtas e Documentários do Ministério da Cultura, na sala de cinema local e na sala de projeção do SESI, em parceria com o Curso de Jornalismo, o Programa Oeste no Plural, o Centro de Ciências Humanas e a PROPEP. (Duração de 20 a 30 de agosto de 2001. Recebeu cerca de 6000 pessoas, entre estudantes e público em geral.). Início dos trabalhos de registro de clipagens e processos judiciais no banco de dados, em caráter experimental. (Cerca de 1000 processos judiciais já cadastrados); Exposição temática sobre colonização do Oeste no Sindicato dos

em termos de aumento de exposições, chamam a atenção duas questões. A primeira está ligada ao aumento significativo de capacitações e oficinas ligadas a Educação Patrimonial, que fora articulado, em 1998, em torno do projeto PEC (Programa Escola Comunidade) e que passa a ocupar o espaço de principal projeto do CEOM nessa terceira fase de seus trabalhos. Disso dá conta a Ata<sup>979</sup> 13/00, do início do ano de 2000. Neste encontro definiu-se pela criação de um Conselho para o CEOM e que atuação do mesmo deveria “*centrar esforços no PEC*”<sup>980</sup> que atuava naquele momento nos municípios de Quilombo, Águas de Chapecó e Nova Itaberaba. Também é desse encontro a decisão da criação de um Laboratório de Restauração junto ao Centro de Restauração e de uma Biblioteca de apoio a ser organizada com auxílio da Biblioteca Universitária. Esta teria como função a disponibilização de materiais para empréstimo colaborando com o programa de divulgação que se vinha pensando. Esta biblioteca de apoio acabou se tornando a Biblioteca

---

Bancários (Público de cerca de 200 pessoas.); Realização do XIV NEMU — Núcleo de estudos Museológicos, com oficinas sobre várias temáticas relacionadas à museus, arqueologia, conservação de documentação e fotografias. (Reuniu cerca de 70 pessoas, de 03 a 05/09.); Oficina de História Oral ministrada pelo prof. Leonel no núcleo de Ipuacú—SC, para professores indígenas. (Foram atingidos cerca de 30 professores que ministram aulas nas comunidades indígenas do núcleo de Ipuacú.); Oficina de História local e Educação Patrimonial ministrada pelos professores Hilda, Leonel, Noeli e Mauri (Foram atingidos cerca de 35 professores do núcleo II, área indígena de Nonoai. Idem.); Oficina de História Local e Educação Patrimonial ministrada pelos professores Leonel, Hilda e Mauri (Idem); Catalogação e fichamento das Histórias orais. (Temos atualmente cerca de 300 Histórias Orais já cadastradas); Palestra no colégio Estadual Luiza Santin sobre colonização do Oeste. (Público de cerca de 250 adolescentes); Oficina de Produção de materiais didáticos ministrada pelos professores (as) Noeli, Hilda e Mauri no núcleo 11, área indígena de Nonoai. (Foram atingidos cerca de 35 professores que trabalham com alunos de comunidades indígenas do núcleo de Nonoai; Oficina de Fotografia ministrada pelos professores Ricardo Fernandez e Hilda. Idem (núcleo de Ipuacú); Exposição nas instalações do Supermercado ceileiro sobre história de Chapecó (não consta público); Publicação dos Cadernos do CEOM no 12 e 13; Viabilização do Cadernos do CEOM n o 14 Participação no Grupo de Pesquisa Memória, identidade e produção cultural; Desenvolvimento de Grupo de Estudos "História e memória" (ano 2000); Organização Técnica Museológica (Gelci Coelho (UFSC)), Elizabeth Neves.

<sup>979</sup> Ata nº 13/00 referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM. Com data provável de início de 2000. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>980</sup> Idem.

Setorial de que teremos maiores informações mais adiante. Como se vê as deliberações e as ações propostas neste início de 2000, giram em torno da constituição de um programa de divulgação do CEOM. Nesse sentido, além do que já foi citado, defendia-se ainda a criação de um programa semanal do CEOM na rádio Índio Condá, a editoração da “*Folha do CEOM*” enquanto boletim informativo bimestral<sup>981</sup>”, a edição de um vídeo sobre o CEOM com as fotos e filmagens de diversas ocasiões, e “*em futuro próximo uma home page*”<sup>982</sup>. Como sugestão às comemorações dos 15 anos do CEOM poderia ser feita também, dizia a ata, a publicação de TCCs. Todas estas ações que visavam a divulgação do CEOM enquadravam-se na proposta de marketing institucional que mencionamos como sendo a manifestação central da última<sup>983</sup> fase do CEOM no tocante a sua relação de promover e de promover-se. Promover ações e determinados grupos e promover-se enquanto representante destes segmentos. Essa postura, entretanto, precisa lidar com as imposições institucionais advindas dessa nova organização institucional. A criação do Conselho do CEOM, por exemplo, decidida neste encontro teria na próxima reunião<sup>984</sup> aprovado por unanimidade seu regimento interno. O qual ficara caracterizado como:

Órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo que tem como finalidade formular a política de ação e estabelecer as diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração do CEOM, responsável também pelo assessoramento sobre a política de preservação da memória e sobre as atividades culturais por ele desenvolvidas. O estatuto prevê também a coordenação o CEOM, composta pelos trabalhadores a ela alocados que ficarão responsáveis pela execução e controle da política, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho do CEOM. O Conselho focará responsável pela criação de frentes de trabalho e pesquisa, quando necessárias e voltadas principalmente para as principais

---

<sup>981</sup> Idem.

<sup>982</sup> Idem.

<sup>983</sup> É importante frisar que quando falamos em última fase, queremos nos reportar à divisão em três fases que elaboramos nesse estudo. O CEOM continua atuante até os dias de hoje.

<sup>984</sup> Segundo o livro de atas do Fundos do CEOM, a próxima reunião se deu no dia 06 de junho da qual consta Ata 14/00 de 06 de junho de 2000.

atividades/projetos desenvolvidos pelo CEOM: são eles: Centro de Documentação e Pesquisa, Programa PEC – Patrimônio Escola Comunidade; Biblioteca Setorial; Educação Patrimonial e Publicações<sup>985</sup>.

Essa fase vem acompanhada de alianças restabelecidas com redes agora situadas em um campo em franca expansão: o do patrimônio aplicado à garantia de direitos civis. Daí o interesse do CEOM em se constituir como museu, arquivo e centro de documentação e tomar parte desse grande movimento da memória em direção à luta por direitos. A segunda questão que apontamos anteriormente estar ligada a essa nova fase do CEOM, diz respeito à atuação junto às comunidades indígenas. Não pelo ato em si, que como temos demonstrado, perpassa todo o período de atuação do CEOM, mas pelo fato de que, neste momento, as atividades descritas ultrapassam os limites de atuação que o próprio projeto inicial havia definido, a saber, o Oeste de Santa Catarina. Note-se como a causa a se defender, ou nesse caso, os grupos considerados prioritários no projeto de “*resgate*”, fazem com que as linhas de abrangência do projeto do CEOM sejam dilatadas a ponto de atingirem outras regiões, chegando a ultrapassar, inclusive, os limites estaduais.

## 6.5 O CEOM NOS 500 ANOS DO “DESCOBRIMENTO”

Com relação a esse quadro, não se faz possível tratar da relação do CEOM com as questões indígenas sem uma menção específica ao ano de 2000. Para além dos temores da finitude do Universo e do possível bug mundial dos sistemas de computador, em nível nacional, talvez a temática que tenha gozado de maior visibilidade foram as comemorações relativas aos 500 anos do descobrimento do Brasil. A qual não se pode dissociar do contato com as sociedades indígenas. Também indissociável foram as problematizações acerca do resultado desse contato e do quadro atual destes grupos. Para ficarmos nas questões mais óbvias, se tomarmos essas problematizações como parâmetro, dois dos termos usados acima já demandaria aspas. A frase “*comemoração*” dos 500 anos do “*descobrimento*” carrega, sem dúvidas, duas das questões que mais concentraram os debates durante a passagem do ano 2000. No âmbito das exposições

---

<sup>985</sup> Ata nº 13/00 referente ao encontro realizado entre os professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-CHAPECÓ e os membros do CEOM. Com data provável de início de 2000. Acervo Fundos do CEOM.

tivemos, por exemplo, nos meses de abril e maio a “*Exposição Fotográfica: índios e terras indígenas no Estado de Santa Catarina aspectos da situação atual*”<sup>986</sup>. Esta exposição fruto da parceria CEOM/UFSC/CIMI, foi organizada com material proveniente do “Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral” da Universidade Federal de Santa Catarina sendo composta, segundo o folder de divulgação, por fotos<sup>987</sup> legendadas, textos e um mapa com a localização das áreas indígenas do Estado. Isto, dizia o texto, “*possibilita conhecer um pouco mais sobre a presença da população indígena neste estado e sobre como estão vivendo, quais suas reivindicações e seus direitos*”<sup>988</sup>. Na discriminação destacava-se que “*índios Kaingang da aldeia Vitorino Condá de Chapecó, estarão participando da exposição através de demonstração de seus artesanatos, onde o público visitante poderá adquirir peças de seu interesse*”<sup>989</sup>. Por fim salientava-se que, além da exposição vinda da UFSC, estariam expostos “*alguns trabalhos da fotografa Maria Zollet que registrou, entre 1989 e 1992, vários momentos do cotidiano indígena da região Oeste*”<sup>990</sup>. Esta exposição que era pensada, como se reiterava no material de divulgação, para propiciar uma “*aproximação junto às culturas indígenas e também reflexões acerca dos problemas enfrentados por elas*”<sup>991</sup>, acatava o tema sugerido pela campanha nacional da CNBB daquele ano: “*Povos da esperança: construindo outros 500*”<sup>992</sup>.

Não apenas a temática era condizente com a posição que a CNBB veio defendendo desde o concílio vaticano segundo com relação aos grupos considerados desfavorecidos, como o alinhamento entre CEOM e a

---

<sup>986</sup> Folder de divulgação da Exposição Fotográfica: índios e terras indígenas no Estado de Santa Catarina aspectos da situação atual. Organizado por CEOM/UFSC/CIMI em abril e maio de 2000. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>987</sup> Essas fotos eram na verdade xerox coloridas dos originais totalizando 31 molduras, segundo relatado por Gelci Coelho em correspondência enviada a Hilda Beatriz Dmitruk em 03 de abril de 2000. Nesta correspondência sugeria ainda à Hilda que “*os artefatos para completar a exposição deveriam ser aqueles acervos existentes nos museus locais ou mesmo os artefatos recentes*” e que a “*exposição poderia abrir espaço para a venda do artesanato indígena*”, o que como visto, se procedeu.

<sup>988</sup> Folder de divulgação da Exposição Fotográfica: índios e terras indígenas no Estado de Santa Catarina aspectos da situação atual. Organizado por CEOM/UFSC/CIMI em abril e maio de 2000. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>989</sup> Idem.

<sup>990</sup> Idem.

<sup>991</sup> Idem.

<sup>992</sup> Idem.

Igreja Católica, nesse sentido, era evidente. As problematizações acerca da condição indígena, como posto na abertura deste tópico centralizaram, neste ano, as ações e os debates de entidades engajadas com essa causa. Basta citarmos o primeiro parágrafo de um texto de 13 de abril de 2000 atribuído ao “*Fórum Regional de Lutas Chapeco*”<sup>993</sup>, para termos uma noção também do teor dessas discussões.

500 Anos: comemoração ou lamento?

Neste momento em que o Brasil comemora 500 anos, os povos indígenas que vivem no sul do país tem muito a lamentar. Vivendo em terras que ainda não estão demarcadas, preocupam-se muito com o futuro de seus filhos. No presente, sofrem com a

---

<sup>993</sup> Esta era a continuação do texto juntado aos materiais relativos às exposições e debates ocorridos na UNOESC-Chapecó e no CEOM em razão dos 500 anos: “A Lei 6001/73, chamada Estatuto do Índio, afirma que “O Poder Executivo fara, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”. Em dezembro de 1978, portanto, essa determinação legal deveria estar cumprida. Não foi o que aconteceu... A atual Constituição Federal, promulgada em 1988, determina que “A Unido concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituicao”. Mais uma vez, o governo federal não cumpriu a lei, em prejuízo das comunidades indígenas. Além de não respeitar a lei, o atual Presidente da República a modificou, em 1996, introduzindo mecanismos que dificultam ainda mais a garantia do direito dos índios terra. Decididamente, os povos indígenas que vivem no Brasil não podem esperar muita coisa de seus governantes, tão zelosos em defender os interesses do Fundo Monetário Internacional. Para a construção de “Outros 500”, os índios podem contar somente com a solidariedade do povo brasileiro e o apoio dos movimentos sociais organizados. Para tristeza e vergonha dos brasileiros, são poucos os espaços oficiais sensíveis ao sofrimento das minorias. Para tentar reverter essa situação, dois mil índios de todo o país se reunirão nos próximos dias, em Porto Seguro (BA), na Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. De Chapeco sairá um ônibus, juntamente com outro de Irai (RS) e um terceiro de Palhoça (SC). Os índios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estarão presentes neste importante ato, que ficará na história do Brasil como um clamor dos povos indígenas. Em Chapecó, cerca de 50 índios ficarão acampados até a volta da delegação que participará da Conferencia Indígena na Bahia. Durante doze dias, sua presença no centro da cidade nos ensinará alguns fatos da nossa história. Vamos ter oportunidade de saber como algumas comunidades perderam suas terras. Poderemos conversar com as famílias indígenas acampadas a respeito do como e o seu dia-a-dia. Saberemos dos profissionais indígenas da educação como funcionam as escolas nas aldeias. O povo está convidado a visitar o acampamento indígena e manifestar sua solidariedade aos verdadeiros filhos da terra”.

falta de assistência nos campos da saúde, educação e autosustentação. Das 106 terras indígenas existentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná., apenas 18 estão com o processo de demarcação concluído, o que equivale a 17%. Outras 22 estão em processo de regularização e as 66 áreas restantes não foram sequer identificadas pela Funai. Ou seja, 62,3% das terras dos Kaingang, Guarani, Xokleng e Xeta podem ser perdidas por esses povos por omissão do governo brasileiro<sup>994</sup>.

Mais do que a constatação do caráter comemorativo da data revelada no título do texto, a sua sequência demonstrava o grau de articulação que se vinha dando aos grupos indígenas e as ações que se pretendia executar como forma de protesto naquele momento. A simbologia da data potencializava a visibilidade destas ações daí a preocupação em se organizar tanto atividades de protesto envolvendo os indígenas, como de discussão envolvendo a chamando a atenção da sociedade como um todo. Neste sentido, era organizado, no dia 26 de abril no Salão de Atos da UNOESC-Chapécó às 19h30min, um debate<sup>995</sup> acerca da questão indígena no Estado de Santa Catarina com o mesmo tema da exposição antes abordada, sugerido pela CNBB: "*Povos da esperança: construindo outros 500*"<sup>996</sup>. Como componentes da mesa, segundo folheto de divulgação do evento, teríamos os antropólogos Wilson Cabral Junior e Arlene Renk, o Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Alberto Capucci, um representante das comunidades indígenas do Oeste catarinense, além do Senhor Irani Cunha da Silva administrador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O debate era proposto como ato inaugural da exposição fotográfica: "*Índios e Terras Indígenas em Santa Catarina, organizado pela UFSC e exposto no CEOM (Rua Porto Alegre, 331-D) do dia 26 de abril até o dia 31 de maio*"<sup>997</sup>.

Outro dos eventos realizados como parte deste ciclo de atividades foi o "*Projeto seminário sobre a educação indígena*"<sup>998</sup>, de organização

---

<sup>994</sup> Fórum Regional de Lutas Chapécó, 13 de abril de 2000. Documento do Acervo Fundos do CEOM.

<sup>995</sup> Folder de divulgação do "Debate na Universidade". S/d. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>996</sup> Idem.

<sup>997</sup> Idem.

<sup>998</sup> Projeto Seminário sobre a Educação Indígena. Datado de 29 de junho de 2000. 03 p. Acervo Fundos do CEOM.

conjunta da Unoesc-Chapecó/Ceom-CHS/Programa Oeste no Plural/CIMI/FUNAI, e que aconteceu no dia 26 de junho de 2000. O texto do projeto, aliás, era uma mescla de relatório do debate e da exposição anteriormente citados com a propositura das atividades pertinentes à Oficina sobre Educação Indígena. No que correspondia ao relato do debate era feita uma apresentação das parcerias entre as instituições que organizaram o evento e falava-se na participação de “300 pessoas de vários cursos da Unoesc-Chapecó, denotando a importância de a Universidade estar discutindo, conhecendo e contribuindo para com as populações indígenas regionais<sup>999</sup>”. Em se tratando da exposição registrava-se que “aproximadamente 400 pessoas visitaram a exposição e participaram das atividades desenvolvidas, principalmente os colégios da rede municipal e particular de ensino fundamental e médio, uma vez que colégios da rede estadual estavam em Greve<sup>1000</sup>”. Desta se dizia ainda que:

A partir da avaliação dos instrumentos aplicados aos visitantes dessa exposição, pode-se sugerir que um amplo debate sobre as problemáticas indígenas começa a se estabelecer entre os não índios, e os problemas enfrentados por essas populações têm a oportunidade de fazer parte da agenda de discussões de pessoas que não são apenas os especialistas no assunto, contribuindo, desta forma, para a ampliação dos debates e da percepção de nossa corresponsabilidade diante da situação de desamparo vivido por essas populações<sup>1001</sup>.

As avaliações às quais se faz referência foram obtidas mediante a aplicação de um questionário aos visitantes da exposição que era composta por questões como: “O que você acha da luta indígena pela terra? Como você, enquanto estudante, pode colaborar com as lutas indígenas? Escolha a fotografia de sua preferência e escreva o que lhe sugere<sup>1002</sup>”? Para as quais, com pequenas variações, as respostas convergiram no sentido de reconhecer o direito dos indígenas à terra: “eu acho que eles estão lutando por aquilo que foi deles que nós tomamos eles têm o direito de

---

<sup>999</sup> Idem. p. 01.

<sup>1000</sup> Ibidem.

<sup>1001</sup> Ibidem.

<sup>1002</sup> Fichas questionário anexas ao Projeto Seminário sobre a Educação Indígena. Datado de 29 de junho de 2000. 03 p. Acervo Fundos do CEOM.

*retomar*<sup>1003</sup>”; sua importância para a história regional: “*estudando seu passado, revendo tudo o que fala deles*<sup>1004</sup>”; e a situação de precariedade em que se encontravam muitos deles: “*eles são maltratados, sujeitos, mas é o jeito deles*<sup>1005</sup>”. Não faltaram, porém, aqueles que achavam que uma das maneiras de os ajudar era comprando seus artesanatos e lhes doando roupas e comida: “*e colaborando cada vez que passarem vendendo algo na frente de nossas residências*<sup>1006</sup>”. Há que se ressaltar que essas respostas haviam sido construídas em meio às discussões e que muito possivelmente já retratassem muitas das lições aprendidas nesta exposição. O que explica o modo tão compreensivo acerca da causa indígena nelas manifestado. O próprio projeto no qual se dava resultado delas, como apontamos, era mais uma ação de conscientização nesse sentido. Só que agora em vez dos colégios “normais”, o público que se queria atingir eram os professores das escolas indígenas. Como se pode perceber no texto do próprio projeto:

O estreitamento dos laços entre CIMI, FUNAI, e Unoesc-Chapecó, através do Ceom/CCHS, nesse período, provocou o desenvolvimento desse projeto, ora apresentado, para o oferecimento de oficinas a respeito da Educação Indígena, tendo como público alvo os professores das escolas indígenas e demais interessados na questão. Essas oficinas foram pensadas para o dia em que ocorreria o lançamento de material didático, desenvolvido pela Antropóloga Kimiye Tommasino, da Universidade Estadual de Londrina, sobre a Festa do Kikikoi – O ritual dos Mortos, desenvolvida pelos Kaingang da

---

<sup>1003</sup> Resposta à primeira questão de um aluno do 4º ano do Colégio Paulo Freire no dia 26 de maio de 2000.

<sup>1004</sup> Resposta à segunda questão de um aluno do 4º ano do Colégio Paulo Freire no dia 26 de maio de 2000.

<sup>1005</sup> Resposta à primeira questão de um aluno do 4º ano do Colégio Paulo Freire no dia 26 de maio de 2000

<sup>1006</sup> Resposta à segunda questão de um aluno do 4º ano do Colégio Paulo Freire no dia 26 de maio de 2000.

Aldeia indígena de Xaçecó, única aldeia a manter a tradição desta festa<sup>1007</sup> no país<sup>1008</sup>.

Como visto, as oficinas de capacitação direcionadas aos professores das escolas indígenas foram pensadas para coincidir com a publicação do material relativo ao registro do ritual citado na nota de rodapé acima. Esse “*material didático*”<sup>1009</sup>, segundo o projeto, consistiria em “*um livro ilustrado que acompanha os passos da festa, apresenta os rezadores e as formas rituais que a festa implica e um CD com as canções e rezas do festejo*”<sup>1010</sup>. A razão de se proceder de tal modo encontrava explicação na própria falta de material específico sobre as comunidades indígenas.

Sabendo de certa carência de qualificação a que estão envoltas as escolas indígenas e seus professores, principalmente pela falta de material didático específico para se trabalhar com estas populações, é que pensamos em oportunizar, junto ao lançamento do livro de Kimiye, essas oficinas de qualificação sobre a Educação Indígena. Marcando o início de um trabalho que pode ser duradouro, envolvendo a Universidade e as Populações Indígenas. Para tanto, a participação do Programa Oeste no Plural, é de fundamental importância, uma vez que ele é o programa que está pensando mais detidamente a respeito de materiais didáticos numa perspectiva cultural e interdisciplinar. O Programa Oeste no Plural e o Ceom, neste sentido, juntam forças, em parceria com entidades externas, para o

---

<sup>1007</sup> “Realizada no mês de abril uma vez por ano, em homenagem aos mortos recentes, esta festa é mais que uma ação ritual: é um dos jeitos mais autênticos de preservar a identidade cultural do povo Kaingang e promover a integração entre eles. O ritual compõe-se de danças e cantos presididos pelos rezadores girando em torno da preparação da bebida ritual – o kiki - preparada no tronco de um pinheiro previamente escavado para tal fim, depois da noite de vigília onde todos, sem exceção, participam, é feita a visita ao cemitério ao amanhecer e, finalmente a reunião de todos com mais cantos e danças é servida a bebida kiki, que já estará pronta. O ritual todo acontece num período de quatro semanas e finda com a virada simbólica do kōkei - o tronco de pinheiro onde estava depositada a bebida ritual”.

<sup>1008</sup> Fichas questionário anexas ao Projeto Seminário sobre a Educação Indígena. Datado de 29 de junho de 2000. 03 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1009</sup> Idem. p. 02.

<sup>1010</sup> Ibidem.

desenvolvimento de atividades de caráter fundamental para a região, neste caso a Educação Indígena. O desenvolvimento dessas atividades possibilitará a divulgação dos Cadernos do Ceom, que tratam da questão indígena, onde teremos um público favorável à aquisição dos mesmos, bem como é a oportunidade de se apresentar os possíveis trabalhos que a Unoesc-Chapeco, pode estar desenvolvendo junto a essas populações, tão importantes e significativas para a região. Esses trabalhos podem ser efetivados, principalmente, em parceria com os órgãos governamentais que financiam projetos a esse respeito<sup>1011</sup>.

Neste momento, em que a ideia de conscientização sobre uma outra história acerca da *região* Oeste de Santa Catarina intencionava passar da população em geral e focar na educação dos próprios sujeitos alvos desse projeto de “*resgate*”, não causa estranhamento que a manifestação da falta de materiais didáticos, que fora usada como uma das justificativas quando da implantação do CEOM, fosse também mobilizada em relação ao material didático destes indivíduos, nesse caso, representados pelas escolas indígenas. Se no projeto de criação do CEOM manifestava-se que os Cadernos que seriam desenvolvidos, forneceriam suporte teórico e material aos professores para que nas discussões em sala de aula a cultura indígena tivesse sua importância para a história regional reconhecida, aqui fazia-se menção a material didático não mais apenas no sentido da valorização da cultura indígena para a história regional, mas como meio de garantir a valorização dessa cultura por parte do próprio grupo.

A pauta indígena, ainda que potencializada pela passagem dos 500 anos do descobrimento, não fora única neste ano de 2000. Outros temas, com igual, grau de engajamento teórico tiveram espaço nas discussões organizadas ou que contaram com a participação do CEOM. Uma das mais relevantes foi a pauta ligada a mulher e às suas lutas. Como demonstração temos a série de atividades que o CEOM e o Centro de Ciências Humanas e Sociais apresentavam como proposta para o segundo semestre do ano. Estas atividades que visavam “*discutir sobre a Mulher numa perspectiva de gênero*”<sup>1012</sup>, iniciavam “*em 24 de agosto, às 14h30min, no Ceom (junto ao Centro de Atendimento a Comunidade da Unoesc),*

---

<sup>1011</sup> Ibidem.

<sup>1012</sup> Folder/Convite para o evento Exposição e Debate “Mulher: Outros Olhares”. Acervo Fundos do CEOM.

com a abertura oficial da expositivo de Artes Plásticas "Calçadas, da artista Mara Paulina Arruda, juntamente com a exposição fotográfica do Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA<sup>1013</sup>". Da primeira anotava-se que: "o trabalho artístico de Mara Paulina, traz a mulher a partir do olhar da arte. Com materiais pouco convencionais, como o blue jeans, ela produz significados, imprimindo formas e contornos ao tecido que falam da mulher e para a mulher<sup>1014</sup>". Enquanto acerca das imagens produzidas pelo Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA, apontava-se que as mesmas ofereceriam:

...a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre a luta dessas mulheres no Estado de Santa Catarina. Movimento de extrema importância, com significativas conquistas e que se consolidou a partir da interferência na história política, social e cultural da região oeste do estado. Seja através das manifestações políticas, através da prática organizativa, seja pela coragem de reunirem-se em torno de objetivos e sonhos comuns<sup>1015</sup>.

A ligação com os movimentos sociais, como já explorado, vinha desde os primeiros anos do CEOM. No caso do Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA, por exemplo, a organização do movimento teve participação direta de Pedro Uczai, segundo sua própria fala. Entretanto, ainda que sob a ótica do projeto do CEOM, o MMA além de figurar como movimento social, também se enquadrava como minoria sua inclusão neste evento tinha a ver com a agenda global envolvendo a "*Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista*<sup>1016</sup>" que, como consta do documento, teria iniciado no dia 08 de março e terminaria no dia 17 de outubro. Tendo como uma das principais metas o recolhimento de "assinaturas para um abaixo assinado de apoio as reivindicações internacionais da Marcha<sup>1017</sup>", que se esperava chegasse a dois milhões. Nesse sentido o evento também serviria para se proceder o recolhimento

---

<sup>1013</sup> Idem.

<sup>1014</sup> Idem.

<sup>1015</sup> Projeto de divulgação/convite sobre a exposição de Artes Plásticas e Fotografia: "Mulher: outros olhares". s/p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1016</sup> Sobre a temática há vários panfletos, textos e material nesse sentido juntado ao Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1017</sup> Esta era uma das ações que se pensava realizar como forma de marcar a participação no movimento.

dessas assinaturas, tarefa que a UNOESC-Chapecó apontava como sendo uma das tantas demonstrações de apoio ao movimento internacional.

Em Chapeco várias entidades em defesa aos direitos da Mulher vêm se mobilizando em prol da Marcha. No dia 24 de agosto está programado um debate, no Salão de Atos da Unoesc-Chapeco, a partir das 19h30min, denominado "Mulher: outros olhares" onde serão debatidas questões de gênero: "ser mulher", o "fazer-se" mulher e o "estar sendo mulher" na contemporaneidade. Permitindo que venham à tona suas permanentes lutas e conquistas, mas também que se evidenciem algumas derrotas nesse percurso. Mas as derrotas não esmorecem essas mulheres, provocam sim, persistente busca pelas seus direitos. Motivadas pela vontade de justiça e respeito, elas constroem suas caminhadas enfrentando as dificuldades e se unindo a outras "minorias" para fortificar suas diferenças na luta pela igualdade. As mulheres debatedoras vão trazer olhares específicos e os participantes poderão debater suas perspectivas. - Mais um momento provocativo na universidade<sup>1018</sup>.

Antes de citarmos as celebradas debatedoras que estariam à frente das discussões neste evento, convém uma observação acerca da inclusão de "gênero" entre os conceitos circulantes nas publicações vinculadas ao CEOM. Conceito que, como veremos, se tornaria objeto de estudo de linha de pesquisa nos anos seguintes.

Debatedoras: Mara Paulina, artista plástica, fala como ela expressa "o ser mulher" através da arte; Justina Cirna, coordenadora do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), fala como se deu o "fazer-se" mulher enquanto pertencente e construtora de um Movimento Social; Maria Aparecida dos Santos, advogada e vereadora de Chapecó fala da mulher e a participação na esfera política; Noeli Gemelli, Educadora, discute como a questão de gênero aparece nos discursos;

---

<sup>1018</sup> Projeto de divulgação/convite sobre a exposição de Artes Plásticas e Fotografia: "Mulher: outros olhares". s/p. Acervo Fundos do CEOM.

Eli Maria Belani falará, a partir de sua pesquisa, sobre a Mulher Empresária em Chapecó<sup>1019</sup>.

A lista de debatedoras supracitada demonstra, ao mesmo tempo, o trânsito do conceito por diferentes setores sociais (academia, artes, movimentos sociais, política) e a forma de abordagem que se daria ao tema (“gênero”) neste debate e possivelmente nos trabalhos futuros vinculados ou desenvolvidos pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC-Chapecó e do CEOM.

## 6.6 O CEOM E OS COORDENADORES DA CASA

Como referido anteriormente, em razão de afastamento para doutoramento de Hilda Beatriz Dmitruk, no ano de 2001 a Coordenação do CEOM é assumida por Josiane Roza de Oliveira. Esta mudança marcava o fim do primeiro triênio da terceira fase das atividades do CEOM segundo a divisão que elaboramos (1986-1989/1992-1997/1998-2006). Período que ficou caracterizado, segundo nossa análise, por um repensar e por uma consequente definição tanto das ações permanentes desenvolvidas pelo CEOM como da identidade e dos objetivos do Órgão. Não obstante, ainda que estas questões tenham sido iniciadas neste período, é na gestão de Josiane que o CEOM vai assumir e consolidar a condição que apresenta na atualidade. Neste processo as atividades desenvolvidas tendem a caminhar no sentido de uma formalização do CEOM enquanto programa de extensão da UNOESC-Chapecó, o que, ao passo que demonstra uma vinculação dos projetos do primeiro às temáticas definidas pelo segundo, não impede que velhas práticas sejam mantidas mediante uma política de atualização nem que os pressupostos e segmentos considerados prioritário pelo projeto do CEOM continuem inalterados.

Destacamos, nesse sentido, no ano de 2001 os vários registros de materiais vinculados ao CIMI e a causa indígena em âmbito regional. Dentre os documentos arquivados como pertencentes ao Acervo Fundos do CEOM há, por exemplo, exemplares da Revista Porantim de Brasília DF de agosto 2001 que traz manchetes como: “*Hidrelétricas destroem patrimônio indígena*”; “*CIMI: 30 anos de compromisso, lutas e martírio*”<sup>1020</sup>, o que denota que a ligação com a causa indígena, sempre existente no CEOM, mas que fora estreitada durante os eventos decorrentes

---

<sup>1019</sup> Idem.

<sup>1020</sup> Revista Porantim Ano XXIII – Nº 237 – Brasília – DF, agosto 2001. Acervo Fundos do CEOM.

da passagem dos 500 anos de descobrimento, especialmente no tocante às parcerias com as entidades representantes dessa causa como o CIMI, manteve-se forte mesmo após o simbólico ano de 2000.

Outra preocupação que passava a se tornar forte neste momento e que iria se constituir em um dos principais objetivos do CEOM nesta terceira fase era a tentativa de se manter os acervos regionais sob sua cautela. Em reunião da Equipe de Trabalho do Centro de Documentação do CEOM, em 04 de abril de 2001, que contou com a presença de Rosa Alba, Alceu Werlang, Eli Maria Bellani, Augusto da Silva e Josiane Roza de Oliveira, discutiu-se exatamente sobre essa questão, tendo como objeto o acervo da Família Bertaso. No encontro<sup>1021</sup> dava-se nota de que a professora Eli Bellani, que promoveu e acompanhou todo o processo de tombamento do acervo documental da Família Bertaso, bem como a sua posterior doação ao CEOM/UNOESC-Chapeco, fez uma fala retrospectiva das ações e medidas efetivadas para que essa documentação não saísse de Chapeco, e “*hoje pudesse estar tendo o tratamento de conservação e ordenação necessários para sua disponibilização aos pesquisadores*”<sup>1022</sup>.

Outro acontecimento digno de destaque neste ano de 2001 foi a “*I Mostra de Curtas e Documentários do Ministério da Cultura: O cinema dos brasileiros*”<sup>1023</sup>. Este movimento nacional que ocorreu de 20 de agosto a 02 de setembro, preconizava, como se depreende do título, a veiculação de filmes e documentários de produção brasileira que seriam disponibilizados mediante a efetivação de parcerias com diversas entidades ligadas à promoção da cultura no país. Como demonstra o folder de divulgação, a UNOESC-Chapecó por meio do Centro de Ciências Humanas e Sociais, do Centro de Organização da Memória – CEOM, do Centro de Ciências da Educação e do Centro de Comunicação e Artes promoveu em Chapecó “*sessões diárias as 15h30min e as 19h30min, no Cine Itajorara*”<sup>1024</sup>. Compareceram a essas sessões, segundo consta do relatório<sup>1025</sup>

<sup>1021</sup> Reunião da Equipe de Trabalho do Centro de Documentação do CEOM. 04 de abril de 2001. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1022</sup> Idem.

<sup>1023</sup> Folder de divulgação da I Mostra de Curtas e Documentários do Ministério da Cultura: O cinema dos brasileiros. De 20 de agosto a 02 de setembro. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1024</sup> Idem. Estes folders confeccionados em formato de pequenos convites, denominados “*mosquitinhos*” segundo anotação no próprio modelo, tiveram uma tiragem de 20.000 exemplares.

<sup>1025</sup> Relatório da I Mostra de Curtas e Documentários do Ministério da Cultura: O cinema dos brasileiros. Datado de setembro de 2001. 03 p. Acervo Fundos do CEOM.

sobre o evento, “*mais de 6.000 (seis mil) pessoas entre estudantes das redes municipais e estadual de ensino de Chapecó e das cidades vizinhas (Quilombo, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Guatambu e Caxambú do Sul), estudantes universitários, professores e comunidade regional*”<sup>1026</sup>”.

No tocante às atividades internas realizadas durante o ano de 2001 o protagonismo ficava por conta do projeto “*Oeste Terra de Valor*”<sup>1027</sup>. Datado de dezembro de 2001, tratava-se de uma parceria entre o CEOM e RBS/TV. Segundo consta do esboço de instalação do projeto, a iniciativa teria partido da RBS/TV-Chapecó que através de seu gerente executivo, Sr. Sergio Manuel Cossio propôs a PROPEP a elaboração e desenvolvimento em parceria de um projeto para produção de “*Programetes*”<sup>1028</sup> retratando a região Oeste de Santa Catarina em diferentes aspectos. O objetivo principal da proponente era “*realçar experiências que valorizam as qualidades regionais e da gente que fazem do Oeste Catarinense uma região boa de viver*”<sup>1029</sup>. Esta proposta que, de certo modo, reativava uma parceria entre as entidades que remontava ao ano de 1995 quando desenvolveram uma série de informativos sobre a história regional e a atuação do CEOM, envolveria, segundo prospecto, professores e estudantes de pelo menos três Centros da UNOESC-Chapecó: o de Ciências Humanas e Sociais, o de Comunicação e Artes e o de Ciências Sociais e Jurídicas. A produção do referido material possibilitaria, anotava ainda o texto do projeto, “*problematizar as representações sobre a região e os modelos de desenvolvimento que se forjaram nesse espaço social, bem como a sua produção indenitária*”<sup>1030</sup>. Deste modo, os objetivos assumidos e aventados pelo projeto eram manifestados no sentido de: “*dar visibilidade as produções sócio-culturais da/sobre a região; problematizar os modelos de desenvolvimento, levando em conta categorias como inclusão/exclusão, meio ambiente, sustentabilidade, progresso. Etc; favorecer o repensar da comunidade regional sobre sua própria historicidade*”<sup>1031</sup>. Como visto, o conteúdo programático todo girava em torno da “*valorização do local/regional*” e a divisão em segmentos a serem explorados obedecia a seguinte ordem: Economia, cultura, cidade/urbanização, recursos hídricos e educação. Não se pode saber se a RBS/TV tinha tanto interesse em problematizar todos esses pontos como se faz questão

---

<sup>1026</sup> Idem. p. 02.

<sup>1027</sup> Projeto Oeste Terra de Valor. Datado de dezembro de 2001. 08 p.

<sup>1028</sup> Idem. p. 02.

<sup>1029</sup> Idem. p. 04.

<sup>1030</sup> Ibidem.

<sup>1031</sup> Ibidem.

de ressaltar no projeto elaborado pelo CEOM, mas essa própria postura do Programa demonstra como novos conceitos como “*sustentabilidade*<sup>1032</sup>”, por exemplo, vão sendo gradativamente anexados ao escopo discursivo sem que se abra mão de questões “*clássicas*” ao projeto como a relação “*inclusão/exclusão*”.

Nesta perspectiva, a própria ideia do CEOM como um centro de referência para a pesquisa regional, parece se manter inabalada entre os responsáveis por sua gestão ao longo dos anos. Um exemplo desta natureza pode ser encontrado na correspondência<sup>1033</sup> enviada por Josiane Roza de Oliveira em 14 de dezembro de 2001 ao Sr. Roberto Toner, Coordenador do “*Projeto Fortalezas Multimídia*<sup>1034</sup>” da UFSC. Nesta, a Coordenadora do CEOM solicitava a remessa de um CD-ROM ao Centro de modo que se pudesse disponibilizá-lo aos visitantes uma vez que, afirmava ela, “*o CEOM é um programa de pesquisa e extensão permanente que tem entre suas atividades principais a de ser um centro de referência sobre a história da região Oeste de Santa Catarina, com o intuito de fornecer aos acadêmicos, pesquisadores e público em geral informações acerca da história, da cultura e dos aspectos sociais do Estado catarinense*<sup>1035</sup>”. A justificativa para tal requisição como visto encontrava respaldo tanto na condição do CEOM enquanto referência regional, quanto na quantidade e na diversidade dos pesquisadores que buscavam seus serviços. “*O CEOM recebe inúmeros pesquisadores de diferentes regiões do país em busca de informações e documentos sobre a história e a memória cultural de Santa Catarina*<sup>1036</sup>”, era a frase que fechava a correspondência.

O ano de 2002, o segundo de Josiane Roza de Oliveira à frente da coordenação do CEOM, seria marcado, do ponto de vista da organização institucional, pela transformação da UNOESC-CHAPECÓ em Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Este ato é descrito no artigo de Elisa Paim<sup>1037</sup> como o desfecho de um longo pro-

---

<sup>1032</sup> *Ibidem.*

<sup>1033</sup> Of. Nº 45/2001 enviado por Josiane Roza de Oliveira a Roberto Toner, Coordenador do Projeto Multimídia UFSC em 14 de dezembro de 2001. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1034</sup> *Idem.*

<sup>1035</sup> *Idem.*

<sup>1036</sup> *Idem.*

<sup>1037</sup> A esse respeito ver PAIM, Elisa Antonio. Op. Cit. p. 24-27.

cesso de autonomização que remonta aos tempos de FUNDESTE. Segundo Elison<sup>1038</sup>, o processo de associação à outras instituições de ensino que permitiu a constituição, em 1996, da UNOESC enquanto Universidade composta por vários câmpus regionais, entre eles o de Chapecó, na prática manteve estes espaços como unidades distintas. Essas diferenças que se manifestavam em relação às concepções de ensino, de planejamento e de gestão aumentadas ao longo dos anos acabaram por levar ao rompimento da UNOESC-Chapecó com os demais câmpus e abriram espaço para a constituição, em março de 2002, da UNOCHAPECÓ.

Mesmo que este acontecimento implicasse um novo quadro no tocante a organização interna da Instituição a qual o CEOM estava vinculado, grandes mudanças no tocante as atividades do Órgão não se fazem notar, pelo menos de imediato. No campo das ações de divulgação, o ano de 2002, trazia como fato importante, a organização da exposição itinerante “*Afinal, o que é arqueologia*<sup>1039</sup>”? O evento, planejado em parceria com o NEA – Núcleo de Estudos e Referencia Arqueológica, da UNOCHAPECÓ, oportunizaria, segundo o folder de divulgação, “*a descoberta do fascinante universo da história das sociedades humanas*<sup>1040</sup>”. O que se daria, ainda de acordo com o texto, “*através de uma exposição interativa composta de objetos, textos explicativos, dinâmicas e jogos*<sup>1041</sup>”. Essa dinâmica era apresentada como meio para que os visitantes fossem “*instigados a buscar resposta para a questão que intitula e exposição*<sup>1042</sup>”. O período de vigência dessa exposição foi de 24 de novembro de 2002 à 27 de fevereiro de 2003, conforme veremos em relatório do evento daquele ano. Por essa razão e a título de coerência cronológica, retomaremos a questão com a demonstração destes dados mais à frente.

Ainda que nestes primeiros anos de atuação a gestão de Josiane apresentasse exemplos de atividades ligadas a área expositiva, ao que nos

---

<sup>1038</sup> Ibidem.

<sup>1039</sup> Folder de divulgação da Exposição “Afinal, o que é Arqueologia”? Concebido e organizado em parceria pelo Governo de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, Lei de Incentivo à Cultura, Prefeitura de Joinville, Fundação Cultural de Joinville e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Em Chapecó, realizada pelo CEOM com patrocínio da UNIMED e de Pratas Park Hotel. De 24 de novembro de 2002 à 27 de fevereiro de 2003.

<sup>1040</sup> Idem.

<sup>1041</sup> Idem.

<sup>1042</sup> Idem. Retomaremos a análise dessa exposição mais a frente, quando após o seu encerramento, no ano de 2003, deu-se a confecção do relatório das atividades.

parece, foi no tocante a organização dos grupos de pesquisa que os resultados foram de maior visibilidade. Nesse sentido são significativos os dados fornecidos no relatório de atividades do “*Grupo de Pesquisa Memória, identidade e produção cultural*”<sup>1043</sup>. Este grupo coordenado pela própria Josiane desenvolvia pesquisas acerca de várias temáticas e contava com sua participação como orientadora na maioria delas. A principal destas pesquisas, ou pelo menos a que se apresenta de modo mais bem elaborado trazia Josiane como orientadora e Mirian Carbonera, à época Graduada em História pela UNOESC-Chapecó e estagiária do CEOM, como responsável e tinha como tema proposto a “*Relações de Dom José Gomes com pequenos agricultores e índios a partir da imprensa escrita*”<sup>1044</sup>. O

---

<sup>1043</sup> Relatório de Atividades dos Pesquisadores Grupo de de Pesquisa “Memória. Identidade e Produção Cultural”. 06 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1044</sup> A pesquisa sobre a “*Relações de Dom José Gomes com pequenos agricultores e índios a partir da imprensa escrita*” era, em se tratando de seus objetivos, metodologia e resultados, deste modo descrita no Relatório de Atividades dos Pesquisadores: “*A presente pesquisa analisou como Dom Jose Gomes construiu sua relação com pequenos agricultores e índios no Oeste Catarinense, a partir das manifestações na imprensa escrita, no decorrer das décadas de 70 e 80. (OBJETIVOS). Compreender como se deu a relação de Dom Jose com os pequenos agricultores e índios a partir de seus posicionamentos, principalmente em questões mais polemicas como o conflito de terras entre agricultores e índios na Sede Trentim e na questão da "Peste Suína". (METODOLOGIA). Para o desenvolvimento desta pesquisa foi feita análise de fontes documentais, principalmente jornais locais e estaduais; também se trabalhou com memórias a partir de algumas histórias orais. (RESULTADOS). Nos anos 60 alguns setores da Igreja Católica passam por transformações profundas a partir do Vaticano II, é nesse período que Dom Jose chega a Diocese de Chapeco (1968) e como religioso optou por um estilo de Igreja mais progressista, ligado a Teologia da Libertação, ou seja, na linguagem desta teologia "pelos pobres e oprimidos" e através da implantação das pastorais sociais deu visibilidade as contradições sociais existentes no Oeste Catarinense. O Bispo acreditava que através da "conscientização" da população que sofria um processo de exclusão social, esta teria possibilidades de alteração dessa situação que lhes estava sendo imposta. Nesse sentido a imprensa auxiliou Dom Jose na disseminação de suas ideias e na tentativa de aumentar o número de pessoas que se solidarizassem com as causas que estavam em debate. Dom Jose fomentou discussões e apoiou na pratica ações contra problemas sociais que, de certa forma, ficavam escondidos por uma fachada de progresso imposta pela elite da época. Grupos com interesses e dificuldades comuns passam a se organizar contando com a força política e simbólica do Bispo, começaram a se organizar para a conquista de direitos sociais. Surgem então, na região vários movimentos sociais, tais como: MST; MMA; MAB, Movimento de*

segundo dos projetos orientados por Josiane tratava das “*Representações sobre o Oeste Catarinense*” e era desenvolvido em conjunto com Márcia Ferrari também graduanda do Curso de História da UNOESC-Chaçpecó. Este com resumo bem mais sucinto propunha-se a “*analisar como se deu a construção representativa do Oeste Catarinense a partir da análise de narrativas sobre esse espaço social escritas nas primeiras décadas do século XX*”<sup>1045</sup>. Entravam neste quadro, por exemplo, a viagem realizada pelo Governador Adolfo Konder em 1929 ao Oeste do Estado de Santa Catarina que mais tarde viraria livro (“*A Viagem de 1929*”) em projeto do CEOM do ano de 2005. O mesmo valia para os “*Sermões do Bispo Dom José Gomes*” que virariam livro em 2014.

Outra das temáticas vinculadas ao grupo e pesquisa era “*O CIMI no Oeste Catarinense: contradições de uma luta*”<sup>1046</sup>. Este projeto que contava também com a orientação de Josiane em parceria com também graduanda em História pela UNOESC-Chaçpecó, Olivete Fávero, propunha analisar a atuação do CIMI, “*suas propostas, sua praticas, seu relacionamento com a população indígena local e com a Igreja Católica*”<sup>1047</sup>. Por último tínhamos o projeto, o único não oriundo da área da História, “*Evolução urbana da cidade de Chapecó: a compreensão da sua estrutura urbana*”<sup>1048</sup>, que trazia Ana Laura Vianna Villela na função de orientadora e Alexandre Matiello, Graduando em Arquitetura da UNOESC-Chaçpecó, como pesquisador. A proposta consistia em “*realizar o estudo da evolução física e/ou estrutural da cidade de Chapecó, vinculado aos aspectos socioculturais de cada período, por meio da análise de dados tanto bibliográficos quanto gráficos visando identificar suas identidades físicas e culturais, bem como criar um suporte técnico-teórico para futuras intervenções sobre o espaço urbano*”<sup>1049</sup>.

Articular pesquisas de grupo coincidia com a ideia de um CEOM atuando como programa de extensão que se vinha fortalecendo desde os

---

*Oposição aos Sindicatos não atuantes, etc. Todos esses movimentos têm ligação direta ou indireta com Dom José, que aparece na imprensa local e estadual, defendendo, alertando, apoiando, denunciando as injustiças cometidas contra eles. Gerando conflitos e embates que permearam o cenário do Oeste no período abordado pela pesquisa*”. Relatório de Atividades dos Pesquisadores Grupo de de Pesquisa “*Memória. Identidade e Produção Cultural*”. 06 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1045</sup> Idem. p.02.

<sup>1046</sup> Idem. p. 03.

<sup>1047</sup> Ibidem.

<sup>1048</sup> Idem. p. 04.

<sup>1049</sup> Ibidem.

encontros em que se definiram as características do Órgão entre os anos de 1998 e 2000. Como se percebe, neste momento, a tentativa é por se vincular as atividades e os temas dos grupos de pesquisa aos interesses e às possibilidades de atuação do CEOM. Gradativamente, vemos uma atualização de conceitos sem a identidade que se definiu para o CEOM seja deixada de lado. Nesta esteira que vimos acentuado, um espaço especial era ocupado no ano de 2002 pelas discussões de gênero. Este conceito que vimos surgir nos registros do CEOM durante os eventos relativos à *"Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista"*<sup>1050</sup> transcorridos no ano de 2000, atingia, apenas dois anos mais tarde, uma consistente organização que se materializava na organização do *"Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero: fogueira"*<sup>1051</sup>. Ao que parece o grupo de estudos não estava diretamente ligado ao CEOM, mas contava com a participação de vários professores da UNOESC-Chapecó, alguns inclusive<sup>1052</sup> haviam participado dos debates sobre o tema organizado no ano de 2000. No folder em que se fazia a divulgação das características do grupo, este era apresentado como *"um grupo inter-institucional de pesquisadores que se propõe a desenvolver estudos de Gênero como forma de contribuir para a ampliação de análises nos diferentes contextos da ação acadêmica, bem como interferir criticamente nas relações sociais"*<sup>1053</sup>. As subdivisões do grupo segundo linhas de pesquisa contemplavam as seguintes temáticas: *"Pensamento Político-Social e Teoria de Gênero"*, *"Gênero – Educação e Saúde"* e *"Gênero – Mídia e Poder"*<sup>1054</sup>. No tocante aos objetivos o grupo propunha *"usar a simbologia FOGUEIRA para, a luz de ideias, pesquisas, debates e intervenções na realidade, queimar o androcentrismo, o sexismo, a subserviência, a subjugação e a segregação enquanto racionalidades fundadoras de vários tipos de desigualdades e de opressão nas relações sociais"*<sup>1055</sup>. Postura que, reservadas as especificidades, não diferiam em muito daquela adota pelo CEOM desde o início de sua atuação. Mudavam os sujeitos e o tempo

---

<sup>1050</sup> Ver página.

<sup>1051</sup> Folder de divulgação do Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero: Fogueira. UNOCHAPECÓ, Universidade do Constatado e UNOESC-XANXERÊ. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1052</sup> É o caso da professora Noeli Gemelli Reali. Além dela, participavam do grupo professores da UNC de Concórdia, da UNOESC-Xanxerê, da UNOESC-Joaçaba, e da CELER Faculdades de Xaxim. Totalizando 12 pesquisadores.

<sup>1053</sup> Idem.

<sup>1054</sup> Idem.

<sup>1055</sup> Idem.

do discurso, mas os pressupostos eram muito similares. Aqui as mulheres subjugadas, segregadas e enfrentando relações desiguais. Lá tudo isso também, só que em relação a outros segmentos, a saber, indígenas e caboclos.

## 6.7 A DEFINIÇÃO DO PROJETO AGREGADOR DO CEOM; O PEC COMO “PROJETÃO”

A primeira abordagem relativa ao ano de 2003 a ser apresentada dá-se no sentido de retomar uma questão do ano anterior que deixamos em aberto. Trata-se dos resultados da exposição - “*Afinal, o que é arqueologia*<sup>1056</sup>”? - que, como assinalado, estendeu-se de 24 de novembro de 2002 a 27 de fevereiro de 2003. Esta exposição itinerante que propunha discutir de forma lúdica e interativa, os objetos, as metodologias e as contribuições da ciência arqueológica para o estudo e a preservação do Patrimônio Arqueológico, era oriunda<sup>1057</sup> do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e foi montada no Colégio Agrotécnico 25 de julho de São Carlos-SC, cidade com que o CEOM vinha de há muito mantendo relações ligadas a preservação cultural.

No que dizia respeito ao objetivo do evento, este era descrito como sendo o de “*divulgar o conhecimento arqueológico na região de abrangência da Universidade e motivar a preservação do patrimônio arqueológico*<sup>1058</sup>”. Como meio de divulgação, forma confeccionados cartazes e,

---

<sup>1056</sup> Folder de divulgação da Exposição “Afinal, o que é Arqueologia”? Concebido e organizado em parceria pelo Governo de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, Lei de Incentivo à Cultura, Prefeitura de Joinville, Fundação Cultural de Joinville e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Em Chapecó, realizada pelo CEOM com patrocínio da UNIMED e de Pratas Park Hotel. De 24 de novembro de 2002 à 27 de fevereiro de 2003.

<sup>1057</sup> Sua viabilização se deu mediante assinatura de contrato entre esta e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó no ato representada pelo CEOM e com organização sob responsabilidade de Marcos Schuh que, nos documentos relativos a este acordo, assina como Coordenador do CEOM, embora, como já postulado, durante todo o período que vai de 2001 a 2005, Josiane Roza de Oliveira, jamais tenha deixado de assinar como Coordenadora do CEOM. Uma das hipóteses aventadas é a de que Marcos tenha assumido a função de modo temporário durante algum (ns) período (s) de 2003, mas não encontramos informações mais precisas acerca disso.

<sup>1058</sup> Folder de divulgação da Exposição “Afinal, o que é Arqueologia”? Concebido e organizado em parceria pelo Governo de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, Lei de Incentivo à Cultura, Prefeitura de Joinville, Fundação

segundo dados do relatório<sup>1059</sup>, um número de 5000 convites que foram distribuídos nos estabelecimentos comerciais das cidades de São Carlos, Balneário de Águas de Chapecó e Águas do Prata. Também na UNO-CHAPECÓ, nos Colégios Municipais, Estaduais e Particulares de São Carlos, Águas de Chapecó e Chapecó na Igreja Católica e Comunidades Rurais do Município de São Carlos, além dos Grupos de Idosos, Clubes de Mães, Casa Familiar Rural e APAE's de São Carlos e Água de Chapecó. O que garantiu à exposição um número de cerca de 1.200 visitantes dos mais variados perfis, em razão, ainda segundo o relatório, da condição de balneabilidade do Município de São Carlos que, no período de verão época da exposição, recebe um grande fluxo de visitantes.

Na frente ligada às atividades de organização interna, este ano evidenciava o fortalecimento do Programa PEC (Patrimônio, Escola, Comunidade) que, desde sua criação em 1998, passou a concentrar as atenções do CEOM, tornando-se, ao que tudo indica, o “*projeto*” cuja a criação era apontada, nas reuniões dos anos 1999 e 2000, como alternativa para a centralização das atividades e a obtenção de financiamentos pelo Órgão. Neste ano de 2003, que podemos identificar como o de fechamento do segundo triênio pós reordenamento do CEOM, o PEC era deste modo descrito.

PEC – desenvolve junto aos municípios e/ou entidades interessadas a construção participativa de uma política de valorização da História e do Patrimônio Cultural, articulando Escola, Museus e Comunidade, num processo dialógico de referenciais para o exercício da cidadania. Esse trabalho inclui a construção de histórias locais, do relatório de pesquisa em formato de livro e a montagem ou revitalização de museus e centros de memória<sup>1060</sup>.

A bem da verdade, excetuando-se a atualização dos termos - a ideia de história como objeto de “*construção*” e não de “*resgate*” - que vimos apontando, o PEC não propunha grandes alterações em relação ao projeto

---

Cultural de Joinville e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Em Chapecó, realizada pelo CEOM com patrocínio da UNIMED e de Pratas Park Hotel. De 24 de novembro de 2002 à 27 de fevereiro de 2003.

<sup>1059</sup> Relatório de 14 de julho de 2003, referente as atividades ligadas à Exposição Itinerante: Afinal, o que é Arqueologia? De 24 de novembro de 2002 à 27 de fevereiro de 2003. 02 p. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1060</sup> Slide de apresentação do Programa PEC [Patrimônio, Escola, Comunidade]. Acervo Fundos do CEOM.

do CEOM do ano de 1985. O mesmo valia para boa parte das frentes de atuação que haviam sido definidas naquele momento em que se decidiu pela criação do PEC e que, postas em prática, acabaram por dar ao CEOM a formatação nos moldes que podem ser vistos até os dias atuais. Perceba-se que a frente de “*Divulgação Científica e Cultural*”<sup>1061</sup>, destinava-se, segundo a apresentação do ano de 2003, a “*divulgar os trabalhos científicos e culturais desenvolvidos e/ou organizados pelo CEOM através da edição dos cadernos do CEOM, da série Documentos e da Folha do CEOM – boletim informativo*”<sup>1062</sup>. A “*Biblioteca Setorial*” a “*selecionar e disponibilizar obras de referência sobre a história, geografia, antropologia, sociologia produção literária da/na região Oeste de Santa Catarina e agregar as obras de apoio aos trabalhos específicos do Centro de memória*”<sup>1063</sup>. Enquanto a frente da “*Educação Patrimonial*”<sup>1064</sup> responsabilizava-se “*pela pesquisa, guarda, preservação e divulgação do conhecimento arqueológico da região Oeste de Santa Catarina*”<sup>1065</sup>. Como visto, todas essas frentes de atuação, não destoavam muito das propostas e linhas de atuação apresentados no projeto original do CEOM. Eram, grosso modo, velhas ideias apresentadas com nova roupagem.

Nova era a postura assumida pelo CEOM com relação à sua condição de espaço museológico. Se no início do projeto a ideia era a de atuar como órgão gestor dos vários museus e acervos regionais sem, no entanto, se projetar ele próprio enquanto museu. Após a período de reconsiderações ocorrido no ano de 1998 que marca o início desta terceira essa condição foi assumida e paulatinamente posta em prática. Um exemplo nesse sentido nos é dada com a organização, entre 2002 e 2003, do “*Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos – NEEA*”<sup>1066</sup>. Projeto que, em slides de autoria de Mirian Carbonera, era deste modo descrito:

O NEEA é um projeto do CEOM e surge pela necessidade de produzir pesquisa etnológicas e arqueológicas na (e sobre a) região Oeste de Santa Catarina. Tendo por finalidade desenvolver pesquisas sistemáticas de natureza acadêmica e de contrato, vinculando a produção acadêmica e a extensão universitária através da educação patrimonial. Seus

---

<sup>1061</sup> Idem.

<sup>1062</sup> Idem.

<sup>1063</sup> Idem.

<sup>1064</sup> Idem.

<sup>1065</sup> Idem.

<sup>1066</sup> Idem.

objetivos são científicos, culturais e educativos. A Criação do Núcleo justifica-se, entre outros motivos: a) pela obrigação moral em relação a proteção do patrimônio arqueológico; b) por existirem poucos estudos em arqueologia realizados na região, se comparados ao expressivo número de vestígios arqueológicos históricos e pré-históricos; c) por ser grande o número de empreendimentos que tendem a impactar o patrimônio arqueológico, a exemplo das construções de Barragens Hidroenergéticas<sup>1067</sup>.

Convém chamar atenção para o fato de aqui também, à luz do que afirmamos acima, não se trata de um projeto com propósitos inovadores. Boa parte desses objetivos eram comuns às outras fases de atuação do CEOM. O que há de diferente, e queremos que reste claro, é o estabelecimento do CEOM enquanto Instituição não mais apenas gestora, mas guardiã efetiva dos acervos<sup>1068</sup>.

---

<sup>1067</sup> Idem.

<sup>1068</sup> Nesse sentido é significativo o crescimento do acervo do CEOM que em relatório do ano de 2002, elencava os seguintes materiais: Fundos Documentais: Fundo Plínio Arlindo de Nês; Acervo documental particular de Plínio Arlindo Nês, agroindustrial e político da *região* Oeste de Santa Catarina. Recebido como doação da família De Nês. Inclui discursos, agradecimentos, fotografias, jornais, revistas, slides, fitas de vídeo, fitas de áudio, bilhetes, certificados de participação em eventos, objetos (aproximadamente 388 peças (móveis, troféus etc.). Destaca-se no acervo a documentação produzida no período em que Plínio De Nes exerceu o cargo de Secretário do Oeste. Fundo Família Bertaso. Consta nesse acervo: a documentação da família Bertaso, proprietária da Empresa Colonizadora Bertaso que empreendeu um dos povoamentos da *região* oeste de Santa Catarina, com migrantes vindos do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da década de 20 (livro de vendas, mapas, documentos da movimentação financeira etc); a documentação decorrente de outras atividades econômicas da família, em torno de 20 empresas; parte da documentação particular (correspondência entre familiares, boletins escolares, revistas, condecorações etc.). Fundo documental do CEOM -Documentos de atividades administrativas do Ceom e projetos realizados. Coleções Documentais Coleção de Processos Judiciais. Doações recebidas do Fórum da Comarca de Chapecó a partir de 1999. Composto por aproximadamente 7.000 processos judiciais da área civil, datando desde a década até meados dos anos 80, envolvendo principal mente questões trabalhistas e a disputa pela terra entre outras. Destes, 3906 estão higienizados e catalogados, parte já consta em banco de dados informatizado. No final de 2001 recebemos aproximadamente 1230 inqué-

O NEEA já conta com dois acervos: um que é resultado dos trabalhos e desenvolvidos entre o CEOM o IPHAN, e de doações de agricultores. O acervo é constituído por material cerâmico e lítico, que ainda não passou pelo trabalho de curadoria e análise, que será realizado assim que o laboratório estiver estruturado. Mas os objetos já vêm sendo utilizados para trabalhos de Educação Patrimonial. O NEEA é a instituição depositária, também, do material retirado da Área Diretamente Afetada pela UHE Quebra-Queixo/SC - entre os municípios de São Domingos e Ipuçu que chegou em Chapeco em outubro de 2002. Em 2003, receberemos outra

---

ritos da área criminal; Coleção “Fundeste”; Coleção “Autobiografias”- São exercícios autobiográficos desenvolvidos por alunos da Unoesc em disciplinas ministradas pela Prof. Hilda Beatriz Dmitruk; Coleção “Contestado”- Artigos e textos sobre a temática; Coleção “Cidade de Chapecó”- Artigos, textos, fotografias, documentação oral e escrita; Coleção “Oeste Catarinense” - Artigos, textos, fotografias, documentação oral e escrita; Coleção “Etnias” - Artigos, textos e periódicos sobre a temática; Coleção “COALC - Companhia de Alcool Chapecó”. Atas, editais, correspondências, notas, contratos e declarações: Coleção Iconográfica. Fazem parte deste acervo, cerca de 4000 fotografias. Em sua maioria necessitam de catalogação e identificação. Nessas imagens estão registrados muitos momentos da paisagem regional, em diferentes períodos. Constatam desde registros da extração e transporte de madeira pelo Rio Uruguai até momentos de descontração e lazer em diferentes municípios da *região* Oeste de Santa Catarina. Parte das fotografias da antiga Fundeste, atual Unoesc-Chapecó, também compõe esse acervo. Coleção Audiovisual: Cerca de 50 fitas VHS, contendo entrevistas, debates, conferências e filmes referentes à história regional; Slides: 01 produção - ‘Terra é vida’; Coleção Cartográfica - Cerca de 100 mapas referentes a História Regional. Necessitam de tratamento para conservação e melhor identificação para serem colocados à disposição dos usuários; - Hemeroteca Jornais: Jornal d' Oeste - Agosto/1948 - dez/1978; Jornal Correio do Sul - jan/1978 - dez/1978; Jornal Folha d'Oeste - julho/1975 - dez/1980; Jornal Oeste - abril/1978 - dez/1978; Jornal Tribuna do Oeste (Xanxerê) - Ago/1976 - nov/1976; Jornal O Iguçu — dez/1992; Jornal Correio do Sul - Ago/1977 - dez/1997; Jornal “Em Marcha” — fev/1982 - nov/1982; Jornal Porantim - 1981 – 1992; Jornal Catarinense - Ago/1980 - nov/1980; Jornal "Correio do Sul" -1979. Periódicos: Revista Sul: 1972/73/74/75/77/78/79/80; Revista Perfil de Santa Catarina nº 01; Caderno de Cultura Catarinense jul/set/1984 e abr/jun/1985; Revista do Iphan - 01 a 37, bimestral - jul/79 à ago/85; Revista Ceileiro Catarinense - 04/05/09/11/12/15/16; Revista Tempo - jul/ago/out/nov/dez/mar/abr/maio/jun/set; Revista Fonte Cultural nº 01; O Catarina; Clipagens temáticas: Oeste Catarinense; Fundeste; Administração Municipal de Chapecó Política Partidária Políticas Públicas.

parte do material que foi resgatado na Faixa de Servidão da Linha de Transcrição de 138 KV Quebra-Queixo - Pinhalzinho, SC. Além, de proporcionar novas pesquisas, o NEEA fará o trabalho de extroversão do acervo em parceria com a Empresa Científica Ambiental que realizou os trabalhos de Levantamento, Resgate e Curadoria<sup>1069</sup>.

Esta nova postura era característica da nova definição identitária do CEOM e demonstra a guinada das atividades do campo da história para o campo patrimonial que se encontrava em franca expansão. Uma vez que o CEOM havia definido sua condição também enquanto museus, e que a chave de leitura da relação centro x periferia parecia ter alçado a noção de posicionamento local x capital para um quadro que pretendia operar na relação local x global, tratava-se de investir no patrimônio que faria as vezes de depositário dos traços culturais por cuja preservação se vinha lutando havia longo tempo. É em torno dessa questão que parecem girar as ações desenvolvidas pelo CEOM na parte final da terceira fase (1998-2006), seja no tocante às exposições, seja no que se refere ao campo editorial.

## 6.8 REFLEXOS DE UM NOVO QUADRO; INFORMATIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISPUTAS POR ACERVOS NA NOVA SEDE DO CEOM

O ano de 2004, por sua vez, do ponto de vista do ordenamento e dos procedimentos internos pode ser definido como o momento em que se passa a processar uma informatização dos sistemas de controle, classificação e consulta do acervo. O que pode ser visto tanto nos orçamentos para compra de computadores<sup>1070</sup> e instalação de sistema nesse sentido, como em projeto bem mais complexo que visava a viabilização de exposição permanente. Nesse sentido, temos correspondência da empresa paulistana URDI – Arquitetos Associados endereçada a Marcos Schuh com data de 06 de abril de 2004, na qual se estabelecem os parâmetros para a

---

<sup>1069</sup> Idem.

<sup>1070</sup> Documento correspondência de 23 de março de 2004, enviado ao CEOM aos cuidados da funcionária Denise, com orçamento para fornecimento de microcomputadores e periféricos (impressoras), em resposta à solicitação do Órgão. Convém lembrar que neste momento o CEOM já ocupava o seu espaço atual no segundo andar da Rodoviária de Chapecó, em virtude de acordo com Prefeitura.

realização do “*Estudo Preliminar*<sup>1071</sup>” para “*elaboração de Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo de Exposição Permanente, cujo escopo*”, segundo assertiva da mensagem, “*engloba a totalidade das definições pertinentes ao projeto da exposição permanente do acervo arqueológico do CEOM, no que se refere à integração do espaço expositivo ao CEOM e ao Arquivo Público do Município de Chapecó*<sup>1072</sup>”. Ficando a cargo do CEOM, segundo a proposta, a curadoria da exposição e o levantamento dos materiais relativos ao Acervo Geral do CEOM, ao Acervo de “Quebra-Queixo” e ao Acervo do Museu Antonio Selistre de Campos, além dos objetos de Maria Sive e dos objetos etnográficos confeccionados pelos grupos indígenas Kaingang e Guaranis. Destes se necessitava de dados como dimensões aproximadas, informações complementares como data e conservação registro fotográfico das peças. Isso valia também para as operações de cunho estrutural do espaço como montagem de estantes e locais de acondicionamento do acervo.

Em se tratando da conjuntura acerca das atividades pertinentes ao CEOM, o ano de 2004 que abria o último triênio desta terceira fase, trazia, segundo a correspondência de Edson Busch Machado, Diretor Geral, Simone Harger, Diretora de Patrimônio Cultural e Marli T. Fávero, Gerente de Patrimônio Cultural da FCC, mudanças significativas. No ofício<sup>1073</sup> de nº 2795, o CEOM era informando da nova postura do Governo Federal com relação aos museus, a qual era vista, pelos autores, como muito positiva. Uma das principais razões do otimismo era o convite feito à comunidade museológica pelo Ministério da Cultura para que participassem da “*formulação das bases da Política de Museus*<sup>1074</sup>”. O convite, de acordo com o relato havia sido feito em 2003, mas foi em julho de 2004, que os representantes da cultura dos Estados e a comunidade museológica foram chamados para o lançamento oficial do Sistema Nacional de Museus. Essa nova postura materializava-se em estímulo a ações como a “*realização de Fóruns Estaduais e Regionais*<sup>1075</sup>” de modo que se procedesse a

---

<sup>1071</sup> Correspondência da empresa paulistana URDI – Arquitetos Associados endereçada a Marcos Schuh com data de 06 de abril de 2004. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1072</sup> Idem.

<sup>1073</sup> Ofício Circular FCC Nº 2795 assinado por Edson Busch Machado, Diretor Geral, Simone Harger, Diretora de Patrimônio Cultural e Marli T Fávero, Gerente de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura e enviado ao CEOM em 19 de outubro de 2004.

<sup>1074</sup> Idem.

<sup>1075</sup> Idem.

*“implantação e implementação da Política e do Sistema de Museus, em todos os Estados<sup>1076</sup>”*. Diante do quadro a FCC lembrava que no Estado de Santa Catarina já se havia criado o Sistema Estadual de Museus, por meio do Decreto n° 615, de 10 de setembro de 1991, cuja redação estava *“sendo atualizada para melhor adequação as solicitações do MinC<sup>1077</sup>”*, dizia ainda a mensagem que passava a descrever as atividades da FCC e os objetivos para os anos seguintes.

A FCC, como fomentadora da cultura catarinense, está atenta e tem mantido reuniões e discussões periódicas com um Grupo de Trabalho que é composto por diversos especialistas do setor. Em agosto do presente ano, a FCC despachou seiscentos (600) boletins a classe museológica, visando informar, orientar e democratizar as discussões referentes as Bases da Política Estadual de Museus. No mesmo consta o cronograma do Ciclo de Discussões esclarecendo que a partir de outubro todos receberão as Bases da Política, para as apreciações e alterações que se fizerem necessárias. Prevê também um Encontro Presencial com a formação dos Grupos de Trabalho a partir das seis (6) Diretrizes sugeridas nas Bases da Política. Esses Grupos de Trabalho terão um Coordenador - a ser definido pelo Grupo - e tem como finalidade o aprimoramento das Bases da Política Estadual de Museus. Essa ação tem o objetivo de esclarecer e estimular a participação de cada unidade museológica e dos profissionais interessados. A contribuição é fundamental tanto nas sugestões como no Encontro Presencial onde a discussão será sobre as Bases da Política Estadual de Museus e suas Diretrizes. O objetivo maior disso tudo é a realização do Fórum para o lançamento oficial da Política e do Sistema para os Museus do estado de Santa Catarina, previsto para maio de 2005. Neste momento em que o estímulo está direcionado aos Museus, cabe a cada um fazer a sua parte. Conforme prevê o MinC, a

---

<sup>1076</sup> Idem.

<sup>1077</sup> Idem.

partir de 2005, somente os Museus cadastrados terão direito a participar de Editais e receber incentivos<sup>1078</sup>.

A construção coletiva da “*Política Estadual de Museus*”<sup>1079</sup>, deste modo, dava-se como derivação deste movimento que em Esfera Federal começava a se mostrar mais favorável e também tinha ligação com o estímulo que representou para os museus do Estado de Santa Catarina a criação em 1997 do NEMU/SC. No tocante ao CEOM, por exemplo, a importância deste fato para a constituição do novo ordenamento institucional do órgão foi flagrante. Como deve tê-lo sido para outros museus da região e do Estado. Dentro deste novo quadro que, no nosso recorte temporal corresponde à terceira fase, as atividades desenvolvidas pelo CEOM foram adquirindo características mais interligadas ao Centro de Ciências Humanas e Sociais, coisa que, parece se tornar ainda mais latente após a transformação da UNOESC-Chapécó em UNOCHAPECÓ, no ano de 2002. Passados dois anos deste fato, o CEOM apresentava, em novembro de 2004, o projeto “*Implantação de Sistema de Arquivos da UNOCHAPECÓ*”<sup>1080</sup>, que como o nome diz destinava-se a “*criar um sistema de gestão de documentos na UNOCHAPECÓ, facilitando o acesso e a preservação documental*”<sup>1081</sup>. Em termos específicos a proposta era de:

Avaliar as etapas e o fluxo da: produção documental, manutenção e uso e destinação final dos documentos; - Criar sistema de avaliação dos tipos documentais visando a redução da massa documental, a agilidade na recuperação dos documentos e das informações, racionalização da produção e do fluxo de documentos, e a liberação do espaço físico; - Constituir formalmente uma Comissão de Avaliação de Documentos; - Elaborar formulários e textos normativos que definam normas e produção, avaliação e descarte de documentos. - Identificar os valores dos documentos de acordo com sua idade: administrativo, legal, fiscal, técnico, histórico; - Definir prazos de guarda em cada local (arquivo corrente, intermediário e permanente); - Identificar o perfil dos principais usuários; - Criar

---

<sup>1078</sup> Idem.

<sup>1079</sup> Idem.

<sup>1080</sup> Projeto de Implantação de Sistema de Arquivos da UNOCHAPECÓ. 07 p. Novembro de 2004. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1081</sup> Idem. p. 02.

plano de classificação, ordenação e busca dos documentos<sup>1082</sup>.

Uma vez que se vinha procedendo a organização e informatização e do acervo do CEOM e levando-se em conta o recente processo que garantiu à agora UNOCHAPECÓ sua autonomia institucional definitiva, era coerente que se pensasse em um projeto em moldes parecidos para toda a Universidade. Como fazia sentido que o CEOM estivesse à frente deste projeto. Desta feita, o CEOM assumia a responsabilidade de executar tarefas como “*criar o Sistema de Documentos da UNOCHAPECÓ, higienizar, catalogar e ordenar o acervo existente, indicar os materiais de consumo e permanentes para acondicionamento e preservação dos documentos e assessorar o trabalho de implantação do Sistema*”<sup>1083</sup>. Esta linha de ações coadunava-se, conforme exposto, com o novo quadro vigente no CEOM desde o repensar das atividades iniciado em 1998 e na Universidade como um todo, especialmente, após esta se converter em instituição autônoma. Quadro que se caracterizava pela busca por automação e informatização dos sistemas, pelo rigor técnico das atividades e pela articulação das ações entre a Universidade e seus programas.

Isso ficava evidente ao se analisar os projetos e atividades discriminados no plano de ações<sup>1084</sup> para o ano de 2004 que se havia apresentado em 01 de março. No tocante ao CEOM e aos cuidados de sua Coordenadora estavam:

Elaborar um projeto de curso de especialização em patrimônio cultural e cidadania a partir da experiência acumulada pelo CEOM em conjunto com os centros. O projeto deverá envolver cursos como História, Arquitetura, Educação Artística e Letras; Propor aos centros e grupos de pesquisa projetos de interesse do CEOM, para serem desenvolvidos por alunos; Cooperar nas atividades de identificação, catalogação e disponibilização documental aos grupos de pesquisa, visando a preservação e socialização do conhecimento produzido pelos grupos; Consolidar as ações de Centro de Documentação do CEOM através da organização, preservação e divulgação do acervo; Estruturar e consolidar o

---

<sup>1082</sup> Ibidem.

<sup>1083</sup> Ibidem.

<sup>1084</sup> Ações Planejadas por Unidade em 2004/1. Unidade 3054 Reitoria/Vice de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Datada de 01 de março de 2004.

NEEA – Núcleo de estudos etnológicos e arqueológicos, a partir do desenvolvimento de pesquisa e curadoria do acervo<sup>1085</sup>.

Conquanto este novo momento pudesse representar significativo avanço tanto para o CEOM quanto para a UNOCHAPECÓ, a passagem não representava uma ruptura com os feitos da anterior configuração institucional. Os anos de contatos e de parceria travados desde a época da FUNDESTE se esperava que fossem transformados em um escopo de credibilidade e herdados pela nova Instituição. É nesse sentido, por exemplo, que se dá a argumentação de Josiane Roza de Oliveira quando do envio do “*Programa de Valorização do Patrimônio Arqueológico do Velho Chapecó*”<sup>1086</sup> para Dalmo Vieira, então Superintendente Regional do IPHAN em 23 de junho de 2004. Ao apresentar o projeto para o qual se buscava apoio a Coordenadora do CEOM faz questão de frisar que o mesmo “*contava com o “endosso institucional e financeiro da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó, tradicional parceira do IPHAN no Oeste Catarinense*”<sup>1087</sup>”.

O ano de 2005, último de atuação de Josiane Roza de Oliveira como Coordenadora do CEOM é marcado pela continuidade do cenário favorável no tocante à política nacional para os museus. Esse quadro que se consubstanciaria em ações de incentivo à revitalização dos museus regionais acarretaria a retomada de contato e de busca por parcerias com o poder público por parte do CEOM. Paralelamente às atividades de implantação do sistema de arquivos da UNOCHAPECÓ, que se estenderam durante todo o ano, temos em 28 de março registrado o envio de ofício<sup>1088</sup> a vários municípios da *região*, dando conta exatamente da revitalização que, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Oeste e da Fundação Cultural de Chapecó, teria como primeira atividade a organização de uma visita monitorada ao museu Antonio Selistre de Campos. Este evento era parte de uma série de atividades que se tinha programado como forma de marcar a Semana Nacional de Museus que ocorreria entre os dias 16 e 22 de maio de 2005. Os outros eventos a comporem o quadro de atividades eram o “*Lançamento do Vídeo Documentário Comemorativo*

---

<sup>1085</sup> Idem. Ações 1215, 1221, 1226, 1233 e 1265.

<sup>1086</sup> Of. Nº. 78/2004 enviado por Josiane Roza de Oliveira para Dalmo Vieira, Superintendente Regional do IPHAN em 23 de junho de 2004.

<sup>1087</sup> Idem.

<sup>1088</sup> Of. Nº 16/2005 assinado por Josiane Roza de Oliveira e enviado a prefeitos de mais de 20 municípios da região Oeste de Santa Catarina. Datado de 28 de março de 2005.

dos 15 anos do Curso de História da Unochapecó: “História nos museus regionais”, o “Seminário Museus Históricos Municipais: Ponte entre culturas”, o “Lançamento do Cadernos do Ceom, nº21 Museus; acevo, pesquisam comunicação” e a “Oficina de Elaboração de Projetos de Museus Históricos”<sup>1089</sup>. Esse quadro, segundo outro ofício<sup>1090</sup> enviado aos prefeitos dos municípios da região<sup>1091</sup> na mesma data, dava-se pela seguinte razão:

Vivemos em um contexto singular no qual o Ministério da Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN está estruturando o Sistema Nacional e Estadual de Museus e fomentando a área museológica através de uma série de editais de apoio para estruturação e qualificação dos trabalhos nos museus brasileiros. Diante disso, o CEOM- Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, quer retomar as ações realizadas na década de 80 e 90, de apoio a esses lugares de memória, para que consigamos criar um movimento amplo e continuado de preservação e valorização do patrimônio cultural regional. Para tanto, apresentamos no material de divulgação em anexo,

---

<sup>1089</sup> Idem.

<sup>1090</sup> Of. Nº 15/2005 assinado por Josiane Roza de Oliveira e enviado a prefeitos de mais de 20 municípios da região Oeste de Santa Catarina. Datado de 28 de março de 2005.

<sup>1091</sup> Ofício enviado aos seguintes prefeitos: Moacir Dalla Rosa - Prefeito municipal de Aguas de Chapecó; Joao Rodrigues - Prefeito municipal de Chapecó; Lauri Jorge Gerelli - Prefeito Municipal de Guatambú; Lenoir Jose Pelizza - Prefeito municipal de Coronel Freitas; Nédio Antônio Cassol - Prefeito Municipal de Nova Erechim; Neuri Meurer - Prefeito Municipal de Irati; Rui Rolim de Moura - Prefeito municipal de Águas Frias; Joao Lário da Silva - Prefeito municipal de União do Oeste; Gilberto Ari Tomasi - Prefeito municipal de Caxambú do Sul; Élio Pedro Hoss Godoy - Prefeito municipal de São Carlos; Edgar Rohrbeck - Prefeito Municipal de Planalto Alegre; Delci Antônio Valentini - Prefeito Municipal de Sul Brasil; Darci Castagna - Prefeito Municipal de Nova Itaberaba; Claudinei Senhor - Prefeito Municipal de Serra Alta; Antonio Rosseto - Prefeito Municipal de Quilombo; Anestor Antonio Simonato - Prefeito municipal de Formosa do Sul; Anecleto Galon - Prefeito municipal de Pinhalzinho; Alceu Mazzioni - Prefeito municipal de Cordilheira Alta; Agacir Gluzezak - Prefeito municipal de Santiago do Sul; Sadi Gomes Ferreira - Prefeito municipal de Jardinópolis. CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Chapecó/SC, 08 de março de 2005. Of. Nº. 07/2005

nossas atividades e os convidamos a participar conosco desse movimento cultural que não tem volta e que vai qualificar a vida em nossas cidades e valorizar a história de nossa população. Aproveitamos a oportunidade para solicitar apoio na realização do Seminário Regional: Museus Históricos Municipais: ponte entre culturas, a realizar-se na Semana Nacional de Museus, entre os dias 16 a 22 de maio/05. Nesse momento estaremos elaborando formas articuladas de ação conjunta para a revitalização dos nossos museus e, é de fundamental importância a participação do seu município<sup>1092</sup>.

O momento favorável de que se faz menção e o conseqüente envio de correspondência aos prefeitos de vários municípios da *região* ao passo que podia ser visto com otimismo também revelavam o caráter descontínuo das atividades promovidas pelo CEOM em relação a esses municípios. Durante todo o período de vigência desta pesquisa não foi difícil registrar momentos em que o CEOM manifestou a necessidade de se ampliar ou retomar os contatos com municípios da *região*. O objetivo quase sempre, como o era agora, girava em torno da constituição de Comissões Locais destinadas a implantar museus, casas de cultura e/ou centros de memória.

No início de 2006, o ano dos eventos em comemoração às duas décadas do CEOM e conseqüentemente o que marca o final do nosso recorte temporal, temos a última mudança na Coordenação do Centro. No dia 01 de fevereiro, conforme Circular Interna<sup>1093</sup>, a Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Josiane Roza de Oliveira solicitava afastamento para cursar doutorado e em sua substituição assumia comando do CEOM o professor Elison Paim. Cabe lembrar que, como apontamos, essa última fase do CEOM que se caracterizou por uma postura mais técnica e impessoal, marcava também o período em que a sua direção esteve à cargo de profissionais com forte vinculação interna. Casos de Hilda Beatriz Dmitruk (1998-2000) que sempre esteve vinculado de forma direta ou indireta ao órgão e de Marcos Schuh e Josiane Roza de Oliveira, que iniciaram suas atividades na condição de estagiários, antes

---

<sup>1092</sup> Of. N° 15/2005 assinado por Josiane Roza de Oliveira e enviado a prefeitos de mais de 20 municípios da *região* Oeste de Santa Catarina. Datado de 28 de março de 2005.

<sup>1093</sup> CIRCULAR INTERNA N° 08/2006. Origem: - CEOM Data: 01/02/2006 Destino: Vice-reitoria de pesquisa, extensão e pós-graduação. Assunto: Solicitação DE AFASTAMENTO.

de chegarem ao posto de comando. O mesmo valia para o novo coordenador, Elison Paim que, desde os tempos de FUNDESTE desenvolvia atividades ligadas ao CEOM ou aos Departamentos e Centros a que este esteve vinculado.

Em se tratando das atividades desenvolvidas, o ano de 2006 demonstra a entrada definitiva do CEOM nas “disputas” pela guarda de acervos originados de atividades em sua área de abrangência. Nesse sentido, por exemplo, tínhamos ainda, na gestão de Josiane, em 11 de janeiro, envio de correspondência a Rossano Lopes Bastos, arqueólogo do IPHAN, que mantinha para com o CEOM assessoria em relação às “ações de acautelamento e Proteção do Patrimônio Cultural nas PCHs (Pequena Central Hidrelétrica) Plano Alto e Alto Irani<sup>1094</sup>”. O ofício em questão era parte de um contato mantido há longo tempo e que desde meados de 2005, tratava das questões relativas ao interesse do CEOM em receber o material relativo às escavações desta área.

Em março de 2006, tem-se a redação de ofício<sup>1095</sup> enviado ao Sr. Luiz Fernando de Almeida Presidente do IPHAN, Sr. Rossano Bastos arqueólogo da 11ª superintendência regional do IPHAN e ao presidente<sup>1096</sup> da sociedade de arqueóloga brasileira SAB/SUL. Na qual o CEOM manifestava o descontentamento com a decisão de que os materiais procedentes do processo de transferência do acervo coletado durante o Projeto Salvamento arqueológico Uruguai, ocorrido nos anos 80 e 90, na margem direita do Rio Uruguai, coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart e financiado pela ELETROSUL, com relação ao qual se havia entrado com processo de repatriamento em setembro de 2000 não ficariam sob a guarda do CEOM. Esse processo que havia sido articulado desde a visita do Professor José Luiz de Moraes (MAE/USP) e do próprio Rossano Lopes, denominado “Projeto Uso Múltiplo do Acervo do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai<sup>1097</sup>” consistia em um amplo processo de vi-

---

<sup>1094</sup> Of. N° 01/2006 enviado por Josiane Roza de Oliveira a Rossano Lopes Bastos, arqueólogo da 11ª superintendência regional do IPHAN. Datado de 11 de janeiro de 2006.

<sup>1095</sup> Ofício não numerado. Redigido em nome do CEOM e endereçado a Luiz Fernando de Almeida Presidente do IPHAN, Rossano Bastos arqueólogo da 11ª superintendência regional do IPHAN e ao presidente da sociedade de arqueóloga brasileira SAB/SUL. Datado de março de 2006.

<sup>1096</sup> O nome do ocupante do referido cargo não consta do documento.

<sup>1097</sup> Ofício não numerado. Redigido em nome do CEOM e endereçado a Luiz Fernando de Almeida Presidente do IPHAN, Rossano Bastos arqueólogo da 11ª

abilização de mecanismos para a efetivação da acolhida do material e incluía cursos de capacitação e uma parceria com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das missões que ficaria encarregada dos objetos que tivessem origem na margem sul-rio-grandense do Uruguai (Erechim). Entretanto, ao que parece constar dos registros, mesmo tendo sido realizadas as tarefas ligadas a capacitação para se operar com o acervo, a UNOCHAPECÓ indisponha, à época, de espaço físico capaz de acomodá-lo. O que, mesmo depois tendo sido resolvido, não impediu que a decisão fosse contrária à sua tutela.

Ainda acerca disso, tínhamos em 20 de abril correspondência<sup>1098</sup> enviada por Elison Paim<sup>1099</sup> ao Sr. Rodrigo Lavina, Coordenador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, e ao Sr. Rossano Lopes Bastos, Coordenador da Arqueologia do IPHAN/SC, na qual era manifestado por parte do CEOM, “*tendo em vista a conclusão da primeira etapa do Projeto de Levantamento Arqueológico na área do canteiro de obras da UHE – Foz do Chapecó, ocorrida em março e abril de 2004, o desejo de receber a guarda da coleção arqueológica resultado desta*<sup>1100</sup>”. Acerca do que se recebia resposta em 29 de maio por meio de correspondência de Dalmo Vieira Filho, Superintendente regional 11ª SR do IPHAN/SC. No ofício endereçado a Elison, em resposta à solicitação era manifestado que a 11ª superintendência não se opunha ao recebimento da coleção pelo CEOM, mas advertia-se que isto dependeria de autorização do IPHAN. Mais do que fornece uma ideia dos tramites e das entidades envolvidas nas atividades ligadas ao patrimônio arqueológico da *região* Oeste de Santa Catarina e a sua proteção, esses expedientes demonstram o interesse e o esforço por parte do CEOM em assegurar a guarda sobre esses objetos. Fato que, como temos demonstrado, estava condicionado por um lado ao reordenamento institucional implantado desde 1998 e, por outro, à conquista de espaço físico para

---

superintendência regional do IPHAN e ao presidente da sociedade de arqueóloga brasileira SAB/SUL. Datado de março de 2006.

<sup>1098</sup> Ofício não numerado. Endereçado a Rodrigo Lavina, Coordenador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e ao Sr. Rossano Lopes Bastos, Coordenador da Arqueologia do IPHAN/SC. Datado de 20 de abril de 2006.

<sup>1099</sup> Este é primeiro dos documentos aqui trabalhados que conta com a assinatura de Elison Paim como Coordenador do CEOM.

<sup>1100</sup> Ofício não numerado. Endereçado a Rodrigo Lavina, Coordenador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e ao Sr. Rossano Lopes Bastos, Coordenador da Arqueologia do IPHAN/SC. Datado de 20 de abril de 2006.

acondição dos acervos e para tratamento técnico dos mesmos. O primeiro alcançado após a mudança<sup>1101</sup> do CEOM para o segundo andar da Rodoviária Municipal de Chapecó resultado de parceria com a Prefeitura e o segundo representado pela inauguração entre 2002 e 2003 do Laboratório de Estudos Arqueológico se Etnográficos ligado à organização do NEEA.

No tocante às atividades ligadas aos grupos sociais, temos nesse ano o estabelecimento de acordos com segmentos já comuns ao projeto do CEOM. Em circular interna<sup>1102</sup> de 11 de abril de 2006, temos exemplo nesse sentido. A correspondência enviada por Elisa a Maria Assunta tratava do pedido de contratação “*de dois estagiários, para atuar no desenvolvimento do projeto conveniado ao Movimento das Mulheres Camponezas - MMC, e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, estes estagiários serão indicados pelos respectivos movimentos, conforme acordo assinado*<sup>1103</sup>”. A indicação também se dava no tocante ao comando do projeto, para cuja função se solicitava a contratação da professora Sirlei Kroth Gasparetto, como pesquisadora responsável.

Também nessa linha de projetos tínhamos em andamento no CEOM, neste período, o projeto “*Inventário da Cultura Imaterial dos Luso-brasileiros*<sup>1104</sup>” ou caboclos, conforme mencionado em ofício<sup>1105</sup>, de 07 de abril de 2006, assinado por Elisa Antonio Paim. Neste documento de divulgação do projeto que contava com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura – FCC e da CELESC, justificava-se o referido inventário por se tratar de uma pesquisa acerca de um “*grupo étnico cuja contribuição é de grande significado para história regional*<sup>1106</sup>”.

---

<sup>1101</sup> Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM - Rua Líbano 111 D Chapecó/SC CEP: 89805-510.

<sup>1102</sup> CIRCULAR INTERNA N° 20/2006. Origem: - CEOM. Assinada por Elisa Antonio Paim. Data: 11/04/2006 Destino: Prof. Maria Assunta Vice-reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Assunto: Pedido de contratação. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1103</sup> Idem.

<sup>1104</sup> Ofício n° 56/2006 assinado por Elisa Paim. Sem destinatário definido. Dado de 07 de abril de 2006. Acervo fundos do CEOM.

<sup>1105</sup> Idem.

<sup>1106</sup> Idem.

Um outro exemplo nos é dado pelo convite<sup>1107</sup> feito a Elisa por Mara Paulina Wolff de Arruda para participar da reunião da Escola Indígena FEN'NÓ que aconteceria no dia 15 de março de 2006. A reunião, segundo proposto, objetivava dar início ao Projeto da Semana Cultural entre os dias 17 e 20 de abril. Semana em que, *“além do costume das apresentações, estamos pensando em fazer um dia de discussão sobre a historicidade da dança, do canto e do artesanato indígena aqui desenvolvido; interferências e conflitos<sup>1108</sup>”*, dizia a mensagem. Deste contato, conforme documento<sup>1109</sup> de 31 de março de 2006, resultou a propositura de um debate na própria UNOCHAPECÓ com a mesma temática da VI semana cultural *“História Viva do Toldo Chimbangue<sup>1110</sup>”*. Falariam no encontro, segundo sugeriu-se na reunião, a Profa. Maria Cripa, a Profa. Janete da Veiga, o Prof. Valmor Venhira Mendes de Paula, a pesquisadora Hannah Cibele L. R. Limulga da UFSC e um prof. Da UNOCHAPECÓ. Definiu-se também a viabilização de transporte para o evento.

O já mencionado momento favorável no tocante às políticas públicas para a área da museologia trazia, em 2006, ainda mais um diferencial. Este ano fora definido pelo Governo Federal como o Ano Nacional dos Museus. Como pode-se comprovar no ofício<sup>1111</sup> feito circular pelo senhor José Do Nascimento Júnior, então Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais em 26 de abril de 2006.

E com imensa satisfação que enviamos o material referente a divulgação da 4ª Semana Nacional de Museus, a ser comemorada de 15 a 21 de maio. A realização dessa atividade neste ano tem um caráter especial, tendo em vista que 2006 foi instituído como o Ano Nacional dos Museus, num sinal claro de que os museus brasileiros estão em movimento e a cada dia estão mais articulados e fortalecidos.

---

<sup>1107</sup> Correspondência/convite enviado por Mara Paulina Wolff de Arruda, Diretora da Escola Indígena FEN'NÓ, para Elisa Antonio Paim. S/d. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1108</sup> Idem.

<sup>1109</sup> Correspondência/convite enviado por Mara Paulina Wolff de Arruda, Diretora da Escola Indígena FEN'NÓ, para Elisa Antonio Paim em 31 de março de 2006. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1110</sup> Idem.

<sup>1111</sup> Ofício-Circular/DEMU/IPHAN/Nº 05/2006 assinado pelo Sr. José Do Nascimento Júnior, então Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais e endereçado ao CEOM em 26 de abril de 2006.

Neste ano serão promovidos mais de 1200 eventos culturais, com a participação de 438 instituições de todos os estados e do Distrito Federal, o que evidencia a capacidade de mobilização dos museus e a capilaridade da Política Nacional de Museus. A programação da Semana Nacional de Museus de 2006 mostra também a atualidade e a dinamicidade dos museus brasileiros, que se consolidam como instituições culturais capazes de dialogar de modo criativo com o público jovem e coloca o Brasil em destaque no cenário internacional nas comemorações do Dia Internacional dos Museus. Na oportunidade, agradecemos a todas as instituições que enviaram a programação para a Semana Nacional de Museus de 2006. E o trabalho em conjunto de todos que garante o sucesso dessa ação, tão importante valorizar o papel dos museus de nosso país<sup>1112</sup>.

A definição de 2006 como o “*Ano Nacional dos Museus*” e a pre-ocupação do Ministério da Cultura através de seus Departamentos específicos em fazer dele, de fato, uma data marcante com base no que se depreende do ofício acima, coincidiram com as comemorações dos 20 anos do CEOM e acabaram, ao que parece, por contribuir de modo significativo para a organização das atividades do centro naquele momento.

## 6.9 O CEOM EM 2006; 20 ANOS DE ATIVIDADES NO “*ANO NACIONAL DOS MUSEUS*”

Como demonstram tanto a frequência das correspondências emitidas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU neste ano, quanto o teor das mensagens, o objetivo parecia ser o de criar vínculos institucionais duradouros. A bem da verdade, desde pelo menos 2004, o Ministério da Cultura já vinha trabalhando nesse sentido, mas inegavelmente 2006 foi o ano da efetivação deste projeto. Mostra disso pode ser vista no ofício<sup>1113</sup> redigido pouco mais de duas semanas depois deste que

---

<sup>1112</sup> Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Ofício-Circular nº 05/2006. Brasília, 26 de abril de 2006. Assunto: Semana de Museus de 2006.

<sup>1113</sup> Ofício-Circular nº 09/2006. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília, 09 de maio de 2006. Assunto: Semana de Museus de 2006.

vimos acima. Na correspondência, com mesma assinatura datada de 09 de maio de 2006, podia-se ler:

E com imensa satisfação que encaminhamos o termo de adesão ao Sistema Brasileiro de Museus - SBM. Criado pelo Decreto 5.264, de 5 de novembro de 2004, o SBM é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, cumprindo uma das premissas previstas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros, que, somando esforços, contribuam para a valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus. É extremamente importante que o poder público e a sociedade civil se articulem, de uma forma sistematizada, a fim de criar o aporte necessário para o desenvolvimento dos museus brasileiros. Em função disso, o SBM tem a finalidade de promover a interação entre os museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus e de seus acervos. Qualquer instituição museológica, sistema de museus, universidades que mantêm cursos relativos ao campo museológico e entidades organizadas vinculadas ao setor podem aderir ao SBM, mediante a formalização do Termo de Adesão que segue com este ofício, a ser firmado entre a instituição e o Ministério da Cultura. [...] Convidamos, portanto, todas as instituições a fazer parte do SBM e juntos trabalhar para a melhoria do setor museológico em nosso país<sup>1114</sup>.

De certo modo o cenário que se desenha neste momento mediante as propostas vindas da esfera federal, reservadas as proporções, não era muito diferente daquilo que o CEOM havia apresentado como projeto 20 anos antes em relação aos museus regionais e em cima do que trabalhou durante todo este tempo. De modo irônico, ainda que não estranho, no momento em que as condições estruturais em nível nacional mais se mostram favoráveis às atividades de organização e de estabelecimento de parcerias com os museus de todo o país, é o momento em que aparentemente o CEOM está se distanciando dos museus regionais para os quais havia se constituído enquanto uma espécie de figura mediadora. Como parece

---

<sup>1114</sup> Idem.

restar claro, nesta terceira fase do CEOM o surgimento primeiro do Núcleo Estudos Museológicos - NEMU/UFSC e posteriormente do Sistema Brasileiro de Museus – SBM ao mesmo tempo em que facilitaram a articulação entre os vários museus, foram gradativamente fazendo com que o CEOM se assumisse mais enquanto museu e menos enquanto mediador regional das atividades ligadas a museologia. Grosso modo, é como se, à medida que o CEOM, por essa e outras razões já explicitadas, passava a focar em sua constituição enquanto museu fosse abdicando de seu papel enquanto promotor dessas políticas em relação aos demais museus e centros de memória regionais. Mesmo porque, durante esse percurso, essa função ia sendo relegada a estas novas entidades NEMU/UFSC e SBM.

Se por um lado a condição de mediador regional parecia menos latente, por outro lado, é possível notar o surgimento de algumas situações em que o CEOM em seu processo de fortalecimento enquanto arquivo, centro de documentação e museu assume e reivindica sua condição enquanto autoridade no tocante a questões dessa natureza. No caso específico trata-se dos trabalhos envolvendo o arquivo e o trato da documentação da UNOCHAPECÓ, atividade para a qual o CEOM havia firmado pareceria ainda em 2004. A problemática toda, segundo se conclui do ofício<sup>1115</sup> enviado por Elison Paim a Vice-Reitoria de Administração em 18 de setembro de 2006, girava em torno do grau de capacitação do funcionário que ficaria responsável pelo arquivo da Universidade. Segundo o edital publicado pela instituição para essa função exigia-se apenas o Ensino Médio, coisa com que o CEOM não concordava pelas razões que podem ser vistas na sequência:

O Centro de Memoria- CEOM, vem por meio desta mostrar preocupação frente ao Edital Interno Nº 079/2006, lançado no dia 14 de setembro, para a cargo de auxiliar administrativo I o qual trabalhará no Arquivo "Inativo". Em primeiro lugar, porque o CEOM já iniciou as atividades neste local, e a avaliação feita, foi justamente a necessidade de um profissional com dedicação exclusiva frente a grande demanda de trabalho e as poucas condições oferecidas, especialmente com o espaço físico reduzido. Em segundo lugar, gostaríamos de salientar que o Arquivo é alma de qualquer Instituição,

---

<sup>1115</sup> Ofício nº 77/2006, enviado por Elison Paim Coordenador do CEOM a Vice-Reitoria de Administração da UNOCHAPECÓ. Chapeco, 18 de setembro de 2006.

pois nele estão guardados e deverão ser conservados documentos importantes, tanto para a história, como o funcionamento diário de todas as atividades do órgão gerador. Desta forma, o Arquivo precisa de profissional capacitado para atender a demanda. No referido edital, o nível de escolaridade exigida é segundo grau completo. Acreditamos que alguém, com esse nível de escolaridade não tenha noções de arquivística, elaboração de arranjo, catalogação, higienização e acondicionamento de fundos e coleções, tampouco consiga diferenciar/avaliar, documentos que são de uso corrente, ou que possam estar em fase intermediária, ou finalmente sejam selecionadas para a guarda definitiva, criar tabelas de temporalidade, entre outras atividades<sup>1116</sup>.

A justificativa partia da grande quantidade de serviços, passavam pela imprescindível capacitação do profissional que iria executá-las, e terminava com a um questionamento que invocava a coerência entre discurso e prática da UNOCHAPECÓ.

Ao nosso ver, em nenhuma disciplina do ensino médio é oferecido tal conteúdo. Sendo assim, como a pessoa contratada terá condições de desempenhar tal função preciso lembrar que arquivo, não é lugar de depósito, e muito menos o chamamos de inativo ou morto. Em terceiro lugar, sendo a UNOCHAPECO uma instituição de ensino superior, onde são formados profissionais das mais diversas áreas, possuindo em seu quadro cursos que podem minimamente preparar acadêmicos para desempenhar tal função. Um exemplo disso, foi a realização do "Dia das Profissões", ocorrido em julho passado, onde o CEOM e o Curso de História estavam lá para divulgar, que acadêmicos formados neste curso podiam direcionar-se para essa área, desde que buscassem formação complementar. Acreditamos ter uma ambiguidade aqui ... já que esse tipo de edital não parece valorizar as profissões!!! A

---

<sup>1116</sup> Ofício nº 77/2006, enviado por Alison Paim Coordenador do CEOM a Vice-Reitoria de Administração da UNOCHAPECÓ. Chapeco, 18 de setembro de 2006.

preocupação com a memória e o patrimônio histórico e cultural sempre foi uma constante desde os tempos da FUNDESTE, motivo de orgulho para toda a instituição e comunidade regional, é necessário, portanto, que no presente essas ações tenham continuidade para que esse sentimento seja também percebido no futuro<sup>1117</sup>.

Esta postura de aparente teor mais crítico e fazendo uso de sua condição de Instituição referência no que concernia a questões de ordem, arquivística e museológica, pode ser entendida como o desfecho de um longo processo que levou o projeto do CEOM do patamar de uma proposta de organização dos arquivos da FUNDESTE a uma reconhecida experiência - principalmente no meio acadêmico - de preservação do patrimônio sociocultural da *região* Oeste de Santa Catarina. Quando que se estabeleceu mediante o longo percurso que reuniu atividades de coleta, arquivamento, capacitação, exposição e publicização, em que a negociação das práticas e a adequação discursiva parecem ter sido a grande tônica. Era nessa condição que o CEOM se preparava para as comemorações relativas aos seus 20 anos. De modo esperado, boa parte das atividades desenvolvidas pelo CEOM durante o ano de 2006 estavam ligadas a essa passagem. Nessa acepção teve-se entre 23 e 27 de outubro<sup>1118</sup> a Semana “*CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina (semana comemorativa)*”<sup>1119</sup>. Um evento de extensão realizado na sede do CEOM que trazia dentre as atividades um ciclo de debates cujas comunicações foram reunidas na publicação “*Cadernos do CEOM n° 25; Narrativas*”<sup>1120</sup>. Um dos três publicados neste ano e que citamos na abertura desta pesquisa. Estas mesas redondas, segundo relatório<sup>1121</sup>, eram parte de um conjunto de atividades que disponibilizou 100 vagas e teve a participação de 62 pessoas numa carga total de 20H. a organização, ainda segundo o documento, esteve a cargo de Elison Paim Coordenador do

---

<sup>1117</sup> Idem.

<sup>1118</sup> Há registro de convites enviados para participação no evento feitos por Elison Antonio Paim, Coordenador do CEOM, para Mário Chagas, professor da UNIRIO, Ninarosa Monfroi, Fernanda Ben e Maria do Carmo Martins, professora da UNICAMP. Acervo Fundos do CEOM.

<sup>1119</sup> Relatório de Atividades de Extensão *CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina (semana comemorativa)*. 06 p. datado de 08 de novembro de 2006.

<sup>1120</sup> Ver capítulo 08. p.

<sup>1121</sup> Idem.

Evento, Denise Argenta Técnica em Educação Patrimonial, Mirian Carbonera Técnica em Arqueologia, Ademir Salini Documentarista, além de 11 alunos bolsistas.

Depreende-se ao final deste capítulo que à medida que as atividades desenvolvidas pelo CEOM foram sendo estabelecidas e agentes capacitados dentro deste próprio Programa de modo a construir um corpo técnico de caráter local capaz de assumir o protagonismo no tocante às ações de cunho patrimonial, papel antes relegado a profissionais de fora, o próprio campo do patrimônio também passava por um processo de profissionalização e normatização que culminava no deslizamento semântico da memória do terreno das celebrações para o dos direitos das minorias.

Além disso, agora que o CEOM alcançava a maturidade, na sua estrutura *multipartite* - arquivo, museu, espaço de formação, de pesquisa e de divulgação -, precisando sustentar financeiramente suas múltiplas frentes de atuação, via que os parceiros da rede municipal não alcançaram os mesmos feitos. As parcerias migram da rede de eruditos locais para uma rede de técnicos lotados em instituições governamentais e associativas da área de memória e patrimônio, e dos movimentos sociais. Ao que parece, neste momento em que o CEOM se transforma em um importante e reconhecido centro de preservação e de promoção patrimonial com seu corpo de profissionais próprio, a chave de leitura pensada a partir da relação centro x periferia passa do posicionamento local x Capital para a do local x global, com o patrimônio como espaço de preservação e o CEOM como mediador e promotor das políticas dessa natureza.



## CAPITULO VII - MEMÓRIAS “RESGATADAS”, HISTÓRIAS PUBLICADAS; O ESPAÇO EDITORIAL DO CEOM

A história tem mostrado que os povos dominados "acordam". Quando acordam, abandonam a ilusão de voltar ao "paraíso perdido", e assumem - como diz Paulo Freire - o risco histórico" de ser sujeitos de si. Nesse processo, é inevitável que tomem consciência das contradições de classe existentes na sociedade dos "brancos", e que eles desconheciam em suas culturas tradicionais. E assim "armados com essa visão histórica, os povos indígenas estão aí, ocupando espaço cada vez mais importantes na imprensa e na sociedade como um todo e construindo propostas para o seu projeto histórico.

(D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para um História dos Índios do Oeste Catarinense”. Cadernos do CEOM, 1989. p. 207-208).

### 7.1 AS VERSÕES DE PASSADO NOS CADERNOS DO CEOM; CONSTITUINDO CAMPOS DE DISPUTA

Uma vez analisados os quadros e andamentos internos ligados à confecção do projeto, a sua fundamentação teoria, suporte metodológico e as práticas de coleta, registro e arquivamento da “*memória sócio-cultural*” do Oeste de Santa Catarina, sem esquecer dos processos de capacitação, de exposição e das políticas de parcerias, cumpre uma abordagem a respeito de um último ponto, acerca do qual, já demos indicação. Uma vez que durante todo o percurso fizemos a análise das correspondências emitidas e recebidas pelo CEOM em cotejamento ou com o projeto de implantação do Órgão, ou em referência às publicações por ele efetivadas, faz-se necessário uma investida neste setor e um estudo desses periódicos.

O CEOM, conforme largamente demonstrado, nasce de um projeto que visava, em essência, o “*resgate*” de uma memória regional que residiria em determinados sujeitos negligenciados por uma historiografia dita “tradicional”. Dentro deste grande projeto em que identificamos as fases de coleta, arquivamento, exposição, pesquisa e publicação como retroalimentadoras, uma das principais atividades, consistiria em capacitar os agentes/colaboradores - termo que se tornou comum - que

auxiliaria na execução dos trabalhos de “*resgate*”. Para tal, era necessário elaborar material didático, teórico e metodológico, capaz de garantir a esses indivíduos o conhecimento necessário, servindo-lhes de suporte técnico. Essa ideia de capacitação, entretanto, compreendia não apenas pessoas que estivessem diretamente ligadas às atividades que se viessem a desenvolver. Posto que era um projeto de “*contra-memória*”<sup>1122</sup> e de reescrita da história, trabalhava com o conceito de conscientização social como mecanismo de transformação da realidade. Conscientização que teria como um de seus instrumentos de promoção, exatamente os novos estudos realizados com base nesse processo de “*resgate*”. É, portanto, como produtor deste tipo de materiais - didáticos - que surgem as primeiras publicações do CEOM. Ocorre que, durante o processo de efetivação das práticas de coleta e catalogação, tanto a necessidade de treinamento dos agentes, como de legitimação teórica do projeto junto à sociedade local ou aos órgãos mantenedores, fez com que muitos materiais<sup>1123</sup> de viés analítico fossem criados. Assim, o espaço editoria

---

<sup>1122</sup> A esse respeito ver: NICOLAZZI, Fernando. **História: memória e contra-memória**. MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 217-234, jan./jun. 2003. No artigo é traçada uma análise da condição histórica e do fenômeno da memória com base em importantes escritos que se dedicaram aos estudos dos campos. A função narrativa, e as manifestações da lembrança, do esquecimento, bem como a questão da verdade histórica e da fidelidade da memória são abordadas no breve texto.

<sup>1123</sup> Dentre as atividades desenvolvidas temos ainda a Produção de instrumental didático- pedagógico, para o ensino e a pesquisa histórica regional. Isto está se dando através de editoração de duas publicações, via Setor de Editoração da UNOESC: os Cadernos do CEOM, com editoração semestral e a “Série Documentos”, que tem publicação irregular. Cadernos do CEOM conforme os títulos: Catálogo Cadernos do Ceom nº 1/2– ano 04 1989; • Síntese histórica da região oeste – Santo Rossetto; • Oeste Bravio – Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz; • Síntese Pré-histórica do Oeste – Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz. Cadernos do Ceom nº 3; • Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli. Cadernos do Ceom nº 4; • Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950) – Eli Maria Belani. Cadernos do Ceom nº 05, ano 03 1988; • O que é cultura – Santo Rossetto; • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense: um novo movimento social – Teresa Kleba Lisboa; • Movimento do Contestado: o jogo de alianças e rupturas das frações dominantes - Arlene Renk. Cadernos do Ceom nº 06, ano 04 1989; • Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense - Wilmar da Rocha D’Angelis. Cadernos do Ceom nº 7, 1991; • As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos “brasileiros” – Arlene Renk; • Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli (2ed). Cadernos do Ceom, nº 8, ano 06 1992;

aberto pelo CEOM não se limita a produzir materiais com função metodológica como “*Manuais de Coleta*”, por exemplo. Também constam desde as primeiras publicações conteúdos versando sobre temas conceituais como cultura e identidade, relacionados os grupos existentes na *região*. Essas obras constituíram-se nos primeiros estudos dessa fase de reescrita e uma vez postos em circulação, contribuíram para a consolidação de um setor de publicações permanente. Deste modo, a medida que as publicações se intensificavam o CEOM estabelece a última das condições de retroalimentação que apontamos, a saber, a condição promotor e criador de conteúdo e junto de manuais para coleta e armazenamento viu-se surgir publicações regulares de artigos sobre a *região*. Intitulado Cadernos do CEOM, esses periódicos, cumpriram tanto as funções acima mencionadas como, também a função de difundir o projeto entre instituições e indivíduos das mais variadas naturezas<sup>1124</sup>. Há

---

• Revisão bibliográfica crítica sobre organização social – Juracilda Veiga. Cadernos do Ceom, nº 09 – Companhias colonizadoras e a Luta pela. Terra – ano 09 1995. Apresentação - Arlene Renk; • Processo de Colonização no Oeste de Santa Catarina: atuação da Cia. Territorial Sul. Brasil - Alceu Antonio Werlang; • A luta pela terra: sentidos da participação - Elisete Schwade. Cadernos do Ceom, nº 10 – Estudos de História Política Regional – ano 10 set. 1996. Apresentação - João Paulo Strapazzon; • Eleições e poder local: as disputas em Pinhalzinho (1961-1992) - Waldir José Floss; • Os partidos políticos e as tendências eleitoriais de Chapecó - Mônica Hass; • Aspectos básicos da formação política integralista em São Carlos - Marcelo Werle; • O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 a 1992 no Oeste de Santa Catarina - Mônica Hass. Cadernos do CEOM de nº 1 a nº 8. Série Documento: Série Documento nº 01 - Município de Chapecó: legislação e evidências 1917-1931 - Eli Maria Bellani - agosto de 1989; Série Documento nº 02 - Manual de orientações para a Pesquisa, coleta e registro da memória sócio-cultural do oeste catarinense - Hilda B. Dmitruk Ortiz (org.); (esgotado). Série Documento nº 03 - Toldo Imbú - Vilmar da Rocha D’Angelis e Vicente Fernandes. Relatório de ações desenvolvidas pelo CEOM. 1995. p. 4-6. Acervo CEOM. Acima estão citadas as obras publicadas pela instituição nas duas modalidades deste tipo, representadas pelos Cadernos do CEOM e pela série Documentos. Optamos por citar as duas primeiras fases em um único momento, para que se pudesse melhor verificar o aumento no número de artigos e possibilitar o trabalho de algumas questões sem tornar a citação por demasiadamente longa, o que aconteceria se englobássemos também aquelas que compreendem os anos entre 1998 e 2006.

<sup>1124</sup> Era por meio do envio dos Cadernos do CEOM, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, que o CEOM fazia chegar ao conhecimento de Fundações de Ensino, Universidades, Entidades de fomento à pesquisa, associações de grupo, profissionais da área educacional, arquivistas, museólogos, antropólogos,

que mencionar, sob esta perspectiva, que a escrita desenvolvida pelos intelectuais à frente desse projeto e que se propunham a reescrever a história regional era ainda direcionada aos pares, ocupantes destes postos, e por isso, intencionava um reconhecimento no panteão dos intelectuais, seja do movimento revisionista que vimos constituir-se a partir da década de 1980, seja dos próprios promotores ou defensores do modelo “tradicional” que se pretendia questionar/substituir<sup>1125</sup>. Isto se dá, segundo Silvia Sigal<sup>1126</sup>, porque *“a constituição de grupos intelectuais faz-se acompanhar da renovação de temas e estilos, uma vez que tem sua identidade nutrida por um puzzle de referências exteriores. A “dependência cultural”, como outras, está sujeita à gestão do acesso aos espaços metropolitanos, realizada pelos grupos do campo cultural nacional”*<sup>1127</sup>.

Seguindo-se esta lógica dialética, que se baseia no “resgate” de determinadas memórias, sua exposição como contraponto a outras memórias, de modo a produzir um conhecimento crítico que leve ao “resgate” de outras memórias, não bastava coletar e arquivar objetos e testemunhos. Era preciso transformar esse material em conhecimento. Daí a força com que as publicações passaram a emergir dentro do projeto do CEOM. Os grupos privilegiados neste tipo de estudo, à exemplo daqueles que Nemuel da Silva Oliveira e Marcos Chor Maio<sup>1128</sup>, apontam como sendo alvo dos EC (estudos de comunidade) são aqueles considerados como “primitivos”, a saber, os povos indígenas. Como se pode observar em publicação do Cadernos do CEOM ainda de 1987, onde, tanto a inclusão de novo tema quanto a defesa de um novo estilo de estudo, de entendimento e de escrita da história são facilmente identificados.

A história da população pré-histórica, não poderia

---

historiadores, políticos e indivíduos de toda sorte as ideias defendidas em seu projeto.

<sup>1125</sup> A esse respeito ver o artigo introdutório da obra de: CORADINI, Odacir Luiz e REIS, Eliana Tavares dos. **Dossiê: Cultura, Poder e Modalidades de Engajamento**. Transações Culturais, Intelectuais e as Ciências Sociais. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. No texto, aborda-se alguns exemplos de relações entre intelectuais e atuação social [política, cultural], bem como o modo como se constituem cada um desses campos e com base em que tipo de manifestações é definida a própria condição de intelectual.

<sup>1126</sup> SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012.

<sup>1127</sup> Idem. p. 52.

<sup>1128</sup> OLIVEIRA, Nemuel da Silva e MAIO, Marcos Chor. Op. Cit. p. 528.

deixar de ser parte integrante e essencial da organização da memória sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina. Os índios Kaingangs, coletores e caçadores pré-ceramistas e, posteriormente, os ceramistas Tupis-Guaranis já se encontravam nesta região, hoje tão decantada, antes que o bandeirante Zacarias Dias Cortes por aqui passasse, numa viagem pioneira de conhecimento, nos idos de 1720. Desde quando essas populações indígenas habitavam a região? Onde vieram? Qual era seu modo de vida? Que mudanças sofreu esse modo de vida com a vinda do homem branco? O que nos deixaram, além de objetos curiosos e lendas fantásticas? Que idéia nós fazemos, nós da época da agro-industrialização, desse HOMEM pré-histórico que, pelo simples fato de ter vivido em condições de origem e evolução antropológicas diferentes das vividas pelo HOMEM europeu, e, na maioria das vezes, considerado menos HOMEM do que este? O que seria, hoje, deles, não fôssemos nós? O que teria sido nossa história de colonizadores, não estivessem eles na região quando a "desbravamos"? Como era o "habitat" geo-físico e como este se relaciona com o atual "habitat" geo-político? Alguma coisa da cultura deles ficou incorporada a "nossa" cultura? E a nomenclatura que nós (brancos europeus!) Utilizamos para denominar lugares (Joaçaba, Xanxerê, Xaxim, Chapecó, (X?), Itapiranga, Itá —) e as honras póstumas que prestamos ao índio Conda? Herói ou traidor? Estas e outras interrogações desafiam os interessados na verdadeira história do Oeste de Santa Catarina<sup>1129</sup>.

Os povos pré-históricos da *região* eram apenas um dos personagens a quem se queria dar espaço nos estudos, restituindo assim no plano historiográfico, a presença física que outrora representaram na *região*. Desfazer o lapso temporal que separava o momento atual da implantação do CEOM, por meio de um retorno a partir dos rastros deixados, até os tempos em que a população pré-histórica dominava as extensões do espaço em questão, era a tarefa primeira assumida pelo

---

<sup>1129</sup> Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de SC. Ano: 02, Nº 02, Jun/87, p. 03. Acervo CEOM.

órgão em sua política de publicação. O que chama atenção no texto é o intento anunciado ainda em suas proposições iniciais em não se limitar a uma reconstituição das origens, deslocamentos e modo de vida, nem tampouco ao registro das mudanças ocorridas após o contato destes conterrâneos distantes com o homem branco. O que parece estar em disputa e ser buscado é bem mais do que isso. Trata-se, em suma, da disputa pela autoridade para se escrever a história do Oeste. E é com base nessas diferentes versões e em nome de um poder proveniente da outorga daqueles em nome dos quais se fala, a saber, os “*excluídos*” da história, que uma “*verdadeira história do Oeste Catarinense*<sup>1130</sup>” é reivindicada.

Esse modo de apresentar o projeto do CEOM, configurava aquilo que definimos como uma situação paradigmática, visto que se desdobrava em duas linhas que, embora seguissem rumos diferentes, faziam parte de um conjunto discursivo que, ao que parece, demandava constante rearranjo e negociação. No campo do posicionamento teórico, enquanto a posição ideológica de esquerda ficava cada vez mais evidente e o modo de entender a sociedade e o papel da história e indivíduos ia sendo assumido de forma militante, também pode ser notado um aumento na ênfase de um discurso que propõe a abertura participativa aos vários modos de se pensar e de se fazer História<sup>1131</sup>. Essa forma de andamento passa a se desenhar de modo mais latente à medida que o processo de publicações parece assumir uma posição de destaque dentro do projeto original. Como demos nota nos capítulos iniciais deste trabalho, as primeiras publicações do CEOM, parecem ter tido boa aceitação. Isso foi evidenciado nas correspondências que chegavam assinadas por responsáveis por instituições de ensino ou por entidades da área cultural a quem o CEOM havia enviado seus Cadernos. Não raro, também, encontramos correspondências de políticos, responsáveis por museus da *região*, historiadores, jornalistas e outros tantos que haviam entrado em contato com os exemplares e após a sua leitura entraram em contato com o Centro. Essa condição pode estar relacionada ao modo como eram trabalhados, dentro dos Cadernos, posicionamento ideológico e abertura à participação. Ainda que existisse, nesse sentido, um posicionamento bastante claro, o discurso que se apresentava falava em garantia de espaço para “*colaborações de autores e pesquisadores de diversas*

---

<sup>1130</sup> *Ibidem*.

<sup>1131</sup> Nesse caso, estamos nos referindo à História enquanto ciência. Ao ato historiográfico propriamente dito. À atuação dos profissionais dessa área.

*formações*<sup>1132</sup>”. Deste modo os textos publicados nos periódicos do CEOM que, nos dois primários números, ficaram restritos aos intelectuais ligados ao projeto, eram abertos à participação externa.

Os Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste — CEOM, completam três anos de existência. [...] A sua idealização e organização foi uma decorrência do trabalho que, em 1986, a Coordenação da primeira Comissão Central começou a desenvolver, após sua nomeação pelo Prof. Santo Rossetto, Diretor Geral da FUNDESTE e autor do projeto que deu origem ao CEOM. Seu objetivo inicial foi divulgar os dados e informações, produtos da ação-reflexão desencadeadas pelo CEOM no seu esforço pioneiro a nível de escola privada, por estabelecer um trabalho permanente de resgate, preservação e sistematização das fontes histórico-culturais da área de abrangência institucional. Optou-se, então, por realizar uma publicação em cadernos, já que estes, pela sua própria natureza, atenderiam a mesma finalidade sem a exigência do rigor editorial de uma revista. Outro de seus objetivos principais explícitos, tem sido o de possibilitar o aproveitamento escolar ou extra-escolar dos estudos realizados. A partir do terceiro número, caminhou-se no sentido de abrir a publicação para colaborações de autores e pesquisadores de diversas formações, desde que sua temática e qualidade de conteúdo estivessem, diretamente, relacionados com o processo de evolução sócio-cultural da região<sup>1133</sup>.

A apresentação do caderno do ano de 1988, iniciava como um relato acerca das razões que motivaram a organização, dentro do projeto do CEOM, de uma série de cadernos. Seu nascimento é apontado como um desdobramento natural à medida que se sentiu a necessidade de dar uma destinação menos restrita aos materiais oriundos dos processos de pesquisa e arquivamento. Cumpririam, assim, esses cadernos, uma função

---

<sup>1132</sup> Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina. Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste. Centro de Ensino Superior – Chapecó – Ano 4, n. 1/2, set. 1988. p. 01. Reedição.

<sup>1133</sup> Idem.

de transformar os dados coletados em conteúdo específico, em material passível de leitura, ou em outras palavras, de transformar fontes em conhecimento e ação. A própria escolha pela modalidade de cadernos, era exposta como resultado da dificuldade em se organizar uma publicação com caráter de revista. Os cadernos, além de serem menos onerosos e de mais fácil sistematização, desempenhariam de igual modo, a função que deles se esperava. Ou seja, servirem de referencial bibliográfico para os profissionais da área que desejassem tratar da história regional e, também como espaço para aqueles que, segundo os critérios de conteúdo estipulados, intentassem tornar públicas suas pesquisas em forma de publicação.

Atente-se que a justificativa para a existência desse periódico, centra-se na alegação da falta de estudos que versassem sobre a *região*, o que, por sua vez, justificava o tipo de conteúdo que seria aceito para publicação, a saber, aquele que viria sanar esse problema. Deste modo, sob pretexto de se desenvolver material regional, a possibilidade de veiculação de artigos nestes cadernos, ficava condicionada a um modelo previamente estabelecido. E essa definição não se restringia apenas à temática, também eram quesitos de aceitação aquilo que se definia como “*qualidade de conteúdo*<sup>1134</sup>”. O que, aliado à exigência de que os conteúdos “*estivessem, diretamente, relacionados com o processo de evolução sócio-cultural da região*<sup>1135</sup>” - se tomarmos “*evolução sócio-cultural*<sup>1136</sup>” como um conceito interpretativo -, poderia restituir, na prática, a limitação que o discurso de apresentação dos Cadernos dizia não existir. Este quadro de tensão entre um discurso que pregava uma abertura editorial e uma concepção ideológica que preconizava um tipo de leitura do passado, teve exemplos efetivos dentro do próprio grupo de intelectuais ligados ao CEOM. Como demonstra o relato do próprio Pedro Uczai em depoimento no ano de 2006.

A segunda questão era a questão mais historiográfica, de temas de discussão, de outros temas além do positivismo. Intrigava-nos algumas tensões, de um lado, a Eli Bellani, que tinha uma compreensão da História. No meu período foi publicado um texto da Eli, a Bety coordenou esse trabalho que era da Eli: “Chapecó: legislação e evidências”. Mostra que naquela época, era

---

<sup>1134</sup> Idem.

<sup>1135</sup> Idem.

<sup>1136</sup> Idem.

democrático o nosso caderno do CEOM. Essa coisa da origem estava presente, e o que é que nós nos deparávamos dentro desse diálogo do positivismo, e de buscar a origem, política administrativa etc. Queríamos construir outra história, mas nos deparávamos também sempre com os depoimentos, ou com os documentos dos municípios que cada município tinha uma origem: a origem do primeiro morador, a origem da primeira família, a origem dos primeiros colonos, a origem do primeiro padre, do primeiro prefeito, do delegado. É isso. Era uma tensão permanente, era essa coisa da origem ao mesmo tempo. O emergir dos movimentos sociais, movimentos populares e outros sujeitos, querendo existir no Oeste de SC. E, os índios manifestando a presença, aqui na região; os caboclos manifestando a presença na região também, e rompendo no cenário histórico; as mulheres e os movimentos sociais, que aí publicou-se o material e persistiu essa grande contradição. De um lado, essa coisa de ouvir velhos, mas os colonizadores, e a história dos municípios, mostrando essa visão um pouco linear, de política administrativa, ou da origem dos colonos, mesmo ouvindo eles trazendo essa memória um pouco dominante da região, convivendo e coexistindo contraditoriamente e competitivamente, com outros sujeitos que foram emergindo.<sup>1137</sup>

Como pode-se notar, a exemplo do que demonstramos em capítulos anteriores, um projeto de mediação memorial e de escrita/rescrita da história precisa lidar com constantes momentos de tensão e de necessária adequação. Nesse sentido os postulantes de uma dita historiografia “tradicional”, no caso do CEOM, não se encontravam só no passado ou em um espaço afastado, eles estavam na vizinhança e até dentro da casa. Resta claro, na citação, a preocupação demonstrada pelo professor em, por um lado, manter a coerência com os “*expropriados da história*” buscando seu espaço e o papel assumido pelo CEOM enquanto seus representantes, e por outro, a tentativa de se manter também coerente com o discurso de abertura editorial apresentada pelos

---

<sup>1137</sup> UCZAI, Pedro. **CEOM 20 anos**: algumas lembranças. Depoimento dado em mesa redonda comemorativa aos 20 anos do CEOM, Cadernos do CEOM, Narrativas. v. 19, n. 25, 2006. p. 253.

periódicos. Há que se levar em conta ainda que, mais do que “desapontar” os seus outorgantes - aqueles a quem se deveria garantir a “reapropriação” -, sendo esse material, como declarado, de cunho didático, isso representaria para além de uma contradição, um retrocesso. De crítico de uma história das “origens”, a promotor dela, não parecia um rótulo fácil de ser digerido por aqueles que estavam a frente do projeto do CEOM à época. O que pode ser comprovado por sua menção quase vinte anos depois do ocorrido. Essa passagem, envolvendo a publicação do referido artigo da Professora Eli Bellani, rendeu, em meio aos tramites internos e a relação do CEOM com a comunidade em geral ainda outros capítulos. Para uma abordagem nesse sentido, faz-se necessário analisarmos algumas publicações acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo CEOM em jornais locais e estaduais da época.

## 7.2 O CEOM NA IMPRENSA

A importância da divulgação em espaços de mídia, como observado, foi um fator levado em conta por parte do CEOM. Dão prova disso as suas parcerias com emissoras de rádio e de televisão, firmadas para veiculação de programas direcionados à divulgação da memória regional. Na proposta do CEOM, a busca pela interligação dos pressupostos teóricos e das atividades projetadas no campo acadêmico aos contingentes populacionais, ocupava posição basilar e, para tanto, o engajamento dos meios de comunicação parecia essencial. A despeito disso, neste momento, vamos nos reportar a algumas matérias que não estavam ligadas a esta prática. Ou seja, que não se deram em razão de parcerias e, sim, como manifestações dos jornais no sentido de informar sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas pela nova instituição. Estribado na difusão da noção de “resgate da memória sócio-cultural da região”, princípio fundamental do projeto desde sua concepção, uma das primeiras aparições do projeto nos jornais fora descrita deste modo: “O CEOM na Imprensa, OESTE RESGATA SUA MEMÓRIA CULTURAL<sup>1138</sup>”, matéria veiculada no Jornal A Notícia de Joinville que viria replicada em seu próprio Caderno. No corpo do texto lia-se:

Chapecó - Ficou mais fortalecido o projeto de

---

<sup>1138</sup> Jornal A Notícia. Joinville, 08 de julho de 1988, p. 11. In. Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina, 1988. p. 73.

resgate à memória sócio-cultural do Oeste, com distribuição de mais um exemplar, a quarta edição, dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM. O projeto foi idealizado pelo professor Santo Rossetto, sociólogo e diretor geral da FUNDESTE. Ele está trabalhando neste programa há anos e os primeiros resultados começam a surgir. As quatro edições dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural, procuram trazer à tona os mais significativos eventos que marcaram a história regional, num trabalho que tem a participação decisiva de historiadores, cuja valorização é assegurada também através destas publicações. O quarto exemplar está sendo distribuído a diversas instituições educativas e histórico-culturais para enriquecer o acervo bibliográfico e auxiliar os estudantes e pesquisadores interessados na história regional<sup>1139</sup>.

Faz-se notar que a descrição do projeto constante da matéria parece bem mais sutil quanto ao público alvo e os desejos militados pela instituição. Ainda assim, acabou, conforme apontado, transcrita na publicação do próprio Órgão. A edição do quarto exemplar dos cadernos do CEOM era festejada pela imprensa como um marco no tocante ao “resgate” e a preservação da “memória sócio-cultural” da região. Muito, segundo posto, em razão da dedicação de seu idealizador Santo Rosseto. Não obstante, o caráter de validade e aceitação seria tanto maior quanto mais presente fosse a participação dos profissionais da área que se pretendia objeto de ação da instituição. Falar em “resgate” histórico passava, nesse sentido, implicava falar em historiadores e em seus métodos de trabalho. Junto da reiterada menção de falta de materiais sobre a história regional apontava-se, ao mesmo tempo, a atuação do Órgão como promotor destes conteúdos e potencializador da atuação dos profissionais de História, seja pelas novas ferramentas que lhes seriam disponibilizadas para consulta e utilização em sala, seja pela possibilidade de publicarem nos próprios periódicos ligados ao CEOM. Assim, a atuação do Órgão cobriria e estimularia dois espaços do “saber histórico”, os de pesquisa e os de publicação. Manifestamente, tudo isso entreposto por um juízo ideológico que, como bom conciliador, precisava

---

<sup>1139</sup> Idem.

às vezes adequar-se às necessidades. Vejamos essa condição na citação que segue acerca do espaço de publicações aberto aos profissionais da história supracitado.

O artigo principal da edição, "Balsas e Balseiros no Rio Uruguai" (1930 - 1950), de autoria da professora Eli Maria Bellani, enfoca o processo extrativo da madeira, seu transporte e comercialização. Como base, são exibidos depoimentos das diferentes categorias de trabalhadores que exerceram essa atividade. A mesma publicação relata a proposta do CEOM para as prefeituras que desejarem engajar-se no processo de resgate do passado cultural com participação da imprensa, especialmente escrita, no Projeto da Fundação de Ensino do Oeste - FUNDESTE<sup>1140</sup>.

Como exposto, o artigo presente na quarta edição dos cadernos do CEOM, era da lavra da historiadora, e posterior professora do curso de História da UNOESC-Chapécó, Eli Maria Bellani. A questão que nos interessa aqui repousa na discussão que vimos abordando sobre a repisada crítica, desenvolvida por esse novo projeto, àquilo que definiam como história "tradicional". Esse amiadado modo de se reportar à historiografia catarinense construía uma ideia de existência de uma forma arcaica e tendenciosa de se analisar os acontecimentos e os personagens locais. O exemplo aqui exposto nos permite uma indagação nesse sentido. O artigo em questão era fruto de um trabalho maior da autora em tempo anterior. Mais precisamente, daquilo que foi apresentado como trabalho de conclusão de curso junto a Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção de título de Graduada em História. Isso ainda na década de 1960. Poucas linhas acima, em item anterior deste trabalho, consignamos o modo como Pedro Uczai se reportou ao modo de escrita de Eli Bellani que, como visto, seria um exemplo desta prática "tradicional". O mesmo valia para o possível posicionamento político e econômico. Filha de pai empresário e com longa carreira política de direita, seu perfil estaria mais alinhado com a "elite" chapecoense do que com os "renegados" da história local, tão fortemente citados neste novo momento. Mas, se esse era o verdadeiro método de definição da história "tradicional" e de seus postulantes, o que explicaria sua publicação na quarta edição do caderno? Exatamente a necessidade de se manter a coerência com um discurso que

---

<sup>1140</sup> Ibidem.

pregava, para os Cadernos do CEOM, um acesso democrático, como declarado pelo próprio Pedro Uczai. Necessidade que, como vimos, colocava, o próprio projeto em contradição. Mostra de como ainda eram fortes as disputas e as necessidades de adequação dentro do projeto naquele momento. É certo que o discurso era de valorização de todos os personagens e, no caso dos autores, de estabelecer um espaço para divulgação. Mas é certo também, que havia um direcionamento ideológico por trás do projeto em questão. Isso aparece no modo como se apresentava o texto fruto deste debate.

O autor do projeto CEOM, Santo Rossetto, diz que a história do Oeste Catarinense não seria completa sem, pelo menos mencionar a fase da atividade de extração da madeira, de seu transporte. "Mediante as famosas balsas do Rio Uruguai" e de sua comercialização na Argentina. Essa espécie de mercantilismo fluvial, apesar de seu caráter caseiro e tupiniquim, centralizou recursos financeiros nas mãos de madeireiros e comerciantes que passaram a desenvolver o processo efetivo de produção e comercialização capitalista na região. Rossetto explica que esses primeiros passos do extrativismo capitalista regional geraram episódios e figuras sócio-econômicas de grande significado histórico, sociológico e cultural. Identificar esses pioneiros e desbravadores que hoje possuem estátuas, nomes de ruas, estádios, etc, é a proposta do artigo de fundo do quarto número dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural, "Balsas e Balseiros no Rio Uruguai". Alguns dos principais protagonistas "dessas façanhas" ainda vivem para enriquecer "nossos acervos de memória oral", lembra Santo Rossetto, o principal entusiasta do projeto<sup>1141</sup>.

A mencionada exibição de depoimentos de vários grupos que haviam atuado na tarefa estudada, demonstra o caráter conciliador e de intenção amoldadora do autor da matéria. Por outro lado, faz questão de frisar, citando o próprio Santo Rossetto, as observações que norteavam o projeto do CEOM. O processo de comercialização de madeiras mediante o uso de balsas e navegação fluvial é retratado como fenômeno capitalista que permitiu a concentração de renda e o surgimento de indivíduos

---

<sup>1141</sup> Ibidem.

socialmente abastados. Isto posto, cabe atentar para outro ponto que temos identificado como perpassando estas questões do alinhamento ou desalinhamento discursivo, a saber, a tendência em se flexibilizar o discurso quando o público alvo era menos circunscrito. O aparente tom conciliador com que Santo Rosseto se reporta, na matéria, ao trabalho da historiadora diferia da sua postura combativa e engajada dos textos reproduzidos, por exemplo, no projeto base ou nos cadernos do CEOM. Há que se admitir, entretanto, que ao dar seguimento à sua análise sobre o texto, Rosseto, ao que parece, direciona a leitura para a observância dos grupos favorecidos pela atividade em questão (extração e transporte de madeira). Naquela conhecida ligação entre acúmulo de capital e controle social, a perspectiva ideológica condutora da análise e da fundamentação pareciam se desenhar. Outro fato que merece ser observado no tocante a esse aparente discurso conciliador, deriva da questão dos meios de financiamento da instituição. A obtenção de verbas por meio da Lei Sarney, diferente dos financiamentos conseguidos junto aos órgãos mantenedores, dependia da anuência do empresariado, especialmente no que concernia às publicações, cujas tiragens demandavam investimento direto. Questão que também era tratada na matéria, como podemos ver na sequência.

Nesta etapa da atuação de resgate da memória, 600 exemplares estão sendo distribuídos. Os três primeiros foram totalmente esgotados. Os profissionais que atuam no setor de planejamento, pesquisa e extensão da FUNDESTE, buscaram, nas empresas privadas, auxílio para incrementar o programa. O empresariado local terá retorno via publicação nos próprios cadernos e os investimentos poderão ainda ser deduzidos do Imposto de Renda, através da Lei Sarney. O projeto de resgate da memória tem apoio do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa. Com a participação da classe empresarial, será possível reeditar os cadernos, explica Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, do conselho editorial do CEOM. As edições estão esgotadas mas continua intensa a procura por parte dos órgãos ligados ao setor educacional<sup>1142</sup>.

A exposição midiática do empreendimento poderia, entre outras coisas, auxiliar no agenciamento de empresas interessadas em investir nas

---

<sup>1142</sup> Ibidem.

publicações. Não foram poucos os exemplos de menções por parte, tanto de representantes do CEOM, quanto de responsáveis por museus da região acerca das dificuldades de obtenção de verbas para a execução de atividades e manutenção dos espaços. O próprio CEOM não só se utilizou da Lei Sarney, como em alguns casos a sugeriu como potencial meio para a viabilização dos projetos de “resgate”. Obviamente, essa era apenas uma das possíveis razões que podemos aventar no tocante às necessidades de adequação discursiva. Nesse sentido, valemo-nos de outra matéria tratando da criação do CEOM e da aprovação de seus primeiros projetos, publicada no mesmo ano de 1988, desta vez no Jornal Diário da Manhã de Chapecó<sup>1143</sup>.

O Centro de Memória da FUNDESTE, através do projeto ora aprovado, atingirá de imediato treze municípios da Região Oeste que já possuem museus e/ou Centros de Memória criados, respondendo assim ao objetivo maior de coordenar o processo de documentação, de preservação e valorização da história regional, constituindo-se tudo num valioso instrumento pedagógico a ser devidamente utilizado. Existem ainda outros projetos encaminhados pela FUNDESTE através do CEOM, e que aguardam a respectiva aprovação: um junto a FUNARTE - INFto, outro junto ao Sistema Nacional de Museus e outro junto ao Ministério de Cultura. Todos estes projetos buscam apoio financeiro para a capacitação de pessoal, levantamento e organização da história do Oeste. Não obstante a precariedade de recursos, a FUNDESTE vem desenvolvendo todo um projeto de dinamização buscando inserir-se mais e mais nas comunidades de sua área de abrangência para resgatar a finalidade precípua de sua criação e da futura Universidade do Oeste, ou seja, de ser instrumento de desenvolvimento do Oeste Catarinense<sup>1144</sup>.

Duas questões importantes merecem atenção antes do fechamento dessa curta investida nas reverberações do discurso do CEOM junto aos

---

<sup>1143</sup> Jornal Diário da Manhã. Chapecó, 23 e 24 de abril. 1988, p. 06. In. Caderno do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina, 1988. p. 74.

<sup>1144</sup> Ibidem.

jornais. Uma, atenta para o apelo à ideia de desenvolvimento tão comumente empregado pelos movimentos de reivindicação regional<sup>1145</sup>, de que vimos dando exemplos ao longo deste trabalho. A outra, volta-se para a observação da já manifesta intenção da FUNDESTE em tornar-se Universidade do Oeste, fato que se tornaria realidade desdobrado em dois momentos (1992/UNOESC-Chapecó e 2002/UNOCHAPECÓ) que se constituiria em importantes marcos em nossa análise.

### 7.3 “PRÁXIS” CIENTÍFICA E ATUAÇÃO ENGAJADA; UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO

Neste cenário de atuação em que o espaço editorial, ao passo em que aumentava suas publicações, parecia ter de lidar com igual aumento do conjunto de fatores dependentes de conciliação. A abertura à participação externa e as demandas financeiras, por exemplo, constituíam um quadro em que, mais do que nunca, se parecia exigir dos responsáveis pelo CEOM, adequação discursiva e atuação diplomática. Ainda que essas posturas, como temos visto, variassem de espaço para espaço (correspondências, publicações, matérias de jornal) e não seguissem uma linha constante. A bem da verdade, o que nos parece, é que as coisas aconteciam exatamente de modo contrário. A postura assumida pela instituição parece oscilar momentos de efetivo e claro engajamento teórico, com momentos de posicionamento ou de manifestação praticamente neutros. Como, por exemplo, vimos no tocante à publicação do artigo da historiadora Eli Bellani que, a despeito do aparente “*mal-estar*” institucional, não mudou o modo como o periódico (Cadernos do CEOM) continuou a ser apresentado ao público, a saber, como de “*excelente acolhida*”<sup>1146</sup> e de exímio alinhamento aos pressupostos do CEOM.

A excelente acolhida que as modestas, porém significativas publicações iniciais receberam da comunidade em geral, e dos professores, especialmente os de História e de Estudos Sociais, deram impulso ao nosso trabalho. A tiragem inicial

---

<sup>1145</sup> Nesse sentido, ver, por exemplo, os apontamentos a respeito da formação das Associações de Municípios e da própria Secretaria dos Negócios do Oeste, constantes do primeiro capítulo.

<sup>1146</sup> Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina. Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste. Centro de Ensino Superior – Chapecó – Ano 4, n. 1/2, set. 1988. p. 01.

de 200 exemplares elevou-se para 600 no quarto número e, já, no quinto atingiu os 1000 exemplares. Também, a qualidade gráfica passou por transformações: enquanto que os três primeiros volumes eram fotocopiados e no tamanho correspondente a uma folha de ofício, os posteriores adquiriram o formato atual. Mudou-se a capa e a sua impressão passou a ser realizada por profissionais. Por óbvias razões de ordem financeira, a ampliação da distribuição levou a determinar um valor simbólico, em conceito de assinatura, o que na realidade, apenas cobre o importe de expedição e transporte. Também a proposta editorial foi ampliada dando origem à 'Série DOCUMENTO' que encontra-se no seu segundo número<sup>1147</sup>.

Dentro deste quadro, constituir um público alvo mais particular, junto do estabelecimento de uma interação com o espaço acadêmico, parecia conferir às publicações legitimidade e visibilidade. A aceitação por parte dos professores era então mencionada como fator que, tanto explicava o crescimento no número de exemplares publicados anualmente, quanto justificava a atuação do órgão e fortalecia sua política de angariamento de subsídios. A dificuldade em se manter um espaço editorial é frequentemente mencionada nos próprios periódicos. Não obstante houvesse todas essas vicissitudes, o projeto vinha não só sendo mantido, como ampliado em número e melhorado em qualidade. Desataque era dado para as mudanças de diagramação, de material utilizado, bem como, à atuação de profissionais específicos nas várias etapas do processo editorial. Razões pelas quais se passava a cobrar um valor que, mesmo apontado como simbólico não cobrindo mais do que os custos, marcava a entrada dos materiais publicados pelo órgão no mercado de maneira propriamente dita.

Outro desdobramento desse desenvolvimento do setor de publicações pode ser percebido no que diz respeito à demanda crescente por um posicionamento de fundo teórico mais assumido. A despeito das demandas por adequação e conciliação discursiva, uma vez que o campo editorial passa a atuar de modo mais significativo, já não se tratava apenas de como e quais materiais seriam priorizados e sim, de que tipo de leitura, interpretação e compreensão de história, de cultura e de sociedade iria se difundir em seus escritos. É preciso se ter em mente, que sendo tão

---

<sup>1147</sup> Ibidem.

amplamente aceitos pelos profissionais das áreas do ensino, como o próprio CEOM fazia questão de ressaltar, estas publicações teriam peso decisivo na constituição desse modelo de intervenção militante que se estava gestando. Nesse sentido, o papel de conciliação discursiva que mencionamos, parecia ficar mais relegado às correspondências e aos materiais destinados aos segmentos políticos municipais e/ou a comunidade em geral. Em sendo os Cadernos, como vimos apontando, direcionados a um público mais específico, as análises e a postura militante e proselitista se tornava mais ostensiva.

Há, porém, uma questão que nos parece de vital relevância, antes de concluir esta breve retrospectiva histórica. Trata-se da definição dos pressupostos filosóficos, que impulsionam o trabalho de reapropriação coletiva da memória sócio cultural que este Centro de Memória pretende desenvolver. Nesse sentido, o conceito de história endossado pelo CEOM é aquele que entende que a apreensão da realidade presente e das possibilidades de intervenção no social, passa, necessariamente, pelo conhecimento científico do passado. Em nome desta dimensão é que estes cadernos procuram estar em sintonia com as pertinentes contribuições multidisciplinares das ciências sociais em geral. A este respeito existe, como uma constante, a preocupação por manter a pluralidade de enfoque e de concepções metodológicas. Da mesma forma, achamos que o retrato do quadro histórico regional pode e deve ser obtido com o aporte de todas as histórias possíveis; da história política (não necessariamente a episódica tradicional), da história econômica, da história social, da micro e da macro-história. Historiadores, cientistas sociais e mesmo autodidatas estão sendo convidados a participar da inadiável tarefa de captar e desvelar a complexa e rica substância de nosso passado regional. Em suma, a história do homem oestíno deve manter-se aberta a esse diálogo. E estes Cadernos devem ser o ponto de contato entre eles<sup>1148</sup>.

A forma como se introduzia a discussão acerca dos pressupostos

---

<sup>1148</sup> Idem. p. 02.

teóricos tinha implicações diretas no que concernia ao ajustamento entre estes - pressupostos teóricos - e as atividades no campo prático. Como temos procurado demonstrar a relação ação/reação fazia com que o CEOM tivesse de lidar com os compromissos que assumia, sejam de fundo teórico, seja no que concernia aos discursos de caráter plural - no caso dos tipos abordagens históricas dos trabalhos a serem apresentados para publicação - que divulgava em seus canais. Esse discurso, ao mesmo tempo em que buscava um lugar no espaço acadêmico e autorizava cientificamente a revista, precisava ajustar-se aos objetivos com base nos quais legitimava sua condição enquanto porta voz dos grupos periféricos (indígenas, caboclos, mulheres). Como visto, o termo “*resgate*” que, desde o seu advento, vinha a reboque sempre que se tratava de explicitar o objetivo da instituição era, em algumas publicações, substituído por “*reapropriação*”. Esta pensada sempre em termos coletivos. E de um “*resgate da memória sócio-cultural*”, passávamos a uma “*reapropriação coletiva*” desta memória. Mais do que uma questão puramente retórica, é no ato de marcar o caráter de disputa e de evidenciar as posições que os grupos envolvidos precisam visualizar e assumir neste campo de batalha, que a formulação do conceito (“*reapropriação*”) parece encontrar sua melhor explicação. Ainda que futuramente a noção de “*resgate*” viesse a ser questionada, no sentido de que parte de uma ideia de inviolabilidade, de manutenção, especialmente quando cotejado com a cultura, neste momento, a utilização do conceito de “*reapropriação*” na obra de Pedro Uczai, parece mais ligada a essa postura de demarcação de espaço e de tomada de posição. Afinal, que conceito pode nos dizer mais, acerca disso, do que o de “*reapropriação*”? “*Reapropriar*” no sentido de reaver a propriedade. Mais do que de um “*resgate*”, cuidava-se de uma retomada. Retomada de um espaço na história e de uma visibilidade social que desses grupos havia sido tirada ou a eles negada por muito tempo. Daí a utilização do termo “*construção-reapropriação*”, por parte de Pedro Uczai, em seu prólogo da edição dos cadernos do CEOM no ano de 1989 que, ao se referir a atuação do Órgão, escrevia: “*esforça-se para consolidar um trabalho de valorização, salvaguarda e construção-reapropriação da história*”<sup>1149</sup>. Não por acaso o primeiro texto trazido no Cadernos do CEOM do ano de 1989, trazia uma série de questionamentos à chamada história “tradicional”<sup>1150</sup>.

Mas essa era apenas uma das adequações do discurso veiculado nesta edição. Junto desta mudança terminológica estava outra, ligada à

<sup>1149</sup> UCZAI, Pedro. Cadernos do CEOM, 1989. (Apresentação).

<sup>1150</sup> Ibidem.

tentativa de definição daquilo que seria o conceito de história “*endossado*” pelo CEOM. O qual, como observado, era posto como sendo o mais amplo possível, numa tentativa, ao que parece, de englobar todas as perspectivas de análise, sem, no entanto, deixar de marcar, o juízo de uma necessária atuação militante ligada a história. A capacidade de ação social - ação-conscientização - passava pela apreensão da realidade desvelada de suas artimanhas, e essa consciência seria garantida pela atuação dos profissionais da área de educação devidamente instruídos por uma nova história. Esse papel estratégico no tocante à história, e mediador no que se referia a atuação do CEOM, não era novidade. O que, de fato, parece se diferenciar neste momento, é a importância delegada à área editorial nesse processo. O que parece estar em curso é a organização de um espaço de publicação que atuasse como avaliador e avalizador dos estudos sobre o Oeste catarinense. Com um discurso que pretendia abraçar todas as possibilidades de se fazer História, segundo as mais variadas correntes, ou posicionamentos teórico-metodológicos, os Cadernos do CEOM, anunciavam-se como grande ponto de encontro da pesquisa histórica regional. Assim, ao mesmo tempo, o discurso que reclamava cientificidade, apelava ao relativismo quando se trata de firmar uma perspectiva de análise. O que, na esteira do temos tentado demonstrar, expressa bem a dificuldade de conciliar a interlocução acadêmica com a *práxis* pedagógica e proselitista (do CEOM), numa mesma publicação.

Para finalizar, sabemos que a linha editorial, quanto à apresentação, abordagem temática e o próprio estilo, pode, e deverão ser reformuladas em função da busca contínua pela qualidade. E, sabemos, também, que os Cadernos têm hoje uma responsabilidade nova: a de fortalecer o espaço conquistado. Nessa trajetória, contamos com o apoio, sugestões e colaborações (na forma de artigos) de todos aqueles que vêm na dimensão histórica uma forma de compromisso militante com o presente e o futuro.

Coordenação Editorial<sup>1151</sup>.

A forma de apresentar seu produto e a base fundamental que o norteava seguia uma prática de duplo posicionamento. Ao mesmo tempo

---

<sup>1151</sup> Idem. p. 2-3. Respondia pelo Conselho Editorial, neste momento, Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz na função de coordenadora e Arlene Anélia Renk, José Carlos Ortiz e Nemésio Carlos da Silva como membros.

em que se falava em abertura, em ampla aceitação, acentuava-se de modo mais evidente, um modelo específico a ser seguido. Levantamos algumas das razões que podem explicar essa relação em seu desenrolar cronológico. Cabia aos cadernos, segundo este prisma, mais do que a confecção de um novo espaço, a manutenção daquilo que havia sido conquistado. Perceba-se como a ideia de propriedade, de posse, de disputa que se materializam de modo exemplar na expressão “*reapropriação*”, parecem uma companhia inextrincável da análise das práticas e dos discursos constantes nas publicações deste período do CEOM. Reconhecidamente essas conquistas - para seguirmos essa tendência -, não eram poucas. Nesse curto decurso temporal, pouco mais de três anos, a instituição contava com mais de 10 espaços de difusão agregados entre museus e centros de memória municipais, além do aqui citado, evidente crescimento da linha editorial. Este campo que doravante parecia concentrar os maiores esforços por parte da instituição, era cada vez mais definido por seu caráter militante, proselitista. Artigos de todos eram bem-vindos, dizia a publicação. Mas esse “*todos*” estava condicionado a uma postura bastante singular. Eram todos aqueles que viam “*na dimensão histórica uma forma de compromisso militante com o presente e o futuro*”<sup>1152</sup>.

## 7.4 O PAPEL DA HISTÓRIA E O TRATO DAS FONTES

Nesta esteira discursiva, que envolvia posicionamento/ajustamento teórico e projeto militante, sob direção de Santo Rossetto e coordenação de Pedro Uczai<sup>1153</sup>, era lançado em 1989 o

---

<sup>1152</sup> Ibidem.

<sup>1153</sup> Pedro Francisco Uczai, Nascimento: 10/3/1963. Naturalidade: Descanso, SC. Profissões: Professor Universitário. Filiação: Stanislau Uczai e Francisca Uczai. Escolaridade: Mestrado. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 13ª legislatura (1995 — 1999), na 14ª legislatura (1999-2003) e na 16ª Legislatura (2007-2011). Foi deputado federal à Câmara dos Deputados na 54ª legislatura (2011 — 2015). Nas eleições de 2014, em 5 de outubro, foi reeleito deputado federal por Santa Catarina para a 55ª legislatura (2015-2019). Assumiu o cargo em 1 de fevereiro de 2015. Filiações Partidárias: PT, 1989. Mandatos Externos: Deputado Estadual, Chapecó/SC, Partido: PT, Período: 1997 a 1998 Deputado Estadual, Chapecó/SC, Partido: PT, Período: 1999 a 2000 Vice-Prefeito, Chapecó/SC, Partido: PT, Período: 2001 a 2002 Prefeito, Chapecó/SC, Partido: PT, Período: 2002 a 2004 Deputado Estadual, Chapecó/SC, Partido: PT, Período: 2007 a 2010. Atividades Profissionais e Cargos Públicos: Professor Universitário, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ),

Cadernos do CEOM Série Documento<sup>1154</sup>, nº 2. O periódico enquadrava-se na parte do projeto dedicada à divulgação propriamente dita dos estudos fruto das pesquisas ligadas à atuação do CEOM. O objeto de estudo do qual se pretendia socializar a pesquisa eram as fontes históricas e seu respectivo trato, o que para nossa pesquisa traz boas possibilidades de análise.

Desde 1986, o Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste CEOM/FUNDESTE, esforça-se para desenvolver e consolidar um trabalho permanente de valorização, salva-guarda e construção-reapropriação da história socio-cultural da região. Este propósito de aproximação do homem oestino com seu passado, não se esgota, portanto, no levantamento das fontes documentais nem no seu tratamento técnico-metodológico. Entende o CEOM que o conhecimento histórico-cultural, além de ser uma das formas de apreensão das diferentes realidades sociais, deve, também, propiciar uma ação do homem sobre a sua própria realidade. Com tal perspectiva, busca tornar as comunidades mais conscientes de si, através de uma proposta de trabalho participativo que, necessariamente, passa pela própria produção coletiva do saber histórico. Para a concretização de tão complexa tarefa constituíram-se até o presente,

---

Chapecó, SC. Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas: Presidente, Federação Catarinense de Municípios (FECAM), SC, 2004.

<sup>1154</sup> Estavam deste modo distribuídos os cargos quando da publicação do documento em questão: Diretor Geral: Prof. Santo Rossetto Vice-Diretora: Prof. Elizabete Rabaldo Bottan. CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM/FUNDESTE. Coordenador: Pedro Francisco Uczai. CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS DO CEOM. Coordenadora Editorial: Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz Membros: Arlene Renk José Carlos Ortiz Nemésio Carlos da Silva. Secretária: Dirce Bernardete Fassini A Série DOCUMENTO é uma edição dos Cadernos do CEOM. Série DOCUMENTO nº 2. Manual de Orientação para pesquisa, coleta e registro da Memória Socio-Cultural do Oeste Catarinense. Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz (org). Arlene Amélia Renk Ilda Ana Brisot Santo Rossetto Nemésio Carlos da Silva Pedro Francisco Uczai. Menção importante deve ser feita ao fato de que a maioria das pessoas que estavam a frente deste projeto, também estarão, direta ou indiretamente, ligados a implantação, no ano de 1990, do curso de História da então Unoesc. Questão que abordaremos adiante.

15 Comissões Municipais de Coordenação da Memória Local, engajando professores, autodidatas, autoridades municipais e outros Interessados na manutenção do processo de resgate do patrimônio histórico e sócio-cultural desencadeado pelo CEOM/FUNDESTE<sup>1155</sup>.

Ao lado de valorizar e salvaguardar, e de modo condizente com o modo de pensar de Pedro Uczai, está o conceito de “*reapropriação*”. A prerrogativa da ação transformadora sobre a realidade era mais uma vez invocada como razão de ser da proposta. Este novo momento não difere em essência daquilo que já se podia ler anteriormente acerca dos objetivos em questão, o que ele instaura de inédito é a aceitação plena de que não se tratava apenas da busca e arquivamento dos materiais verdadeiramente representativos da memória sócio cultural da *região*, e sim, de uma investida sob todo o aspecto interpretativo de uma realidade. É o real estado das coisas desprovido das máscaras que haveriam sido constituídas por intermédio dos vários recursos a serviço do poder dominante, era a verdadeira história dos indivíduos e da *região* que teria sido construída mediante os mesmos mecanismos, era, em suma, uma desconstrução de toda uma memória regional e sua substituição por outra, que estava em jogo.

Realidade e memória são transformados, segundo a ótica da verdade - a “verdade verdadeira” -, em objetos de disputa sobre os quais se edificam espaços de poder. Sob a égide do científico e seu caráter de credibilidade se desenham esses jogos que exercem forte influência nas esferas econômica, política e social. É na sociedade, em última instância, embora não a única, que estes jogos explicitam toda sua condição e podem ser vistos no ato que marca sua consolidação. Ou seja, esses atos de poder das mais variadas esferas só podem ser identificados em estado de existência, no momento de sua consumação, enquanto prática efetiva<sup>1156</sup>. No caso específico do CEOM, como vemos, mais do que pensados para a sociedade, a ideia era a de que as ações seriam pensadas com a sociedade. O conceito de produção coletiva do saber histórico, explicita de modo axiomático essa questão.

Toda esta disputa estava inerentemente ligada ao domínio sobre a concepção histórica. O grande objeto de negociação parece residir no

---

<sup>1155</sup> UZAI, Pedro. Cadernos do CEOM, 1989. Op. cit. p. 02.

<sup>1156</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

controle sobre as leituras que se podiam efetuar segundo o lugar<sup>1157</sup> e o grau de credibilidade a ele afixado. Isso explica porque a história e a memória passam a ser zonas de disputa, e a leitura da verdadeira realidade objeto de reivindicação constante. Direcionar a metodologia que garantiria essa conquista - a da verdadeira realidade ou da real história da *região* -, significava, dentro deste quadro de mediação, dominar todo esse espaço de disputa e de poder. Reger o entendimento histórico implicava possibilidade de revisitar passagens, proceder releituras e formular uma nova visão sobre *região* e indivíduos. Nessa acepção, como texto de caráter expositivo e orientador, a publicação trazia um artigo do historiador e Coordenador do CEOM, Pedro Uczai. Na obra, eram apresentados alguns dos pressupostos entendidos como vitais para a realização de uma boa análise histórica, centrada principalmente na importância e cuidados que se deveria dispensar às fontes de pesquisa.

A história, enquanto estudo do processo histórico, tem como ponto de partida não os fatos, os acontecimentos, mas os documentos, as fontes, com os quais se constrói o que denominamos de fatos históricos”. O historiador, na construção da história, processa: Levantamento das fontes: (escrita, oral, figurativa, etc.). Seleção do Material: (temática, cronológica, etc.). Análise, tratamento das fontes”<sup>1158</sup>.

Aqui a concepção de história que se tinha para o CEOM, estabelece seu primeiro diálogo mais claro com o objeto primário da pesquisa, a fonte. O que o texto aponta é bastante claro e de fácil apoio, entretanto, entre esta postura teórica e o que parecia se estar gestando há questões a serem consideradas. O CEOM já possuía de modo intangível a concepção de história que se deveria fazer, os personagens que se deveria resgatar, bem como o tipo de visão histórica que se deveria substituir. Isto podia ser identificado, ainda que se estivesse falando de fontes de modo geral, no modo como era conduzida a apresentação desta temática. Como se podia verificar quando da citação, por parte do autor, das suas

---

<sup>1157</sup> Uma aproximação com a noção de lugar do discurso de Pierre Bourdieu parece se desenhar nesse momento. Nesse sentido ver: SILVA, José Otacílio da. **A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu**. Tempo da Ciência (12) 23 : 187-200, 1º semestre 2005. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP - Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

<sup>1158</sup> Idem, p. 13.

observações acerca da “*Produção Historiográfica*”, que era deste modo definida:

É toda elaboração teórica, sistemática, sobre determinado processo histórico. Por exemplo, se o objeto de estudo for “O Despovoamento e Repovoamento do Oeste Catarinense”, se faz necessário localizar o que já foi produzido - pelos diversos cientistas sociais a nível local, regional, nacional e até Internacional - sobre a região e que diz respeito à pesquisa: b) Produção Oficial: Tudo aquilo que foi produzido pelos órgãos públicos (documentos, leis, cartas, etc.). Este material encontra-se, principalmente, nos arquivos públicos municipais, estaduais ou federais. c) Produção Informal: Enquadram-se aqui as criações dos próprios protagonistas da história. São os contos, poesias, credices, músicas, piadas, etc. Este material entra nesta classificação quando são escritos (pois, podem ser também orais)<sup>1159</sup>.

Como se faz notar, o próprio exemplo utilizado para falar do Oeste, parte de um posicionamento interpretativo da história. “*Despovoar e Repovoar*”, traz em si, uma premissa de compreensão do processo. “*Despovoar*” era alusão àquilo que, no discurso de Pedro Uczai, era entendido como expropriação dos indivíduos que primeiro haviam se fixado na *região*. Era partir da ideia de que tanto indígenas, como caboclos, foram expulsos de suas terras para que a ocupação posterior fosse possível. Cumpre destacar o notável alinhamento do modo de referir ao trato das fontes e as concepções históricas defendidas pelo autor. Assim já no modo de se reportar aos objetos de análise é possível vislumbrar o caráter mediador da proposta.

Portanto, tudo o que se escreve, se constrói, se diz, se canta, podem ser testemunhos históricos. Precisamos ter presente, que os documentos não são meros fornecedores de dados, nem são espelho de uma realidade pesquisada. Eles são representações de sujeitos dentro de um processo histórico, ou seja, representação de partes e momentos específicos da realidade. Por isso que podemos fazer sempre novas perguntas ao material

---

<sup>1159</sup> *Ibidem*.

antigo. As fontes não falam. Depende de nossas perguntas<sup>1160</sup>.

Por certo que as fontes não falam por si, e as respostas dependem das perguntas que a elas fazemos. Assim, trata-se de compreender quais eram os entendimentos, posições e interesses que definiam o tipo de questionamento a ser elaborado. As asserções feitas no artigo aqui exposto não versam acerca de uma análise específica. Elas tratam de preceitos fundamentais da metodologia histórica. Não obstante, mesmo os mais curtos fragmentos de apreciação específica, no caso a citação de exemplos, sugere o mote norteador da instituição e daqueles que a faziam existir. Assim, a questão central, neste ponto, não é relativa ao método que se está defendendo como necessário ao trabalho histórico, e sim, os pressupostos que habitam o plano de fundo de todo este empreendimento e os consequentes meios para sua incrustação no social.

Isto posto, cabe uma última observação acerca das observações constantes no artigo em questão. O texto, como visto, trata do processo de análise das fontes e sua metodologia está ligada a atuação do historiador. Ou, na definição de Paul Ricoeur, “*da operação historiadora*”<sup>1161</sup>. Ainda que essa seleção das fontes, também seja fruto do entendimento e se de segundo os objetivos do pesquisador, este trabalho de seleção está contemplado no processo historiográfico segundo a definição de Ricoeur que assinalamos. Ocorre que, quando falamos do projeto do CEOM, a sua proposta recua, ainda mais um quadro, atingindo a própria definição do conjunto de objetos que seriam reunidos – *da/e na região* - e, deste modo, postos à disposição dos futuros pesquisadores.

Importa destacar, nesse momento da análise, a coerência que parece existir entre o discurso veiculado nos Cadernos do CEOM sob a coordenação de Pedro Uczai, especialmente no artigo de sua autoria, e o posicionamento do próprio órgão em relação às questões políticas que averiguamos no final do segundo capítulo. Naquela fase da análise, demonstramos como a tomada de partido por parte do CEOM, na figura do seu Coordenador e, conseqüentemente da FUNDESTE, em nome de quem ele parecia autorizado a falar, ocasionou tensa troca de correspondências com tom bastante acalorado envolvendo questões partidárias ocorridas no município de Coronel Freitas. Não

---

<sup>1160</sup> Ídem, p. 14.

<sup>1161</sup> RICOEUR. Paul Op. Cit. Ver página 208. A ideia defendida por Paul Ricoeur, nesse sentido, é a de que o ato interpretativo atravessa as três etapas do processo historiográfico, sintetizadas, grosso modo, pela seleção das fontes, interpretação e análise do conteúdo e publicação dos resultados.

estranhamente, a fase que ficou marcada pela maior aproximação do CEOM com questões político-partidárias coincide com o momento em que Pedro Uczai, que viria a fazer carreira política futuramente, esteve à frente do mesmo, e encontra ressonância também nas publicações dos periódicos ligados ao Centro.

## 7.5 PARA UMA HISTÓRIA DO OESTE CATARINENSE

No mesmo ano de 1989, era publicada “*Para um História dos Índios do Oeste Catarinense*”<sup>1162</sup> do historiador Wilmar da Rocha D’Angelis. Demos nota dos trâmites que envolveram a elaboração desta obra e a sua publicação nas análises relativas ao ano de 1989 trabalhadas no capítulo 3. Com base nas correspondências trocadas entre o autor e o CEOM, sabemos, por exemplo, que a referida obra havia sido confeccionada em parceria com o Conselho Indigenista Missionário – CIMI/SUL. A tomada desta obra como objeto de análise nesta parte da pesquisa, deve-se a duas razões principais. Uma ligada, como poderemos evidenciar, ao seu alto grau de engajamento com a causa indígena e consequente leitura da sociedade com base na qual é fundamentada. O que, tanto nos ajuda a compreender os entendimentos compartilhados<sup>1163</sup> pelo CEOM naquele momento, quanto reforça nossa proposição de que os últimos anos da primeira fase de atividades do Órgão (1986-1990) foram marcados por uma postura mais aberta e combativa no tocante ao compromisso com os grupos definidos como objeto privilegiado do processo de “*resgate*”. Postura que, inclusive, significou uma defesa, em alguns casos, de cunho político-partidário propriamente dito. A outra das razões da escolha pela obra, deriva do fato de que, como exposto de antemão, sua presença no conjunto de artigos reeditados decenalmente assegurou o seu transito por todo o período de atividade do CEOM.

No tocante ao conteúdo do artigo, o cuidado metodológico pode ser percebido já no título da obra. A utilização do termo (“*para uma*”<sup>1164</sup>),

---

<sup>1162</sup> D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para um História dos Índios do Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM, 1989.

<sup>1163</sup> Convém lembrar que, segundo revela a correspondência enviada por Wilmar ao CEOM naquele ano de 1989, o interesse em publicar a obra, teria partido do próprio Centro.

<sup>1164</sup> Neste caso fazemos menção a obra: “Para uma História do Oeste Catarinense. 10 Anos de Ceom”. Publicada em 1995, esta coletânea contemplava os Cadernos do CEOM de n.º. 1 a n.º. 8, e ainda será objeto de análise neste estudo. Esta mesma

que se tornaria comum nas publicações do CEOM entre fins da década de 1980 e meados da década de 1990, parecia assinalar uma preocupação em se fugir da ideia de uma história totalizante. Cuidado que, como observamos, não parecia constante quando da formulação do projeto do CEOM. Com base naquilo que o projeto em sua configuração original, se propunha a abarcar, não é difícil de se identificar um desejo de construção de uma história total do regional. Há que se lembrar, nesse sentido, que a ideia de múltiplas possibilidades de leitura - do fenômeno social - campeava nos espaços de discussão teórica das ciências sociais naquele momento e termos relativizados tornaram-se comuns nesse período. Fato que pode nos ajudar a entender o porquê da adoção dessa terminologia para o estudo. Cabe ressaltar que, mesmo atentando para essa situação ao definir o título da obra, a limitação aqui confessada, está muito mais ligada a questões de ordem material do que propriamente atrelada a imperativos do campo investigativo.

O presente trabalho não quer ser propriamente a História Indígena do Oeste de Santa Catarina por algumas limitações básicas: o espaço do próprio trabalho; a falta 'de maiores pesquisas arqueológicas na região: a falta de levantamento e confronto de muitas fontes primárias (sobretudo a documentação interna das companhias colonizadoras); a própria falta de recursos e condições do autor para a pesquisa<sup>1165</sup>.

Não é incomum, neste momento, ligar a impossibilidade de melhores estudos nesse caso a ideia de um estudo completo], como já aludimos, a imperativos como falta de documentação e inexistência de outras obras sobre a temática. Note-se, que neste sentido, a despeito da aparente preocupação demonstrada no título da obra, a ideia de uma história holística definitiva, nesse caso sobre os povos indígenas da *região*, ainda estava no horizonte de muitos pesquisadores. Independentemente da questão das pretensões, importa-nos sobremaneira nesta passagem, a demonstração da tentativa e das dificuldades de se manter em um mesmo estudo, engajamento social e as demandas da práxis acadêmica com viés científico. O que nos permite intuir que a acomodação das indubitáveis questões que circundavam o projeto

---

coletânea seria, como já observado, publicado ainda em comemoração aos 20 anos do CEOM em 2006.

<sup>1165</sup> D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para um História dos Índios do Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM, 1989. (Introdução).

tornava-se mais dificultosa a medida que a necessidade de expansão o confrontava com novos desafios. Ainda que possuísse, a que parece, uma orientação bastante clara no tocante a ação transformadora, era preciso negociar com várias ramificações do corpo social. Muitos dos quais, por certo, não deveriam acolher com o mesmo entusiasmo uma ideia de transformação social. O que explica, talvez, o abrandamento do discurso em situações específicas. Fato mais fácil de notar nas atividades direcionadas ao público em geral. De certo modo, pode-se dizer que há uma diferença significativa no teor ideológico presente nas publicações de maior circularidade acadêmica daquela dirigida aos demais setores da sociedade. Nesse sentido nos parece fornecer um bom indício a relação que se pode estabelecer entre a atuação do CEOM em seu caráter museológico, ou mesmo enquanto instituição, e aquele ligado à sua atuação enquanto espaço de publicação. Nesse caso, representado pelos Cadernos do CEOM, enquanto uma análise das temáticas das exposições realizadas pelo órgão constantes do início do capítulo demonstre, não raramente, uma variedade que compreende manifestações tanto da cultura italiana como a alemã, as temáticas ligadas aos cadernos do CEOM, especialmente nos seus primeiros anos, trazem uma predominância substancial de estudos sobre indígenas, caboclos e movimentos sociais. Uma manifestação clara desta predominância pode ser vista pelas próprias fotografias que ilustram as capas dos periódicos da primeira fase do CEOM<sup>1166</sup>.

No trabalho em questão, a escolha do grupo a ser estudado era apenas uma das demonstrações da fixação do posicionamento condutor do CEOM e de sua correspondência nos trabalhos publicados. *“Desse modo o presente trabalho tenta recolher algumas questões dispersas entre as fundamentais para buscar uma linha geral de interpretação da história da presença indígena e, mais que tudo, da penetração luso-brasileira na região em relação àqueles povos pioneiros”*<sup>1167</sup>. Note-se como a definição do vanguardismo indígena acerca da ocupação da região é assinalada na citação fazendo-se uso do próprio termo que havia sido atribuído a figura do colonizador. O pioneiro era, segundo a assertiva do texto, o indígena. Essa mesma contundência em relação à problematização a redefinição de termos também estava presente quando se tratava de advogar em favor do engajamento social e da militância.

---

<sup>1166</sup> Ver anexo 2.

<sup>1167</sup> Idem. p. 7-8.

Finalmente convém dizer que o autor não escreve pelo prazer de escrever. Nem deseja contribuir para mera "ilustração" do leitor. Trata-se de um compromisso com a sobrevivência e com a libertação de povos oprimidos. Resgatar e compreender a própria História é um passo fundamental para se poder assumir o papel de sujeito - e não paciente - da mesma História. E não há nenhum escrito, nenhuma interpretação histórica que não seja comprometida: ou o será com a manutenção da ordem vigente, ou o será com a construção de uma sociedade melhor para as pessoas<sup>1168</sup>.

Esta citação provavelmente seja a mais categórica no que concerne ao posicionamento intelectual que temos apontado. O papel efetivo da História e a sua responsabilidade para com a transformação são expostos de modo conciso. Não só a História como todos aqueles que escrevem, segundo o autor, devem fazê-lo tendo-se em mente essa premissa (omitir-se equivale a defender a ordem vigente). Assim a função social da História e dos historiados, é atrelada a uma leitura de realidade desfavorável e esta ordem vigente - o estado das coisas - é posta como responsável pelas mazelas sociais e pela opressão. Restando a todos apenas duas possibilidades no campo da ação/omissão. Ou se é omisso (omissão) e, nesse caso, se atua em favor da manutenção da ordem vigente - que é a priori definida como adversa -, ou se trabalha (ação) no sentido de transformá-la - a ordem vigente - garantindo melhoria para todos. Para além da questão retórica, o caráter marxista da análise, parece ficar evidente. Nesse caso, não se parece tratar mais da discussão da realidade, das opções possíveis. Isso já está posto. A realidade é desfavorável e só a mudança pode libertar os oprimidos e garantir a sobrevivência dos excluídos. Esse apelo à consciência de classe, que direciona para o espaço das disputas de poder parece estar no centro do projeto de mobilização coletiva que o CEOM encampava e que, como temos tentado demonstrar, parece ter atingido seu momento de maior incisividade entre 1989 e 1990.

## 7.6 A HISTÓRIA “TRADICIONAL” E AS “FRONTEIRAS” “GEO-SÓCIO-CULTURAIS”

O ponto preambular, dessa ligação, já foi devidamente salientado

---

<sup>1168</sup> Idem. p. 09.

ao estabelecermos as relações conceituais dominantes no campo condutor do CEOM com as atuações e posicionamentos perceptivos dos agentes das publicações na esfera ativa e passiva. Tanto o entendimento de quem escrevia quanto aos objetos acerca dos quais seus estudos se faziam, apresentam um singular alinhamento neste momento e o texto em questão é muito revelador neste sentido. Esse caráter ativista tomava cada vez mais a centralidade no posicionamento do CEOM e, a noção de função transformadora ligada ao papel do órgão, tornava-se mais concreta a medida que as publicações aumentavam em número e em espaços atingidos. Essa reverberação que passava a atingir além dos profissionais da área, também a esfera pública, como jornais, rádios e os municípios em atividades de exposição das mais diversas naturezas, mantinham no campo das publicações o espaço de visibilidade garantido aos grupos de quem era guardião e porta voz. Assim, “*resgate*”, arquivamento, exposição e publicização, estabeleciam o conjunto de atividades por meio do qual se intencionava a reapropriação coletiva da memória sócio cultural do Oeste catarinense.

A proposta programática do CEOM já foi repetidamente esclarecida. Todavia não é demais lembrar que todas as atividades desta unidade operacional do CES/FUN- DESTE perseguem o mesmo objetivo geral: fazer com que se possa ler e escrever a história do Oeste de Santa Catarina, não mais à luz da ideologia das classes dominantes, mas à luz da verdade que flui do processo em si de evolução do homem que viveu e vive entre as várias fronteiras geo-sócio-culturais desta região do Estado. Às fronteiras administrativo-estatais que cortam ao meio o "continuum" geográfico que vai do sudoeste do Paraná às regiões dos pampas rio-grandenses, penetrando pela Argentina e pelo Paraguai correspondem fronteiras sócio-culturais que separam os povos indígenas das civilizações caboclas e estas dos colonizadores brancos. Essas fronteiras geográficas e sócio-culturais provocadas pela superposição de modos de produção excludentes e contraditórios dificultam se é que não impedem, uma visão unitária acerca daquele

que poderia ser conceituado como o "Homem de Fronteiras"<sup>1169</sup>.

Note-se como a disposição dos grupos e dos fenômenos que envolvem sua existência na *região* assume contornos catedráticos à medida que o CEOM tenta estabelecer o seu objetivo de estudo. Descrição que não fugia de uma presunção de posicionamento e disputa. A história que se tinha - do e no Oeste -, como apregoa a citação, não era a verdadeira história e sim uma versão segundo os interesses de uma classe dominante. A ideologia, deste modo, era apontada como artifício dos outros, e ao CEOM, caberia demonstrar (restituir, reescrever) a história verdadeira. Com essas observações, Santo Rosseto, iniciava a apresentação do trabalho do linguista Wilmar da Rocha D'Angelis, presente no Caderno de V. 4, Nº 7 e, acerca do qual, já analisamos alguns pontos. Para esta tarefa de apresentar o trabalho, Rosseto, mobilizava uma série de conceitos que passavam a ser elencados segundo o entendimento teórico predecessor. "*Fronteira*", era o primeiro deles e, abordada sob a perspectiva "*sociocultural*", dava à luz o termo "*geo-sócio-cultural*". Às fronteiras físicas (territoriais), eram emparelhadas noções como "*fronteiras políticas*" (ligadas a penetração do poder governamental no território) e fronteiras "*sócio-culturais*" (aquelas instituídas pelas diferenças culturais, econômicas, etc.). O modo de apresentação, como se percebe, seguia a ordem crítica das "*fronteiras*" como fenômenos constituídos artificialmente e fiéis ao seu caráter divisionista.

Tratavam-se, deste modo, de "*fronteiras*" construídas social e culturalmente separando, pelo menos no que correspondia aos trabalhos historiográficos, os grupos existentes no grande espaço representado pelo Oeste catarinense. Embora transitassem e/ou ocupassem uma mesma porção territorial, indígenas, caboclos e contingentes europeus, eram apresentados como separados por essas "*fronteiras*" não naturais. A constituição delas, não estranhamente, dava-se segundo a ordem produtiva - propriedade dos meios de produção - e seu caráter excludente. Essa condição segregacionista era ainda apontada como responsável pela impossibilidade de se realizar um estudo que agregasse todos esses grupos e, deste modo, privilegiava apenas aqueles cujo poder prevalecia. Essa discussão acerca das "*fronteiras*", parecia encontrar razão de ser em virtude das demandas impostas pela própria temática que se havia optado

---

<sup>1169</sup> Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste de Santa Catarina. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. Ano 4. Nº 6. Nov./89. Chapecó – SC. p. 05.

por trabalhar, uma vez que o título de um dos subprojetos apresentado pelo CEOM, nesta primeira fase, era *“Homem de Fronteiras”*. Não obstante, a ideia passada neste momento parece um tanto confusa, uma vez que tende a caminhar no sentido de busca por uma noção de unicidade histórica, quando a atuação da Instituição, segundo nos parece, parecia se contrapor aos discursos dessa natureza. A concepção de unicidade, parece estar mais associada, nesse caso, a uma inclusão de grupos considerados preteridos pelas abordagens *“tradicionais”*, do que a constituição, por exemplo, de uma proposta de identidade única para os *“sujeitos”* do Oeste catarinense. Deste modo, ao que parece, o próprio cunho fragmentário ocasionado pela constituição das *“fronteiras”* se constituiu em espaço de disputa. Note-se que, a despeito de existirem ainda nessa época, discussões em nível estadual intencionando a constituição de uma identidade catarinense, especialmente, como visto anteriormente no IHGSC, a constituição dessas *“fronteiras”* e da conseqüente fragmentação que instituiriam era a esse tipo de estudos atribuída. Teria sido, segundo os apontamentos de Rosseto, a atuação dos trabalhos de cunho *“tradicional”*, os responsáveis pelo quadro que impossibilitava uma *“visão unitária acerca daquele que poderia ser conceituado como o ‘Homem de Fronteiras’<sup>1170</sup>”*.

A falta dessa unidade historiográfica faz com que, na maioria dos autores, as populações indígenas que povoaram essa região não sejam consideradas como sujeitos importantes da verdadeira história do Oeste. Os indígenas foram, e ainda são considerados protagonistas apenas de uma pretensa pre-história ou proto-história. Por mais que a literatura e os estudos históricos se esforcem para dar a essas expressões um significado metodológico e científico importante, elas não passam de testemunhos verbais evidentes da mentalidade divisionista com que fomos forçados a ver essa realidade<sup>1171</sup>.

A realidade, constante campo de disputa, era exibida como inautêntica e a falta de unicidade histórica responsável pelo desprestígio dos grupos indígenas habitantes primeiros deste espaço. Este modo reiterado de posicionamento, servia de exórdio aos apontamentos que seriam feitos no texto que vinha, segundo proposto, reestabelecer em

---

<sup>1170</sup> Ibidem.

<sup>1171</sup> Idem. p. 5-6.

parte a unicidade historiográfica no que concernia a este e aos demais grupos. Segundo o entendimento, as relações que envolviam essas coletividades eram demonstração de que não se poderia trabalhá-los em separado, como se vinha procedendo. Ocorre que, ao referendar esta condição de contato entre os grupos, o que não é nenhuma novidade, o próprio conceito de “*resgate sociocultural*”, tão caro ao alicerce teórico do CEOM, parecia entrar em contradição tanto em razão das concepções de cultura e identidade advogarem no sentido de uma fluidez, de uma negociação constante, quanto pelo fato de que, como apontado, em outros espaços, como o IHGSC ou mesmo na literatura catarinense, escrevia-se, nessa época, sobre identidade estadual e conceitos como “*Catarinidade*” e “*Catarinensismo*<sup>1172</sup>”, demonstrava a ânsia ainda atuante em se constituir um modelo de representação capaz de contemplar todos os catarinenses. Nesse sentido, a unidade, se estamos falando em identidade, como o projeto do CEOM muitas vezes apregoa, era buscada havia algum tempo e o que se estava processando por esta nova instituição, e nossa tese caminha nesse sentido, era justamente o contrário. A política prática ou discursiva do CEOM, não tinha caráter conciliador. Não intentava a constituição equânime de um modelo de representação do Oeste. Sua feição era militante e seu compromisso era com os grupos aventados como vítimas de um modelo social, cultural, econômico e, conseqüentemente, historiográfico desfavorável. Daí ser a resultante de seu projeto a transformação da realidade, a ação social consciente e o papel decisivo da história no sentido de expor/constituir essa consciência de classe.

## 7.7 ADEQUAÇÕES E RECORRÊNCIAS; AS PUBLICAÇÕES DO CEOM NA SEGUNDA FASE (1992-1997)

Ao longo daquilo que definimos como primeira fase do CEOM (1986-1990), tentamos demonstrar o modo como foram pensadas, organizadas e executadas as atividades relativas ao projeto de “*resgate da memória sócio-cultural*” do Oeste de Santa Catarina. No tocante às publicações buscamos estabelecer relações de aproximação e de distanciamento assumidas pelos discursos defendidos em comparação àqueles presentes nas fontes oriundas de outros espaços (correspondências internas e o próprio texto do projeto, por exemplo). Parece ter restado claro que, ainda que moldado de acordo com as demandas de cada momento, existiu uma unidade ideológica manifesta

---

<sup>1172</sup> Ver capítulo I. p. 42-49.

em relação a questões centrais do projeto. Como o compromisso com uma história que questionasse a visão “tradicional”. Ainda que a manutenção desses preceitos tenha se dado a alto custo e não tenha estado livre de momentos de contradição.

Isto posto, neste momento pretendemos uma investida nas publicações postas em circulação na segunda (1992-1997) e terceira fase (1998-2006) do CEOM. Para tanto, focaremos nossa análise nas apresentações destes Cadernos. Escolha que se dá em razão da natureza de síntese dos artigos que caracteriza esta parte introdutória das publicações. Síntese, nesse caso, referindo-se tanto ao resumo do conteúdo, quanto ao modo de pensamento eleito para abrir as referidas publicações em cada um dos períodos. Antes de adentrar na análise da segunda fase, porém, faz-se necessária uma abordagem a respeito do período compreendido entre o final de 1990 e meados de 1992 que corresponde a fase de interrupção das atividades do CEOM. Esta interrupção, como visto no capítulo VI, parece ter sido mais formal do que prática, uma vez que não significou uma paralização total das atividades. Com base nas correspondências emitidas e recebidas no período, pode-se perceber que uma manutenção se deu, pelos menos, em atividades ligadas ao envio e recebimentos de periódicos entre o CEOM e algumas Universidades com que se havia estabelecido contato. Isto, pode ser observado também no tocante ao espaço editorial do Órgão que, a despeito das dificuldades e possíveis atrasos, publicou tanto no ano de 1991<sup>1173</sup>, quanto no segundo semestre de 1992<sup>1174</sup>. Ambas as edições que contaram com apresentação elaborada por Santo Rosseto. Naquela de 1991, o texto reafirmava a condição do CEOM e dos seus Cadernos enquanto espaço de “*resgate da memória sócio-cultural*” da região Oeste ao registrar que “*as diversas etnias que constituem o sujeito histórico do desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina estão paulatinamente*

---

<sup>1173</sup> Neste momento, em razão da paralização formal do CEOM, não temos o nome de um Coordenador do Órgão. Mas respondiam pelo Conselho Editorial dos Cadernos do CEOM, Hilda Beatriz Dmitruk, na função de Coordenadora, Alceu Werlang, Arlene Renk, Pedro Uczai e Santo Rosseto como membros e, Sara Maria Prior, como Secretária.

<sup>1174</sup> Aqui já temos o reestabelecimento das funções normais do CEOM, o que pode ser evidenciado pela menção de Elisete Schwade como nome à frente da Coordenação do CEOM. Respondiam, ainda, pelo Conselho Editorial dos Cadernos, Hilda Beatriz Dmitruk, na função de Coordenadora, Alceu Werlang, Arlene Renk, Pedro Uczai e Santo Rosseto como membros e, Valdir Prigol, como Secretário.

*emergindo à luz da ciência, como resultado do trabalho de pesquisadores que se empenham na concretização dos objetivos gerais do CEOM*<sup>1175</sup>. O mesmo valia para a obra do ano de 1992 que, pela data de publicação localiza-se meio caminho entre a fase de interrupção e retomada das atividades. Isso porque, segundo nossa divisão, a segunda fase do CEOM teria início em meados do ano de 1992 o que colocaria a publicação de outubro daquele ano como pertencente já a esse período. Entretanto, levando-se em conta que as atividades do CEOM não cessaram por completo - especialmente no tocante ao campo editorial -, é razoável acreditar que esta publicação tenha sido gestada também durante este período. A bem da verdade o que parece ter se dado foi exatamente o contrário. Como veremos a seguir, o período compreendido pela segunda fase do CEOM é quando temos a menor quantidade de publicações em comparação com os outros dois. O que, segundo nos parece, deu-se em razão de, neste momento, as atenções terem se voltado para a reativação das parcerias e das políticas de viabilização de museus, de capacitação de agentes e de organização de exposições. O quadro com qual o CEOM teria de lidar era bem retratado na apresentação da obra daquele ano de 1992, feita também, por Santo Rosseto.

O Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste – CEOM, hoje programa de extensão e pesquisa da Unoesc/Campus de Chapecó, insiste e resiste contra todas as adversidades conjunturais e estruturais com que a Universidade brasileira se defronta, de maneira generalizada. São tão poucos e minguados os investimentos hoje destinados à produção científica que o pouco ainda feito traz necessariamente a marca da teimosa resistência à inércia e à estagnação<sup>1176</sup>.

A situação descrita no preâmbulo de Santo Rosseto, tanto ajuda a compreender o caráter heroico que assinalamos parecer ter marcado a atuação do CEOM durante a primeira fase dos trabalhos, quanto auxilia no entendimento das possíveis razões pelas quais houve uma lacuna na publicação dos cadernos durante a segunda fase que teve os anos de 1993, 1994 e 1997 sem o registro da publicação de nenhum exemplar dos

---

<sup>1175</sup> ROSSETO, Santo. **Apresentação**. In: Cadernos do CEOM Ano 5, nº 7, abril/91. p. 5-6.

<sup>1176</sup> ROSSETO, Santo. **Apresentação**. In: Revisão bibliográfica crítica sobre organização social. Cadernos do CEOM, ano 6, nº 8, out/92. p. 7.

Cadernos do CEOM. Deste modo, selecionamos para a análise deste período, textos referentes às publicações de 1995 e 1996. No ano de 1995, ainda que tivéssemos a publicação de dois exemplares, um, como já adentrado na questão, tinha a ver com o caráter comemorativo decenal das atividades do CEOM não configurando propriamente uma nova publicação. Neste Caderno de 1995, publicou-se uma coletânea de artigos relativos à primeira fase de atividade do Centro contemplando os Cadernos de nº 1 a nº 8. Ele seria novamente publicado em 2006, em alusão aos 20 anos do CEOM. Desta feita com outra apresentação. Isto, aliás, nos parece bastante importante no sentido de que permite analisar, para uma mesma relação de artigos, os dizeres de cada um daqueles que se propuseram a fazer sua apresentação separados 10 anos. Naquela, referente a 1995, Hilda Beatriz Dmitruk<sup>1177</sup>, escrevia:

A proposta programática do CEOM continua viva e atuante. Todas as atividades desta unidade operacional da UNOESC - Chapecó, unificam-se sob um mesmo objetivo: reconstruir, em perspectiva interdisciplinar, a memória oestina, incorporando seus diversos sujeitos históricos. Este esforço, está claro, nas ações encetadas para incentivar a criação e organização de associações e entidades de defesa e preservação do patrimônio cultural, enquanto referenciais da nossa identidade. Evidencia-se também nos sujeitos privilegiados das publicações (índios, caboclos, balseiros, colonizadores). Tornou-se hoje um lugar comum privilegiar temáticas sobre os excluídos. Isto não é apenas um modismo. Os excluídos batem à porta da história em todas as partes do mundo. Porém, no CEOM esta preocupação representa seu esforço por enraizar-se nas lutas do presente. Em breve os Cadernos do Centro de Organização da Memória completarão dez anos de existência, tendo como objetivo divulgar informações, produtos da ação-reflexão desencadeados pelo CEOM no seu esforço pioneiro, a nível de Instituição privada, por estabelecer um trabalho permanente de resgate,

---

<sup>1177</sup> D'MITRUK, Hilda. **Apresentação**. In: Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos do CEOM. Cadernos do CEOM, 1995. p. 05.

preservação e sistematização das fontes histórico-culturais da sua região de abrangência<sup>1178</sup>.

Esse curto, porém, sólido preâmbulo da edição comemorativa dos Cadernos do CEOM que elegemos para o cotejamento, permite visualizar de modo eficaz o processo de consolidação discursiva que operava no sentido de aproximar a atuação prática do CEOM, publicações do órgão e atividades acadêmicas. A ideia da inserção de personagens considerados excluídos e por isso centrais neste projeto mantém ativo o modelo de suporte mútuo entre esses excluídos e seu espaço de visibilidade. Conscientizar estes indivíduos de modo a “*enraizá-los*” nas demandas do presente era parte fundamental da mudança de realidade que se tinha como meta e obrigação histórica. Diante do quadro asseverado, uma das proposituras da nossa Tese parece assumir contornos dotados de presumível razoabilidade. A mediação memória como espaço de legitimação do ato de constituir representados e os representar. Nesse sentido, o afloramento de uma postura multicultural no Oeste Catarinense, torna-se um fenômeno de celebração nestes espaços, mas uma celebração consciente. Que não abre mão de marcar as posições e as imposições binárias das quais se alimenta.

Os Cadernos, amplamente utilizados pela comunidade em geral e dos professores de História em particular, tornaram-se fonte de consulta obrigatória sobre o processo histórico regional. Prova disto é o fato de todas suas edições, apesar das várias reedições, encontrarem-se esgotadas. Tal situação levou à atual equipe do CEOM a realizar uma edição comemorativa, contendo os artigos dos números 1 a 8, que foram revistos e atualizados. Nestes percebe-se que, para a maioria de seus autores, recuperar a memória coletiva não é um mero olhar sobre os excluídos e sim uma tentativa de olhar com eles. Assim sendo, e, não obstante tratar-se de artigos datados, estamos certos que esta publicação, em formato livro, sob o nome: Para uma história do Oeste Catarinense, será recebido com alegria por todos os amigos do CEOM<sup>1179</sup>.

Note-se como a rede de circulação é estabelecida de modo a atingir o maior número de espaços possíveis. Especialmente aqueles que

---

<sup>1178</sup> Ibidem.

<sup>1179</sup> Ibidem.

poderíamos identificar como estratégicos. Mais do que os meios de comunicação e a comunidade em geral, era nas universidades e nas escolas que se constituiria com maior propriedade e solidez uma consciência histórica segundo os preceitos definidos como basilares do projeto do CEOM. A ideia de representação, que implicaria operar na relação de abdicação inerente, uma vez que constituir um representante compreende abrir mão da participação direta nos atos de interesse, acaba, neste discurso da citação, por ser trabalhada sob a perspectiva da participação direta. Note-se que, no caso da apresentação supracitada, com base no recurso discursivo empregado, não se trataria de falar por eles e sim de falar com eles. O que parece sintetizado na expressão: “*olhar com eles*”<sup>1180</sup>. Esta postura que, como temos tentado demonstrar, tenta sempre conciliar o respaldo científico da *práxis* acadêmica com a militância social, parece acompanhar toda o período de atuação do CEOM. Situação que implicava, a todo momento, estabelecer e defender posições em relação ao tipo de trabalho que se estava desenvolvendo. O que aparece, por exemplo, na apresentação da outra publicação deste ano de 1995. Esta elaborada por Arlene Renk, que acerca do Caderno do CEOM de número 9, consignava:

Coube-me apresentar este número do Caderno, o que terá sido determinado por "afinidades eletivas" minhas com as temáticas abordadas. Neste sentido é oportuno mencionar a tentativa da UNOESC de libertar-se das amarras colonialistas e ousar pensar, escrever, pôr no papel aspectos da constituição da chamada região oeste catarinense, olhando-a sob o prisma de destino do seu campesinato. Embora embrionário, é louvável o empreendimento de firmar-se enquanto autoridade, na acumulação das informações e das interpretações da realidade. As versões produzidas localmente não podem em hipótese alguma ignorar o diálogo com aquelas originadas em centros, instituições renomadas, Dialogar, sim. Curvar-se, nunca, O gueto paroquial é tão nefasto quanto o monopólio metropolitano<sup>1181</sup>.

Tanto a reafirmação do trabalho de libertação promovido pelo novo

---

<sup>1180</sup> Ibidem.

<sup>1181</sup> RENK, Arlene. **Por quê uma Apresentação?** Companhias colonizadoras e a luta pela terra. v. 9, n. 9. Argos, 1995.

tipo de leitura - nesse sentido de questionar uma visão “tradicional” -, quanto a tentativa de não caracterizar o tipo de estudo que estava fazendo como alheio aos demais centros, parecem demonstrar a continuidade do quadro em que se buscava a defesa de uma prática intervencionista sem abrir mão do respaldo e do reconhecimento da área. Este tenso e dúbio posicionamento do CEOM em relação aos centros de referência se fazia presentes em todas as frentes de atuação do CEOM e foram, inclusive, tratados em capítulos anteriores. No tocante às publicações, não parecia ser diferente. Não por acaso, a sequência do texto de apresentação de Arlene Renk, já parecia antever e ponderar acerca da posição assumida pelo CEOM e das possíveis diferenças de entendimento atuais, anteriores e posteriores ao seu momento.

Tentativas incipientes de diálogo já estão presentes nos Cadernos do CEOM: índios, balseiros, caboclos e os sem-terra. Seguramente aparecerão novas facetas, olhares, viéses sobre temáticas já abordadas que poderão conflitar entre si. Longe de ser sinal de fraqueza ou demérito, remete apenas contingência das ciências interpretativas. A pluralidade de interpretações constrói o mosaico da realidade. Afinal, as ciências sociais podem ser classificadas sob vários atributos, menos um: o de visão irenista. Mesmo com a memória adulterando os faros, em algum texto Weber fala que, independente aos deuses que escolhermos, estaremos em colisão com os demais deuses preteridos. Este é o destino do pesquisador de área: expor sua versão respaldada por sua formação, visão de mundo, arcabouço teórico-metodológico norteador. Lê dessa forma sua realidade. Os advogados dos deuses demitidos aparecerão. Contestarão. Requererão espaço. É justo. Por que não<sup>1182?</sup>

A disputa entre versões modos distintos de leitura histórica não só é apontada no texto de Arlene Renk, como celebrada por ser uma fiel condição das ciências sociais. Essa tomada de partido, essa escolha de determinados “*deuses*<sup>1183</sup>” segundo uma “*visão de mundo*<sup>1184</sup>”, implica

---

<sup>1182</sup> RENK, Arlene. **Por quê uma Apresentação?** Companhias colonizadoras e a luta pela terra. v. 9, n. 9. Argos, 1995.

<sup>1183</sup> Idem.

<sup>1184</sup> Idem.

afastar-se de outros e ter de lidar, no campo da confrontação de versões de realidade, com os seus defensores. A constância dessa dinâmica - disputa entre defensores de distintas leituras da realidade e do passado histórico -, parece ficar muito bem demonstrada nesta escrita inicial do Cadernos do CEOM daquele ano de 1995. Como era constante a defesa da prática de estudos regionais em detrimento de leituras generalistas. Fato evidenciado, por exemplo, na apresentação de outro dos Cadernos. Desta vez na edição de número 10 do ano de 1996.

O caderno do CEOM nº 10 apresenta trabalhos dentro de uma temática que pode ser definida como comportamento político e eleitoral. São trabalhos que analisam as relações entre política e poder local no Oeste de Santa Catarina e que se coadunam com um dos objetivos destes cadernos: publicar artigos que se refiram a temáticas regionais, produto de pesquisas realizadas por professores e alunos vinculados à Universidade do Oeste de Santa Catarina. Como eixo central de todos os artigos está o sentido de que pesquisas de âmbito regional têm uma importância fundamental para a compreensão do presente e do futuro. São exemplos de pesquisas necessárias para conhecer melhor o espaço sócio-político onde nos movimentamos. Outro aspecto a salientar é que estes artigos nos colocam em contato com a questão da dominação local no presente e no passado e como esta temática deverá ser aprofundada em futuras pesquisas com o objetivo de conhecermos melhor o imaginário político desta região. Estas abordagens também demonstram que não podemos esquecer os espaços regionais, mesmo numa época em que as atenções dos pesquisadores se voltam para o fenômeno da globalização<sup>1185</sup>.

A permanente defesa dos Cadernos do CEOM como espaço de salvaguarda e de promoção de uma história comprometida com o local parece flagrante nesta última publicação da segunda fase. Para além da demarcação desse compromisso com a causa local e com o

---

<sup>1185</sup> STRAPAZZON, João Paulo L. **Estudos de História Política Regional**. v. 10, n. 10. Argos, 1996.

descortinamento das relações “*da dominação local*<sup>1186</sup>”, há que se atentar a uma aparente concordância em se tratando da situação interna do CEOM e das reverberações em seu espaço editorial. No sexto capítulo, quando abordamos os acontecimentos relativos a segunda fase de atividades do CEOM, percebemos o que parecia ser um momento de rearticulação do Centro em relação aos contatos com municípios e com instituições de fomento das atividades culturais em todos os níveis. Reflexo, como apontado, do período de paralização existente entre o final da primeira fase e o início da segunda. Esta necessidade de restabelecer contatos parece ter direcionado boa parte dos esforços destas atividades, conferindo, ao espaço editorial um possível papel secundário. O que se comprovaria pelo fato de termos no período compreendido por essa segunda fase (1992-1997), publicações apenas nos anos de 1992, 1995 e 1996. Lacunas que não aconteceram na primeira fase e tampouco se repetiriam na terceira. Antes de analisarmos as publicações relativas a este último momento de atuação do Órgão, convém uma pequena incursão acerca das redes de contato que se foram estabelecendo e que podiam ser evidenciadas nesta segunda fase. A demarcação deste quadro, pode, inclusive, auxiliar-nos no entendimento do “*arcabouço teórico-metodológico norteador*<sup>1187</sup>” e na natureza da “*visão de mundo*<sup>1188</sup>” deste grupo, segundo a proposição de Arlene Renk, linhas atrás.

## 7.8 A APRESENTAÇÃO DOS AGENTES E AS REDES DE APOIO; CONFIGURANDO UM CAMPO DE DISPUTAS

Definimos inicialmente o projeto do CEOM como contando com três etapas organizadas em uma espécie de modelo orbital. No sentido de que as três operam em um sistema de apoio e circularidade. Sistema que só parece possível pela existência de uma função que entrelace todas as demais, representada pelos indivíduos que de algum modo estiveram ligados aos projetos. Muitos dos quais, já foram apresentados nas etapas anteriores desse estudo. Ainda assim, consideramos válida uma análise que demonstre de modo mais conciso alguns pontos dessa política de redes de apoio. Nesta linha de aferições, tentaremos dar visibilidade aos contatos e parcerias estabelecidos com indivíduos e entidades, segundo a lógica do posicionamento que cada uma ocupa dentro de um campo que

---

<sup>1186</sup> Idem.

<sup>1187</sup> Idem.

<sup>1188</sup> RENK, Arlene. **Por quê uma Apresentação?** Companhias colonizadoras e a luta pela terra. v. 9, n. 9. Argos, 1995.

posiciona e mobiliza segundo interesses e possibilidades variados. Essa perspectiva de trabalho, em que se toma para a análise um grupo de indivíduos a quem se pode atribuir a condição de intelectuais, encontra respaldo, por exemplo, na observação de Coradini e Reis<sup>1189</sup> que defendem que - em se tratando desse campo, o dos intelectuais -, “o *cotejamento concomitante das relações entre indicadores de origem e disposição, de posição e de tomada de posição leva, inclusive, à utilização combinada de instrumentos de investigação à primeira vista completamente dispare, tais como a análise de correspondência e a de trajetos*”<sup>1190</sup>. Como primeira análise, nesse sentido, tomemos as relações no/com o campo político. Para tanto, cumpre reintroduzirmos algumas questões que envolviam as atividades durante a segunda fase de atuação do CEOM. Já demos exemplos das ações realizadas nos Colégios da Rede Municipal de Ensino de Chapecó no início de da retomada do CEOM pós paralisação<sup>1191</sup>. Vejamos agora a lista de atividades relativas ao final deste período que coincidem com passagem da segunda para a terceira fase.

O convênio provisório entre a UNOESC e a Prefeitura Municipal de Chapecó, através da ação conjunta entre o CEOM/UNOESC e o Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, possibilitou a reestruturação do Museu, compreendendo as seguintes ações: a) Montagem de um espaço musológico na Casa Colonial dos Bertaso, localizada no Parque de Exposições Tancredo Neves, no Bairro EFAPI, com o acervo do Museu “Antonio Selistre de Campos”: Indígena, Colonizadora e diversos; b) Montagem de duas exposições temporárias: I- Exposição Fotográfica do CEOM com o tema Extração e Transporte da Madeira- 1920 a 1950; 2- Exposição de quadros em xilogravura e bico-de-pena do projeto "Nossa terra, nossa gente"; c) Programa de visitação monitorada;

---

<sup>1189</sup> CORADINI, Odacir Luiz e REIS, Eliana Tavares dos. **Dossiê: Cultura, Poder e Modalidades de Engajamento**. Transações Culturais, Intelectuais e as Ciências Sociais. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 10.

<sup>1190</sup> Idem.

<sup>1191</sup> Ver capítulo 06 sobre as oficinas. p. 316.

d) Desenvolvimento de diversas atividades educativo-culturais com o público escolar<sup>1192</sup>.

Esta dinâmica de atuação, em que eram estabelecidas parcerias como o poder público local, por intermédio do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, pode ser vista como fruto do novo arranjo institucional que constituiu a UNOESC e a ela vinculou o CEOM. Como notado, o acerto era firmado entre a Universidade e a prefeitura, cabendo ao CEOM realizar as atividades acordadas na qualidade de programa de extensão. Como vimos amiúde, as relações estabelecidas entre o CEOM e as prefeituras podem ser vistas desde o início do projeto, não obstante, nestes primeiros contatos as parcerias estão ligadas a ativação dos Centros de Memória Municipais e as parcerias mais comuns se dão com prefeituras de outros municípios ou, quando no caso de Chapecó, não chegam a caracterizar um modelo formal de parceria. Aparentemente, é a partir de 1997 que contratos com a prefeitura de Chapecó começam a se efetivar especialmente no que se refere à execução de atividades de exposição e de trato e acondicionamento de acervos.

Para possibilitar a reabertura do Museu e as atividades acima citadas [trato e acondicionamento do acervo], a Secretaria de Educação disponibilizou uma funcionária do quadro funcional, com graduação e Pós-Graduação em História e Museologia, Prof. Joice Berta. Enquanto que a UNOESC: mobilizou durante os meses de abril e maio toda a equipe do CEOM e o Setor de Manutenção do campus repassou parte de seu acervo documental, equipamentos (televisão e vídeo e painéis de exposição), bem como contratou uma estagiária do curso de História, Srta. Dirce Laufer, que desde maio de 1997 até hoje, vem trabalhando em todas as atividades que possibilitam o funcionamento do Museu, na sua nova dinâmica. O Convênio Provisório, de caráter experimental e duração determinada (de 21/05/97 a 21/07/97), concretizou o projeto piloto “Reestruturando o Museu Antonio Selistre de Campos”, de autoria da Professora Monica Hass, Coordenadora do CEOM na época; prevendo

---

<sup>1192</sup> Relatório sintético-descritivo das atividades desenvolvidas de maio de 1997 a março de 1999. p. 01. Acervo CEOM.

ainda, avaliação do processo desenvolvido e posterior assinatura do Convênio Definitivo<sup>1193</sup>.

Também é a partir de meados da segunda fase que as menções ao quadro de funcionários - que não fossem os ocupantes de cargos de Coordenação ou Conselho Editorial, por exemplo -, começam a aparecer de modo sistemático nas documentações. Essa condição definida de atuação fora dos cargos de Coordenação, parece enquadrar-se na nova fase de articulações desenvolvida pela instituição. Baseada fortemente nas parcerias com o poder público local, este tipo de prática nos mostra uma outra característica marcante deste momento. Trata-se da circulação, por esses diferentes espaços - do poder público ou de comando da UNOESC-Chapécó -, de profissionais que, de algum modo, estiveram ligados com maior ou menor intensidade, às atividades ou ao quadro de funcionários e Coordenadores do CEOM. Isso podia ser identificado, por exemplo, na relação de nomes presentes na reunião realizada no dia 30 de julho de 1997, segundo consignado em Ata.

Em 30/07/97, em reunião de avaliação para futuros encaminhamentos acontecida nas dependências do Museu, contando com a participação do Sr. Nemésio Carlos da Silva - Secretário Municipal de Educação e Cultura, do Sr. Odilon Poli - Pró-Reitor de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação da UNOESC, da Srta Lenise Weiss- Diretora do Departamento de Cultura, a Professora Monica Hass- Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, a Professora Hilda Beatriz Dmituk, atual Coordenadora do CEOM e da funcionária responsável pelo Museu: Joice Maria Berta e a estagiária do CEOM, Srta Dirce Laufer<sup>1194</sup>.

Uma rápida verificação dos nomes dos representantes da UNOESC-Chapécó e da Prefeitura Municipal de Chapécó presentes ao encontro, mostra-nos que, à frente da Secretaria de Educação e Cultura em 1997, estava o Sr. Nemésio Carlos da Silva. Nemésio, como já posto, fora integrante do grupo responsável pelo projeto original do CEOM tendo atuado nas atividades durante praticamente toda a primeira fase do Órgão. Cabe lembrar que ele era, à época da assinatura do convênio, também vice-prefeito do Município, na então chapa composta com José

---

<sup>1193</sup> Ibidem.

<sup>1194</sup> Ibidem.

Fritsch. Do ponto de vista do cenário político chapecoense, este momento representa um ponto de ruptura no campo das ideologias partidárias. As eleições municipais de 1996, que levam o candidato do PT ao poder, estabelecem um curto e único período de descontinuidade de governos considerados de posição “*conservadora*” (os partidos “*tradicionais*”). Para se ter uma ideia, nas duas eleições anteriores, 1988 e 1992<sup>1195</sup>, a primeira contanto, inclusive, com a participação do próprio José Fritsch, o somatório de votos concedido às coligações contemplando partidos de esquerda<sup>1196</sup> variam de 10% a 20% dos votos válidos. Situação que se alterou no decorrer da década de 1990 e garantiu ao prefeito petista a reeleição para um segundo mandato em 2000<sup>1197</sup>. Desta vez, ao seu lado na disputa, estava Pedro Uczai, professor do curso de História da UNOESC-Chaçecó e membro atuante do CEOM e de conhecidas publicações junto à Instituição, a quem temos feito várias referências em nosso trabalho<sup>1198</sup>. Essa sequência seria quebrada no ano de 2004<sup>1199</sup>, quando o candidato do PT Cláudio Vignatti foi derrotado por João Rodrigues nas eleições majoritárias daquele ano. José Fritsch, ainda tentaria uma nova investida ao cargo nas eleições seguintes<sup>1200</sup>, sendo, entretanto, vencido pelo candidato Democrata que concorria à reeleição. Por fim, temos em 2012<sup>1201</sup>, a consagração da retomada de comando por parte da “*situação*”, com a vitória do candidato José Claudio Caramori, vice na chapa anterior, e eleito na disputa com o petista Pedro Uczai. Nos parece válido neste momento recorrer uma vez mais ao depoimento de Pedro Uczai acerca do CEOM, do Mercado Público de Chapecó e das relações entre, espaços, memórias e atuação política.

Insiste-se em construir uma outra memória, e que o  
Alceu aqui que o diga, da relação das colonizadoras

---

<sup>1195</sup> Ver, em anexos, tabelas 1 e 2.

<sup>1196</sup> Essa definição do que seriam partidos de direita e de esquerda, no tocante ao cenário regional, é baseada no trabalho de: HASS, Mônica. **O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 e 1992 no Oeste de Santa Catarina.** Estudos de história política regional. Cadernos do CEOM. v. 10, n. 10. Grifos, 1996.

<sup>1197</sup> Ver tabela 3.

<sup>1198</sup> É dele Pedro Uzai também, vale lembrar, o depoimento dado em mesa redonda de comemoração dos 20 anos do CEOM, e que tem nos valido tão boas citações e análises.

<sup>1199</sup> Ver tabela 4.

<sup>1200</sup> Ver tabela 5, eleições municipais de 2008.

<sup>1201</sup> Ver tabela 6.

com os espaços regionais. Se pegarmos a linha Araçá, lá em Saudades, é uma tensão competitiva, permanente e contraditória desta historiografia dos 20 anos do CEOM. [...]. Quando a gente começou a valorizar algumas coisas, dos 8 anos de administração aqui, como recuperar a Colônia Bacia lá junto com o CEOM, lá na Sede Figueira, não só no aspecto religioso, mas histórico lá. *Eu mesmo numa ação política*, eu dizia que todo o patrimônio que se construiu aqui em Chapecó, que era público, deveria permanecer público. Aqui no lado a Conab eu tinha uma proposição de que esse espaço deveria ser um centro regional de memória também, não só de comercialização, e centro cultural [...]. *Mas eu imaginava, nesse espaço público, e por isso que nós impedimos judicialmente a privatização dele e entrei na justiça para não ir para leilão, e depois, conquistei esse espaço.* [...]. *O mercado público, onde se contaria histórias, deveria ter naquele centro cultural, não só música, expressões culturais, mas deveria naqueles dois palcos que nós projetamos... deveria ser os contadores de história de diferentes sujeitos e rostos aqui da região oeste de SC.* Então, quando projetamos um pouco esse espaço, como *espaço democrático, espaço da pluralidade, um espaço dos diferentes se manifestarem*, num mercado público, que é um lugar público por excelência.<sup>1202</sup>.

Sobre a atuação política dos intelectuais na Argentina, Silvia Sigal propõe que: *“essas interrogações sobre o lugar dos intelectuais na política são inseparáveis de outra: qual foi o lugar do político para os intelectuais”*<sup>1203</sup>? Valendo-nos dessa assertiva o caso de Pedro UcZai, torna-se, em se tratando do estudo do CEOM e das relações que estabeleceu, emblemático. Como se pode notar no texto, é difícil separar aquilo que seria atuação do homem público (do político Pedro UcZai) daquilo que seria manifestação do historiador (intelectual) Pedro UcZai. Em alguns momentos, o lugar da fala é do historiador (ex-membro do CEOM e profissional de História), em outros, é nítida a perspectiva

<sup>1202</sup> UCZAI, Pedro Francisco. p. 255. Grifos nossos.

<sup>1203</sup> SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012. p. 52.

política tomando as rédeas do discurso. Este depoimento, nos ajuda no estabelecimento das redes de contato que ligam a história do CEOM à atuação de tantos agentes. Ajuda também a entender o quão aparentemente o político Pedro Uczai pensava enquanto historiador e possivelmente enquanto parte do CEOM (enquanto agente compromissado com a causa), ainda que a ele não estivesse mais ligado diretamente. As preocupações com o futuro do Centro, com as possibilidades de ação, de interação com outros espaços e ainda com a função social enquanto lugar de conscientização e de exposição das memórias excluídas. Note-se que os compromissos fundamentais assumidos pelo CEOM, não se desprendem da fala do depoente em praticamente nenhum instante. É presumível se pensar que, a chegada ao cargo político de maior expressão municipal, de Pedro Uczai, tenha representado, do ponto de vista da conquista do poder (político), uma vitória real e (simbólica), não só de todo o grupo do CEOM, como também do projeto por eles representado e, em consequente, daqueles a quem representavam, a saber, os excluídos da história (e da política). Perceba-se como a ideia de representação que opera em sentido histórico e social, também opera no sentido político. E que a mesma lógica que se usa para aludir à representação dos indivíduos alvo do projeto do CEOM, também serve para se reportar aos próprios colegas criando na expressão: *“Tô falando assim, a gente, como agente público, esse coletivo que estava na Prefeitura<sup>1204</sup>”*, uma ideia de agente coletivo em perfeita manifestação.

Essa passagem de nossa análise pelas eleições municipais de Chapecó, cobrindo o período de início das votações diretas ao momento atual, dá-se no sentido de demonstrar a possibilidade de se estabelecer relações concretas entre o quadro político e as atuações no campo social. Os apontamentos lançados desde o início deste trabalho, dão conta de uma aproximação muito grande entre os movimentos de esquerda, a mobilização de grupos sociais e a atuação do CEOM no desenrolar do seu projeto. Resta claro com o cotejamento destes dados, a existência de uma ligação ideológica e, em alguns casos materializada na figura de integrantes, entre o ordenamento teórico do CEOM e um posicionamento político partidário específico. Nesse sentido, cabe estabelecer uma ligação com a atuação de Pedro Uczai frente à Coordenação do CEOM entre 1989 e 1990 que representou, segundo apontamos, o momento em que a tomada de partido por parte do Programa ficou mais evidente. Situação que, inclusive, demonstrou a atuação do CEOM e FUNDESTE em sentido

---

<sup>1204</sup> UCZAI, Pedro Francisco. Fala em mesa redonda no ano de 2006. Op. Cit. p. 255.

partidário propriamente dito. Não tendo saído incólumes (CEOM e FUNDESTE) de críticas quanto a posição assumida. Essa situação ajuda ainda a compreender uma das possíveis razões motivadoras das reiteradas parcerias entre o poder público e a instituição que passam a constar dos relatórios a partir de 1995. A mesma lógica vale para a integração entre o CEOM e o Centro de Ciências Humanas e Sociais da Unoesc. Note-se que a chefe do respectivo departamento no ano de 1997, Mônica Hass, já estivera à frente da Coordenação do próprio CEOM entre 1992 e 1997. Esta mesma situação pode ser aplicada a casos como o de Hilda Beatriz Dmitruk que tanto ocupou a Coordenação do CEOM, quanto transitou por cargos de comando da UNOESC-Chapecó e, em condição diferenciada, a Arlene Renk que, ainda que não tenha ocupado a Coordenação do CEOM, fez parte do Conselho Editorial e esteve desde o início vinculada às atividades do Centro.

Faz-se necessário mencionar que a circulação de mesmos indivíduos pela instituição UNOESC-Chapecó e pelos quadros atuantes do CEOM, constitui uma condição muito mais lógica e compreensível do que a de cunho político partidário. As ligações intrínsecas entre as atividades do CEOM e as atividades do CCHS, em especial, ao curso de História são evidentes. Isso explica, em parte, o motivo pelo qual essa coincidência de nomes e cargos ocupados se estabelece. No que tange à questão das ligações entre membros do referido órgão e a atuação política propriamente dita, este tipo de relação nos exige maiores questionamentos e permite igualmente mais avolumadas análises. Se não é possível estabelecer uma relação entre o auge da atuação do CEOM e o crescimento político da esquerda chapecoense com base na mobilização de grupos sociais “*marginais*”, é bastante plausível se pensar que a noção de engajamento teórico, de transformação da realidade, de participação efetiva na mudança da condição dos desfavorecidos, passasse pela atuação política direta. Pelo menos é o caminho que parece ter sido seguido por alguns membros diretos ou indiretos do grupo.

## 7.9 ADEQUAÇÕES E RECORRÊNCIAS; AS PUBLICAÇÕES DO CEOM NA TERCEIRA FASE (1998-2006)

Retomando a discussão específica das publicações, pode-se dizer que a mesma ressonância que identificamos no tocante aos tramites internos e os seus reflexos no campo editorial presentes nas fases anteriores, também se manifesta na terceira fase. Se na primeira fase a importância depositada nos Cadernos, seja como material de apoio para a realização das pesquisas, como material de referência para os professores

locais ou mesmo como meio de divulgação do projeto, fez com que, ao que tudo indica, grandes esforços fossem mobilizados em torno de sua viabilização - o que se comprovaria, por exemplo, pelo número de publicações no período -, na segunda fase, momento em que o CEOM passava por uma retomada das atividades, os Cadernos não parecem ter gozado da mesma atenção. Fato que também seria notado no ano de 1998 que marca o início do último período, segundo nossa divisão. Exatamente por se tratar de um ano em que o repensar das atividades (do CEOM) como um todo, incluindo a sua própria função social e identidade, parecem ter concentrado os esforços dos responsáveis pelo Centro, é que não se teve a retomada das atividades de publicação que não aconteciam desde 1996. Desta feita, o mesmo ano do repensar que fez com que o CEOM definisse sua nova formatação e que o credenciou como marco da passagem da segunda para a terceira fase, foi o único desta última etapa em que não se teve pelo menos uma publicação anual. Acontecimento que dar-se-ia em 1999, quando a edição de número 11 dos Cadernos vinha pôr fim a sazonalidade do periódico. Na apresentação da obra, de autoria de Mônica Hass, chamava a atenção a aparente preocupação em explicar a escolha da temática da publicação (*Colonização no Oeste: Cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos*<sup>1205</sup>) com a proposta de atuação do CEOM.

Resgatar as experiências vivenciadas por migrantes do grupo étnico alemão e teuto-russos que vieram morar no oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 20, e o objetivo principal dos Cadernos do CEOM n. 11. Os trabalhos apresentados não se enquadram dentro do que Benjamin chama de "história dos vencedores", pois os seus autores deram voz as memórias esquecidas pela história oficial, que procura deixar registrada os feitos dos grandes homens. Nesta publicação, vozes outrora silenciadas podem ser ouvidas. A história vivida pelos migrantes que ocuparam a região oeste constitui-se de conflitos, de esperanças, de desilusões, de individualismo e de coletivismo. [...] Vale ressaltar que com esta publicação sobre migração, isto é: deslocamento de grupos de pessoas, o CEOM prossegue cumprindo com o seu

---

<sup>1205</sup> HASS, Mônica. **Apresentação. In. Colonização no Oeste: Cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos.** Cadernos do CEOM. v. 13, n. 11. Grifos, 1999.

papel de divulgar a história das minorias...das vozes caladas. As lembranças silenciadas de acordo com a importância que a elas atribuem os sujeitos históricos envolvidos, auxiliam no resgate da história da região oeste, que juntos ajudaram a construir, com muito esforço, perseverança, sofrimento, luta e esperança num futuro melhor<sup>1206</sup>.

Como visto anteriormente, o repensar das atividades do CEOM que se consolidou mediante a realização de várias reuniões tendo entre os presentes responsáveis pelo Órgão, membros da UNOESC-Chapécó e do curso de História, ainda que tenha definido de modo formal a condição do CEOM enquanto Centro de Documentação, Arquivo e Museu, não representou do ponto de vista da definição de sua postura significativa mudança. Salvo as atividades ligadas a exposição e a atuação enquanto espaço museológico propriamente dito, o compromisso do CEOM enquanto espaço de luta pela causa dos desfavorecidos não parece ter sido alterada. Ainda que, indiscutivelmente o ano de 1998 marque a entrada do CEOM em uma fase de reconhecido maior rigor técnico, como evidenciamos nos capítulos anteriores, também parece inquestionável a manutenção de sua condição de lugar de promoção de uma história dos segmentos considerados desfavorecidos. O que, como visto, implicava constante necessidade de adequação discursiva em todas as frentes de atuação. Isso não era diferente no toante ao setor editorial que a despeito de ser, em tese, um campo em que o diálogo fosse mais fácil, em razão do tipo de público (esclarecido) a que se destinava, tinha suas próprias exigências. A começar pelo rigor científico e pela possível crítica à incoerência entre discurso e prática. De onde resulte, talvez, a preocupação aparente de Mônica Hass em consignar que, tratar do “resgate” das “*experiências vivenciadas por migrantes*” não significava praticar uma “*história dos vencedores*”, uma vez que naqueles trabalhos se estaria dando espaço para as “*minorias esquecidas pela história oficial*”. Note-se que, diferente de outros momentos em que foram retratados como beneficiados pelo sistema de colonização no Oeste, neste momento os “*migrantes*”, são definidos também como minorias e excluídos de uma história “tradicional” que, nesta definição, passa a ser aquela que se destinava a registrar o feito dos grandes homens. Aparentemente há um ajustamento, tanto do leque que define aqueles que seriam as “*minorias*” e os “*excluídos*” da região, quanto da concepção que encerra o que seria e o que retrataria a história “tradicional” e/ou

---

<sup>1206</sup> Idem, p. 1-3.

“oficial”.

Essa mesma questão seria também trabalhada na apresentação feita por Arlene Renk dos artigos presentes na edição de número 12 dos Cadernos do CEOM (A polifonia de procedimentos para captar olhares, silêncios e dubiedades... Educação Patrimonial e Fontes Históricas<sup>1207</sup>), publicado no ano de 2000. No texto, ao se reportar às análises constantes dos artigos compreendidos pela obra, a autora propõe que: *“essa observância do cenário, dos atores, da relação entre biografia e a sociedade, é fundamental para aqueles e aquelas que têm o compromisso com a História vista de baixo, das elites, dos temas nobres e daqueles que emergem a cada instante, palpitam e nos deixam rastros de pistas para construção de grandes e pequenas narrativas”*<sup>1208</sup>.

O mesmo podia ser lido ainda, em um dos artigos presentes nesta publicação de 2000. De autoria de Hilda Beatriz Dmitruk<sup>1209</sup>, o texto falava do Programa PEC, aquele que, conforme salientamos, se constituiu em principal projeto do CEOM na terceira fase. Nas palavras de Hilda, contexto local e proposta do PEC eram deste modo apresentados:

Em um mundo social profundamente transformado pelo processo de globalização neoliberal da economia, das tecnologias de informação e da cultura, como forma de reação, instituem-se uma série de movimentos sociais, acadêmicos e educacionais que lutam pela afirmação das identidades sociais subjugadas. Nesse contexto, a História Local encontra-se em franca expansão. Para além das concepções usuais, algumas experiências implicam um trabalho participativo de recuperação da memória social das localidades e podem ser consideradas como opções de produção do patrimônio coletivo, enquanto dimensão básica da cidadania. Entendemos o PEC como um esforço de inserção universitária articulado às lutas pelo

---

<sup>1207</sup> RENK, Arlene. **A polifonia de procedimentos para captar olhares, silêncios e dubiedades...** Educação Patrimonial e Fontes Históricas. v. 14, n. 12. Grifos, 2000.

<sup>1208</sup> RENK, Arlene. **A polifonia de procedimentos para captar olhares, silêncios e dubiedades...** Educação Patrimonial e Fontes Históricas. v. 14, n. 12. Grifos, 2000.

<sup>1209</sup> DMITRUK, Hilda Beatriz. **Programa PEC: De qual História e de que Patrimônio Falar?** Educação Patrimonial e Fontes Históricas. Cadernos do CEOM - Ano 14 - n.º 12 - Unoesc-Chapecó - junho/2000.

alargamento dos direitos sociais e pela formação da cidadania cultural, desenvolvido em parceria com os Poderes Públicos Locais e comunidade em geral, e tendo as escolas e os museus e similares como "locus" irradiadores das ações patrimoniais. Nessa direção, colocamos para discussão explorações recentes que visam dar respaldo conceitual ao trabalho de preservação e construção da história e do patrimônio local com o qual sentimo-nos compromissados<sup>1210</sup>.

Mais do que os objetivos do PEC, a citação elabora uma leitura das condições de atuação do CEOM e seu compromisso com a defesa dos estudos de natureza local. É possível perceber que, neste momento em que as atividades do CEOM já estão bastante alinhadas com os preceitos e as discussões travadas em decorrência da organização do NEMU/UFSC, tanto o modo de se abordar conceitos como a história e a memória parecem mais cuidadosos, quanto a concepção de função destes trabalhos de "recuperação" parece condizente com o entendimento de museus e arquivos como espaço de cidadania. Há que se mencionar, entretanto que, a despeito dessa aparente polidez discursiva, o programa PEC, conforme já aludido, não trazia grandes alterações em relação a postura assumida pelo CEOM ao longo de toda sua trajetória no tocante a valorização do local. O que muda sim, é a chave de leitura com base na qual se pensa e se defende esse local. Note-se o deslocamento da chave de leitura que opera relacionando o local x a Capital para uma perspectiva que posiciona o local x o global, com esse local pensado agora em termos de patrimônio. Outro exemplo nesse sentido era dado pela apresentação de Carlos Alberto Steil da edição de número 13 dos Cadernos do CEOM no ano de 2001.

Os estudos e pesquisas sobre religião têm permitido um importante movimento de interdisciplinariedade e de interiorização da produção acadêmica no Brasil. O monopólio dos grandes centros e das universidades de ponta vem sendo quebrado, a duras penas, pelo esforço de intelectuais e instituições que buscam interpretar as realidades locais e os fenômenos históricos que tecem a cultura das populações dos sertões e das pequenas e médias cidades no seu cotidiano. Este movimento, no entanto, nem sempre se torna

---

<sup>1210</sup> Idem, p. 181-182.

visível por falta de instrumentos e recursos. Por isso mesmo, há que se parabenizar a presente publicação dos Cadernos do Ceom que, mais uma vez, rompe com esta invisibilidade, reunindo um significativo conjunto de artigos de historiadores, cientistas sociais e teólogos que trabalham, em sua maioria, em universidades regionais e insistem em fazer pesquisa a partir da observação e inserção em seus contextos locais. Longe, no entanto, de refletirem um isolamento, os textos mostram que a produção regional se torna possível e se potencializa através do contato e do diálogo com os centros<sup>1211</sup>.

A reiterada menção ao CEOM como espaço consolidado de desenvolvimento de um tipo de história “particular” parecia ser alicerçada em duas questões principais. Uma por seu compromisso com os estudos de caráter local que se oporia, nesse sentido, aos estudos de ordem globalizante. E a outra em razão da escolha dos personagens privilegiar um tipo de indivíduos incomum aos escritos “*tradicionais*”. Assim o CEOM era apresentado em muitas dessas apresentações como sendo um espaço de dupla resistência, a saber, de ordem geográfica e metodológica. Não sem, ressaltar, a observância do não isolamento em relação aos centros e aos diferentes tipos de abordagens. Isto era corroborado também por Yara Aun Houry que, ao introduzir as discussões presentes na edição de número 14 do Cadernos do CEOM, naquele mesmo ano de 2001, não poupava elogios à atuação do CEOM e ao modo como teria se constituído em referência no tocante aos estudos de ordem regional.

Temos acompanhado o empenho de professores e pesquisadores dessa Universidade investindo na pesquisa e no debate sobre temáticas relativas à região, contribuindo para uma avaliação mais criteriosa de realidades vividas, tornando mais visíveis modos como se constituem e instituem projetos políticos e empresariais, como se engendram problemáticas de setores da população, de comunidades e grupos, com suas tradições culturais e imaginários sociais, transformando contornos e paisagens do lugar. É de se louvar, também, o empenho em abrigar e dar tratamento

---

<sup>1211</sup> STEIL, Carlos Alberto. **Apresentação**. In: **Religiosidades**. v. 14, n. 13. Argos, 2001. p. 4-5.

adequado aos conjuntos documentais que essas mesmas pesquisas vêm reunindo. A instituição do próprio Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina é expressão disso. Desde sua constituição, esse órgão vem implementando sua estrutura e funções, organizando seu próprio espaço e rotinas diárias, investindo em equipamentos e no aperfeiçoamento de sua equipe técnica. Como tal, vem se tornando um centro de referência para pesquisas relativas à região, recebendo, inclusive, doações de acervos de significativa importância para a história local e regional<sup>1212</sup>.

Como se percebe, a apresentação da maioria dos trabalhos publicados nos Cadernos nessa época, parece não se distanciar de um discurso de reforço da condição do CEOM enquanto espaço de promoção de um tipo de estudo compromissado com o local e com determinados segmentos sociais. Não obstante, cabe lembrar que, a despeito dessa condição, também pareciam constantes as preocupações em se atentar para o fato de que esse era um tipo de leitura, não o único. Esse posicionamento era principalmente identificado, neste período, nos textos de Arlene Renk que, do mesmo modo que na edição de 2000, advertia na apresentação do Cadernos de número 15 de 2002, a respeito das diferentes versões de uma mesmo fato.

Em Poli, Alba e Ferraz encontramos o canto de cisne da condição camponesa no Oeste Catarinense. Odilon Poli, em *Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70*, aponta ao processo de constituição de um campesinato às expensas da expropriação de outro. Apesar de Ariadne fornecer o fio, Teseu é o herói. Assim foi. Sempre é possível outras Histórias, histórias e estórias. Deslocamentos movidos pelos desejos. Humanidade sem hierarquia. A alteridade somente para nos lembrar das contingências e imponderabilidades da vida. Aos brasões a ferrugem corrói. A dignidade inscrita nos corpos, nos gestos, nas pequenas dobras do corpo, é perene. Condição humana, conquistada a duras penas. Por

---

<sup>1212</sup> KHOURY, Yara Aun. **Apresentação**. In: **Campo e cidade**. v. 15, n. 14. Argos, 2001. p. 6.

que Teseu não tecer e desenrolar o fio e Ariadne enfrentar Minotauro? Nas rebeldias da escrita há espaço. Maior ainda nas ações<sup>1213</sup>.

Esta mistura de advertência com incentivo, ao passo que atentava para as múltiplas possibilidades de leituras do passado, também parecia defender o tipo de estudo que estava desenvolvendo no e sobre o Oeste pela publicação em questão. É, ao que parece, dessa rebeldia que se está falando. Rebeldia manifesta no ato de propor um outro tipo de história e rebeldia nas ações práticas de “*resgate*” que se vinha desenvolvendo. É, com pequenas variações, sobre este arranjo discursivo que as apresentações dos Cadernos do CEOM são elaboradas nesta terceira fase de atividades. Pelo menos de modo bem evidente até o ano de 2004, como podem dar exemplos as apresentações seguintes a começar por aquela presente na obra de n. 18 de autoria de Pedro Paulo Funari que, acerca dos artigos que tratavam da questão arqueológica, pontuava:

A Arqueologia Histórica desenvolveu-se, no Brasil, principalmente a partir da restauração das liberdades civis, com o fim da Ditadura, em 1985. A Arqueologia brasileira, surgida no contexto aristocrático, não se desvencilhou, totalmente, de suas amarras de classe, nem, muitas vezes, daquele éthos aristocrático e autoritário. Ainda importam-se modelos interpretativos sem se preocupar com a especificidade da nossa estrutura social e de nossa história, marcada pela desigualdade e por formas de poder pessoal, paternalista e autoritário. No entanto, um crescente número de estudiosos, ao corrente das discussões internacionais e bem inseridos na realidade social brasileira, tem levado adiante trabalhos de campo, atividades práticas e reflexões teóricas inovadoras e críticas. Este volume dos Cadernos do CEOM atesta bem essa diversidade criativa, fruto da liberdade e dos direitos civis restaurados há quase duas décadas<sup>1214</sup>.

Reiteração do CEOM como espaço de produção de conhecimento

---

<sup>1213</sup> RENK, Arlene. **Alteridade, identidade, trajetória e migrações**. Migrações e organizações sociais. v. 16, n. 15. Cadernos do CEOM - Ano 16 n° 15 - UNO-CHAPECÓ - Junho/2002.

<sup>1214</sup> FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia, comunidade e liberdade**. In: Arqueologia e populações indígenas. v. 17, n. 18. Argos, 2003. p. 6.

local e autônomo, reafirmação do caráter “subversivo” dos trabalhos seja pelas temáticas regionais, pelo tipo de indivíduos tomados para análise ou pelo tipo de leitura histórica que, com base nesses elementos, se estava processando parecem compor o molde argumentativo que apresenta e caracteriza o CEOM e sua importância para a história e para a realidade locais. Características que, a despeito de serem fortemente salientadas, pareciam inclusas em um discurso que cuidava em não se distanciar por demais da observância às diferentes “concepções” e “abordagens”, sob pena de cair no isolamento científico ou no relativismo conceitual. É, nesse sentido, que nos parece advogar a afirmação de Silvana Wincler em sua apresentação da edição de número 19 dos Cadernos do CEOM, no ano de 2004, ao sustentar que: *“ao assegurar a pluralidade de abordagens e concepções sobre o tema/motivo proposto, esta coletânea reafirma a linha editorial dos Cadernos. “Trabalho e lazer” proporciona aos leitores vasto e primoroso material para leitura e desfrute*<sup>1215</sup>.

Cumprir lembrar que neste momento a UNOESC-Chapecó já havia concluído o processo de autonomia e se transformado em UNOCHAPECÓ. Ato que, como demonstrado anteriormente, deu-se em 2002. Uma vez definida essa nova condição institucional o CEOM passou a atuar de modo mais ligado às demandas inerentes a sua condição de extensão do Centro de Ciências Humanas e Sociais o que, somado ao fato de ter definido também a questão relativa ao seu espaço físico<sup>1216</sup>, parece ter instaurado um novo quadro no tocante a organização dos materiais internos, à evolução nos procedimentos técnicos e a informatização das informações sobre o acervo. Também parece ter sido um dos reflexos deste novo momento, a intenção do CEOM em acautelar acervos relativos a *região*, manifestada em algumas passagens de que demos nota anteriormente. Todo esse conjunto que, como também foi apontado em capítulos anteriores, devia-se, além das razões citadas, a atuação dos novos responsáveis pela Coordenação do CEOM que, desde a recondução de Hilda Beatriz Dmitruk ao posto em 1998, vinha sendo marcada por um manifestado aumento de rigor técnico. Situação que atingiria seu ápice na gestão de Josiane Roza de Oliveira, iniciada em 2001. Não é de se estranhar, portanto, que essa última fase traga, de modo equivalente, um aumento considerável da quantidade de artigos constantes nas edições dos

---

<sup>1215</sup> WINCLER, Silvana. **Apresentação**. In: Trabalho e Lazer. Cadernos do CEOM. v. 17, n. 19. Argos, 2004. p. 8.

<sup>1216</sup> Estamos nos referindo a fixação do CEOM no segundo andar da Rodoviária Municipal de Chapecó que aconteceu em 2002, mediante acordo firmado com a Prefeitura de Chapecó.

Cadernos do CEOM, bem como uma maior regularidade em sua publicação uma vez que, neste momento, o periódico assumia caráter de revista acadêmica nacional. Como não causa estranhamento também que a condição de museu assumida pelo CEOM durante o repensar ocorrido em 1998, e o seu alinhamento com os preceitos definidos nos encontros do NEMU/UFSC desde sua criação em 1997, acabassem por se tornar marcantes dentro do reordenamento desenvolvido durante toda a essa terceira fase. Vejamos a apresentação da edição do ano de 2005, nas palavras da própria Coordenadora do CEOM, Josiane Roza de Oliveira.

Diante desse quadro é possível abordar o quão persistentes são as instituições museológicas, e perguntar o que pode ter garantido sua permanência, no tempo e no espaço. Pesquisas têm contribuído para o debate sobre a criação e utilização desses lugares como forma de reprodução das estruturas sociais hierarquizadas e de dominação ideológica. Argumentos contundentes e que deixaram a área insegura de suas ações, o que por um lado se fez extremamente positivo, eu diria fundamental, por outro, tal insegurança tornou-se quase imobilizadora em algumas situações. A desestruturação dos museus "tradicionais", no entanto, não abalou a "tradição" de museus, e eles florescem a cada dia e a cada dia seus significados se ampliam diante da sociedade, exigindo maior infra-estrutura, mais profissionais, mais financiamentos<sup>1217</sup>.

Ainda que mais de 10 anos separem a apresentação de Santo Rosseto feita para o Caderno do CEOM do ano de 1992, desta feita por Josiane Roza de Oliveira para uma das edições do ano de 2005, é possível estabelecer inegáveis pontos de convergência entre as leituras realizadas por ambos sobre a condição mediante a qual se mantiveram as atividades ligadas a preservação cultural no Oeste de Santa Catarina. Ainda que Rosseto fale da situação das Universidades e das atividades do CEOM como um todo e, Josiane, centre-se mais nas questões relativas à museologia, as recorrências são inafastáveis. A despeito dessas similitudes, entretanto, é visível o alinhamento dos discursos com cada um dos períodos de onde são oriundos. Rosseto falava da proposta de uma

---

<sup>1217</sup> OLIVEIRA, Josiane Roza de. **Museus: pesquisa, acervo, comunicação**. Cadernos do CEOM - Ano 18, n. 21 – 2005. p. 07.

“nova história” que viria em substituição a um modelo “tradicional”. Josiane fala de uma “nova museologia”, que viria igualmente rever os modelos de museus “tradicionalis”. Esta postura, como tentamos demonstrar, tinha forte ligação com os preceitos difundidos de modo mais latente após a constituição do NEMU/UFSC e da filiação do CEOM à entidade. Cabe lembrar ainda que, embora ambos os registros dos autores mencionem a função social do projeto do CEOM e o seu compromisso com um modelo e com personagens não “tradicionalis”, a fala de Josiane atenta para a condição ideológica presente nesta nova forma de abordagem que é deste modo apresentada:

Positivamente, uma 'nova museologia' conquistou espaço. Não menos ideológica que a outra, mas que ampliou as noções e opções relativas à preservação, pesquisa e comunicação. Foi introduzida de forma contundente a preocupação de o museu assumir uma função social mais voltada à população, não diretamente relacionada aos grandes feitos, homens e estruturas da história do país. Idealizando assim um museu entendido como espaço de produção e socialização de conhecimento, revitalização e valorização das culturas em sua diversidade e, como vetor constituinte das lutas pela igualdade social e conquista da cidadania. Apresentaram-se então, questões como: nosso trabalho é ou não politicamente correto<sup>1218</sup>?

Tanto o reconhecimento da condição ideológica sob a qual se processam projetos dessa natureza, quanto a preocupação acerca do papel dos museus na ordem do “*politicamente correto*”, bem como o reconhecimento do museu como espaço de cidadania, parecem manifestações típicas deste novo momento em que as atividades do CEOM passaram a ser pensadas e desempenhadas sob a ótica da museologia e por profissionais a ela ligados. Já mencionamos as observações feitas por Janice Gonçalves acerca da forte presença, nos museus e arquivos, de profissionais de outras áreas do conhecimento. O que, segundo a autora, teria resultado na promoção de apenas uma de suas funções, a saber, a produção e disseminação de conhecimento. É com base nessa condição que parece ser preciso analisar os discursos e as ações referentes a este momento em que a gestão do CEOM está a cargo daquela que, com base nas informações, foi a Coordenadora de maior capacitação

---

<sup>1218</sup> Idem, p. 08.

na área do patrimônio cultural. Nesse sentido, uma manifestação aparentemente clara para além das discussões teóricas sobre o campo, foi o fortalecimento paulatino das publicações ligadas a essa temática - patrimônio cultural -, que segundo a própria apresentação de Josiane, *“a partir do próximo número da revista contará com uma seção mais voltada para a comunicação de trabalhos na área de patrimônio cultural, atendendo a uma necessidade que se apresentou no decorrer da edição dos diferentes números temáticos já publicados”*<sup>1219</sup>. Este mesmo entendimento era compartilhado por Maria De Fátima Guimarães Bueno no texto de apresentação do outro exemplar dos Cadernos do CEOM publicado naquele ano de 2005.

Os trabalhos publicados neste caderno ilustram a complexidade dos esforços que pressupõem a definição de pesquisas, políticas e ações voltadas à preservação da memória social, em suas mais diversificadas manifestações, formas e suportes. A gestão da informação exige uma interlocução contínua, polissêmica e paritária entre profissionais de diferentes áreas do saber. Sob tal perspectiva, é esperado que estes profissionais empenhem-se na construção de práticas e repertórios comuns, tomando as devidas cautelas para não banalizar as especificidades dos respectivos objetos e fronteiras de suas áreas de formação. O processo de construção destas práticas e repertórios é sempre tenso e conflituoso, porque pressupõe tanto eleger o que será contemplado como digno de valorização, acesso e preservação quanto descartar o que não for julgado digno de menção e guarda, relegando ao esquecimento e, quem sabe, até mesmo ao desaparecimento amplos conjuntos documentais<sup>1220</sup>.

Como se pode notar, as duas publicações referentes ao ano de 2005, compartilham boa parte dos anseios relativos às atividades ligadas aos arquivos e aos museus. Estes textos, ao que nos parece, mais do que demonstrar um momento de maior problematização e de autocrítica quanto a atuação prática que se estava desenvolvendo, permitem a visualização de um nítido desenvolvimento das áreas em questão. O que,

---

<sup>1219</sup> Idem, p. 09.

<sup>1220</sup> BUENO, Maria. **Apresentação**. In: Arquivo: pesquisa, acervo, comunicação. v. 18, n. 22. Chapeco: Argos, 2005. p. 07.

dentro do quadro que vimos tentando compor, representaria um estágio avançado das discussões e do reordenamento que remontam ao repensar do CEOM no ano de 1998 e de sua adesão aos preceitos do NEMU/UFSC. Agora que o CEOM havia refundado sua identidade e definido sua condição enquanto órgão de estrutura *multipartite* (museu, arquivo/centro de documentação, espaço de capacitação, de pesquisa e de publicação), e que a centralidade do discurso tinha se deslocado da memória culto para a memória enquanto direito difuso, o patrimônio surgia como espaço privilegiado para a manutenção de suas atividades (CEOM), uma vez que representava o lugar em torno do qual se poderia reivindicar questões como a valorização da cultura local, de determinados costumes, tradições. Em suma, o patrimônio, ao longo desse processo, acaba por se constituir enquanto depositário das demandas e das lutas de representação - direito a existência a visibilidade - que se vinham travando. Daí a explicação da razão de ter o patrimônio se tornado a figura central sobre a qual se organizou o repensar identitário do CEOM desde a criação do Programa Patrimônio, Escola Comunidade – PEC, até as publicações da metade final da terceira fase do CEOM (1998-2006). Isto se consubstanciaria na edição do ano seguinte quando seria publicado o Cadernos do CEOM de número 24, Cultura Material, reunindo 15 artigos que eram deste modo apresentados por Ana Lúcia Nötzold:

A presente edição dos Cadernos do CEOM, n. 24, acolhe artigos que contemplam a temática "Cultura Material" a partir de diferentes perspectivas, visando contribuir para um melhor entendimento da complexidade das relações que se estabelecem entre as Ciências Sociais quando se discute o tema Cultura. O conjunto de manifestações que é apresentado como Cultura Material carrega, em seus traços, a história, as peculiaridades e as diversidades de uma determinada localidade, período histórico ou até uma representação de símbolos e signos. Para seu entendimento, enquanto cultura, demanda um conhecimento prévio para que haja a valorização do grupo onde essa manifestação ocorre ou ocorria, ou, então, restringe-se basicamente a registrar as singularidades enquanto manifestação cultural. Esses símbolos, por vezes, são os objetos materiais

que, em uma determinada sociedade, representam ou definem uma realidade social<sup>1221</sup>.

Como consta da abertura deste trabalho, no ano de 2006, data que marcava os 20 anos de fundação do CEOM, esta era apenas uma das publicações daquele ano. Já sob o comando de Elison Antonio Paim, que assumiu a Coordenação em substituição a Josiane Roza de Oliveira, eram lançados três exemplares dos Cadernos do CEOM. Este supracitado, uma edição reunindo as comunicações realizadas durante a semana de atividades que marcaram a data, e uma outra edição especial dos Cedermos do CEOM<sup>1222</sup>. A edição que nasceu da junção das comunicações descritas acima, recebeu o título de “*Narrativas*” e, para sua apresentação, a historiadora Eliane Rezende, traçava uma análise acerca da atuação de José Capistrano de Abreu e a sua importância para a historiografia nacional ao lançar, no início do século XX, a obra “*Capítulos de História Colonial*”<sup>1223</sup>.

A história da "terra" brasileira, a história nacional era a história do descobrimento, do desbravamento e do povoamento, sem determinismos geográficos, raciais e sem voluntarismos da ação humana: A história era finalmente "desenterrada do pó dos arquivos", não sendo apenas fruto do pensamento, mas obra de um rigoroso trabalho metodológico. Assim sendo, e transcorridas tantas décadas estamos nós novamente às voltas com o que seja o trabalho do historiador e a forma como se estruturam suas narrativas. O convite ao leitor é o de experimentar e ver quais os diálogos que se estabeleceram entre diferentes pesquisadores e suas fontes. Que vozes conseguiram eco através de suas narrativas? Leia-mos<sup>1224</sup>!

---

<sup>1221</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Apresentação**. In: Cultura Material. Cadernos do CEOM. v. 19, n. 24. Chapecó: Argos, 2006. p. 7.

<sup>1222</sup> Esta era uma das três obras lançadas naquele ano, às quais fazemos menção na abertura desta Tese.

<sup>1223</sup> ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.

<sup>1224</sup> REZENDE, Eliane. **Apresentação**. In: Narrativas. v. 19, n. 25. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2006. p. 10-11.

As alusões a uma “*nova história*” que se estava praticando parecem claras ao se trazer o exemplo da obra de Capistrano de Abreu, descrito por muitos<sup>1225</sup>, como um inovador no tocante ao método de trabalho e ao tipo de personagens eleitos para a análise. Esse “*redescobrir*”<sup>1226</sup> do Brasil nas obras de Capistrano, coadunava-se com a proposta que o CEOM defendia e desenvolvia para a história da *região* Oeste de Santa Catarina. Assim, a referência à obra de Capistrano, remetia a uma nova forma de estudo que se consubstanciava, tanto no que concernia à natureza dos personagens, quanto no tocante ao zelo metodológico. Aquele apelo científico que seria característico nos trabalhos do autor.

A terceira das edições do ano de 2006, tinha caráter especial. Especial não apenas por trazer no título a temática comemorativa, mas porque se tratava de uma reedição de artigos produzidos pelos cadernos ao longo dos anos. A bem da verdade, era uma (re) reedição, já que esses mesmos artigos já haviam sido objeto de um trabalho semelhante no ano de 1995, quando da publicação da edição: “*Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM*”, comemorando, justamente, este feito. Esta obra já foi objeto de algumas ponderações no capítulo anterior. Inclusive alguns de seus artigos foram analisados dentro da perspectiva do “*resgate*” de personagens, do engajamento social e do processo de estabelecimento de redes de apoio. Novamente, não por acaso, tanto o texto introdutório da edição que celebrava os 20 anos do CEOM, quanto aquele constante da edição comemorativa de 1995, detinham-se densamente em questões de natureza semelhante. Aqui nos reencontraremos com o texto inicial desta Tese e tentaremos fechar, além do recorte temporal, algumas questões que vimos mantendo.

A tendência dominante no país foi de interpretar a história a partir dos ciclos econômicos e dos centros de poder. Não é por acaso que inúmeras regiões do Brasil somente ganharam visibilidade

---

<sup>1225</sup> GONTIJO, Rebeca. **História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu.** HISTÓRIA, SÃO-PAULO, v.24, N.2, P.159-185, 2005. OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. 144p.

<sup>1226</sup> PELETTI, Amilton Benedito. **João Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira em questão.** Artigo apresentado como avaliação final do curso de Pós-graduação em História do Brasil (Sociedade e Cultura Brasileira – SCB) da Universidade Paranaense – UNIPAR. Publicado em 2003. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/amiltonp/joo-capistrano-de-abreu-e-a-historiografia-brasileira-em-questo>. Acessado em 12/08/2016.

muito recentemente. A região em questão permaneceu praticamente no anonimato em relação ao país e também ao estado (província) de Santa Catarina até há poucas décadas. Até poucas décadas poucas pesquisas foram levadas à cabo sobre a região e, na maioria das vezes, por iniciativa individual e não coletiva ou institucional. Algumas dessas pesquisas têm em vista muito mais exaltar a região do que investigar as relações construídas e transformadas historicamente. As pesquisas que foram se multiplicando nos últimos anos, no entanto, ajudam a compreender a região oeste enquanto um espaço construído por diversos grupos étnico-culturais e não apenas pelos colonizadores, especialmente as pesquisas em relação aos índios, aos brasileiros (caboclos) e aos movimentos sociais<sup>1227</sup>.

Passados 20 anos de atuação do CEOM frente ao seu projeto de “resgate” da memória sócio cultural do Oeste catarinense, era com esse discurso que se abria a edição em celebração à passagem. Se uma das justificativas mais acionadas para a legitimação da implantação do projeto original era a escassez de estudos sobre a *região*, agora ensaiava-se um reconhecimento ao avanço nesse sentido, garantido pela atuação do CEOM. É verdade que, a despeito dessa menção aos avanços, como temos apontado, a visão que parece manter-se, ou pelo menos a que se escolhe para integrar os textos de análise regional, parecem ainda marcadas pelo discurso da inexistência ou, em havendo, da predominância de uma leitura baseada naquilo que se demarca como “*cultura vencedora*”.

A tendência de interpretar a história, como dizia Amado, do ponto de vista daquilo que se tornou dominante é uma realidade no Brasil. A pluralidade de experiências construídas nas regiões periféricas permaneceram por décadas e séculos silenciadas. Daí a dificuldade dessas memórias serem reconhecidas pela sociedade dominante. A concepção de tempo instaurada pela colonização no oeste catarinense privilegiou as categorias de progresso, modernização e desenvolvimento e desconsiderou quase por completo os sujeitos que até então ocupavam a referida região. A própria

---

<sup>1227</sup> MARCON, Telmo. Op. Cit. p. 08.

colonização foi vista basicamente do ponto de vista de um tempo linear e as experiências de luta e sofrimento dos demais grupos foram praticamente silenciadas. O importante dos processos que envolvem memórias é que, mesmo permanecendo silenciadas por anos, décadas e até séculos, elas podem ser despertadas através de novas interrogações e de pesquisas<sup>1228</sup>.

Note-se que duas décadas depois dos primeiros textos publicados nos Cadernos do CEOM, reservados os ajustes e a flexibilização discursiva, boa parte dos pontos sobre os quais se erigiu o projeto do CEOM, continuavam frequentes nas escritas relacionadas a história regional. Fato que parecia ainda mais acentuado quando se tratava de descrever o próprio CEOM e sua importância para a mudança desse quadro historiográfico. Mais do que a manutenção do modelo compreensivo norteador das publicações, importa-nos a manutenção de estigmas que potencializavam a oposição binária “*centro x periferia*”, neste caso, consubstanciada na relação “*excluídos x privilegiados*”. Como visto, na citação de Telmo Marcon, os trabalhos existentes sobre a *região* são tomados como se privilegiando um grupo e a ideia de memória e de cultura ainda parece pensada em termos de imposição e de silenciamento. Como se houvessem memórias e culturas vencedoras e, que em razão dessa condição forçassem as demais a uma espécie de amordaçamento. Não sem ressaltar a possibilidade de uma vez submetidas a um tipo de pesquisa específico - essa que se estava procedendo -, ressurgirem com toda a robustez que lhes seria pertinente. Esse papel, obviamente, estaria delegado à história e sua ação conscientizadora. O que recoloca o papel da história e de seus representantes, nesse caso os responsáveis pela reescrita defendida pelo CEOM, na condição de legítimos promotores dessa conscientização e de porta-vozes autorizados desses sujeitos.

O ato de interrogar o passado exige um esforço permanente. Conseguir arrancar do silêncio as experiências de luta e resistência dos grupos que não se tornaram hegemônicos é difícil, mas é condição para ressignificar o tempo presente. Esses processos se evidenciam, especialmente quando se trata da história e da cultura indígena e cabocla. O

---

<sup>1228</sup> Idem, p. 09.

que parecia silêncio renasce com muita vitalidade no tempo presente<sup>1229</sup>.

O termo “*ressignificar*” seja em atribuição à cultura, à memória ou mesmo de modo genérico no sentido de dar novo entendimento ao tempo presente, é uma das manifestações que são incorporadas aos discursos desta terceira fase do CEOM. Entretanto, ainda que o termo seja recente, a ideia a ele ligada era antiga remontando aos primórdios do projeto do CEOM. Esta condição em que se tenta conciliar aprimoramento científico mediante adequação discursiva às novas convenções resultantes dos avanços nessas áreas (Ciências Humanas e Sociais) sem abrir mão de marcar o compromisso com o engajamento social, já foi deveras assentada neste estudo. Nessa tentativa constante de conciliar teoria norteadora, prática acadêmica e projeto mediador, muitas foram as manifestações de rearranjo conceitual do projeto do CEOM. O próprio conceito de “*resgate*” tão caro ao projeto do CEOM, era questionado por Alison Paim em publicação do ano de 2006, que acerca disso propunha:

Considero que o termo resgate não é o mais apropriado quando falamos em memória e história, porém está presente em muitos documentos do CEOM. Quando trabalho com memória pauto-me no conceito de rememoração cunhado por Walter Benjamin, o qual defende que reconstruímos o passado com as referências do tempo presente. Portanto, não existe a perspectiva do resgate, o qual pressupõe a escrita da história como ela aconteceu. Ver: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994 (3 volumes). A memória é abordada, especialmente, nos textos: “Infância em Berlim por volta de 1900”, “O Narrador” e “Experiência e Pobreza<sup>1230</sup>”.

Esta última fase (1998-2006), como vimos observando, representou um momento de repensar profundo com relação ao projeto do CEOM. As tentativas de se definir questões como identidade, público alvo e objetivos tão discutidos na série de encontros ocorridos entre 1998 e 2000, parecem ter revelado a necessidade de um maior rigor técnico e melhor observância de procedimentos metodológicos. Isto parece ter sido alcançado mediante um conjunto de ações que contemplaram desde a

---

<sup>1229</sup> Idem, p. 10.

<sup>1230</sup> PAIM, Alison. Op. Cit. (nota, p.27)

aproximação com o NEMU/UFSC e o aumento das atividades de organização de exposições e de gestão museal, até o reordenamento e informatização do acervo. No tocante às publicações, o que parece ter se processado foi um gradativo aumento da observância das novas discussões que se estavam difundindo nas áreas da história e da antropologia e, sobretudo, nas áreas da arquivologia e da museologia. Não obstante, se os conceitos pareciam repensados e os enunciados adequados aos novos preceitos científicos, o compromisso para com a proposta apresentada por Santo Rosseto, mais de 20 anos antes, parecia “*forte e atuante*”<sup>1231</sup>.

---

<sup>1231</sup> D’MITRUK, Hilda. **Apresentação**. In: Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos do CEOM. Cadernos do CEOM, 1995. p. 05.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusa essa análise em que se tentou cobrir 20 anos de atividades do CEOM, segundo o nosso recorte temporal (1986-2006), cumpre registrar algumas questões que parecem ter alcançado razoável grau de plausibilidade. Notadamente, o projeto surgido no início da década de 1980, para percorrer esse longo período, passou por significativas negociações e adequações. Estas práticas, presentes nos registros da Instituição, sejam de cunho discursivo ou conceitual, permitiram traçar quadros característicos de pelo menos três fases. Entretanto, conforme largamente defendido, não se trata apenas de rupturas e mudanças, trata-se também de permanências. Se por um lado parecia necessária uma negociação constante com vários setores da sociedade acarretando em igual constante ajustamento do teor das mensagens endereçadas, segundo a natureza dos destinatários (representantes políticos locais, por exemplo), em outros espaços (publicações e exposições), ainda que igualmente imersos em uma conjuntura que demandava maleabilidade entre o engajamento teórico e a práxis científica, a manutenção de alguns pressupostos fundamentais ao projeto pareceu restar clara.

Após averiguadas, entre outras, correspondências, circulares internas, projetos de oficinas de capacitação e folders de eventos expositivos dos vários anos de atuação do CEOM, encontramos, ainda em 2006, muitos dos pontos defendidos pelo mesmo desde o seu advento. Pontos que se consubstanciavam na manutenção de práticas como a busca por constituir nos municípios experiências de preservação local - parcerias com as Prefeituras para organizar museus e centros de memória, por exemplo - e no reiterado compromisso assumido em defesa dos excluídos da história. Esse tipo de acontecimento ao passo que demonstra como bem articuladas e introjetadas eram as diretrizes norteadoras do projeto do CEOM, também abre espaço para a verificação das alternativas e redirecionamentos necessários à manutenção dessas atividades e do próprio projeto do CEOM enquanto instituição.

Nesse sentido falamos dos objetivos e valores assumidos que dão margem à existência da própria Instituição como espaço de valorização e de promoção da cultura local ligado a uma proposta de “*resgate*”, de representação e de reparação histórica para com determinados grupos definidos em termos étnicos e de classe. Buscamos demonstrar várias vezes, como isso demandou adequação, ajuste, manobra discursiva que parecem oferecer sua melhor leitura na manutenção das oposições binárias e sua gama de remanejamentos (centro x periferia), (local x capital), (excluídos x privilegiados), (local x global). Como se nota,

embora tenhamos uma estrutura ampla de atividades e de distensões em torno dessas relações binárias, é possível o estabelecimento de um fio condutor que opera sempre no sentido da manutenção da oposição e das disputas e posicionamentos daí resultantes. Toda a nossa análise gira em torno da ideia de como uma condição periférica, comum ao discurso regionalista, é transformada em emblema e usada como fenômeno que legitima o direito à existência. Um existir e permanecer enquanto memória, enquanto manifestação cultural, enquanto grupo. Dentre os vários artificios mobilizados nesse percurso, destacamos o papel central desempenhado pelo discurso científico e a consolidação da academia enquanto espaço privilegiado para este tipo de manifestação. Não por acaso, esforçamo-nos para demonstrar as relações entre o CEOM e o Centro de Ciências Humanas e Sociais da então UNOESC/CHAPECÓ, posterior UNOCHAPECÓ. Como também os processos de articulação buscados pelos intelectuais à frente do CEOM com Instituições capazes de lhes fornecer suporte financeiro e reconhecimento científico, desde os primeiros passos do projeto. Este contato com profissionais dos “*grandes centros*”, os espaços de referência, como demonstramos, ora assumiam características de reconhecimento, ora de questionamento. Demarcando a tensão e as demandas inerentes a um projeto que propunha engajamento teórico sem abrir mão do interesse de ingressar no panteão das instituições de preservação reconhecidamente observantes dos critérios científico.

Essa articulação com outras frentes de estudo em nível estadual e nacional demonstra como a discussão acerca das temáticas relativas a retomada daquilo que podemos definir como uma história crítica e engajada parecia uma preocupação constante nos meios acadêmicos nos primeiros anos subsequentes ao término do Regime Militar<sup>1232</sup>. A nova abordagem passava, como temos defendido, pela valorização da cultura local, pela noção de história concientizadora e pela prevalescência de uma releitura de pesagens e um “*resgate*” de personagens. Há que se mencionar, entretanto, que embora fosse um comportamento recorrente em várias instituições, esse alinhamento, longe de ser uma unanimidade, constituía-se em intenso campo de disputa. Como sinalizamos anteriormente, a política de valorização local, desenvolvia-se de variadas formas. A sua reverberação nos espaços educacionais e, no nosso caso, sob a égide de teorias e metodologias específicas de uma corrente histórica, era só uma delas. Como decorrência desta situação, tínhamos que nem todas as instituições e setores da sociedade embarcaram neste

---

<sup>1232</sup> A esse respeito ver: PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

processo com o mesmo empenho, tendo o mesmo entendimento ou defendendo os mesmos métodos. Uma mostra dessas diferenças pode ser vista nas dificuldades encontradas pelo CEOM no ano de 1989.

Esses graus de resistência ao projeto, aparentemente, seguiram a ordem da maior ou menor incisividade e engajamento manifestos pelo projeto ao longo de sua atuação. Como demonstrado, na primeira fase do CEOM (1986-1992) quando a entidade CEOM parecia se misturar com a figura daqueles que estavam à frente do seu comando, especialmente durante a gestão de Pedro Uczai, o maior engajamento social trouxe críticas contundentes à atuação do CEOM e da própria FUNDESTE. Críticas que se materializaram em correspondências formais e que conferiram, junto das passagens ligadas à saída de Ilda Ana Brisot da Coordenação, a essa fase do CEOM, sua condição de período mais polêmico. Quadro que levou, em razão das questões já apontadas, à desarticulação do grupo à frente do CEOM e à interrupção temporária das suas atividades que marcou o fim desta primeira etapa. Corrobora, nesse sentido de entendimento, o caráter mais técnico e o aumento do rigor científico que parecem ter se seguido nas duas fases seguintes, nas quais, a despeito de se manterem os pressupostos fundamentais do projeto, uma guinada no sentido da observância dos preceitos científicos e dos procedimentos técnicos parece ter se mostrado inequívoca. O mesmo parece ter se dado no tocante à dissociação entre a figura dos representantes e a figura da Instituição. Uma vez que, com o passar do tempo, mais se parece notar a entidade CEOM e menos a pessoa dos seus Coordenadores. Ainda que a característica de seus trabalhos pudesse ser identificada<sup>1233</sup>. Esse quadro está diretamente ligado ao papel do CEOM no processo de passagem da memória do terreno da celebração de origem para o dos direitos das minorias. Se, no tempo de Santo Rosseto, Ilda Brisot e Pedro Uczai (fase heróica) a chave de interpretação do passado regional se baseava em uma leitura capital x interior, na fase de maior inserção acadêmica que perpassa todo período de (1992-1997), para atingir seu auge após 1998, a chave passa a ser o local x global (globalização/neoliberalismo) com local se legitimando como patrimônio. Esse processo liga-se diretamente à profissionalização do mercado de trabalho em museus e arquivos. Uma atualização teórica e prática que se desenvolveu nesses espaços (museus e arquivos) ao mesmo tempo em que o CEOM vai constituindo um corpo próprio de

---

<sup>1233</sup> Nesse sentido queremos dizer que diferentes Coordenadores imprimiram características de trabalho distintas segundo as suas condições específicas de formação, posicionamento teórico e engajamento social.

especialistas, sobretudo após o contato com o NEMU, ocorrido no final da década de 1990.

É nesse momento, também, que as discussões sobre a identidade e a função social do CEOM, que se dão em meio a necessidade de se conseguir financiamentos para a manutenção das suas atividades, levam à inserção acadêmica pela via do patrimônio. A definição como arquivo, museu e centro de documentação, deste modo, vai ao encontro da ressemantização do regional como sinônimo de local, e deste local entendido como patrimônio em substituição à associação entre uma história local e os estudos monográficos do IHGSC, por exemplo. Ou seja, o CEOM inicia seu projeto focando na história, mas ao longo do percurso migra para o patrimônio, área que se abre às narrativas das minorias e onde o local encontra um lugar privilegiado, similar àquele que dispunha na campanha folclórica, a saber, o de depositário das tradições, da cultura, etc. O que nos leva a uma assertiva de Halbwachs que reintroduz as questões relativas à relação entre história e memória, afinal se: *“A história começa onde para a tradição”*<sup>1234</sup> ao que Ricoeur complementa: *“Ora, há várias formas de a tradição parar, segundo a maneira como o distanciamento historiador afeta a memória, quer a consolide, corrija, desloque, conteste, interrompa, destrua”*<sup>1235</sup>, tanto o papel do CEOM enquanto projeto de *“resgate”* da memória e de reescrita da história do Oeste catarinense, quanto a introdução posterior do patrimônio nesse cenário que opõe história e tradição, parecem operar pela via do *“resgate”* da memória tomada/entendida como ato de reparação.

Há que se lembrar que todo o projeto de atuação do CEOM estava articulado em torno da ideia de participação popular. Esse tipo de política, ao que parecia, era de suma importância tanto para a fixação dos ideais atuantes dentro da Instituição, quanto no que competia a legitimação das ações e a motivação social dos vários grupos que lhes interessava mobilizar. Dentre as ações nesse sentido, estavam, por exemplo, as de ordem da preservação arqueológica. A denunciada falta de cuidado para com esses espaços e a ameaça que isso representava para o projeto de *“resgate”* tornavam essas ações prioritárias para o desfecho do projeto nos moldes que se esperava. A razão era manifesta. Sem fontes, sem registros, a história dos sujeitos focados nessa investida não poderia ser contada, e nem uma nova versão contraposta. Do que se depreende que a questão da anterioridade - quem forma os primeiros habitantes, os primeiros proprietários da terra, do espaço - conferia-se em um dos

<sup>1234</sup> HALBWACHS, Maurice. In. RICOEUR, Paul. Op. Cit, p. 409.

<sup>1235</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit, p. 409.

principais campos de disputa por versões de história do Oeste Catarinense. Afinal, a noção de reapropriação era indissociável da difusão da ideia de expropriação. Deste modo, colocar sobre proteção efetiva esses espaços também era tarefa assumida e difundida pela Instituição. Cabe ressaltar que do mesmo modo que a “cultura” é sempre pensada na relação interétnica ou fruto deste modo de olhar diferente, também a noção de “*resgate*” de memória e de reivindicação de visibilidade só faz sentido quando contraposta a uma ideia de memória dominante, que precisa ser periodicamente reativada. Resultado daí a necessidade de manutenção de “*estigmas*”.

É dentro deste contexto que o Oeste catarinense que há muito frequentava as páginas dos que o buscavam retratar, sejam literatas, políticos, jornalistas ou intelectuais das mais variadas formações - quase sempre acompanhado de uma lista de conceitos remetendo à sua condição dispar ou ao seu caráter excêntrico, estranho ao seu próprio Estado -, ao que parece, mais do que ninguém pôde fornecer condições para a mobilização desses “*estigmas*” a sua transformação em projetos visando o reconhecimento ao seu direito de reivindicação à diferença e à existência. As questões de ordem social e econômica que, mais das vezes, estão por trás dos movimentos de reivindicação regional, são construídas e mobilizadas com base nos “*estigmas*” discursivos que posicionam a *região* em relação ao centro e, no caso do Oeste catarinense, os séculos de manifestações sobre a distanciam, sobre o isolamento, sobre a negligência governamental encarregaram-se de construir, no campo da reivindicação da diferença e da criação dos “*estigmas*”, um aparentemente inquestionável estereótipo de desfavorecimento, cujo poder não pode ser desprezado. Esse manejar da condição regional, temos visto, serviu aos mais variados interesses e manifestou-se em vários períodos, com usos distintos, mas características similares. Nas palavras de Bourdieu: “*É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização*”<sup>1236</sup>.

Em se tratando do projeto do CEOM, como aventamos em tese, ainda que seu discurso estivesse embasado em uma crítica ao que se considerava uma história “tradicional”, esses “*estigmas*”, não só formam mantidos, como alimentados ao longo dos anos, por meio de uma adequação da relação binária sob a qual são constituídos. Aquilo que antes servia ao enfrentamento “*centro x periferia*”, consubstanciado na

<sup>1236</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Op. Cit. p. 125.

oposição “*região x Capital*”, passa no discurso do CEOM a servir de base para o posicionamento “*excluídos x privilegiados*”. Assim o “*estigma*” da condição periférica é transformado em fenômeno que legitima as ações de reivindicação. A *região*, vítima de uma política desfavorável cede seu lugar e seu poder aos grupos dos quais o projeto da Instituição (CEOM) se declara porta voz. A condição de exclusão torna-se, então, mecanismo que legitima a busca por reparação, e o “*resgate*” da memória se transforma em principal meio (símbolo) pelo qual se fará esta reparação.

Ato contínuo, a mesma ação que legitima este direito a um “*resgate*” e a uma recondução desta memória (ao centro das discussões), restitui o espaço de visibilidade que a ela se reivindica como de direito. Mas “*resgatar*” e restituir o espaço (de visibilidade) não é algo que se basta por si só. O espaço de visibilidade é um campo de disputa. Disputa de memórias, de manifestações culturais, de identidades e de versões de história. Desta feita, instala-se a necessidade da manutenção. Manter e fazer circular essas memórias e essa versão de história são tarefas tão importantes e necessárias quanto o seu “*resgate*”. Daí a necessidade de quem o promova. É enquanto promotor de todas essas ações que o CEOM articula seu projeto. O que implica dizer que, o mesmo discurso que legitima o direito de existência, de visibilidade dos grupos de quem o CEOM se torna porta voz, legitima também o seu direito à existência e a sua condição enquanto representante desses excluídos. Representantes e representados, são, em essência, substância de um mesmo projeto. Projeto cuja consubstanciação enquanto espaço legítimo de representação, visibilidade, manutenção e circulação de memória, é assegurada por meios do “*resgate*”, da exposição e da publicação institucionalizada dessas memórias.

Tudo isso, ao que parece, permitido e garantido pela manutenção no campo das disputas de uma tensão entre essas versões de passado. Posicionar constantemente os indivíduos em seus respectivos locais dentro de uma “*realidade*” binária que opõe excluídos e privilegiados seria, nestes termos, vital para a manutenção dessa visibilidade em disputa igualmente constante. Daí a razão da longa permanência dos “*estigmas*” a que vimos fazendo menção durante este trabalho. No caso da relação entre memória e história, ao que nos parece, continua a se tratar de um entrecruzamento. Mas é preciso se ter claro que a noção de dever de memória que perpassa toda essa discussão é indissociável da ideia de reparação. Não se trata nesse caso de memória pensada apenas como direito à existência e a visibilidade pura e simplesmente, e sim, de memória enquanto espaço de consolidação do direito à compensação, à retratação. Uma memória “*resgatada*” pelas vias de um discurso de

reparação e mantida por meio de uma constante alimentação proveniente das exposições e das publicações<sup>1237</sup>. O que configura, por um lado, uma memória a serviço de uma reescrita da história e, por outro, uma história intervencionista, no sentido de manter por meio, exatamente, do arquivamento, da publicação e da exposição uma presença constante de um passado (específico) no presente. Talvez “*mais de passado do que de história*”, para fazer eco à última linha da citação de Daniel Fabre<sup>1238</sup>.

Resta deste trabalho algumas constatações. Para além do papel do CEOM enquanto espaço de mediação da memória e de reescrita da história do Oeste de Santa Catarina, conseguida mediante aquilo que definimos como uma insistente sobrevivência, cumpre observar a importância do mesmo seja como viabilizador do acervo hoje disponível em suas instalações, seja no que diz respeito à formação de profissionais da área de Museologia, Arquivologia e mesmo de história regional, seja ainda no tocante à sua condição de espaço de exposição e visitação e de publicação de conteúdo científico. Todo esse conjunto de feitos e atividades assumidas e desenvolvidas paulatina e concomitantemente ao período de redefinição política representado pela redemocratização no qual o CEOM também toma parte e constitui-se em significativo espaço de demarcação ideológica e partidária. Ainda que definir com maior exatidão o modo como o CEOM contribuiu para a conscientização dos grupos de quem se constituiu em representante demandasse um outro tipo de estudo, pode-se, com base nos materiais recolhidos, nos eventos organizados e nas publicações produzidas, traçar um panorama do conjunto de informações que lhes foi disponibilizado no sentido de permitir tal ação. Não obstante a despeito disso, ou em razão disso, o Oeste catarinense continua uma *região* na qual versões de passado ainda disputam espaço de visibilidade e reconhecimento, hoje com muito mais subsídios de ambos os lados.

---

<sup>1237</sup> POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p. 07.

<sup>1238</sup> Ver, FABRE, Daniel. Op. Cit. p. 20.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Ensaio sobre as contribuições teórico-metodológicas de Jeanfrancois Sirinelli, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio para a História, a definição e a função social dos intelectuais.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **A Condição de Mediador Político-Cultural em Cabo Verde:** intelectuais e diferentes versões da identidade nacional. Etnográfica, Vol. VIII (2), 2004, pp. 273-295.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito** / tradução Paulo Neves. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Marc. **Introdução à história.** 6. Ed. Mira-Sintra: Europa-América; [s/d].

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. SP: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2010

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II.** [Lisboa]: Martins Fontes, c1966- v.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Unesp, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra:** o movimento social como princípio educativo. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas;** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A operação histórica.** In: LE GOFF, Jacques (comp.). **História: novos problemas.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988, p. 17-48.

CHARTIER, Roger. **Introdução**. In: \_\_\_\_\_. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Editora Record: Rio de Janeiro-São Paulo, 2000.

CORADINI, Odacir Luiz e REIS, Eliana Tavares dos. **Dossiê: Cultura, Poder e Modalidades de Engajamento**. Transações Culturais, Intelectuais e as Ciências Sociais. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais**. In: Cultura Com Aspas. Cosac Naify, 2009.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

EHLERT MAIA, João Marcelo. **A terra como invenção: O espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. [1v].

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. [2v].

FABRE, Daniel. **L’Histoire a changé de lieux**. In: BENZA, Alban; FABRE, Daniel. **Une histoire à soi: figurations du passé et localités**. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 2001.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades** / tradução de Eliana Aguiar; apresentação de Peter Schöttler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. **A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina**. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Contestado: o território silenciado**. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. (Orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)**. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. [Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. y DU GAY, Paul (Comps.) **Cuestiones de identidad cultural**. 1. ed. Buenos Aires: AMORRORTU, 2003. 314p.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eli Pulcinelli Orlandi. Editora Hucitec: São Paulo, 1992.

HASS, Mônica. **O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 e 1992 no Oeste de Santa Catarina**. Estudos de história política regional. Cadernos do CEOM. v. 10, n. 10. Grifos, 1996.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. Et. al. **Fronteira: memória e linguagem**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

JOUTARD, Philippe. **Avaliações e tendências da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANES, Tania Maria; ALBERTI. **História oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. 204p.

LAZARIN, Kátiuscia Maria. **Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Revista Katalysis 1/96. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>.

MACHADO, Paulo Pinheiro. ESPIG, Márcia Janete (org.). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. **Imprensa, história e memória: da unicidade do passado às outras histórias**. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 66-89 - dez. 2009. ISSN – 1808–1967.

MAIO, Marcos Chor. **O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.41 São Paulo Oct. 1999.

MARIA, Mauricio de Fraga Alves. **O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v. 2 n° 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644. UNESP/Assis.

MARQUES, Valesca Menezes; DIAS, Leila Christina. **Associações de municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 29-53, jul./dez. 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro. [1888-1931]**. Estudos rurais. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

MATO, Daniel. (Coord). **Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior**. Experiencias en América Latina / coordinado por Daniel Mato. - Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

MELO, Francisco Egberto de. **O Ensino de Estudos Sociais, EMC e OSPB e a Resignificação da Cultura Cívica Nacional nas Práticas Escolares em Escolas de Fortaleza Durante o Regime Militar**. AN-PUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo:** a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Cad. CRH vol.20 no.50 Salvador May/Aug. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_art-text&pid=S0103-49792007000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0103-49792007000200010).

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil:** Uma Crítica aos Contextos. Tese do Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH, PUCRS. Porto Alegre, janeiro de 2005.

NEDEL, Letícia Borges. **Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos:** folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n° 62, p.193-215 – 2011.

\_\_\_\_\_. **Um Passado Novo para uma História em Crise:** Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). [Tese]. Universidade de Brasília. Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em História, 2005.

\_\_\_\_\_. **Regionalismo, historiografia e memória:** Sepé Tiaraju em dois tempos. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004.

NICOLAZZI, Fernando. **História: memória e contramemória.** MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 3, p. 217-234, jan./jun. 2003. p. 231-232. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1050/716>.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas:** práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009. 222 p.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.** Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. pp. 287-308.

NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire.** I. La République. Paris: Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII.

OLIVA, Jaime. **Geografia Humanística e/ou Geografia da percepção.** Artigo online, disponível em: <http://jaimeoliva.blogspot.com.br/2008/11/geografia-humanstica-eou-geografia-da.html>.

OLIVEIRA Nemuel da Silva e MAIO Marcos Chor. **Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil**. Revista Sociedade e Estado - Volume 26, Número 3, Setembro/Dezembro 2011.

OLIVEIRA, Nuno (2014) "**Interculturalidade ou interculturalismo?** O terceiro "ismo" das políticas de integração de imigrantes". In 40 anos de democracia(s): Atas do VIII Congresso Português de Sociologia, APS (org.) ISBN: 978-989-97981-2-0.

OLIVEN, Ruben, George. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional o Eterno Retorno**. s/d. disponível online: <http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-2002/volume-iv/654-cultura-brasileira-e-identidade-nacional-o-eterno-retorno/file>. p. 1-29.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org). **Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PAIM, Elison Antonio. **Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina**. SAECULUM. Revista de História [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense**. Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984.

PIAZZA, Walter, 1925. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter. **O subsistema estadual de arquivos**. A necessidade de preservação documental. s.d. p. 11-12. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2526-1450391661.pdf>.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. Sergio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** Conferência foi transcrita e traduzida por Monique Augras, edição de Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PRICE, Richard. **Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea.** Palestra publicada com o título Invitation to Historians: Practices of Historical Narrative [2001]. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 293-312, jan./jun. 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros.** Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. p. 38-66.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense.** 2. Ed. Ver. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sóciodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

REVEL, Jacques. (Org). **Jogos de Escalas.** A experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Douglas Satirio Da. **O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local (1985 – 1989).** Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.7, n.2, 2013.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Regionalismo, modernidade e legitimidades intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930 a 1964).** v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.993-1008.

RONCAYOLO, Marcel. **A produção do espaço.** In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. **Região.** In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Impensa Nacional, 1986.

ROOS, Djeovani. **O Lago de Itaipu e a Problemática Ambiental: Uma Análise Crítica das Questões Ambientais na Região de Fronteira Entre Brasil e Paraguai.** Revista Eletrônica Georaguai. Barra do Garças-MT. v2, n.1, p 23 - 50. janeiro/julho. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4521628.pdf>.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** / tradução Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SACHET, Celestino. **A literatura catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

SANTHIAGO, Ricardo. **Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil**. História Oral, v. 18, n. 1, p. 221-239, jan./jun. 2015.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Lembranças revisitadas: o Laboratório de História Oral da UFSC e as entrevistas de Simão Willemann. Memória e História Oral em Santa Catarina (1975-2013)**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2015. 267 p.

SIGAL, Silvia. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. R. Pós Ci. Soc. v.9, n.17, jan/jun. 2012.

SILVA, Augusto da; ROSA Adenilson da. **Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região**. Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011).

SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo: a História como “biografia da nação”**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SILVA, Héverton Malagoli da. **Modernismo e história da literatura na década de 1950 em Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.1, n.2, 2007. Disponível em: <http://seer.cfhh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/49/110>.

SILVA, José Otacílio da. **A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu**. Tempo da Ciência (12) 23 : 187-200, 1º semestre 2005.

SILVA, Roberto Bitencourt da. **Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012. 290f.

SILVEIRA, Eloise da; DAMÁSIO, Petter. **Multiculturalismo versus Interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito**. Editora Unijuí, ano 6, n. 12. jul./dez.2008.

SOUZA, Suelly Pereira de; PEREIRA, João Bosco. **A Igreja Católica e as Organizações e Movimentos Sociais na Diocese de Ipameri (GO): Partilhando Utopias**. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 - ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto10.pdf>.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. CNRS/Paris. Tradução de Eliane Cezar. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

THOME, Nílson. **Trem de ferro: A ferrovia no Contestado**. 2. ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1983.

THOMÉ, Nilsom. **A fragilidade das fronteiras nas terras contestadas**. Caçador (SC), 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O Homem Desenraizado**. Tradução De Christina Cabo. Editora Record, Rio De Janeiro-São Paulo, 1999.

VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. **Entre o regional e o nacional; folcloristas na década de 50**. Artigo apresentado ao XIX Encontro Anual da ANPOCS, realizado de 17 a 21 de outubro de 1995 em Caçambu (MG), Grupo de Trabalho sobre Pensamento social no Brasil. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7632&Itemid=362](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7632&Itemid=362).

VITORIA Fernando Antonio. **De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”**: A construção discursiva da “Capital do Oeste”. [1970 – 1980]. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, 2011.

XAVIER, Antonio Carlos da R. **Gestão da Qualidade Total nas Escolas: Um Novo Modelo Gerencial Para a Educação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, SETEMBRO 1991.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

**A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina:** documentos e leituras / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005. 207 p.

BERTA, Beatriz Helena Mallmann. **Chapecó; razões do seu demérito social.** [Monografia]. Chapecó, 1979.

BREVES, Wenceslao de Souza. **O Chapecó que eu conheci.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. N. 06. Fpolis-SC, 1985.

BUENO, Maria. **Apresentação.** In: Arquivo: pesquisa, acervo, comunicação. Cadernos do CEOM. v. 18, n. 22. Chapeco: Argos, 2005.

CARBONERA Mirian. **A tradição Tupiguarani no Alto Rio Uruguai:** estudando o Acervo Marilandi Goulart. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/1531.pdf>.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense.** Ano 4. Nº 6. Nov./89. Chapecó – SC.

D'MITRUK, Hilda Beatriz. **Apresentação.** In: Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos do CEOM. Cadernos do CEOM, 1995.

\_\_\_\_\_. **Programa PEC: De qual História e de que Patrimônio Falar?** Educação Patrimonial e Fontes Históricas. Cadernos do CEOM - Ano 14 - n.º 12 - Unoesc-Chapecó - Junho/2000.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia, comunidade e liberdade.** In: Arqueologia e populações indígenas. Cadernos do CEOM. v. 17, n. 18. Argos, 2003.

HASS, Mônica. **O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 e 1992 no Oeste de Santa Catarina.** Estudos de história política regional. Cadernos do CEOM. v. 10, n. 10. Grifos, 1996.

\_\_\_\_\_. **Apresentação.** In: Colonização no Oeste: Cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos. Cadernos do CEOM. v. 13, n. 11. Grifos, 1999.

KHOURY, Yara Aun. **Apresentação.** In: Campo e cidade. Cadernos do CEOM. v. 15, n. 14. Argos, 2001.

MARCON, Telmo. **Cultura, memória, história e identidade:** desafios das pesquisas regionais. CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. v. 19, n. 23.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Apresentação.** In: Cultura Material. Cadernos do CEOM. v. 19, n. 24. Chapecó: Argos, 2006.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. **Museus: pesquisa, acervo, comunicação.** Cadernos do CEOM - Ano 18, n. 21 – 2005.

PAIM, Elison Antonio. **Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória.** Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A identidade catarinense.** Revista do IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis n. 5, p. 259-280, dez. 1984.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros.** Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **Por quê uma Apresentação? In:** Companhias colonizadoras e a luta pela terra. v. 9, n. 9. Argos, 1995.

\_\_\_\_\_. **A polifonia de procedimentos para captar olhares, silêncios e dubiedades...** In: Educação Patrimonial e Fontes Históricas. v. 14, n. 12. Grifos, 2000.

\_\_\_\_\_. **Alteridade, identidade, trajetória e migrações.** Migrações e organizações sociais. v. 16, n. 15. Cadernos do CEOM - Ano 16 n<sup>o</sup> 15 - UNOCHAPECÓ - Junho/2002.

\_\_\_\_\_. **Definição do Universo temático:** a questão da etnicidade. In: Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. Cadernos do CEOM, 1987.

\_\_\_\_\_ e D'MITRUK, Hilda Beatriz. **Definição do universo sócio-econômico.** In: Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. Cadernos do CEOM, 1987.

REZENDE, Eliane. **Apresentação.** In: Narrativas. v. 19, n. 25. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2006.

ROSSETO, Santo. **Apresentação.** In: Cadernos do CEOM Ano 5, n<sup>o</sup> 7, abril/91. p. 5-6.

\_\_\_\_\_. **Apresentação.** In: Revisão bibliográfica crítica sobre organização social. Cadernos do CEOM, ano 6, nº 8, out/92.

\_\_\_\_\_. **O conceito de patrimônio Sócio-Cultural a ser trabalhado.** In: Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. Cadernos do CEOM, 1987.

\_\_\_\_\_. **O CEOM e a proposta de resgate da história e da cultura do "Homem de Fronteiras".** In: Orientações Básicas para a Pesquisa, Coleta e Registro da Memória Sócio-cultural da Região [Oeste] de SC. Cadernos do CEOM, 1987.

SACHET, Celestino. **A literatura catarinense.** Florianópolis: Lunardelli, 1985. [Prefácio].

STEIL, Carlos Alberto. **Apresentação.** In: Religiosidades. Cadernos do CEOM. v. 14, n. 13. Argos, 2001.

STRAPAZZON, João Paulo L. **Apresentação.** In: Estudos de História Política Regional. Cadernos do CEOM. v. 10, n. 10. Argos, 1996.

UCZAI, Pedro Francisco. **CEOM 20 anos: algumas lembranças.** Depoimento dado em mesa redonda comemorativa aos 20 anos do CEOM. In: Narrativas. Cadernos do CEOM. v. 19, n. 25, 2006.

WINCLER, Silvana. **Apresentação.** In: Trabalho e Lazer. Cadernos do CEOM. v. 17, n. 19. Argos, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – RELATÓRIO COMENTADO DO ACERVO DO CEOM NO ANO DE 2005

a) Coleção Quebra-Queixo, proveniente da Área Diretamente afetada pela construção da Hidrelétrica de Quebra-Queixo e da Linha de Transmissão de energia elétrica Quebra-Queixo - Pinhalzinho/SC. A primeira parte desse acervo foi recebida em outubro de 2002, e conta com um total de 2.725 peças (líticas e cerâmicas). O restante do acervo, corresponde ao material do salvamento realizado devido a Linha de Transmissão foi recebido pelo NEEA, em junho de 2004, contendo um total de 1.743 peças. Faz parte desta coleção, além do material arqueológico, toda a documentação correspondente: fotografias, mapas, croquis e relatórios;

b) 'Coleção Municípios" é proveniente de doações, sendo um pequeno número de peças, provenientes de visitas dos funcionários do CEOM em diversas localidades da região desde os anos 80. A coleção ainda não passou pelo trabalho de curadoria.

c) "Coleção Caxambu do Sul" é proveniente de um salvamento emergencial efetuado por funcionários do CEOM com auxílio do IPHAN/SC. Moradores da região informaram o CEOM sobre a presença de vestígios arqueológicos na cidade de Caxambú do Sul/SC, nas proximidades do Rio Uruguai, em meados da década de 90. Esse acervo ficou sem um tratamento adequado, porque não havia na região profissionais capacitados para trabalhar com o patrimônio arqueológico. Agora com a implantação do Núcleo de Arqueologia e com a capacitação de profissionais, teve início a curadoria dessa coleção.

• Acervo Documental: possui as seguintes linhas de pesquisa: a) Processos de ocupação e produção do espaço regional; b) Oralidade; c) Memória; d) Migrações; e) Movimentos Sociais; f) Etnicidades; g) Campo e Cidade, h) Patrimônio Cultural; i) Religiosidade; j) Cultura Material e Imaterial.

Caracterização do Acervo Documental acervo é composto por documentação doada pela comunidade regional, reproduzida a partir DE outras instituições de acervo do país e produzido pelo próprio programa, no caso das histórias orais. É composto por um significativo acervo cartográfico, fotográfico e de periódicos produzidos a partir das primeiras década do século XX.

Os principais Fundos e Coleções salvaguardadas pelo CEOM são:

Fundo Empresarial da Família Bertaso. Este fundo documental conta com 960 caixas poliondas referentes a documentação das empresas da família Bertaso. Documentação de suma importância sobre formação econômica e social do município de Chapecó a partir de 1918. Os investimentos empresariais de Ernesto F. Bertaso, não se restringiram à colonização de terras, além do comércio de terras a empresa dedicou-se a extração de ervamate e madeira, moinhos de trigo, comercialização de produtos derivados de suínos, energia elétrica, cerâmicas, olarias, serrarias, fabricas de caixa de papel, e empreenderam na área urbana da cidade, ou seja, na construção civil, num total de 22 empresas. A Colonizadora Particular da família empreendeu o povoamento da Região Oeste de Santa Catarina com famílias descendentes de migrantes europeus que residiam no Rio Grande do Sul. O Acervo constitui-se de mapas, plantas, documentação contábil, correspondências, jornais, fotografias de fundamental importância para conhecimento da configuração histórica regional. Destacam-se no acervo 512 representações cartográficas elaborados no início do século XX e relacionam-se ao processo de colonização do Oeste de Santa Catarina. Fundo Higienizado e identificado, com listagem dos tipos documentais e histórico do produtor. Necessita de arranjo e descrição.

- Fundo DCE — Diretório Central de Estudantes/UnoChapeco: Documentação produzida pela entidade de significativa atuação no movimento estudantil do Estado. Este material foi higienizado e encontra-se armazenado em 50 caixas poliondas. Necessita de arranjo e descrição.

- Fundo MMC — Movimento de Mulheres Camponesas: Documentação produzida pelo Movimento no decorrer de suas atividades no Oeste de Santa Catarina. Composto por projetos, material de divulgação, panfletos, informativos, relatórios, correspondências, fotografias, depoimentos, material educativo, relação com outras regionais do movimento, documentação de cursos e eventos promovidos pela organização. Não foi iniciado o processo de organização do acervo. (Ver fotografias anexas) Metros lineares: 16.481

- Fundo MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Documentação produzida pelo Movimento no decorrer de suas atividades no Oeste de Santa Catarina. Composto por projetos, material de divulgação, panfletos, informativos, relatórios, correspondências, fotografias, depoimentos, material educativo, relação com outras regionais do movimento, documentação de cursos e eventos promovidos pela organização. Não foi iniciado o processo de organização do acervo. (Ver fotografias anexas) Metros lineares: 29.251,55

Coleções

- Coleção Particular da Família Bertaso: Cartas, fotografias, documentos particulares da família do proprietário da principal colonizadora particular que atuou no oeste de Santa Catarina, no início do século XX
- Coleção Plínio Arlindo De Nês: Composta por aproximadamente 2.500 fotografias que pertenciam a Plínio Arlindo de Nês, empresário que atuou desde a década de 40 na região Oeste de Santa Catarina. Foi secretário junto a Secretaria do Oeste, secretaria de estado para assuntos relativos aos Oeste de Santa Catarina. Empresário do setor madeireiro no período de 1942/1951, foi o fundador do Frigorífico Chapeco em 1952, diretor e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Importante acervo para se pensar o processo de modernização do oeste de Santa Catarina, abertura de estradas, construção de edificações públicas, etc.
- Coleção de processos judiciais: Processos judiciais da área civil e inquéritos, armazenada em 350 cinquenta caixas poliondas. Possibilidade de pesquisas relevantes a exemplo das questões de terra, suicídios, acidentes de trânsito, entre outros, compreende o período entre a década de 70 e 80. Acervo 100% higienizado e acondicionado. 50% em banco de dados.
- Coleção Fundeste: Trata-se de parte do acervo documental da própria Universidade. Neste acervo encontram-se aproximadamente 3.000 fotografias referentes aos eventos realizados na universidade entre os anos de 1972 aos dias atuais. Em fase de organização a partir de plano de classificação funcional.
- Coleção Cidade de Chapeco: Esta coleção é composta por 270 fotografias desde o período de 1930 até os dias atuais, clivagens de jornais, informativos, folders, cartões postais, planos de desenvolvimento. Organizada a partir de plano de classificação temático.
- Coleção Municípios do Oeste Catarinense: esta coleção é composta por 2.000 fotografias aproximadamente, clipagens referentes aos municípios da região e documentos localizados e reproduzidos a partir do projeto PEC — Patrimônio, Escola Comunidade, do CEOM, que desenvolve pesquisa sobre histórias municipais. A documentação fotográfica está passando pelo processo de digitalização, o que facilita a pesquisa, e evita que os pesquisadores a manuseiem "indevidamente". Os demais documentos são localizados a partir de listagem e através da indicação da coleção na estante.
- Coleção Etnias: Clipagens, textos e fotografias de indígenas, negros, italianos, alemães e caboclos, principais etnias que compõem o Oeste de Estado.

- Coleção COALC: Companhia do Álcool de Chapeco: Fundada na década de 1980. Temos em nosso acervo atas e ofícios referentes a implantação da usina de Álcool Carburante de Chapecó um empreendimento da Prefeitura com a CODEC.
- Coleção de Histórias Orais: O acervo de história oral do CEOM, teve seu início no ano de 1989 e possui hoje aproximadamente 412 entrevistas ligadas a temática regional, possibilitando assim ao pesquisador um melhor enfoque sobre o Oeste Catarinense. Dentre os assuntos de maior destaque estão o período de colonização, a cultura cabocla, os grupos indígenas, os balseiros, cidade de Chapeco, e temas envolvendo o histórico de diversas cidades do Oeste. Histórias transcritas, catalogadas. Busca através do método unitermo, por assunto e onomástico e através de listagem alfabética dos entrevistados.
- Coleção de Fotografias Temáticas: Composta por fotografias organizadas em torno de diferentes temas, tais como: museus regionais, arqueologia, mulheres agricultoras, balsas e balseiros no Rio Uruguai, Crianças, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra entre outras. Higienizadas, acondicionadas e com plano de classificação.
- Coleção de Audiovisuais: Composta por 96 fitas de vídeo relacionadas a colonização, museus, arqueologia, indígenas
- Coleção Antônio Selistre de Campos; juiz que atuou na cidade de Chapeco no período de 1931 a 1957. Em 1939. Juntamente com Ernesto Francisco Bertaso, Vicente Cunha e Cid Loures Ribas funda o jornal A Voz de Chapeco – Seminário (Semanário) Independente, primeiro jornal do município. Faz parte do acervo: artigos escritos pelo juiz sobre a cidade, região, população indígena, política local e nacional, fotografias, documentos pessoais.

Coleção Bispo Dom José Comes. Bispo atuante, foi presidente do CIMI – Conselho Indigenista Missionário e da CPT - Comissão Pastoral da Terra, vinculado à Teologia da Libertação se construiu como um símbolo de luta e incentivo aos movimentos sociais no Oeste de Santa Catarina em virtude de seu apoio. O acervo é composto de entrevistas, fotografias, sermões e clípagem de jornais.

- Hemeroteca

Composto por clípagens temáticas, jornais locais e revistas nacionais. Esse acervo é de extrema importância, pois possibilita análise da linguagem, costumes, aspectos culturais e políticos da sociedade regional em diversos períodos, contribuindo no enriquecimento de pesquisas científicas e culturais

O CEOM e o único programa do gênero, que articula preservação de acervos de diferentes suportes, que fazem parte do patrimônio cultural regional e que desenvolve trabalhos de pesquisa, educativos e de publicação, a atuar na região Oeste de Santa Catarina. Um programa que faz parte, por si só, da contrapartida social que a UNOCHAPECO mantém na região de sua abrangência e que é sustentado por seus alunos, professores, funcionários e instituições públicas e, que preza pelo desenvolvimento de seu programa de trabalho dentro de suas condições objetivas.

Sempre foi de interesse do CEOM desenvolver parcerias com instituições públicas com vistas a mapear, preservar e divulgar o patrimônio cultural municipal e regional, além do trabalho abrangendo público maior. Nesse sentido, houve tentativas de parceria com o poder público municipal, sendo elas:

01 - Reestruturação do Museu Municipal Antonio Selistre de Campos entre os anos de 1998 a 1999, com a participação de uma estagiária paga pela Universidade e historiadores do Centro de Ciências Humanas e Sociais, sem qualquer custo a Prefeitura Municipal de Chapeco. Funcionou razoavelmente bem durante o período, com proposta expositiva e grande visitação de público. Esse trabalho deveria ter continuidade, o que não aconteceu, em virtude da carência de infraestrutura por parte do poder público municipal.

02 - Após a cedência do espaço físico que abriga atualmente o CEOM, foram organizados mutirões de trabalho para a catalogação do acervo das peças do Museu Municipal e uma estagiária do CEOM dedicou-se a esta atividade durante três meses consecutivos. Apenas as peças da reserva técnica não passaram pelo processo de catalogação.

03 - Durante a EFAPI, o CEOM concebeu e executou a montagem de exposições temporárias que funcionaram durante toda a feira, no espaço do museu, com monitores cedidos pelo CEOM.

04 - Com relação ao Arquivo Público, o CEOM fez diagnóstico solicitando reformas emergenciais visando a preservação do acervo.

- os estagiários do CEOM colaboraram, em forma de mutirão, com funcionário da prefeitura na organização de parte do espaço de trabalho.
- O CEOM se propôs a colaborar com a higienização e pré-organização do acervo correspondente às décadas anteriores a de 1970.

Através desse breve relatório de atividades já desenvolvidas e tentativas de trabalho junto a Prefeitura Municipal de Chapeco, sinalizamos a possibilidade de diversas parcerias entre o Poder Público Municipal e o

CEOM, desde que a prefeitura consiga assumir compromissos mínimos, uma vez que os recursos de manutenção do CEOM já são limitados para o desenvolvimento de todas as suas atividades. Ressaltamos também, que um dos trabalhos que pretendemos desenvolver nesse ano de 2005, é o de sensibilização das administrações públicas regionais para com a política pública relativa ao patrimônio cultural, visando a melhor qualidade de vida de seus munícipes e a valorização da vida humana nas cidades. A Universidade não tem como assumir para si responsabilidades do serviço público, mas sim auxiliar, propiciar e devolver a comunidade o que nela e através dela é produzido. Sendo assim, nossa proposta de parceria necessita ser condizente com nossas possibilidades de atuação. O que segue são ideias que necessitam de melhor maturação para tomarem-se viáveis:

- Assessoria na reestruturação do Museu Antonio Selistre de Campos e outros museus históricos e étnicos: catalogação e identificação do acervo, organização de exposição temática, capacitação mínima de profissional para atender ao Museu em tempo integral, noções de higienização, acondicionamento, reserva técnica, concepção e execução de exposição.
- Inventário do Patrimônio Cultural do Município (material e imaterial);
- Pesquisa histórica, localização e produção de fontes documentais para construção de narrativas sobre o município; • Assessoria na reestruturação do Arquivo Público Municipal: organização, catalogação, restauração, acondicionamento do material anterior a 1970. Elaboração de prospecto informativo cultural para utilização em espaços de circulação do município: rodoviária, aeroporto, museus, galerias, hotéis...
- Assessoria na regulamentação de processos de tombamento através de legislação municipal.

## ANEXO 2 – CATÁLOGO CADERNOS DO CEOM

### **Catálogo**

#### **Cadernos do Ceom nº 1/2– ano 04 1989**

- ☐☐ Síntese histórica da região oeste – Santo Rossetto;
- ☐☐ Oeste Bravio – Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz;
- ☐☐ Síntese Pré-histórica do Oeste – Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz.

#### **Cadernos do Ceom nº 3**

- ☐☐ Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli.

#### **Cadernos do Ceom nº 4**

- ☐☐ Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950) – Eli Maria Belani.

#### **Cadernos do Ceom nº 05, ano 03 1988**

- ☐☐ O que é cultura – Santo Rossetto;
- ☐☐ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense : um novo movimento social – Teresa Kleba Lisboa;
- ☐☐ Movimento do Contestado: o jogo de alianças e rupturas das frações dominantes - Arlene Renk.

#### **Cadernos do Ceom nº 06, ano 04 1989**

- ☐☐ Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense - Wilmar da Rocha D'Angelis.

#### **Cadernos do Ceom nº 7, 1991**

- ☐☐ As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos “brasileiros” – Arlene Renk;
- ☐☐ Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli (2ed).

#### **Cadernos do Ceom, nº 8, ano 06 1992**

- ☐☐ Revisão bibliográfica crítica sobre organização social – Juracilda Veiga.

#### **Cadernos do Ceom, nº 09 – Companhias colonizadoras e a Luta pela Terra – ano 09 1995**

- Apresentação - Arlene Renk;
- ☐☐ Processo de Colonização no Oeste de Santa Catarina: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil - Alceu Antonio Werlang;
- ☐☐ A luta pela terra: sentidos da participação - Elisete Schwade.

#### **Cadernos do Ceom, nº 10 – Estudos de História Política Regional – ano**

#### **10 set. 1996**

- Apresentação - João Paulo Strapazon;

- □ Eleições e poder local: as disputas em Pinhalzinho (1961-1992) - Waldir José Floss;
- □ Os partidos políticos e as tendências eleitorais de Chapecó - Mônica Hass;
- □ Aspectos básicos da formação política integralista em São Carlos - Marcelo Werle;
- □ O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 a 1992 no Oeste de Santa Catarina - Mônica Hass.

**Cadernos do Ceom, nº 11 – Colonização do Oeste: cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos – ano 13 ago.1999**

- □ Colonização do Oeste: cotidiano e experiências de migrantes e imigrantes teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e teuto-russos.

**Edição Comemorativa 10 anos do CEOM (conteúdo publicado nos Cadernos nº 1 a nº 8.) 1995**

Apresentação - Hilda Beatriz Dmitruk;

- □ Síntese histórica da região oeste – Santo Rossetto;
- □ Ocupação pré-histórica do oeste catarinense – Hilda Beatriz Dmitruk;
- □ Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli;
- □ Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950) – Eli Maria Bellani;
- □ Para uma história dos índios do oeste catarinense: as representações dos brasileiros – Arlene Renk;
- □ Revisão Bibliográfica Crítica sobre Organização Social Kaingang – Juracilda Veiga.

**Cadernos do Ceom nº 12 – Educação Patrimonial e Fontes Históricas – ano 14 dez. 2000**

Apresentação - Arlene Renk;

- □ História Oral: que história é essa? - Kênia de Souza Rios;
- □ Fontes orais e escritas - Telmo Marcon;
- □ Olhares sobre o Tejo - Eliana Almeida de Souza Rezende;
- □ Literatura, História e Leitor - Valdir Prigol;
- □ La História familiar y comunitária como História Social - José Ignacio Gonzáles;

☐☐Descobrir, coletar, preservar: aspectos da História dos Museus - Elizabeth

Tamanini;

☐☐Modos de ver Museu: Comunicação - Maria de Lourdes Parreiras Horta;

☐☐Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais -

Evelina Grunberg;

☐☐Programa PEC: de qual história e de que patrimônio falar? - Hilda Beatriz Dmitruk;

☐☐A Educação Patrimonial como parte do programa “Arca de Noé” - Maria Elizabeth

Pereira Rego.

### **Caderno do CEOM nº 13 – Religiosidades – ano 14 jun. 2001**

Apresentação - Carlos Alberto Steil;

☐☐As devoções populares, novas indagações de uma pesquisa das Ciências da Religião

- Fernando Torres-Londoño;

☐☐O sangue da terra: tramas do sagrado no espaço de Juazeiro - Francisco Régis Lopes

Ramos;

☐☐A Igreja Católica e o Movimento dos Monges Barbudos - Henrique Kujawa;

☐☐A relação da Reforma Católica com o Catolicismo Popular Caboclo no Oeste de

Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958) - Paulo Fernando Diel;

☐☐Perfazendo caminhos de singularidade - Marcos Batista Schuh;

☐☐Entre águas, galhos e rosários: práticas e experiências das mulheres benzedeiros em

Xaxim - Neiva Marinho Moreira e Juçara Nair Wollf;

☐☐Espiritismo, utopia e conciliação social - Artur Cesar Isaia;

☐☐A fé que civiliza: os embates entre protestantes e católicos na imprensa cearense,

em meados de 1880 - Robério Américo do Carmo de Souza;

☐☐Etnografia sobre o ritual da Igreja Universal do Reino de Deus - Adiles Savoldi;

☐☐“Sobre Fiéis”: Assembléia de Deus em Chapecó - Josiane Roza de Oliveira.

### **Caderno do CEOM nº 14 – Campo e Cidade – ano 15 dez. 2001**

☐☐Camponeses no Oeste Catarinense - Odilon Luiz Poli;

□□Modernização da agricultura e difusão dos Clubes 4S no Oeste Catarinense –

Claiton Marcio da Silva;

□□Experiências de trabalhadores rurais em parceria - Elison Antonio Paim, Gentília

Gertrudes Casagrande e Narciso Furlan;

□□Cidades em Santa Catarina nos anos 30 e políticas de assistência: possibilidades

para pesquisa em história - Cynthia Machado Campos;

□□Coca-cola, cinema e Black-out: Fortaleza nos anos 40 – uma cidade em tempo de

Guerra - Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho;

□□A “civilidade” chegando a Jacobina - Vanicléia Silva Santos;

□□O movimento do Rap: do Bronx a Florianópolis - Ângela Maria de Souza;

□□Assembléia de Deus: construindo territorialidades - Josiane Roza de Oliveira;

□□As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó - Rosa Salette Alba;

□□Maravilha: caminhos e descaminhos da ocupação do espaço urbano na década de 80

- Elison Antonio Paim, Neusa Weschenfeld Risso e Teresinha Nardini.

**Caderno do CEOM nº 15 – Migrações e Organizações Sociais – ano 16 jun. 2002**

Apresentação - Arlene Renk;

□□Cada um é cada um: o que significa ser coletor de papel na cidade? (trabalho e

sobrevivência de papeleiros em Uberlândia – MG) - Ana Magna Silva Couto;

□□Organizações econômicas populares no Oeste de Santa Catarina: problematizando

experiências de economia solidária em construção - Liliane Mozer;

□□Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a

organização e reação frente à crise dos anos 70 - Odilon Luiz Poli;

□□Migração e luta pela terra: serranos em Florianópolis – SC (1970-80) – Adriano

Larentes da Silva;

□□Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica e religiosamente homogênea no

Extremo Oeste Catarinense: Porto Novo (Itapiranga) - André Carlos Werle;

☐☐ A comunidade de luteranos alemães de Niterói: memória e identidade - Agnes

Cristina Wiedemann Lang;

☐☐ Para ter o futuro da gente: migrações catarinenses para a grande Porto Alegre

(1970-1989) - Gerson Wasen Fraga;

☐☐ Chapecó no contexto da migração campo/cidade - Rosa Saete Alba e Verenice

Fátima S. dos Santos;

Seção Expressões e Experimentos

☐☐ Retratos do abandono rural - Iunes Luiz Ferraz.

**Caderno do CEOM nº 16 – Representações do corpo e da morte – ano 16 dez. 2002**

Apresentação - Denise Bernuzzi de Sant'Anna;

☐☐ Algumas considerações acerca da representação moderna da morte e do corpo –

Sérgio Luís Persch;

☐☐ Corpos excluídos e indesejáveis - Luís Soares de Camargo;

☐☐ Formas de bem morrer: intimidade fúnebre em Serrote (memórias de um mundo

rural) - Jairo Soares Rios Júnior;

☐☐ Se deixar a droga levar, bah! Etnografias das sensações e do percurso das drogas no

corpo de usuários porto-alegrenses - Fernanda Delvalhas Piccolo;

☐☐ Transgressão e Domesticação: a tatuagem contemporânea como ritualização das

Aparências - Débora Krischke Leitão;

☐☐ Povo desenvolvido é povo limpo: o controle do corpo do jovem rural através dos

clubes 4S – SC (1970-1985) - Claiton Marcio da Silva;

☐☐ Representações da morte em Tomás de Celano - Andréia Cristina Lopes Frazão da

Silva e Elisabeth da Silva Passos;

☐☐ Hierarquia e morte nas terras baixas platinas - Saul Eduardo Seiger Milder, Lucio

Lemes e Carlos Augusto Zimpel Neto;

☐☐ Arqueologia da Morte: enterro de índio, vida de jesuíta, história que se escreve em

Cacos - André Luis R. Soares e Saul Eduardo Seiger Milder

**Caderno do CEOM nº 17 – Memória Social Parte I e II – ano 16  
jun. 2003**

Apresentação – Mário Chagas;

☐☐Parte I - O fardo da história e o dever de lembrar - Antonio Luiz Macêdo e Silva

Filho;

☐☐Testimonio, memória y responsabilidad: reflexiones a propósito de “Los vencidos

Del horror: los otros testigos” - Florencia Paula Levín;

☐☐Sara y Simón o la reconstrucción del pasado: el problema de la verdad en la

escritura de la historia del tiempo presente - Eugenia Allier Montañó;

☐☐História e memória na era das comemorações - Antônio Fernando de Araújo Sá;

☐☐Memória Social e materialidade: reflexão sobre a constituição da memória nacional

- Rodrigo Aldeia Duarte;

☐☐História e memória - Márcia Maria Menéndez Motta;

☐☐Herança de Disciplina: a memória social do ruralismo sobre os trabalhadores rurais

no estado do Rio de Janeiro (1900-1920) - Manoela Pedroza;

☐☐Telenovela e Memória Social - Roberta Manuela Barros de Andrade;

☐☐Memória Organizacional - Marinina Gruska Benevides;

☐☐Parte II – Chapéu de couro Pontocom: um sertãozinho de si - Lúcia Arraes Morales;

☐☐Sobre a água e outras correntezas: memórias da seca no Ceará - Kênia Sousa Rios;

☐☐Com Quantas memórias se faz o sagrado? Narrativas e narradores da “Nova

Jerusalém” - Francisco Régis Lopes Ramos;

☐☐Festa de Nossa Senhora do Rosário em Buraco Escuro (MG): memória e espaço em

uma comunidade mineira - Andréia Lúcia da Silva de Paiva;

☐☐O passado no presente de um povo: os Aranã em processo de emergência étnica -

Vanessa Caldeira;

☐☐Memória e consciência: narrativas individuais e experiências sociais (trabalhadores

urbanos – costumes, práticas e valores) – Ana Magna Silva Couto;

□□ Memória Social e arquitetura do século XIX: representações de opulência e poder

na sede da Fazenda do Pinhal – Rio Claro (SP) - Sandra Pelegrini;

Seção Expressões e Experimentos

□□ Migrações internas a partir de uma carta - Martin Norberto Dreher;

□□ Memórias do nascimento do poema - Valdir Prigol;

□□ “In Memoriam” - Sandra Abello;

Resenhas

□□ Os discursos legitimatórios sobre a pobreza na Europa industrial – Sonia

Ranincheski;

□□ A euforia ocidental da felicidade - Ana Maria Marques;

□□ Religiões afro-brasileiras em Santa Catarina: as estratégias vitoriosas - Rita Amaral.

**Caderno do CEOM nº 18 – Arqueologia e Populações Indígenas – ano 17 dez.**

**2003**

Apresentação – Pedro Paulo Funari;

Artigos

□□ História Petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro – Lúcio

Menezes Ferreira;

□□ Arqueologia e História: estudo de um aldeamento jesuítico no Rio de Janeiro –

Nanci Vieira de Oliveira;

□□ Expedições Arqueológicas em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil:

resultados das prospecções realizadas entre 1996 e 1997 – Helder Alexandre

Medeiros de Macedo;

□□ Arqueologia Experimental e ensino da arte – Eduardo Dutra;

□□ O Sítio Lito-Cerâmico SC-AG-40: mais uma peça do quebra-cabeça da arqueologia

Kaingang no sul do Brasil – Ana Lúcia Herbets, Silrlei Elaine Hoeltz, Adelson

André Brüggeman e Solange Bezerra Caldarelli;

□□ Arqueologia e Educação: uma análise no Oeste de Santa Catarina – Mirian

Carbonera;

□□ Habitação e acampamento Kaingang hoje e no passado – Wilmar R. D’Angelis e

Juracilda Veiga;

□ □ Conflitos Étnicos no Oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá'i

– Protásio Paulo Langer e Valdir Cemin;

□ □ Repensando os discursos e imagens sobre os indígenas – Hilda Beatriz Dmitruk;

Seção Expressões e Experimentos

□ □ Fontes publicadas para a história do Guairá e de suas populações indígenas:

1538-1650 – Francisco Silva Noelli e Jane Aparecida Trindade;

□ □ Arqueologia com humor através das charges – Alex Carlos T. dos Santos;

Resenha

□ □ A Herança Imaterial – Fernanda Bem.

**Caderno do CEOM nº 19 – Trabalho e Lazer – ano 17 jun. 2004**

Apresentação - Silvana Winkler;

Artigos

□ □ Nas Interfaces do trabalho, emprego e lazer – Leila Maria da Silva Blass;

□ □ As Categorias: trabalho e brincadeira no candomblé – Maria Alice Rezende

Gonçalves;

□ □ Entre o trabalho e o lazer: resgatando um aspecto da produção social dos espaços

lúdicos em São Paulo – Carlos Augusto da Costa Niemeyer;

□ □ A Escola de Urbanismo Ecológico na alfabetização para o discurso e a prática de

planejamento e gestão em Curitiba: na reza da cartilha, que vem antes, lição ou

aprendizado? – Alexandre Maurício Matiello;

□ □ Cultura Urbana de Fortaleza: reflexões sobre o lazer – Mirtes Freitas;

□ □ Trabalho, lazer e marginalidade: meninos e meninas trabalhadores da estação

ferroviária de Criciúma (SC) – Dorval do Nascimento;

□ □ Trabalho e gestão de si: uma proposta da Ergologia – Maria Elisa Siqueira Borges e

Adilson Dias Bastos;

□ □ O Caminho das Pedras: organização e sobrevivência de carregadores de

mercadorias em Uberlândia(MG) – Luzia Márcia Resende Silva;

□□ Educação e trabalho: relações estabelecidas na escola da Sadia Avícola de

Chapecó(SC) – Nilcéia de Oliveira e Elison Antônio Paim

**Caderno do CEOM nº 20 – Imagens e Linguagens – ano 17 dez. 2004**

Apresentação - Vilson Antonio Cabral Jr.;

Artigos

□□ Walter Benjamin e as memórias de si em infância em Berlim por volta de 1900 –

Bruno Flávio Lontra Fagundes;

□□ O aprendizado não-formal de História do Brasil – o caso da publicidade – Luis

Fernando Cerri;

□□ Contestado: tropos, roteiros, imagens e linguagens – Arlene Renk e Adiles Savoldi;

□□ Memória do Cangaço: a impossibilidade de uma história exata – Meize Regina de

Lucena Lucas;

□□ Stravinsky e a Poética Musical – Marcelo de Andrade Pereira;

□□ Devaneios coletivos no Cine Coliseu: reflexões sobre o processo de construção de

um vídeo etnográfico – Gianpaolo Adomilli, Nicoli Reis e Soraya Fleischer;

Entrevista

□□ Feixe de Paradoxos: reflexões sobre o corpo com Denise Bernuzzi de Sant'Anna;

Seção Expressão e Experimentos

□□ Viagem Encantatória: os trabalhadores de Sebastião Salgado e o momento decisivo

– Simone Mesquita;

□□ Dentro de tempo fora em confabulários sem nó – Marcos Batista Schuh;

Resenhas

□□ Nosso Vizinho Kaingang – Jó Klanovicz;

□□ Educação, articulação e complexidade por Edgar Morin – Elza Antonia Spagnol

Vanin;

□□ Outro livro ou outro leitor – Susana Cesco.

**Caderno do CEOM nº 21 – Museus: pesquisa, acervo, comunicação**

Apresentação - Josiane Roza de Oliveira;

Artigos

□□ Museu, museologia e pensamento social brasileiro – Mário de Souza Chagas;

□□ Museologia: marcos referenciais – Marília Xavier Cury;

□□ Cultura Material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia -

Manuelina Maria Duarte Cândido;

□□ Expondo o passado: as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional durante o Brasil

Império (1876 a 1889) – Johnni Langer;

□□ A peleja do tempo nas memórias do caldeirão – Francisco Régis Lopes Ramos;

□□ O Museu de Telecomunicações de Pelotas: a trajetória de um projeto – Maria

Letícia Mazzuchi Ferreira, Francisca Ferreira Michelon e Fabio Vergara Cerqueira;

□□ Memória e poder: as representações do poder através de uma exposição de longa

duração – Noris Mara Pacheco Martins Leal;

□□ Museus enquanto aparelhos ideológicos de Estado: algumas reflexões – Katianne

Bruhns;

□□ Mais ou menos três reflexões para um Museu de Arte Contemporânea no século

XXI - Gedley Belchior Braga;

□□ A conservação dos acervos no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville –

MASJ - Adriana Maria Pereira dos Santos;

□□ Estudo sobre a conservação de instrumentos científicos históricos no Museu de

Astronomia e Ciências Afins – MAST – Marcus Granato, Leandro Rosa dos Santos

e Luiz Roberto M. de Miranda;

□□ Exposição itinerante “Afinal, o que é Arqueologia?”: experimentando a inclusão

social - Gerson Machado e Flávia Cristina Antunes de Souza;

□□ A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de

Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – Camilo de Mello

Vasconcellos;

Entrevista

☐☐ O trabalho com o abandono: entrevista com a museóloga Maria Cristina Oliveira

Bruno;

Resenhas

☐☐ Jornalismo encadernado – Luís Fernando Rabello Borges;

☐☐ O pêndulo da história – Cândico Moreira Rodrigues;

Seção Expressão e Experimentos

☐☐ A Visão da Obra de Arte em “O Museu Darbot” – Fabiana Fidelis;

☐☐ Macabéia: um mito na grande cidade – Átila Tolentino;

☐☐ Campina Grande: olhares multifacetados de sua arquitetura – Vinícius Lima Duarte.

**Caderno do CEOM nº 22 – Arquivo: pesquisa, acervo, comunicação**

Apresentação - Maria de fátima Guimarães bueno;

Artigos

☐☐ Experiência humana e narrativa – a questão da preservação da memória por

intermédio dos acervos orais – Cleusa Graenbin, Rejane Penna;

☐☐ A preservação da memória e as universidades os Arquivos das Santas Casas de

Misericórdia do Brasil – Yara Aun Khoury;

☐☐ Acervos de bibliotecas e bibliotecas do Paraná: fontes para a História da Educação -

Maria Cecília Martins de Oliveira e Valter André Jonathan Osvaldo Abbeg;

☐☐ Arquivos no presente: o lugar da História – Janice Gonçalves;

☐☐ O planejamento em unidades arquivísticas: uso da técnica SWOT na elaboração do

diagnóstico estratégico – Rogério Henrique de Araújo Júnior;

☐☐ Relações entre a construção de memórias e mitos locais e a prática política:

observação da manutenção e uso de acervos documentais municipais durante o

projeto DIGIFOTO/CNPQ - Darcilene Sena Rezende e André Porto Lopes;

Comunicações

☐☐ Arquivologia e história: exemplos de aprendizagem e interdisciplinariedade na

experiência. No projeto DIGIFOTO/CNPQ – André Porto Lopes e Darcilene Sena

Rezende;

□□ Santa Fé e seus habitantes: identidade e fotografia – Joubert Paulo Teixeira;

□□ Arquivos jornalísticos: impressões de uma memória – Fábio Ronaldo da Silva,

Rodrigo Lima Nunes e Rosilene Dias Montenegro;  
Painel

□□ A tradição e os novos desafios para a conservação/preservação das informações

arquivísticas – Miriam Paula Manini;

□□ A preservação da informação – Sergio Conde de Albite Silva;

□□ A reformatação numa encruzilhada de alternativas – Maria Luísa Cabral;

□□ Gestão, preservação e acesso a documentos digitais: patrimônio cultural e

diversidade – Pedro Paulo A. Funari;

□□ Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para a

preservação – Solange Zuñiga;

□□ O projeto de conservação preventiva em bibliotecas e arquivos e a formação dos

profissionais em conservação no Brasil: necessidades e perspectivas – Ingrid Beck;

Expressões e Experimentos:

□□ Chapecó na lente de Luiz Palma: a década de 1940 – Julio Cesar Farias.

**Cadernos do CEOM nº 23 – CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**

Apresentação - Telmo Marcon;

□□ Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória – Elison Antonio Paim;

□□ A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros – Arlene

Renk;

□□ Balsas e balseiros no Rio Uruguai – Eli Maria Bellani;

□□ Ocupação pré-colonial do oeste catarinense – Hilda Beatriz Dmi-truk;

□□ Caboclo: pioneirismo e marginalização – Jaci Poli;

□□ Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang – Juracilda Veiga;

□□ Síntese histórica da região oeste – Santo Rosseto;

□□ Para uma história dos índios do oeste catarinense – Wilmar da Rocha D’Angelis.

**Cadernos do CEOM nº 24 – Cultura Material**

Apresentação - Ana Lúcia Vulfe Nötzold;

Artigos

□□ Cultura material e civilização: a exposição antropológica de 1882 – Johnni Langer e

Luiz Fernando Rankel;

□□ Artesanato Kaingang: entre usos e desusos da cultura material – Talita Daniel

Savoro, Ninarosa Mozzato da Silva e Ana Lúcia Vulfe Nötzold;

□□ Olhares sobre a terra indígena Xaçecó: municípios de Ipuacú e Entre Rios/SC -

Adiles Savoldi;

□□ Dentro do pote de barro: reflexões sobre os enterramentos Guaranis através de sua

cultura material – Letícia Morgana Müller;

□□ Utilização dos Ferrões de Raias pelos Grupos de Pescadores-Coletores do litoral de

São Paulo – Manoel M. B. Gonzales;

□□ A ocupação Guarani no Vale do Taquari/RS: notas prévias sobre as pesquisas

arqueológicas – Neli T. G. Machado, Patrícia Schneider, Jones Fiegenbaum e

Marlon Welp;

□□ Patrimônio cultural na Cidade Moderna E Educação – Fatima Faleiros Lopes;

□□ A laboriosa domesticação do estranho: uso e consumo de objetos elétricos em

Fortaleza (1945-65) – Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho;

□□ “Há Liras de Orfeu em todos os automóveis”: as feiras automobilísticas e as

seduções do automóvel em São Paulo, nos anos 20 - Marco Antônio C. Sávio;

□□ História e imagens: o acervo iconográfico de José Boiteux e a memória visual de

Florianópolis – Felipe Matos e Maria Teresa Santos Cunha;

□□ Cultura material religiosa no acervo do Museu Anchieta – João Luiz Fukunaga e

Silvia Muto;

□□ As roupas de crioula no século XIX, e o traje de beca na contemporaneidade: uma

análise museológica – Juliana Monteiro, Iuzia Gomes Ferreira e Joseania Miranda

Freitas;

□□ O espaço escolar: ambiente e ambiências nas crônicas da “Página de Educação” (1930-1933) – Jussara Santos Pimenta;

□□ Espaços de leitura – Patrícia Coelho;

□□ O material pedagógico na educação paraibana: o livro de leitura no ensino primário

- Fabiana Sena da Silva;

Entrevista

□□ Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignácio Schimitz -

Mirian Carbonera;

Resenhas

□□ Epopéia colonial - Lúcio Menezes Ferreira;

□□ História do livro, da leitura e da cultura escrita - Elizabete Amorim de Almeida

Melo;

Seção Expressões e Experimentos

□□ O sentido da comemoração: VI Semana Cultural da Terra Indígena Toldo

Chimbandue - Andrezza Bazzi, Alexandra Klaus, Carla Damer, Cassiano Berving,

Denise Argenta, Eliziane Ecker, Elison Antonio Paim, Enelise Pansera, Ezequilela

Listone, Leandro Gasperin, Lucas Franceschi, Miriam Carbonera e Patrícia Heffel;

□□ Janela, um vidro contemporâneo - Luíz Fernando Rabella Borges;

□□ A vida em nosso tempo - André Luiz Onghero.

**Cadernos do CEOM nº 25 – Narrativas**

Apresentação - Eliana Almeida de Souza Rezende;

Artigos

□□ Narrativa cinematográfica: sensibilidades em territórios contemporâneos – Célia

Toledo Lucena;

□□ Narrativas de (e) trajetórias masculinas no Serviço Social: “uma profissão nova para

almas grandes” - Edilane Bertelli;

□□ Documentário e suas narrativas: uma visão autoral da história da região Oeste

Catarinense - Daniela Farina;

□□ Trajetórias e narrativas de trabalhadores em Programa de Geração de Trabalho e

Renda em Chapecó/SC - Liliane Moser;

□□ Namorar, noivar e casar: narrativas de mulheres “italianas” de Ca-xambu do Sul nas

décadas de 1930 e 1960 - Jussara Odete Corrêa, Zuleika Zamoner e Eli-son Antonio

Paim;

□□ Um tempo das cartas e o tempo das experiências: a conversão como enredo

(Reduções Jesuítico-Guaranis, no século XVII) - Eliane Cristina Deck-mann Fleck;

□□ Telenovela brasileira: do melodrama à sátira social - Ana Maria de Medeiros;

□□ Contatos e fricções entre história e mitos: um diálogo possível entre Meyerson, Lévi

- Strauss, Vernant e Détienne - Luiz Alberto Couceiro;

□□ Estratégias e negociações: revisitando o caso de re(conquista) da Praça Fluminense

em 1711 - Carlos Leonardo Kelmer Mathias;

Painéis

□□ Por que vinte anos de memórias e histórias do CEOM - Elison Anto-nio Paim;

□□ CEOM 20 anos: algumas lembranças - Pedro Francisco Uczai;

□□ O projeto “Resgate da Memória do Oeste” – 1994-1995 - Monica Hass;

□□ Relações entre Memória e História ou de quando Clio se sobrepôs a Mnemosine -

Elison Antonio Paim;

□□ Breve crítica aos estudos da história da imprensa - Luís Fernando Rabello Borges;

□□ Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação Oeste Catarinense - Ri-nilda Vicenzi;

□□ Colonização e crime no Oeste de Santa Catarina: processos-crime enquanto evidências - Délcio Marquetti;

□□ Antonio Selistre de Campos e as questões indígenas no Oeste de Santa Catarina -

Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi;

☐☐Trabalhadores da indústria frigorífica: experiências de operários -  
Fernanda Ben;

☐☐Memórias da educação escolar: prospecções e projeções - Maria do  
Carmo Martins;

Resenhas

☐☐Paris ainda é uma festa - Felipe Matos;

Seção Expressões e Experimentos

☐☐Crônicas - André Luiz Onghero.

### **Cadernos do CEOM nº. 26 – Educação Patrimonial**

Apresentação - Maria Carolina Bovério Galzerani;

Artigos

☐☐As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios  
brasileiros -

André Luis Ramos Soares, Daiane Tonato Spiazzi, Fabiana de Oliveira,  
Guilherme

Dias;

☐☐Coisas de Goiás, Maria: desvendando novas tendências da preservação  
do

patrimônio cultural no Brasil - Clóvis Carvalho Britto, Maria José da  
Silva

Rezende;

☐☐Entre o passado e o presente: um encontro com a memória através  
dos objetos -

Fábio Vergara Cerqueira, Jezuina Kohl Schwznz, Luísa Lacerda Maciel,  
Mariciana

Zorzi;

☐☐A Educação Patrimonial com um instrumento de preservação e de-  
mocratização da

memória e do patrimônio nos museus - André Luís Ramos Soares, Cristiéle Santos

de Souza, Lisliane Cardôzo, Tales Henrique Albarello;

☐☐Patrimônio cultural: marcas de memória evidenciadas junto ao es-  
paço cidadão

chapecoense - André Luis Bassani, Adriana De Toni;

☐☐Centros artísticos de cultura popular: o popular como consciência e  
renovação

cultural - Marinilse Netto;

☐☐Apontamentos sobre José Antonio de Prado Valladares: “um homem  
de museu” -

Suely Moraes Ceravolo, Daisy Conceição dos Santos;

□□ Ensinar, aprender, defender, preservar: ensino de história local e educação

patrimonial - Idelsuite de Souza Lima;

□□ Educação Patrimonial as áreas das PCHS, Plano Alto e Alto Irani, Santa Catarina -

Elaine Arnold e Ana Lucia Herberts;

□□ Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais - Helena Maria

Marques Araújo;

Painéis

□□ Cidade memória e história: os desafios da produção de conhecimentos

históricoeducacionais - Elison Antonio Paim;

□□ Percepções da modernidade na cidade: professores e alunos produzindo suas visões

- Arnaldo Pinto Junior;

□□ Viver, perceber e agir na cidade de Campinas: o intercâmbio de experiências na

formação profissional - Fátima Faleiros Lopes;

□□ Trabalhando história local: possíveis abordagens - Maria Sílvia Duarte Hadler;

□□ Planejamento: a intenção da aula, uma experiência de capacitação de professores em

Campinas - Aida Rotava Paim;

□□ Discutindo as diferenças em sala de aula - Márcia R. Poli Bichara;

□□ A questão da violência e a produção de conhecimento: violência, história e

educação - Telma Maria Ximenes;

□□ Muitas cabeças, mãos, falas, corpos e corações: viagens pela literatura (dita)

infantil, história e educação - Flavia Izabel Keske Cassemiro e Thaís Otani Cipolini;

Entrevista

□□ Um pouco de história da museologia brasileira: entrevista com a museóloga Magaly

Cabral - Elison Antonio Paim;

Seção Expressões e Experimentos

□□ *Márcia de Souza Santi*;

□□ XXVIII - Nemu - Josette Dambrowski;

□□ O sino de São João - Josette Dambrowski.

**Cadernos do CEOM n.º. 27 – Lutas pela Terra**

Apresentação: Marizete Lucini;

Artigos

□□ Espaço, memória e territorialidade: as terras indígenas em Santa Catarina - Clóvis

Antonio Brighenti, Osmarina de Oliveira;

□□ Gritos no silêncio: a resistência dos ervateiros sul-riograndenses em defesa de suas

posses - Cristiano Luís Cristillino;

□□ A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções - Rodrigo de

Souza Pain;

□□ A diferenciação social no interior do campesinato paraense - Cátia Oliveira

Macedo;

□□ Pedagogia libertadora do MST: entre sonhos de educadores e lideranças – Ramofly

Bicalho dos Santos e Vera Lúcia Sabongi De Rossi;

□□ Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação

popular - Leoni Inêz Balzan Schneider, Elza M. F. Falckembak e Walter Frantz;

□□ Colonização, cultura e território: o caso de Chapecó /SC – Ana Laura Vianna

Villela;

Painéis

□□ Apresentação do projeto “Preservação e valorização do acervo do Ceom –

Patrimônio Cultural do Oeste de Santa Catarina: conhecimento, cidadania e inclusão

social” - Elison Antonio Paim;

□□ Preservação e valorização do acervo do Ceom – Patrimônio Cultural do Oeste de

Santa Catarina: conhecimento, cidadania e inclusão social/ A organização dos

acervos - Ademir Miguel Salini, Mirian Carbonera e estagiários do CEOM;

□□ Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina - Elison Antonio Paim,

Sirlei Antoninha Kroth Gasparetto;

☐☐ Movimentos: lutas camponesas no oeste Catarinense - Equipe do CEOM;

Resenhas

☐☐ Para além do depoimento: quando o passado “esquece” o presente – Emerson

Dionísio G. Oliveira;

Seção Expressões e Experimentos

☐☐ A luta pela terra em Santa Catarina - Álvaro Santin.

**Cadernos do CEOM nº. 28 – Memória História Educação**

Apresentação - Maria do Carmo Martins;

Artigos

☐☐ Memória, história e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em

ensino de história - Maria Carolina Bovério Galzerani;

☐☐ A presença da história da educação brasileira no arquivo histórico ultramarino: o

trabalho do projeto resgate - Luiz Gustavo Lima Freire;

☐☐ História recente memória e educação: o caso do Uruguai - Federico Alvez Cavanna;

☐☐ Professor Felicíssimo Belino e a primeira escola para os Kaingang: a memória

comparada à história e a história registrando a memória - Ninarosa Moz-zato da

Silva Manfroi e Ana Lúcia Vulfe Nötzold;

☐☐ Cultura escolar nacionalizada - Ginásio Aurora (1938-1945) - Ana Laura Tridapalli;

☐☐ A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo - Maria de Fátima

Guimarães Bueno;

☐☐ A congregação das irmãs de Notre Dame e a educação em Maravilha – SC - Alceu

Antonio Werlang e Vitor Marcelo Vieira;

☐☐ Memórias de professores de Educação Moral e Cívica nas escolas da 11a

Coordenadoria Regional De Educação – SC - André Luiz Onghero;

☐☐ A palavra impressa e encadernada: Os Anais do Museu Histórico Nacional -

Afonsina Maria Augusto Moreira;

☐☐ Grandes escritores e suas histórias de fracasso escolar - Lillian Cristine Ribeiro

Nascimento;

- O movimento a favor da infância no Brasil - Nájela Tavares Ujje,  
Sandra Regina  
Gardacho Pietrobon;
- De volta para o passado? tentando romper as fronteiras do tempo em  
um presente  
comemorativo - Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai;
- Experiências de uma professora-pesquisadora: história e memória na  
educação para  
o melhor conviver - Márcia Regina Poli Bichara;
- Memória e experiência na formação inicial de professoras/es do En-  
sino  
Fundamental - Karen Christine Rechia;
- Questões de gênero e etnia na abordagem metodológica para o en-  
sino de História  
nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Ana Maria Marques;
- Arte e História: a pintura de Bruegel e o ensino de História - Érica  
Ramos Moimaz e  
Ana Heloísa Molina;
- Experiências de uma Educação Patrimonial – Arqueólogo Por Um  
Dia no Vale do  
Taquari/Rio Grande do Sul - Eduardo Relly, Antônio Marcos de Ávila,  
Neli  
Teresinha Galarce Machado;
- Análise das vantagens e desvantagens da LIBRAS como disciplina  
curricular no  
ensino superior - Vanessa Regina de Oliveira Martins;
- As manifestações culturais e o ensino da arte - Aurora Terezinha  
Doering Brustolin;
- Comunicações
- Dispositivos táticos na Segunda Guerra Púnica e a questão do mili-  
tarismo cívico na  
obra de Políbio: uma reflexão acerca do limite normativo do modelo  
ocidental de  
guerra - Henrique Modanez de Sant’Anna;
- Painéis
- Leitura e cidadania: abrindo livros e oportunidades - Elison Antonio  
Paim;
- A leitura assegura cidadania ou a cidadania assegura acesso ao  
mundo da leitura? -  
Marizete Bortolanza Spessatto;

☐☐ Diálogos sobre experiências com leitura, conhecimento e Educação Física:

apontamentos introdutórios... - Ricardo Rezer;

Entrevista

☐☐ Entrevista com Conny Baumgart - Dauto da Silveira.

### **Cadernos do CEOM nº. 29 – Bens Culturais e Ambientais**

Apresentação - Andrea Ferreira Delgado;

Artigos

☐☐ O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio

histórico/cultural no Brasil. - Almir Félix Batista de Oliveira;

☐☐ Bens culturais e ambientais no Oeste Catarinense na perspectiva dos colonizadores -

Jairo Marchesan, Maria Cristina Pansera-de-Araújo, Luiz Mário dos Santos de

Araújo;

☐☐ As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no

Médio Vale do Iguaçu (1884-1920) - Miguel Mundstock Xavier de Carvalho –

Eunice Sueli Nodari;

☐☐ Rotas da colonização: considerações sobre o espaço viário na antiga fazenda Rodeio

Bonito, oeste de Santa Catarina, no início do século XX - Valdirene Chitolina;

☐☐ Vidas em torno do rio: Uma abordagem histórica das relações estabelecidas entre as

populações na região Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul e o

Rio Uruguai - André Luiz Onghero e Lucas Antonio Franceschi;

☐☐ Os Guarani da aldeia Conquista (SC): representações e práticas sociais em relação

ao poder local e ao processo político eleitoral brasileiro - Neusa Maria Sens

Bloemer, Isackson Luiz Cavilha Mendes;

☐☐ Pensando a relação natureza, cultura e História no caso dos Xokleng – Jackson

Alexsandro Peres;

☐☐ O Índio, a aldeia e o urbano na formação sócio-espacial de Chapecó-SC – Janete

Facco, Loivo Lemes e Leonel Piovezana;

□□A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980 -

Cristiane Dias de Melo;

□□A educação ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar – Odete

Catarina Locatelli e Carla D. Hendges;

□□Memória, subjetividades e história oral: um relato de pesquisa - Cezar Karpinski;

Painéis

□□Leitura e cidadania: abrindo livros e oportunidades - Elison Antonio Paim;

□□A leitura assegura cidadania ou a cidadania assegura acesso ao mundo da leitura? -

Marizete Bortolanza Spessatto;

□□Diálogos sobre experiências com leitura, conhecimento e Educação Física:

apontamentos introdutórios... - Ricardo Rezer;

Entrevista

□□Entrevista com Dea Ribeiro Fenelon - Ilka Miglio;

Seção Expressões e Experimentos

□□Viagem a Xapecó - Tico (Josette), Anilson;

□□Olhando ao redor - Seleção de escritos de André Luiz Onghero;

□□Sobre este nada que é tudo - Marcos Bettu, Mariane Kerbes.

### **Cadernos do CEOM nº. 30 – Políticas Públicas: memórias e experiências**

Apresentação – Junia Sales;

Artigos

□□Busca Patrimonial e Políticas Públicas: o caso de São Lourenço do Sul – RS –

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e Roberto Heiden;

□□Política cultural, museus e turismo – Ana Amélia Rodrigues de Oliveira;

□□O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano – Almir Félix Batista de

Oliveira;

□□O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto

norte do estado de Santa Catarina: o caso cooperativa agropecuária regional de

pequenos produtores de Mafra (COARPA) – Remy Corrêa de Andrade Júnior;

- □ Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina – Oscar Rover;
- □ Percepções em torno de uma experiência participativa: a discussão do planejamento estratégico de desenvolvimento urbano (Congresso da Cidade) de Chapecó (SC) 2001 – Mônica Hass;
- □ A inserção social dos conselhos municipais de políticas públicas em Chapecó/SC: aspectos inerentes a trajetória histórica – Dúnia Comerlato, Liane Colli-selli, Maria Elisabeth Kleba, Sandra Lúcia Peretto, Patrícia Savariz e Veridiana da Silva Pinto;
- □ A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Maria Luiza de Souza Lajus;
- □ Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia – conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença – Clovis Antonio Brighenti e Ana Lúcia Vulfe Nötzold;
- □ Políticas públicas para o campo da formação de professores de Educação Física em Santa Catarina: memórias e experiências – Vanessa Bellani Lyra;
- □ Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr – Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari;
- □ Tenente Camargo: a institucionalização de um “herói” regional – Ronaldo Zatta;
- □ Memórias e experiências: mulheres religiosas na Grande Florianópolis – Cristina Tramonte e Clarice Bianchezzi;
- □ Cine Verane – a voz do passado salvaguarda no Museu da Imigração Conde D’Eu – Lizandra Felisbino e Mauricio da Silva Selau;
- □ Apontamentos sobre uma experiência de articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no Paraná – Sandra C. A. Pelegrini;
- □ Ação educativa em museus do Ceará – Alexandre Oliveira Gomes;
- □ Os docentes e a educação patrimonial na escola: elementos para a formulação de

uma política pública – Lucivani Gazzóla e Joviles Vitério Trebvisol;  
 □ □ Formação docente em serviço e construção curricular nas escolas associadas à comissão de educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz – Jéfer-son Dantas.

### **Cadernos do CEOM n°. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas**

Apresentação – Cristiano Simon;

Artigos

□ □ O memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – a busca pela organização da memória e potencialidades de escrita da história da instituição –

Margarida Maria Dias de oliveira e Almir Félix de Oliveira;

□ □ Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais – Yussef Daibert

Salomão de Campos;

□ □ Diagnóstico Museológico: abordagens e práticas no Museu da Imagem e do Som do

Ceará – Manuelina Maria Duarte Cândido;

□ □ Fabricas de doces coloniais de Pelotas (RS): entender o espaço para preservar seu

patrimônio – Roberta Mecking e Margarida Regina Freitas Gonçalves;

□ □ Memória e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo

passado, desafio do presente – Geni Rosa Duarte e Paulo José Koling;

□ □ O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio –

Ricardo de Aguiar Pacheco;

□ □ Entre o museu e a escola: reflexões acerca da experiência de implantação da

disciplina de educação patrimonial e ambiental na rede municipal de ensino do

município de Maracajá – SC – Sibebe Cardoso Borba Machado;

□ □ Educação Jesuíta do Século XVI ao XVIII: a memória do espaço e o espaço da

memória – Luiz Gustavo Lima Freire;

□ □ Relações epistolares: a rede de sociabilidade intelectual de Pedro Nava através das

cartas – Greyce Kely Piovesan;

Painel

- Seminário cultura, memória e Patrimônio no Oeste de Santa Catarina: breves considerações – Elison Antonio Paim;
- Renovação Urbanística da cidade de Roma após o risorgimento: Fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana – Rodrigo Espinha Baeta;
- O patrimônio cultural no licenciamento ambiental: o programa de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da área de influencia direta da UHE Foz do Chapecó – Carlos Eduardo Caldarelli e Ana Lucia Herberts;
- Dr. Jeckyl and Mister Hide ou que educação Patrimonial queremos nos Museus? – André Luis Ramos Soares;
- Educação patrimonial e a preservação de bens históricos: construindo alternativas no diálogo com gestores públicos – Maria de Fátima Guimarães Bueno;
- Espaços de Memória e Educação: interfaces construídas pelo CEOM – Elizon Antonio Paim;
- Patrimônio Natural do Oeste de Santa Catarina e Impactos Ambientais – Gedalva Teresinha Ribeiro Filipini e Joviles Vitório Trevisol;
- A realidade é uma falácia: uma abordagem do cinema documental – Daniela Farina;
- História oral, fontes orais e pesquisa histórica no Oeste de Santa Catarina – André Luiz Onghero e Patrícia Heffel;
- Saberes e fazeres cotidianos – Oficina de memórias – Marinilse Netto;
- A agricultura moderna em Ipumirim – SC (1970-1980) – Marta Biesdorf e Milton C. P. Amador;
- Gente da Terra: percursos teóricos e experiência – Hilda Beatriz Dmitruk;
- A linguagem fotográfica como memória – Sonia Monego;
- Consumo de energia elétrica e impactos ambientais – Aida Rotava Paim, Claudina Salete Valicheski, Deyvid Junior Debastiani, Joelson Oselame Matiello e Lucas Dal

Pra Marques;

□□As marchas da família com Deus pela liberdade: Ideologias e práticas católicas no

Golpe Militar de 1964 – Anderson José Guisolphi;

□□Patrimônio Escola Comunidade: Caxambu do Sul – André Luiz Onghero;

□□Colônia Rio Uruguay: o espaço da família colonial-camponesa entre 1920-50 –

Carlos Fernando Comassetto;

□□Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na

região Oeste Catarinense – Milton C. P. Amador;

□□Interfaces da colonização do Oeste Catarinense: a fazenda Rodeio Bonito

(1920-1954) – Valdirene Chitolina;

Resenha

□□Paternidade e relações de violência intrafamiliar – Tania Regina Zimmermann.

### **Cadernos do CEOM n.º. 32 – Etnicidades**

Apresentação – Maria Aparecida Bergamaschi;

Artigos

□□Inteligente, Dissimulado ou Perverso? O cacique Doble na visão das autoridades

provinciais sul-rio-grandenses (Século XIX) – Ana Lucia Vulfe Nötzold e Sandor

Fernando Bringmann;

□□Sociabilidade dos imigrantes teuto-russos em Aguinhas, São Carlos/SC – André

Luiz Onghero e Mirian Carbonera;

□□Artesanato Quilombola: identidade e etnicidade na Amazônia – Assunção José

Pureza Amaral;

□□Casas de mãos e barro: a arquitetura caiçara de São Sebastião – Clayton Galdino;

□□Etnicidade, Território e Direito Indígena – Clovis Antonio Brighenti;

□□Interpretações sobre a memória da imigração japonesa: uma análise da série de

televisão Haru e Natsu – Ernani Oda;

□□Desafios e perspectivas de um currículo de história promotor das relações étnicoraciais

no Brasil – Crislane Barbosa Azevedo;

□□ As múltiplas faces do estado para os Kaingang do oeste de Santa Catarina – João

Francisco Kleba Lisboa;

□□ Um celeiro de mão-de-obra: trabalho indígena e o processo de civilização no Ceará

(1812-1820) – João Paulo Peixoto Costa;

□□ Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamento e

dimensões identitárias – Manuel Coelho Albuquerque;

□□ Chineses no Rio de Janeiro: notas sobre nação, território e identidade através da

Terra Indígena Xaçupé – Xanxere/SC – Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi;

□□ Nomadismo Cigano: migração dos excluídos – Marta Vanelli;

□□ Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo: a formação da sua identidade

camponesa – Patrício Reichert;

□□ Identidade nacional e design gráfico: discussão através da análise de reclames do

Parque Souza Soares (Pelotas/RS) – Paula Garcia Lima e Francisca Ferreira

Michelon;

□□ Educação das relações étnico-raciais na escola – Paula de Abreu Pereira;

□□ Memória, História e Cidadania – Paulo Renato da Silva;

□□ Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de

representações étnicas – Regina Weber e Patrícia Bosenbecker;

□□ Da maldição do mestiço: relações raciais em Luz em agosto, de William Faulkner –

Sander Cruz Castelo;

□□ Aspectos da Cultura Cabocla: lembranças e esquecimentos – Délcio Marquetti e

Juraci Brandalize Lopes da Silva;

Seção Expressões e Experimentos

□□ Poemas – Wilson Canzi.

**Cadernos do CEOM n.º. 33 – Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó**

Apresentação – Elisa Antonio Paim;

Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó

□□ Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria:

juventude rural de Clubes 4-S durante a ditadura militar na região Oeste de Santa

Catarina (1970-1985) – Claiton Marcio da Silva;

□□ Estados nacionais e povos indígenas: análise da experiência Guarani – Clovis

Antonio Brighenti;

□□ Literatura e história, masculinidades e feminilidades: uma leitura de São Miguel,

um romance de Guido Wilmar Sassi – Fernando Vojniak;

□□ Memória do Acervo Marilandi Goulart e a problemática das coleções advindas das

pesquisas de contrato arqueológico - Mirian Carbonera;

□□ Produção coletiva da história de Xavantina – SC: história, memória e experiência –

Patrícia Heffel e Teresa Machado da Silva Dill;

□□ O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de História da UFSM: envolvimento

de estagiários e orientador – Sandra Agostini;

□□ Civismo comemorando e rememorando: comemorações cívicas no Oeste

Catarinense durante a Ditadura Militar – André Luiz Onghero;

□□ Urbanização das condutas: a constituição discursiva do espaço e do homem urbano

chapecoense (1970-1980) – Fernando Vitória;

□□ Irmãos de São José (1953-1969): a escola feminina de Xanxerê – SC – Vanessa

Picolli;

□□ Educação, religiosidade, colonização: o caso de Maravilha – SC – Vitor Marcelo

Vieira;

□□ A construção da estatua “o desbravador”: materialidade ideológica – Anderson José

Guisolphi;

Artigo

□□ Memórias de um aprendiz – Marcio Macedo;

Painel

□□ Cerceando o campo de minhas memórias na graduação em História! - Anderson

José Guisolphi;

- □ História: trajetória de uma vida – Lucas Antonio Franceschi;
- □ Era uma vez... – Soraya Aparecida Rocha Câmara;
- □ Marcos de uma trajetória: da escola à universidade – Sandra Agostini;
- □ A Graduação em História: algumas considerações para formação acadêmica e profissional associados à memória – Márcio Luiz Rodrigues; Comunicação
- □ As representações da natureza no Velho Xapecó 1930-1950 – Márcio Luiz Rodrigues.

## ANEXO 3 – TABELA ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM CHAPECÓ (1988-2012)



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 1988 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1988 - TURNO ÚNICO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECÓ**

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
11	MILTON SANDER <i>Vice-Prefeito: DILSON CECHIN</i>	PDS	17.289	34,24 %	Eleito
15	ALAN INDIO SERRANO <i>Vice-Prefeito: HERMES IGNACIO PALAORO</i>	PMDB	13.829	27,39 %	Não Eleito
13	JOSE FRITSCH <i>Vice-Prefeito: FRANCISCO DAL CHIAVON</i>	PT	4.781	9,47 %	Não Eleito
17	ALTAIR WAGNER <i>Vice-Prefeito: ELIAS VALMIR BALDISSERA</i>	PDC	3.720	7,37 %	Não Eleito
12	NEMESIO CARLOS DA SILVA <i>Vice-Prefeito: JAIME ANTONIO MIOTTO</i>	PDT	2.266	4,49 %	Não Eleito
	Votos Brancos		8.613	17,06 %	
	Votos Nulos		1.032	2,04 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>51.530</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>57.101</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>5.571</b>	<b>9,76 %</b>	

### Legenda:

PT - Partido dos Trabalhadores

PDS - Partido Democrático Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PDC - Partido Democrata Cristão



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 1992 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1992 - 1º TURNO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECO**

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
25	DILSO CECCHIN Vice-Prefeito: ALDI BERDIAN	PFL - PDC / PDS / PFL	26.148	46,82 %	Eleito
15	ALTAIR JOSE DE MARCO Vice-Prefeito: GUI PEREIRA DOS SANTOS	PMDB - PDT / PMDB	18.124	32,45 %	Não Eleito
13	AMELIO DOMINGOS BEDIN Vice-Prefeito: CELIO LUIZ DAMO	PT - PCdoB / PPS / PSB / PSDB / PT	5.600	10,03 %	Não Eleito
33	MAXIMINO LUIZ HERTZ Vice-Prefeito: LUCIA RIBEIRO	PMN	1.367	2,45 %	Não Eleito
	Votos Brancos		4.606	8,25 %	
	Votos Nulos		1.520	2,72 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>57.365</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>65.281</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>7.916</b>	<b>12,13 %</b>	

**Legenda:**

PDS - Partido Democrático Social

PDC - Partido Democrata Cristão

PPS - Partido Popular Socialista

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PT - Partido dos Trabalhadores

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 1996 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1996 - 1º TURNO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECÓ**

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
13	JOSE FRITSCH Vice-Prefeito: NEMESIO CARLOS DA SILVA	PT - PC DO B / PMN / PPS / PSB / PT	28.257	43,81 %	Eleito
11	MILTON SANDER Vice-Prefeito: GILBERTO LUIZ HAIDUK	PPB - PDT / PPB / PTB	27.134	42,07 %	Não Eleito
25	ANTONIO VARELLA DO NASCIMENTO Vice-Prefeito: FLAVIO BALDISSERA	PFL - PFL / PMDB / PSDB	8.307	12,88 %	Não Eleito
	Votos Nulos		1.464	2,27 %	
	Votos Brancos		800	1,24 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>65.962</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>78.281</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>12.319</b>	<b>15,74 %</b>	

**Legenda:**

PC DO B - Partido Comunista do Brasil  
 PMN - Partido da Mobilização Nacional  
 PPS - Partido Popular Socialista  
 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
 PSB - Partido Socialista Brasileiro  
 PFL - Partido da Frente Liberal  
 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
 PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
 PDT - Partido Democrático Trabalhista  
 PT - Partido dos Trabalhadores  
 PPB – Partido Progressista Brasileiro



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 2000 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2000 - TURNO ÚNICO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECO**

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
13	FRITSCH Vice-Prefeito: PEDRO FRANCISCO UCZAI	PT - PAN / PC do B / PSB / PT	35.501	48,92 %	Eleito
25	REBELATTO Vice-Prefeito: ULDA BALDISSERA	PFL - PFL / PPB	28.347	39,06 %	Não Eleito
23	NEMÉSIO Vice-Prefeito: SILVIO ZMIJEVSKI	PPS - PDT / PL / PMDB / PPS / PSC / PSDB / PSDC / PTB	8.720	12,02 %	Não Eleito
	Votos Nulos		3.314	4,57 %	
	Votos Brancos		947	1,30 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>76.829</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>89.147</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>12.318</b>	<b>13,82 %</b>	

**Legenda:**

PFL - Partido da Frente Liberal

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PAN - Partido dos Aposentados da Nação

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PL - Partido Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PPS - Partido Popular Socialista

PC do B – Partido Comunista do Brasil



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 2008 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008 - 1º TURNO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECÓ**

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
25	JOÃO RODRIGUES Vice-Prefeito: JOSE CLAUDIO CARAMORI	DEM - DEM / PPS / PR / PRB / PRP / PSDB / PSDC / PSL / PTB / PTC / PV	59.386	59,52 %	Eleito
13	JOSE FRITSCH Vice-Prefeito: ALTAIR DA SILVA	PT - PDT / PP / PSB / PT	27.334	27,40 %	Não Eleito
15	LUCIANO BULIGON OU BULIGON Vice-Prefeito: COLATTO	PMDB	8.328	8,35 %	Não Eleito
65	PAULINHO DA SILVA Vice-Prefeito: MARIA ELONI	PC do B - PC do B / PHS	4.721	4,73 %	Não Eleito
	Votos Nulos		2.358	2,36 %	
	Votos Brancos		1.402	1,41 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>103.529</b>		
	Eleitorado		<b>117.080</b>		
	Abstenção		<b>13.551</b>	<b>11,57 %</b>	

**Legenda:**

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PRP - Partido Republicano Progressista

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PV - Partido Verde

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PP - Partido Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PSL - Partido Social Liberal

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PR - Partido da República

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

DEM - Democratas

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PRB - Partido Republicano Brasileiro



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
**Eleições 2012 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012 - 1º TURNO**  
**Resultado Municipal**  
**Cargo: Prefeito**  
**Município: CHAPECÓ**

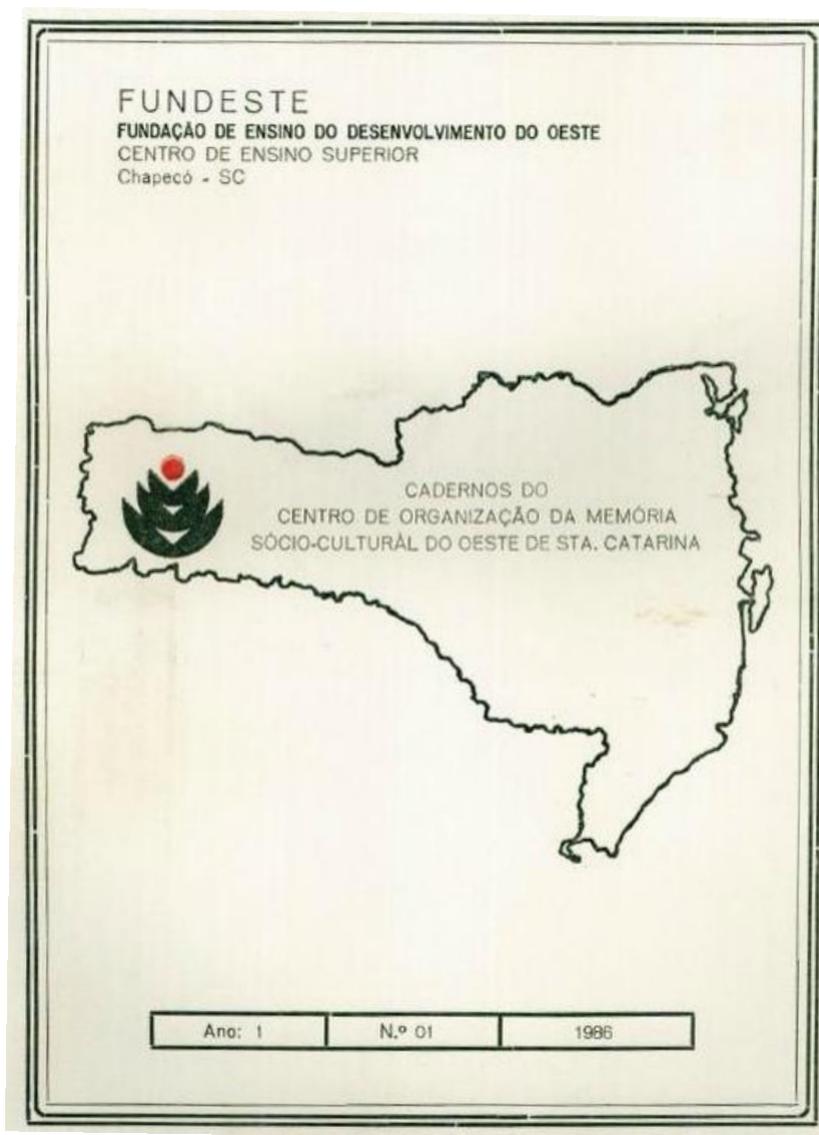
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
55	ZÉ CARAMORI	PSD	62.035	57,68 %	Eleito
13	PEDRO UCZAI	PT	45.511	42,32 %	Não eleito
	Votos Nulos		4.033	3,75 %	
	Votos Brancos		3.040	2,83 %	
	<b>Total apurado</b>		<b>114.619</b>		
	<b>Eleitorado</b>		<b>131.561</b>		
	<b>Abstenção</b>		<b>16.942</b>	<b>12,88 %</b>	

**Legenda:**

PT - Partido dos Trabalhadores

PSD – Partido Social Democrático

ANEXO 4 – FOTOGRAFIAS DAS CAPAS DO PERIÓDICO  
CADERNOS DO CEOM (1986-1992)



FUNDESTE

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Chapeçó - SC



CADERNOS DO  
CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA  
SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE STA. CATARINA

N.Cham. P 905 011R

Título: Cadernos do CEOM.

N.º 2

JUN./87



258921

Ac. 146978

FUNDESTE

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Chapecó - SC



Ano 2

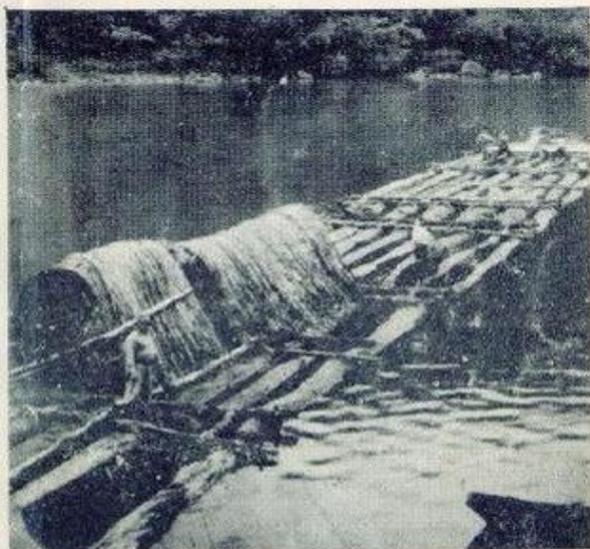
N.º 3

OUT. / 87



**FUNDESTE**

Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste



N.Cham. P 905 011R

Título: Cadernos do Ceom .



83691

Ac. 146978

maio 1988

v.3, n.4, maio 1988 UNOCHAPECÓ  
CHAPECÓ

Organização  
do Oeste

CHAPECÓ - SC



FUNDESTE  
Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste



Foto: Arlene A. Ronk (1988)

## Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina-CEOM

Ano 3

nº 5

Chapeté — SC

Novembro/88



FUNDESTE

Cadernos do Centro de Organização  
da Memória. Sócio-Cultural do Oeste  
de Santa Catarina-CEOM



*Menino Kaingang fonte: Arquivo Fotográfico CIMI-Reg. Sul*

*Para uma História dos Índios  
do  
Oeste Catarinense*

Ano 4 | Nº6 | Nov./ 89 | Chapecó - SC



FUNDESTE

Cadernos do Centro de Organização  
da Memória Sócio-Cultural do Oeste  
de Santa Catarina-CEOM



*Artefatos Alto-Paranaenses  
Foto: Aribert Bertonielli (1988)*

Fundação de Ensino do  
Desenvolvimento do Oeste  
Centro de Ensino Superior  
- Chapecó -

Ano 4, n. 1/2, set. 1989

Reedição



**FUNDESTE**  
Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste



Foto: Ariene A. Renk (1990)

**Cadernos do Centro de Organização  
da Memória Sócio-Cultural do Oeste  
de Santa Catarina-CEOM**

Ano 5

No. 7

Abril /91

Chapecó - SC



Cadernos do Centro de Organização  
da Memória, Sócio Cultural do Oeste  
de Santa Catarina - CEOM

**K  
A  
I  
N  
G  
A  
N  
G**

## Revisão Bibliográfica Crítica Sobre Organização Social



*Foto: Wilmar D. Angulo/1985*

Ano 6

Nº 8

Out/92

Chapecó - SC

*CAPA/Ademir - ASSEGOAR*